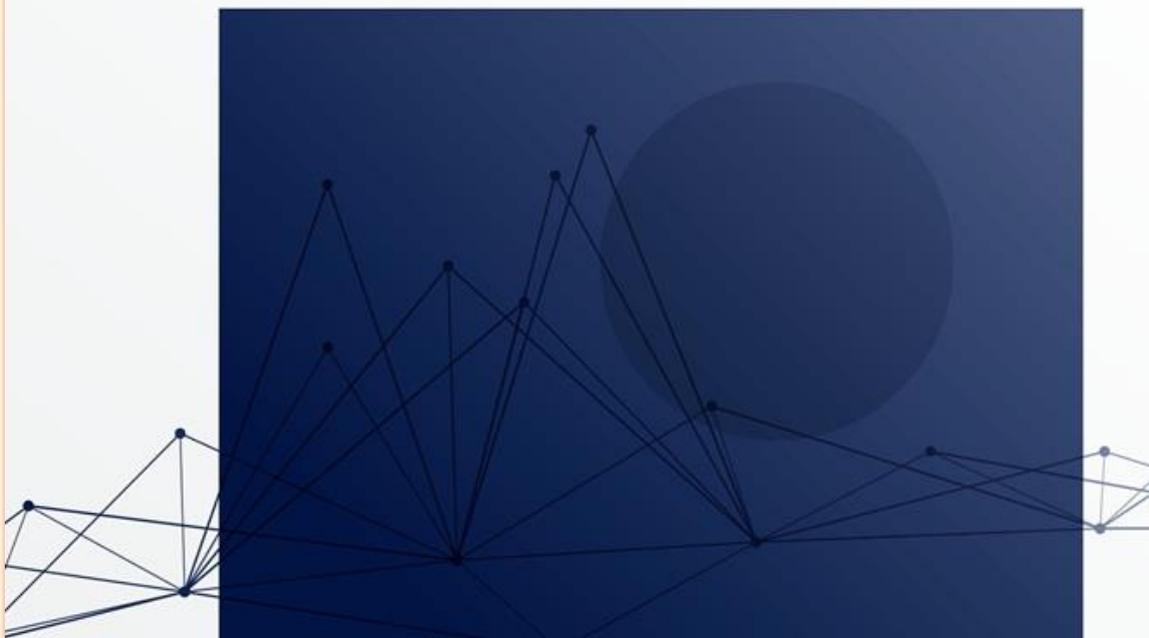


JULHO 2020



**CARTA DE
CONJUNTURA DA USCS**

13

JULHO 2020

**CARTA DE
CONJUNTURA DA USCS**

<https://www.uscs.edu.br/noticias/cartasconjuscs>

13



OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, EMPREENDEDORISMO E CONJUNTURA DA USCS (CONJUSCS)

Sob a Direção da Pró-Reitoria de Graduação e da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, o Observatório é formado por professores, alunos e parceiros convidados. O Observatório tem como objetivo elaborar e publicar, periodicamente, notas técnicas no campo das Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura.

Expediente –13ª Carta de Conjuntura (julho 2020)

Reitor: Prof. Dr. Leandro Campi Prearo

Pró-Reitora de Pós-Graduação: Profª. Drª. Maria do Carmo Romeiro

Pró-Reitor de Graduação: Prof. Prof. Me Paulo César Porto Di Liberato

Pró-Reitor Administrativo e Financeiro: Prof. Me. Paulo Sérgio Lopes Ruiz

Líder do Grupo de Pesquisa CNPQ do Observatório: Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Coordenação Geral do Observatório:

Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Coordenação Adjunta do Observatório:

Prof. Me. Francisco Rozsa Funcia

Prof. Me. José Carlos Garé

Equipe de Pesquisadores Permanentes do Observatório:

Prof. Dr. Eduardo de Camargo Oliva

Prof. Dr. Enio Moro Júnior

Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Prof. Dr. José Turíbio de Oliveira

Prof. Dr. Lúcio Flávio da Silva Freitas

Prof. Dr. Milton Carlos Farina

Prof. Dr. Roberto Vital Anau

Equipe de Professores Técnicos do Grupo de Pesquisa do Observatório:

Prof. Me. Daniel Giatti de Sousa

Profª. Me. Alessandra Santos Rosa

Prof. Me. Daniel Vaz

Prof. Me. David Pimentel Barbosa de Siena

Prof. Me. José Carlos Garé

Prof. Me. Luiz Felipe Xavier

Profª. Me. Marta Ângela Marcondes

Profª. Me. Rosana Marçon da C. Andrade

Prof. Me. Vinícius Oliveira Silva

Prof. Me. Volney Aparecido de Gouveia

Equipe de Estudantes do Grupo de Pesquisa do Observatório:

Doutorando Adhemar S. Mineiro (UFRRJ)

Doutorando Álvaro Francisco Fernandes Neto (USCS)

Doutorando André Ximenes de Melo (USCS)

Doutorando Antônio Aparecido de Carvalho (USCS)

Doutorando Francisco Rozsa Funcia (USCS)

Mestranda Gisele Yamauchi (UFABC)

Mestrando Gustavo Kaique Araújo Monea (USP)

Doutoranda Maria do Socorro Souza (USCS)

Doutorando Ricardo Makoto Kawai (USCS)

Mestranda Sandra Collado (USCS)

Mestranda Stefanie Sussai (USP)

Pesquisadores participantes desta edição entre membros integrantes e convidados do Observatório Conjucs

Adhemar S. Mineiro
Alessandra Santos Rosa
Alexandra Waltrick Russi
Alfredo Rodrigues Neto
Ana Tercia Sanches
André Contri Dionizio
Andréa de Oliveira Tourinho
Antonio Aparecido de Carvalho
Antonio Fernando Gomes Alves
Ariane de Almeida Pitta
Aristogiton Moura
Bárbara Vallejos Vazquez
Carolina Felipe Soares Brandão
Carolina Gouveia
Claudio Pereira Noronha
Daniel Vaz
Edgard Brandão Jr
Eduardo de Camargo Oliva
Enio Moro Junior
Evelin Rodrigues Siqueira
Fernanda Amate Lopes
Fernanda Guilhermino Magalhães
Fernando Gonzales Tavares
Filipe Rubim de Castro Souza
Francisco R. Funcia
Gabriela Furst Vaccarezza
Gisele Yamauchi
Giuliana Ferreira Clauson
Hugo Nascimento*
Jefferson José da Conceição
João Carlos da Silva Bizário
José Turíbio de Oliveira
Leonardo Birche de Carvalho
Lucia Helena Salgado
Luis Carlos Burbano Zambrano
Luis Felipe Xavier
Márcia Célia Galinski Kumschlies
Marcos Sidnei Bassi
Maria da Consolação Vegi da Conceição
Maria Luiza Tabora Borges Ribeiro
Marta Angela Marcondes
Maurício Mindrisz
Mauricy Chinaglia Bonaparte
Olímpio Ribeiro da Fonseca Neto
Paula Simone da Costa Larizzatti
Regina Albanese Pose
Reginaldo Braga Lucas
Rita Serrano
Robson da Silva Moreno
Sara Santos
Sérgio Ricardo Gaspar
Sílvia Guz
Vânia Viana
Veronica Zanzim dos Santos
Vinicius Oliveira Silva
Vívian Machado
Wagner Xavier

Alunos graduandos da USCS participantes desta edição

Alex Milano
Ana Paula Araujo Alves
Andressa Ferreira Sarak
Angela Maria Manfreda Villalobos
Angra Mendes Antunes Da Silva
Beatriz Larissa Viana de Melo
Brenda Nieri Torres Beato Cardoso
Caio Henrique
Cleber Angel De Souza Junior
Daniel Patrício Szelbrackowski
Fabio Lozano
Felipe Fernandes
Gabriel Moreira Fonseca
Gabrielle Amorim Flores
Gabrielle Bottieri Ferreira
Geisa Felix da Silva Santos
Geovane Rocha
Guilherme Hideo Carmello
Helena De La Fuente Crevilare
Heloise Oliveira da Silva
Igor De Olivera Marciano
Inara Paixão
Jailton De Jesus
Jaqueline Nunes Costa
Leonardo de Souza Leonel
Letícia Oliveira Dell Orti
Letícia Piccolo Galina
Lohane Caroline Charutti Pinheiro
Luan Menezes
Lucas Rafael
Lucas Rocha de Almeida
Manuela Froes
Maria Theresa Cassimiro
Matheus Ferreira
Murilo Gabriel Dos Santos Oliveira
Nataly Da Silva
Rafaela Da Silva
Raine Castioni de Souza
Raphael Willians
Rebeca Diniz Lima
Rodrigo Fumio Otagaki
Thamires Caroline da Rocha
Thamiris Alves Zafani
Viviane Aires Da Silva Castanho
Wagner De Souza
Weverton Felipe Berro

Organização dos textos:

Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Comunicação:

Prof. Me. Luciano Cruz

Assessoria de Imprensa:

Ana Paula Lazari Ferreira

Revisão de textos:

Ana Paula Lazari Ferreira
Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Carta online:

Alan de Almeida Matias
Ana Paula Lazari Ferreira
Renata Ezellner Miquillim

Observação: As opiniões manifestadas nesta publicação são autorais e não expressam necessariamente a visão da Universidade Municipal de São Caetano do Sul ou das demais instituições acadêmicas ou parceiras mencionadas nesta Carta. Visite nosso site: www.uscs.edu.br/noticias/cartasconjucs
Email para contato: jefferson.conceicao@prof.uscs.edu.br

Para ter acesso à esta carta, acesse: <https://www.uscs.edu.br/noticias/cartasconjucs>

Sumário

- 1 EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: ENTREVISTA COM MARCOS SIDNEI BASSI, REITOR DA USCS ENTRE MARÇO DE 2013 A JUNHO 2020** 10
- Jefferson José da Conceição
Francisco Funcia*
- 2 SANEAMENTO E POSSIBILIDADE DA PRESENÇA DO NOVO CORONAVÍRUS EM ESGOTO NÃO TRATADO** 19
- Marta Angela Marcondes
Maria Luiza Taborda Borges Ribeiro
Fernanda Amate Lopes
Paula Simone da Costa Larizzatti
André Contri Dionizio
Angela Maria Manfreda Villalobos
Raine Castioni de Souza
Letícia Piccolo Galina*
- 3 RENDA BÁSICA PERMANENTE: UMA UTOPIA POSSÍVEL** 31
- Lucia Helena Salgado*
- 4 A AGUDA CRISE ECONÔMICA ATUAL PODE ABRIR POSSIBILIDADES? UMA CHANCE DE SOBREVIVÊNCIA PARA A INDÚSTRIA AERONÁUTICA BRASILEIRA** 41
- Adhemar S. Mineiro*
- 5 ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS DO SISTEMA FINANCEIRO PARA ENFRENTAR A CRISE DA COVID-19 – PRIMEIRAS OBSERVAÇÕES A PARTIR DOS BALANÇOS DOS GRANDES BANCOS** 48
- Vívian Machado
Bárbara Vallejos Vazquez*
- 6 RECONVERSÃO INDUSTRIAL NO CONTEXTO DA COVID-19: DIÁLOGO E COOPERAÇÃO EM DEFESA DA VIDA E EMPREGOS** 59
- Wellington Messias Damasceno*
- 7 IMPACTO DA PANDEMIA DO COVID-19 NA ECONOMIA DO TURISMO GLOBAL E NACIONAL** 62
- Luis Carlos Burbano Zambrano*
- 8 AMBIENTE EMPRESARIAL INTERGERACIONAL E OPORTUNIDADES NO PÓS-PANDEMIA** 76
- Eduardo de Camargo Oliva
José Turíbio de Oliveira*

9	HOME OFFICE EM PERSPECTIVA	81
	<i>Ana Tercia Sanches</i>	
10	TELETRABALHO (HOME OFFICE): SUBSIDIOS PARA A CONVENÇÃO COLETIVA NEGOCIADA ENTRE EMPRESAS E SINDICATOS DE TRABALHADORES	92
	<i>Jefferson José da Conceição Maria da Consolação Vegi da Conceição</i>	
11	HOME OFFICE – UM LEGADO DA PANDEMIA?	97
	<i>Márcia Célia Galinski Kumschlies Fernando Gonzales Tavares</i>	
12	ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO, HORIZONTE TEMPORAL E CAPACIDADE ANUAL DE CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO PELAS PREFEITURAS DA REGIÃO DO GRANDE ABC E DA CAPITAL PAULISTA E DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO: EXPECTATIVAS PARA A VIRADA 2020/2021	106
	<i>Francisco R. Funcia</i>	
13	ENFRENTAMENTO DO COVID-19: 150 DIAS DA (NÃO) EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA FEDERAL DO SUS E PERSPECTIVAS PARA 2021	112
	<i>Francisco R. Funcia</i>	
14	A NECESSIDADE DE O ESTADO AMPLIAR PROGRAMAS SOCIAIS E INVESTIMENTOS	121
	<i>Rita Serrano</i>	
15	A COOPERAÇÃO REGIONAL NO BRASIL PÓS-ISOLAMENTO: POR UM NOVO PACTO TERRITORIALIZADO E PELO PROTAGONISMO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS	126
	<i>Filipe Rubim de Castro Souza</i>	
16	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC E AS AÇÕES FRENTE À CRISE DO CORONAVIRUS	132
	<i>Edgard Brandão Jr</i>	
17	CIDADES PÓS-COVID: RECOMENDAÇÕES PARA O GRANDE ABC	135
	<i>Enio Moro Junior</i>	

- 18 **ÁREAS INDUSTRIAIS OCIOSAS E PROCESSOS DE INTERVENÇÃO URBANA: O CASO DA REGIÃO DO GRANDE ABC NOS ÚLTIMOS TRINTA ANOS, 1989-2019^[1]** 141
Gisele Yamauchi
Andréa de Oliveira Tourinho
- 19 **“DESTRUIÇÃO CRIATIVA” PARA O COMUM: POR UMA REDE DE VEGETAÇÃO (INFRAESTRUTURA VERDE) EM ÁREAS URBANAS NA REGIONAL DO GRANDE ABC** 155
Luis Felipe Xavier
Robson da Silva Moreno
- 20 **CRISE AGROALIMENTAR E COVID-19: É POSSÍVEL ESTABELECEER RELAÇÃO?** 166
Carolina Gouveia
- 21 **EVOLUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE UM BANCO DIGITAL: ANALISANDO AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS DO BANCO INTER** 172
Vinicius Oliveira Silva
Beatriz Larissa Viana de Melo
Heloise Oliveira da Silva
Rodrigo Fumio Otagaki
Weverton Felipe Berro
- 22 **A GESTÃO FINANCEIRA DAS EMPRESAS FRENTE AO COVID-19: QUAIS ALTERNATIVAS DE AJUDA SÃO OFERECIDAS NO CURTO PRAZO?** 177
Vinicius Oliveira Silva
Ana Paula Araujo Alves
Leonardo de Souza Leonel
Lucas Rocha de Almeida
Rebeca Diniz Lima
Thamires Caroline da Rocha
- 23 **BALANÇO SOCIAL USCS: ESTUDO AFERE COMPROMISSO DA INSTITUIÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL** 184
Daniel Vaz
Marcos Sidnei Bassi
- 24 **COVID-19 OBRIGA MUDANÇAS PROFUNDAS NO ENSINO SUPERIOR** 188
Daniel Vaz
- 25 **O QUE É PD&I SOB A ÓPTICA DOS MANUAIS DE FRASCATI E OSLO E O SISTEMA BRASILEIRO DE INOVAÇÃO** 191
Hugo Nascimento
Wagner Xavier
Wendell Cristiano Lepore

- 26 A INFLUÊNCIA DA PANDEMIA DA COVID-19 SOBRE O COMPORTAMENTO SOCIAL, INDIVIDUAL E NAS RELAÇÕES DE TRABALHO DOS JOVENS UNIVERSITÁRIOS** 198
- Antonio Aparecido de Carvalho
Reginaldo Braga Lucas
Leonardo Birche de Carvalho*
- 27 A TRILHA DO UNICÓRNIÓ NA PANDEMIA, UMA CRÔNICA DE 3 ASPIRANTES À CIÊNCIA DE DADOS: O FARMACÊUTICO, O ANALISTA DE SISTEMAS E A ESTATÍSTICA** 204
- Alfredo Rodrigues Neto
Olimpio Ribeiro da Fonseca Neto
Regina Albanese Pose*
- 28 A “CONS-CIÊNCIA” DE DADOS ANTES E DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19: UMA APLICAÇÃO E UMA REFLEXÃO PARA O ENSINO SUPERIOR** 209
- Regina Albanese Pose
Antonio Fernando Gomes Alves
Universitários da Gestão Tecnológica*
- 29 CONSUMO ALIMENTAR E QUALIDADE DE VIDA DE GESTANTES DE ALTO RISCO ATENDIDAS NO CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER (CAISM): EVIDÊNCIAS DE ANTES DA PANDEMIA PARA SE PENSAR O FUTURO** 220
- Fernanda Guilhermino Magalhães
Ariane de Almeida Pitta
Geisa Felix da Silva Santos
Giuliana Ferreira Clauson
Sara Santos
Veronica Zanzim dos Santos
Regina Albanese Pose
Evelin Rodrigues Siqueira
Mauricy Chinaglia Bonaparte*
- 30 ASPECTOS BÁSICOS DE PSICOMETRIA APLICADOS À INVESTIGAÇÃO SOBRE A DEMANDA DE CAPACITAÇÃO NO SUPORTE BÁSICO DE VIDA NA SAÚDE DA FAMÍLIA DE SÃO CAETANO DO SUL** 230
- Regina Albanese Pose
Carolina Felipe Soares Brandão
Gabriela Furst Vaccarezza
Letícia Oliveira Dell Orti
Andressa Ferreira Sarak
João Carlos da Silva Bizário*

- 31 PSICOMETRIA E ESTATÍSTICA NA CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE PROFICIÊNCIA DA APRENDIZAGEM: COMO AVALIAR?** 238
*Daniel Patrício Szelbracikowski
Gabriel Moreira Fonseca
Alexandra Waltrick Russi
Regina Albanese Pose*
- 32 MUNDO PÓS-PANDEMIA COVID-19 - MANUAL DE SOBREVIVÊNCIA** 242
*Aristogiton Moura
Silvia Guz*
- 33 RELIGIÃO E COVID-19: REFLEXÕES SOBRE A “SOCIEDADE” PÓS PANDEMIA** 253
Claudio Pereira Noronha
- 34 AFROEMPREENDEDORISMO EM MEIO A COVID-19: UMA RELAÇÃO DE TENSÃO ECONÔMICO-HISTÓRICA** 260
*Alessandra Santos Rosa
Sérgio Ricardo Gaspar*
- 35 RACISMO E MANIFESTAÇÕES NOS EUA E BRASIL: ENTREVISTA COM A ATIVISTA E PESQUISADORA NORTE-AMERICANA ALISON MOSES** 274
Vânia Viana
- 36 ELEIÇÕES MUNICIPAIS E O COVID-19** 283
Maurício Mindrisz

Nota Técnica

1. EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: ENTREVISTA COM MARCOS SIDNEI BASSI, REITOR DA USCS ENTRE MARÇO DE 2013 A JUNHO 2020

Jefferson José da Conceição
Francisco Funcia

Resumo Executivo

A nota reproduz entrevista feita com o Prof. Dr. Marcos Sidnei Bassi, Reitor da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) entre março de 2013 a junho de 2020. Bassi expõe alguns dos principais avanços da Universidade durante a sua gestão, bem como discute e apresenta sugestões para o desenvolvimento regional da Cidade de São Caetano do Sul e do Grande ABC em geral.

Palavras-chave: educação; desenvolvimento regional; Grande ABC; São Caetano do Sul.

Entrevistadores: Fale-nos um pouco da sua trajetória pessoal e profissional.

Marcos Sidnei Bassi: Eu me graduei em Ciências Políticas e Sociais aqui na USCS - na época IMES - em 1987. Entrei como professor no ano de 1989 para lecionar a disciplina Mudança Organizacional a convite do Prof. Osni de Resende. Nesse período, além das funções de professor, fui Vice-Diretor da Mantenedora e, após a mudança na Estrutura da USCS, fui Pró-Reitor Administrativo e Financeiro na gestão do Prof. Silvio Minciotti. Fui nomeado Reitor em 2013, sendo reconduzido para um segundo mandato que se encerrou agora, no início de junho de 2020.

No âmbito acadêmico, além da graduação em Ciências Políticas e Sociais, cursei Pós-Graduação Lato Sensu em Administração na USCS, fiz o Mestrado em Administração na FGV-SP e o Doutorado em Ciências Sociais na PUC-SP.

Entrevistadores: Você poderia fazer um breve balanço desse seu período à frente da USCS?

Marcos Sidnei Bassi: Eu resumiria nossas ações em três grandes áreas. Primeiro, uma reorganização administrativa, organizacional e financeira visando equilibrar a relação receita e despesa (vínhamos acumulando déficits nos anos anteriores em razão da queda do número de alunos devido à situação do ensino superior no Brasil). Isso também nos levou à criação de novos cursos, buscando readequar-se às necessidades locais e regionais. Nesse contexto é que foi criado o curso de Medicina, o que também propiciou o fortalecimento de todos os outros cursos na área da saúde. Ainda dentro do contexto da organização, destaco a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento USCS 2030. Foram quase dois anos de trabalho envolvendo o corpo diretivo com a participação de funcionários administrativos e docentes para estabelecer um plano estratégico com o horizonte de 10 anos. Além do aspecto de planejar, que é fundamental para a Universidade num período de tantas mudanças disruptivas, destaco na elaboração desse plano dois aspectos: primeiro, o envolvimento de um conjunto significativo de pessoas. Penso que, com isso, todos podem se apropriar do plano e incorporá-lo. Outro aspecto significativo é buscar sempre relacionar nossas atividades atuais e futuras aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU. Pessoalmente, acredito que o

que fazermos deve guardar relação direta com o bem-estar da humanidade. Sem isso, nossas ações pessoais e institucionais perdem o sentido.

Outro campo que destaco é o incremento das atividades de extensão. Principalmente no segundo mandato, com a administração do Prefeito José Auricchio. Foi possível estabelecer vínculos mais profundos na atuação dos nossos alunos nos serviços públicos enquanto prática de campo de estágio. Isso ocorreu fortemente na área da saúde. Aliás, a metodologia utilizada no curso de Medicina, a Aprendizagem Baseada em Problemas (Problem Based Learning), suscitou discussão interna e revisão metodológica dos processos de ensino-aprendizagem em todos os nossos cursos. Penso que a abordagem tradicional de ensino, na qual os alunos se comportam de forma passiva, tem seus dias contados.

Uma terceira área que destaco refere-se à internacionalização da USCS. Hoje temos mais de 70 convênios internacionais com grandes universidades em todos os continentes. Realço, nesses convênios, a nossa participação no Programa Erasmus+ da Comunidade Europeia com possibilidades de verbas para financiamento de pesquisas acadêmicas e o convênio de dupla titulação com a "Università degli Studi della Campania Luigi Vanvitelli" em Nápoles, onde nossos alunos e alunas de Direito podem obter dupla titulação, tanto aqui no Brasil como na Itália. Aliás, foi decorrente dos convênios internacionais que sentimos a necessidade de suplantar uma barreira impeditiva da mobilidade estudantil, que é o domínio da língua inglesa. Nesse sentido, a USCS disponibiliza hoje, gratuitamente para todos os alunos, professores e funcionários, uma plataforma de ensino de línguas via EAD. Inicialmente colocado como opção, hoje se tornou uma disciplina obrigatória. Não há como pensar a mobilidade sem essa competência.

Além dessas áreas de atuação, destaco a implantação do Colégio USCS. Acredito que o modelo que estamos desenvolvendo no colégio se antecipa na prática às discussões que ainda estão sendo feitas sobre o conteúdo e a materialização das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. A "alma mater" do Colégio é possibilitar ao aluno do Ensino Médio enxergar perspectivas de vida pessoal e profissional através da educação. Acredito que essa perspectiva diminuirá significativamente a evasão escolar nessa etapa da vida dos alunos. Essa perspectiva traz uma inovação importante na medida que antecipa, já colocando em prática, as novas diretrizes do Ensino Médio, cujo currículo ainda está em discussão no âmbito do Conselho Estadual de Educação.

Creio que finalmente vale mencionar o nosso processo de expansão. Quando nossa equipe assumiu, tínhamos dois campi (Barcelona e Centro). Com o crescimento do número de alunos e a oferta de novos cursos, implantamos o campus Bela Vista, o da Pós-Graduação Lato Sensu e o campus Conceição. Em maio (2020), conseguimos autorização do Conselho Estadual de Educação para instalarmos um campus na cidade de Itapetininga. Pessoalmente, creio que nesse projeto poderemos replicar o mesmo modelo que estabelecemos aqui em São Caetano, focado na potencialização das políticas públicas municipais e regionais na cidade de Itapetininga.

Entrevistadores: Como você avalia a atuação da USCS no desenvolvimento regional nas últimas décadas, especialmente de 1990 para cá?

Marcos Sidnei Bassi: *Creio que a Universidade participou de forma pontual e acessória na dimensão regional, principalmente focado na geração de pesquisa e na consolidação de análises econômicas, como as que faz o Inpes (Instituto de Pesquisas*

da USCS) e este próprio Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura.

Mas penso que há uma grande oportunidade e possibilidade de ampliarmos essa atuação. Veja o caso da nossa participação em São Caetano. A experiência que estamos desenvolvendo em várias áreas poderia ser multiplicada pela região.

Tomemos esses dois exemplos: o primeiro é o Programa Disque Coronavírus. Trata-se de um programa de atendimento e testagem domiciliar desenvolvido pela USCS em parceria com a Prefeitura de São Caetano e a Universidade de São Paulo, para se detectar precocemente a ocorrência do vírus em moradores da cidade, e assim tratá-los adequadamente. Já foram mais de sete mil atendimentos acumulados até meados de junho, com quase cinco mil testes realizados com 1.340 positivados.

Outro exemplo: a implantação do Mestrado em Educação. Foram titulados por esse curso cerca de 50 professores da rede municipal de ensino de São Caetano. Imagina o impacto positivo que essa titulação agrega na qualidade de ensino da rede.

Se pudéssemos estar atuando com esses mesmos projetos em todas as cidades do ABC, creio que poderíamos contribuir muito com as gestões municipais para o aprimoramento do ensino na nossa região.

Entrevistadores: Que políticas da sua gestão como Reitor da USCS (2013-2020), você destacaria como contribuições diretas para o desenvolvimento da cidade de São Caetano do Sul e Região do ABC?

Marcos Sidnei Bassi: *Penso que o desenvolvimento das atividades de extensão e acadêmicas da USCS nesse período contribuiu diretamente em duas áreas que, muito provavelmente, potencializaram as políticas públicas adotadas por São Caetano. A primeira foi na área da saúde na medida em que a presença dos alunos, nos mais variados campos de estágio, muito provavelmente melhorou o desenvolvimento das atividades voltadas para o atendimento das necessidades de saúde da população.*

Outra área certamente foi a da educação. O Prof. Leandro Prearo, atual Reitor, quando da elaboração do Indicador de Qualidade das Instituições Municipais de Ensino Superior do Estado, detectou que existe uma significativa relação positiva entre vários indicadores (PIB, quantidade de médicos, enfermeiros, professores, etc.) e a existência no município de uma Instituição de Ensino Superior. Ou seja, estamos causando impacto positivo com nossas atividades educacionais no município, seja pontualmente no dia a dia, seja estruturalmente ao longo de um período histórico.

Entrevistadores: Que políticas você considera como importantes para a retomada da economia da cidade de São Caetano do Sul após a brusca interrupção das atividades econômicas provocada pela crise da epidemia do coronavírus?

Marcos Sidnei Bassi: *Essa é uma pergunta oportuna e absolutamente necessária. Acho que estamos no início do pior ciclo econômico da história do país. Penso que o Estado, em todos os níveis (federal, estadual e municipal), terá um papel crucial nessa fase. Nesse sentido, estamos desenvolvendo exatamente nesse momento um instrumento, em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e a Presidência da Comissão Parlamentar de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação da Câmara Municipal, visando avaliar primeiro o impacto da*

pandemia na economia da cidade e mapear as expectativas dos agentes e dos setores econômicos do papel do Estado nesse momento.

Certamente a retomada do desenvolvimento da cidade passa por ações em várias áreas. Entretanto, em praticamente todas elas a conexão com a capacitação, pesquisa e inovação é fundamental. Portanto, vai crescer o papel da universidade e das instituições ligadas ao conhecimento e desenvolvimento tecnológico.

Considero importante também o recente programa “Enfrente”, criado pela Prefeitura, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Turismo, Tecnologia e Inovação (Sedeti) em parceria com o Sebrae-SP. A ideia é apoiar, de maneira gratuita, as micro e pequenas empresas da cidade com módulos de capacitação e consultorias online e ao vivo. Registre-se também, em relação ao enfrentamento da crise do coronavírus, as ações que a Prefeitura tem tomado também em outras áreas como saúde, educação e assistência social.

Entrevistadores: Nos últimos anos, houve algumas tentativas de se implementar ações de aproximação do poder público e das universidades com o setor produtivo, visando gerar sinergias para o desenvolvimento regional e local. Estas alternativas ao que parece tiveram pouco êxito até agora. Você concorda com esta afirmação? O que você propõe para o sucesso nesta área?

Marcos Sidnei Bassi: *Concordo sim com a afirmação. Eu participei de várias reuniões nesse sentido na Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC. Percebo que reuniões acontecem, que há a participação de vários setores por meio de seus representantes, mas o resultado concreto é tímido. É preciso que se faça um levantamento mais rigoroso das razões disto. Precisamos ter, na universidade, a presença mais frequente e ativa das gestões públicas e da iniciativa privada, discutindo e sugerindo grades de disciplinas, cursos, pesquisas, fomentando startups e empresas de jovens empreendedores. Ao mesmo tempo, a universidade, por meio de professores e alunos, precisa estar mais presente nas empresas privadas e gestões públicas, atuando em projetos, pesquisas, estágios e startups. A prestação de serviços pelas universidades, encontrando soluções para as empresas e gestões públicas, é também um aspecto ainda a ser aprofundado na Região do ABC e no Brasil em geral. Em suma, este entrelaçamento é fundamental para a aproximação entre as três partes: empresas, universidades e gestões públicas.*

Creio também que a região poderia ganhar muito se conseguíssemos dar maior capacidade de integração ao Consórcio Intermunicipal do ABC e à Agência de Desenvolvimento.

Entrevistadores: Como você avalia o ecossistema de inovação na Região do ABC? Qual deve ser o papel das universidades, principalmente a USCS, neste ecossistema?

Marcos Sidnei Bassi: *A Região do ABC viveu, a partir da segunda metade do século XX, um importante ciclo de industrialização. O Grande ABC concentrou investimentos de porte da grande indústria mecânica, química, eletroeletrônica, entre outros segmentos. Departamentos de pesquisa e desenvolvimento foram estruturados nas empresas. Por sua vez, as universidades ajudaram a formar grandes contingentes de mão-de-obra qualificada, que fizeram a Região do ABC dar um salto em seu desenvolvimento. No entanto, a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação de produtos, materiais, processos de produção, gestão e modelos de negócios sempre ficaram circunscritos aos circuitos internos das empresas, muitas delas empresas*

multinacionais. Portanto, nosso ecossistema é, digamos, incompleto ainda. É preciso maior aproximação e projetos conjuntos “para fora” das empresas, que possam envolver a comunidade científica local e regional, isto é, as universidades, o sistema S, os laboratórios públicos e privados, as startups.

Hoje, existem iniciativas isoladas (várias inclusive de relevância no âmbito das empresas, das universidades e prefeituras) que buscam uma interlocução, mas o resultado regional é pouco expressivo. Esse resultado poderia ser muito mais potencializado.

Entrevistadores: Um tema bastante discutido na região nos últimos anos tem sido o da constituição de um ou mais Parques Tecnológicos na região. Como você vê esta questão?

Marcos Sidnei Bassi: *Parques Tecnológicos são lugares de desenvolvimento de projetos conjuntos entre universidades, setor produtivo e gestão pública. É o espaço em que desafios concretos são colocados por grandes empresas e governos para serem desenvolvidos por jovens empreendedores e pesquisadores com o apoio e fomento do setor público e das universidades. Muitos dos Parques Tecnológicos surgiram nas últimas décadas do século XX e primeiras décadas do século XXI, nos EUA, Europa e Japão. Trata-se de um modelo, sem dúvida, de sucesso. Dos Parques Tecnológicos saem muitas startups bem sucedidas.*

É importante sim buscar discutir e estruturar parques tecnológicos em Regiões de grande densidade produtiva, educacional e tecnológica, como é o caso da Região do ABC. No entanto, não há um único formato de Parque Tecnológico. Aproveitar a estrutura das instituições educacionais - com seus profissionais, programas, laboratórios e salas - é essencial para que não se dupliquem investimentos e esforços. É perfeitamente possível refletir sobre um Parque Tecnológico do Grande ABC em rede. O Parque Tecnológico em rede contribuirá para captar e discutir projetos em conjunto, mas também para que se aproveite a estrutura humana e física já existente. Acrescente-se que isto facilitaria também a ação coordenada em nível da região, sem impedir as iniciativas municipais.

Entrevistadores: Quais setores econômicos você considera que devam ser priorizados estrategicamente nas políticas de desenvolvimento econômico e tecnológico de São Caetano do Sul e Região do ABC?

Marcos Sidnei Bassi: *Do ponto de vista estratégico, olhando os fatores de potencialidade da região, penso que a região deveria estabelecer prioritariamente o setor de serviços avançados. Um dos que tem grande destaque em São Caetano é o de Tecnologia de informação e comunicação. A cidade possui um grande número de pequenas empresas de TI. Assim, é essencial um levantamento pormenorizado do cluster de TI da cidade e região, e uma agenda de trabalho.*

Na mesma dimensão de importância, merece atenção especial o complexo produtivo da saúde, que envolve grande número de empresas e serviços, como hospitais, universidades, laboratórios, empresas industriais e de serviços especializados diversos. Esta cadeia de saúde no Brasil envolve grande volume de projetos e investimentos, que tendem a se expandir ainda mais a partir desta pandemia.

A economia digital já representa um quarto dos negócios no mundo, aproximadamente. Estamos vendo a força e a potencialidade desta economia a partir desta crise que nos obrigou ao uso ainda mais intenso da internet e das

telecomunicações em nosso cotidiano. Creio que precisamos ter esta área como uma das prioridades nas políticas públicas da cidade e da região. E, novamente, a política pública de incentivo à economia digital demandará forte integração entre gestão governamental, universidades e empresas.

Por fim, registro também que os pequenos negócios devem estar associados e apoiados pela chamada economia criativa, que ajuda a criar valor para os negócios. Incentivar incubadora de empresas, leis de fomento e capacitação é uma das formas para fazer isto uma realidade efetiva.

Entrevistadores: São Caetano do Sul possui expressivo número de empresas da área de Tecnologia e Informação (TI). O que você propõe para o desenvolvimento deste segmento na região?

***Marcos Sidnei Bassi:** Temos conversado muito com a Secretaria de Desenvolvimento nesse sentido. Talvez falte a São Caetano criar e fortalecer um ecossistema de inovação; desenvolver, incentivar uma cultura que favoreça os processos ligados à inovação tecnológica. A recente Lei Municipal de apoio à Tecnologia, Pesquisa e Inovação, o Conselho Municipal de Inovação e o fundo financeiro que será criado a partir daí podem se tornar um caminho para esse ecossistema.*

Entendo que no caso de segmentos como o de Tecnologia e Informação, é importante promover uma agenda de trabalho com reuniões regulares e a presença de gestão pública, representantes das empresas, universidades e sistema S, para estruturar um conjunto de ações coordenadas de curto, médio e longo prazo. Nesta agenda de trabalho, seriam discutidos temas como expansão do mercado, capacitação, financiamento, custos, parcerias, infraestrutura, pesquisa e desenvolvimento, entre outros itens.

Entrevistadores: Qual a importância concreta da Lei Municipal de São Caetano do Sul de apoio à Tecnologia, Pesquisa e Inovação, e do recentemente constituído Conselho Municipal de Inovação?

***Marcos Sidnei Bassi:** A existência de uma Lei sempre é importante para dar segurança, legalidade, transparência e previsibilidade à ação pública e privada. Mas é preciso fazer da lei algo vivo e dinâmico do ponto de vista das ações. Creio que a cidade deu um importante passo com a referida Lei e a constituição do Conselho. Acrescente-se que a lei de São Caetano está bastante bem formulada, envolvendo os vários tipos de empresas de base tecnológica, a constituição do conselho municipal e do fundo de apoio, os incentivos. A existência do Conselho permite um diálogo aberto, democrático e planejado com todos os agentes e instituições do sistema de inovação de São Caetano do Sul.*

Entrevistadores: Cidades inteligentes e indústrias 4.0 são temas que deveriam estar presentes nas pautas conjuntas de gestão pública e setor produtivo. Como você avalia a evolução desses temas na Região do ABC?

***Marcos Sidnei Bassi:** Em março de 2017, a Prefeitura de São Caetano do Sul, em parceria com a USCS e outras entidades, como a AUALCPI (Associação de Universidades da América Latina e Caribe para a Integração), realizou o seminário internacional Cidade 4.0: experiências inovadoras para a Cidade do Amanhã. Neste seminário, problemas e soluções de experiências de Espanha, Lisboa, Londres, Portugal, Colômbia, México e outras foram apresentados e discutidos. Além disso,*

pouco a pouco, em São Caetano do Sul, e no Brasil em geral, as gestões vão aplicando modernizações com as quais a cidade possa adotar sistemas tecnológicos que permitam a identificação mais ágil das áreas problemas na cidade, soluções rápidas e maior envolvimento da população. Este tema tem muito a avançar nos próximos anos.

No caso da indústria 4.0, creio que uma grande contribuição seria aproximar as demandas de qualificação de pessoas da indústria 4.0 com as grades dos cursos técnicos e de nível superior. Assim, temas como internet das coisas, automação, Tecnologia e informação, big data, impressão 3D, entre outras, estariam fazendo parte das grades de diversos cursos.

Entrevistadores: As startups são empresas que inovam em soluções para os problemas e desafios da sociedade contemporânea. Elas costumam gerar expressivos volumes de negócios, quando bem-sucedidas. Como fomentar, fortalecer e consolidar empresas do tipo startups em São Caetano do Sul?

Marcos Sidnei Bassi: Cabe realizar um diagnóstico das startups existentes na cidade, com vistas a ter um quadro mais preciso de quais são, onde estão e que desafios ajudam a resolver. Cumpre também fomentar e atrair novas startups. A constituição de incubadoras e aceleradoras pode ter um papel importante neste sentido. Além disso, deve-se buscar realizar encontros regulares entre startups, universidades, empresas e governos, para a promoção da chamada inovação aberta. Nestes encontros, as empresas apresentam os desafios a serem enfrentados e as startups expõem, por meio de pitches objetivos, os projetos de soluções que têm desenvolvido. Esta política de aproximação costuma dar bons frutos para todas as partes.

Entrevistadores: O Complexo Produtivo da Saúde também possui significativo peso na economia de São Caetano do Sul, com a presença de hospitais, empresas de serviços, centros de formação, entre outros. Como promover uma ação de desenvolvimento desta cadeia produtiva em São Caetano do Sul? E como estabelecer parcerias para pesquisas e desenvolvimento tecnológico nessa área entre o curso de Medicina da USCS, a Prefeitura e o setor privado, em respeito ao preceito constitucional de que a Secretaria Municipal de Saúde comanda a direção do SUS na cidade, inclusive para disciplinar o papel suplementar do setor privado de Saúde?

Marcos Sidnei Bassi: Há um grande potencial nesse segmento em São Caetano, tanto para o Poder Público, quanto para a USCS. Experiências recentes, com a instalação e treinamento de médicos, que estamos desenvolvendo no âmbito do curso de Medicina com a utilização de um robô para cirurgias bariátricas endoscópicas mostram um pouco desse potencial. Outro projeto importante nessa área será a criação do Hospital Universitário da USCS. O projeto prevê a constituição de um hospital dupla porta (SUS e particular), onde, além das atividades de prática dos cursos de saúde, poderão ser desenvolvidas as atividades de pesquisa, formação de professores, residência etc.

Entrevistadores: A economia digital está em franca expansão no mundo e no Brasil nos últimos anos. Com a crise do coronavírus, e a necessidade do isolamento social, a economia digital mostrou ainda mais o seu enorme potencial. De que maneira se poderia aumentar a presença deste segmento na cidade de São Caetano do Sul?

Marcos Sidnei Bassi: *É importante uma política pública específica para esta área. Precisamos atrair empresas deste segmento. É essencial formar jovens nas universidades que estejam bem preparados para os negócios digitais. É igualmente vital apoiar nosso comércio e serviços, especialmente as micro e pequenas empresas, a se integrarem ao mundo digital.*

Em algum momento, as cidades do país precisarão melhorar o suporte de infraestrutura para o desenvolvimento dos negócios digitais.

Entrevistadores: **A chamada economia criativa estimula a geração de valor em áreas como audiovisual, design e moda. Como desenvolver a economia criativa em cidades como São Caetano do Sul?**

Marcos Sidnei Bassi: *Entendo que aqui também é importante ter uma política que aproxime as pessoas e as empresas envolvidas com o design, audiovisual, games, moda e cultura. Neste processo, estruturar uma agenda de trabalho. Uma lei municipal de apoio à Economia Criativa ajudará também.*

Cabe registrar também que a USCS constituiu recentemente a Escola da Indústria Criativa, composta pelos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Comunicação Institucional, Jornalismo, Produção Audiovisual, Produção Multimídia, Publicidade e Propaganda e Rádio, TV & Internet.

Entrevistadores: **Como apoiar o comércio e os microempreendedores da Cidade de São Caetano do Sul?**

Marcos Sidnei Bassi: *Além dos incentivos financeiros diversos e do apoio à captação de crédito, é muito importante a capacitação das micro e pequenas empresas em áreas como gestão financeira, comercialização, marketing, economia digital e economia criativa. Além disso, é essencial intensificar a participação dessas empresas nas compras públicas.*

Entrevistadores: **Como você avalia a situação das finanças públicas de São Caetano do Sul, especialmente em termos da contribuição que pode ser dada para o desenvolvimento socioeconômico municipal? Que propostas você apresentaria para o desenvolvimento da cidade nesta área?**

Marcos Sidnei Bassi: *É muito importante dar continuidade à política de incentivos para fortalecer os empreendimentos ligados à inovação tecnológica, conforme legislação municipal também já existente, bem como Incentivar os empreendimentos de Economia solidária / Economia Criativa para compras públicas diferenciadas junto a esse segmento nos termos da legislação específica existente.*

A forma responsável da gestão das contas públicas da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul nos últimos anos ampliou a capacidade de obtenção de financiamentos para investimentos de infraestrutura, o que é um diferencial muito importante para este momento de queda abrupta da atividade econômica provocada pelo Covid-19, que está impactando negativamente a receita pública nas três esferas de governo, cujo efeito se prolongará no mínimo até 2021.

Seria muito importante a articulação conjunta do Consórcio do Grande ABC e outras entidades municipalistas para buscar recursos dos governos federal e estadual para a expansão do financiamento da seguridade social (saúde, previdência e assistência

social) para ações de recuperação da economia local e de proteção social no período pós-pandemia do Covid-19.

Entrevistadores: Há um relativo consenso de que, nos últimos anos, a Região do ABC sofreu certo retrocesso em sua ação e planejamento regional, com o enfraquecimento de instâncias como o Consórcio Intermunicipal Grande ABC e a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC. O que você propõe para retomarmos vitalidade e resultados na ação regional? Qual a importância da unidade de ação das instâncias regionais para o desenvolvimento municipal e como este pode contribuir para com o desenvolvimento regional?

Marcos Sidnei Bassi: *Primeiro, eu acredito fortemente na proposta do Consórcio e da Agência. Talvez fosse o momento de rever o formato. Mas estes órgãos me parecem absolutamente necessários. Não é possível imaginar que a divisão das fronteiras entre os municípios consegue dividir também seus problemas. Questões como mobilidade urbana, saúde, segurança pública, educação superior, desenvolvimento econômico, enchentes, entre outros, são problemas regionais que só serão devidamente equacionados se tratados de forma regional, de modo conjunto entre os municípios.*

Se pensarmos em soluções locais, além de desperdiçarmos recursos tão escassos, cada município ficará sempre lutando com o outro ao lado em busca dos mesmos recursos. Isso não faz o menor sentido.

Penso que os poderes municipais deveriam buscar um entendimento político buscando reconhecer que, na questão da regionalidade, não existe o ganhador individual, ou seja, ou todos ganham através de uma relação integrada, coordenada no sentido de equacionar os problemas regionais ou todos terão gestões mais complexas, mais difíceis lutando pelos mesmos recursos que a cada dia estão mais escassos.

Jefferson José da Conceição. *Coordenador do Observatório CONJUSCS. Graduado em Economia pela UFRJ; Mestre em Administração pelo IMES; Doutor em Sociologia pela USP. Assessor da Pró-Reitoria de Graduação e Professor da USCS. Blog: www.blogdojeff.com.br. Autor do livro "Entre a mão invisível e o Leviatã: contribuições heterodoxas à economia brasileira". Editora Didakt, 2019 (407 págs.). Disponível em www.estantevirtual.com.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2840533692107428>.*

Francisco R. Funcia. *Economista e Mestre em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Consultor técnico do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e pesquisador e coordenador adjunto do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS (Conjuscs). Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9652778910650638>.*

Nota Técnica

2. SANEAMENTO E POSSIBILIDADE DA PRESENÇA DO NOVO CORONAVÍRUS EM ESGOTO NÃO TRATADO

Marta Angela Marcondes
Maria Luiza Taborda Borges Ribeiro
Fernanda Amate Lopes
Paula Simone da Costa Larizzatti
André Contri Dionizio
Angela Maria Manfreda Villalobos
Raine astioni de Souza
Letícia Piccolo Galina

Resumo Executivo

Essa nota técnica tem como objetivo apresentar um conjunto de estudos realizados por diversos países e por pesquisadores brasileiros que comprovam a presença do novo SARS-CoV-2 (novo coronavírus) em águas residuárias, uma vez que o vírus se mantém no sistema digestório de humanos e conseqüentemente em suas fezes; e fazer uma relação com a situação atual da qualidade de água do Rio Tamanduateí e do Ribeirão dos Meninos na região do Grande ABC, ponderando a possibilidade da presença desse microrganismo também ser encontrado na região. Traz também a importância dos estudos nessa área, pois eles podem ser grandes indicadores de uma onda de contaminação na região, sendo assim um alerta para o planejamento das políticas públicas em saúde e saneamento.

Palavras-chave: saneamento; qualidade da água; contaminação; coronavírus.

O Saneamento Ambiental se relaciona diretamente com a qualidade de vida da população, principalmente no que se refere à saúde e à preservação do meio ambiente. O saneamento garante que corpos de água se mantenham com qualidade, que os resíduos sejam destinados corretamente e que as ações de drenagem urbana sejam efetivas.

Quando se trata da coleta de esgoto, que é um dos braços do saneamento, a situação do Brasil é crítica, pois apenas 53% dos brasileiros têm acesso a esse serviço. Desse montante apenas 46% dos esgotos coletados são submetidos a tratamento. Para se ter uma ideia, os índices de tratamento de esgoto referentes às regiões do país são de 21,70% no Norte, 36,24% no Nordeste, 50,09% no Sudeste, 45,44% no Sul e 53,88% no Centro Oeste (Trata Brasil, 2020).

Esses dados são preocupantes, pois recentes resultados divulgados por pesquisas nacionais e internacionais demonstram a verificação positiva do Vírus SARS-CoV-2 (novo coronavírus) em amostras de esgoto sanitário urbano. O futuro aponta para a importância de estudos regionalizados sobre o tema.

Nessa nota técnica será apresentado um conjunto de resultados de estudos recentes sobre essas constatações, inicialmente por meio de pesquisas realizadas na China e em países da Europa e posteriormente com base em estudos brasileiros realizados no primeiro semestre de 2020, Busca-se relacionar com a situação atual do saneamento

na região do Grande ABC, por meio dos estudos da qualidade de água do Rio Tamanduateí e Ribeirão dos Meninos, e o avanço dos casos da COVID-19.

Estudos sobre a presença do novo coronavírus em águas residuais – estogo não tratado

Na China foram realizadas pesquisas, no início de 2020, pelas quais se acendeu a possibilidade da presença do SARS-COV 2 (novo coronavírus) em fezes humanas. No estudo publicado na revista especializada JAMA, pesquisadores chineses analisaram 1.070 amostras biológicas de 205 pacientes infectados, que estavam internados em hospitais nas províncias de Hubei e Shandong e na cidade de Pequim. Todas as amostras apresentaram o vírus ainda vivo. Essa pesquisa impulsionou o início de uma grande jornada para apontar que o vírus poderia ser transmitido também através das fezes.

A partir daí outros estudos foram feitos. Ocorreu, porém, algo que os pesquisadores não esperavam: foi verificado que em amostras coletadas e congeladas, anteriormente a pandemia atingir a Europa, o vírus foi detectado, como pode ser visto nos estudos da Itália e da Espanha

Na Itália, um estudo do Instituto Nacional de Saúde concluiu que, no fim de 2019, houve a detecção da presença do novo coronavírus em amostras de esgoto. Essa pesquisa comprovou que em Turim, Milão e Bolonha, em dezembro de 2019, o vírus já estava presente. O interessante é que na Itália o primeiro caso oficial foi registrado somente três meses depois, em 21 de fevereiro de 2020.

Na Espanha, a Universidade de Barcelona divulgou estudo que coletou amostras de duas estações de tratamento de esgoto da Catalunha. Constataram-se grandes quantidades de genoma de coronavírus nas fezes. O vírus foi encontrado em 12 de março de 2019, quase que exatamente um ano antes de ser declarada pandemia pela Organização Mundial de Saúde, fato ocorrido em 11 de março de 2020.

Num estudo piloto em Queensland, na Austrália, iniciado em abril de 2020, pesquisadores foram capazes de detectar um fragmento genético do Sars-CoV-2 no esgoto de duas estações de tratamento de esgoto - ETE.

Na Holanda, epidemiologistas de esgoto agiram antes do surto de Covid-19 e coletaram amostras de sete cidades e de um grande aeroporto em fevereiro e março, onde o vírus foi encontrado. Os pesquisadores afirmam que a análise de esgoto poderá ser um indicador extremamente eficiente para alertar o avanço do coronavírus.

Na França, pesquisadores estão realizando o mapeamento e o monitoramento das condições de contaminação da população graças a estudos realizados em amostras de esgotos de Paris. Nesse sentido, é possível verificar o aumento de casos positivos em amostras de acordo com o comportamento da sociedade em respeito das medidas de isolamento social, auxiliando em tomadas de decisão sobre os avanços e eficácia das soluções adotadas.

No Brasil, segundo os estudos realizados pela Agência Nacional de Águas (ANA), Universidade Federal de Minas Gerais e demais órgãos do Estado de Minas Gerais, nas cidades de Belo Horizonte e Contagem, foram realizadas análises em esgotos e verificou-se em determinados pontos a presença do SARS-COV 2 em 100% das amostras. Através dos dados, estimou-se que há aproximadamente vinte vezes mais pessoas infectadas do que o número divulgado de casos notificados da COVID-19.

No Estado do Rio de Janeiro, devido as constatações dos estudos apresentados, a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) iniciou a série de estudos, em abril de 2020, na cidade de Niterói para verificar se há a presença do novo Coronavírus em amostras de esgotos.

Os resultados iniciais evidenciam a eficácia da metodologia na ampliação da vigilância de propagação do novo coronavírus. Na primeira semana, foi possível detectar material genético do novo coronavírus em amostras de esgotos em cinco dos 12 pontos de coleta.

O estudo mais recente, divulgado dia 2 de julho de 2020, Intitulado "SARS-CoV-2 in humansewage in Santa Catarina, Brazil, November 2019", relata sobre a descoberta de partículas do novo coronavírus (Sars-CoV-2) em duas amostras do esgoto de Florianópolis colhidas em 27 de novembro de 2019. A pesquisa ainda não publicada por revista científica que tenha como critério uma revisão por pares (cientistas da mesma área). Esse novo estudo tem participação de pesquisadores da UFSC, da Universidade de Burgos, da Espanha, e da start-upNeoprospecta/BiomeHub, de Florianópolis.

Ante o exposto, o Grupo de Pesquisadores do Projeto Índice de Poluentes Hídricos da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, em parceria com pesquisadores da Fundação SOS MATA ATLÂNTICA – Projeto Observando os Rios, baseados em resultados insatisfatórios em pesquisas anteriormente realizadas sobre a qualidade das águas do rio Tamanduateí e Ribeirão dos Meninos, ambos localizados no Grande ABC, constata a importância do aprofundamento de pesquisas de mesmo caráter na região, haja vista o grande aporte de contaminações, provenientes de remanescentes de esgotos com ou sem tratamento lançadas nos cursos d'água e a degradação ambiental da região, bem como os crescentes casos da doença.

Saneamento no Grande ABC

O Saneamento Básico, mais especificamente os serviços de coleta e tratamento de esgoto das cidades da região do Grande ABC, apresentam índices aquém do necessário para a totalidade de atendimento e universalização.

Segundo o Instituto Trata Brasil, em um ranking entre as demais cidades do Estado de São Paulo, verifica-se que: Mauá apresenta 81,13% e está na 24^o posição; Diadema, 37,47%, na 35^o posição; Santo André, 37,42%, na 43^o posição; e São Bernardo do Campo, 26,55%, na 46^o posição.

Excepcionalmente, a cidade de São Caetano do Sul apresenta bons resultados em seus números, primeira colocada no ranking do Trata Brasil, com atendimento de 100% dos serviços de saneamento básico. Contudo, acaba prejudicada tendo seus principais afluentes, o Rio Tamanduateí e o Ribeirão dos Meninos altamente poluídos, recebendo altos índices de contaminação difusa e lançamentos de efluentes dos municípios do entorno.

IQA - Índice de Qualidade de Água- CETESB

O IQA, adaptado do índice desenvolvido pela *National Sanitation Foundation*, dos Estados Unidos, é obtido por meio da soma de parâmetros físicos, químicos e biológicos encontrados nas amostras de água. Esse índice começou a ser utilizado no

Brasil em 1974, pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), para avaliar a condição ambiental das águas doces superficiais no estado.

Segundo relatório do IQA 2018 apresentado pela CETESB, na área de estudo existem estações de monitoramento de qualidade da água que coletam bimestralmente amostras e analisam parâmetros. Os resultados são expostos na classificação que varia entre ótima, boa, regular, ruim e péssima.

No Mapeamento da Região do Grande ABC verificam-se três estações de monitoramento (a oeste no Ribeirão dos Couros antes de desembocar no Ribeirão dos Meninos, e a leste/norte no Rio Tamanduateí), todas com classificação péssima, conforme Figura 1.

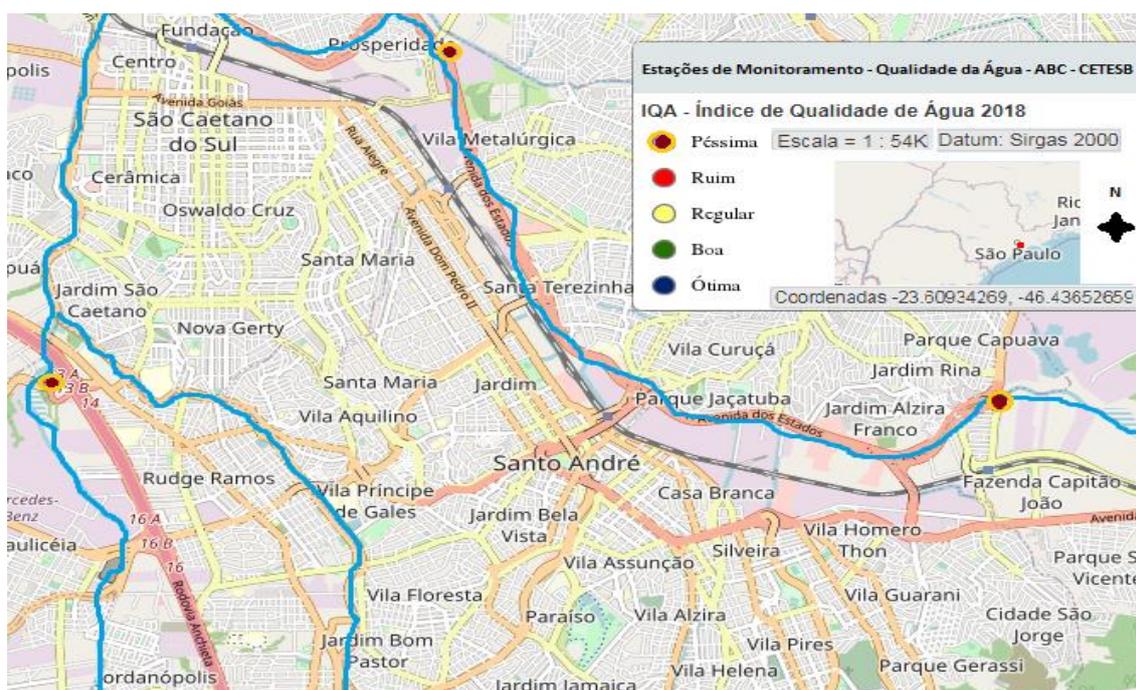


Figura 1- Mapa de Estações de Monitoramento da Região do ABC - Adaptado de: <http://datageo.ambiente.sp.gov.br/app/?ctx=DATAGEO#> Acesso em 28/06/2020.

Na Figura 2, observam-se os dados dos resultados das análises do IQA 2018 do Ribeirão dos Couros e do Rio Tamanduateí.

Sist. hidrico	Ponto	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	IQA 2018
Ribeirão dos Couros	CORU04950	23		13		12		11		12		10		13
	TAMT04250	15		14		18		14		13		14		15
Rio Tamanduateí	TAMT04500	14		14		12		14		16		16		14
	TAMT04600	21		15		13		14		13		16		15
	TAMT04900	17		15		13		13		13		15		14

■ Ótima | ■ Boa | ■ Regular | ■ Ruim | ■ Péssima

Figura 2 - Resultados do IQA - Índice de Qualidade da Água - CETESB. Fonte: https://cetesb.sp.gov.br/agua.ntent/uploads/sites/12/2019/10/Ap%C3%AAndice-J_Resultados-do-Monitoramento.pdf Acesso em: 28/06/2020.

IQA – Índice de Qualidade da Água – Projeto IPH

Desde 2010, o Projeto IPH realiza análises físico-químicas e microbiológicas de qualidade da água no rio Tamanduateí e no Ribeirão dos Meninos. São realizadas análises em campo e laboratoriais, com sondas específicas para essa finalidade. A coleta é feita em superfície, de acordo com a ANA - Guia Nacional de Coleta e Preservação de Amostras.

Para as análises microbiológicas para determinação de Coliformes Termotolerantes e bacteriológicos são seguidos os protocolos definidos segundo *Standart Methods for the Examination of Water and Waste water 23rd edition* (2017). As amostras são levadas para o Laboratório de Análises Ambientais do Projeto IPH – índice de Poluentes Hídricos da Universidade Municipal de São Caetano do Sul.

Especificamente nos estudos a respeito da qualidade de água dos rios e córregos da região hidrográfica do Alto Tietê- Billings, onde estão inseridos os municípios do ABC, as análises e levantamentos foram realizados em parceria com o Projeto Observando os Rios da Fundação SOS Mata Atlântica, desenvolvido para medir a evolução do IQA em bacias hidrográficas com emprego de metodologia própria voltada a promover o engajamento social e a governança da água do ambiente e da saúde.

As coletas e análises da qualidade da água realizadas no âmbito do Projeto Observando os Rios são realizadas mensalmente desde 2010 nas bacias hidrográficas, em ciclos hidrológicos de 12 meses, ininterruptamente.

Rio Tamanduateí

Durante os dez anos de estudos a maioria dos pontos de coleta monitorados se manteve com qualidade de água péssima, ou no máximo ruim. Os pontos que estão com qualidade de água boa ou ótima são localizados junto as nascentes do rio, que estão em área extremamente preservada em unidades de conservação, do Parque Municipal da Gruta de Santa Luzia no Município de Mauá/SP.

Verifica-se que, após a construção da ETE – Estação de Tratamento de Esgotos em Mauá, houve leve melhora na qualidade da água coletada em pontos próximos a ETE, elevando os índices de péssimo para ruim.

Conforme se observa na Figura 3, não houve grande variação na qualidade da água nos pontos de coleta nas diferentes campanhas durante a série histórica desse ciclo de uma década.

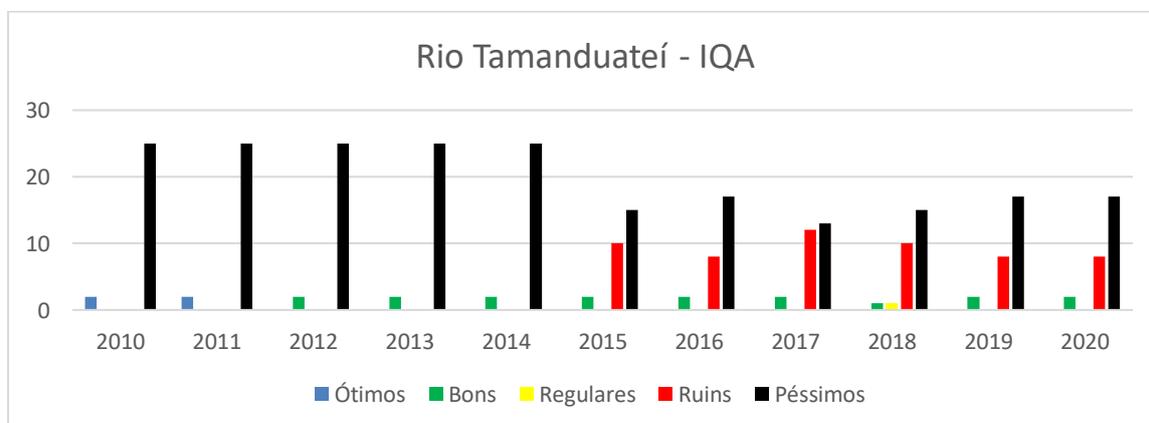


Figura 3 – Campanhas do período 2010-2020 do Rio Tamanduateí.

Ribeirão dos Meninos

Durante os dez anos de acompanhamento mensal desse rio não houve grandes modificações na qualidade de suas águas ou mesmo de suas margens. A partir de 2016 alguns pontos mostraram-se com qualidade de água ruim, apontando uma leve tendência de melhora. Comprovadamente, porém, uma grande carga de esgoto domésticos não tratado e de remanescentes industriais ainda é lançada diretamente nesses corpos de água, que recebe também uma contribuição significativa do Ribeirão dos Couros.

Verifica-se que não houve grandes variações, nem ao longo dos dez anos nem quando as campanhas são individualizadas. Na Figura 4 observa-se os resultados da série histórica do Ribeirão dos Meninos. Vale salientar que esses indicadores apontam a média dos resultados dos doze meses de coleta, obtidos nas campanhas anuais.

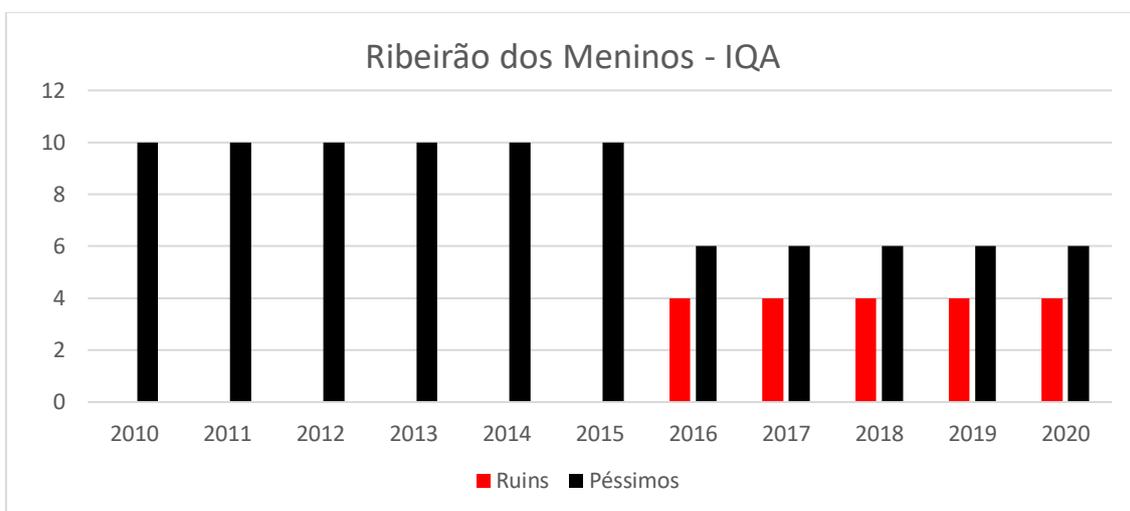


Figura 4 - Campanhas do período 2010-2020 do Ribeirão dos Meninos.

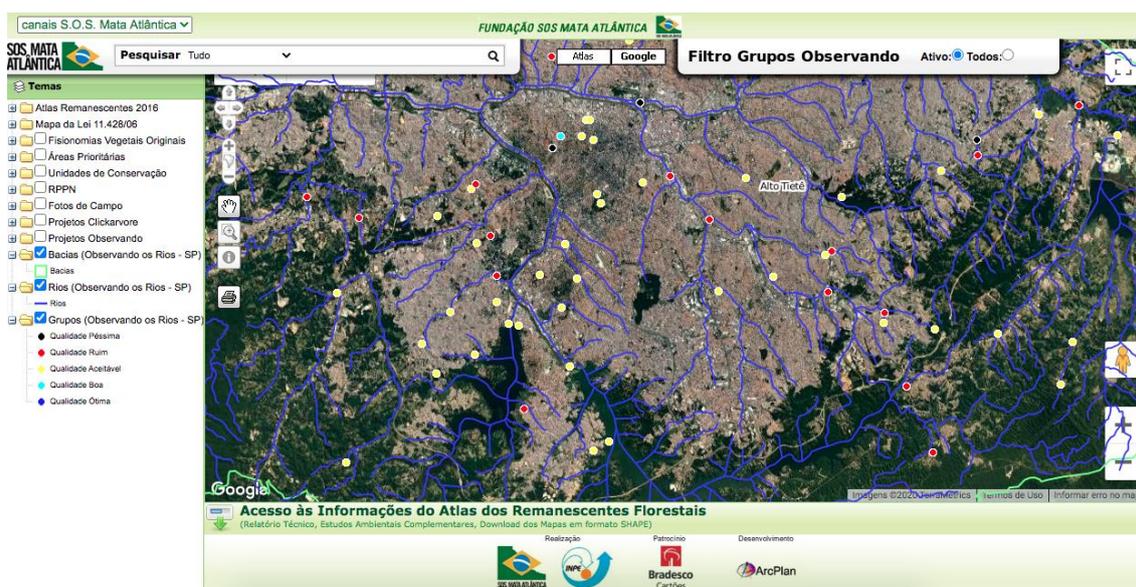


Figura 5: Pontos com o último resultado do IQA na sub-bacia Billings-Tamanduateí

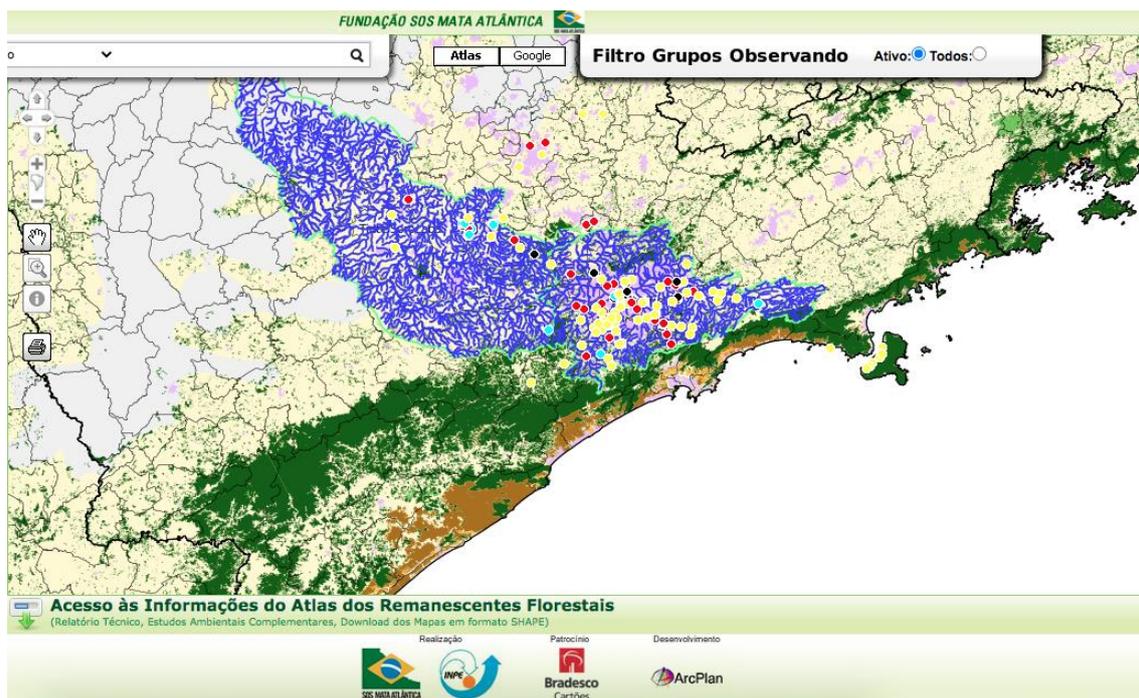


Figura 6: Espacialização dos pontos de coleta do projeto Observando os Rios nas bacias do rio Tietê

Esses estudos permitem construir um retrato da evolução dos índices de qualidade na bacia hidrográfica e mensurar como o lançamento de esgotos in natura, ou com precários índices de tratamento revelam os impactos ambientais e de saúde pública para toda a região Metropolitana de São Paulo e bacias de jusante.

A análise dos efluentes e contaminantes provenientes dos lançamentos de esgotos nos rios e corpos d'água evidencia a necessidade de ampliar os estudos e as pesquisas sobre como a qualidade da água superficial nas bacias hidrográficas pode refletir alertas ambientais relevantes para a saúde pública e ampliar o leque das pesquisas realizadas nos sistemas de esgotos.

Mapeamento do número de casos suspeitos de Covid-19 no Grande ABC

Segundo estudos da Universidade Federal do ABC, a região apresenta elevado número de casos suspeitos de COVID-19. Na Figura 5, observa-se a mesma área de estudos que aponta péssimos resultados no IQA - Índice de Qualidade da Água – CETESB, o que pode sugerir alto índice de esgotos com contaminação.

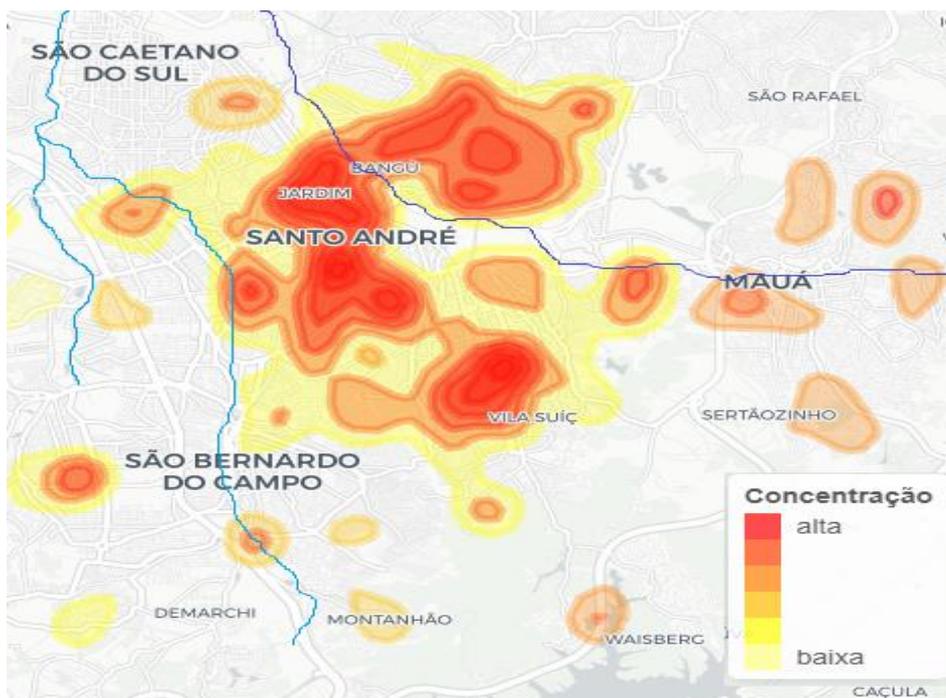


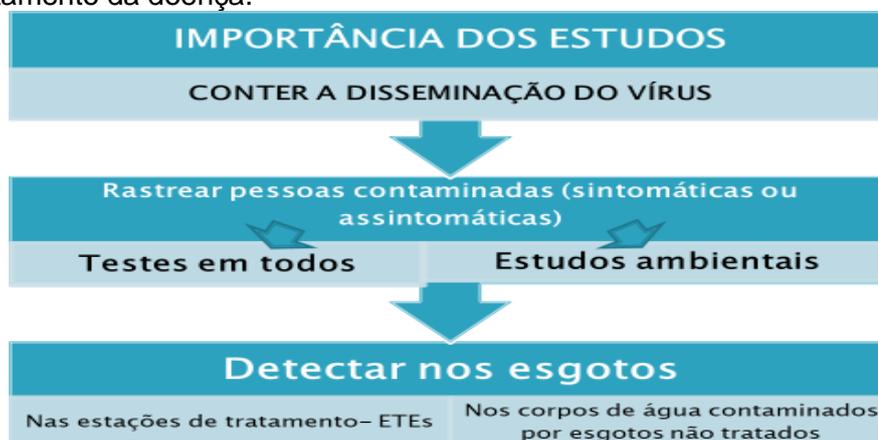
Figura 5 - Mapa de Casos Suspeitos de COVID-19 no ABC. Adaptado de: <https://covidata.ufabc.edu.br/report.html#mapa-interativo>. Acesso em: 28/06/2020

Para os dados da Figura 5, levou-se em consideração o período de 24/05/2020 a 14/06/2020. Para fins de comparação, o número de casos no Território Nacional é 499. Na Região do ABC, este número é 413.

Conclusão

Baseado nos apontamentos realizados verifica-se a possibilidade e eminência de contaminação por *SARS-CoV-2* (*novo coronavirus*) nos cursos d'água e esgotos da região do Grande ABC, nas sub-bacias hidrográficas Billings Tamanduateí, uma vez que há grande aporte de esgotos domésticos e industriais e poluição difusa lançados, resultando em péssimas condições de qualidade da água. Com isso, ressalta-se a urgência de se iniciarem estudos que possam analisar se há contaminação presente nas amostras, tendo em vista já existirem diversos outros estudos realizados em âmbito nacional e internacional sobre o assunto.

O esquema abaixo traduz a importância dos estudos sobre a presença do coronavírus em esgotos. Isto justamente para que seja possível ter planos de ações para o enfrentamento da doença.



Fonte: dos autores

Sugestões

- Efetivar com maior urgência os Planos Municipais de Saneamento.
- Empregar novas tecnologias para o tratamento do esgoto.
- Investir em pesquisa, equipamentos e pesquisadores capacitados sobre o tema.
- Ampliar a implementação de políticas públicas de saneamento ambiental e saúde pública.

Marta Angela Marcondes. *Doutoranda pela Universidade Federal de São Paulo-UNIFESP, Mestre em Educação, Administração e Comunicação pela Universidade São Marcos, especialização em Ecologia pela Universidade São Judas e em Morfologia pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP. Graduada em Ciências Biológicas. Professora titular da Universidade Municipal de São Caetano do Sul- USCS. Coordenadora do Projeto IPH - Índice de Poluentes Hídricos - USCS, da Liga Acadêmica Interdisciplinar de Saúde Coletiva - LAISC e do Projeto EXPEDIÇÃO MANANCIAIS. Gestora do Curso de Gestão Ambiental - USCS. Membro da Câmara Técnica de Educação Ambiental do Comitê do Alto Tietê. link lattes: <http://lattes.cnpq.br/4139017884353855>*

Maria Luisa Taborda Borges Ribeiro. *Gerente da causa Água Limpa, especialista do Comitê de Políticas Públicas e Advocacy da Fundação SOS Mata Atlântica e Gestora do Projeto Observando os Rios. Bacharel em Comunicação Social, Jornalista, com atuação em políticas públicas, gestão ambiental e de recursos hídricos. Conselheira, representante da sociedade civil no seguimento entidades ambientalistas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo e no Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Sorocaba e Médio Tietê, colegiado em que exerceu a vice-presidência por três mandatos. Membro do Grupo Executivo do Observatório de Governança da Água; do GWP Brasil (Parceria Brasileira pela Água) do CONSOC – Conselho da Sociedade Civil no Banco Interamericano de Desenvolvimento – BIB. Editora e coautora da Rede das Águas da Fundação SOS Mata Atlântica voltada a articulação entre organizações, redes e fóruns de água.*

Fernanda Amate Lopes. *Graduada em Licenciatura Plena e Bacharelada em Ciências Biológicas pela Universidade do Grande ABC (2007). Bióloga, Pesquisadora e Coordenadora de Educação Ambiental do Grupo Biguá de Educação Ambiental, atual Projeto IPH - Índice de Poluentes Hídricos, desenvolvido pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS (2003). Membro da equipe do projeto Expedições Mananciais desenvolvido em parceria com a empresa Prominent, Fundação SOS Mata Atlântica e o Ecoturista Dan Robson com ênfase em Ecologia de Ecossistemas e Recursos Hídricos.*

link lattes: <http://lattes.cnpq.br/5771646776557889>

Paula Simone da Costa Larizzatti. *Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito São Bernardo (1991), Graduada em Licenciatura em Ciências Biológicas pelo Centro Educacional Anhanguera (2010), Especialista em Gestão Ambiental pelo Centro Educacional Anhanguera (2012), professora voluntária do Projeto IPH - Índice de Poluentes Hídricos (desde 2010), Coordenadora Técnica do Projeto EXPEDIÇÃO MANANCIAIS e do Projeto ÁGUAS QUE EDUCAM: um novo olhar sobre os recursos hídricos, desenvolvidos em espaços educadores. Membro da Câmara Técnica de Educação Ambiental do Comitê do Alto Tietê*

link lattes: <http://lattes.cnpq.br/5530635002920110>

André Contri Dionizio. Mestre em Estudos Ambientais pela Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales (Buenos Aires/Argentina). MBA em Gestão Pública pela Universidade Cruzeiro do Sul/São Paulo. Especializado em Política e Estratégia pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra - ADESG/São Paulo. Bacharel e Licenciado em Geografia pelo Centro Universitário Sant'Anna/São Paulo. Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Cidade de São Paulo. Oficial R/2 do Exército Brasileiro pelo CPOR/SP (2010-2018).

Link lattes: <http://lattes.cnpq.br/7354535984086636>

Angela Maria Manfreda Villalobos. Discente do curso de graduação em nutrição da Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS, monitora técnica e pesquisadora no Laboratório de Análise Ambiental do Projeto IPH - Índices de Poluentes Hídricos da Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS.

Link lattes: <http://lattes.cnpq.br/2418401031140625>

Raine Castioni de Souza. Graduanda do curso de nutrição da Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS, possui graduação em Alimentos pela Faculdade de Tecnologia Termomecânica (2015). Pesquisadora/ Monitora técnica do Projeto IPH - Índices de Poluentes Hídricos e do Laboratório de Análise Ambiental da Universidade de São Caetano do Sul. Atua na área de saúde e meio ambiente e de saúde coletiva no Projeto Águas que Curam: Um novo olhar sobre os recursos hídricos.

Link lattes: <http://lattes.cnpq.br/5667692779734367>

Letícia Piccolo Galina. Graduanda do curso de enfermagem da Universidade São Caetano do Sul. Pesquisadora/ Monitora técnica do projeto IPH - Índices de Poluentes Hídricos e do Laboratório de Análise Ambiental da Universidade de São Caetano do Sul. Atua na área de saúde e meio ambiente e de saúde coletiva no Projeto Águas que Curam: Um novo olhar sobre os recursos hídricos.

Link lattes:

https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=C548AB13035B510364FD0FB5CA1CFA08

Referências Bibliográficas

AFP -Coronavírus estava no esgoto da Itália em dezembro, diz estudo – Disponível: <https://exame.com/ciencia/coronavirus-estava-no-esgoto-da-italia-em-dezembro-diz-estudo/> Acesso: 19/06/2020

Ahmed W, Angel N, Edson J, Bibby K, Bivins A, O'Brien JW, Choi PM, et al. First confirmed detection of SARS-CoV-2 in untreated wastewater in Australia: A proof of concept for the wastewater surveillance of COVID-19 in the community. *Sci Total Environ* 2020;728:138764.

Boletim de Acompanhamento Nr.3 – ETES Sustentáveis - Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível: <http://etes-sustentaveis.org/wp-content/uploads/2020/05/Boletim-3-vf.pdf>. Acesso em: 28/06/2020.

CARLOS, E. Apenas a União do Cidadão, Estado e Prefeituras Salvará o Tietê. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/apenas-a-uniao-do-cidadao-estado-e-prefeituras-salvara-o-tiete--portal-do-saneamento>> Acesso em: 02 abr 2020.

Cetesb – Índice de Qualidade da Água – Relatórios de Monitoramento - Apêndice J - Resultados do Monitoramento. Disponível: https://cetesb.sp.gov.br/aguas-interiores/wp-content/uploads/sites/12/2019/10/Ap%C3%AAndice-J_Resultados-do-Monitoramento.pdf Acesso: 26/06/2020

Chen et al “SARS-CoV-2–Positive Sputum and Feces After Conversion of Pharyngeal Samples in Patients With COVID-19”. *Annals of Internal Medicine* <https://doi.org/10.7326/M20-0991>

Fundação SOS Mata Atlântica – Relatório Observando os Rios 2020 - O retrato da qualidade da água nas bacias da Mata Atlântica. Disponível: <https://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2020/03/observando-rios-2020page-digital.pdf> Acesso em: 26/06/2020

Guia nacional de coleta e preservação de amostras: *água, sedimento, comunidades aquáticas e efluentes líquidos* (2011) Agência Nacional de Águas [ANA]. 326 p Brasília-Brasil.

LARIZZATTI, Paula. Análise temporal do comportamento dos parâmetros químicos amônia e pH das águas dos rios e córregos do município de São Caetano do Sul. 2011.

Norma técnica L5.202 (2018) *Coliformes totais, coliformes termotolerantes e Escherichia coli - Determinação pela técnica de tubos múltiplos*, 5ª Ed, 29 p. Companhia de Tecnologia Ambiental [CETESB], São Paulo.

NOZAKI, Cassia Tieme. MARCONDES, Marta Angela. LOPES, Fernanda Amate. LARIZZATTI, Paula Simone da Costa. SANTOS, Karoline Ferreira dos. Comportamento Temporal de Oxigênio Dissolvido e pH nos Rios e Córregos Urbanos. Vol. 2. N.1. Jan Abril - 2014.

SÃO CAETANO DO SUL. Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, Secretaria de Saúde. Plano Municipal da Saúde 2010-2013 – disponível em <http://www.saocaetanodosul.sp.gov.br/pdf/planosaude20102013.pdf> acesso em:

Sentinel surveillance of SARS-CoV-2 in wastewater anticipates the occurrence of COVID-19 cases Gemma Chavarria-Miró, Eduard Anfruns-Estrada, Susana Guix, Miquel Paraira, Belén Galofré, Gloria Sánchez, Rosa M. Pintó1 , Albert Bosch1 doi: <https://doi.org/10.1101/2020.06.13.20129627>

TRATA BRASIL. ESGOTO. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/saneamento/principais-estatisticas/no-brasil/esgoto> Acesso em 02 abr 2020.

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Coronavírus é identificado em esgotos. 06 de maio de 2020. Belo Horizonte; 2020 [acesso 11 maio 2020]. Disponível em: <http://www.ufmg.br/prae/noticias/coronavirus-e-identificado-em-amostras-de-esgoto>

Vinicius Ferreira (IOC/Fiocruz) Fiocruz divulga estudo sobre a presença do novo coronavírus em esgotos sanitários. Disponível:

<https://portal.fiocruz.br/noticia/fiocruz-divulga-estudo-sobre-presenca-do-novo-coronavirus-em-esgotos-sanitarios> Acesso em: 28/04/2020

Wurtzer S, Marechal V, Mouchel J-M, Maday Y, Teyssou R, Richard E, Almayrac JL et al. Time course quantitative detection of SARS-CoV-2 in Parisian wastewaters correlates with COVID-19 confirmed cases. medRxiv 2020. doi: 10.1101/2020.04.12.20062679

Nota Técnica

3. RENDA BÁSICA PERMANENTE: UMA UTOPIA POSSÍVEL

Lucia Helena Salgado

Resumo Executivo

Conforme cresce a consciência acerca do aprofundamento do fosso de desigualdade e outros problemas estruturais contemporâneos, robustecem-se experimentos, projetos e a discussão sobre programas de renda básica. Com a eclosão da crise econômica provocada pela pandemia de COVID-19, no Brasil, como em outros países, foi implantado programa de auxílio emergencial, de curta duração (Lei 13.982/2020). A adoção dessa medida estimula o debate em torno da ideia de renda básica permanente como política pública. Examinadas brevemente as origens e diferentes versões da proposta de renda básica ao longo da história moderna, discutem-se os três mitos difundidos em torno de programas de renda básica: gerariam desestímulo ao trabalho, seu financiamento seria inviável e esbarrariam em insuperável complexidade e resistência política. Apresentam-se evidências que contrariam tais mitos, concluindo que o país dispõe de recursos financeiros e instituições para garantir renda mínima permanente a todos os brasileiros em condições de vulnerabilidade.

Palavras-chave: renda básica permanente; renda mínima universal; desigualdade; pobreza; tributação progressiva.

I. Introdução

A quantidade de estudos, experimentos, programas e discussão em torno de uma renda básica ou mínima, condicional ou incondicional já vinha se avolumando desde o início do século - parecia que caíra a ficha, afinal, para academia e para governos - tanto de países ricos como em desenvolvimento - de que o aumento alarmante da desigualdade social, a estagnação de crescimento, o desemprego estrutural agravado pelos desafios impostos pela 4ª revolução industrial exigiam mais do que políticas paliativas. Temores de instabilidade social, crescente polarização e descrença na democracia liberal traduzindo efeitos não antecipados da globalização e de décadas de prevalência dos dogmas da religião do mercado reacenderam o interesse sobre o tema. A pandemia de covid-19 que eclodiu em março de 2020, com a dramática crise econômica que vem provocando, tornou urgente e imperiosa a adoção pelos governos de políticas de auxílio às populações mais vulneráveis, assim como àqueles que repentinamente se viram desprovidos de qualquer renda. No Brasil, um programa de renda básica emergencial foi criado pela Lei 13.982/2020, prevendo uma duração de três meses. Contudo, uma vez instituídas tais políticas como resposta à atual crise, resta criada a oportunidade para, com ajuda do debate bem informado, vencer resistências à ideia de uma renda básica permanente e, até mesmo, universal.

II. Uma ideia quase tão antiga quanto o Brasil

A ideia de uma renda básica ou renda mínima, condicional ou não, é bem antiga. No Brasil, como política pública foi bravamente defendida por décadas pelo então Senador Eduardo Suplicy. A proposta de uma renda mínima para famílias em situação de vulnerabilidade traduziu-se em experimentos nos anos 1990 na cidade de Campinas e no distrito Federal, condicionada à manutenção das crianças na escola.

Programa federalizado a partir de 1997, denominou-se Bolsa Escola a partir de 2001, com a entrada em operação do Cadastro Único. O projeto do Senador Suplicy de uma renda básica de cidadania foi finalmente transformado em lei em 2004 (Lei 10.835/2004) unificando-se a Bolsa Escola e auxílios adicionais (Bolsa Alimentação e Auxílio Gás) no programa Bolsa Família.

Originalmente, a ideia de uma renda básica, que retire populações da situação de miséria e fome, nasce com a Idade Moderna e o pensamento humanista. Durante a idade Média, o auxílio aos mais pobres era associado à caridade e institucionalizado pela Igreja, cujas ordens religiosas mantinham, financiadas por doações voluntárias das famílias ricas, casas de acolhimento de toda sorte. Na Idade Moderna, Thomas More em “A Utopia” (1506) ¹propõe introduzir o tema da atenção para com os mais pobres na agenda dos Estados organizados, quando o personagem do viajante português narra conversa tida com o Arcebispo de Canterbury, em que defendera a oferta de uma renda mínima com argumento que, ao tempo que valoriza a dignidade humana, já carrega um sentido racional e pragmático: seria uma política mais eficaz contra o crime do que sentenciar à morte os ladrões. Seja por razões humanistas ou pragmáticas, a proposta de um auxílio sistemático e independente dos humores da caridade se transforma pouco depois nas “*Poor Laws*”, instituídas na Inglaterra em 1516, que perduraram por mais de três séculos, sempre condicionadas ao trabalho.

A ideia torna a aparecer no século iluminista, justamente na França das vésperas da Revolução, pelas mãos do Marquês de Condorcet, que entre escritos que até hoje inspiram a economia e a ciência política, deixou manuscrita uma proposta para reduzir a pobreza e a insegurança social, no que seria uma forma rudimental de sistema de seguridade social, (publicado postumamente em 1795)². Partindo de Condorcet, Thomas Paine estende a ideia e teria sido o primeiro tanto a se preocupar com a forma de financiamento dessa despesa como a pensar a renda como universal, propondo um imposto sobre a propriedade da terra cuja arrecadação deveria ser distribuída igualmente à comunidade, sem distinção entre ricos e pobres (considerando-se que originalmente a terra seria propriedade de todos os habitantes do planeta).

Adiante, ainda no mundo das ideias, encontramos uma proposta mais estruturada como política pública, na obra Princípios de Economia Política de John Stuart Mill. Mill era o que hoje denominaríamos de um liberal progressista - à época pertencente ao grupo denominado “pensadores radicais”. De fato, eram ideias avançadas as que defendia em plena era vitoriana (entre as décadas de 1840 e 1860): voto universal, educação pública para meninos e meninas, liberdade de expressão e associação, igualdade entre os gêneros, incluindo direito à propriedade e ao voto. Mill defende a legitimidade das *Poor Laws* “*none needs help so urgently as one who is starving (...) there is the amplest reason for making the relief of so extreme an exigency as certain to those who require it (...)*”. Contudo, honrando a formação utilitarista, preocupa-se com que essa ajuda seja mínima, de modo a manter o incentivo à busca de renda por meios próprios (ao trabalho, portanto): “*The problem to be solved is some of peculiar*

¹**A Utopia**, Thomas More, Penguin Clássicos, 2014.

²**Esboço de um Quadro Histórico dos Progressos do Espírito Humano** (1795), Editora Unicamp, 2014.

nicety as well as importance: how to give the greatest amount of needful help, with the smallest encouragement to undue reliance on it”³.

A noção de que a sociedade politicamente organizada no Estado tem a obrigação de prover sustento mínimo a seus cidadãos acaba por tomar outro rumo, o que no final do século XIX dará origem à Previdência Social, condicionada também ao trabalho, complementada pela assistência social, condicionada a parâmetros sócio-econômicos de vulnerabilidade formando o sistema de Seguridade Social conhecida na Europa e nas Américas.

Com isso, a ideia de uma renda básica condicionada ou universal perde apelo, embora continue povoando a mente dos economistas norte-americanos, num amplo espectro ideológico; nos anos 1960, Friedman em 1962⁴ propôs substituir o sistema de seguridade social por um imposto de renda negativo, com o que abaixo de determinado nível de renda anual, as pessoas receberiam da receita federal, em vez de pagar⁵. O autor argumentava que o sistema seria mais simples e barato, por eliminar toda a burocracia associada aos programas sociais (cuja ampliação estava na agenda). Tobin e Galbraith, economistas atentos à concentração de renda defenderam ideias semelhantes⁶.

III. Os mitos em torno de programas de renda básica

Existem três mitos em torno da ideia de programas de renda básica, com ou sem condicionalidades, que merecem ser examinados mais de perto: renda básica geraria preguiça; seria impossível financiar renda básica permanente e o programa seria de complexidade extrema e esbarraria em resistência política.

1) Renda básica gera preguiça

Um dos mitos que se perpetuou sobre a ideia de renda básica é o de que desestimularia o trabalho - a preocupação já estava presente nas *Poor Laws*, que instituíam o trabalho obrigatório em troca do amparo e foi expressa mais claramente por Stuart Mill, ao mencionar a necessidade de uma renda que suprisse o mínimo para a sobrevivência, mas nada além disso, para não se contrapor ao incentivo ao trabalho. Margaret Thatcher, protagonista junto a Ronald Reagan da onda neoliberal que varreu o Ocidente a partir dos anos 1980, apontava mecanismos de seguridade social em geral e rendas assistenciais em particular como perniciosas para uma sociedade de “homens livres”, contrárias à “ética da responsabilidade individual”, que impulsionaria o “indivíduo racional” à prudência e ao esforço pessoal⁷. Experimentos com base

³ J S Mill, **Principles of Political Economy** Books IV and V, (1848) Penguin Classics, 1985.

⁴ **Capitalismo e Liberdade** (1962), LTC Editora, 2014.

⁵ Sobre as distinções conceituais e técnicas entre renda básica incondicional e imposto de renda negativo, ver **Basic Income: A Radical Proposal for a Free Society and a Sane Economy**. Philippe Van Parijs e Yannick Vanderborght, Harvard university Press, 2017.

⁶ Essa discussão nos anos 1960 está bem descrita em “Renda básica: renda mínima garantida para o século XXI?” Philippe Van Parijs in **Estudos Avançados** 14 (40) 2000.

⁷ **A Nova Razão no Mundo - Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal**. Christian Laval e Pierre Dardot, Editora Boitempo, 2016.

científica não confirmam tais temores: Abhijit Banerjee⁸ e coautores analisaram seis programas de transferência de renda em diversos países⁹ e não encontraram evidências de desestímulo ao trabalho. Um experimento realizado na Finlândia pelo governo entre 2017 e 2018, com dois mil desempregados, também não encontrou evidências de desestímulo à busca de emprego por parte dos receptores de renda. Ao contrário, encontraram-se evidências robustas de aumento do bem-estar, autoestima e saúde dos receptores. A recorrência dessas evidências empíricas são o melhor argumento para contrapor a uma crença que só agora foi posta à prova.

2) É impossível financiar renda básica permanente

Imaginemos um cenário em que flui o diálogo, posições divergentes são expostas e ouvidas com atenção, busca-se o convencimento, o entendimento em torno de pontos em comum. A sociedade está consciente do mal-estar geral e crescente provocado pela desigualdade social e resolve estabelecer um pacto de solidariedade e harmonia, um novo contrato social que inclua uma radical revisão do sistema tributário, capaz de financiar a provisão de bens públicos e operar como instrumento de redistribuição. Cenário ideal, mas distante. Entre o um mundo ideal e o status quo, há alternativas que merecem ser exploradas; vamos examinar algumas.

No Brasil, apenas a renda do trabalho é tributada de forma progressiva. A renda do capital - lucros e dividendos, ganhos de capital, rendimentos financeiros - não. Não por coincidência, pesquisadores que vêm analisando dados de declarações à Receita Federal por pessoas físicas percebem uma redução significativa da renda derivada do trabalho e aumento da renda do capital em anos recentes, a ponto de menos da metade dos valores declarados serem rendimentos do trabalho¹⁰. Harmonizar a tributação de rendas oriundas do trabalho com rendas oriundas do capital e da propriedade não é apenas boa técnica tributária: é imperioso para eliminar a discriminação contra a renda do trabalho. Para isso, a revogação da regra instituída pela Lei 9.249/95, que isentou lucros e dividendos distribuídos e a imposição às rendas do capital das mesmas alíquotas progressivas a que estão sujeitas as rendas do trabalho demandaria apenas legislação ordinária, com entrada em vigor em 01/01/2021. Estudos técnicos indicam o potencial de arrecadação de R\$ 59,7 bilhões por ano com essa medida¹¹.

⁸Co-fundador do J-Pal/MIT (Abdul Latif Jameel Poverty Action Lab: Laboratório de Ação contra a Pobreza, ligado ao MIT) e prêmio Nobel de 2019 com Ester Duflo e Michael Kremer por seus estudos empíricos sobre combate à pobreza (utilizando técnicas de experimentos, com amostragem aleatória de grupos de tratamento e controle, acompanhados por cerca de dois anos). Sobre tais técnicas consultar: **Running Randomized Evaluations - a practical guide** - Rachel Glennerster e Kudzaitakavarasha, Princeton Univ. Press, 2013. Sobre esses e outros experimentos: www.povertyactionlab.org

⁹Os países onde os experimentos com controle randomizados (RCT, na sigla em inglês) foram realizados são Indonésia, Filipinas, México, Nicarágua, Marrocos e Honduras.

¹⁰ Marcelo Medeiros e Fabio Castro "A composição da renda no topo da distribuição: evolução no Brasil entre 2006 e 2012 a partir de informações do imposto de renda" in **Economia e Sociedade**, Unicamp, agosto 2018 e José Roberto Afonso, "Imposto de renda, baixo e diferenciado" in **Conjuntura Econômica**, FGV, novembro de 2016.

¹¹ Tramitam no Congresso grande número de projetos de lei, de autoria do Legislativo, prevendo a revogação dessa isenção e a aplicação da tabela progressiva a que estão sujeitas as rendas do trabalho aos recebimentos de lucros e dividendos por parte de pessoas físicas. Destacam-se o PL 2.742/20 do senador José Serra e o PL 3.190/2020 do Senador Eduardo Braga. As entidades representantes de auditores fiscais da Receita Federal reunidas no Unafisco têm subsidiado o Legislativo com estudos que apontam, em especial, para a estimativa de R\$ 59,7 bilhões/ano de arrecadação apenas com a revogação da isenção para lucros e dividendos. ("Auditores Fiscais propõe medidas de impacto tributário" Valor Econômico, caderno Valor Investe, Edna Simão, Brasília, 17/02/2020).

Outras possibilidades, complementares ou alternativas, seriam a elevação da alíquota de contribuição social sobre lucro líquido para instituições financeiras¹² para 27,5%¹³ ou a instituição de uma contribuição extraordinária, de 27,5% sobre lucros líquidos para grandes conglomerados, financeiros ou produtivos, a partir de determinado patamar, vamos dizer, lucros líquidos superiores a 1 bilhão de reais.

Dentre as diversas propostas resultantes de estudos técnicos encaminhados ao Legislativo e autoridades econômicas por entidades representativas dos auditores fiscais¹⁴, destaca-se o acréscimo temporário de 15% na CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) e de mais 4% na Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) para as instituições financeiras, o que elevaria, segundo os cálculos, em R\$ 38 bilhões a arrecadação anual. Para efeito de cobertura da extensão até dezembro de 2020 do auxílio emergencial, seria necessária a adoção de um empréstimo compulsório, de validade imediata, equivalente à elevação de alíquotas propostas para as contribuições financeiras (COFINS e CSLL).

Como exercício meramente ilustrativo do potencial arrecadador de uma contribuição extraordinária sobre lucros líquidos (no mesmo patamar da alíquota máxima de imposto de renda incidente sobre pessoas físicas, 27,5%), consideremos apenas as cinco maiores instituições bancárias do país: Itaú-Unibanco, Bradesco, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Santander. As cinco instituições concentram 83,7% das operações de crédito bancário e 83,4% dos depósitos no país. O Banco Central monitora em especial esse grupo "(...) por causa da relevância do segmento bancário comercial, que conta com as cinco maiores instituições financeiras, os indicadores de concentração são determinados em grande parte pela concentração desse conjunto."¹⁵ O lucro líquido apurado pelas cinco instituições em 2019 foi de R\$ 105,88 bilhões, de onde a arrecadação obtida com uma contribuição extraordinária sobre lucro líquido das instituições financeiras partiria desse montante de R\$ 29,12 bilhões, contando aqui apenas com a contribuição dos cinco maiores bancos comerciais.

Cobrar alíquotas de impostos diferenciadas para setores econômicos específicos atende perfeitamente ao princípio tributário da isonomia, previsto no texto constitucional. Recente decisão unânime¹⁶, o Supremo Tribunal Federal (STF) pacificou a controvérsia que ainda pairava sobre o tema, ao acompanhar o voto do relator em duas ações que contestavam a cobrança de CSLL diferenciada para o sistema financeiro. Assim se pronunciou o relator LuísFux:

“Tributar de maneira diferenciada o lucro dos segmentos financeiros e de seguros nada mais é do que escolher o signo representativo daquelas classes econômicas para ser objeto de incidência de tributação.”

¹² Além de empresas de seguro e capitalização, que hoje recolhem 15% de CSLL (Lei 13.169/2015).

¹³ A definição de uma alíquota da ordem de 27,5% usa como parâmetro a alíquota máxima em vigor para o imposto de renda da pessoa física.

¹⁴ Ver nota 9.

¹⁵ **Relatório de Economia Bancária**, Banco Central do Brasil, maio de 2020, pp 125-126.

¹⁶ Processos A Dins 4.101 e 5.485, em sessão plenária de 18/06/2020.

Finalmente, ainda como fontes de financiamento para a adoção de uma renda básica em caráter permanente, há que se regulamentar o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), previsto desde 1988 na Constituição Federal (Art. 153), a valer a partir de janeiro de 2021. Da mesma forma que com relação à elevação de alíquotas sobre contribuições financeiras descrita acima, seria possível instituir empréstimo compulsório sobre essas mesmas grandes fortunas para efeito em 2020, instrumento legal previsto também na Constituição para atender a necessidades urgentes diante de quadro de calamidade pública - como o que caracteriza a crise econômica provocada pela pandemia de Covid-19¹⁷. No Senado, tramitam atualmente quatro projetos para regulamentar o dispositivo. Cálculos realizados pelas entidades de auditores fiscais indicam o potencial de arrecadação de R\$ 40 bilhões para alíquotas de 1%, 2% e 3% aplicadas progressivamente a patrimônios pessoais superiores a R\$ 20 milhões¹⁸.

Assim, a adoção de algumas das medidas sugeridas¹⁹ implicaria a arrecadação adicional da ordem de R\$ 138 bilhões, o equivalente a 1,9% do PIB. Seria um acréscimo equivalente a 9% com relação à arrecadação bruta de impostos e contribuições em 2019. A par de financiar renda básica permanente, o ganho em arrecadação permitiria reduzir a carga tributária sobre micro e pequenas empresas, doze milhões de pequenos negócios que representam 99,1% das empresas no país e respondem por mais da metade dos empregos formais, 54%, de acordo com os dados mais recentes divulgados pelo SEBRAE²⁰.

3) Programa é de complexidade extrema e esbarra em resistência política

Como observou em recente artigo Dani Rodrik - com a sagacidade usual: “Não há nada como uma pandemia para evidenciar tanto as imperfeições dos mercados diante de problemas de ação coletiva quanto a importância da capacidade do Estado de reagir a crises e proteger a população²¹. Se a aguda concentração de renda, o fosso de desigualdade social e as alarmantes taxas de desemprego não incomodavam parcela das elites brasileiras²², a pandemia de covid-19 jogou luz sobre uma realidade

¹⁷ O patrimônio pessoal é declarado anualmente à Secretaria de Receita Federal e consiste, além da riqueza financeira e propriedade de ações e cotas, de imóveis de lazer, fazendas, terrenos, aviões particulares, lanchas, helicópteros, automóveis de luxo, ativos que contribuem para a sociedade apenas, anualmente, com os respectivos impostos estaduais ou municipais de propriedade de veículos, terrenos e imóveis rurais ou urbanos.

¹⁸ “Senado debate quatro propostas de imposto sobre grandes fortunas” Senado Notícias 27/03/2020, www12.senado.leg.br

¹⁹ Considerando apenas as propostas submetidas ao Legislativo pela Unifisco, referentes ao IGF e a alíquotas adicionais de CSLL e COFINS.

²⁰ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, www.sebrae.org.br, dados de fevereiro de 2020.

²¹ “There is nothing like a pandemic to highlight markets’ inadequacy in the face of collective action problems and the importance of state capacity to respond to crises and to protect people.” “Making the Best of a Post-Pandemic World” in **Project Syndicate**, May, 12, 2020. www.project-syndicate.org

²² Elites entendidas aqui no seu sentido sociológico elementar, como aqueles grupos ocupantes dos extratos mais elevados de renda, educação, informação e capacidade de influência sobre decisões públicas.

da qual não é mais possível fugir. A agilidade com que foi ampliado e aprovado o programa de renda básica emergencial no Congresso (Lei 13.982/2020), assim como as iniciativas de doações por parte de grandes empresas do setor produtivo e financeiro em dimensão jamais vista no país, são indicações de que cresce a consciência da responsabilidade de cada um, à sua medida, com a coletividade.

Quanto a dificuldades logísticas e operacionais para fazer chegar a renda a todos os elegíveis, de fato seriam hercúleas não tivessem sido em grande parte já superadas com o formidável esforço de construção de dois mecanismos institucionais de mais alta qualidade, ao longo das últimas décadas: o primeiro deles é o Cadastro Único (CadÚnico), que identifica e caracteriza os cidadãos elegíveis para programas de assistência, aqueles com renda mensal igual ou menor a meio salário mínimo per capita e renda familiar mensal de até três salários mínimos. Diversos programas sociais federais utilizam o cadastro único, com diferentes critérios de elegibilidade. Até o início de 2020, o CadÚnico registrava 28 milhões de famílias, representando 76 milhões de pessoas²³.

O segundo é o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que coordena, organiza e orienta a oferta dos programas de assistência, serviços e benefícios, com enorme capacidade de capilarização, visto que os serviços são diretamente prestados pelos entes federados, municípios e organizações complementares voltadas para a assistência social. O portão de acesso aos serviços e benefícios por parte da população mais vulnerável é proporcionado pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS); são 8.405 unidades espalhadas pelo país, sendo 90% delas financiadas por recursos federais (7.455 unidades). Atendem cerca de 29 milhões de domicílios²⁴.

A ausência de uma coordenação centralizada e articulada, um comitê de crise, com representantes dos poderes e contato direto com os entes federados, levou a que a operacionalização do atual programa de renda básica fosse deixado a cargo de uma única instituição financeira, a Caixa Econômica Federal (CEF), com o cadastramento dependente de recursos de informática e comunicação que nem estão disponíveis no estado da arte por parte da empresa pública Dataprev, responsável pelo processamento de informações e homologação de dados dos demandantes, nem são acessíveis para ao menos 20% dos lares no país²⁵. Mesmo entre aqueles com acesso à internet, 13,6 milhões encontraram dificuldades para realizar cadastro por conta de problemas com o CPF²⁶.

Os resultados de evidente ineficiência e ineficácia são de conhecimento público: filas intermináveis, expondo os cidadãos ao contágio pelo vírus e ao sofrimento de dias e noites de espera; falhas repetidas, congestionamento no tráfego de dados, demora e

²³Mensagem Presidencial ao Congresso, por ocasião da abertura dos trabalhos legislativos, 03/02/2020, www.camara.gov.br

²⁴Rede de Pesquisa Solidária, Nota Técnica n.5 do Centro de Estudos da Metrópole, FFLCH-USP/FAPESP, 21/05/2020.

²⁵ Estima-se que 7,4 milhões de pessoas elegíveis para o auxílio não tem acesso à internet. Ver nota 24.

²⁶ “Governo regularize 13,6 milhões de CPFs de pessoas que tiveram problemas com pedidos de auxílio emergencial” 17/04/2020, www.oglobo.globo.com

erro na verificação e cruzamento de dados entre repartições públicas, de sorte que, passados noventa dias do início do programa, mais de dez milhões de cidadãos que solicitaram o auxílio sequer receberam a primeira parcela²⁷.

Todas essas dificuldades teriam sido rapidamente superadas caso tivesse sido mobilizado o sistema SUAS, em particular as CRAS, que se localizam justamente em áreas onde há maior contingente de população em situação de vulnerabilidade e dispõe de equipes interdisciplinares volantes altamente preparadas. As CRAS, em um cenário alternativo de articulação e coordenação de esforços, poderiam ter inscrições e atualizações no CadÚnico, poderiam ter auxiliado aqueles com dificuldade de acesso ao benefício por problemas com o CPF e o registro eleitoral. Os mais vulneráveis conhecem e utilizam os serviços das CRAS que, mais do que qualquer outra instituição, poderiam chegar até aqueles ainda não inscritos no CadÚnico, quase metade dos 60 milhões de pessoas que necessitam de auxílio.

IV. O caminho para a renda básica universal passa por tributar a economia digital

Os sistemas tributários em vigor em países desenvolvidos e em desenvolvimento foram desenhados para uma economia baseada na produção e distribuição de bens físicos e serviços, pagos por pessoas físicas ou jurídicas, conforme seu consumo. A expansão da economia digital no século XXI, no que se tem denominado de 4ª Revolução Industrial, o surgimento de plataformas, criando mercados de múltiplos lados, unindo negócios a negócios e a consumidores, com métodos de monetização²⁸ inovadores, impôs novos desafios à arrecadação tributária para financiar a provisão de bens e serviços públicos. A destruição criadora proporcionada pelas soluções eletrônicas para oferta e distribuição de bens e serviços em escala global, que tendem a eliminar proporção significativa de negócios locais, tem implicado também importante redução da base tributária.

Motivada pela necessidade de adaptar os sistemas tributários à nova realidade, a OECD (Organização de Países para o Desenvolvimento Econômico), instituição dos países desenvolvidos que realiza estudos e propõe boas práticas de políticas para os países que a compõe (e também para aqueles em desenvolvimento) vem conduzindo cuidadoso estudo²⁹ para construir uma proposta capaz de obter consenso dos governos dos países integrantes para erosão da base fiscal. Os fatores já claramente identificados como responsáveis por essa erosão são as transferências de lucros e registros de ativos de empresas transnacionais em geral e, em particular, empresas de tecnologia em paraísos fiscais.

É fato notório que as grandes empresas de tecnologia (conhecidas pelo jargão *BigTechs*) não apenas operam praticamente livres de impostos, mas gerenciam suas atividades globais de sorte a registrar ativos em países onde a carga tributária é zero

²⁷“Mais de dez milhões de pessoas ainda não conseguiram receber o auxílio emergencial” O Globo, 09/06/2020 www.g1.globo.com

²⁸Métodos de monetização referem-se à forma de remuneração adotada no modelo de negócio, distinta da regra tradicional de atribuição direta de um preço ao bem ou serviço adquirido.

²⁹Cujas etapas são regularmente submetidas à consulta pública.

(nas Bahamas e Ilhas Cayman, por exemplo) ou próxima de zero (Luxemburgo, Singapura, Chipre e Irlanda)³⁰.

Os esforços da OCDE, com apoio de organizações e estudiosos debruçados sobre o problema³¹ vão no sentido de se concluir o desenho de uma proposta³² para que, ainda no curso de 2020, seja possível um acordo global envolvendo os países desenvolvidos integrantes do G-20 e emergentes como Brasil, Índia, Indonésia e Turquia.

Dos principais aspectos da proposta da OCDE destacam-se a obrigação de que as empresas globais reportem não mais de forma agregada, mas discriminados país e país, os lucros e impostos pagos às autoridades fiscais³³ e a redefinição do fato gerador do tributo como sendo a atividade realizada em cada país, independente da presença formal da empresa. Assim, seria possível a definição de uma alíquota (entre 12,5%, como patamar mínimo, e 25% ou mesmo 30%) uniforme para todos os países, de sorte a que os países passassem a cobrar a diferença entre o imposto cobrado no local onde estão registrados ativos e lucros e a sua jurisdição (o que por si já eliminaria a atratividade da transferência de lucros e ativos para paraísos fiscais). Em estudo recente, estimou-se que, globalmente, 40% dos lucros das empresas transnacionais tem seus lucros registrados em paraísos fiscais.

“isso corresponde a cerca de U\$ 800 bilhões em rendimentos obtidos na França, Estados Unidos e Brasil, que terminam sendo registrados nas Ilhas Cayman, Luxemburgo ou Singapura, usualmente [tributados] a taxas entre 5% e 10%.” pp. 78 (tradução livre)³⁴

As estimativas mais recentes da OCDE de arrecadação global, tão logo seja operacionalizado esse acordo, são da ordem de US\$ 100 bilhões/ano. Empresas de tecnologia possuem proporcionalmente mais ativos intangíveis (patentes, know-how, marcas etc.), facilmente transferíveis entre jurisdições. O acordo proposto pela OCDE se celebrado eliminaria o incentivo à alocação de ativos e registro de resultados em países diferentes daqueles de origem e/ou onde são realizadas as transações efetivas.

Em paralelo, tramita na Câmara de Deputados, projeto da autoria de João Maia (PL/RN), o PL 2.358/2020, que institui a Contribuição sobre o Domínio Econômico incidente sobre a receita bruta de serviços digitais prestados pelas grandes empresas de tecnologia (CIDE Digital)³⁵. As chances de sucesso de se chegar a um acordo de tributação global a partir da proposta da OCDE são imponderáveis neste momento.

³⁰**The Triumph of Injustice - How the Rich Dodge Taxes and How to Make them Pay** Emmanuel Saez e Gabriel Zucman, Norton Co, 2019.

³¹Ver, principalmente, www.taxjusticenow.org e www.icriict.com

³² A proposta está em fase final de elaboração, restando apenas definir as alíquotas de impostos que servirão de referência para os países do G-20 e evitarão a Guerra Fiscal.

³³Saez e Zucman, assim como os economistas integrantes do grupo ICRICT, liderados por Joe Stiglitz e Thomas Piketty entendem insuficiente esse grau de transparência, advogando publicização de tais resultados discriminados país e país.

³⁴ “The Missing Profits of Nations” **National Bureau of Economic Research Working Paper n.24701**, Thomas Tørlsø, Ludvig Wier, e Gabriel Zucman, 2018

³⁵www.camara.leg.br PL apresentado em 04/05/2020.

Note-se, contudo, que a proposta foi reforçada pelas recomendações do ICRICT, nas vozes de Joseph Stiglitz e Thomas Piketty, dentre outros economistas de renome internacional³⁶.

V. Conclusão

Temos recursos financeiros em potencial, recursos institucionais subaproveitados e evidências empíricas de que um programa de renda básica é o caminho para uma sociedade melhor, mais serena e mais justa. Em futuro próximo, poderemos contar com a arrecadação tributária hoje inexistente sobre as receitas obtidas no território brasileiro pelas *BigTechs* com propaganda, venda de dados de usuários e intermediação de negócios. Dos 60 milhões de pessoas que compõe o universo estimado de elegíveis para programas de assistência, 17,8 milhões já estão inscritos no Programa Bolsa Família (PBF), 4,7 milhões são idosos e portadores de deficiência que recebem o benefício de prestação continuada (BPC). Restam 37,5 milhões. Um último exercício ilustrativo: supondo que cada família inscrita no PBF receba o valor médio, R\$ 190 e supondo um valor de renda mínima inicial de R\$ 200 mensais³⁷, o gasto adicional para garantir no orçamento público essa renda mínima seria de R\$ 90,204 bilhões. Lembrando que somamos R\$ 138 bilhões de arrecadação adicional com as medidas propostas acima, percebe-se que está na esfera do possível transformar o país numa nação solidária, onde nenhum brasileiro passe fome.

A hora é agora.

Lucia Helena Salgado. Professora Associada da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCE/UERJ) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, Área de Políticas Públicas (PPGCE, FCE/UERJ), <http://lattes.cnpq.br/9168928110124712>

³⁶O relatório do ICRICT (Independent Commission for the Reform of International Corporate Taxation) foi apresentado em 15/06/2020 tendo como porta-vozes Joseph Stiglitz e Thomas Piketty, entre os economistas de renome internacional que compõe o grupo.

³⁷ R\$ 120 reais/ano adicionais para os já inscritos no PBF e R\$ 2.400/ano para aquelas pessoas que não recebem nem BF nem BPC.

Nota Técnica

4. A AGUDA CRISE ECONÔMICA ATUAL PODE ABRIR POSSIBILIDADES? UMA CHANCE DE SOBREVIVÊNCIA PARA A INDÚSTRIA AERONÁUTICA BRASILEIRA

Adhemar S. Mineiro

Resumo Executivo

O objetivo desta nota técnica é refletir sobre a crise econômica e algumas oportunidades que ela pode abrir, tomando como caso a indústria aeronáutica brasileira.

Palavras-chave: crise econômica, indústria aeronáutica,

Introdução

Tem uma velha máxima, muito usada em seminários de planejamento, que tenta uma leitura do ideograma chinês para crise. Nessa máxima, o ideograma para crise (em chinês “weiji”) seria a soma de duas ideias, perigo e oportunidade. Muito já foi falado sobre isso, que resultou em alguns debates via imprensa, e que colocaram em xeque (mate, aparentemente) essa ideia, que mais serve para levantar a bola nos seminários de planejamento do que parece ter aderência aos ideogramas e à língua e dialetos (mandarim e cantonês) falados na China. Mas, como se costuma dizer por aí, se não é verdadeiro, é bem inventado, e serve para a exemplificação que é levantada nesse texto. A discussão aqui é que a aguda crise econômica pela qual estamos passando pode abrir janelas de oportunidades para mudanças de rumo, já que o caminho que os gestores macroeconômicos do país tentaram trilhar desde 2015, e no qual seguem insistindo, não vem dando resultado.

E isso não somente do ponto de vista da política macroeconômica, como do ponto de vista da ressurreição de políticas industriais. Um caso interessante, e que vamos tratar aqui como exemplo, é a política de desenvolvimento para o setor de produção aeronáutica no país, decorrente do fato de que, em função da crise internacional, recentemente se desfez o processo de absorção da empresa nacional Embraer pela estadunidense Boeing.

Evidentemente no espaço que temos nesse boletim não cabe um aprofundamento do tema e nenhuma tentativa extensa de análise das possibilidades da indústria aeronáutica nacional e internacional, mas o objetivo é apenas chamar atenção para algumas possibilidades de mudança que vão sendo abertas pela crise e que podem ser aproveitadas.

O aprofundamento da crise

Os últimos números divulgados na segunda metade do mês de junho deste ano mostram uma crise que se aprofundou no país e da qual as avaliações apontam para enormes incertezas quanto a quando e como sairemos dela, a nível mundial.

33Tabela 1

TAXA ACUMULADA AO LONGO DO ANO																							
Em relação ao mesmo período do ano anterior - %																							
Período	AGROPEC	INDÚSTRIA				SERVICOS										VA	Imposto	PIB	Consumo das Famílias	Consumo do Governo	Formação Bruta de Capital Fixo	Exportação	Importação
	Total	Indústrias e	Indústrias	Elétrica	Construção	Total	Comércio	Transporte	Informação	Atividades	Atividades	Outras ativ	Adm., defe	Total									
2019.I	0,9	-3,0	-1,8	4,7	-1,7	-1,0	0,5	0,5	4,0	0,8	3,0	1,3	0,3	1,2	0,7	0,3	0,6	1,5	0,0	1,1	-1,8	-2,3	
2019.II	1,2	-6,3	-0,1	3,5	0,4	-0,3	1,2	0,4	3,7	-0,1	2,8	1,4	0,2	1,2	0,8	1,1	0,8	1,7	-0,3	3,3	-0,1	1,2	
2019.III	1,4	-2,7	-0,2	2,8	1,7	0,1	1,6	-0,1	3,8	0,4	2,5	1,2	-0,1	1,1	0,9	1,3	1,0	1,8	-0,7	3,1	-1,6	1,6	
2019.IV	1,3	-1,1	0,1	1,9	1,6	0,5	1,8	0,2	4,1	1,0	2,3	1,3	0,0	1,3	1,1	1,5	1,1	1,8	-0,4	2,2	-2,5	1,1	
2020.I	1,9	4,8	-0,8	-1,8	-1,0	-0,1	0,4	-1,6	1,3	2,0	1,6	-3,4	-0,4	-0,5	-0,2	-0,4	-0,3	-0,7	0,0	4,3	-2,2	5,1	

Fonte: IBGE, Sistema de Contas Nacionais Trimestrais.

Os dados do PIB pelos números do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais do IBGE para o primeiro trimestre de 2020 mostram já um recuo de -0,3% na taxa trimestral, comparada ao mesmo trimestre do ano anterior. Vale observar que esse período inclui apenas parcialmente o efeito do isolamento social em parte do mês de março. O recuo na indústria (-0,1%) se dava pelo efeito de crescimento da indústria extrativa (4,8%), crescimento que acabou compensando os demais setores.

Se observarmos a Pesquisa Industrial Mensal (PIM) de maio de 2020, para trabalhar com números mais recentes (mas só para a indústria), observamos novamente a profundidade da crise, apesar da tentativa de divulgação dos números com algum otimismo, enfatizando a recuperação mensal frente a abril (mês em que a marcha à ré foi expressiva). De acordo com a PIM, em maio, a produção industrial frente ao mês anterior avançou 7,0%, depois dos recuos de -18,8% em abril e -9,2% em março. Entretanto, os 7,0% de recuperação apenas parcial se dão frente a números muito negativos. Se, entretanto, comparamos com maio do ano anterior, temos um recuo de 21,9%, e isso puxado por um recuo nos bens de consumo duráveis de quase 70% (puxados por incríveis -86,0% na produção de automóveis).

Tabela 2 - Pesquisa Industrial Mensal – Maio/2020 – Resumo de Informações

Maio 2020/Abril 2020	7,0%
Maio 2020/Maio 2019	-21,9%
Acumulado no ano	-11,2%
Acumulado em 12 meses	-5,4%
Média Móvel Trimestral	-8,0%

Fonte: IBGE, Pesquisa Industrial Mensal, Maio/2020.

O acumulado em 12 meses na indústria, -5,4%, mostra que os demais meses ficaram longe de compensar menos de três meses (maio, abril e grande parte de março) de isolamento social pela pandemia da Covid-19 e a extensa paralisação de setores da indústria no mês de abril.

Um último ponto sobre o qual vale menção aqui são os dados referentes ao emprego nesse período. Os números divulgados pelo IBGE (Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios Contínua– PNADC) na primeira semana de julho, referentes ao trimestre que terminou em maio de 2020, foram devastadores. Efeito da pandemia, foram eliminados 7,8 milhões de postos de trabalho de março a maio deste ano, uma redução de cerca de 8,3% em um único trimestre, segundo a PNADC. E destes trabalhadores, pouco menos de 400 mil tentaram retornar ao mercado de trabalho procurando emprego, o restante passando à inatividade. Ou seja, se somarmos esse contingente dos que não procuraram emprego aos desocupados (12,9% no trimestre), chegamos a uma taxa próxima a 19% - ou quase 1 em cada 5 trabalhadores. Isso

frente a uma recessão que apenas começa, e que é estimada como próxima a 10% este ano, de acordo com o Fundo Monetário Internacional.

Tabela 3 – PNADC Junho 2020

PNAD Contínua - Divulgação: Junho de 2020 Trimestre móvel: mar-abr-mai/2020				Brasil						
Indicadores		Estimativas dos trimestres móveis			Variação em relação ao trimestre dez-jan-fev/2020			Variação em relação ao trimestre mar-abr-mai/2019		
		mar-abr-mai 2019	dez-jan-fev 2020	mar-abr-mai 2020	Situação	Diferença	VAR%	Situação	Diferença	VAR%
Taxas (%)	Taxa de desocupação	12,3	11,6	12,9	↑	1,2	-	↑	0,6	-
	Nível da ocupação	54,5	54,5	49,5	↓	-5	-	↓	-5	-
	Taxa de participação na força de trabalho	62,1	61,7	56,8	↓	-4,8	-	↓	-5,3	-

Fonte: IBGE, PNADC.

Ou seja, além do crescimento da desocupação, o desânimo (e talvez em parte o “auxílio emergencial”) estão levando os trabalhadores a se afastarem da procura de emprego. A situação de desânimo é possível que se estenda, com a ampliação da recessão ao longo do ano, ou mesmo com uma quarentena do tipo “abre e fecha”, que é o que vai se configurando como possível, já que várias das regiões que flexibilizaram a quarentena até aqui, voltaram a registrar aumento do número de infectados e mortes, e em várias delas houve o retorno às restrições do processo de flexibilização, voltando ao isolamento. Essa situação talvez seja a pior do ponto de vista da retomada da atividade econômica, pois a falta de sincronia entre regiões e momentos de isolamento e flexibilização pode acabar impactando as cadeias de produção distribuídas nacionalmente. Idem para o que pode acontecer no plano internacional, onde as mesmas assincronias de funcionamento entre países e setores pode afetar negativamente as cadeias de suprimento de insumos. Isso vale também para conexões envolvendo indústria e comércio (por exemplo, as montadoras de automóveis e as concessionárias, que vendem os veículos).

Além disso, o “auxílio emergencial”, agora com proposta de renovação por mais dois meses, também deve seguir em discussão, e se, de fato, for um dos fatores a desmotivar a busca de ocupação, esse componente continuará sendo registrado nos próximos períodos.

Assim, as enormes incertezas resultantes da pandemia devem seguir impactando uma economia fragilizada nos últimos cinco anos, especialmente pela condução de uma política macroeconômica. Nessa área, segue a monotonia da composição entre a lógica fiscalista e o poder das finanças.

E aqui, não importa que, pela dramática queda de receita fiscal com a crise, o resultado mais distante dos números do Brasil nesse momento seja de ajuste fiscal. Segundo a Instituição Fiscal Independente, órgão autônomo mas vinculado ao Senado Federal, vamos para o maior déficit fiscal que se possa recordar. A IFI projeta³⁸ déficit primário do governo central de R\$ 877,8 bilhões, em 2020, 12,7% do PIB – e isso com um cenário projetado de uma recessão de -6,5%, bastante mais otimista que os -10% projetados pelo FMI. Evidentemente, o tamanho da recessão impacta fortemente o déficit, uma vez que representa também uma queda na receita esperada. Nada mais distante, portanto, de qualquer ajuste fiscal, como uma leitura nem necessariamente tão atenta dos resultados nos mostra, dada a proporção gritante dos números. A

³⁸ Instituição Fiscal Independente, Relatório de Acompanhamento Fiscal no. 41, Senado Federal, Brasília, 15 de Junho de 2020.

pergunta é até ao contrário: é possível falar em ajuste fiscal nestas condições? Ninguém no mundo está fazendo isso, mas o Brasil é sempre um país que tenta mostrar suas singularidades, mesmo quando não devia, mesmo quando tudo indicaria não ser possível nem tentar nesse momento.

Mas os gestores de nossa política econômica, em tempos de pandemia, vão mostrando até aqui sua distância dos gestores de política econômica do resto do mundo, que neste momento jogam todas as suas fichas – com crescimento absoluto de dívidas, da relação dívida/PIB, com emissões e ampliação de gastos, com investimentos públicos ou simples distribuição direta de cheques à população – para viabilizar os gastos do combate à pandemia e necessários à recuperação de suas combatidas economias. Europa Ocidental, China, Japão, EUA, Canadá, Rússia, vão todos no mesmo sentido, para salvar populações e economias. Aqui até agora prevalece a continuidade da busca do ajuste em tempos de mudanças e condições que parecem obstaculizar de forma absoluta qualquer tentativa de consolidação fiscal nesse ambiente ao mesmo tempo hostil e turbulento.

Há possibilidades?

Considerando o tamanho da crise, seus impactos na economia nacional, e as consequências sociais e políticas da evolução da crise, é que se podem pensar possibilidades de desdobramentos surpreendentes da crise econômica, embora não haja como medir probabilidades da ocorrência. Essas possibilidades afloram algumas vezes na discussão, mas é preciso entender um pouco do que se está falando.

Existem ao menos dois pilares que estruturaram desde o início a política macroeconômica desse governo (assim como do governo anterior). A primeira é a lógica do ajuste fiscal, baseada no último período na Lei de Teto de Gastos (Emenda Constitucional 95) aprovada no Governo Temer. Independente de seus detalhes, a lógica desse tipo de política é que a redução do gasto público libera espaço para a ampliação do gasto privado, aí incluído o investimento. Assim, a uma diminuição da busca do Estado por recursos, corresponderia uma possibilidade de expansão do investimento privado. E esse quadro se viabilizaria em especial com uma redução substancial das taxas de juros, que obrigaria os capitais aqui dentro a buscarem novos investimentos (que não pura e simplesmente operarem com títulos da dívida pública no Brasil) para aumentarem a sua rentabilidade.

Por outro lado, a redução da participação do Estado e do custo fiscal de operação do país funcionaria, junto com uma abertura ainda maior para a movimentação de capitais financeiros e outras garantias dadas aos investidores privados³⁹e o aprofundamento dos processos de concessões, privatizações e parcerias público-privadas, como um elemento de atração dos capitais externos. A ideia é que garantias da possibilidade de movimentação e segurança jurídica funcionariam como um atrativo para os capitais internacionais e isso ampliaria o investimento.

Dessa forma, seriam incentivados os investimentos privados de fundos de investimento nacionais, assim como investimentos internacionais. Se eles

³⁹Por exemplo, acordos de investimento, feitos de forma bilateral com outros países, ou a adesão plena do Brasil a OCDE, Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, uma organização multilateral com sede em Paris conhecida como “Clube dos Ricos” e que tem em vários de seus acordos constitutivos enormes garantias para os investidores financeiros, seja no que diz respeito a fluxos de investimento externo direto, seja no que diz respeito a investimentos de carteira, financeiros.

funcionassem seguindo essa lógica. Pois o que se viu foi, exatamente neste mesmo período em que foi adotada essa política, a redução dos investimentos no país, sejam os investimentos de investidores nacionais ou já operando internamente, seja o de investidores internacionais (com a exceção dos investimentos chineses). Assim, o fluxo de investimentos parece muito mais determinado pela expansão da atividade econômica do que por liberdade de movimentação ou segurança jurídica (aliás, se fosse o contrário não seria possível explicar a China como o maior receptor mundial de fluxos de investimentos).

Assim, as premissas do governo quanto tanto ao investimento privado, quanto ao investimento externo, já não se verificavam antes da pandemia. De fato, o nível de investimento baixava, enquanto a economia estagnava, e a arrecadação não respondia. De outro lado, o investimento externo não se verificava (de novo, com a exceção em alguns períodos do investimento externo chinês). Por mais que oportunidades fossem abertas, isso não se refletia em novos investimentos, e as desculpas se sucediam (antes era preciso esperar a reforma trabalhista, aprovada no Governo Temer, e nada de investimentos, depois a reforma da Previdência, que foi aprovada no ano passado e não resultou em mais investimentos, então era necessário esperar o aprofundamento das reformas, a reforma tributária, novos marcos regulatórios, etc. A pandemia do Covid-19 aprofundou essas trajetórias, não há investimento privado internacional se direcionando para países emergentes, já que esses mesmos países hoje são vistos como mercados arriscados, e por mais que os países se apresentem como amigáveis ao mercado privado (*"Market friendly"*), prevalece a aversão ao risco. De outro lado, o apetite do capital privado existente no país para investir é escasso em função das incertezas sanitárias e políticas, e fundamentalmente da falta de perspectiva de rentabilidade face ao travamento da economia.

Em um quadro como esse se abre o debate no interior do próprio governo atual entre a ainda dominante visão do Ministério da Economia, avesso a uma ativação do investimento público, e outras visões setoriais, capitaneadas pela Casa Civil, alguns ministros políticos e especialmente parte dos ministros militares, que apresentam, ainda de forma incipiente, propostas de que a reativação econômica passa por uma maior participação do setor público, como indutor, articulador ou investidor direto, como única forma de promover a reativação econômica e, mais particularmente (na expressão que teve até aqui, essa visão não aparece ainda como muito sistêmica, mas um somatório de preocupações setoriais) como forma de viabilizar os necessários investimentos em infraestrutura e logística. Esse é um pouco o embrião da dúvida que começa a se explicitar na medida em que a recessão se aprofunda e as premissas do Ministério da Economia vão se mostrando incapazes de viabilizar os necessários investimentos para promover o desenvolvimento da infraestrutura necessária ao funcionamento e modernização do país.

Outro ponto onde aparecem possibilidades é na área de políticas industriais. E aqui um exemplo importante é o setor aeronáutico. Em 2018, ainda no Governo Temer, foi anunciado um acordo de associação entre as empresas aeronáuticas Embraer (brasileira) e Boeing, estadunidense, no valor de mais de US\$ 5 bilhões. Esse acordo envolvia a possibilidade concreta da Boeing assumir o controle estratégico da Embraer, e era de certa forma uma resposta também entre a associação entre a europeia Airbus, e a canadense Bombardier, anunciada em outubro de 2017. Airbus (com composição acionária dominada por franceses, alemães, ingleses e espanhóis) e

Boeing dominam o mercado de grandes aeronaves, Embraer e Bombardier dominavam o de aeronaves de médio porte.

Entretanto, as empresas maiores vêm operando em mercados turbulentos pela redução do crescimento mundial desde a crise de 2008. A Airbus já havia anunciado a descontinuação de seu programa de suas aeronaves de maior porte (A 380) em fevereiro de 2019, face ao cancelamento de encomendas dessas aeronaves de maior porte, em especial pelas operadoras aéreas do Oriente Médio, que usam suas bases em Dubai, Abu Dhabi e Doha como hubs para conexões de voos de larga distância (a Emirates, de Dubai, Emirados Árabes, era a principal cliente dos A 380). A Boeing, por outro lado, após uma série de acidentes, teve que parar a operação de um dos seus novos jatos nos quais havia feito enorme aposta, o modelo 737 Max. Assim, ambas as empresas dominantes no setor de jatos de maior porte tiveram problemas com suas linhas estratégicas, e já enfrentavam momentos difíceis antes da pandemia.

A expansão da doença e o travamento da economia, com forte consequência nas viagens aéreas, aprofundaram sobremaneira a situação das empresas, que passaram a depender de forte suporte estatal. Só como exemplo, no começo de junho, apenas a França anunciou um plano de €15 bilhões para apoiar a indústria aeroespacial. Uma das preocupações era evitar perdas de posição da Airbus frente a Boeing, dos EUA, e a Comac, empresa da China, que como todas as empresas chinesas em quase todos os setores, entra com apetite nesse mercado e turbinada pelo apoio financeiro e demanda via compras públicas do governo chinês. No caso dos EUA, o apoio dos governos estaduais nos EUA (sua cadeia produtiva se espalha pelo país) e das próprias autoridades federais estadunidenses passa pela concentração de suas atividades nos EUA. Em um quadro como esse, a Boeing anunciou o rompimento do acordo fechado em 2018 (que, na verdade, apontava para um longo processo) no fim de abril desse ano. O processo, dessa forma, não apenas não vai se completar, como as empresas voltam à situação anterior.

Assim, abre-se uma oportunidade de que se volte concretamente a fazer política industrial no setor aeronáutico brasileiro. A Embraer é a terceira maior fabricante de aviões do mundo, com importantes unidades de produção no Estado de S. Paulo, cadeias produtivas conectadas no Brasil e no exterior, e uma forte conexão de sua área de pesquisa e desenvolvimento com universidades e institutos no Brasil, sendo sua história de formação conectada ao ITA, Instituto de Tecnologia da Aeronáutica, em um exemplo de desenvolvimento de anos, de sua época de empresa estatal. Com a privatização, os capitais da Embraer foram pulverizados, e fundos internacionais de investimento passaram a ser dominantes, fundos estes que hoje resistem a fazer aportes de capital que permitiriam à empresa alavancar sua tecnologia e produção. Como visto, mesmo nos países centrais, empresas como Boeing, Airbus, Comac, e outras menores são fortemente dependentes de suas associações com os Estados Nacionais que lhe dão o necessário suporte. A Embraer atua nos mercados de aviação civil de médio porte, jatos comerciais e aviões militares. Perdê-la como empresa, já que a associação internacional nem está mais colocada, significa talvez perder hoje a única empresa brasileira que tem capacidade comercial de se mexer na ponta tecnológica na área de produtos manufaturados. Sua continuidade depende do apoio que possa vir do estado brasileiro.

Há cerca de um mês e meio após o rompimento do processo de associação pela Boeing, em meados de junho, o BNDES anunciou uma linha de crédito de US\$ 600 milhões para financiar as exportações de aeronaves pela Embraer. Há que verificar se

esse estímulo é pontual, ou representa uma decisão de Estado de alavancar o funcionamento da empresa, importante do ponto de vista industrial, comercial e militar, mas também do ponto de vista tecnológico e de estratégia de desenvolvimento. Se concretamente o que se verificar for a segunda opção, a crise terá dado ao Brasil uma oportunidade concreta de reaver para uma estratégia nacional de desenvolvimento um setor que é muito importante, e no nosso caso, absolutamente fundamental. E mostrar que o Brasil pode ser muito mais do que apenas a produção e exportação de produtos primários.

Adhemar S. Mineiro. *Economista, ex-pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), ex-técnico do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos), onde assessorou a FUP (Federação Única dos Petroleiros), a CUT Nacional (Secretaria de Relações Internacionais) e a CSA (Confederação Sindical das Américas). Atualmente é doutorando do PPGCTIA/UFRRJ (Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro). Ex-conselheiro do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro e do Conselho Federal de Economia. Ex-presidente do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (CORECON-RJ) e da Associação de Economistas da América Latina e Caribe (AEALC). Membro da Coordenação da ABED-RJ (Associação Brasileira de Economistas pela Democracia) e membro suplente do Conselho Deliberativo da FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional). Currículo Lattes <http://lattes.cnpq.br/4053006624011743>*

Nota Técnica

5. ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS DO SISTEMA FINANCEIRO PARA ENFRENTAR A CRISE DA COVID-19 – PRIMEIRAS OBSERVAÇÕES A PARTIR DOS BALANÇOS DOS GRANDES BANCOS

Vívian Machado
Bárbara Vallejos Vazquez

Resumo Executivo

Dando continuidade à Nota Técnica nº 16 da 12ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS, esse artigo tem a finalidade de apresentar as primeiras observações sobre as ações emergenciais, já em andamento, no Sistema Financeiro Nacional para lidar com a crise em função da paralisação de grande parte das atividades econômicas do país – necessária para promover e possibilitar o isolamento social, que, por ainda não se ter remédio ou vacina para combater o novo Coronavírus, é a única medida para evitar a disseminação acelerada da COVID-19. O Banco Central do Brasil (BCB), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os Bancos Regionais, Estaduais e Federais, assim como os grandes bancos privados do país, anunciaram uma série de medidas visando socorrer a economia nacional desde então, contudo os primeiros balanços das ações demonstram que há ainda dificuldades de acesso da população e das empresas. Os balanços do 1º trimestre do ano dos maiores bancos do país indicam que há uma séria preocupação destes com os rumos da economia para os próximos meses e muita cautela ou prudência. Ainda que o BCB tenha retirado muitas das exigências para reforço de provisionamentos e retenção de capital, não é o que se observa nos seus resultados.

Palavras-chave: sistema financeiro nacional; crédito; pequena empresa; crise Covid-19.

1. O provisionamento dos grandes bancos– na contramão das ações

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) reconheceu que uma pandemia havia se disseminado pelo planeta, a COVID-19, provocada pelo novo coronavírus. Menos de uma semana depois e antes mesmo de ser decretado o Estado de Calamidade Pública no país⁴⁰, em 16 de março, o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o BCB anunciaram as primeiras medidas visando amenizar os efeitos dessa pandemia na economia do país. As resoluções 4.782 e 4.783 reduziam as exigências de capital e de provisionamento nos casos de renegociações das operações de crédito pelos bancos.

No entanto, analisando os resultados dos balanços dos grandes bancos do país no primeiro trimestre do ano, não é que se observa, levando em conta, também, que a quarentena adotada pelos estados brasileiros tenha afetado apenas 15 dias do período contabilizado naquelas demonstrações financeiras. O lucro líquido somado dos cinco maiores bancos do Brasil (Itaú Unibanco, Bradesco, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Santander) apresentou queda média de 27,5%, passando de R\$

⁴⁰ A solicitação de reconhecimento do Estado de Calamidade Pública no país pela Presidência da República ocorreu em 18 de março e o Senado Federal aprovou em 20 de março de 2020, pelo Decreto Legislativo nº 6 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm). Vide: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2020/03/entra-em-vigor-estado-de-calamidade-publica-no-brasil>.

24,8 bilhões para R\$ 18,0 bilhões (em termos absolutos, uma redução de R\$ 6,8 bilhões), em relação ao mesmo período do ano anterior (1º trimestre de 2019). A única instituição que apresentou alta nos lucros foi o Banco Santander, conforme aponta a tabela 1.

Tabela 1. Lucro líquido e Despesas com PDD dos cinco maiores bancos do país (1º trimestre de 2019 e 2020 - em R\$ milhões):

Bancos	Lucro Líquido			Despesas com PDD's		
	1trim2019	1trim2020	Variação %	1trim2019	1trim2020	Variação %
Itaú Unibanco	6.877	3.912	-43,1	4.158	10.872	161,5
Bradesco	6.238	3.753	-39,8	6.259	7.326	17,0
Banco do Brasil	4.247	3.395	-20,1	4.966	6.600	32,9
Caixa Econômica Federal	3.920	3.049	-22,2	2.827	2.012	-28,8
Santander	3.485	3.853	10,6	3.013	3.586	19,0
Total	24.767	17.962	-27,5%	21.223	30.396	43,2%

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos. Elaboração própria.

Parte dessa queda nos lucros dos grandes bancos se explica, justamente, pelo reforço aplicado por essas instituições nas provisões para créditos de liquidação duvidosa (também conhecidas como provisões para devedores duvidosos – PDD). Somadas, as despesas com PDD cresceram 43,2% em doze meses, totalizando R\$ 30,4 bilhões. Em termos absolutos, a diferença chegou a R\$ 9,2 bilhões.

Ou seja, mesmo com o BCB lhes garantindo que não seria necessário reter capital ou provisões a mais (permitindo que tenham mais liquidez para socorrer seus clientes com novos créditos ou renegociações de créditos já constituídos anteriormente), os bancos permanecem com suas políticas de aversão ao risco.

Cabe destacar que, quando o então presidente do BCB, Roberto Campos Neto, divulgou as medidas que liberavam R\$1,2 trilhão em liquidez para os bancos atuarem em socorro da economia do país, em um momento tão crítico, ele afirmou que o Sistema Financeiro Nacional tem liquidez e capital (solidez) para suportar “qualquer tipo de crise”⁴¹.

2. Burocracia e outras exigências na concessão de crédito para pequenas empresas

De acordo com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), **as concessões de crédito**, realizadas entre 16 de março a 12 de junho de 2020, **somam R\$ 787,1 bilhões, incluindo contratações, renovações e suspensão de parcelas**. “Os dados consolidados mostram um total de **contratações de operações de crédito [novas concessões]** no valor de **R\$ 533,2 bilhões [menos da metade do montante de liquidez disponibilizado aos bancos pelo BCB]**” (Febraban, 2020)⁴². Cabe destacar que, as operações realizadas entre 3 de abril e 3 de julho de 2020 terão alíquota zero do IOF, nos termos do Decreto nº 10.305/2020⁴³.

⁴¹ Sobre o anúncio das medidas do BCB, vide: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2020/03/banco-central-anuncia-conjunto-de-medidas-que-liberam-r-1-2-trilhao-para-a-economia>.

⁴²Dados consolidados sobre concessão e renegociação de operações de crédito. Disponível em: <https://portal.febraban.org.br/noticia/3456/pt-br/>.

⁴³ Sobre o Decreto: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.305-de-1-de-abril-de-2020-250853594>.

“Com alguma variação entre os bancos participantes, e de acordo com as respectivas políticas, os contratos de crédito sobre os quais incide o benefício são, entre outros: crédito pessoal (exceto consignado), crédito imobiliário, crédito com garantia de imóveis e crédito para aquisição de veículos” (Febraban, maio de 2020)⁴⁴.

O relatório aponta que, das novas concessões de crédito realizadas pelos bancos no período, mais de 51,4% do total (R\$ 274,2 bilhões) foram destinadas ao segmento das grandes empresas. Para o segmento das micro e pequenas empresas, foram destinados o menor montante, ou apenas, 8,9% do total (R\$ 47,7 bilhões) e, para o segmento das médias empresas, foram destinados 11,6% (R\$ 61,3 bilhões). Por fim, 28,1% dos recursos destinados às novas concessões foram para pessoas físicas (R\$ 150,1 bilhões).

O BCB apresentou dados mais recentes, discriminados por segmento de crédito – grandes empresas (*corporate*), médias empresas (*middle*), micro e pequenas empresas (MPE) e pessoas física (PF) e por porte dos bancos e controle de capital dos bancos (grandes bancos públicos e privados; bancos médios e bancos pequenos).

Quadro 1. Novas contratações de Crédito – Brasil: de 16 de março a 12 de junho de 2020:

Dados acumulados de 16/03 a 12/06/2020										R\$ milhões
Segmentos	Novas contratações					Renovações*				
	Corporate	Middle	MPE	PF	Totais	Corporate	Middle	MPE	PF	Totais
S1 - públicos	31,638	11,159	14,835	61,031	118,663	7,677	16,161	20,691	50,237	94,765
S1 - privados	169,810	28,756	27,949	55,606	282,121	77,620	15,321	8,233	26,797	127,971
S2	31,675	5,065	1,095	12,175	50,009	3,733	356	66	151	4,305
S3	32,230	10,241	2,383	16,736	61,589	10,736	2,021	976	5,341	19,074
S4	8,806	6,042	1,401	4,541	20,790	1,670	3,206	181	2,744	7,801
Valor da operações	274,159	61.262	47.663	150,089	533,173	101,435	37,065	30,146	85,269	253,916

* Inclui rolagem integral de operações de crédito, inclusive com crédito novo, bem como renegociações com alteração de prazo, taxa de juros e garantias.

Observação: S1 – Grandes bancos, público e privados; S2 – Bancos médios; S3 e S4 – Bancos pequenos. Extraído de apresentação do Banco Central do Brasil (BCB).⁴⁵

Os números demonstram, principalmente, que os bancos privados atuam distintamente aos bancos públicos. Os principais bancos privados na distribuição do crédito no país disponibilizaram mais da metade das novas contratações para o segmento das grandes empresas (60,2%), enquanto os bancos públicos atuaram, principalmente, no segmento de pessoas físicas. Pouco mais de 51% dos recursos nos bancos públicos destinaram-se para pessoas físicas, um público significativamente carente de crédito num momento de paralização das atividades, como o atual.

Com relação às renovações, que totalizaram R\$ 253,9 bilhões no período (54% nos bancos privados e 46% nos bancos públicos). Do montante renovado nos grandes bancos públicos, 53% destinou-se às pessoas físicas. Cabe destacar que o segmento das micro e pequenas empresas além de ser o que menos obteve recursos novos de crédito, também foi o que renovou o menor montante de créditos já existentes, para garantirem o cumprimento de suas obrigações enquanto estão obrigados a permanecerem fechados. Do total das renovações no período, o segmento ficou com menos de 12%. Foram pouco mais de R\$ 30 bilhões para um setor determinante na geração de emprego e renda na economia brasileira.

⁴⁴ Disponível em: <https://portal.febraban.org.br/noticia/3461/pt-br/>.

⁴⁵ Apresentação do BCB está disponível no [link:https://static.poder360.com.br/2020/06/Apresentacao_RCN_CN-Covid19_vpub.pdf](https://static.poder360.com.br/2020/06/Apresentacao_RCN_CN-Covid19_vpub.pdf)

Quadro 2. Prorrogações de Parcelas – Brasil: de 16 de março a 29 de maio de 2020:

Extension of loan installments, with the same interest rate – value in BRL billions

Seg-ments	Corporate			Middle			SME			Household			Total		
	Number of contracts	Value of operations	Install-ments value	Number of contracts	Value of operations	Install-ments value	Number of contracts	Value of operations	Install-ments value	Number of contracts	Value of operations	Install-ments value	Number of contracts	Value of operations	Install-ments value
S1 - public	789	8.8	1.2	10,169	15.0	2.1	446,508	28.8	3.6	3,198,021	238.5	15.8	3,655,487	291.2	22.6
S1 - private	3,902	23.4	9.7	89,906	19.9	6.2	550,408	32.1	4.1	4,559,489	93.3	7.5	5,203,705	168.7	27.4
S2	1,022	15.4	1.2	9,423	67.3	6.2	41,610	1.0	0.1	1,050,056	21.5	1.3	1,102,111	105.3	8.8
S3	745	1.7	0.6	39,465	7.4	1.1	10,290	1.1	0.1	131,211	8.2	3.6	181,711	18.4	5.4
S4	323	0.6	0.2	56,307	6.1	2.9	5,902	1.3	0.3	74,490	2.8	0.2	137,022	10.7	3.6
Total	6,781	49.9	13.0	205,270	115.7	18.5	1,054,718	64.4	8.1	9,013,267	364.4	28.3	10,280,036	594.3	67.9

Observação: S1 – Grandes bancos, público e privados; S2 – Bancos médios; S3 e S4 – Bancos pequenos. Extraído de apresentação do Banco Central do Brasil (BCB).⁴⁶

As prorrogações de parcelas de contratos vigentes (e em dia) foi uma das principais medidas efetivamente adotadas pelos bancos. Conforme mostra o quadro 2, 32,6% dos contratos foram fechados nos grandes bancos públicos e 50,6% no grandes bancos privados do país e os demais, 16,8% foram fechados por bancos médios e pequenos. Nesse caso, o principal segmento a fazer uso das prorrogações de parcelas foide Pessoa Física, com mais de 9 milhões de contratos fechados, totalizando R\$ 364,4 bilhões, seguidos pelo segmento das MPE, com pouco mais de um milhão de contratos, perfazendo um montante de R\$ 64,4 bilhões. Segundo o BCB, nesse quadro constam as prorrogações que respeitaram a mesma taxa de juros pactuada originalmente. Nota-se que o segmento das grandes empresas, maior beneficiário das novas contratações, fez pouco uso dessa modalidade, com apenas, pouco mais de 6,7 mil contratos, que somaram R\$ 49,9 bilhões.

Uma das principais queixas dos microempreendedores e pequenos empresários é que os bancos estão exigindo garantias e estabelecendo condições demais para liberarem recursos para suas empresas, tais como: imóveis, como garantia; a transferência de suas folhas de pagamentos para os respectivos bancos onde estes solicitaram empréstimos, sendo que muito deles sequer pagam seus funcionários por via bancária; a necessidade de não haver pendências (tributárias ou jurídicas) em nome da firma ou dos sócios, entre outros. Isso tem provocado muitas demissões e o fechamento de diversos estabelecimentos⁴⁷. Além da recusa dos bancos para liberar os empréstimos, os empresários denunciam as elevadas taxas de juros que vem sendo cobradas⁴⁸.

Um exemplo da situação enfrentada pelos empresários pode ser observado no 3º Boletim de Tendências do Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo (SIMPI) e do Instituto Datafolha⁴⁹. A instituição vem acompanhando um grupo de empreendimento que representa o perfil das micro e pequenas indústrias do Estado de São Paulo. O levantamento teve início em abril (entre os dias 13 e 14) e o último relatório trouxe dados do período entre 8 e 12 de maio. O boletim apontou que 58% das indústrias avaliadas estão observando uma situação financeira ruim/péssima e que em 83% delas, o faturamento piorou. Diante dessa situação, ao procurarem as instituições financeiras, apenas 9% delas declararam ter conseguido crédito para

⁴⁶ Apresentação do BCB está disponível no [link:https://static.poder360.com.br/2020/06/Apresentacao_RCN_CN-Covid19_vpub.pdf](https://static.poder360.com.br/2020/06/Apresentacao_RCN_CN-Covid19_vpub.pdf)

⁴⁷ Sobre a dificuldade das pequenas empresas no acesso ao crédito e os números do BNDES, vide: <https://g1.globo.com/economia/pme/pequenas-empresas-grandes-negocios/noticia/2020/05/31/empresarios-reclamam-das-condicoes-para-pegar-credito-durante-a-pandemia.ghtml>

⁴⁸Vide: <https://investnews.com.br/economia/sem-dinheiro-empresarios-reclamam-de-juros-altos-e-recusa-de-credito-dos-bancos/>.

⁴⁹ O Boletim de Tendências do SIMPI, de maio de 2020 está disponível no link: <http://www.simpi.com.br/arquivos/3%C2%BA%20Boletim%20de%20Tend%C3%AAncias%20-%20Maio.pdf>.

capital de giro novo. Outras 4% conseguiram apenas mais crédito em linhas que já tinham com os bancos.

A grande maioria (86% das empresas consultadas), não conseguiu acesso a qualquer tipo de crédito. Como uma das consequências dessa crise, 29% dessas indústrias já precisaram demitir funcionários, sendo que 15% das respondentes já demitiram mais de 30% de seu quadro de antes da declaração de pandemia.

Isso fica ainda mais preocupante por se tratar de indústrias localizadas no Estado de São Paulo, que se trata do Estado que concentra a grande maioria dos recursos de crédito disponibilizado pelos bancos no país. Dados do Banco Central⁵⁰, de março de 2020, ou seja, no mês de adoção das medidas de quarentena e isolamento, apontam que a concentração do crédito no Brasil vinha em tendência crescente. Em fevereiro de 2018, 67% da carteira de crédito no país concentravam-se na região Sudeste. Em março de 2020, eram 71% do total do crédito, sendo que dessa parcela alocada na Região, 82% estavam em São Paulo.

Quando se analisam os números segundo o controle de capital dos bancos que administram tais créditos, observa-se que são os bancos públicos que efetivamente contribuem para o desenvolvimento das demais regiões, enquanto os bancos privados visando maiores retornos atuam, principalmente, no centro financeiro.

Em se levando em conta essas informações, sobre as dificuldades que as pequenas indústrias paulistas estão enfrentando, imagina-se que micro, pequenas e médias empresas dos demais estados venham enfrentando dificuldades ainda maiores e dependendo, consideravelmente, de recursos e programa oriundos de bancos públicos.

Das linhas anunciadas pelo BNDES ao longo da crise do novo coronavírus, apenas 16,7% chegaram aos empresários. Se somadas, as quatro principais modalidades de empréstimo somam um orçamento de R\$ 77 bilhões, contudo, somente R\$ 12,9 bilhões foram como executadas pelo banco, de acordo com relatório do 1º trimestre de 2020⁵¹.

O quadro 3 demonstra quanto de cada ação já foi executada pelo banco. A transferência dos fundos PIS/PASEP não consta desse montante executado porque destina a cobrir o pagamento emergencial de um salário mínimo do FGTS no segundo semestre, cujo calendário de pagamentos ainda será definido pelo Governo Federal.

Quadro 3. Balanço parcial das ações do BNDES no combate à COVID-19 – 1º trimestre de 2020



Extraído de apresentação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)⁵².

⁵⁰ Os dados da estatística bancária do Banco Central, por município e por agência estão disponíveis no link: <https://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp?frame=1>.

⁵¹ Vide: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/05/16/em-criese-pequenas-empresas-tem-dificuldade-de-acessar-linhas-de-credito.ghtml>

⁵² A apresentação do BNDES está disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/8674070b-3d9d-469a-ac46-835c284c7e06/Slides+Divulgac%CC%A7a%CC%83o+Resultado+1T2020+BNDES+-+final.pdf?MOD=AJPERES&CVID=n8OGHi1>.

A última coluna do quadro 3 cita o programa para financiamento de folhas de pagamentos de empresas pequenas e médias, anunciado em 27 de março de 2020 e que entrou em vigor a partir da Medida Provisória (MP) 944, publicada em 1º de abril de 2020. O BNDES apontava, até então, que o programa havia executado apenas R\$ 1,6 bilhão.

O Programa Emergencial de Suporte a Empregos, que conta com a participação do Tesouro Nacional, do BCB, do BNDES e dos três grandes bancos privados do país (Itaú, Santander e Bradesco) e que, de acordo com o Governo Federal, teria o potencial de atingir cerca de 1,4 milhões empresas enquadradas nessa faixa, com, aproximadamente 12,2 milhões empregadas. O montante de R\$ 40 bilhões para dois meses (R\$ 20 bilhões para cada mês) seria dividido entre o Tesouro, que participaria com R\$ 6 bilhões e os três bancos privados colocariam R\$ 34 bilhões.

A MP 944/20 ainda não foi votada no Congresso Nacional. Ocorreu votação apenas na câmara, em 25 de junho⁵³ e foi aprovada com alguns aperfeiçoamentos (emendas) a ela, tais como: i) a Inclusão de empresas com faturamento bruto anual em 2019 entre R\$ 10 milhões e R\$ 50 milhões (com impacto estimado de R\$ 5 bilhões sendo adicionados ao programa); ii) extensão do programa por mais dois meses (com impacto estimado, também, de mais R\$ 5 bilhões); iii) extensão do prazo para contratação do financiamento de 30 de junho para 31 de outubro; e iv) as empresas podem contratar 30% de suas folhas de pagamento desde que mantenham os mesmos 30% de seu quadro de funcionários por até dois meses após o final do prazo de financiamento (antes a medida não permitia que as empresas demitissem trabalhadores durante o período dos pagamentos da folha e durante igual período posteriormente – até dois meses depois).

Após três meses da medida anunciada, apenas 10% do montante foi executado. Pouco mais de R\$ 4,0 bilhões até 22 de junho. Montante esse que atendeu a 107,5 mil empresas com 1,8 milhões de empregados⁵⁴.

O presidente do BC, Roberto Campos Neto afirmou que o custo do crédito não está subindo que a única modalidade em que se verificou aumento foi no desconto de duplicada, que afeta mais as pequenas empresas. Ele ainda destacou que o custo do crédito para pessoa física está caindo, mas, o custo de financiamento de veículos está crescendo porque a inadimplência aumentou e segue piorando na margem. Todavia, o crédito não estaria entrando em colapso no Brasil. Segundo Campos Neto, das medidas para aumento de liquidez, adotadas pelo BC, com potencial de R\$ 1,218 trilhões, foram executadas, até então, R\$ 260,2 bilhões e que novas medidas serão divulgadas visando direcionar o crédito⁵⁵.

Como o programa não avançava e cresciam as queixas dos empresários por não estarem sendo atendidos pelo Sistema Financeiro, em 18 de maio de 2020, o Governo Federal sancionou, com vetos, a Lei nº 13.999/2020, que criou o Programa Nacional

⁵³ Sobre a votação na Câmara do Deputado, vide: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/camara-libera-demissao-em-programa-de-credito-para-empresas.shtml>.

⁵⁴ Sobre o programa de financiamento da folha de pagamento das empresas, vide: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/programa-que-financia-folhas-de-pagamento-faz-tres-meses-com-apenas-10-emprestados.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=twfolha

⁵⁵ Sobre a entrevista do presidente do Banco Central, em 1º de junho de 2020, vide link: file:///C:/Users/Contraf/Downloads/Avalia%C3%A7%C3%A3o%20Roberto%20Campos%20Neto%20sobre%20medidas_valor%201Jun20.pdf.

de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE), uma linha de crédito de até 30% da receita bruta anual da empresa em 2019. No caso de empresas com menos de um ano de funcionamento o valor dos empréstimos poderá ser de até 50% do capital social da companhia (o que for mais vantajoso).

Os recursos das operações poderão ser utilizados em investimentos ou capital de giro, sendo vedado seu uso para distribuição de lucros e dividendos entre os sócios. A taxa de juros será Selic acrescida de 1,25%, com prazo de até 36 meses para pagar. Os bancos, cooperativas ou outras instituições financeiras que operem o programa, poderão requerer garantia do Fundo Garantidor de Operações (FGO). O programa cobrirá operações realizadas até seis meses, a partir da data da divulgação da Lei.

2.1 Novas medidas de enfrentamento da crise anunciadas pelo Banco Central

Em 25 de junho de 2020, o BCB anunciou novo conjunto de medidas no intuito de impulsionar o crédito para micro e pequenas empresas do país⁵⁶. Dentre elas estão:

i) Redução temporária do requerimento de capital das instituições de menor porte, tais como cooperativas de crédito, por exemplo. Tal medida tem o potencial de liberação de até R\$ 1,3 bilhão, permitindo o aumento da capacidade de concessão de crédito de tais instituições em até R\$ 16,5 bilhões;

ii) Capital de giro para preservação de empresas (CGPE), provendo crédito para as micro, pequenas e médias empresas. Otimização do uso de capital pelos bancos com a transferência de capital de ativos decorrentes de diferenças temporárias para suportar a nova linha de crédito. De acordo com o BCB, os empréstimos terão prazo mínimo de três anos e carência de seis meses. O risco dessas operações será integralmente assumido pelas instituições financeiras. Essa medida tem o potencial de concessão de até R\$ 127 bilhões em novos empréstimos;

iii) Compra pelo BCB de títulos privados no mercado secundário: visando dar liquidez ao mercado de crédito privado, para melhor funcionamento do setor. Eventuais operações dessa natureza serão analisadas caso a caso, pela Diretoria Colegiada do BCB. Trata-se da regulamentação da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020;

iv) Depósitos compulsórios sobre depósitos de poupança: permite que as instituições financeiras deduzam as operações de crédito para micro e pequenas empresas e também o saldo de aplicações em depósitos a prazo com garantia especial (DPGE), do saldo dos depósitos compulsórios de poupança. A medida tem o potencial para direcionar até R\$ 55,8 bilhões em crédito para micro e pequenas empresas e em DPGE;

v) Imóvel como garantia de mais de um empréstimo: Pessoas que pagaram parte de seu financiamento imobiliário podem utilizar o mesmo imóvel como garantia em outras operações de crédito, incluindo ou não um financiamento para a aquisição de imóvel, com a mesma taxa de juros do financiamento imobiliário original. Em caso de inadimplemento de uma das operações garantidas, antecipam-se os vencimentos posteriores. Medida tem potencial para geração de até R\$ 60 bilhões em crédito; e,

⁵⁶Sobre o anúncio do BCB, vide: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/464/noticia>.

vi) Redução do Fator de Ponderação de Risco (FPR) na operações de DPGE: de 50% para 35% para instituições associadas ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC). Para o BCB, a medida pode garantir condições de liquidez das instituições financeiras de pequeno porte, especialmente as que atuam em segmentos pouco atendidos pelas maiores.

Resta saber se tais medidas serão eficazes ou não para a ampliação do crédito voltado aos micro e pequenos negócios que resistiram até aqui.

3. O importante papel dos bancos públicos para o socorro e desenvolvimento do país

O Banco do Nordeste do Brasil (BNB) divulgou que, no período de 16 de março a 29 de abril, contratou novos empréstimos e financiamentos que totalizando R\$ 4 bilhões, os quais foram injetados na economia dos nove estados da Região Nordeste do país, além do norte de Minas Gerais e do Espírito Santo. Essas operações foram contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e no âmbito do programa de microcrédito urbano do banco, chamado de Crediamigo.

Desde o início da pandemia, foram contratadas 531 mil operações por meio do programa de microcrédito urbano produtivo e orientado, que totalizaram R\$ 1,3 bilhão em benefício de microempreendedores urbanos. Com recursos do FNE, foram 64 mil novas operações, no valor de R\$ 2,7 bilhões, sendo 59,2 mil contratações (ou R\$ 754,7 milhões), para a área rural, e 4,8 mil outras (ou R\$ 1,9 bilhão), para a área não rural.

Por sua vez, o Banco da Amazônia lançou em abril de 2020 o programa FNO Emergencial, com recursos do Fundo da Amazônia (FNO), em linhas de crédito para micro e pequenas empresas da Região Norte do país, com taxas de juros de 0,21% ao mês e carência até janeiro de 2021. Até o início do mês de junho, o banco liberou cerca de R\$ 91 milhões em contratos, no âmbito do programa, atendendo a mais de mil empresas instaladas no Norte do país. Somando-se todas as linhas de financiamento operadas pela instituição, foram contratados quase R\$ 3 bilhões em toda a Amazônia Legal, em 2020.

De acordo com o Banco Central, do total do crédito nas duas regiões, mais de 90% está nos bancos públicos, especialmente no que diz respeito a financiamentos rurais e imobiliários. Em fevereiro de 2020, a Região Nordeste acumulava, apenas, pouco mais de 7,0% do total de crédito disponibilizado no país e a Região Norte, contava com somente 2,3% do montante. Portanto, o papel do BNB e do Banco da Amazônia, assim como dos demais bancos públicos é primordial para o desenvolvimento da região e, principalmente, neste momento em que a população, já tão carente de recursos, precisa ficar em isolamento social e depende de medidas emergenciais de socorro.

Nesse sentido, a Caixa Econômica tem sido determinante para a execução da principal política pública implementada, após o decreto de calamidade pública no país, que é o pagamento do auxílio emergencial, a ser pago em três parcelas no valor R\$ 600,00, para famílias carentes participantes do Programa Bolsa Família, as cadastradas com Cadastro Único e para trabalhadores informais. Esses pagamentos foram centralizados na Caixa.

Até 29 de maio, foram pagas a primeira e parte da segunda parcela do auxílio emergencial. Ao total, conforme aponta o quadro 4, foram 108,5 milhões de pagamentos efetuados, para 58,6 milhões de beneficiários, num montante total de R\$ 76.6 bilhões.⁵⁷

Quadro 4. Pagamentos efetuados das 1ª e 2ª parcelas do Auxílio Emergencial na Caixa

TIPO	QTD. BENEFICIÁRIOS	QTD. PAGTOS.	VALOR PAGO (R\$)
Bolsa Família	19,2 milhões	38,4 milhões	30,3 bilhões
CadÚnico	10,5 milhões	21,0 milhões	14,0 bilhões
App/Site	28,9 milhões	49,1 milhões	32,3 bilhões
TOTAL	58,6 milhões	108,5 milhões	76,6 bilhões

Extraído da apresentação da Caixa Econômica Federal realizada em 5 de junho de 2020.

Outro programa que vem sendo executado pela Caixa é o “Bem” - Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda, que diz respeito a um pagamento com recursos do Seguro Desemprego, para trabalhadores que tiveram seus contratos de trabalho suspensos ou reduções proporcionais de jornadas e salários. De acordo com a instituição, entre 4 de maio e 4 de junho, foram executados R\$ 3,3 bilhões em pagamentos para 3 milhões de trabalhadores do país.

Importante ressaltar que todos esses pagamentos concentrados na Caixa, causaram e seguem causando transtornos para a população, com aglomerações em filas extensas e, principalmente, estão sobrecarregando os bancários da instituição, além de colocar em risco milhões de pessoas em um momento em que é imprescindível que a população mantenha o isolamento social.

Considerações finais

Das medidas adotadas pelo setor financeiro desde março, quando foi decretada a pandemia e o Estado de Calamidade Pública no país, com a urgência do isolamento social para proteger a população e o fechamento das atividades não essenciais, o que se percebe claramente é a reticência dos bancos (em especial dos grandes bancos privados) nas renovações e na concessão de créditos novos, em especial para os microempreendedores individuais, médias e pequenas empresas.

Estes vêm se queixando das exigências em excesso e das recusas de tais instituições em socorrê-los. Por outro lado, os bancos se justificam, alegando que não poderão assumir esses riscos sozinhos. E, em consequência disso, Banco Central, Tesouro Nacional e Governo vem tentando corrigir eventuais falhas nas medidas anunciadas, além de anunciarem outros programas visando esse público ainda desamparado no país.

Enquanto isso, os bancos públicos, regionais e federais têm sido determinantes no apoio às regiões mais desfavorecidas do país em termos de crédito, tais como as regiões Norte e Nordeste, que contam com a atuação, mais direcionada, do Banco da Amazônia e do BNB. Além da Caixa Econômica, que tem sido a potencial (senão única) instituição executora das políticas públicas para lidar com a crise atual. Os

⁵⁷ A apresentação dos últimos números sobre o pagamento emergencial na Caixa está disponível no link: https://caixanoticias.caixa.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Live_Auxilio_Emergencial_05junho-parte-1.pdf.

bancos públicos atuam principalmente com o segmento de pessoas físicas e o microcrédito produtivo e orientado.

Faz-se urgente que medidas efetivas sejam tomadas, até mesmo que forcem os bancos privados a cumprirem com seu papel enquanto concessões públicas. Milhares de estabelecimentos já fecharam definitivamente suas portas, em decorrência desse desamparo em momento tão crítico e delicado pelo qual passa o país. Com essa relutância, os bancos estão contribuindo com a iminente deterioração do quadro econômico do país.

Bárbara Vallejos Vazquez. *Doutoranda e Mestre em Desenvolvimento Econômico (Instituto de Economia-UNICAMP). Bacharel em Ciências Sociais (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP). É técnica do Dieese, assessorando a Subseção da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (CONTRAF-CUT) e docente da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP-SP) e da Escola Dieese de Ciências do Trabalho. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3337935530039355>.*

Vivian Machado. *Economista, graduada pelo Centro Universitário Fundação Santo André (FSA) e Mestre em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atualmente, técnica do DIEESE, assessorando a Subseção da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (CONTRAF-CUT) e colaboradora do CONJUSCS. Currículo Lattes <http://lattes.cnpq.br/9424636099657642>.*

Referências Bibliográficas

Banco Bradesco S.A. **Resultados 1T20.** Disponível em: <https://www.bradesco.com.br/siteBradescoRI/Default.aspx>. Acesso em: 05 de maio de 2020.

Banco Central do Brasil (BCB). **ESTBAN - Estatística Bancária Mensal por município.** Disponível em: <https://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp?frame=1>. Último acesso em: 04 de junho de 2020.

Banco da Amazônia. **Com juros de 0,21% ao mês, linha de crédito dá carência até janeiro de 2021.** Disponível em: <https://valor.globo.com/patrocinado/banco-da-amazonia/noticia/2020/06/08/com-juro-de-021percent-ao-mes-linha-de-credito-da-carencia-ate-janeiro-de-2021.ghtml>. Acesso em: 08 de junho de 2020.

Banco do Brasil S.A. **Relações com Investidores.** Disponível em: <https://ri.bb.com.br/>. Acesso em: 11 de maio de 2020.

Banco do Nordeste do Brasil – Sala de Imprensa. **Banco do Nordeste contrata R\$ 4 bilhões durante período de pandemia.** Disponível em: https://www.bnb.gov.br/noticias/-/asset_publisher/x8xtPijhdmFZ/content/banco-do-nordeste-contrata-r-4-bilhoes-durante-periodo-de-pandemia/50120. Acesso em: 05 de junho de 2020.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). **Relações com Investidores.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/relacoes-com-investidores/relacoes-com-investidores>. Último acesso em: 03 de junho de 2020.

Banco Santander (Brasil) S.A. **Relações com Investidores.** Disponível em: <https://www.santander.com.br/ri/home>. Acesso em: 05 de maio de 2020.

Caixa Econômica Federal. **Relações com Investidores.** Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/relacoes-com-investidores/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 21 de maio de 2020.

Itaú Unibanco Holding S.A. **Relações com Investidores.** Disponível em: <https://www.italu.com.br/relacoes-com-investidores/Home.aspx?linguagem=pt>. Acesso em: 05 de maio de 2020.

Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo(SIMPI). **Boletim - Impactos do Coronavírus nos negócios.** Disponível em: <http://www.simpi.com.br/boletimsimpi.html>. Último acesso em: 04 de junho de 2020.

Nota Técnica

6. RECONVERSÃO INDUSTRIAL NO CONTEXTO DA COVID-19: DIÁLOGO E COOPERAÇÃO EM DEFESA DA VIDA E EMPREGOS

Wellington Messias Damasceno

A presente nota técnica tem o intuito de debater o modelo de desenvolvimento industrial brasileiro a partir da reconversão industrial e da nacionalização de componentes e equipamentos médico hospitalares voltados para o combate à Covid-19, mas também para setores estratégicos, como infraestrutura, energia e alimentação. O diagnóstico bem elaborado das áreas em que podemos ser competitivos pode reposicionar o Brasil na nova indústria global e, potencialmente, reduzir a ociosidade industrial no país. Diante da ausência do poder público em coordenar essas ações é fundamental que a sociedade civil organizada estabeleça uma mesa nacional em torno destes temas.

Diante da crise sanitária do coronavírus com consequências graves em quase todos os países, um aspecto que ficou escancarado foi a crescente dependência dos países diante de alguns poucos polos de produção médico hospitalar. A exemplo da China, que detém a maior fatia de produção global destes equipamentos, sendo responsável pela metade da produção global de máscaras e cerca de 20% dos respiradores.

Para salvar vidas, governos nacionais e regionais investiram pesadas somas em compras de insumos e equipamentos médicos, sobretudo respiradores – aparelho vital para as vítimas mais graves da pandemia.

Porém, com o forte aumento da demanda mundial, estes equipamentos imediatamente passaram a ser muito disputados, diante tanto da necessidade de prevenção e atendimento às vítimas do vírus, como da capacidade insuficiente de produção, ainda mais limitada pelas necessárias medidas de quarentena.

Com a produção insuficiente para atender a necessidade de todos os países, a disputa pela compra dos artigos produzidos e a urgência em equipar os sistemas de saúde frente à rápida propagação do vírus, governos e empresas passaram a empregar a reconversão industrial para produção local destes equipamentos, utilizando a ociosidade dos parques industriais, aumentando a agilidade na obtenção destes insumos e reduzindo a dependência externa.

A reconversão industrial pressupõe a rápida adaptação da capacidade de produção das indústrias que possuam certa flexibilidade e estejam operando abaixo da capacidade, para fabricação de outros produtos.

Este assunto não é novo aqui no Brasil. Há anos, sindicatos e associações pautam este debate como forma de frear o processo de desindustrialização, redirecionar plantas industriais com fabricação de produtos obsoletos para novos setores e garantir a manutenção dos postos de trabalho.

Com a necessidade emergencial de suprir a demanda de produção voltada à área da saúde, diversas iniciativas de reconversão aconteceram em vários países. Na China foram criadas linhas de crédito específicas para a reconversão produtiva de respiradores, insumos e peças de equipamentos médico-hospitalares; nos EUA, montadoras como GM, Tesla, Ford, além da Boeing, e outras produziram cerca de 30 mil ventiladores; no Japão houve subsídio financeiro de 30,6 milhões de ienes para a reconversão de linhas de produção; na França, verificou-se o desenvolvimento de um

consórcio entre empresas como Air Liquide, o grupo Peugeot/Citroën, Schneider e Valéo para a produção de 10 mil respiradores.

No Brasil, surgiram movimentos voltados à recuperação e manutenção de respiradores parados, produção de máscaras e aumento da capacidade produtiva de empresas brasileiras. O Senai Cimatec (BA) coordenou uma das ações de maior impacto que foi levantar junto ao poder público os respiradores fora de uso e encaminha-los para manutenção em empresas que se voluntariaram, sobretudo nas montadoras. A Mercedes-Benz de São Bernardo do Campo auxiliou a fabricante de respiradores KTK a aumentar sua capacidade de produção, produzindo internamente componentes ou cedendo trabalhadores para auxiliar no incremento de produção. O Instituto Mauá de Tecnologia, em parceria com a Mercedes-Benz, desenvolveu um automatizador para respiradores manuais com a patente aberta para a empresa que se disponibilizar a produzir com o compromisso de doar os equipamentos. Diversas iniciativas também surgiram para a produção de máscaras, com a organização de cooperativas, empreendimentos de economia solidária e sindicatos, como o caso do Sindicato das Costureiras do ABC.

Ainda no campo das iniciativas, temos outras importantes frentes das Universidades e ICTs, como UFABC, USP, IPT entre outras, no campo do desenvolvimento de equipamentos de custo menor e soluções alternativas aos equipamentos padrões. Além dos projetos que buscam a nacionalização de itens importados ou a tropicalização de muitos componentes.

Essas iniciativas foram de extrema importância para reforçar a quantidade de equipamentos, sobretudo respiradores, na linha de frente da atuação dos profissionais da saúde, permitindo salvar muitas vidas. Porém, estas ações aconteceram de forma voluntária, seja por parte das empresas ou universidades, sendo que em raríssimos casos resultou na integração destas produções aos parques industriais que acolheram estas iniciativas. E na grande maioria, após a retomada da produção, deixaram de continuar o trabalho de apoio.

A grande dificuldade para que o país adote políticas de reconversão industrial está na falta de coordenação governamental. Não houve ação dos governos, seja federal sejam estaduais, em direcionar as empresas a atuarem para suprir demandas determinadas neste esforço de combate à pandemia. Mesmo as ações aqui citadas, como a manutenção de ventiladores, foram limitadas por falta de informações do poder público, que deixou passar a possibilidade de recuperação de muitos aparelhos. E quando se olha para o desenvolvimento de produtos, adaptação ou nacionalização de componentes, falta estratégia aos entes públicos para viabilizar recursos ou promover a aproximação entre o desenvolvimento tecnológico e a produção.

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC têm inserido a reconversão em todas as pautas encaminhadas aos governos e associações empresariais⁵⁸, defendendo um modelo urgente para suprir a demanda crescente nos serviços de saúde no país. Segundo o Ministério da Saúde, o Brasil tem 14,8 mil leitos de UTIs adulto no Sistema Único de Saúde (SUS) e para a associação dos médicos de Unidades de Terapia Intensiva o país tem um déficit estimado em 20% de leitos de UTI no SUS.

A transformação de unidades fabris ociosas ou com produtos obsoletos, voltando-se para a produção de equipamentos e insumos na área médica, deveria ser parte central das ações de governo, e o Brasil poderia ainda exportar parte desta produção para países vizinhos. A produção de materiais para a área da saúde é estratégica e

⁵⁸ Em carta encaminhada ao Governo do Estado de SP, ao Consórcio Intermunicipal Grande ABC, aos entes federais (Executivo, Câmara dos Deputados e Senado Federal) e direcionada às associações empresarias (Anfavea, Sindipeças, Abimaq e Abinee).

permitiria diminuir nossa carência histórica no atendimento à população, atuando num setor que movimenta bilhões de dólares, reduzindo ou revertendo o déficit comercial de US\$ 8,3 bilhões registrados em 2019, segundo o próprio Ministério da Economia.

Iniciativas parlamentares surgiram na forma de projetos de lei, com o intuito de articular as ações voltadas a reconversão emergencial, viabilizar formas de custeio e organizar comitês de acompanhamento com a participação de universidades, trabalhadores, empresas e governo. O Sindicato encaminhou proposição de aditivo ao PL 1551/20, de autoria do Deputado Federal Helder Salomão (PT-ES), indicando o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade (FGPC) como instrumentos que pudessem custear o desenvolvimento, inovação e reconversão de linhas de produção, visando prover os materiais necessários para enfrentar este período de crise pandêmica, além de reestruturar a indústria de equipamentos médico-hospitalares.

Assim como na área da saúde, é possível avançar na reconversão voltada a outros setores estratégicos, como infraestrutura, energia e alimentação. Levando em conta que são áreas fundamentais para a população brasileira, onde o país detém certas vantagens competitivas, poderíamos não apenas avançar em pesquisa e desenvolvimento, mas ligar também a industrialização local dos produtos relacionados ao avanço na segurança alimentar e energética, além do acesso tão necessário à universalização do saneamento básico e ao enfrentamento da mudança climática.

Na nova configuração econômica pós-pandemia, as cadeias globais de valor devem ser drasticamente alteradas, com os países industrializados ou emergentes incentivando a nacionalização de equipamentos e bens estratégicos, alterando o perfil de suas importações e direcionando esforços para novas tecnologias. Neste cenário, uma política nacional voltada à reconversão industrial, com diagnóstico dos setores estratégicos em que podemos ser competitivos, pode reposicionar o Brasil na nova indústria global. O processo de reindustrialização do país requer ainda estímulo e valorização das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, capacitação técnica dos trabalhadores e articulação dos setores produtivos visando à nacionalização de peças, sistemas, máquinas e equipamentos.

Esta nota aponta para a necessidade de construirmos um modelo de desenvolvimento industrial tendo como premissa a reconversão do parque industrial brasileiro, que já vinha apresentando problemas de ociosidade e defasagem tecnológicas. Para isso, é vital a coordenação governamental destes esforços, sempre atrelados à geração de empregos e ao desenvolvimento nacional. Na clara ausência de iniciativa e na evidente incapacidade do governo federal para liderar esse processo, se faz necessária a construção de uma mesa nacional com a presença do Congresso Nacional, do setor produtivo, das universidades e sindicatos de trabalhadores, para viabilizar esta plataforma de maneira conjunta. Avançar em medidas que possam salvar vidas nesse exato momento, mas que possuem também condição de alavancar a economia, especialmente pela retomada do dinamismo industrial, é uma bandeira essencial para qualquer entidade que se preocupa com o país e com nossa gente.

Wellington Messias Damasceno, diretor de políticas industriais do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, trabalhador na Volkswagen – SBC, advogado e pós graduado em Direito e Relações do Trabalho.

Nota Técnica

7. IMPACTO DA PANDEMIA DO COVID-19 NA ECONOMIA DO TURISMO GLOBAL E NACIONAL

Luis Carlos Burbano Zambrano

Resumo Executivo

A nota técnica a seguir é um estudo feito pelo autor, como membro da Consultoria Plangov, para a Prefeitura de Ilhabela. O estudo avalia os impactos da pandemia sobre o turismo global e nacional e as perspectivas de sua retomada nos possíveis cenários de comportamento da doença.

Palavras-chave: Covid-19; turismo global; turismo no Brasil; impacto na economia global.

A pandemia do coronavírus tem desatado uma crise nos campos da saúde, social e econômico de proporções globais sem precedentes na história recente. No âmbito econômico, as consequências da pandemia podem ser assemelhadas ao choque provocado pelo crash de 1929. As economias fecharam e paralisaram. Países inteiros entraram em quarentenas mais ou menos severas, medidas apenas comparáveis as de situações de guerra.

As projeções realizadas pelo Banco Mundial no seu último relatório divulgado em 8 de junho de 2020 mostra a magnitude do choque econômico que será produzido como consequência da pandemia do coronavírus no mundo, na América Latina e no Brasil (<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/33748>):

De acordo com o Banco Mundial, a velocidade de propagação da pandemia do coronavírus e as medidas de bloqueio para contê-la levarão a economia global a uma contração de 5,2% em 2020. Essa queda representaria a mais profunda recessão global em oito décadas. Seria também a crise com a maior proporção de países, desde 1870, a experimentar fortes declínios nos seus produtos per capita. Segundo o relatório, mais de 90% de 183 países experimentarão contrações nas suas economias devido à pandemia, uma proporção maior até do que na grande depressão da década de 1930 (quando ficou em 85%). A expectativa de queda para a renda per capita é de 3,6%, o que levará milhões de pessoas à situação de pobreza extrema neste ano, prevê o Banco Mundial.

Quanto à América Latina e Caribe, o relatório do Banco Mundial ressalta que suas condições econômicas vêm piorando drasticamente, pois todos os países destas regiões têm sido afetados pela pandemia do coronavírus. E, o mais preocupante, a região se transformou novo epicentro do vírus. O impacto econômico provocado pelas medidas restritivas para controlar a expansão da doença, juntamente com os choques externos resultantes da pandemia, resultará numa contração do PIB regional em 2020 de 7,2%.

Essa queda se constituirá numa recessão muito mais aguda do que a gerada pela crise financeira global de 2008-2009 e pela crise da dívida na América Latina dos anos de 1980.

**Países de América Latina e do Caribe –
Projeções de crescimento do PIB para 2020**

Belize	-13,5%
Peru	-12,0%
Brasil	-8,0%
México	-7,5%
Argentina	-7,3%
Nicarágua	-6,3%
Jamaica	-6,2%
Bolívia	-5,9%
Honduras	-5,8%
El Salvador	-5,4%
Colômbia	-4,9%
Chile	-4,3%
Dominicana	-4,0%
Uruguai	-3,7%
Haiti	-3,5%
Costa Rica	-3,3%
Guatemala	-3,0%
Paraguai	-2,8%
Panamá	-2,0
R. Dominicana	-0,8%

Fonte: Banco Mundial

Os riscos enfrentados pela região como consequência da pandemia do coronavírus são muito desfavoráveis. Aumento generalizado do desemprego e da informalidade laboral; perda nos avanços recentes na redução da pobreza e da desigualdade; endividamento dos governos e revoltas sociais são alguns dos principais riscos que devem enfrentar os países da região.

Impacto na economia nacional

No que se refere ao Brasil, como consequência das medidas de isolamento social, da queda do investimento e dos preços mundiais das commodities agrícolas, o Banco Mundial prevê uma retração de 8,0% de sua atividade econômica. Essa queda representaria a maior dos 120 anos para os quais o IBGE dispõe de dados sobre o comportamento do PIB do país.

Brasil, Taxa anual de crescimento do PIB, 2003-2020*

2003	1,1%
2004	5,8%
2005	3,2%
2006	4,0%
2007	6,1%
2008	5,1%
2009	-0,1%
2010	7,5%
2011	4,0%
2012	1,9%
2013	3,0%
2014	0,5%
2015	-3,5%
2016	-3,3%
2017	1,3%
2018	1,3%
2019	1,1%
2020	-8,0%

Fonte: IBGE (2003 a 2019) e Banco Mundial (projeção para 2020).

Na sua última Carta de Conjuntura nº 47, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, também prevê uma forte queda do economia brasileira durante 2020 (www.ipea.gov.br).

De acordo com o IPEA, no cenário em que se inicia um processo de flexibilização gradual das restrições à mobilidade e ao funcionamento das atividades econômicas a partir de junho, projeta-se uma queda do PIB nacional de 6,0% durante 2020 seguido de uma recuperação de 3,6% para 2021.

A forte contração da economia trazida pela pandemia do coronavírus num momento em que o Brasil ainda não se tinha recuperado da expressiva recessão ocorrida entre 2015 e 2017, irá resultar em fortes incrementos das taxas de desemprego, subemprego e informalidade da força de trabalho, com a consequente elevação da pobreza e da desigualdades social. Devido à forte incerteza que ainda existe sobre a evolução da pandemia, é muito possível que os efeitos desta forte retração da economia se estendam no médio prazo e deixem profundas sequelas ainda mais duradouras.

Impacto no turismo global

O turismo tem sido um dos setores econômicos mais afetados pela crise gerada pela pandemia do coronavírus. Até o início de 2020, as perspectivas do crescimento do turismo global eram bastante promissoras.

O estudo Turismo: Panorama 2020 da Organização Mundial do Turismo – OMT (www.e-unwto.org), lançado antes da surgimento da pandemia do coronavírus, previa que o número de chegadas de turistas internacionais no mundo todo aumentaria até chegar a quase 1600 milhões em 2020. Esse comportamento representava um volume 2,4 vezes maior que o registrado a finais dos anos noventa do século XX.

Evolução do número de chegadas de turistas internacionais no mundo, 1995-2020 (em milhões)

1995	565
2000	680
2005	809
2010	952
2011	998
2012	1045
2013	1098
2014	1143
2015	1195
2016	1240
2017	1332
2018	1407
2019	1461
2020p	1561

Fonte: <https://www.unwto.org/>

Uma das principais tendências do turismo global durante os últimos 25 anos é seu constante crescimento. De acordo com o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC), em 2018 o turismo gerou uma participação de US\$ 8,8 trilhões ao PIB mundial (10,4%), uma alta de 3,9% em relação a 2017, superior à expansão da economia global (3,2%). O setor foi responsável por 319 milhões de empregos, tornando-se protagonista da abertura de 1 em cada 10 postos de trabalho.

As boas perspectivas de crescimento da demanda por viagens com o consequente aumento no faturamento dos diversos segmentos do turismo global com as quais teve início o ano 2020, foram rapidamente frustradas pelo surgimento e a acelerada propagação da pandemia do coronavírus. O fechamento de fronteiras, o cancelamento de voos nacionais e internacionais e a implantação de medida restritivas das atividades econômicas, praticamente paralisaram o mercado turístico. Pacotes e

passagens vendidas foram canceladas, cruzeiros, hotéis, restaurantes interromperam ou diminuíram drasticamente seus serviços. Igualmente, grandes eventos nacionais e internacionais que movimentam um número importante de turistas no mundo todo foram cancelados ou adiados.

Toda a cadeia de valor do turismo ao nível mundial foi afetada pela crise desatada pela pandemia do coronavírus. Porém, são as pequenas e médias empresas que, de acordo com a OMT, constituem 80% do setor, as mais vulneráveis. São milhões de pessoas para as quais o turismo é sua única atividade de subsistência. Elas são as que mais sofreram as consequências do fechamento de suas atividades, aumentando os riscos do crescimento da pobreza e da miséria no mundo todo.

Alguns países, como Espanha e Itália, fazem parte dos destinos turísticos mais visitados mundo. Esses países começaram, a partir do mês de junho, a realizar movimentos de reabertura e de retomada gradual dos negócios depois de quase dois meses de aplicação de medidas severas de confinamento e paralisação de suas economias. Porém, a retomada de viagens nacionais e internacionais deve ser lenta e gradual, mudando a prática do turismo da forma como conhecemos. O turismo será uma das atividades econômicas com maiores dificuldades operacionais para sua reabertura, trazendo consequências na perspectivas financeiras e na recuperação do empregos perdidos. Ainda existe muita incerteza. A profundidade do impacto no médio e longo prazo depende da duração das restrições sanitárias e das ajudas dos governos.

IMPACTO NO TURISMO GLOBAL

Uma pesquisa realizada pelo Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC) com base em modelagem revela a profundidade do impacto que o setor global de viagens e turismo enfrentará se as restrições nas viagens continuarem por um período prolongado. O estudo analisou três possíveis cenários:

Cenário Otimista: Nas melhor das hipóteses, seguindo as recomendações das autoridades de sanitárias, as restrições começam a diminuir a partir do mês de junho para viagens regionais e de curta distância; a partir de julho para o médio percurso e de agosto para as de longa distancia, o setor de viagens e turismo poderá perder um total de 98,2 milhões de empregos e US\$ 2,7 trilhões no PIB mundial. Neste cenário, o número de chegadas internacionais no ano cairia 41% e a de viagens domésticas 26%.

Cenário de Linha de Base ou Mediano: Supondo que as restrições atuais começam a diminuir a partir de junho para viagens regionais; julho para viagens curtas ou regionais; agosto, para médias distancias; e setembro, para as viagens mais longas - poderá ser perdido um total de 121,1 milhões de empregos no setor global de viagens e turismo, com uma perda de US \$ 3.435 bilhões no PIB global. Neste cenário, o número global de visitantes cairia 53% para chegadas internacionais e 34% para chegadas domésticas.

Cenário Pessimista: Na pior das hipóteses, supondo que as restrições atuais começam a diminuir a partir de setembro para viagens de curta distância e regionais; a partir de outubro para a meia distância e novembro para a longa distância, podem ser perdidos 197,5 milhões de empregos no setor global de viagens e turismo, com uma perda de US \$ 5.543 bilhões em PIB global. Neste cenário, o número de visitantes globais cairia 73% para chegadas internacionais.

Setor de viagens e turismo mundial. Perda de empregos em milhões para 2020, por região

	Cenário otimista	Cenário mediano	Cenário Pessimista	
Ásia-Pacífico	59,7	69,3	69,3	115,0
Europa	14,2	18,4	18,4	29,5
EU	8,8	11,4	11,4	18,3
África	7,6	10,9	10,9	17,4
Américas	14,0	19,2	19,2	30,7
America do Norte	8,1	11,4	11,4	18,2
América Latina	4,7	6,1	6,1	10,4
Caribe	1,2	1,6	1,6	2,0
Oriente Médio	2,7	3,4	3,4	4,9
Global	98,2	121,1	121,1	197,5

Fonte: <https://wttc.org/News-Article>.

Setor de viagens e turismo mundial. Perda do PIB em Bilhões de US\$ para 2020, por região

	Cenário otimista	Cenário mediano	Cenário Pessimista	
Ásia-Pacífico	980	1.337	1.337	1888
Europa	771	1000	1000	1608
EU	568	739	739	1187
África	53	75	75	120
Américas	781	1098	1098	1750
America do Norte	673	955	955	1520
América Latina	84	109	109	185
Caribe	27	34	34	44
Oriente Médio	99	125	125	179
Global	2686	3435	3435	5543

Fonte: <https://wttc.org/News-Article>. <https://wttc.org/News-Article/More-than-197m-Travel-Tourism-jobs-will-be-lost-due-to-prolonged-travel-restrictions>

Embora o melhor dos cenários anteriores represente uma forte retração no setor das viagens e do turismo global, sua materialização representaria a proteção de quase 100 milhões de empregos em todo o mundo em relação à pior das hipóteses consideradas. Para a WTTC, esse melhor cenário ainda pode ser alcançado se os governos ao redor do mundo seguirem as seguintes quatro recomendações:

- a) A eliminação e substituição imediata de quaisquer medidas de quarentena mediante, com '**corredores aéreos**' para países com circunstâncias semelhantes, bem como a remoção de avisos de viagem e proibições de viagens internacionais não essenciais, que impedem a cobertura de proteção de seguro para viajantes.
- b) A adoção de protocolos globais de saúde e segurança, como a iniciativa 'Viagens Seguras', lançada recentemente pelo WTTC, para garantir aos viajantes que medidas de saúde e higiene aprimoradas estão em vigor; e que é seguro viajar novamente.
- c) A implementação de uma estratégia rápida de teste e rastreamento para ajudar a conter a propagação do vírus, enquanto ainda permite que as pessoas viajem com responsabilidade em âmbito doméstico e no exterior.
- d) Uma maior colaboração entre os setores público e privado para garantir uma abordagem global coordenada da crise.

IMPACTO NO TURISMO NO BRASIL E NO ESTADO DE SÃO PAULO

No Brasil, o turismo também iniciou o ano de 2020 com boas perspectivas de crescimento, tanto do ponto de vista da demanda doméstica com do volume de chegadas de turistas internacionais. Porém, as expectativas de expansão das atividades nos diversos segmentos que compõem a cadeia de valor do turismo foram totalmente frustradas a partir de meados de março quando os empreendimentos do setor foram obrigados a fechar quase por completo suas operações, como resultado das medidas de isolamento social implantadas pela maioria dos governos estaduais e municipais.

Brasil. Produto Interno Bruto do Turismo em Bilhões de R\$ em 2019

Atividades Características do turismo	2019	%
Hotéis e pousadas	19,3	7,1%
Bares e restaurantes	101,4	37,5%
Transporte rodoviário	47,0	17,4%
Transporte aéreo	12,9	4,8%
Outros transportes e serviços auxiliares de transportes	26,9	9,9%
Atividades de agências e organizadores de viagens	7,4	2,7%
Aluguel de bens móveis	7,2	2,7%
Atividades recreativas, culturais e desportivas	48,6	17,9%
Total Turismo	270,8	100,0%
Total da Economia	7.257,9	3,7%

Fonte: IBGE e FGV (fgvprojetos.fgv.br/artigos/)

A interrupção das atividades da cadeia produtiva do turismo afeta diretamente a geração de receita em segmentos que são considerados não-essenciais pelos decretos oficiais que definem as medidas de quarentena e de isolamento social. O impacto macroeconômico para o país é bastante negativo na medida em que o setor contribui de forma significativa no PIB e no emprego.

Efetivamente, de acordo com um estudo realizado pela FGV Projetos, o valor do PIB do conjunto das Atividades Características do Turismo no ano de 2019 chegou a R\$ 270,8 bilhões, significando uma contribuição de 3,7% no PIB nacional. Para realizar esse cálculo, a FGV utilizou a classificação de Atividades Características do Turismo (ACT) definida em 2012 pelo IBGE no estudo “Economia do Turismo – Uma perspectiva econômica (2003-2009). Mediante uma parceria com o Ministério do Turismo, o mencionado estudo realizou cálculo da produção e participação de cada uma das Atividades Características do Turismo no PIB nacional para os anos de 2003 a 2009 (<https://biblioteca.ibge.gov.br>).

Em relação ao emprego, de acordo com o IBGE, em 2009, as Atividades Características do Turismo contavam com 5,9 milhões de postos de trabalho, representando 6,2% no emprego total da economia. Para 2019, segundo um estudo realizado pela WTTTC, o volume de postos de trabalho no turismo passou para 6,9 milhões de pessoas, o equivalente a 7,5% do número global de vagas no país.

Levantamento realizado pelo IPEA, com base na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério da Economia, mostra que o número de vagas formais geradas pelo conjunto das Atividades Características do Turismo passou de 1,74 milhões a 2,13 milhões entre 2006 e 2018, incremento de quase 23,0%. Para 2019, o número de vagas se manteve na mesma amplitude referente ao resultado de 2018.

Brasil. Número de empregos formais nas atividades características de turismo, em milhões, 2010-2018

2006	1,74
2007	1,80
2008	1,87
2009	1,91
2010	2,00
2011	2,05
2012	2,06
2013	1,94
2014	2,05
2015	2,07
2016	2,13
2017	2,13
2018	2,13

Fonte: <https://www.ipea.gov.br/extrator/>

No Estado de São Paulo, segundo o mesmo estudo do IPEA, o emprego formal passou de 206,7 para 331,4 mil vagas entre 2006 e 2018, um crescimento de 60,3%, quase três vezes acima do apresentado no Brasil. Esta tendência mostra o forte

dinamismo que o turismo vem apresentando durante os últimos 16 anos no Estado e que foi interrompida abruptamente pela crise impulsionada pela pandemia do coronavírus.

Estado de São Paulo. Número de empregos formais nas atividades características de turismo, em milhares, 2010-2018

2006	206,7
2007	226,4
2008	249,3
2009	262,4
2010	285,1
2011	302,3
2012	312,8
2013	303,9
2014	318,4
2015	319,8
2016	329,4
2017	332,8
2018	331,4

Fonte: <https://www.ipea.gov.br/extrator/>

O turismo internacional tem contribuído de forma importante ao crescimento do PIB e do emprego do turismo brasileiro e, especialmente, do turismo paulista.

Efetivamente, no Brasil, segundo dados do Ministério de Turismo, durante as últimas duas décadas a entrada de turistas de nacionalidade estrangeira se multiplicou por 3,1 vezes passando de 2,0 milhões em 1995 a 6,3 milhões em 2019. Neste mesmo período, a receita cambial turística se multiplicou por 6,1 vezes, passando de 972 a 5913 milhões de US\$.

Brasil. Evolução do número de chegadas de turistas internacionais, em milhões de pessoas, 1995-2018

1995	2,0
2000	5,3
2005	5,4
2010	5,2
2011	5,4
2012	5,7
2013	5,8
2014	6,4
2015	6,3
2016	6,5
2017	6,6
2018	6,6

Fonte: <http://basededados.turismo.gov.br>

O Estado de São Paulo apresenta forte dinamismo na chegada de turistas internacionais evidenciando sua consolidação como um dos principais destinos no âmbito internacional e o primeiro receptor de turistas estrangeiros do Brasil. Desta forma, entre 1995 e 2019, a entrada de turistas de nacionalidade estrangeira no Estado passou de 0,54 milhões a 2,36 milhões, incremento de quase 340,0%, muito acima do Brasil que foi de 219,0%.

Estado de São Paulo. Evolução do número de chegadas de turistas internacionais, em milhões de pessoas, 1995-2019

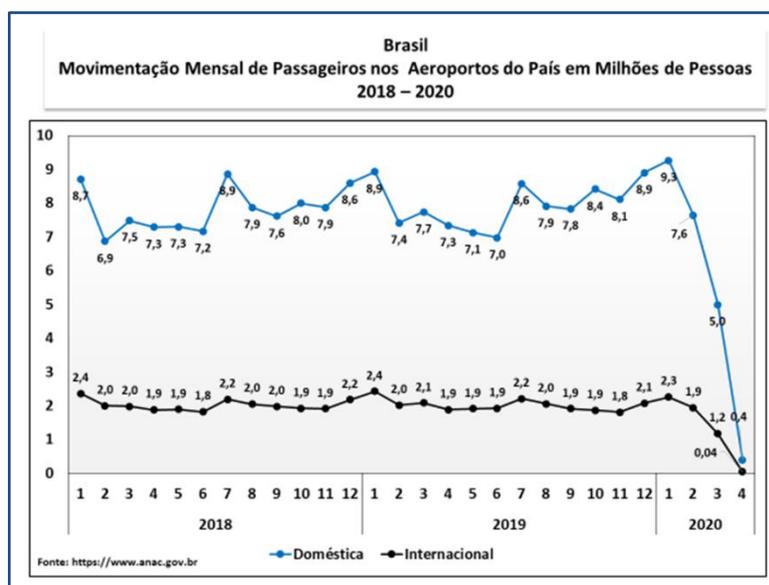
1995	0,54
2000	1,46
2005	2,45
2010	2,02
2011	2,09
2012	2,11
2013	2,22
2014	2,22
2015	2,25
2016	2,25
2017	2,14
2018	2,25
2019	2,36

Fonte: <http://basededados.turismo.gov.br>

Igualmente, em 2019, o Estado concentrou 34,1% do fluxo turístico internacional do Brasil, seguido muito de longe pelos estados de Rio de Janeiro, 19,5%, Rio Grande do Sul, 16,4% e Paraná, 14,3%.

O transporte aéreo constitui-se em um dos mais importantes modais de transporte para o funcionamento do turismo no mundo e no Brasil. Quase a totalidade das viagens turísticas internacionais e uma alta porcentagem das nacionais no Brasil e no Estado de São Paulo dependem da operação deste modo de transporte. Adicionalmente, sua cadeia produtiva tem um impacto direto na geração de emprego e renda nas cidades e nas regiões onde estão instalados.

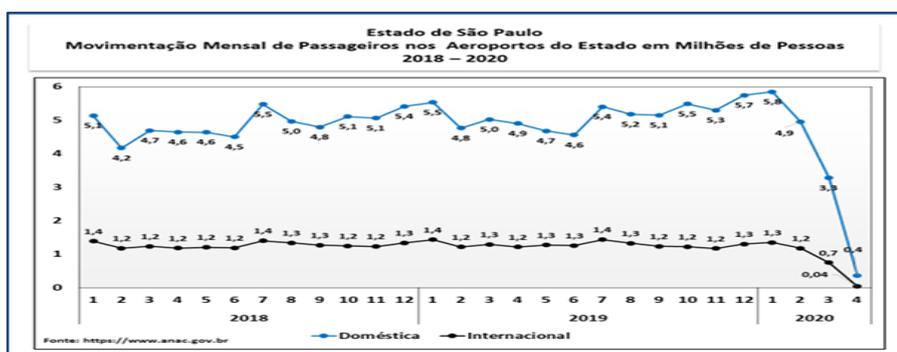
A pandemia do coronavírus teve forte impacto na oferta de voos internacionais e domésticos no Brasil transformando praticamente inviável uma proporção importante



das atividades turísticas tanto de lazer como de negócios.

Efetivamente, de acordo com informações da Agência Nacional de Aviação (ANAC), entre os meses de março e abril de 2020, a movimentação de passageiros domésticos no Brasil teve uma queda de quase 95,0% e de passageiros internacionais de 98,0%.

No caso do Estado de São Paulo, a paralisação do transporte aéreo segue a mesma tendência de grandeza que no Brasil, sendo de 89,0% para movimentação de passageiros domésticos e de 95,0%, para passageiros internacionais.



O maior problema se encontra em que existe ainda muita incerteza sobre o tempo que vai demorar a retomada do transporte aéreo no Brasil e no mundo.

Brasil e Estado de São Paulo. Saldo do emprego formal total na economia no mês de abril, 2010-2020

	Brasil	Estado de São Paulo
2010	305,068	119,844
2011	272,225	119,133
2012	216,974	85,346
2013	196,913	80,227
2014	105,348	44,374
2015	-97,828	-11,076
2016	-62,844	-16,583
2017	59,856	30,227
2018	115,898	40,426
2019	129,601	50,168
2020	-860,503	-260,902

Fonte: <http://pdet.mte.gov.br>

O impacto da crise do coronavírus no emprego será devastador tanto na economia em seu conjunto como no turismo porque o setor de serviços será o mais afetado. As informações fornecidas pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) são as primeiras a oferecer um panorama do impacto da pandemia do novo coronavírus no mercado de trabalho brasileiro. De acordo com o CAGED, entre os meses de março e abril de 2020 foram fechadas 1,1 milhão de vagas de emprego com carteira assinada no Brasil e 345,3 mil no Estado de São Paulo. Só no mês de abril foram fechados 860,5 mil postos de trabalho no Brasil e 260,9 no Estado de São Paulo, o pior resultado para um único mês em 29 anos de informações divulgadas pelo CAGED.

Não existem antecedentes na história recente do país de um contexto tão desfavorável para o mercado de trabalho dos serviços turísticos. Tomando como referencia apenas o segmento de alojamento e alimentação, de acordo com o CAGED, nos meses de março e abril de 2020, as perdas de vagas de emprego formal chegaram a 211, 7 mil no Brasil e de 70.352 mil no Estado de São Paulo. Este número se encontra muito acima das perdas registradas nos mesmos meses entre 2015 e 2017, quando o país atravessou um forte processo de recessão econômica, -5,1 mil vagas no Brasil e 4,5 mil vagas no estado de São Paulo. As previsões para os próximos meses não são nada alentadoras, pois se espera um crescimento das demissões e fechamento de postos de trabalho que, sem medidas governamentais efetivas, gerarão um maior aprontamento da crise econômica no país.

Esses resultados se referem apenas ao mercado formal. Com certeza, a crise do coronavírus também vem afetando com força os segmentos informais da cadeia produtiva turismo.

Brasil e Estado de São Paulo. Saldo do emprego formal nas atividades de alojamento e alimentação. Total 2019 e janeiro a abril de 2020

	Brasil	Estado de São Paulo
2019	37,733	11,876
Jan/2020	4,554	-1,599
Fev/2020	14,742	5,283
Mar/2020	-83,846	-29,912
Abr/2020	-127,876	-40,620

Fonte: <http://pdet.mte.gov.br>

Brasil e Estado de São Paulo. Saldo do Emprego formal nas Atividades de Alojamento e Alimentação entre março e abril de 2015 a 2020

	Brasil	Estado de São Paulo
2015	-3,394	909
2016	-31,472	-8.920
2017	-19,810	-1,606
2018	12,834	6,237
2019	-11,066	-2,426
2020	-211,722	-70,532

Fonte: <http://pdet.mte.gov.br>

Um estudo realizado pela FGV assinala possíveis cenários sobre o impacto da pandemia do COVID-19 no emprego formal no turismo brasileiro:

Cenário	Contexto	Impacto no emprego
Cenário 1	. Sem alongamento das medidas de proteção dos empregos	. Perda de -1.114.182 empregos
Cenário 2	. Com alongamento das medidas de proteção dos empregos	. Perda de - 669.831 empregos

Fonte: https://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/01.covid19_impactoeconomico_v09_compressed_1.pdf

No dia 16 de junho, o Senado deu aval para que o Governo Federal prorrogue a Medida Provisória (MP) nº 936, que trata da suspensão de contratos de trabalho e da redução de jornadas e salários enquanto durar o período de calamidade pública, ou seja, até o fim do ano. A medida foi editada em 1º de abril e faz parte do pacote do Governo para ajudar as empresas a atravessarem a crise provocada pela pandemia do novo coronavírus. Durante a vigência dos acordos, a União paga um benefício diretamente para os trabalhadores com contratos suspensos ou salários reduzidos. Esse auxílio é calculado com base nas parcelas do seguro desemprego (entre R\$ 1045 e R\$ 1.813).

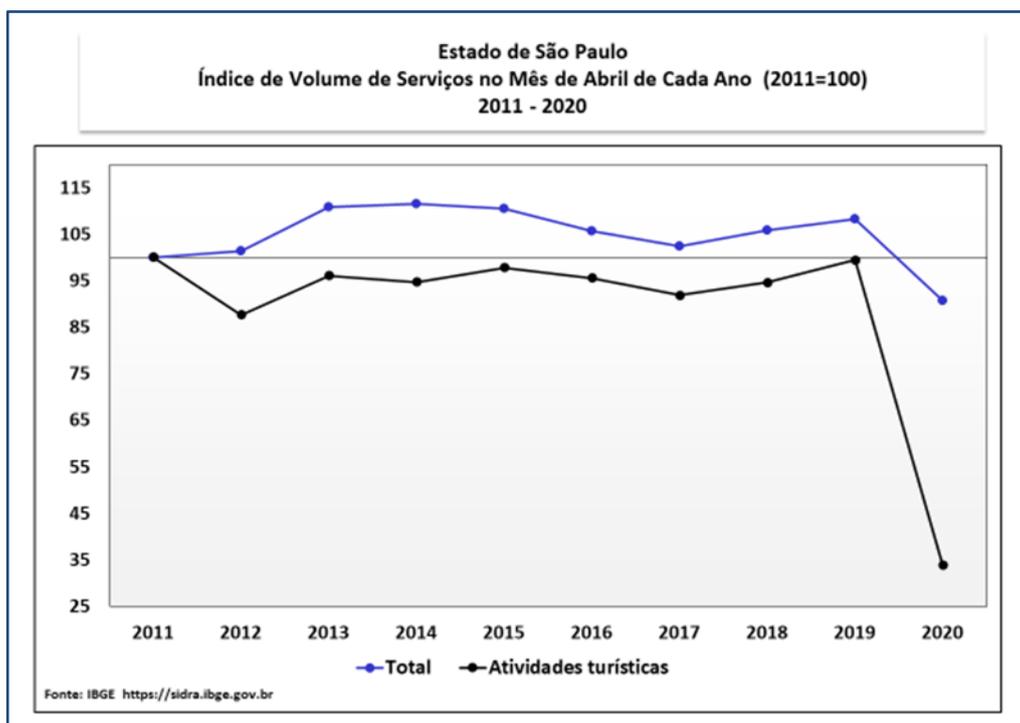
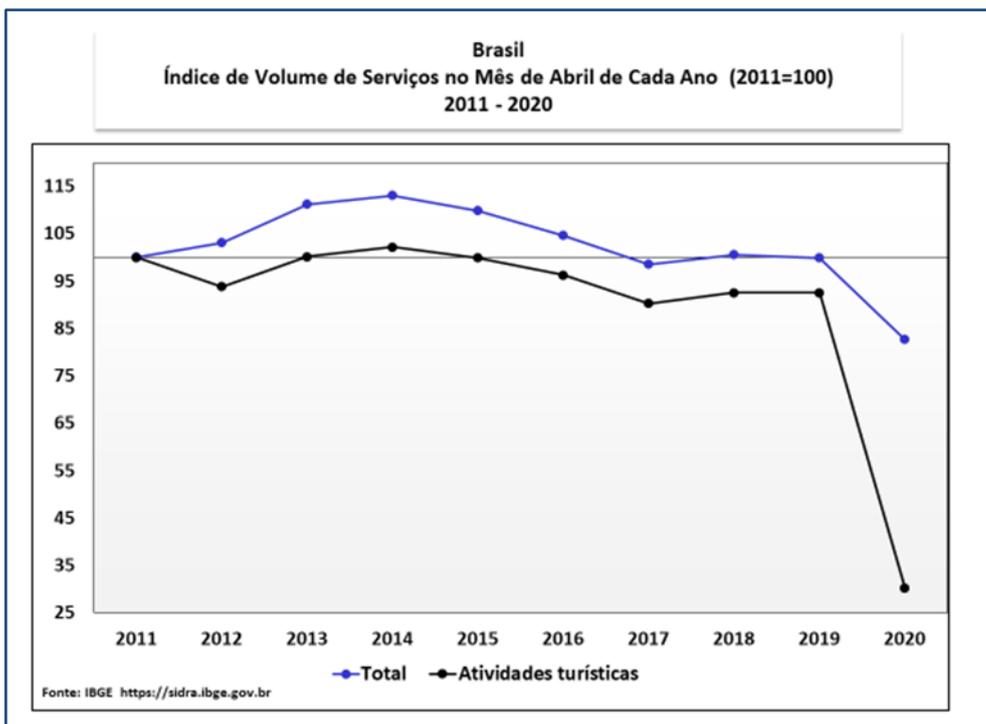
Porém, segundo o estudo da FGV, as medidas genéricas de proteção dos empregos como MP 936, apesar de importantes, não serão suficientes para que o setor de turismo evite as demissões em massa. Para o setor, além da prorrogação do prazo da MP 936, serão necessários outros esforços adicionais, como, por exemplo, redução de encargos trabalhistas, incentivos fiscais e crédito de fomento. Com estas medidas é possível que uma parte importante de empregadores consiga manter seu quadro de funcionários para aproveitar o momento de retomada, especialmente o aumento da demanda na temporada de dezembro, janeiro e fevereiro. Sem estas medidas, as empresas serão obrigadas a demitir para em seguida recontratar para a temporada, gerando perda de produtividade com a substituição de trabalhadores.

A Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE mostra claramente o impacto da crise do coronavírus no volume das atividades turísticas. Efetivamente, de acordo com esta pesquisa, no mês de abril, o índice de atividades turísticas no Brasil teve uma queda de 54,5%, frente a março de 2020, a queda mais intensa de toda a série histórica que foi iniciada em janeiro de 2011.

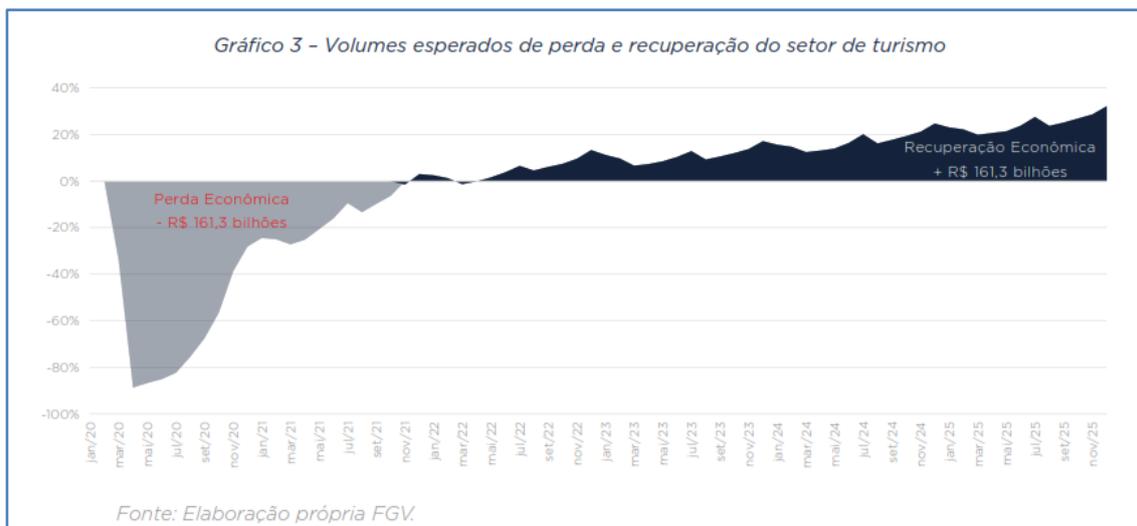
Regionalmente, todas as 12 unidades da federação pesquisadas acompanharam este movimento de retração observado no Brasil, com destaque para Bahia (-63,1%), seguido por Rio de Janeiro (-52,7%), São Paulo (-52,0%) e Minas Gerais (-49,4%).

Na comparação entre abril de 2020 e de 2019, houve retração de 67,3%. Igualmente, todas as doze unidades da federação pesquisadas apresentaram forte retração, com destaque para Rio Grande do Sul (-76,0%), seguido por Bahia (-72,6%), Paraná (-69,1%), Minas Gerais (-64,5%), Rio de Janeiro (-65,8%) e São Paulo (-65,9%).

Segundo o IBGE, a forte contração das atividades turísticas foi pressionada, sobretudo, pelos ramos de restaurantes; hotéis; transporte aéreo e rodoviário coletivo (ambos de passageiros); e catering, bufê e outros serviços de comida preparada.



O estudo "Impacto Econômico da covid-19 e Propostas para o Turismo Brasileiro", elaborado pela FGV Projetos, prevê que as perdas econômicas do turismo no Brasil serão muito significativas. Segundo esse estudo, o Produto Interno Bruto (PIB) do setor de turismo, que em 2019 chegou a R\$270,8 bilhões, deve cair para R\$165,5 bilhões em 2020, indicando redução de 38,9%.



Dessa forma, a perda total do setor turístico brasileiro será de R\$ 161,3 bilhões no biênio 2020-2021 (que representa perda de 29,8% na produção total do período).

O estudo da FGV supõe que a retomada econômica do turismo seguirá uma trajetória mais o menos de tipo V aberta. Ou seja, que depois de uma queda rápida e intensa, devido à paralisação imediata das atividades, a retomada dos níveis das receitas do setor apresentará um crescimento suave até 2025,

O grande problema consiste em que devido ao comportamento da pandemia no Brasil, ainda existe uma alta incerteza sobre a velocidade e o tempo que levará o processo de retomada das atividades econômicas. Igualmente, por enquanto não se tem a certeza da imunidade da população. É possível que se tenha que voltar às medidas de isolamento social cada vez que a pandemia mostre sinais de perda de controle, transformando a recuperação do turismo altamente lento e volátil.

MOMENTOS DA ATIVIDADE TURÍSTICA NA PANDEMIA DO COVID-19

O caminho para a recuperação total da atividade turística será longo e lento. O retorno do consumo se dará de forma gradual e ainda sob medidas de distanciamento social, baseado no atendimento de protocolos de saúde.

A volta efetiva das atividades turísticas dependerá de certeza de imunização da população quando seja alcançada a imunidade de rebanho, um descobrimento de um tratamento terapêutico ou a aplicação em massa de vacinas.

É muito possível que teremos que esperar até 2022 para atingir os níveis de negócios antes da pandemia de coronavírus.

Desta forma, o processo de retomada do turismo pode atravessar os seguintes grandes momentos:

Momento	Descrição	Caraterísticas
Momento 0	Isolamento Social	Nesta fase, as atividades dos segmentos turísticos estão paradas em quase sua totalidade como consequência das medidas de isolamento social implantadas com o propósito de conter a expansão da pandemia
Momento 1	Turismo local com a abertura de viagens domésticas de curta distância	<p>Nesta fase a abertura do turismo se realizará gradualmente através de viagens de curta distância utilizando principalmente os meios rodoviários. Os transporte individual será privilegiado pelos turistas.</p> <p>Nos destinos, a oferta turística se adaptará ao controle da pandemia mediante a adoção de protocolos sanitários: hotéis com telões na área de recepção, com luvas, máscaras e álcool gel; salas que se abrem e são controladas como telefone celular para evitar contatos desnecessários; refeições à mesa (o buffet acabou) ou servidas diretamente nos quartos, de forma obrigatória.</p> <p>Os destinos sem aglomeração serão privilegiados pelos turistas: desfrute da natureza e da acomodação rural; turismo de praia sem aglomeração; turismo na maioria dos aspectos mais sustentável.</p> <p>Os eventos que geram alta aglomeração estarão proibidos pelo governo.</p> <p>Teremos ainda uma demanda turística bastante afetada pela crise econômica e com alta sensibilidade em relação com as possibilidades de contágios.</p>
Momento 2	Turismo nacional com a retomada e crescimento das viagens domésticas de longa distância	<p>Nesta fase se retomarão as viagens domésticas de longa distância, utilizando-se o transporte aéreo, que já deverá estar melhor estruturado com protocolos nos aviões e aeroportos, envolvendo medidas de distanciamentos físicos, redução de capacidade, desinfecção e controle de temperatura.</p> <p>Ainda existirão restrições para os eventos que gerem aglomeração.</p> <p>Os turistas ainda terão preferências nos destinos e experiências de baixa aglomeração.</p>
Momento 3	Início de viagens de negócios e de retomada gradual de eventos	Nesta fase, serão retomadas as viagens de negócios e a realização de eventos ainda que em um ritmo bastante lento e com a aplicação de rigorosos protocolos de higiene e de proteção pessoal.
Momento 4	Retomada e expansão do turismo internacional,	<p>Esta fase dependerá das medidas e normas que sejam aplicadas por outros países, que, em sua maioria, hoje se encontram com suas fronteiras fechadas.</p> <p>Alguns países adotaram a política de colocar em quarentena por duas semanas qualquer pessoa de certos países que entra em suas fronteiras ou de proibir sua entrada pelas condições da pandemia nos países de origem.</p> <p>A retomada do turismo internacional dependerá da evolução da pandemia nos diferentes países e da forma como sejam implantadas as medidas de abertura das fronteiras, as concessões de vistos e os protocolos sanitários.</p> <p>A crise econômica mundial terá um papel fundamental para a recuperação desse mercado.</p>

<p>Momento 5</p>	<p>Recuperação</p>	<p>Nesta fase se consolida o processo de retorno análogo à realidade antes da crise do coronavírus, a partir do crescimento na imunização da população, o descobrimento de um tratamento terapêutico ou a aplicação em massa de vacinas.</p> <p>É muito provável que na fase pós-covid sejam mantidos alguns comportamentos e elementos da fase de controle da pandemia como protocolos de limpeza, maior valorização da limpeza e da higiene por parte dos turistas e preferência por destinos e experiências de baixa aglomeração.</p> <p>A segurança será o novo valor ascendente do estágio pós-coronavírus, condição sine qua non: não é mais apenas vender praias, natureza, monumentos, gastronomia ou festas, mas também vender segurança.</p>
-------------------------	--------------------	---

TRAJETÓRIA DE RECUPERAÇÃO DO TURISMO DA PANDEMIA DO COVID-19

Sem a existência de uma vacina, um tratamento eficaz ou o alcance da imunidade de rebanho, somente as medidas de distanciamento social mais ou menos severas, de acordo com as circunstâncias, continuarão sendo a única alternativa eficaz para controlar um aumento descontrolado da pandemia do Coronavírus.

Neste sentido, é muito possível que o processo de retomada passe por sucessivas alternâncias entre momentos de abertura e momentos de retorno ao distanciamento social com níveis diferenciados de intensidade e duração dependendo do grau de descontrole da pandemia.

É pouco provável uma recuperação da economia do turismo em **V**, na qual a retomada seja tão rápida quanto a queda, ou em **U**, onde a recuperação leve um tempo prolongado após da flexibilização das medidas de quarentena e distanciamento social.

A trajetória mais provável de recuperação do turismo é a de um comportamento altamente volátil, com uma retomada em forma de **W**, ou seja, subidas em momentos de abertura e quedas em momentos da volata ao isolamento social.

Acadêmicos e especialistas de renome nacional e internacional alertaram que, se as medidas de flexibilização das medidas de isolamento social para controlar a pandemia forem introduzidas prematuramente, o vírus poderá retornar ou aumentar a velocidade de propagação. Isso significaria a reintrodução das restrições, o retorno da incerteza e o fechamento das atividades econômicas. O resultado seria uma pequena recuperação seguida por nova recessão que pode ser ainda mais intensa e prolongada.

Luis Carlos Burbano Zambrano. Economista da Universidad del Valle em Colômbia e especialista em ciências e técnicas de governo pela Fundação Altadir de Venezuela e Chile. Atualmente é Professor Convidado da Universidade Municipal de São Caetano do Sul e Sócio-Diretor Técnico da empresa de consultoria Planejamento e Governo-Plangov. Durante sua carreira profissional tem sido professor nas áreas de economia, planejamento estratégico e políticas públicas de universidades colombianas como a Universidad del Valle, Universidad Autónoma de Occidente, Instituto Tecnológico de Antioquia, entre outras. Conferencista e docente convidado pelo ILPES (Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social) da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), em cursos e seminários de planejamento e gestão estratégica de políticas públicas.

Nota Técnica

8. AMBIENTE EMPRESARIAL INTERGERACIONAL E OPORTUNIDADES NO PÓS-PANDEMIA

Eduardo de Camargo Oliva
José Turíbio de Oliveira

Resumo executivo

O ambiente empresarial no período pós-pandemia tende a apresentar-se de maneira fortemente diversa daquela que até então o caracterizava. Alterações nos modelos de negócios mostram-se firmes e marcantes, de maneira a que as organizações se adaptem ao novo ambiente socioeconômico. Neste sentido, a condução das empresas por executivos com elevada capacidade de resposta aos novos desafios, torna-se, desde já, um importante referencial administrativo. Este ensaio trata da existência de duas gerações de executivos em atuação nas organizações e aponta a potencialização dos resultados por meio da hibridiz do modelo que se deve apresentar.

Palavras-chave: liderança, intergerações, modelo de negócio.

Os reflexos do período de pandemia são sentidos desde o seu início. Porém, assim que estiverem cessadas as condições de acentuação da curva de contágio, estaremos em novo momento, o pós-pandemia - um momento de se efetivar as reflexões conduzidas durante o período de contágio e de isolamento, parcial ou total.

No âmbito empresarial, os modelos de negócios vigentes certamente demandarão novas metodologias de gestão para potencializar resultados.

Seja para empresas que mantiveram suas portas abertas porque se enquadravam na categoria de negócios essenciais, seja para empresas que tiveram suas portas fechadas, o modelo de negócio doravante merece ser repensado.

Nesse contexto, as empresas se defrontarão com a presença ou ausência de qualificação de seus executivos para o novo momento, que demandará decisões e ações não usuais, não parametrizadas de acordo com critérios conhecidos e usuais. Isto porque os novos formatos de geração de valor se diferem, em sua maioria, daqueles praticados no período antes da pandemia. Como exemplo, pode-se citar o segmento de turismo, que busca encontrar novos caminhos para se manter diante da abrupta redução de negócios.

Isto posto, a questão que se apresenta é a respeito das características que os executivos devem possuir para o momento de novas exigências que já ocorrem e, certamente, aumentarão no período pós-pandemia.

Profissionais que vivenciaram mais ativamente as duas últimas décadas tendem a se apresentar de maneira mais firme em relação ao uso da tecnologia, sem, no entanto, possuírem passagem pelo campo experimental de mudanças fortes e impactantes que aconteceram, por exemplo, no Brasil nas décadas de 1980 e 1990 do século passado. Naquele período, vivíamos a alta inflação, a sucessão de planos econômicos e a chegada nas empresas de modelos de gestão propondo a busca da qualidade de produtos e serviços, o enxugamento das estruturas organizacionais e do quadro de funcionários.

Esses últimos profissionais que vivenciaram as décadas anteriores tendem a apresentar modelo mental flexível e adaptável a mudanças intensas. Porém, tais profissionais podem não carregar consigo o *mindset* voltado às inovações tecnológicas ocorridas de maneira mais acentuada no período contemporâneo.

Obviamente, duas opções seriam as mais recomendadas para suportar o ambiente empresarial que se aproxima de maneira mais intensa. Uma delas é a que contempla executivos jovens, ou júniores, com modelo mental voltado a mudanças e adaptações profundas. Outra opção é a de executivos experientes ou sêniores, voltados a adaptações profundas.

O ideal é que essas opções estivessem disponíveis num único profissional, mas sabemos que nem sempre essa polivalência é encontrada no mercado de executivos. Assim, surge a possibilidade de se considerar a existência de equipes intergeracionais no ambiente empresarial.

Tais equipes, se híbridas idealmente, seriam compostas por executivos com *mindsets* adequados para o momento atual e futuro imediato, tratando de situações da recuperação do fluxo financeiro de curto prazo, e por executivos que possam manter o *mindset* no médio e longo prazo focando na adaptação e ao mesmo tempo perseguindo metas de inovações, que agora mais do que nunca, serão disruptivas. Tais inovações podem ser caracterizadas como aquelas que geram valor diferente do momento anterior (CHRISTENSEN, 1997; TREVISAN et al 2020). Pode-se ainda considerá-las como as que geram impacto no mercado, sendo inovações sustentáveis e não apenas uma novidade (Manual de Oslo, 1997).

Para corroborar a sensação de procura por executivos com a característica de maior senioridade, pode-se recorrer à Síntese de Indicadores Sociais do IBGE, edição de 2019, que mostra uma redução da ordem de 15,22% na taxa de desocupação de pessoas com mais de 60 anos de idade, em 2018, quando comparada à 2017, passando de 4,6% para 3,9%. Dentre as quatro faixas elencadas pelos IBGE, todas mostraram redução na taxa de desocupação; porém em percentuais menos expressivos. Na primeira faixa (14 a 29 anos) redução foi da ordem de 1,33%, passando de 22,6% para 22,3. Na segunda faixa (30 a 49 anos), a redução verificada foi da ordem de 3,26%, passando de 9,2% para 8,9%. Na terceira faixa (50 a 59 anos) a redução constatada foi da ordem de 3,03%, passando de 6,6% para 6,4%. Obviamente não se deve considerar que as pessoas na última faixa (60 anos ou mais) são todas de formação executiva; porém, o público-alvo do presente trabalho se enquadra nesta faixa.

Tal condição também é observada por Fonseca (2019), quando menciona que empresas estão abrindo espaço para profissionais experientes que se afastaram do mercado de trabalho.

De acordo com Jiménez (2016, p.31):

Pessoas com mais de 60 anos descrevem seu próprio grupo no local de trabalho como muito sacrificado, eles “morrem pela instituição”, trabalham mesmo estando doentes e fazem até o impossível para que a organização possua funcionar, apesar de condições de trabalho desfavoráveis ou dificuldades econômicas. Sabem que não podem exteriorizar tudo o que pensam ou sentem. Eles têm mais experiência de trabalho e mantêm-se de forma estável no centro pelo salário e porque gostam do seu trabalho.

O que se nota nesta citação é o espírito de lealdade e de sentido de missão na consecução dos objetivos. Por outro lado, a geração mais jovem, segundo esses mesmos autores, têm a seguinte auto percepção:

Por outro lado, as gerações mais jovens se percebem no local de trabalho como bons / boas trabalhadores / as, embora inexperientes, pelo que precisam de apoio ou supervisão. Percebem-se como inteligentes e “com potencial inexplorado”. Engraçados/as, mas sociáveis, mas abertos/as às relações interpessoais e com menos preconceitos do que as gerações mais velhas. Percebem que, dentro do seu grupo, há algumas pessoas muito irresponsáveis com o trabalho (JIMÉNEZ, 2016, p.32).

Nota-se que os jovens têm uma autopercepção de seus pontos vulneráveis e que ainda dependem da linha de comando para exercerem todo o seu potencial. Essa posição da literatura acadêmica foi confrontada com a opinião de quatro consultores especializados em executivos.

Opinião de Consultores Especializados em Executivos

No entanto, torna-se importante discorrer sobre a liderança que é exercida pelos referidos executivos, uma vez que irão atuar com equipes na busca de resultados em novos mercados ou naqueles que sofreram forte impacto pelas transformações que ocorreram no período pandêmico.

Esses executivos líderes podem se situar nas duas opções que foram apresentadas. Dada a condição de assunto ainda novo e sem profunda base conceitual específica, procurou-se ouvir alguns consultores especializados em executivos obtendo-se um interessante quadro referencial.

Partiu-se de pesquisa por conveniência com alguns consultores especializados que atuam na formação e na contratação de executivos, que atuam na região do Grande ABC paulista e em todo o Brasil, sendo que aos mesmos o assunto foi explanado à procura de suas opiniões sobre a questão intergeracional, e obtivemos o seguinte quadro:

Quadro 1: Opinião de consultores especializados em executivos sobre o perfil demandado destes profissionais para atuarem na liderança de equipes intergeracionais.

CONSULTOR	OPINIÃO
A	Há dois eixos a serem considerados: o alfabetismo digital e a maturidade gerencial. O ideal é a combinação dos dois eixos em um só executivo. A ausência de líderes com tais características pode fazer surgir a necessidade de coliderança, o seja, dois líderes na mesma equipe.
B	Em geral, o líder mais sênior tem mais maturidade humana, mais experiências vividas e, tudo o que já viveu aguçou sua sensibilidade humana. Assim, ele terá mais facilidade de se adaptar ao novo ambiente. O executivo júnior tende a apresentar inquietações no ambiente de trabalho diferente, que deverão ser administradas pelo executivo sênior. O líder sênior tem maior capacidade de exercer a empatia que a situação exige.
C	A restrição a executivos mais velhos está diminuindo nas empresas; já há aquelas que privilegiam estes em detrimentos aos mais novos. A ideia de mentoria, na qual o executivo mais velho compartilha experiências com os mais novos continua; porém, atualmente se fala em mentoria reversa, na qual o executivo mais jovem orienta o mais velho em questões tecnológicas.
D	Deverá ocorrer uma mescla, pois o executivo mais sênior terá que se adaptar ao ambiente mais tecnológico; porém, a execução de sistemas novos será feita pela sua equipe, e esta será a parte mais difícil de sua adaptação. Isto porque ele terá que conhecer para poder gerenciar. Como ele tem diversos modelos em sua mente, terá maior facilidade de encontrar soluções em quaisquer possibilidades, sem preconceitos.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de coleta de dados realizada em junho/julho de 2020.

Ter na empresa executivos dotados de certa senioridade e mais aptos ao convívio em ambientes intergeracionais e mudanças intensas, pode potencializar os resultados para as empresas, como indicaram os práticos entrevistados. Silva e Helal (2019), mencionam que trabalhadores mais idosos podem ser considerados mais experientes e responsáveis, com tendência a menores erros, porque já conviveram com mais incertezas e inseguranças do que os mais jovens. Os mesmos autores apontam um caminho interessante para as organizações, ao mencionarem que os profissionais mais idosos podem contribuir com suas experiências e sabedorias na orientação dos profissionais mais jovens ou como foi dito por um dos entrevistados, que pode ocorrer mentoria reversa, se o assunto não for do domínio do executivo sênior.

Estas podem ser as alternativas a serem consideradas pelas empresas no momento atual ou imediatamente pós-pandemia.

Eduardo de Camargo Oliva. Pós-doutor e Doutor em Administração pela FEAUSP, Mestre pela PUC-SP, Especializado na área de RH pela EAESP-FGV e Graduado em Administração pela USCS. Tem experiência na área de RH em indústrias nacionais e internacionais. Ocupa na USCS as posições de Diretor de área *Stricto Sensu*, de pesquisador do Conjuscs, de professor do Mestrado e Doutorado em Administração e da Escola de Negócios. É escritor, palestrante, ministra treinamentos a executivos e integra a Comissão de Pessoas do IBGC. ID Lattes: 9172181753057349

José Turíbio de Oliveira. Doutor, mestre, especialista e bacharel em Administração. Professor da USCS, Fundação Santo André e FIA-Fundação Instituto de Administração. Consultor de empresas e instrutor voluntário na área de formação de executivos do Instituto Francis. Membro e Presidente de Conselho Deliberativo de entidade assistencial. Avaliador de artigos para revistas e eventos científicos na área de Gestão. Pesquisador permanente do Conjuscs. ID Lattes: 9436632225394363

Referências Bibliográficas

CHRISTENSEN, Clayton M. **The innovators dilemma.** Boston, Massachusetts: Harvard Business School Press, 1997.

FONSECA, Adriana. **Companhias abrem espaço para quem se afastou do mercado.** Jornal Valor Econômico, São Paulo, 05 de setembro de 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais 2019.** Rio de Janeiro:IBGE, 2019.

JIMÉNEZ, Yona Batista. A dinâmica intergeracional entre jovens e adultos em uma organização de trabalho cubana. **Revista Desidades.** Número 12. Ano 4. Rio de Janeiro, set 2016.

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Manual de Oslo – Diretrizes para Coleta e Interpretação de Dados sobre Inovação.** Tradução pela Finep – Financiadora de Estudos e Projetos – Ministério da Ciência e Tecnologia. 3. ed. Brasília: OCDE e Eurostat. 1997.

SILVA, Romário Alves da; HELAL, Diogo Henrique. Ageísmo nas organizações: questões para debate. **Revista de Administração IMED,** v. 9, n.1, 2019.

TREVISAN, Leonardo N; VELOSO, Elza Fátima R.; DUTRA, Joel Souza. Inovação e Organização. **Revista de Carreiras e Pessoas,** v. 10(2), 01 May 2020.

Nota Técnica

9. HOME OFFICE EM PERSPECTIVA

Ana Tercia Sanches

Resumo Executivo

A nota técnica apresenta dados e análises baseadas em estudos mediados pela Organização Internacional do Trabalho - OIT - sobre o teletrabalho. Além disso situa as orientações sobre uma das modalidades de teletrabalho, o home office, no contexto da pandemia derivada do COVID-19.

Palavras-chaves: Home Office; Teletrabalho; OIT; Pandemia; COVID-19.

Os acontecimentos observados em âmbito mundial derivados da pandemia decretada em 11 de março de 2020 pela OMS - Organização Mundial da Saúde - causada pelo vírus COVID-19 alteraram a dinâmica econômica, social e política. A situação tem se equiparado por muitos analistas a uma guerra, ainda que o adversário seja invisível, cujo combate mobiliza todos os grupos e as forças disponíveis. Desse modo, o primeiro semestre de 2020 foi marcado pela paralisação, antes impensável, de diversas atividades de modo repentino. Tais acontecimentos, até certo ponto, levaram a paralisação do próprio eixo do sistema capitalista marcado pela produção, distribuição e consumo.

A resposta para tratar da pandemia, ainda que variável em cada lugar do mundo, obedece às orientações da OMS que sustentam o isolamento social como principal medida para conter a disseminação do vírus, quando ainda não há tratamento comprovadamente eficaz para o combate da doença e tampouco vacina disponível.

Deste modo, de forma abrupta, como uma das medidas de prevenção a disseminação do vírus, milhões de trabalhadores migraram do trabalho presencial - situado nas empresas - para o trabalho remoto - situado nas residências dos próprios trabalhadores - sendo este popularmente designado por *home office*. Concordando com Conceição & Conceição (2020) esta modalidade de trabalho deverá ser uma tendência que se consolidará e se expandirá uma vez atingida a "normalidade econômica".

No Brasil, os governantes estaduais e municipais, diante da inércia e da ausência de orientação coordenada em nível nacional, editaram normas que buscam conter e controlar o contágio por COVID-19. Foram assim selecionadas as atividades econômicas que poderiam ou não funcionar normalmente. As mudanças envolveram fechamento de empresas de diversos segmentos da economia, instituições de ensino, igrejas, parques públicos, lojas e shoppings, bloqueios intermunicipais, com multas aos indivíduos e às empresas que desrespeitassem as iniciativas de contenção de contágio. As medidas ainda incluíram a suspensão de atividades culturais e restrição a todas as formas de aglomeração de pessoas.

Esse conjunto de medidas restritivas tem implicações para o modelo capitalista de organização. Não à toa análises do Banco Mundial apontam para uma profunda recessão econômica no cenário pós COVID-19, ainda mais impactante que aquela decorrente da Segunda Guerra Mundial. A diminuição da atividade econômica aumentará o número de pessoas desempregadas e em pobreza extrema. A contração da atividade econômica regional, considerando América Latina e Caribe, será de 7,2%. O PIB brasileiro, pelas projeções da instituição, deve ter uma queda de 8%. Já o PIB global decairá em 5,2%(World Bank, 2020).

O IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - divulgou uma edição especial da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - "PNAD-COVID 19"*, em junho de

2020, que apurou a existência de 13,5 milhões de pessoas afastadas do trabalho devido às medidas de isolamento social no Brasil. A maior proporção de pessoas afastadas é a de trabalhadores domésticos sem carteira assinada. Destaca-se ainda que 9,7 milhões das pessoas foram afastadas sem remuneração.

Essa condição mundial de crise do mercado de trabalho aponta para a dificuldade de manter níveis de pleno emprego em países já desenvolvidos economicamente e escancara o alto grau de vulnerabilidade dos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos relacionadas ao tema do desemprego, como é o caso do Brasil.

A OIT aponta que a crise contínua levará a uma redução sem precedentes na atividade econômica, que se refletirá rapidamente nos empregos. As horas globais trabalhadas podem cair 10,5% no segundo trimestre de 2020, o que equivale a 305 milhões de trabalhadores que atuam em período integral, considerando a semana de trabalho de 48 horas.

Os países com renda média baixa serão os mais atingidos pelos impactos da pandemia, conforme destaca a OIT no relatório "*How COVID-19 is changing the world: a statistical perspective*" emitido pela *Committee for the Coordination of Statistical Activities* (CCSA, 2020).

Para enfrentar tal crise, de grandes proporções, os governos de vários países adotaram políticas públicas para tentar proteger empresas, empregados e demais populações vulneráveis.

No Brasil, apesar das dificuldades internas de coordenar um processo de enfrentamento à pandemia, registram-se algumas medidas, como é o caso da Lei nº 13.982/20, que prevê um auxílio emergencial no valor de R\$ 600,00 para trabalhadores informais, autônomos e sem renda fixa. Além disso, destaca-se a Medida Provisória (MP) nº 936, de 1º de abril de 2020, que trata de regras sobre a flexibilização dos contratos de trabalho. Neste diploma legal, permitiu-se adotar medidas de redução de jornadas e salários, bem como a suspensão do contrato de trabalho durante o período de calamidade pública, que foi reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. No escopo de medidas, também se fez presente o tema do teletrabalho, cuja expansão foi autorizada, sem necessidade de haver acordo validado entre as partes.

Nesse contexto, um grupo considerável de trabalhadores assalariados passou a executar seus trabalhos em regime de teletrabalho, mais especificamente situado em uma de suas variações – o *home office*. Esse foi o modo encontrado para manter determinadas empresas ativas. De acordo com a supramencionada pesquisa *PNAD-COVID19* (IBGE 2020), foram registradas 8,9 milhões de pessoas nesta condição de trabalho em junho de 2020.

O *home office* já era praticado por diversas empresas, mas em um modelo restrito apenas à pequenos grupos e determinadas funções. A pandemia possibilitou seu crescimento em proporções geométricas em um curto espaço de tempo.

O fenômeno do teletrabalho a partir dos estudos da OIT

Para a Organização Internacional do Trabalho - OIT - o teletrabalho é a forma de trabalho realizada em lugar distante do escritório e/ou centro de produção, que permita a separação física e que implique o uso de uma nova tecnologia facilitadora da comunicação (OIT, 2019). A partir dessa definição, inferimos que não está delimitado o lugar exato para realização do trabalho, podendo ser a casa do trabalhador uma das opções possíveis. O *home office*, ou escritório em casa, é a forma pela qual se popularizou a realização de atividades à distância do empregador quando realizado na

residência do empregado. Deve, portanto, ser interpretado como uma variação de um conceito mais amplo que o termo teletrabalho inclui.

A OIT não possui uma Convenção ou norma específica para o teletrabalho. No entanto tem apoiado e divulgado vários estudos que envolvem o tema. O estudo “*Trabajar en cualquier momento y en cualquier lugar: consecuencias en El ámbito laboral*” (OIT, 2019) ressalta que as TIC’s - Tecnologias da Informação e Comunicação - possibilitam maior facilidade de conexão na sociedade, tanto no âmbito público como privado. Isso fez com que as fronteiras do que é público e do que é privado fossem atenuadas e as consequências verificadas não fossem exclusivamente positivas. O trabalho, como uma esfera fundamental da vida em sociedade, tem sido influenciado e transformado pelas inovações tecnológicas disponíveis. Assim, o trabalho realizado à distância ganha centralidade no debate colocado, porque tensiona ao máximo os desafios em separar as instâncias particulares das públicas.

O teletrabalho é um fenômeno que cresceu nas últimas décadas em vários países, impulsionado pelas empresas que buscavam redução de custos e maior produtividade. Soma-se a isso os elementos de interesse dos próprios trabalhadores, como é o caso do ganho de tempo e diminuição de *stress* com o deslocamento, flexibilidade espacial e temporal com possibilidade de conciliar com mais facilidade (ou não) vida pessoal e trabalho. Outros aspectos sociais, com impacto mais geral, também são destacados: a diminuição da poluição nas grandes cidades devido a redução do tráfego de casa para o trabalho e a perspectiva de aumentar a participação e inclusão de alguns grupos no mercado de trabalho, como os mais velhos, mulheres com crianças pequenas e pessoas com deficiência.

A forma que o teletrabalho adquire é diversa em cada país. O estudo da OIT apresenta que países mais desenvolvidos economicamente adotam com maior frequência esta modelagem. As ocupações vinculadas a profissionais especialistas e de gerenciamento são predominantes no *home office*. Quanto à variável gênero, observou-se maioria de homens no teletrabalho, considerando nessa circunstância a utilização de mais espaços além da própria casa para sua realização. Contudo, as mulheres, também presentes nessa modalidade, realizam menos horas de teletrabalho e são maioria quando executam teletrabalhos mais regulares ou padronizados em suas residências. Esse fato aponta a tendência histórica conciliadora do trabalho feminino: que desempenha de maneira sobreposta as tarefas relacionadas ao trabalho remunerado e os cuidados da casa e da família.

Sobre os impactos do teletrabalho o estudo revela que os trabalhadores, sobretudo aqueles que possuem maior flexibilidade e mobilidade, em pese terem maior autonomia do manejo de seu tempo e local de trabalho, são expostos a maiores jornadas, utilizando noites e finais de semana para cumprir suas atividades, comparando-os com aqueles que atuam apenas nas dependências do empregador.

Algumas ambiguidades foram destacadas neste estudo da OIT. Uma delas refere-se à possibilidade de conciliar vida pessoal e profissional. Se, por um lado, há percepção de que é possível conciliar ambas, por outro lado, percebe-se o risco de sobreposição do trabalho sobre a vida pessoal, principalmente quando o trabalho tem caráter suplementar, apura-se que ele pode induzir a existência de conflitos familiares.

A percepção dos efeitos relacionados à saúde e bem-estar dos trabalhadores também é dúbia. Ressaltou-se como negativo nesse tema os problemas ergonômicos, risco psicossociais relacionados à intensidade do trabalho, considerando o volume e ritmo de trabalho, maior estresse e dificuldades no sono. Positivamente, registrou-se que a flexibilidade espacial e temporal, ao permitir a eliminação do tempo de deslocamento e do desgaste a ele relacionado, pode proporcionar mais saúde e qualidade de vida.

Outros efeitos positivos destacados pelo estudo apontam os ganhos de produtividade, economia de espaço no escritório e indicam que as condições mais restritas levam a maior foco dos trabalhadores, pois estes não são interrompidos em sua rotina.

Normas mínimas de regulamentação do teletrabalho

Nesse cenário, paulatinamente, foram se estruturando normas mínimas para o teletrabalho, como é o caso do *Acordo Marco Europeu sobre Teletrabalho* de 2002, na União Europeia, além de diversos acordos coletivos por empresa ou acordos individualizados.

Elementos do Acordo Marco Europeu
O teletrabalho é voluntário;
São garantidos os mesmos direitos existentes para empregados que atuam nas instalações da empresa;
O empregador adotará as medidas necessárias para garantir a proteção dos dados utilizados e processados pelo teletrabalhador;
O empregador deve respeitar a privacidade do teletrabalhador e este deve seguir as orientações da empresa;
O empregador deve fornecer, instalar e manter os equipamentos necessários para o teletrabalho regular, exceto se o empregado usar seu próprio equipamento;
O empregador é responsável pela saúde e segurança profissional do empregado;
O empregado deve gerenciar a organização de seu tempo de trabalho, de acordo com a legislação, acordos coletivos e normas trabalhistas aplicáveis;
A carga de trabalho e os critérios de desempenho do empregado remoto são equivalentes aos dos empregados que executam suas tarefas nas instalações do empregador;
A empresa deve adotar medidas para impedir o isolamento do empregado com relação aos demais empregados da empresa;
Os empregados devem ter as mesmas condições de treinamento e carreira que empregados que realizam suas tarefas nas instalações do empregador;
Os empregados têm os mesmos direitos coletivos dos demais empregados que realizam suas tarefas nas instalações da empresa;
A comunicação com os representantes dos empregados não deve ser impedida;
Aplicação e monitoramento.

Fonte: OIT (2019). Elaborado pela autora. Tradução livre.

A OIT alerta para o risco de crescimento do teletrabalho de tipo informal, no qual as condições de trabalho encontram maior vulnerabilidade econômica e social. Desse modo, orienta os países e os governos a estabelecer um processo de diálogo entre os

atores sociais para regulamentar a modalidade de trabalho à distância, haja vista as perspectivas de crescimento que se apresentam para o futuro próximo.

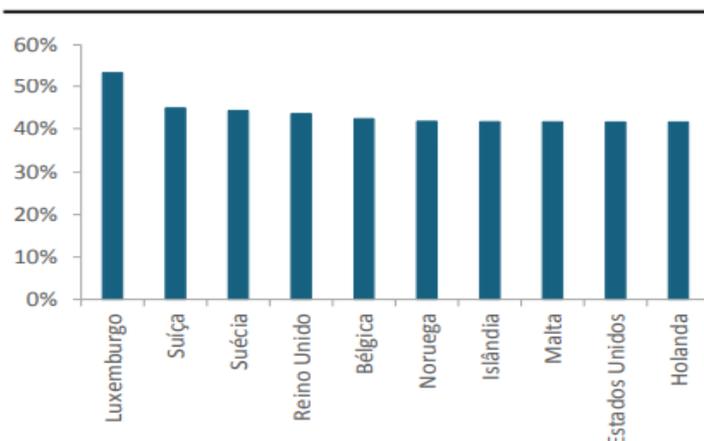
Potencial de Teletrabalho

De acordo com Dingel e Neiman (2020) no estudo “*How many Jobs can be done at home?*” as economias de baixa renda têm uma parcela menor de trabalhos que podem ser realizados remotamente. A análise de Goes, Martins e Nascimento (2020) sobre os dados da pesquisa realizada pelos autores supracitados abrangeram 87 países e demonstrou que o Brasil ocupou a 47ª posição, com um percentual de 25,7% de trabalhos que podem ser realizados em casa. O gráfico 1, abaixo, aponta os dez países com mais condições para manter trabalhos realizados a distância. Para efeito comparativo, vale mencionar que no resultado geral da pesquisa Moçambique apresentou a menor participação, com 5,24%, enquanto Luxemburgo, a maior participação com 53,4% demonstrando o quanto pode variar a experiência desta modalidade de trabalho a depender de cada país.

Gráfico 1

Os dez primeiros países (do estudo) em participação de teletrabalho

(Em %)



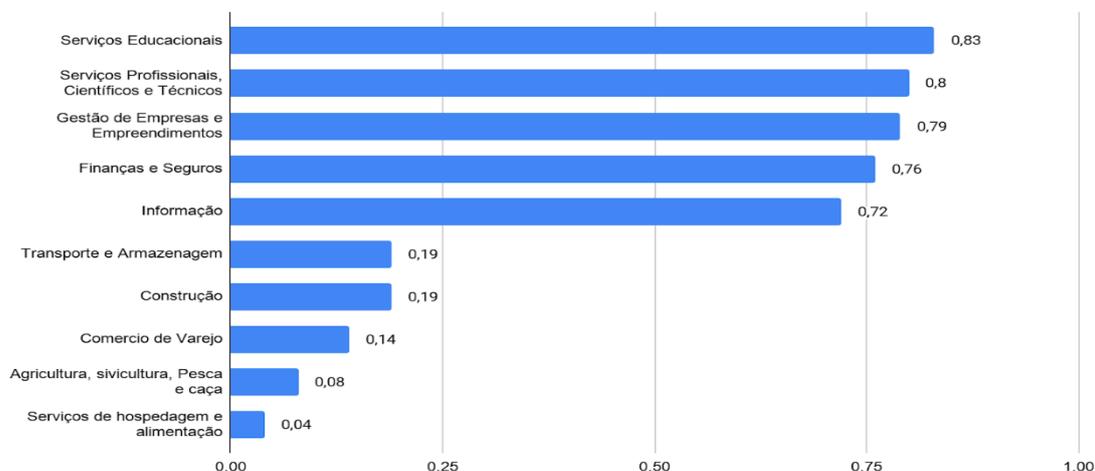
Fonte: Dingel e Neiman (2020) *apud* Goes, Martins e Nascimento (2020).

O Gráfico 2 demonstra os resultados que Dingel e Neiman (2020) encontraram quando analisaram a proporção de trabalhos realizados em casa por setor. Os autores observaram que nos Estados Unidos existem diferenças consideráveis a depender do tipo de atividade econômica.

Em momentos de isolamento social, em especial durante a pandemia do COVID-19, algumas atividades têm baixo potencial de realizar trabalhos a partir da casa dos trabalhadores, como é o caso dos serviços de hospedagem e alimentação e aqueles ligados ao setor primário da economia como agricultura, silvicultura, pesca e caça. As atividades educacionais aparecem entre aquelas que têm mais aderência ao teletrabalho na pandemia, em nível muito semelhante aos serviços profissionais, científicos e técnicos. Demais setores, ainda mantém uma margem muito próxima como gestão de empresas e empreendimentos, finanças e seguros e os serviços ligados à informação.

Gráfico 2

Poporção de trabalhos que podem ser realizados em casa, por setor nos EUA



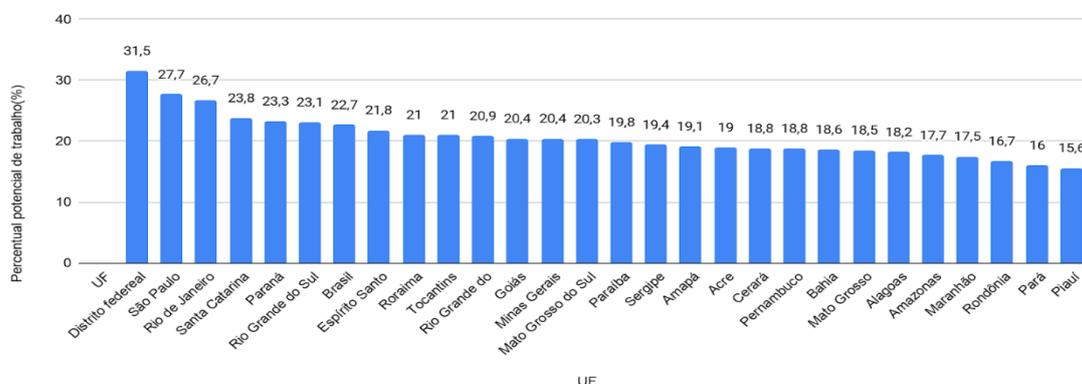
Fonte: Dingel e Neiman (2020). Adaptado pela autora.

O caso brasileiro foi analisado por Goes, Martins e Nascimento (2020) no estudo “Potencial de teletrabalho na pandemia: um retrato no Brasil e no mundo”. A partir da mesma metodologia utilizada pela OIT e Dingel e Neiman (2020), os autores registram um potencial de teletrabalho menor que os 25,7% apontado no estudo que tomaram por base, devido às adequações metodológicas empreendidas para tornar a coleta de dados mais próxima da realidade no país. As conclusões de análise demonstram que o Brasil possui 20,8 milhões de pessoas que podem atuar nessas condições, correspondendo a um potencial de 22,7% de teletrabalho.

O estudo apresenta um retrato do potencial de teletrabalho por estados brasileiros. O Distrito Federal é aquele que indica o maior percentual (31,6%) enquanto o estado do Piauí é o que indica o menor percentual em teletrabalho (15,6%), como demonstra no Gráfico 3 a seguir:

Gráfico 3

Ranking dos estados em percentual de trabalho potencial no Brasil



Fonte: PNAD Contínua primeiro trimestre de 2020/IBGE. Apud Goes, Martins e Nascimento (2020). Adaptado pela autora.

O retrato do teletrabalho por grupos de ocupações no Brasil pode ser observado no Gráfico 4. As atividades com mais condições de atuar nessa modalidade são aquelas vinculadas aos profissionais das ciências e intelectuais ou ainda diretores e gerentes, enquanto outras não apresentam condição alguma, como pode-se citar o caso dos membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares.

Gráfico 4 - Potencial de teletrabalho por ocupações no Brasil

Descrição	Ocupações passíveis de teletrabalho (%)
Diretores e gerentes	61%
Profissionais das ciências e intelectuais	65%
Técnicos e profissionais de nível médio	30%
Trabalhadores de apoio administrativo	41%
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	12%
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	0%
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	8%
Operadores de instalações e máquinas e montadores	0%
Ocupações elementares	0%
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	0%

Fonte: PNAD Contínua primeiro trimestre de 2020/IBGE. Reprod.de Goes, Martins e Nascimento (2020).

Teletrabalho diante da pandemia

Em uma publicação direcionada a fornecer orientações às empresas a OIT lançou o “Guia dos empregadores sobre a gestão do seu local de trabalho durante a COVID-19” (OIT, 2020) com diversas orientações para ajudar os empregadores de todo o mundo a se adaptarem às mudanças em curso resultantes da pandemia da COVID-19.

O teletrabalho é considerado uma medida importante na política de distanciamento social, com objetivo de prevenir e evitar o contágio pelo novo vírus. Entretanto, considerando que uma determinada atividade profissional não é adequada para o teletrabalho, são apresentadas diversas recomendações aos empregadores, tanto do ponto de vista mais amplo como do ponto de vista mais restrito da unidade de trabalho, como segue:

- a. Monitorar orientações prestadas pelas autoridades nacionais e locais, sobre as disposições laborais, e comunicar as informações essenciais aos trabalhadores;
- b. Avaliar os riscos potenciais de interrupção das atividades;
- c. Rever ou elaborar um plano de continuidade de negócio que seja consistente com as orientações publicadas pelas autoridades nacionais e locais para aumentar a resiliência das empresas e apoiar os trabalhadores e suas famílias;
- d. Identificar e mitigar os riscos decorrentes da exposição à COVID-19 para os trabalhadores e outras pessoas ligadas ao local de trabalho;
- e. Promover a higiene no local de trabalho;
- f. Reduzir a proximidade das interações físicas no local de trabalho,
- g. Escalonar horários de trabalho;
- h. Adiar eventos de trabalho não essenciais e reduzir eventos de trabalho essenciais;
- i. Implementar ou melhorar o trabalho por turnos;

- j. Avaliar a responsabilidade empresarial pelos acidentes de trabalho, particularmente nos sectores com elevada exposição profissional à COVID- 19;
- k. Procurar aconselhamento e apoio das associações de empregadores e empresas que podem canalizar as preocupações para o governo e moldar medidas políticas conducentes à resiliência e sustentabilidade empresarial;

Fonte: OIT (2020a).

O guia reafirma um dos princípios fundamentais da OIT que trata da responsabilidade dos empregadores pela saúde física e segurança dos trabalhadores, independentemente do local onde se executa o trabalho. E, sobre o teletrabalho, faz as seguintes considerações:

➤ **Equipamentos**

A orientação é de que os equipamentos sejam fornecidos pelo empregador. Com preferência àqueles já utilizados no local de trabalho como, computador portátil, mouse, monitor, teclado e fones de ouvido. Contudo, menciona que se houver disponibilidade do trabalhador usar os equipamentos que já dispõe, temporariamente, esta é uma alternativa.

➤ **Condições para realização do trabalho**

- Disponibilizar tecnologias que permitam comunicação entre os trabalhadores;
- Disponibilizar formação e suporte técnico;
- Deve ser considerado pelo empregador se o espaço em que se realiza o teletrabalho é adequado;
- Empregadores devem manter contato permanente e estabelecer expectativas claras sobre o que deve ser o trabalho e as respectivas condições;
- Permitido que os trabalhadores tenham liberdade de horário para realizar suas atividades, considerando a manutenção da produtividade;
- Sejam fornecidas aos trabalhadores orientações sobre o trabalho seguro em casa.

➤ **Cuidados com a Segurança e Saúde dos trabalhadores**

Os empregadores devem avaliar os riscos de segurança e saúde e tomar medidas preventivas em relação ao teletrabalho. Observar os perigos e riscos, como por exemplo: segurança elétrica, barulho e até mesmo o risco de violência doméstica. A OIT tem o entendimento que os trabalhadores estão cobertos pelo seguro de acidentes de trabalho, ainda que atuem em teletrabalho, contudo, remete que seja realizada consulta à legislação de cada país.

Além disso, visando preservar o bem estar dos trabalhadores, detalha as seguintes diretrizes: i) propor tarefas variadas para garantir que os trabalhadores não trabalhem na mesma posição por longos períodos, ii) instalar equipamento para minimizar torções ou extensões exageradas, iii) ter espaço de trabalho suficiente para o equipamento e quaisquer outros materiais necessários para realizar o trabalho e iv) incentivar os trabalhadores a fazerem pausas regulares, levantarem-se e deslocarem-se de vez em quando.

Por fim, considerando que as medidas de restrição de contato entre as pessoas, em todas as esferas sociais, e, em especial vivenciada pelo teletrabalho, alerta sobre cuidados para evitar que o isolamento gere problemas aos trabalhadores e suas

famílias, pode haver um incremento de horas trabalhadas interferindo na dinâmica interna do espaço doméstico. Nesse sentido, sugere-se que sejam disponibilizados canais de apoio aos trabalhadores durante o horário de trabalho.

Pandemia e gestão de crise

A realização de testes para detectar e rastrear o contágio da COVID-19 é uma forma de diminuir a perda de horas trabalhadas e reincorporar as pessoas às atividades econômicas. Conforme estima o Observatório da OIT, nos países onde foram aplicadas tais medidas foram poupadas até 50% do número de horas perdidas (OIT, 2020b).

Ainda, segundo a OIT, os recursos financeiros necessários para realizar os testes para a COVID-19 e a utilização das informações disponíveis para manejar a crise são muito inferiores se comparados com os custos da repercussão econômica total que a pandemia pode causar (OIT, 2020b).

Soma-se a esta perspectiva a justificativa de que tais medidas levam a criação de novas ocupações, ainda que temporárias, podendo incorporar os jovens, um dos grupos mais atingidos pelo desemprego e pela interrupção das atividades educativas e de formação. Esse imbricado de situações reduzirá o custo da pandemia no plano social.

Em essência a OIT chama a atenção para os efeitos da crise para os jovens e incentiva a adoção de medidas políticas que evitem danos a chamada “geração do confinamento” e toda sua capacidade produtiva.

Considerando o cenário de crise pandêmica mundial, a OIT sistematiza um conjunto de respostas políticas, em conformidade com as normas internacionais do trabalho, a serem adotadas pelos países, reproduzido a seguir:

Quatro pilares fundamentais para abordar a crise da COVID-19



Fonte: OIT (2020b). Tradução livre.

Para a OIT, o enfrentamento à crise envolve governo, empregadores e empregados. A dinâmica de recuperação econômica e, em especial, dos empregos solicita esforços conjuntos coordenados pelos governos utilizando instrumentos de políticas fiscal, tributária e de crédito. Tais políticas devem ser conjugadas com medidas de proteção social. Os empregos e as novas modalidades de trabalho, devem preservar a dignidade dos trabalhadores e das trabalhadoras e os direitos fundamentais conquistados pela civilização contemporânea.

Conclusão

Os estudos da OIT e dos demais pesquisadores têm apontado que a implementação do *home office* está diretamente relacionada ao desenvolvimento econômico de cada país. Além disso, é preciso considerar as condições objetivas de realização do trabalho à distância e o tipo de ocupação realizada. Esses são fatores que demarcam o potencial de ampliação do teletrabalho ou *home office*.

As informações e sistematizações trazidas nos estudos devem ser levadas em consideração para relativizar as perspectivas que apontam a generalização em larga escala da experiência após o controle da pandemia e a volta à nova rotina das instituições empregadoras.

As perspectivas de ampliação da modalidade teletrabalho ou *home office*, nos pós pandemia, fortalecem a necessidade de haver regulamentação visando estimular os efeitos positivos e reduzir os efeitos negativos, sobretudo, a considerar o cenário de crise econômica que o país estará inserido.

Os apontamentos sobre a redução das horas trabalhadas e queda do nível de emprego demarcam a importância de estabelecer, o quanto antes, políticas públicas que facilitem a reincorporação ao trabalho.

As novas formas de trabalho devem ser submetidas ao debate público. Atores sociais importantes como sindicatos, associações de trabalhadores, Ministério Público do Trabalho e especialistas em saúde do trabalho devem ser ouvidos fortalecendo o diálogo social.

Ana Tercia Sanches. Doutora em Sociologia pela USP – Universidade de São Paulo e especialista em Economia do Trabalho e Sindicalismo pela UNICAMP. É professora e pesquisadora da Faculdade 28 de Agosto. Diretora da FETEC-SP. Autora do livro “Trabalho Bancário: inovações tecnológicas, intensificação de controles e gestão por resultados” pela Editora Annablume. Currículo Lattes <http://lattes.cnpq.br/8015008676689275>

Referências Bibliográficas

CCSA - Committee for the Coordination of Statistical Activities. *How COVID-19 is changing the world: a statistical perspective, 2020.* Disponível em: <<https://unstats.un.org/unsd/ccsa/documents/covid19-report-ccsa.pdf>> Acesso em: 26.Jun.2020.

CONCEIÇÃO, J.; CONCEIÇÃO, M.C.V. Home office, teletrabalho, trabalho remoto, trabalho a distância ou trabalho a domicílio. In: Universidade Municipal de São Caetano do Sul. *Carta de Conjuntura*, ed. 1, mar., 2018. Disponível em: <<https://www.uscs.edu.br/boletim/5732.pdf>>. Acesso em: 03.Jun.2020.

DINGEL, J.I; NEIMAN, B. How Many Jobs Can be Done at Home? *White Paper*. Becker Friedman Institute at the University of Chicago. JUNE 2020. Disponível em: <https://bfi.uchicago.edu/wp-content/uploads/BFI_White_Paper_Dingel_Neiman_3.2020.pdf>. Acesso em: 15.Jun.2020.

GOES, G.S.; MARTINS, F.S.; NASCIMENTO, J.A.S. Potencial de teletrabalho na pandemia: um retrato no Brasil e no mundo. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Carta de Conjuntura*. Nota Técnica. Nº 47 - 2º Trimestre de 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200608_nt_cc47_teletrabalho.PDF> Acesso em: 26.Mai.2020.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) COVID 19 (2020)*. Disponível em: <<https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho.php>> Acesso em: 28.Jun.2020.

OIT. *Trabajar em cualquier momento y em cualquier lugar: consecuencias em el ámbito laboral*. Oficina Internacional del Trabajo – Ginebra: OIT, 2019.

OIT. *Guia dos empregadores sobre a gestão do seu local de trabalho durante a COVID-19*. 2020a. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_dialogue/---act_emp/documents/publication/wcms_741937.pdf>. Acesso em: 22.Jun.2020.

OIT. Observatorio de la OIT: El COVID-19 y el mundo del trabajo. Cuarta edición, 2020b. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/documents/briefingnote/wcms_745965.pdf> Acesso em: 27.Jun.2020.

World Bank. *Global Economic Prospects*. International Bank for Reconstruction and Development. Washington, DC: World Bank Group. Jun. 2020. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/pt/publication/global-economic-prospects>>

Nota Técnica

10. TELETRABALHO (HOME OFFICE): SUBSÍDIOS PARA A CONVENÇÃO COLETIVA NEGOCIADA ENTRE EMPRESAS E SINDICATOS DE TRABALHADORES

Jefferson José da Conceição
Maria da Consolação Vegi da Conceição

Resumo Executivo

Esta nota técnica dá continuidade àquela que apresentamos na 12ª Carta de Conjuntura da USCS (abril de 2020), na qual também tratamos do tema do teletrabalho ou home office. Nesta nova nota, o foco consistiu em apresentar subsídios para a negociação coletiva, envolvendo empresas e Sindicatos de Trabalhadores, sobre o teletrabalho.

Palavras-chave: teletrabalho; home office; trabalho em residência; isolamento social; negociação coletiva.

Em nota técnica na 12ª Carta de Conjuntura da USCS (abril de 2020), tratamos da temática do teletrabalho ou home office – ou ainda trabalho remoto, trabalho à distancia, trabalho a domicílio. Mostramos que o teletrabalho foi implementado ou expandido pelas empresas “à fórceps”, em função da pandemia, mas que “é uma tendência que deverá se consolidar e se expandir a partir da retomada da normalidade econômica”.

Naquela nota, após conceituarmos teletrabalho ou home office, tratamos de destacar que a expansão do trabalho em residência já ocorria muito antes da crise do coronavírus. Em realidade, ele é um “velho” conhecido da história. Já estava, de certa forma, presente no trabalho pré-revolução industrial do século XVIII. Entretanto, nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, adquiriu novas características em um novo mundo do trabalho.

Na 12ª Carta de Conjuntura, mostramos também que entre os fatores de impulso do trabalho em residência a partir das últimas décadas do século XX e primeiras do século XXI estão: a) o desenvolvimento tecnológico, e mais precisamente das ferramentas da tecnologia de informação e comunicação (TIC); b) a expansão do setor de serviços nas economias dos países; c) a busca da redução de custo por parte das empresas; d) o agravamento do problema da mobilidade das pessoas, uma realidade cada vez mais presente nos centros urbanos em função dos longos congestionamentos de trânsito e falta de investimentos em transporte público no volume necessário; e) o desejo de flexibilidade da jornada por parte dos empregados e das empresas, aliado à precarização das relações de trabalho (PJs, terceirização, trabalho autônomo etc); f) a reforma trabalhista no Brasil, Lei nº 13647/2017, que, entre outros muitos pontos de mudanças, definiu o regime de teletrabalho e detalhou alguns itens mais específicos sobre esta modalidade de trabalho, aumentando a segurança jurídica.

A importância de um acordo coletivo de home office

Como pudemos expor na referida nota técnica anterior, *“o contrato por escrito pode ser individual, mas também há possibilidade de se estabelecer uma contratação coletiva, por meio de acordos ou convenções coletivas de trabalho, previsão trazida no artigo 611-A, inciso VIII, da CLT. Neste último caso, o acordo coletivo poderá se sobrepor à lei, o que traz vantagem diante da limitação legislativa sobre diversos aspectos deste regime de trabalho (1)”*.

Destacamos ainda a importância de cuidados na contratação deste regime de trabalho. A partir desta consideração, e em se levando em conta também a busca de um ambiente de trabalho produtivo, sem, no entanto, afetar a saúde física e mental dos empregados, bem como sua vida social, é que, nesta nota técnica, apresentamos um conjunto de subsídios para compor cláusula da convenção coletiva negociada entre o sindicato de trabalhadores e empresas de determinado ramo, com abrangência relativa à base territorial do sindicato.

E por que um Acordo Coletivo de home office? Entendemos que a regulamentação desta modalidade de regime de trabalho deve ocorrer inicialmente por meio de um acordo coletivo. Em primeiro lugar, porque a CLT não prevê inúmeras questões, tais como controle de jornada, despesas com infraestrutura, materiais, saúde, dentre outros. A CLT define que tais questões ficarão a cargo de um simples contrato individual entre empregado e empresa. Entretanto, um acordo individual, no qual as partes (empresa e empregado) não têm a mesma força na negociação, deve ser mediado, quase sempre, por um acordo coletivo envolvendo a empresa e o sindicato. Além disso, a contratação coletiva permite maior segurança jurídica ao acordo.

Assim, as propostas a seguir apresentadas visam subsidiar a contratação coletiva para que o resultado seja o melhor funcionamento do regime do teletrabalho, para empresas e empregados.

Cabe realçar também que as propostas foram elaboradas no contexto do período excepcional e transitório do enfrentamento, nas organizações, à COVID-19. Assim, os subsídios deveriam ser vistos neste quadro. Contudo, entendemos que muitos dos itens a seguir apresentados valerão também para os acordos do pós-pandemia.

Vale registrar que algumas das propostas foram inspiradas em trabalho da OIT (International Labor Organization, ILO, 2020).

Subsídios para constar no acordo da Convenção Coletiva no que tange ao Teletrabalho (home office):

1 Será considerado regime de teletrabalho somente aquele no qual as atividades são desenvolvidas de forma remota por pelo menos 3 (três) dias na semana, com a utilização de meios de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

2 O empregado (a) deverá ser comunicado por escrito, com quinze dias de antecedência sobre a alteração de regime de trabalho. Deverá ser firmado um acordo escrito com o empregado sobre as obrigações recíprocas para a realização do teletrabalho.

3 Serão mantidos para os empregados em regime de teletrabalho os mesmos benefícios e remunerações previstos em lei e norma coletiva para o trabalho presencial. O vale refeição poderá ser convertido em vale alimentação por decisão do

empregado. O vale transporte será fornecido sempre que houver a necessidade do trabalho presencial.

4 Serão fornecidos aos empregados em regime de teletrabalho os equipamentos necessários para a realização do serviço, tais como computadores, impressora, acesso à internet, telefone, softwares, fone de ouvido, acesso à aplicativos e outros equipamentos, bem como a sua manutenção. Poderá ser acordado individualmente, em caso de preferência do empregado (a), o reembolso adequado das despesas com tais equipamentos e infraestrutura. Os empregados deverão devolver os equipamentos quando retornarem ao trabalho presencial.

5 Será colocada à disposição do empregado (a) a infraestrutura necessária, tais como mesas, cadeiras e iluminação, acompanhada das condições ergonômicas adequadas para a realização do serviço. Para o reembolso das despesas incorridas com reformas, modificações elétricas ou outras melhorias no local/estação de trabalho, o empregado deve obter, por escrito, a aprovação prévia de representante da empresa. Infraestrutura e ajustes ergonômicos específicos devem ser realizados para o caso dos portadores de deficiência..

6 Será estabelecido como início e final de jornada de trabalho aquela realizada em regime presencial, bem como os períodos de descansos. Será considerada jornada extraordinária qualquer forma de contato com o empregado fora da jornada normal de trabalho, incluindo aqueles realizados por clientes ou fornecedores. Poderá ser alterado o horário de início e final da jornada, mediante acordo com a chefia imediata, desde que não sejam ultrapassadas duas horas diárias ou a jornada semanal fixadas no contrato de trabalho.

7 Os padrões de desempenho exigidos serão equivalentes aos dos empregados em trabalho presencial, devendo a empresa definir, de maneira objetiva e clara, para cada empregado (a), de acordo com as suas funções, o que será avaliado no teletrabalho e as métricas desta avaliação, bem como os resultados a serem atingidos por período de tempo. Esses resultados deverão ser acompanhados de uma estimativa de tempo necessário para a sua realização.

8 Os empregados receberão treinamento, instrução, orientação e supervisão contínuos para a realização do teletrabalho.

9 A empresa deverá estabelecer com clareza a sua expectativa em relação à vestimenta e aparência do empregado (a), bem como ao ambiente exposto e interferências possíveis, quando a atividade for realizada com vídeo. O empregado deverá ser comunicado com 15 minutos de antecedência quando houver atividade com vídeo.

10 A empresa deverá garantir a segurança de dados durante o regime de teletrabalho, por meio de um sistema apropriado da tecnologia da informação, o que inclui a transmissão segura de dados, softwares adequados, antivírus, redes privadas virtuais ou firewalls contra ameaças cibernéticas. Os empregados deverão estar cientes do sistema de proteção de dados se houver, e treinados para usar as TIC de acordo com a política da empresa.

11 A empresa deverá informar previamente aos empregados em regime de teletrabalho, por escrito, que ficará a critério da empresa o monitoramento das ferramentas de comunicação do empregado, tais como a utilização de softwares, aplicativos, endereços de e-mail e grupos corporativos de mensagens, entre outros.

12 A chefia imediata e o empregado devem chegar a um acordo com relação ao melhor canal de comunicação entre si, seja telefone, email, whatsapp, ou outras TIC disponíveis. Os empregados devem estar acessíveis à chefia imediata e colegas de trabalho durante a jornada de trabalho.

13 Caberá ao empregado expor eventuais dificuldades com os cuidados infantis e de outros dependentes e tomar providências para garantir que esses cuidados sejam providenciados por outrem. Caberá ao empregador conceder alguma flexibilidade até que esses cuidados sejam arrançados pelo empregado no prazo de 15 (quinze) dias.

14 A empresa deverá fornecer treinamento obrigatório sobre os cuidados com a saúde e segurança do trabalho, tais como ergonomia, impactos do isolamento social, segurança contra incêndio, dentre outros, respeitando a privacidade referente à residência dos empregados.

15 A empresa enviará mensalmente ao sindicato de trabalhadores a lista com o nome, e-mail e telefone dos empregados em regime de teletrabalho.

Jefferson José da Conceição. Coordenador do Observatório CONJUSCS. Graduado em Economia pela UFRJ; Mestre em Administração pelo IMES; Doutor em Sociologia pela USP. Assessor da Pró-Reitoria de Graduação e Professor da USCS. Professor Colaborador do Mestrado em Economia da UFABC. Secretário de Desenvolvimento Econômico de São Bernardo (2009-2015). Superintendente do SBCPrev (2015-2016). Diretor da Agência São Paulo de Desenvolvimento (2016). Economista do Dieese (1987-2009). Blog: www.blogdojeff.com.br. Autor do livro "Entre a mão invisível e o Leviatã: contribuições heterodoxas à economia brasileira". Editora Didakt, 2019 (407 págs.). Disponível em www.estantevirtual.com.br. Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2840533692107428>.

Maria da Consolação Vegi da Conceição. Advogada. Graduada em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. Pós-Graduada em Direito Individual e Coletivo do Trabalho pela USP. Coordenadora do Departamento Jurídico do Sindicato dos Bancários do ABC.

Referências Bibliográficas

BARROS, Alexandre Moço; SILVA, José Roberto Gomes da. Percepções dos indivíduos sobre as consequências do teletrabalho na configuração home-office: estudo de caso na Shell Brasil. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 8, n. 1, p. 71-91, 2010.

CONCEIÇÃO, Jefferson J. . Entre a mão invisível e o Leviatã: contribuições heterodoxas à economia brasileira. São Caetano do Sul: USCS/Didakt, 2019, 407 p.

CONCEIÇÃO, Jefferson J.; CONCEIÇÃO, Maria da C. V. Reforma Trabalhista: modernização conservadora e tendências. *Revista Teoria e Debate*, n. 165, out., 2017. Disponível em: . Acesso em: 30.nov.3018.

CONCEIÇÃO, Jefferson J.; CONCEIÇÃO, Maria da C. V. Terceirização indiscriminada, 'torres gêmeas' e proposta alternativa. *Revista Teoria e Debate*, n. 176, set., 2018. Disponível em: . Acesso em: 29.nov.2018.

CONCEIÇÃO, Jefferson J.; YAMAUCHI, Gisele. A evolução dos empregos e dos estabelecimentos na indústria de transformação do Grande ABC Paulista nos últimos trinta anos. In: Universidade Municipal de São Caetano do Sul. *Carta de Conjuntura*, ed. 1, mar., 2018. Disponível em: . Acesso em: 21 nov. 2018.

DA SILVA JARDIM, Carla. **O teletrabalho e suas atuais modalidades**. Editora Ltr, 2004.

ELO, Glória. **Trabalho e igualdade: Mulheres, teletrabalho e trabalho a tempo parcial**. Celta, 2002.

FINCATO, Denise Pires. *Teletrabalho: uma análise juslaboral*. 2003.

GOULART, Joelma Oliveira. **Teletrabalho-Alternativa de Trabalho Flexível**. Senac, 2009.

GREENBAUM, Joan M. **Windows on the workplace: Computers, jobs, and the organization of office work in the late twentieth century**. Cornerstone Books/Monthly Review Press, 1995.

HILL, E. Jeffrey; FERRIS, Maria; MÄRTINSON, Vjollca. Does it matter where you work? A comparison of how three work venues (traditional office, virtual office, and home office) influence aspects of work and personal/family life. *Journal of Vocational Behavior*, v. 63, n. 2, p. 220-241, 2003.

HILL, E. Jeffrey; FERRIS, Maria; MÄRTINSON, Vjollca. Does it matter where you work? A comparison of how three work venues (traditional office, virtual office, and home office) influence aspects of work and personal/family life. *Journal of Vocational Behavior*, v. 63, n. 2, p. 220-241, 2003.

International Labour Organization - ILO. *An employers' guide on working from home in response to the outbreak of COVID-19* Geneva: International Labour Office, 2020. Disponível em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_dialogue/---act_emp/documents/publication/wcms_745024.pdf . Acesso: 7 julho 2020.

Nota técnica

11. HOME OFFICE – UM LEGADO DA PANDEMIA?

Márcia Célia Galinski Kumschlies
Fernando Gonzales Tavares

Resumo executivo

A nota técnica apresenta um panorama sob o olhar dos trabalhadores quanto à adoção do home office como forma de manter as atividades e negócios corporativos. A pesquisa abordou o perfil e as percepções acerca desta modalidade de trabalho.

Palavras-chave: home office; COVID-19; Mundo do trabalho.

As organizações atuam em um cenário caracterizado por profundas e complexas transformações, e estas acontecem num ritmo e velocidade cada vez mais intensos. Assim, manter a competitividade e o crescimento de forma sustentável, aliados à capacidade de gerar novos negócios e manter o nível de emprego, tem sido um dos grandes desafios na atualidade.

Para Almeida e Nogueira (2019, p.1), “As relações de trabalho, com processos e jornadas mais estáveis até quase o final do século XX, foram aos poucos se tornando mais flexíveis para acompanhar a evolução das demandas organizacionais, advindos da profusão de novas tecnologias e da globalização”.

O mundo está passando por mudanças até então nunca vivenciadas pela nova geração, a pandemia causada pelo novo coronavírus - COVID-19, que se alastrou por 187 países e, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), constitui uma Emergência de Saúde Pública de importância internacional, gerou impactos assustadores, até 4 de junho do presente ano foram confirmados no mundo 6.416.828 casos e 382.867 mortes (OPAS, 2020).

É uma questão não apenas de saúde pública, mas com dimensões alarmantes em todas as esferas de análise econômica, política, social e ambiental. Desta forma, sob o prisma das organizações, os desafios são gigantescos e impactam na sociedade de forma muito crucial. Haja vista que as empresas são fornecedoras de serviços e bens de consumo para uma população que, ao mesmo tempo em que os necessita, está com a sua capacidade de compra comprometida em razão da queda de rendimentos.

Neste cenário, muitas organizações tiveram que se adaptar diante da possibilidade de risco à saúde dos seus colaboradores, adotando, assim, o *home office* como alternativa para manter as suas operações e negócios.

O *home office* se caracteriza pelo trabalho que é realizado de forma remota, na maioria das vezes na residência do trabalhador e ocorre de forma eventual – alguns dias da semana, sem a exigência de constar em contrato individual de trabalho ou aditivo contratual, devendo ser regulado pela política interna da empresa. Esta modalidade apresenta uma flexibilização no regime de trabalho presencial, podendo ou não configurar a hipótese de teletrabalho.

Filard et al. (2020, p.1) definem o “teletrabalho como todo trabalho realizado à distância, ou seja, fora do local de trabalho, com uso das TICs, com computadores,

telefonia fixa e celular e toda tecnologia que permita trabalhar em qualquer lugar” (...). As TICs são as tecnologias de informação e comunicação.

Mediante as alterações demandadas no ambiente de trabalho em razão da COVID-19, o governo criou a Medida Provisória nº 927 de 22 de março de 2020 que dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública e que poderão ser adotadas pelos empregadores para preservação do emprego e da renda. Destaca-se no Capítulo II: (BRASIL, 2020).

Art. 4º: Durante o estado de calamidade pública a que se refere o art. 1º, o empregador poderá, a seu critério, alterar o regime de trabalho presencial para o teletrabalho, o trabalho remoto ou outro tipo de trabalho a distância e determinar o retorno ao regime de trabalho presencial, independentemente da existência de acordos individuais ou coletivos, dispensado o registro prévio da alteração no contrato individual de trabalho.

§ 1º Para fins do disposto nesta Medida Provisória, considera-se teletrabalho, trabalho remoto ou trabalho a distância a prestação de serviços preponderante ou totalmente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias da informação e comunicação que, por sua natureza, não configurem trabalho externo, aplicável o disposto no inciso III do caput do art. 62 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.

Desta forma, as atividades de trabalho que são efetuadas de forma remota, estão amparadas durante o período de pandemia, sem haver necessidade de alteração do contrato de trabalho.

A situação pandêmica migrou, de forma imperativa, e assim, muitos profissionais que trabalhavam na modalidade presencial foram para o *home office*. E esta mudança aconteceu de forma muito rápida, isto é, neste caso, não houve um tempo de preparação e planejamento, embora uma pequena parcela dos trabalhadores já estivesse nesta modalidade. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2018, 3,8 milhões de brasileiros trabalhavam no *home office*, correspondendo a 5,2% do total de trabalhadores ocupados no país, excluídos da conta os empregados no setor público e os trabalhadores domésticos (SILVEIRA, 2019).

De acordo com estudo global realizado pela plataforma de software Capterra e pelo Instituto de Estudos Gartner, neste período de isolamento, 77% das pequenas e médias empresas brasileiras adotaram o *home office* (GRATÃO, 2020). A pesquisa foi realizada neste ano, no mês de abril, foram consultados 4600 profissionais de pequenas e médias empresas da Alemanha, Brasil, Espanha, França, Austrália, Itália, Reino Unido, México e Holanda. Verificou-se que as empresas estudadas estão se adaptando rapidamente ao trabalho remoto e às novas formas de oferecer serviços e produtos. Porém, os principais desafios a serem superados estão na comunicação entre as equipes, e na efetiva criação de normas de segurança, para preservar os dados sigilosos das empresas. Entre os mercados analisados, o Brasil é o que tem a maior proporção de pessoas em trabalho remoto. Na França, o índice é o mais baixo, com 40%. A média geral ficou em 59%.

Neste cenário, os profissionais tiveram de se adaptar a esta nova situação e organizar as suas vidas. Oliveira (2017) destaca que esta forma de trabalho exige a gestão do tempo, o planejamento das atividades e a elaboração de estratégias para conciliar a vida profissional e pessoal.

Kumschlies (2020) complementa que a gestão do tempo é fundamental, assim como administrar as atividades que contribuam para os resultados organizacionais. Nesse sentido, sinaliza que o planejamento das atividades é fundamental para a eficiência, seja no trabalho ou nos estudos. Definir prioridades, estabelecer cronogramas do que precisa ser feito e elaborar uma agenda ajuda a mapear quais atividades serão desenvolvidas e evitar que algo seja esquecido. Outra questão comentada pela autora é a importância de criar uma rotina de horários e atividades que estejam alinhados com as exigências da função e interfaces com o público que precisa se relacionar. E por fim ela destaca que contribui para a produtividade e eficiência que nesta rotina estejam incluídos os horários para as refeições; o estabelecimento de combinados com a família para evitar distrações e interferências; a escolha de um ambiente adequado, com uma mesa e cadeira confortável (ergonômicos), com boa iluminação e ventilação; e acesso aos recursos necessários para desempenhar a sua atividade.

Do ponto de vista do empregador, Brik apud Kedouk(2020) sinaliza que se os trabalhadores elegíveis para desenvolver as suas atividades no *home office* devem ter disciplina e capacidade de fazer a gestão do tempo. Os gestores precisam saber delegar, planejar e demonstrar boa comunicação e objetividade nas demandas.

Os estudos demonstram que esta modalidade pode melhorar a produtividade no ambiente de trabalho e também contribui com a queda do *turnover*, aumentando a satisfação pelo trabalho. (EGUIARTE, 2020). Mas Braga Neto apud Fiocruz (2020) observa que, embora o *home office* tenha se mostrado uma alternativa viável, ele adverte que “sua generalização e rotinização exigirão mudanças muito profundas no ambiente de trabalho, além de investimentos em plataformas digitais pelas empresas e novas soluções relativas às jornadas de trabalho”.

O perfil do trabalhador e as percepções acerca do *home office*

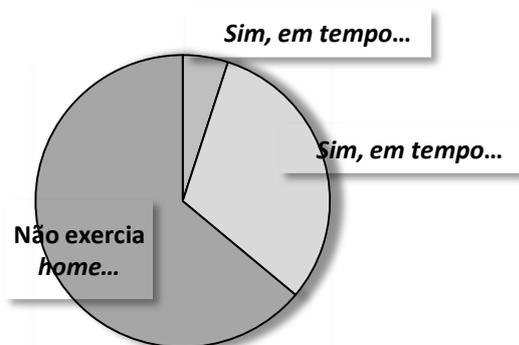
Para compreender melhor os desafios que esta modalidade de trabalho apresenta e obter informações acerca do perfil e percepção do trabalho *home office*, realizou-se uma pesquisa on-line com a utilização do Google Forms com 267 profissionais no período de 03/06/2020 a 13/06/2020.

O perfil do nosso respondente é caracterizado por pertencer a uma faixa etária entre 29 e 61 anos de idade, distribuídos de forma uniforme, representando 79,4 % da massa de dados e sem significativa diferença de gênero. A região de atuação profissional ficou dividida em: 57,14% nas cidades de Guarujá, Santos e São Paulo; 6,39% dos demais Estados; 1,5% de outros países e o restante, 34,96% do Estado de São Paulo.

A questão central da pesquisa determinou que 83,83% dos respondentes estão trabalhando na modalidade *home office* durante esse período da pandemia. Os demais, 16,7%, informaram que suas empresas, na sua maioria, não adotaram o trabalho *home office* em razão das suas funções não permitirem essa modalidade de trabalho.

A importância da adoção dessa modalidade *home office* fica evidente observada no Gráfico 1. Apenas 5% dos respondentes trabalhavam em tempo integral antes da ocorrência da pandemia COVID-19, e uma parcela de 31% em regime de tempo parcial. O percentual de 64% não exercia suas funções em *home office*.

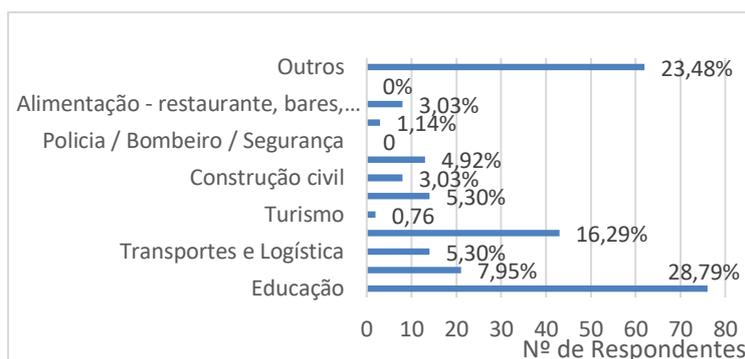
Gráfico 1 - Trabalhava em *home office* antes de 2020?



Elaboração própria dos autores (2020).

Foi constatado um dado relevante quanto à área de atuação profissional dos entrevistados, conforme observado no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Qual a área de atuação em 2020?

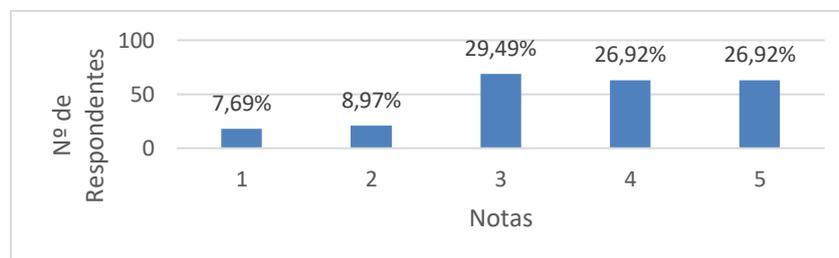


Elaboração própria dos autores (2020).

A grande maioria, 68,56% informou que trabalha na área de TI/Telecomunicações, educação e outros setores, enquanto a pesquisa não constatou nenhuma resposta para a área de segurança e vestuário. Setores como o Bancário e de Turismo 1,9% das respostas, e os demais apresentaram uma oscilação entre 3,03% e 7,95%.

Quanto à percepção pessoal dos respondentes com a produtividade do trabalho em *home office*, a nota média foi de 3,6 com uma variabilidade, desvio padrão, de 1,2 pontos. É importante registrar que a rama da direita, intervalo entre 3 e 5 pontos, concentrou 83,33% das notas, indicando que os respondentes consideram que o trabalho em *home office* contribui para o aumento da produtividade. Observar o Gráfico 3.

Gráfico 3 - Percepção da produtividade em *home office* – 2020



Elaboração própria dos autores (2020).

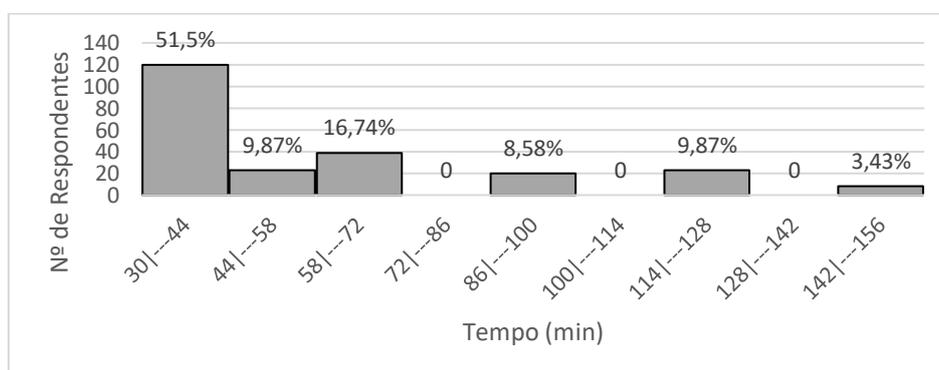
As respostas obtidas no formulário apresentaram alguns fatores que indicam a baixa produtividade no trabalho em *home office*. A falta do contato pessoal com os colegas de trabalho representou 20,17% das respostas, a falta de estrutura física (espaço reservado, ventilação, acústica, luminosidade, cadeira e mesa) foi a escolha de 19,60% dos entrevistados. A falta de estrutura tecnológica, as demandas da rotina da casa e a má administração do tempo somaram mais 40,63% das respostas.

Em contra partida, os motivos elencados para uma maior produtividade foram: não ter que se deslocar até a empresa (21,9%); maior qualidade de vida (20,88%); organização e foco com as atividades laborais (18,68%).

Em um questionamento dicotômico quanto a empresa ter disponibilizado recursos para o trabalho *home office*, tais como *notebook*, teclado, internet, entre outros itens necessários, 55,6% responderam não ter recebido nenhum recurso e 44,4% informaram que tiveram acesso a esses recursos.

O tempo utilizado para se deslocarem até o seu local de trabalho foi o único dado que apresentou um comportamento diferenciado das demais variáveis quantitativas analisadas, o qual pode ser observado no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Tempo de deslocamento de ida e volta para o trabalho – 2020



Elaboração própria dos autores (2020).

As respostas para a questão deslocamento estão concentradas nos três primeiros intervalos. O tempo médio de deslocamento é de aproximadamente 55 minutos com um pequeno desvio padrão de 8 minutos. Observa-se também que 78,11% dos respondentes levam até 72 minutos para fazer o deslocamento de ida e volta ao seu

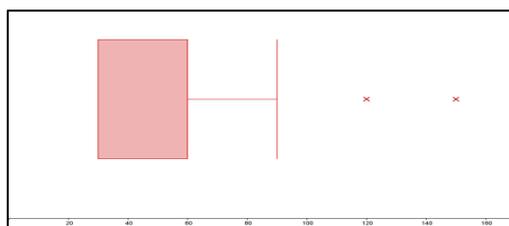
local de trabalho. Apesar da pouca variabilidade dos dados é visível o distanciamento da última classe de dados compreendida entre os valores 142 e 156 minutos.

O Gráfico 5 - Box Plot, salienta a presença de *outliers* no conjunto de dados representados por 23 valores iguais a 120 minutos e 8 valores iguais a 150 minutos. Tornou-se a realizar os cálculos para determinação das medidas resumo da distribuição de dados referente a variável tempo de deslocamento, sem a presença dos *outliers*.

Os resultados obtidos diferenciaram dos primeiros cálculos. O tempo médio de deslocamento foi de aproximadamente 43 minutos com um pequeno desvio padrão de 19 minutos. A rama da esquerda continuou a apresentar uma significativa densidade, onde o intervalo 30|---44 minutos obteve 51,5% das respostas. Porém, o percentual de respondentes que gastam com deslocamentos menos de 72 minutos continuou igual a 78,11%.

Conclui-se através dessa amostra que o maior volume de trabalhadores realiza a sua ida e volta para o trabalho em menos de 72 minutos.

Gráfico 5 – Tempo de deslocamento de ida e volta para o trabalho- 2020



Elaboração própria dos autores (2020).

Ainda considerando tempo para chegar ao seu local de trabalho, foi avaliado o tipo de transporte utilizado. Três respostas foram mais evidenciadas: o uso do veículo individual, carro próprio ou Uber/Similar (49,25%); o uso do ônibus (22,39%); e o deslocamento a pé (20,9%).

Os entrevistados pontuaram sua condição de estressados com 43,35% indicando estarem menos estressados, 30,47% mais estressados e 26,18% indicaram ser indiferente sua situação de trabalho em *home office*.

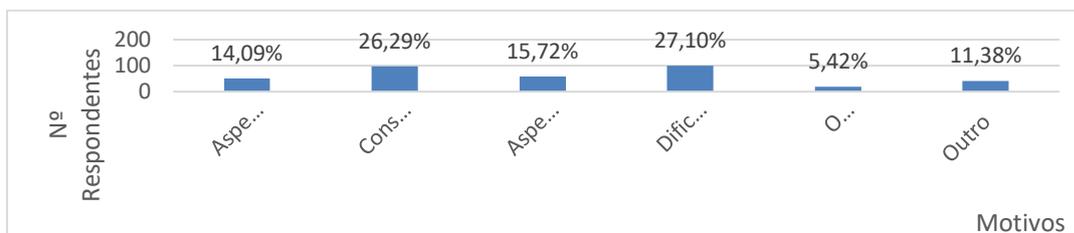
Outro dado relevante é que 64,10% afirmaram não ter seus rendimentos diminuídos por conta da pandemia. Mas 35,90% tiveram seus rendimentos reduzidos, dos quais 21,37% com significativa diminuição. Quanto ao sentimento de satisfação em relação a essa nova condição de trabalho, apenas 25% dos respondentes afirmam não estarem felizes enquanto 46,55% estão muito felizes.

Os entrevistados foram questionados quanto a sua crença em que após a pandemia a empresa vai adotar ou ampliar o trabalho na modalidade *home office*. A resposta foi que mais da metade dos respondentes acreditam que sim (53%), porém, 32% acreditam que não. Os indiferentes, 14,78%, podem mudar a sua opção e favorecer a escolha contrária a opção *home office*.

Ainda relacionado à crença dos respondentes junto à posição favorável de trabalho *home office* a ser adotada pela empresa, eles acreditam em alguns motivos: promover a flexibilidade no ambiente de trabalho (16,35%); redução de custos (16,35%); ajudar os colaboradores a atingir um melhor equilíbrio entre a vida pessoal e trabalho (14,46%); mudança no estilo do trabalho (11,76%); e resolução de problema com

tempo de locomoção até o trabalho (10,81%). Os motivos para não adoção do trabalho *home office*, na opinião dos entrevistados pode ser observado no Gráfico6. As duas categorias com maior número de respostas assinaladas são o conservadorismo por parte do gestor ou direção com 26,29% e a dificuldades de fazer a gestão de forma remota com 27,10% das escolhas.

Gráfico 6 - Motivos para a não adoção do *home office*



Elaboração própria dos autores (2020).

Considerações finais

Segundo estimativa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2020), o *home office* no Brasil deve alcançar 22,7% das ocupações existentes o que corresponde a mais de 20 milhões de trabalhadores. Desta forma, frente à competitividade, este novo cenário já sinaliza novos desafios para as organizações e para os trabalhadores.

Algumas mudanças já são perceptíveis e estão sendo empreendidas, como por exemplo, a nova arquitetura organizacional com espaços que possibilitam a proteção dos trabalhadores por meio de barreiras físicas que impedem o contato entre as pessoas. Verifica-se também a adesão por parte de muitas empresas para um fortalecimento do *home office*, e assim, a diminuição dos espaços físicos dos escritórios. Este movimento já está impactando no mercado imobiliário.

Os relacionamentos e interações tendem a ser mais remotos, com o incremento das videoconferências e até mesmo o *happy hour* virtual. Surge a etiqueta respiratória e novos comportamentos serão necessários, deixando de lado a calorosa forma do brasileiro se expressar.

A tecnologia se torna uma ferramenta ainda mais importante para estabelecer a conectividade entre as empresas, as pessoas e o ambiente. O seu uso possibilitou que muitos modelos de negócios pudessem ter prosseguimento neste período de pandemia e isolamento, como, por exemplo, a migração das lojas físicas para as vendas online.

Em tempos de preocupação com o meio ambiente, vale salientar a redução da poluição, haja vista que 71,64% dos trabalhadores faziam o deslocamento para o trabalho utilizando carro ou ônibus, grandes emissores de gases de efeito estufa.

Outro aspecto importante sobre o mundo do trabalho será o aumento da diversidade no ambiente organizacional. Com a adoção do *home office*, poderão ser contratados profissionais de qualquer parte do mundo, sem a necessidade do deslocamento para a empresa. Percebe-se também uma mudança na mobilidade urbana, onde muitos vão preferir residir em cidades com mais qualidade de vida e com menor custo de vida.

Muitas empresas reconhecem que não houve perda de produtividade e os profissionais estão tendo que fazer a gestão do tempo, elaborar um planejamento e organização dos recursos necessários ao trabalho e criar rotinas que contribuam para a eficiência das atividades desempenhadas. Desta forma, nos ajustes, um novo

modelo pode ganhar força, o trabalho híbrido, onde o profissional poderá trabalhar alguns dias em casa e outros no escritório.

A nossa pesquisa apontou que os trabalhadores estão menos estressados, mais felizes e produtivos, e acreditam que as empresas vão continuar com a modalidade *home office* após o fim da pandemia. Corroborando, segundo pesquisas da Cushman & Wakefield (EXAME, 2020) 73,8% das empresas pretendem instituir esta modalidade de trabalho como prática permanente e para 59% há mais pontos positivos do que negativos.

Concluindo, acredita-se que a pandemia acelerou e fortaleceu a adoção do trabalho remoto. E ao nosso entender, sim, a pandemia deixou o legado do *home office*.

Márcia Célia Galinski Kumschlies: Mestre em Administração. Doutoranda em Tecnologia Ambiental. Professora universitária. Coordenadora do Núcleo de Pesquisas Fernando Lee e da Pós-Graduação na Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP – Campus Guarujá.

Fernando Gonzales Tavares: Bacharel em Matemática. Mestre em Engenharia Mecânica. Doutorando em Ensino de Ciências e Matemática. Professor de Cálculo Diferencial e Integral, Estatística e Pesquisa Operacional na Universidade de Ribeirão Preto – Campus Guarujá.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 927, DE 22 DE MARÇO DE 2020. Disponível em:** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Mpv/mpv927.htm. Acesso em 06 de jun. de 2020.

EGUIARTE, Damian Mora. **Horarios flexibles como estrategia para mejorar la productividad y reducir la rotación.** Acad. (Asunción) vol.4 no.2 Americana Dec. 2017. Disponível em: http://scielo.iics.una.py/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2414-89382017000200055&lang=pt. Acesso em 07 de jun. de 2020.

EXAME. **Home office definitivo?** Para 74% das empresas no Brasil, a resposta é sim. **Disponível em:** <https://exame-com.cdn.ampproject.org/c/s/exame.com/carreira/home-office-definitivo-para-74-das-empresas-no-brasil-a-resposta-e-sim/amp/>. Acesso em 28 de jun. de 2020.

FILARDI, Fernando; CASTRO, Rachel Mercedes P. de; ZANINI, Marco Tulio Fundão. **Vantagens e desvantagens do teletrabalho na administração pública:** análise das experiências do Serpro e da Receita Federal. Cad. Ebape. Br, vol.18, nº1. Rio de Janeiro, jan./mar. 2020. Epub apr 17, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395174605>. Acesso em 06 de jun. de 2020.

FIOCRUZ. **Covid-19 e avanço tecnológico:** nasce um outro mundo do trabalho, avaliam especialistas - Informe ENSP. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/iciict/41227/2/Covid-19Avan%c3%a7oTecnol%c3%b3gico.pdf>. Acesso em 07 de jun. de 2020.

GRATÃO, Paulo. Exclusivo: 77% das PMEs brasileiras adotaram home office durante a pandemia. **Revista Pequenas Empresas, Grandes Negócios.** Disponível em:

<https://revistapegn.globo.com/Administracao-de-empresas/noticia/2020/05/exclusivo-77-das-pmes-brasileiras-adotaram-home-office-durante-pandemia.html>. Acesso em 07 de jun. de 2020.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Home Office pode alcançar 20 milhões de trabalhadores no Brasil. **Valor Econômico**, v.21, n.5015, 04/06/2020. Brasil, p. A9.

KEDOUK, Marcia. Os benefícios do home office para as empresas. **Revista Você SA**. Disponível em: <https://vocesa.abril.com.br/voce-rh/os-beneficios-do-home-office-para-as-empresas/>. Acesso em 06 de jun. de 2020.

KUMSCHLIES, Márcia C. Galinski. Como se organizar no home office. *Jornal na Mídia*. 09 a 15 de maio de 2010.

OLIVEIRA, Daniela Ribeiro de. **Do fim do trabalho ao trabalho sem fim: o trabalho e a vida dos trabalhadores digitais em Home Office**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) como parte dos requisitos para a obtenção do título de doutorado em Sociologia. 2017. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/10792/TESE_OLIVEIRA_DANIELA%20RIBEIRO.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 06 de jun. de 2020.

PAS. Organização Pan Americana de Saúde. **Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus)**. Atualizada em 4 de junho de 2020. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em 06 de jun. de 2020.

SILVEIRA, Daniel. Home office bateu recorde no Brasil em 2018 – IBGE. **G1 Economia**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2019/12/18/home-office-bateu-recorde-no-brasil-em-2018-diz-ibge.ghtml>. Acesso em 07 de jun. de 2020.

Nota Técnica

12. ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO, HORIZONTE TEMPORAL E CAPACIDADE ANUAL DE CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO PELAS PREFEITURAS DA REGIÃO DO GRANDE ABC E DA CAPITAL PAULISTA E DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO: EXPECTATIVAS PARA A VIRADA 2020/2021

Francisco R. Funcia

Resumo Executivo

A presente “nota técnica” tem o objetivo de atualizar a apuração e a avaliação apresentada nas Cartas Conjucscs nº 1 (março/2018), nº 7 (abril/2019) e nº 8 (junho/2020) sobre a situação de endividamento e o horizonte temporal de contratação anual de operação de crédito dos Municípios da Região da Grande ABC e da Capital paulista, bem como pelo Governo do Estado de São Paulo para o exercício de 2020, o que representa também as condições fiscais para o novo mandato municipal que se iniciará em 2021, decorrente dos resultados das eleições para prefeito (a) a serem realizadas no final deste ano, marcado pelo aprofundamento da crise econômica como consequência do estado de emergência sanitária provocado pelo novo coronavírus.

Palavras-chave: *finanças públicas municipais; endividamento municipal; Lei de Responsabilidade Fiscal; Crise do Coronavírus.*

Os prefeitos dos Municípios brasileiros iniciaram em 2020 o último ano de mandato e, no segundo mês, foram surpreendidos com a chegada do novo coronavírus ao Brasil, o que obrigou as autoridades sanitárias, especialmente as estaduais e municipais, a partir de março, a adotar medidas de ampliação de leitos (especialmente de UTI) e compras emergenciais de kits testagem, medicamentos e materiais médico-hospitalares, dentre outros necessários para o enfrentamento do Covid-19, flexibilizadas no contexto do decreto de calamidade pública e outros projetos aprovados pelo Congresso Nacional, como indicar o distanciamento social como medida preventiva inicial, com impactos negativos sobre a atividade econômica, cuja flexibilização institucional começa a ocorrer neste mês de julho (mesmo com a existência de casos e mortes em expansão).

O objetivo desta Nota Técnica é atualizar a apuração e a avaliação apresentada nas Cartas Conjucscs nº 1 (março/2018), nº 7 (abril/2019) e nº 8 (junho/2020) sobre a situação de endividamento e o horizonte temporal de contratação anual de operação de crédito dos Municípios da Região da Grande ABC e da Capital paulista, bem como pelo Governo do Estado de São Paulo para o exercício de 2020, o que representa também as condições fiscais para o novo mandato municipal que se iniciará em 2021 decorrente dos resultados das eleições para prefeito (a) a serem realizadas no final deste ano, marcado pelo aprofundamento da crise econômica como consequência do estado de emergência sanitária provocado pelo novo coronavírus.

É oportuno salientar que, por conta das medidas de flexibilização aprovadas pelo Congresso Nacional para o enfrentamento do Covid-19, o cumprimento dos limites e metas fiscais estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal ficou suspenso em 2020 para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, mas retornarão em 2021 com o fim da vigência do decreto de calamidade pública, bem como pelos termos do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) 2021 da União (que foi encaminhado pelo governo federal ao Congresso Nacional em abril deste ano).

A Tabela 1 apresenta a dívida consolidada líquida desses entes da Federação em 31 de dezembro de 2017, de 2018 e de 2019 e os respectivos índices de endividamento.

Tabela 1 – Índices de Endividamento dos Municípios do Grande ABC Paulista, da Capital Paulista e do Estado de São Paulo no Encerramento do 3º Quadrimestre de 2017 a 2019

Ente da Federação	3º Quadrimestre/2017			3º Quadrimestre/2018			3º Quadrimestre/2019		
	Dívida Consolidada Líquida - DCL ¹ (R\$ a preços correntes)	Receita Corrente Líquida - RCL ¹ (R\$ a preços correntes)	Índice de Endividamento DCL/RCL ¹ (%)	Dívida Consolidada Líquida - DCL ¹ (R\$ a preços correntes)	Receita Corrente Líquida - RCL ¹ (R\$ a preços correntes)	Índice de Endividamento DCL/RCL ¹ (%)	Dívida Consolidada Líquida - DCL ¹ (R\$ a preços correntes)	Receita Corrente Líquida - RCL ¹ (R\$ a preços correntes)	Índice de Endividamento DCL/RCL ¹ (%)
Diadema	413.411.577,20	1.000.514.966,00	41,32	489.284.831,09	1.023.963.210,16	47,78	576.678.164,58	1.088.588.093,07	52,97
Mauá	1.039.773.270,00	884.587.133,60	117,54	1.155.975.427,26	956.171.783,77	120,90	1.131.523.770,26	1.049.587.163,56	107,81
Ribeirão Pires	86.510.203,24	246.408.559,00	35,11	78.553.414,45	274.192.983,96	28,65	73.214.956,74	286.098.450,08	25,59
Santo André	1.299.897.015,00	2.140.185.808,00	60,74	1.307.660.246,72	2.317.327.268,74	56,43	811.304.113,61	2.557.520.878,41	31,72
São Bernardo do Campo	1.224.556.399,00	3.116.293.204,00	39,30	1.514.578.995,00	3.310.799.840,28	45,75	1.829.541.326,99	3.569.504.457,89	51,25
São Caetano do Sul	89.836.941,07	1.240.854.196,00	7,24	25.985.685,21	1.377.945.565,18	1,89	62.252.507,36	1.463.023.778,05	4,26
TOTAL RGABC²	4.153.985.405,51	8.628.843.866,60	48,14	4.572.038.599,73	9.260.400.652,09	49,37	4.484.514.839,54	10.014.322.821,06	44,78
São Paulo (Capital)	37.894.476.482,00	47.299.768.961,00	80,12	35.443.735.693,51	48.830.405.884,01	72,59	30.237.163.889,85	54.166.943.978,98	55,82
São Paulo (Estado)	259.055.000.000,00	151.562.000.000,00	170,92	277.743.984.303,86	159.210.706.095,47	174,45	274.339.885.497,39	160.444.552.836,55	170,99

Fonte: Adaptado de Secretaria do Tesouro Nacional: Anexo 02 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do Relatório de Gestão Fiscal (Siconfi/Finbra). Disponível em <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/indicadores-fiscais-e-endividamento> (Acesso em 05/03/2018, 07/04/2019 e março/2020).

Notas:

- (1) Apuração nos 12 Meses Anteriores até o final do 3º Quadrimestre de 2017. Limite Legal de Endividamento (DCL/RCL): Para Municípios - 120% da RCL; e para Estados - 200% da RCL.
- (2) Os dados do 3º Quadrimestre de 2017 e de 2018 de Rio Grande da Serra não estavam disponíveis respectivamente em 05/03/2018, 07/04/2019; sem consulta em 2020).

Em resumo, da análise da Tabela 1, deve-se considerar, dentre outros aspectos, que:

- Os índices de endividamento no final de dezembro de 2019 estão abaixo dos parâmetros legalmente estabelecidos tanto para Municípios (120% da Receita Corrente Líquida do período dos últimos 12 meses encerrado em dezembro de 2019), como para o governo do Estado de São Paulo (200% dessa base de cálculo).
- O índice de endividamento no final do 3º quadrimestre de 2019 (comparativamente a 2017) está maior somente em Diadema e São Bernardo do Campo, bem como para o governo do Estado de São Paulo; em comparação ao mesmo período de 2018, esse índice de 2019 está maior em Diadema, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. Dentre os municípios que apresentaram queda de índice de endividamento em 2019 comparativamente a 2018, o destaque ficou com Mauá, pelo fato de ter conseguido sair da situação de “estouro do teto” que o impedia de qualquer possibilidade de contratação de novas operações de crédito.
- São Caetano do Sul apresenta o menor índice de endividamento (4,26%) no final do 3º quadrimestre de 2019, assim como ocorreu nos anos anteriores, em comparação aos demais entes; o índice de Mauá (107,9%) está acima dos demais entes (abaixo apenas do governo do Estado de São Paulo), como ocorreu nos anos anteriores, e muito próximo do limite legal de 120% fixado para os Municípios (o que restringe a capacidade de obtenção de financiamentos). Quanto mais distante esse índice estiver do limite legal, tanto maior será a capacidade do Município de contrair novos financiamentos de outras fontes – para a Região do Grande ABC, pela ordem em 2019: São Caetano do Sul, Ribeirão Pires, Santo André, São Bernardo do Campo e Diadema – houve melhora comparativa da posição de Santo André em 2019.
- Considerando os dados consolidados da Região do Grande ABC Paulista, o índice de endividamento foi de 44,76%, menor que o da capital e do Estado de São Paulo, mesma situação verificada em 2017 e 2018.

- O Governo do Estado de São Paulo (com índice de 170,99%) mantém a situação de proximidade do teto do limite de endividamento (200%) como ocorreu em 2017 e 2018, o que traz dificuldades para obtenção de financiamentos para a implementação de projetos que exigem um valor alto de investimentos diretos na Região do Grande ABC ou por meio de parcerias com as Prefeituras, não somente em 2020, mas também durante todo o período quadrienal de vigência do PPA estadual (que se encerra em 2023).

A Tabela 2 apresenta a variação real da Dívida Consolidada Líquida e da Receita Corrente Líquida dos Municípios da Região do Grande ABC e de São Paulo, bem como do Governo do Estado de São Paulo, no encerramento do 3º Quadrimestre de 2017, de 2018 e de 2019.

Tabela 2 – Dívida Consolidada Líquida e Receita Corrente Líquida dos Municípios do Grande ABC Paulista, da Capital Paulista e do Estado de São Paulo no Encerramento do 3º Quadrimestre de 2017, de 2018 e de 2019

Ente da Federação	Dívida Consolidada Líquida - DCL ¹ (em R\$ a preços de dezembro de 2019) ²					Receita Corrente Líquida - RCL ¹ (em R\$ a preços de dezembro de 2019) ²				
	3º Quadrimestre/2017	3º Quadrimestre/2018	3º Quadrimestre/2019	Variação 2018/2017	Variação 2019/2018	3º Quadrimestre/2017	3º Quadrimestre/2018	3º Quadrimestre/2019	Variação 2018/2017	Variação 2019/2018
Diadema	428.896.243,39	489.284.831,09	576.678.164,58	14,1%	17,9%	1.037.990.066,17	1.023.963.210,16	1.088.588.093,07	-1,4%	6,3%
Mauá	1.078.718.821,81	1.155.975.427,26	1.131.523.770,26	7,2%	-2,1%	917.720.062,71	956.171.783,77	1.049.587.163,56	4,2%	9,8%
Ribeirão Pires	89.750.513,12	78.553.414,45	73.214.956,74	-12,5%	-6,8%	255.637.991,59	274.192.983,96	286.098.450,08	7,3%	4,3%
Santo André	1.348.585.712,83	1.307.660.246,72	811.304.113,61	-3,0%	-38,0%	2.220.348.204,63	2.317.327.268,74	2.557.520.878,41	4,4%	10,4%
São Bernardo do Campo	1.270.423.152,90	1.514.578.995,00	1.829.541.326,99	19,2%	20,8%	3.233.016.495,46	3.310.799.840,28	3.569.504.457,89	2,4%	7,8%
São Caetano do Sul	93.201.856,62	25.985.685,21	62.252.507,36	-72,1%	139,6%	1.287.331.397,11	1.377.945.565,18	1.463.023.778,05	7,0%	6,2%
TOTAL RGABC³	4.309.576.300,67	4.572.038.599,73	4.484.514.839,54	6,1%	-1,9%	8.952.044.217,67	9.260.400.652,09	10.014.322.821,06	3,4%	8,1%
São Paulo (Capital)	39.313.844.857,65	35.443.735.693,51	30.237.163.889,85	-9,8%	-14,7%	49.071.420.200,75	48.830.405.884,01	54.166.943.978,98	-0,5%	10,9%
São Paulo (Estado)	268.758.115.300,44	277.743.984.303,86	274.339.885.497,39	3,3%	-1,2%	157.238.877.733,17	159.210.706.095,47	160.444.552.836,55	1,3%	0,8%

Fonte: Elaboração própria para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS. Adaptado de Secretaria do Tesouro Nacional: Anexo 02 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do Relatório de Gestão Fiscal (Siconfi/Finbra). Disponível em <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/indicadores-fiscais-e-de-endividamento> (Acesso em 05/03/2018, 07/04/2018 e março/2020).

Notas:

- (1) Apuração nos 12 Meses Anteriores até o final do 3º Quadrimestre de 2017, de 2018 e de 2019.
- (2) Fator de Atualização com base no IPCA/IBGE anualizado em dezembro de 2019.
- (3) Os dados do 3º Quadrimestre de 2017 e de 2018 de Rio Grande da Serra não estavam disponíveis respectivamente em 05/03/2018, 07/04/2019 e sem consulta em 2020.

Em resumo, é importante destacar a partir da análise da Tabela 2 que:

- situação de endividamento deve ser analisada também à luz da variação real da Dívida Consolidada Líquida (DCL) e da Receita Corrente Líquida (RCL), para identificar uma possível deterioração das condições fiscais e de endividamento.
- Os Entes que tiveram variação real da DCL acima da variação da RCL em 2019 em comparação a 2018, foram: os municípios de Diadema, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. Trata-se de aspecto que evidencia uma possível deterioração da capacidade de financiamento das políticas públicas, na medida que há uma desproporção entre o crescimento da receita e da dívida consolidada líquida, o que representa uma tendência de crescimento das despesas com encargos da dívida pública em relação às despesas primárias responsáveis pelo custeio dos serviços prestados pela população. Da mesma forma, tende a reduzir a capacidade de financiamento dos investimentos com as receitas primárias num cenário de aumento do índice de endividamento que restringe a obtenção de financiamento de outras fontes. Essa tendência não diz respeito ao Município de São Caetano do Sul, considerando que, mesmo após o crescimento observado, o índice de endividamento é ainda muito baixo (4,26%), conforme analisado anteriormente (Tabela 1).

- Os municípios que tiveram variação real da DCL abaixo da variação da RCL foram: Mauá, Ribeirão Pires e Santo André e São Paulo (capital). Esses municípios estão em situação fiscal mais adequada que os anteriormente citados para financiar investimentos tanto com a receita primária, como por meio de recursos obtidos junto a outras fontes de financiamento.

Porém, o nível de endividamento é uma condição necessária, mas não suficiente, para garantir a possibilidade legal dos pleitos municipais e estaduais para a contratação de financiamentos que possibilitarão a implementação dos projetos dos respectivos PPA's, bem como para eventuais operações de crédito contratadas para o parcelamento das dívidas contraídas, inclusive como decorrência do atraso de pagamentos e/ou repactuação dos vencimentos das obrigações de contratos de serviços e de obrigações tributárias como consequência das dificuldades de caixa geradas pela crise econômica aprofundada pela epidemia do Covid-19 – a flexibilização dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal se encerra em dezembro de 2020, ou seja, as regras voltam plenamente em 2021.

A Tabela 3 apresenta a possibilidade de assunção de novas dívidas de longo prazo a partir de 2020, comparando o saldo potencial de endividamento com o valor do limite anual para contratação de operação de crédito a partir de 2020 pelos Municípios da Região do Grande ABC e da Capital paulista, bem como do Governo de Estado de São Paulo, de modo a obter o horizonte temporal para novas contratações.

Tabela 3 - Horizonte Temporal e Capacidade de Contratação Anual de Operação de Crédito dos Municípios da Região do Grande ABC e da Capital Paulista e do Governo do Estado de São Paulo

Ente da Federação	Dívida Consolidada Líquida - DCL ¹ 2019 (R\$ a preços correntes)	Receita Corrente Líquida - RCL ¹ 2019 (R\$ a preços correntes)	Limite Legal ² de Endividamento (R\$ a preços correntes)	Saldo Potencial de Endividamento (R\$ a preços correntes)	Limite Legal ³ para Contratação Anual de Operações de Crédito (R\$ a preços correntes)	Limite de Segurança ³ para Contratação Anual de Operações de Crédito (R\$ a preços correntes)	Projeção Temporal para Contratação de Novas Operações de Crédito no Limite de Segurança (em anos)
	(A)	(B)	(C)	(D = C - A)	(E = B x 16%)	(F = B x 15%)	(G = D / F)
Diadema	576.678.164,58	1.088.588.093,07	1.306.305.711,68	729.627.547,10	174.174.094,89	150.077.244,90	4,86
Mauá	1.131.523.770,26	1.049.587.163,56	1.259.504.596,27	127.980.826,01	167.933.946,17	132.688.070,04	0,96
Ribeirão Pires	73.214.956,74	286.098.450,08	343.318.140,10	270.103.183,36	45.775.752,01	36.961.283,85	7,31
Santo André	811.304.113,61	2.557.520.878,41	3.069.025.054,09	2.257.720.940,48	409.203.340,55	321.027.871,20	7,03
São Bernardo do Campo	1.829.541.326,99	3.569.504.457,89	4.283.405.349,47	2.453.864.022,48	571.120.713,26	467.443.980,60	5,25
São Caetano do Sul	62.252.507,36	1.463.023.778,05	1.755.628.533,66	1.693.376.026,30	234.083.804,49	186.128.129,40	9,10
SUBTOTAL RGABC⁴	4.484.514.839,54	10.014.322.821,06	12.017.187.385,27	7.532.672.545,73	1.602.291.651,37	1.294.326.579,99	5,82
São Paulo (Capital)	30.237.163.889,85	54.166.943.978,98	65.000.332.774,78	34.763.168.884,93	8.666.711.036,64	7.094.965.344,15	4,90
São Paulo (Governo do Estado)	274.339.885.497,39	160.444.552.836,55	320.889.105.673,10	46.549.220.175,71	25.671.128.453,85	22.734.300.000,00	2,05

Fonte: Elaboração própria; adaptado de Secretaria do Tesouro Nacional: Anexo 02 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do Relatório de Gestão Fiscal (Siconfi/Finbra). Disponível em <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/indicadores-fiscais-e-de-endividamento> (Acesso em março/2020). Notas: (1) Apuração nos 12 Meses Anteriores até o final do 3º Quadrimestre de 2019; (2) Limite legal para DCL: Municípios - 120% da Receita Corrente Líquida (RCL); e Estados - 200% da RCL. Foi considerada a RCL apurada nos 12 meses anteriores até o final do 3º Quadrimestre de 2019; (3) O limite legal para contratação de operação de crédito corresponde a 16% da RCL (apurada nos 12 meses anteriores até o final do 3º Quadrimestre de 2019), nos termos da Resolução 43/2001 do Senado Federal. Porém, neste estudo, foi adotado arbitrariamente 15% da RCL como limite de segurança, cuja diferença constitui uma margem para contratações de operações de crédito emergenciais no final do exercício, como por exemplo, para uma eventual necessidade de assumir termos de confissão de dívida para pagamento parcelado (acima de 12 meses) de obrigações em atraso decorrentes da queda de arrecadação durante o exercício. Trata-se de um procedimento prudencial compatível com a garantia do equilíbrio das contas públicas de forma planejada, que está em consonância com as diretrizes gerais para uma gestão fiscal responsável da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), especialmente em situações de instabilidade política e econômica como a de 2019, cuja previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) está em queda no contexto de uma política econômica recessiva, o que tende a afetar negativamente a receita pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (4) Os dados de Rio Grande da Serra não estavam disponíveis nas Tabelas anteriores.

Adotando-se como pressupostos que(i) todos os entes da Federação listados estejam devidamente enquadrados no limite legal de pagamento dos encargos da dívida pública (11,5% da Receita Corrente Líquida), (ii) não haverá redução do estoque da dívida consolidada líquida no futuro e (iii) a receita corrente líquida permanecerá inalterada em termos reais aos valores de 2019 nos próximos anos, a análise dos dados da Tabela 3 permite identificar que:

- a) Todos os Municípios da Região do Grande ABC têm possibilidade de contratar operações de crédito a partir de 2020 – o menor período é para Mauá (por um ano) e o maior período é para São Caetano do Sul (por nove anos)– para financiar os projetos integrantes dos seus respectivos PPA's e/ou para parcelar dívidas de obrigações tributárias e/ou com fornecedores.
- b) Os resultados obtidos para a contratação anual de operações de crédito nos demais municípios são: Ribeirão Pires (7,31 anos), Santo André (7,03 anos), São Bernardo do Campo (5,25 anos), Diadema (4,86 anos), São Paulo Capital (4,90 anos) e Estado de São Paulo (2,05 anos).
- c) Em termos consolidados, A Região do Grande ABC apresenta um saldo potencial de endividamento de R\$ 7,533 bilhões e uma contratação anual de operações de crédito no valor de R\$ 1,294 bilhões; desta forma, o horizonte temporal para contratação de novas operações de crédito pela Região do Grande ABC (5,82 anos) é melhor que o da Capital de São Paulo (4,90 anos) e o do Governo do Estado de São Paulo (2,05 anos).

Por fim, não tão restrita quanto a situação de Mauá, o quadro está delicado para o Governo do Estado de São Paulo: o horizonte temporal para contratação de operações de crédito é de dois anos a partir de 2020, portanto, abaixo dos três anos que faltam para o término do mandato do atual governador; o saldo potencial de endividamento é de apenas R\$ 46,6 bilhões e a contratação anual de novas operações de crédito dentro do limite de segurança estabelecido neste estudo (15% da RCL) está limitada em R\$ 22,7 bilhões.

Desta forma, está restrita a possibilidade de parcerias das prefeituras para financiamento de projetos que dependam da contratação de operações de crédito (internas e externas) do governo estadual no período de vigência dos respectivos PPA 2018-2021 municipais, bem como do PPA estadual (2020-2023).

Esse cenário fiscal combinado com as despesas extraordinárias decorrentes do enfrentamento do Covid-19 evidenciam a necessidade do governo federal adotar medidas para auxiliar o fechamento das contas municipais não somente em 2020, mas também em 2021: afinal houve um processo de depreciação acelerada dos equipamentos e instalações de saúde, consumo excessivo de materiais e medicamentos para tratamentos, adiamento de cirurgias eletivas e outros procedimentos não emergenciais, medidas de proteção social aos desempregados e de proteção econômica para os micro, pequenos e médios empreendedores.

Entretanto, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) 2021 da União encaminhado ao Congresso Nacional aponta para uma direção oposta a essas necessidades: consta explicitamente que será retomada a âncora fiscal pelo teto de despesas primárias da Emenda Constitucional 95/2016 (cujo valor é calculado pelas despesas primárias pagas em 2016 atualizado pelo IPCA/IBGE, além de restabelecer as regras dos pisos federais da saúde e da educação nos respectivos valores reais de 2017, isto é, desconsiderando as consequências negativas que o Covid-19 vai deixar de como herança para os próximos anos, como o crescimento demográfico desse período).

Disso decorre a primeira medida a ser tomada pelo(a)s prefeito(a)s eleito(a)s para iniciar o mandato em 1º de janeiro de 2020: unidade em torno de uma pauta comum de cobrança da responsabilidade do governo federal para adoção das medidas necessárias para a proteção social e econômica, bem como para contribuir para o financiamento das políticas públicas, quer as federais sob sua responsabilidade direta, quer aquelas sob responsabilidade dos Estados, Distrito Federal e Municípios que, diferentemente da União, não têm o poder de se endividar, nem de promover outras medidas necessárias para atender as necessidades da população, especialmente no contexto da calamidade pública que não terminará em 31 de dezembro de 2020, considerando a gravidade da pandemia do Covid-19 analisada pelos especialistas em saúde coletiva.

Francisco R. Funcia. Economista e Mestre em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É doutorando do Programa de Pós-Graduação em Administração (na linha de pesquisa Gestão para o Desenvolvimento e Regionalidade) da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), professor do Curso de Ciências Econômicas e da Escola de Negócios da USCS e coordenador-adjunto do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS (Conjuscs), consultor técnico da Comissão de Orçamento e Financiamento do Conselho Nacional de Saúde (Cofin/CNS) e co-editor da Revista Eletrônica “Domingueira da Saúde” do Instituto de Direito Sanitário Aplicado (Idisa). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9652778910650638>

Nota Técnica

13. ENFRENTAMENTO DO COVID-19: 150 DIAS DA (NÃO) EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA FEDERAL DO SUS E PERSPECTIVAS PARA 2021

Francisco R. Funcia

Resumo Executivo

O objetivo desta nota técnica é avaliar como está a gestão tripartite (articulação e pactuação de políticas e ações e serviços públicos de saúde pelos governos federal, estaduais e municipais) do Sistema Único de Saúde no enfrentamento do Covid-19, por meio da análise da execução orçamentária e financeira da ação 21C0, na qual estão programadas as despesas para esse fim no orçamento do Ministério da Saúde. Para isso, formula-se a seguinte questão: a gestão do Ministério da Saúde tem cumprido sua parte no financiamento das ações e serviços para combater o Covid-19 desde 30 de janeiro de 2020? Foi possível constatar que a maior parte do recurso federal disponível ainda está parada no orçamento: para aplicação direta do Ministério da Saúde, não foram utilizados 73,5%; para transferência financeira aos municípios, não foram utilizados 65,6%; e para transferência financeira aos Estados e Distrito Federal, não foram utilizados 58,7%. Há uma falha grave de gestão do Ministério da Saúde na utilização (ou não utilização) desses recursos até 30 de junho, que pode indicar a combinação de falta de planejamento com outros interesses políticos (negociação para apoio parlamentar do grupo denominado “Centrão”) e econômicos (a área econômica do governo federal tem demonstrado resistência em adotar medidas emergenciais para o enfrentamento da epidemia que ampliem a dívida pública). Em outros termos, o Ministério da saúde não tem feito a sua parte na gestão tripartite – não assumiu a coordenação nacional por meio de pactuações emergenciais na Comissão Intergestores Tripartite a serem submetidas para aprovação do Conselho Nacional de Saúde. O cenário para 2021 está desenhado pelo governo federal no Projeto de Lei de Diretrizes orçamentárias 2021 da União: volta da âncora fiscal baseada no teto das despesas primárias estabelecido pela Emenda Constitucional 95/2016 (que foi suspenso somente em 2020), o que reduzirá consideravelmente a capacidade financiamento federal para enfrentar as consequências deixadas pela epidemia do Covid-19.

Palavras-chave: Sistema Único da Saúde; orçamento público; financiamento da saúde; lei de responsabilidade fiscal.

As curvas de casos e mortes provocadas pelo Covid-19 continuam em crescimento no Brasilⁱ. Nesse contexto, é muito grave encontrar manchetes em jornais como essa: “Covid-19: Pazuello adia decisão sobre entregar R\$ 10 bilhões a gestores do SUS ou Centrão”ⁱⁱⁱ. É a revelação de que as condições de saúde e de vida das pessoas estão subordinadas aos interesses políticos da construção de uma base parlamentar de apoio ao governo federal, com envolvimento de recursos financeiros cujo retardamento de envio aos gestores estaduais e municipais do SUS torna ainda mais dramática a prestação de serviços para combater o Covid-19.

O objetivo desta nota técnica é avaliar como está a gestão tripartite (articulação e pactuação de políticas e ações e serviços públicos de saúde pelos governos federal, estaduais e municipais) do Sistema Único de Saúde no enfrentamento do Covid-19, por meio da análise da execução orçamentária e financeira da ação 21C0, na qual estão programadas as despesas para esse fim no orçamento do Ministério da Saúde. Para isso, formula-se a seguinte questão: a gestão do Ministério da Saúde tem

cumprido sua parte no financiamento das ações e serviços para combater o Covid-19 desde 30 de janeiro de 2020? Esta data referencial foi escolhida como ponto de partida de análise, porque representa o momento em que a Organização Mundial de Saúde comunicou o estado de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacionalⁱⁱⁱ em decorrência da doença causada pelo novo coronavírus.

A base de dados e as informações para esta Nota Técnica foram obtidas junto ao Boletim Cofin/CNS2020/07/01^{iv} divulgado dia 02 de julho (com dados até 30 de junho) pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), considerando que os conselhos de saúde são as instâncias máximas de deliberação da gestão do SUS nos governos federal, estaduais e municipais, em conjunto com as conferências de saúde, nos termos da diretriz constitucional de participação da comunidade no SUS e da legislação setorial específica – Lei 8080/90, Lei 8142/90 e Lei Complementar 141/2012.

Do ponto de vista da Teoria das Finanças Públicas^v, associada aos dispositivos constitucionais e da legislação federal que regem essa matéria (Lei 4320/64 e Lei Complementar 101/2000), nenhuma despesa pública pode ser realizada sem a programação quadrienal e anual das ações e serviços para a alocação dos recursos no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual em cada esfera de governo.

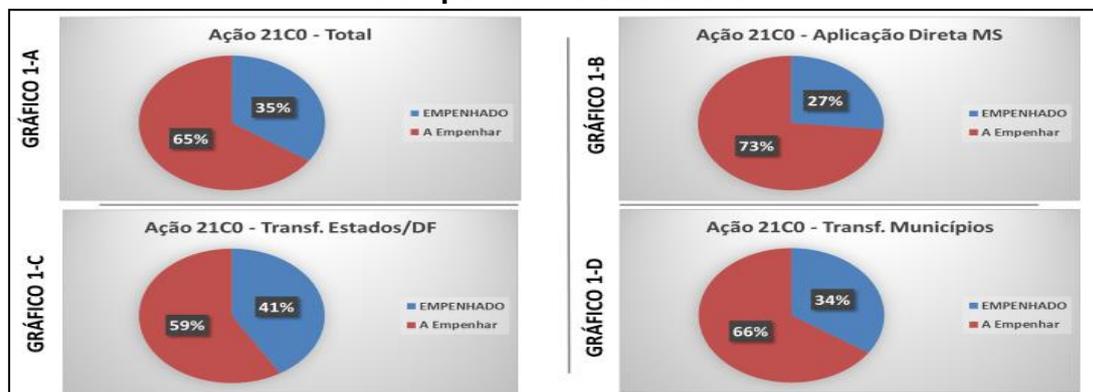
A programação das despesas com saúde nesses instrumentos deve corresponder ao planejamento da saúde inscrito nos respectivos Planos de Saúde e Programações Anuais de Saúde, cujo processo deve ser ascendente (da esfera municipal para a esfera estadual e, desta, para a federal) nos termos da Lei Complementar 141/2012 e com participação da comunidade por meio das respectivas Conferências de Saúde e dos respectivos Conselhos de Saúde (nos termos da Constituição Federal e da Lei 8142/90).

Os estudos da Economia da Saúde apontam que os recursos destinados ao financiamento do SUS têm sido historicamente^{vi} insuficientes para garantir plenamente o cumprimento das diretrizes constitucionais desse sistema universal de saúde^{vii}, o que tem caracterizado um quadro de subfinanciamento crônico e, após as regras estabelecidas pela Emenda Constitucional (EC) 95/2016^{viii}, um quadro de desfinanciamento^{ix}. Considerando que um estudo recente sobre fluxos financeiros do sistema de saúde brasileiro concluiu que a União tem assumido a maior parte do financiamento do SUS, enquanto os municípios a maior parte dos gastos^x, pode-se afirmar que esse desfinanciamento federal do SUS decorrente, principalmente, das regras da EC 95/2016 tem provocado mortes – segundo estudos^{xi}, essa é a consequência no Brasil e no mundo da política econômica baseada na austeridade fiscal.

Em tempos de estado de calamidade pública, a ação 21C0 foi criada no orçamento 2020 do Ministério da Saúde para alocar os recursos adicionais necessários ao financiamento do combate do Covid-19, quer por meio da aplicação direta do Ministério da Saúde, quer por meio das transferências de recursos financeiros para Estados, Distrito Federal e Municípios. O Congresso Nacional também suspendeu o cumprimento das metas de resultado primário exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e do teto de despesas primárias fixado pela Emenda Constitucional 95/2016 para o exercício de 2020^{xii}. Portanto, essas foram as primeiras medidas adotadas para viabilizar a realização de um processo de planejamento orçamentário e financeiro de emergência sanitária, condição necessária, mas insuficiente para atender as necessidades de saúde da população.

Isso porque foi possível constatar que a maior parte do recurso disponível ainda está parada no orçamento: para aplicação direta do Ministério da Saúde, não foram utilizados 73,5%; para transferência financeira aos municípios, não foram utilizados 65,6%; e para transferência financeira aos Estados e Distrito Federal, não foram utilizados 58,7%. Os Gráficos 1-A a 1-D ilustram essa situação.

Gráficos 1-A a 1-D - Ministério da Saúde: Recursos orçamentários empenhados e a empenhar até 30/06/2020



Fonte: Funcia, F.; Benevides, R.; Ocke, C.; Boletim Cofin/CNS 2020/07/01 (disponível em <http://conselho.saude.gov.br/boletim-cofin>).

Essa situação é o resultado da combinação de duas ações governamentais prejudiciais para o atendimento às necessidades de saúde da população:

a) De um lado, a inexistência de uma coordenação nacional para articular o enfrentamento do Covid-19, tanto das ações de saúde (cuja demissão de dois ministros da saúde em pouco mais de trinta dias refletem bem isso), como das demais ações sociais e econômicas necessárias para garantir a efetividade das medidas de isolamento social necessárias para restringir os casos de contágio e não levar ao colapso o atendimento do SUS (que podem ser exemplificadas pela demora na adoção de medidas de proteção social com a burocracia requerida para a concessão desse benefício para a população de baixa renda, bem como na ausência de medidas efetivas de proteção econômica aos micro e pequenos empreendedores e de reconversão produtiva para minimizar os efeitos da oferta limitada de equipamentos de proteção individual aos trabalhadores da saúde e de equipamentos para as unidades de saúde); e,

b) De outro lado, a manutenção da política de econômica de austeridade fiscal em pleno estado de calamidade pública e de emergência sanitária, cuja demora em aumentar os recursos orçamentários do Ministério da Saúde (que ocorreu somente na primeira semana de abril, isto é, passados mais de 60 dias desde o reconhecimento pela OMS do estado de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional).

As informações da Tabela 1 evidenciam que essa situação está presente desde o início do enfrentamento dessa epidemia no Brasil, pois a alocação de recursos para uma ação orçamentária específica para esse fim no Ministério da Saúde ocorreu somente por meio da Medida Provisória 924, de 13 de março de 2020, isto é, mais de 30 dias depois do conhecimento internacional da existência do novo coronavírus. Mas, esses recursos iniciais não foram oriundos de aumento do orçamento, mas sim de remanejamento entre dotações do Ministério da Saúde e ainda estão parados (sem utilização) no orçamento cerca de 47% (ou R\$ 2,3 bilhões) – medida essa que parte da falsa premissa que o Covid-19 substituiu outras necessidades de atendimento da

saúde da população^{xiii}, conforme programação realizada ainda em 2019, antes da pandemia, e aprovada como Lei Orçamentária de 2020 pelo Congresso Nacional.

Tabela 1 – Ministério da Saúde: Ações orçamentárias com ingresso de recursos por Medida Provisória editada e aprovada

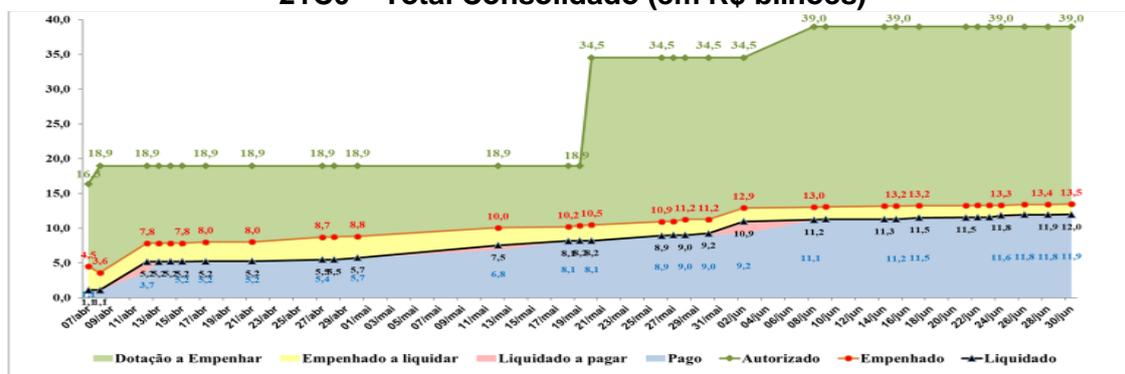
Ação / Plano Orçamentário	Autorizado		Empenhado		Liquidado		Pago	
	R\$ milhões	R\$ milhões	% do Autorizado	R\$ milhões	% do Autorizado	R\$ milhões	% do Autorizado	
Total MINISTÉRIO DA SAÚDE	39.325,8	13.800,2	35,1	11.954,7	30,4	11.864,1	30,2	
Ação 21C0 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus	38.967,5	13.462,0	34,5	11.950,7	30,7	11.864,1	30,4	
MP01 - COVID-19 - MP nº 924, de 13 de março de 2020	4.838,8	2.580,7	53,3	1.855,6	38,3	1.798,6	37,2	
CV20 - COVID-19 - MP nº 940, de 2 de abril de 2020	9.444,4	6.572,2	69,6	6.143,4	65,0	6.120,7	64,8	
CV60 - COVID-19 - MP nº 941, de 2 de abril de 2020	2.048,7	1.691,1	82,5	1.602,7	78,2	1.602,7	78,2	
CV30 - COVID-19 - MP nº 947, de 8 de abril de 2020	2.600,0	408,0	15,7	191,4	7,4	185,4	7,1	
CV70 - COVID-19 - MP nº 967, de 19 de maio de 2020	5.566,4	2.196,9	39,5	2.150,3	38,6	2.150,0	38,6	
CV40 - COVID-19 - MP nº 969, de 20 de maio de 2020	10.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
CV50 - COVID-19 - MP nº 976, de 4 de junho de 2020	4.469,2	13,1	0,3	7,4	0,2	6,7	0,1	
Ações 20TP - Ativos Cíveis da União + 212B - Benefícios aos Servidores	338,3	338,3	100,0	3,9	1,2	0,0	0,0	
CV80 - COVID-19 - MP nº 970, de 25 de maio de 2020	338,3	338,3	100,0	3,9	1,2	0,0	0,0	
Ação 212H - Manutenção de Contrato de Gestão com OS (Lei 9.637 de 15/05/1998)	20,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
CV50 - COVID-19 - MP nº 976, de 4 de junho de 2020	20,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	

Fonte: Funcia, F.; Benevides, R.; Ocke, C.; Boletim Cofin/CNS 2020/07/01 (disponível em <http://conselho.saude.gov.br/boletim-cofin>).

A situação é ainda mais grave que essa quando se constata que o incremento orçamentário autorizado por meio da Medida Provisória 969, de 20 de maio de 2020, no valor de R\$ 10,0 bilhões, passados 45 dias, não teve um centavo utilizado até 30 de junho. Quanto aos recursos da MP 976, de 04 de junho de 2020 (R\$ 4,5 bilhões), somente 0,3% foram empenhados, 0,2% liquidados e 0,1% pagos.

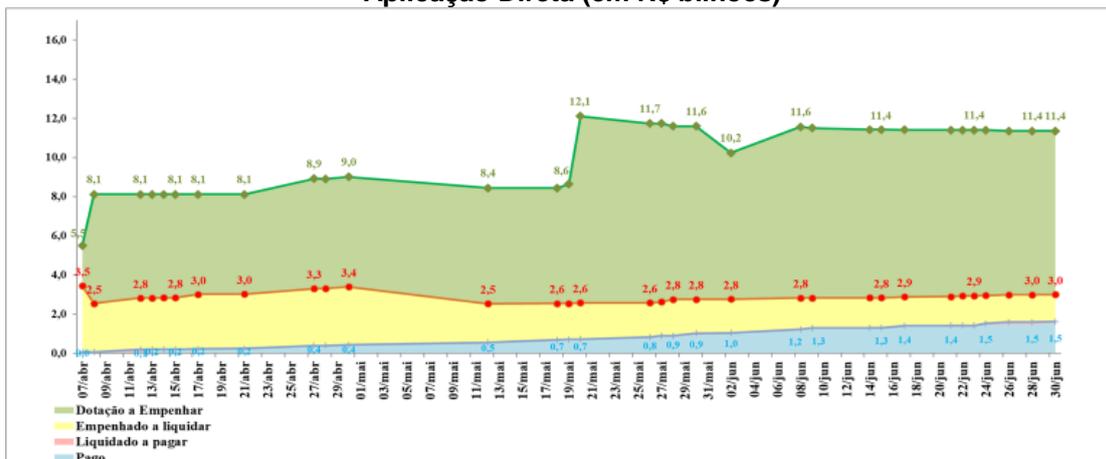
Mas, a partir dos Gráficos 1-E a 1-H, é possível concluir que essa situação de baixa execução orçamentária e financeira dos recursos da ação 21C0 (Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do coronavirus) alocados para o Ministério da Saúde (em termos consolidados ou por modalidade de aplicação) está presente desde o início de abril (quando as informações passaram a ser sistematizadas e publicadas em boletins semanais pela Comissão de Orçamento e Financiamento do Conselho Nacional de Saúde).

Gráfico 1-E – Ministério da Saúde: Execução Orçamentária e Financeira da Ação 21C0 – Total Consolidado (em R\$ bilhões)



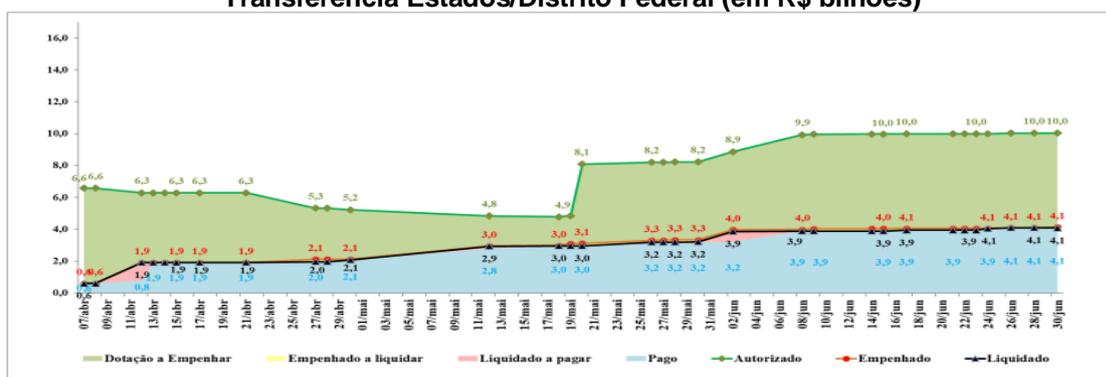
Fonte: Funcia, F.; Benevides, R.; Ocke, C.; Boletim Cofin/CNS 2020/07/01 (disponível em <http://conselho.saude.gov.br/boletim-cofin>).

Gráfico 1-F – Ministério da Saúde: Execução Orçamentária e Financeira da Ação 21C0 – Aplicação Direta (em R\$ bilhões)



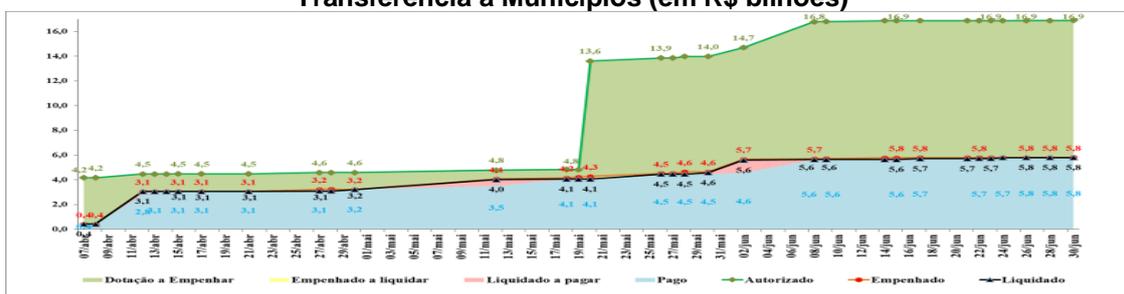
Fonte: Funcia, F.; Benevides, R.; Ocke, C.; Boletim Cofin/CNS 2020/07/01 (disponível em <http://conselho.saude.gov.br/boletim-cofin>).

Gráfico 1-F – Ministério da Saúde: Execução Orçamentária e Financeira da Ação 21C0 – Transferência Estados/Distrito Federal (em R\$ bilhões)



Fonte: Funcia, F.; Benevides, R.; Ocke, C.; Boletim Cofin/CNS 2020/07/01 (disponível em <http://conselho.saude.gov.br/boletim-cofin>).

Gráfico 1-F – Ministério da Saúde: Execução Orçamentária e Financeira da Ação 21C0 – Transferência a Municípios (em R\$ bilhões)



Fonte: Funcia, F.; Benevides, R.; Ocke, C.; Boletim Cofin/CNS 2020/07/01 (disponível em <http://conselho.saude.gov.br/boletim-cofin>).

Há uma falha grave de gestão do Ministério da Saúde na utilização (ou não utilização) desses recursos até 30 de junho, que pode indicar a combinação de falta de planejamento com outros interesses políticos (negociação para apoio parlamentar do grupo denominado “Centrão”) e econômicos (a área econômica do governo federal tem demonstrado resistência em adotar medidas emergenciais para o enfrentamento da epidemia que ampliem a dívida pública).

Em outros termos, o Ministério da saúde não tem feito a sua parte na gestão tripartite – não assumiu a coordenação nacional por meio de pactuações emergenciais na Comissão Intergestores Tripartite a serem submetidas para aprovação do Conselho Nacional de Saúde (cuja mesa diretora está mobilizada desde março), para viabilizar tanto as compras centralizadas (até para obter preços mais vantajosos e reduzir a possibilidade de fraudes) para distribuição às unidades de saúde estaduais e municipais, como para definir os valores necessários para fortalecer o financiamento do combate do Covid-19 nos Estados, Distrito Federal e Municípios. É oportuno alertar que essa função de coordenação nacional do Ministério da Saúde faz parte do processo de planejamento ascendente do SUS estabelecido pela Lei Complementar 141/2012, ou seja, está ocorrendo um explícito descumprimento da Constituição Federal e da legislação do SUS por parte do governo federal.

Essa baixa execução orçamentária e financeira significa que materiais e equipamentos não foram comprados para distribuição às unidades de saúde e aos trabalhadores do SUS nos estados e municípios, bem como que recursos financeiros não foram transferidos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, ou seja, muitas mortes poderiam ter sido evitadas, assim como muitos casos de contágio.

Se o Ministério da Saúde decidir encaminhar, nos próximos 30 dias, o que deixou de fazer de forma escalonada nos últimos 150 dias, causará um grave problema administrativo e político aos governos estaduais e municipais – nenhum deles tem estrutura para comprar (e não haverá fornecedores) emergencialmente materiais, medicamentos, kits de testagem, etc., mas todos ficarão com o desgaste político junto à população pela falta desses itens (pois, com certeza, o governo federal argumentará que “enviou os recursos”, sem explicar que isso ocorreu com um atraso injustificável).

Quais são as perspectivas para 2021?

Antes da emergência sanitária causada pelo novo coronavírus, a austeridade fiscal foi adotada a partir de meados de 2016 (principalmente após as regras da Emenda Constitucional 95/2016) para garantir o equilíbrio das contas públicas e, com isso, garantir a oferta de serviços públicos para atender às necessidades da população – não aconteceu nem uma coisa, nem outra: a dívida aumentou e a população teve redução de direitos pelas reformas trabalhista e previdenciária e redução do financiamento das políticas sociais, inclusive da saúde (que perdeu R\$ 22,5 bilhões^{xiv}). Neste ano de 2020, mesmo em pleno estado de calamidade pública por causa dessa emergência sanitária, o Governo Federal retarda tanto a alocação de recursos orçamentários para o Ministério da Saúde e outros ministérios, como apresenta uma baixa execução desses recursos até 30 de junho para o enfrentamento do Covid-19: trata-se de uma postura típica da condução da política econômica baseada na austeridade fiscal (centrada no excessivo controle de despesas). Na área da saúde, reflete a ausência do governo federal na gestão tripartite que caracteriza constitucional e legalmente o SUS.

O cenário para 2021 está desenhado pelo governo federal no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) 2021 da União: volta da âncora fiscal baseada no teto das despesas primárias estabelecido pela Emenda Constitucional 95/2016 (que foi suspenso somente em 2020). Se isso prevalecer, reduzirá consideravelmente a capacidade financiamento federal para enfrentar as consequências deixadas pela epidemia do Covid-19, especialmente:

Necessidade de medidas emergenciais para retomar a atividade econômica depois de uma queda acentuada do PIB que está ocorrendo em 2020;

- a) Adoção de políticas de proteção social para o alto índice de desemprego e de queda de renda dos trabalhadores e trabalhadoras;
- b) Aumento das cirurgias eletivas, consultas de rotinas e de exames de imagem que foram transferidos de 2020 para 2021 em conjunto com o tratamento das doenças crônicas, dentre outras;
- c) Desenvolvimento de estudos e da produção de medicamentos e vacinas para proteger a população do Covid-19.

No caso do financiamento do SUS, a retomada das regras da EC 95 resultará em perdas superiores a R\$ 30 bilhões em 2021 comparativamente a 2020, no contexto da existência de despesas extraordinárias decorrentes da emergência sanitária que estarão presentes em 2021. Esse conjunto de aspectos caracteriza que a insistência no retorno das regras da EC 95 é uma decisão inconstitucional^{xv}, cuja decisão agora está sob responsabilidade do Congresso Nacional (que pode tanto fazer emendas no PLDO 2021 da União, como propor a prorrogação do estado de calamidade pública que se encerra em 31/12/2020 e de outros atos que suspenderam os efeitos das regras da austeridade fiscal).

É preciso mudar a política econômica^{xvi} com urgência, especialmente revogar a EC 95/2016 (que, neste momento, pode ocorrer mediante a aprovação do Congresso Nacional da Proposta de Emenda Constitucional 01-D/2015, que já foi aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados, ou mediante o julgamento do Supremo Tribunal Federal das ações diretas de inconstitucionalidade referentes a essa matéria). É preciso também que outras medidas de controle das contas públicas sejam adotadas, que não se restrinjam somente ao controle das despesas primárias, mas também tratem do aumento da capacidade da arrecadação pública (tanto por meio de uma reforma tributária que desonere produção e consumo e amplie a incidência sobre patrimônio, renda e riqueza, como por meio da redução dos gastos tributários ou da renúncia de receita) nos três níveis de governo e da revisão das despesas financeiras (juros e amortização da dívida pública).

Em caráter emergencial, é necessário que o governo federal aumente seus gastos mediante formas emergenciais de financiamento que nem estados, nem municípios, têm competência constitucional para adotar – utilizar o superávit do Tesouro Nacional, emitir moeda e/ou vender títulos da dívida pública. A prioridade deve ser a garantia do direito à vida, pois sem ela não há sociedade, nem economia.

Notas:

i Em 07 de julho, segundo informação divulgada pelo Ministério da Saúde, o Brasil tinha 1.668.589 casos confirmados da doença e 66.741 mortes por coronavírus (disponível em <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/47176-coronavirus-brasil-registra-976-977-pessoas-recuperadas>).

ii ¹O Estado de São Paulo, de 18 de junho de 2020 (disponível em <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,covid-19-pazuello-adia-decisao-sobre-entregar-r-10-bi-a-gestores-do-sus-ou-centrao,70003337686> - acesso em 26/06/2020).

iii “A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi

caracterizada pela OMS como uma pandemia” (disponível em https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875 – Acesso em julho/2020).

iv O Boletim Cofin/CNS contém a execução orçamentária e financeira do Ministério da Saúde no combate ao Covid-19. Está disponível no site do Conselho Nacional de Saúde (<http://conselho.saude.gov.br/boletim-cofin>), cujo levantamento semanal e análise dos dados está sob a responsabilidade de Francisco R. Funcia (USCS e CNS), Rodrigo Benevides (IPEA) e Carlos Ocke (IPEA e ABrES) para a Comissão de Orçamento e Financiamento do Conselho Nacional de Saúde (Cofin/CNS).

v Ver Oliveira, Fabrício A. Economia e Política das Finanças Públicas no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2009.

vi Ver Santos, Lenir; Funcia, Francisco R. Histórico do financiamento do SUS: Evidências jurídico-orçamentárias do desinteresse governamental federal sobre a garantia do direito fundamental à saúde. Revista Eletrônica Domingueira da Saúde, nº 21-Maio 2020. Campinas: Instituto de Direito Sanitário, 2020. Disponível em <http://idisa.org.br/domingueira/domingueira-n-21-maio-2020> (Acesso em julho/2020).

vii Ver Marques, Rosa M.; Piola, Sérgio F.; Roa, Alejandra C. (orgs.). Sistema de Saúde no Brasil: organização e financiamento. Rio de Janeiro: Abres; Brasília: Ministério da Saúde, Departamento de Economia da Saúde, Investimento e Desenvolvimento; OPAS/OMS no Brasil, 2016.

viii Piso federal do SUS ficou congelado no valor de 2017, corrigido anualmente pela variação do IPCA/IBGE; além disso, ficou estabelecido um teto para as despesas primárias da União no valor total dos pagamentos realizados em 2016 (também atualizados anualmente pela variação do IPCA/IBGE), o que também serve de referência para a saúde – afinal, o gasto dessa política setorial faz parte de um valor global definido, de tal forma que para o Ministério da Saúde ter recursos adicionais, outras áreas perderiam recursos; o prazo de vigência dessas regras se encerrará em 2036.

ix Conceito que tem sido adotado por muitos especialistas em economia da saúde para caracterizar a perda de recursos do SUS como consequência da EC 95/2016.

x Ver Silveira, Fernando Gaiger; Noronha, Gustavo Souto de.; Funcia, Francisco R.; Ramos, Roberto Luís Olinto; Moraes, Ricardo Montes de.; Castro, Leonardo Costa de.; Noronha, José Carvalho de. Os fluxos financeiros no financiamento e no gasto em Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2020. Disponível em https://saudeamanha.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/06/PJSSaudeAmanha_Texto0043_v04.pdf (Acesso em julho/2020).

xi Ver Rasella D, Basu S, Hone T, Paes-Sousa R, Ocké-Reis CO, Millett C (2018) Child morbidity and mortality associated with alternative policy responses to the economic crisis in Brazil: A nationwide microsimulation study. PLoS Med 15(5): e1002570. <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1002570> eStuckler, D.; Basu, S. The Body Economic: Why Austerity Kills. UK: Penguin, 2013.

xii Com essa flexibilização, os recursos orçamentários dessa ação estavam totalmente disponíveis para viabilizar a imediata utilização para a realização de despesas emergenciais e extraordinárias, sem os efeitos restritivos do contingenciamento orçamentário e da limitação de pagamentos tratados por Fabíola Vieira e Sergio Piola em Implicações do Contingenciamento de Despesas do Ministério da Saúde para o Financiamento Federal do Sistema Único de Saúde (IPEA, Texto para discussão 2260, Brasília, dezembro de 2016; disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7363/1/td_2260.pdf - acesso em julho/2020).

xiii Ver Mendes, Áquilas; Ocke, Carlos; Funcia, Francisco; Benevides, Rodrigo. O SUS necessita muito mais do que aplausos, gratidão e reconhecimento tardio: precisa de mais

recursos para enfrentar o Covid-19 e para consolidar o sistema universal de saúde. Revista Eletrônica Domingueira da Saúde, nº 21-Maio 2020. Campinas: Instituto de Direito Sanitário, 2020. Disponível em <http://idisa.org.br/domingueira/domingueira-n-21-maio-2020> (Acesso em julho/2020).

xiv Ver Funcia, Francisco R.; Ocke, Carlos; Moretti, Bruno. Pra que mentir? Jornal GGN, 25/06/2020. Disponível em <https://jornalgggn.com.br/a-grande-crise/pra-que-mentir-por-francisco-r-funcia-carlos-ocke-e-bruno-moretti/> (Acesso em julho/2020).

xv Ver Graziane Pinto, Élida. Teto não se sustenta no financiamento da calamidade pública em 2021. Consultor Jurídico/Conjur, 02/06/2020. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2020-jun-02/contas-vista-teto-nao-sustenta-financiamento-calamidade-publica-2021> (acesso em julho/2020).

xvi Ver Moretti, Bruno; Ocké, Carlos; Aragão, Érika; Funcia, Francisco; Benevides, Rodrigo. Mudar a política econômica e fortalecer o SUS para evitar o caos. Carta capital, 29/03/2020. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/mudar-a-politica-econo%CC%82mica-e-fortalecer-o-sus-para-evitar-o-caos/> (Acesso em julho/2020).

Francisco R. Funcia. Economista e Mestre em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É doutorando do Programa de Pós-Graduação em Administração (na linha de pesquisa Gestão para o Desenvolvimento e Regionalidade) da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), professor do Curso de Ciências Econômicas e da Escola de Negócios da USCS e coordenador-adjunto do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS (Conjuscs), consultor técnico da Comissão de Orçamento e Financiamento do Conselho Nacional de Saúde (Cofin/CNS) e co-editor da Revista Eletrônica “Domingueira da Saúde” do Instituto de Direito Sanitário Aplicado (Idisa). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9652778910650638>

Nota Técnica

14. A NECESSIDADE DE O ESTADO AMPLIAR PROGRAMAS SOCIAIS E INVESTIMENTOS

Rita Serrano

Resumo Executivo

Em plena recessão, passando pela maior crise sanitária do século, com milhares de mortes e desemprego em números alarmantes, é dever do governo ampliar atendimentos a população e realizar investimentos. Recursos e empresas públicas são da sociedade, e especialmente na crise causada pela pandemia devem servir ao bem estar dos brasileiros

Palavras chave: Estado; gastos sociais; investimentos públicos.

Segundo dados do Codace – comitê ligado a Fundação Getúlio Vargas, dedicado a datação dos ciclos de alta e baixa economia do país – divulgados no final de junho, o Brasil entrou no primeiro trimestre em recessão econômica.

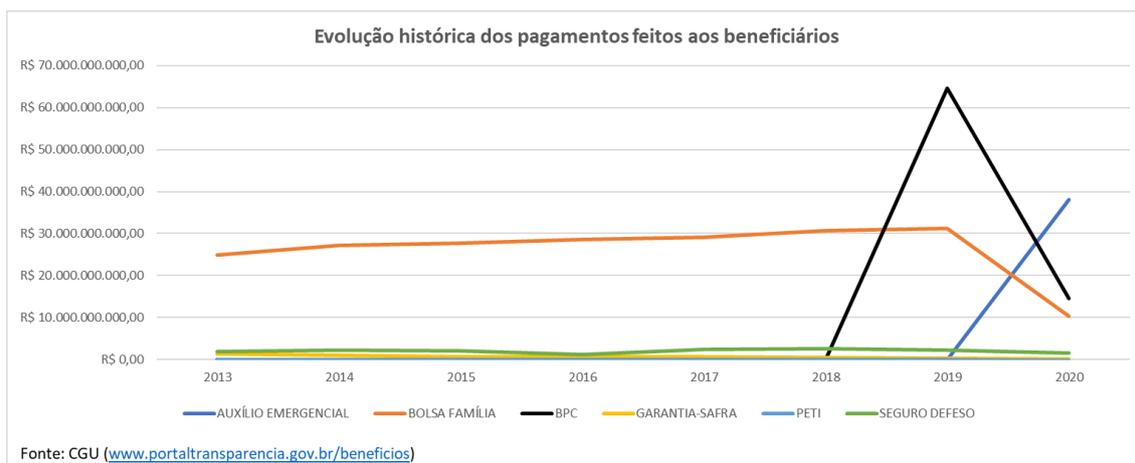
O endurecimento das restrições sanitárias em março bastou para provocar a redução de 1,5% do Produto Interno Bruto - medida da produção e da renda— no primeiro trimestre. Com o auge das quarentenas em abril, o PIB do segundo trimestre deve ter retração estimada em até 10%. Em comparação, à grave recessão de 2014-16, levou 11 trimestres para tirar 8,1% da economia; a de 1981-83, que detinha o posto de mais aguda já medida no Brasil, provocou perda de 8,5% ao longo de nove trimestres. O ritmo da retomada do comércio e da indústria é incerto como o comportamento do coronavírus. O setor de serviços, que responde por quase três quartos do PIB brasileiro e apresenta maior imunidade a crises, agora foi profundamente atingido. Diante dessa situação, é fundamental o Estado manter e ampliar os programas sociais. Exemplo é o auxílio emergencial, que foi criado para minimizar as consequências econômicas causadas pela pandemia.

Segundo dados do IBGE, a taxa de desocupação saltou para 12,9% em maio, atingindo 12,7 milhões de trabalhadores. Em três meses, 7,8 milhões de pessoas saíram da população ocupada. Pela primeira vez na história do PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – o número de pessoas ocupadas na população em idade de trabalhar chegou a 49,5% - ou seja, menos da metade. É a mais baixa ocupação desde o início da pesquisa em 2012.

Além disso, mais de 11 milhões de trabalhadores já tiveram o contrato de trabalho suspenso ou o salário reduzido, de acordo com dados do programa de Benefício de Preservação de Trabalho e Renda, do Governo Federal.

Os números da pandemia fecharam o mês de junho em patamares alarmantes. Segundo o consórcio de veículos de imprensa, até meados de junho, havia, no Brasil, mais de 60 mil mortes e 1,4 milhões de contaminados, fora os casos subnotificados.

O auxílio emergencial demorou a se concretizar, a proposta original do governo era de R\$ 200,00 por três meses. Após forte pressão social, o Congresso aprovou R\$ 600,00, sendo R\$ 1.200,00 para mulheres chefes de família. Em junho foram acrescentadas mais duas parcelas de R\$ 600,00. É pouco diante da situação. O auxílio vem preencher lacuna deixada pelo corte de investimentos nos programas sociais, como o Bolsa Família, BPC e outros. O gráfico abaixo mostra a evolução dos pagamentos entre 2013 e 2020.



Vários países adotaram modelo de renda básica emergencial, alguns inspirados pelo Bolsa Família, programa social premiado internacionalmente, mas com valores muito superiores aos brasileiros. A Espanha aprovou, no final de maio, um programa que pretende beneficiar 850 mil famílias – cerca de 2,3 milhões de pessoas, segundo cálculo do governo. Com isso, as famílias passarão a receber entre 461 e 1.100 euros por mês. Estuda-se a possibilidade de a medida se tornar permanente. Na Dinamarca, o auxílio será pago para trabalhadores da ativa, aposentados e estudantes do país, que receberão cheques isentos de impostos no valor de DKK 1000, aproximadamente R\$ 790,00 até outubro. Outros exemplos são os Estados Unidos, com 1.200 dólares; Alemanha, 5 mil euros e Canadá, 2 mil dólares.

O pagamento do auxílio emergencial começou de forma conturbada. O governo subestimou a realidade brasileira. Avaliação preliminar falava em 24 milhões de beneficiados, mas até o encerramento da inscrição do programa, em 2 de julho, já havia quase 110 milhões de pedidos, 65 milhões aprovados, 1 milhão ainda em análise e os demais rejeitados.

Outras falhas do Ministério da Cidadania impactaram na garantia do auxílio para os mais vulneráveis. Não houve alternativa de cadastramento para os 47 milhões de desconectados (IBGE), e nem opção de local para pagamento nos mais de 300 municípios que não contam com agência bancária ou lotérica.

Após cenário inicial de aglomerações na porta das agências, de demora na análise dos pedidos e de mobilização de sindicatos, imprensa, entidades e movimentos, ajustes foram feitos e mesmo com algumas falhas persistindo, o processo deixou claro que é impossível o Brasil seguir em frente sem empresas públicas da envergadura, capilaridade e expertise como as da Caixa, que, em tempo recorde, criou aplicativo, canais e poupança digital para agilizar os pagamentos.

A Dataprev, empresa que faz parte da lista de privatização do governo e sofre com a falta de investimentos em data center, fechamento de áreas e corte de pessoal, enfrentou dificuldades operacionais pela magnitude do cadastro e do tempo curto para conciliar sistemas complexos. Mesmo em situação adversa, analisou milhões de pedidos. É preciso destacar a qualidade de seu corpo técnico.

Não obstante esse cenário, e em plena crise política, em abril passado, o ministro da Economia apresentou um programa para superação da crise, intitulado “A reconstrução do Estado”. Nele, o único foco é a privatização com uma série de empresas a serem vendidas. Nada sobre geração de emprego, investimentos ou ampliação dos programas sociais.

O plano tenta caracterizar as empresas públicas como fonte de corrupção ou pouco lucrativas. “Banco do Brasil, Caixa Econômica, BNDES, Eletrobrás e a Petrobrás – que representam mais de 96% dos ativos totais e mais de 93% do patrimônio líquido das estatais federais – mantiveram a tendência de alta no lucro e fecharam 2019 com R\$ 107,86 bilhões de ganho. Esse valor representa um aumento de 56% em relação a 2018, quando a rentabilidade foi de R\$ 69,04 bilhões”.

Percebe-se uma queda expressiva da participação dos investimentos das estatais federais na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que passou de um patamar de 7,5% em 2015 para 5,2% em 2019. Essa queda acentuada, de mais de 30%, decorrente de uma política equivocada de redução da participação do Estado na economia, com certeza foi fator determinante para o inexpressivo resultado do PIB.

Além da importante participação no total de investimentos, as estatais federais brasileiras empregavam 481.850 trabalhadores próprios no 3º trimestre de 2019, número que vem caindo devido aos sucessivos incentivos à demissão realizados pelas empresas no último período.

**Investimentos realizados por Empresas Estatais Federais e o investimento total no Brasil
(em R\$ bilhões)**

Ano	Investimento realizado pelas estatais federais	Investimento Brasil (FBCF - IBGE)	Investimentos Estatais/Investimento Brasil
2012	98	997,5	9,8%
2013	113,5	1.114,9	10,2%
2014	95,6	1.148,5	8,3%
2015	80,2	1.069,4	7,5%
2016	56,4	973,3	5,8%
2017	50,4	981,8	5,1%
2018	84,8	1.080,6	7,8%
2019	58,3	1.114,4	5,2%

Fonte: SEST-Ministério do Planejamento; Contas Nacionais-IBGE.

Elaboração: Dieese/Fenae.

As estatais também são responsáveis por enviar volumosos recursos para o tesouro. O valor de dividendos distribuídos pelas estatais exclusivamente para a União também é bastante expressivo, com média de R\$ 19,3 bilhões por ano.

Dividendos entre 2000-2019*

Dividendos	R\$ 366,7 bilhões
Banco do Brasil	R\$ 55,4 bilhões
BNB	R\$ 3,2 bilhões
BNDES	R\$ 136,2 bilhões
Caixa	R\$ 65,1 bilhões
Correios	R\$ 8,3 bilhões
Eletrobrás	R\$ 18,2 bilhões
IRB	R\$ 2,9 bilhões
Petrobrás	R\$ 60,3 bilhões
Demais	R\$ 17,2 bilhões

Fonte: Tesouro Nacional. Ministério da Economia.* Números arredondados pela autora

Na prática, a privatização de estatais tende a piorar a vida das pessoas. Se o Brasil não contasse com serviços públicos, como o SUS – Sistema único de Saúde e bancos públicos, como a Caixa, para atender a população em momentos de calamidade pública, a situação, com certeza, estaria muito pior.

O país está na contramão do mundo. A discussão do pós-pandemia envolve fortes investimentos públicos, como em países da Europa e China, com oferta de crédito por instituições públicas, iniciativas de manutenção de programas de renda mínima, criação de fundos estatais e outros.

O caminho para o Brasil superar a crise passa por investimentos em habitação, infraestrutura, saneamento, em geração de emprego e renda, concessão de crédito e taxação das grandes fortunas. O inverso é o caos, a fome, a intolerância, e isso a sociedade brasileira não pode permitir. Os recursos e as empresas públicas são do Estado, do povo brasileiro, e nesse momento de guerra sanitária é necessário que estejam voltados para o bem estar dos brasileiros.

Rita Serrano. *Mestra em Administração, graduada em História e Estados Sociais, representante dos empregados eleita para o Conselho de Administração da Caixa e coordenadora do Comitê nacional em Defesa das Empresas Públicas. Autora dos livros: O desenvolvimento socioeconômico de Rio Grande da Serra (2000) e Caixa, banco dos brasileiros (2018). Coautora de “Se é público, é para todos” (2018).*

Referências Bibliográficas

Coppetti, M. F. (03 de 06 de 2020). Perversidade no cumprimento do auxílio emergencial. Fonte: revista teoria e Debate: <https://teoriaedebate.org.br/2020/06/03/perversidade-no-cumprimento-do-auxilio-emergencial/>

Economia, T. N.-M. (06 de 2020). Dividendos das Estatais.

Estatística, I. -I. (05 de 2020). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua.

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/06/18/pos-pandemia-pacote-economico-na-dinamarca-preve-pagamento-de-r-16-mil-a-cada-cidadao-do-pais.ghtm>. (18 de 06 de 2020). Pós Pandemia e pacote econômico na Dinamarca.

<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/07/01/brasil-passa-de-60-mil-mortos-por-coronavirus-aponta-consorcio-de-imprensa.htm>. (01 de 07 de 2020). Brasil passa dos 60 mil mortes.

Infomoney. (25 de 03 de 2020). Veja medidas políticas e econômicas de países em resposta à pandemia do coronavírus. Fonte: Infomoney: <https://www.infomoney.com.br/economia/veja-medidas-politicas-e-economicas-de-paises-em-resposta-a-pandemia-do-coronavirus/>

Pública, P. d. (06 de 2020). Portal da Transparência divulga lista de beneficiários do Auxílio Emergencial.

Serrano, m. R. (09 de 2019). Empresas Públicas: Mitos e fatos. Publicado pela Carta de Conjuntura da USCS - Universidade de São Caetano do Sul | nº 09 | set. 2019 .

Vargas, F. -F. (26 de 06 de 26). Comunicado de Datação de Ciclos Mensais Brasileiros – Jun/2020 – CODACE.

www.portatransparenciapublica.gov.br/beneficios. (20 de junho de 2020). Dados sobre os Benefícios sociais.

www.uol.com.br. (01 de 07 de 2020). Brasil passa de 60 mil mortes por coronavirus-aponta-consorcio-de-imprensa.

Nota Técnica

15. A COOPERAÇÃO REGIONAL NO BRASIL PÓS-ISOLAMENTO: POR UM NOVO PACTO TERRITORIALIZADO E PELO PROTAGONISMO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Filipe Rubim de Castro Souza

Resumo Executivo

O pacto federativo promovido pela constituição de 1988 e o processo de descentralização político-administrativo ocorrido a partir de sua promulgação é marcado pela contraposição entre centralismo autoritário e regionalismo oligárquico, culminando num modelo predatório e não-cooperativo de relação intergovernamental, tanto vertical como horizontal, sobretudo em nível municipal. Tal fenômeno aparece de maneira potencializada durante a crise da COVID-19, explicitando a fragilidade da governança multinível e da cooperação intermunicipal no regime democrático brasileiro. Como resposta à situação de pandemia, o fortalecimento institucional de consórcios municipais é condição fundamental para a ampliação das capacidades estatais e para o combate ao jogo de soma zero na implantação de políticas públicas em nível regional – tendo no Consórcio Intermunicipal Grande ABC um caso paradigmático decisivo.

Palavras-chave: COVID-19; federalismo; consórcios públicos.

A crise do COVID-19 – que ao fim de maio de 2020 já havia infectado, de acordo com dados oficiais do Ministério da Saúde, quase 500 mil brasileiros e levado à morte aproximadamente 30 mil pessoas no território nacional – tem suscitado em seus aspectos sanitários, de saúde pública, fiscal e institucional uma questão controversa na democracia brasileira: o pacto federativo e a coordenação vertical e horizontal na formação de agendas, formulação, tomada de decisão e implementação de políticas públicas, bem como de governança regional.

As políticas públicas implementadas mostraram-se, de modo geral, fruto da ausência de convergências entre governo federal e entes subnacionais, com dificuldades de negociação, articulação, cooperação e coordenação, com visíveis prejuízos a sua execução. Ademais, ficou escancarada a fragilidade fiscal, orçamentária e técnica de municípios diante das demandas de combate ao vírus SARS-COV2, situação em que a governança regional consorciada de políticas públicas coloca-se como possibilidade de fortalecimento técnico-institucional, de modo a dar uma resposta mais eficaz durante a pandemia e no pós-isolamento social.

Por um novo pacto territorializado

Apesar de ter sofrido diversas transformações e adaptações desde sua implantação, o sistema federativo brasileiro não tem conseguido dar conta da disputa de poder oriunda da colonização entre um governo central autoritário e os interesses de oligarquias regionais. Diversas são as quedas de braço com esse caráter que marcaram a história do Brasil enquanto colônia, império ou república, dentre as quais são mais representativas revoltas locais, algumas delas, inclusive, com objetivos separatistas.

Após a redemocratização do Brasil, a descentralização, compreendida como transferência de poder decisório aos entes locais, foi vista como fenômeno positivo na repactuação da distribuição de poder e tomada de decisão principalmente por ser considerada: (a) pela ala progressista a sociedade, uma possibilidade de tornar o governo mais acessível ao cidadão, aumentando a participação direta e o controle e responsabilização social; e (b) pelos grupos de viés neoliberal, um processo de modernização gerencial da gestão pública, possibilitando o incremento da eficiência do governo local, além de agente diminuidor da máquina estatal e do déficit público (ROCHA E FARIA, 2004).

Ao mesmo tempo, a descentralização ocorreu em paralelo a uma intensa metropolização do país, tanto em número de habitantes e organizações administrativas como nos problemas sociais. Contudo, a estrutura financeira e político-jurídica instituída pela Constituição de 1988 praticamente ignorou tal questão ao: estabelecer um sistema de redistribuição tributária entre os entes federativos que, de certa forma, incentiva a criação de pequenos municípios; e enfraquecer o papel institucional desempenhado anteriormente pelas regiões metropolitanas durante o regime militar (ABRUCIO, 2005).

Com a retomada neoliberal na esfera internacional durante a década de 1990, a descentralização e o aumento do protagonismo dos governos municipais constituíram-se como princípios hegemônicos nos processos de reforma no setor público. A combinação entre demandas por descentralização e a crise do modelo de intervenção estatal cunharam um “novo federalismo” que se transformou em consenso virtual, sendo empregado tanto por governos conservadores quanto por aqueles socialdemocratas. É possível observar que, a partir da década de 1980, a articulação e a coordenação de ações entre os diversos níveis de governos federativos têm-se difundido no mundo, acarretadas principalmente por esse processo generalizado de descentralização de atribuições, inclusive em países com histórico de políticas centralizadoras (ROLNIK E SOMEKH, 2000; ABRUCIO E SOARES, 2001). A maior autonomia política não foi acompanhada, entretanto, pelo incentivo ao fortalecimento das relações cooperativas entre entes federativos.

No Brasil, o novo federalismo representou, além da política descentralizadora, a criação de um modelo predatório e não-cooperativo de relações intergovernamentais, predominando o componente estadualizado (ABRUCIO E SOARES, 2001). O governo federal acabou, depois da Constituinte, por se afastar da ação na temática da gestão metropolitana, delegando-a à esfera estadual, que passou a gerenciar a criação e organização de regiões metropolitanas. As estruturas de gestão implantadas pelos estados nas regiões metropolitanas limitam-se, todavia, à mera função de planejamento, esbarrando na falta de capacidade de executar ações que atendam os interesses comuns.

A organização federativa sobre estes moldes, na prática, semeou o “municipalismo autárquico” e a guerra fiscal e contribuiu ainda com um vácuo institucional na questão regional emetropolitana, pela falta de avanço dos governos estaduais e do recuo do governo federal (KLINK, 2009; KLINK, 2010). O municipalismo autárquico, termo cunhado por Celso Daniel, designa a difusão da ideia errônea, do ponto de vista micro e macrorregional, de que as prefeituras seriam capazes de resolver por si mesmas todas as necessidades de ação coordenada colocadas a suas populações. Nessa corrente, os prefeitos tornam-se os protagonistas da relação intergovernamental, defendendo suas cidades como unidades legítimas e separadas das demais. Prevalece, portanto, a competição por verbas públicas e investimentos privados, em detrimento da cooperação e coordenação federativa (ABRUCIO, 2005).

Rolnik e Somekh (2000) chamam a atenção para o que denominam de efeitos perversos da competição entre cidades, causados pelo sentimento individualista que pode se tornar excessivo e destrutivo entre localidades e regiões. Por outro lado, segundo as autoras, é possível superar este problema por meio do investimento em redes cooperativas e solidárias entre cidades, buscando a solução de problemas comuns. É possível aliar cooperação à complementaridade proporcionada por uma divisão do trabalho, a qual é capaz de, segundo as autoras, reforçar a multiplicidade de identidades sublocais, baseando-se no fortalecimento da instância regional.

Faz-se, portanto, necessário—e mais do que nunca no horizonte que se apresenta mediante a superação da pandemia de COVID-19 – avançar no debate acerca da descentralização e do reescalonamento do Estado em um país desigual como o Brasil. De acordo com Brandão (2011), é fundamental a pesquisa neste campo com o intuito de compreender mais profundamente a “capacidade do Estado brasileiro e de sua institucionalidade de definir políticas, explicitando sua territorialidade e seus centros de decisão presentes em várias escalas e instâncias” (p. 135). Neste sentido, o autor fundamenta-se em Brenner (2004) para afirmar que é preciso “ampliar a interpretação da ação estatal para além do aparelho do Estado [...], o que compreende conjunto de relações sociais distintivas incorporadas ou expressas através das instituições do Estado” (Brenner *apud* Brandão, p. 135).

A experiência brasileira mais recente demonstra o surgimento de inovações institucionais como consórcios intermunicipais e articulações em torno de bacias hidrográficas, agências de desenvolvimento, entre outros, que podem representar um avanço desde que enalteçam o “projeto”, ou seja, bons projetos em uma “visão sistêmica, inclusive territorial, pelo menos supralocal e microrregional” (BRANDÃO, 2011, p. 124). Para caminhar neste sentido, o primordial é “construir táticas e estratégias que envolvam um processo delicado de aprendizado conflituoso que irá requerer o resgate da lógica do projeto e das ações planejadas” (BRANDÃO, 2011, p. 127). Com este fim, as ações políticas devem ser mais ágeis, sistemáticas e direcionadas para um nível multiescalar. Além disso, requer a repactuação de forças e uma contratualização dos compromissos, ou seja, a articulação de um novo pacto para o desenvolvimento com viés de longo prazo e caráter territorializado.

Pelo protagonismo dos consórcios públicos nas políticas públicas

Neste sentido, a situação pandêmica potencializa a necessidade de analisar o território e às implicações a ele inerentes não sob o aspecto da jurisdição municipal, mas pela demanda social da política pública, assentada por uma matriz de projetos (sobretudo regional). Com isto, torna-se fundamental no pós-isolamento social favorecer a otimização de recursos em um contexto de arrocho fiscal, com municípios à bancarrota, e o fortalecimento das capacidades locais e regionais. A prioridade deve ser o entrelaçamento das políticas públicas promovidas entre os diferentes níveis da federação, de modo cooperativo, articulado e coordenado, no território.

Fica evidente (ou até mesmo potencializada) na situação de crise a dificuldade do federalismo brasileiro de combinar autonomia e interdependência. Tal equilíbrio em países federativos com maiores desigualdades regionais tende a ser de largada mais complexo (GRIN, 2019). O desafio da cooperação intergovernamental regional, de acordo com GRIN (2019), reside justamente em superar o enfoque administrativo na concepção e implantação de programas, tornando-as processos mais cooperativos, sobretudo ao lidar com desigualdades e heterogeneidades regionais. Nesse contexto, os consórcios públicos aparecem como oportunidade de fortalecimento institucional de

instâncias de priorização de projeção regional, sobretudo pela existência de um marco legal, a Lei 11.107/2005, regulamentada pelo Decreto 6.017/2007.

Municípios têm buscado consórcios públicos como solução ao vácuo institucional no aspecto da cooperação e governança regional, ao ponto de, em 2015, pelo menos 2/3 dos municípios brasileiros pertencerem a algum consórcio. Os principais objetivos das associações consorciadas estão ligados ao aumento de suas capacidades; à eficiência econômico-financeira; à ação coletiva focada em soluções que seriam inacessíveis aos municípios de forma individualizada; ao aumento do poder de negociação com os entes estadual e federal; e ao aprendizado e sustentabilidade institucional, impulsionados majoritariamente por quatro aspectos (GRIN, 2019):

- a) Formais: características jurídicas, organizativas e gerenciais, como estabilidade de contratos, criação de estruturas supramunicipais e qualificação na ação coletiva dos municípios;
- b) Econômicos: otimização e eficiência da utilização dos recursos;
- c) Políticos: cooperação e coordenação intergovernamental, processo de controle social, cooperação federativa consorciada e redução do comportamento “autárquico”;
- d) Técnicos: ampliação da gestão e de mecanismos de planejamento regional.

Se, de um lado, boa parte dos municípios é parte integrante de algum ente consorciado, nem sempre este engajamento direto desdobra-se de forma efetiva, sobretudo numa situação de crise que requer agilidade e articulação transescalar entre os entes federativos. Numa sondagem com 324 municípios paulistas apresentada em 24/04/2020 pela Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) do governo do estado de São Paulo, a fim de compreender as principais ações e as dificuldades no enfrentamento à pandemia, quase 77% das 323 prefeituras respondentes desconhecia qualquer ação em nível regional ou consorciada com esta finalidade.

Existem, contudo, exemplos de ação coletiva regional nos aspectos supracitados, como é o caso do próprio Consórcio Intermunicipal Grande ABC, cujo secretário executivo Edgard Brandão Jr. escreveu para a edição anterior desta Carta de Conjuntura relatando as medidas realizadas pela instituição diante da pandemia. A decisão mais importante, certamente, foi a aprovação da aquisição pelo Consórcio de 1 milhão de testes, a serem distribuídos de forma proporcional com base na população de cada município, além da compra de equipamentos de proteção individual (EPI) para servidores da saúde (BRANDÃO Jr., 2020). Obviamente, de modo individualizado as cidades da região, principalmente as menores, teriam poder financeiro e de negociação diminuído frente a fornecedores destes equipamentos neste tipo de transação, ainda mais em época de elevada demanda.

Situação em que o protagonismo de consórcios públicos deverá ser levado a cabo no pós-isolamento é a chamada reabertura da atividade econômica, com base em protocolos de segurança e de modo a contemplar os setores econômicos regionais. Com cadeias de valor compostas cada vez mais por redes produtivas globais baseadas em “mundos regionais de produção”, torna-se imperativo moldar as instituições de modo a promover a reterritorialização do desenvolvimento econômico frente à nova realidade. Neste sentido, o Consórcio Intermunicipal Grande ABC conectou-se com entidades representativas do Grande ABC – associações comerciais, industriais e sindicatos – a fim de dialogar sobre alternativas para reabertura gradual

das atividades econômicas, as quais serão submetidas ao Grupo de Trabalho Saúde, que reúne os secretários de saúde dos sete municípios consorciados.

Além disso, por iniciativa da Universidade Federal do ABC, em conjunto com outras cinco instituições de ensino e pesquisa de importância reconhecida na região—FEI, FMABC, Fundação Santo André, Instituto Mauá e USCS— foram iniciadas tratativas com o Consórcio, a Agência de Desenvolvimento do ABC e Vigilância Sanitária do Estado e dos municípios, cuja uma das frentes aborda, para além de prioridades de saúde pública, a “discussão dos impactos políticos, econômicos, sociais e ambientais na pandemia e no pós-pandemia” (PASSARELLI, 2020, p. 16).

No pós-isolamento social do COVID-19, o fortalecimento técnico-institucional de consórcios públicos, tendo como um possível caso paradigmático no Consórcio ABC(até por seu papel central na trajetória da associação consorciada de municípios no Brasil), coloca-se como alternativa para uma bem-sucedida coordenação vertical e horizontal de políticas públicas e cooperação com foco na governança regional de problemas comuns a diversos municípios. Evidentemente, a realidade dos consórcios públicos no Brasil é muito heterogênea, sobretudo pelas desigualdades regionais existentes no território brasileiro. O momento de enfrentamento da pandemia demanda, portanto, um aprofundamento da agenda de pesquisa no tema e um esforço coletivo coordenado entre atores públicos e privados, a fim de evidenciar forças e fraquezas, oportunidades e ameaças.

É mister direcionar tal agenda para identificar eventuais modelos político-institucionais de atuação consorciada, parâmetros jurídico-organizacionais, fontes de financiamento alternativas, ferramentas de controle social e transparência e espaços de engajamento da governança regional e de interlocução federativa, no intuito de favorecer a cooperação regional e fortalecer as capacidades locais e regionais diante da complexidades dos desafios que se apresentam. Trata-se da necessidade de um “novo normal” também para o combate ao autarquismo municipal e ao jogo de soma zero na cooperação regional, no qual as instituições sejam capazes de contemplar os aprendizados territoriais existentes nesses recém-completados 15 anos da Lei de Consórcios Públicos e, especialmente, durante a presente crise sanitária.

Filipe R. C. Souza. Consultor de Políticas Públicas no SEBRAE e professor convidado na FESP-SP. Mestre em Planejamento e Gestão do Território pela Universidade Federal do ABC (2018), pós-graduado em Gestão de Pequenos Negócios pela Fundação Getúlio Vargas (2015) e em Economia Urbana e Gestão Pública pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2013), graduado em Jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo (2008).

Referências Bibliográficas

ABRUCIO, L. F.; SYDOW, C.T. Federalismo e governança multinível em regiões metropolitanas: o caso brasileiro. In: CARNEIRO, J.M.B.; FREY, K. (org.). Governança multinível e desenvolvimento regional sustentável: experiências do Brasil e da Alemanha. 1. Ed. São Paulo: Oficina Municipal, 2018, p. 47-68.

_____. A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. Rev. Sociol. Política, [s.l.], n. 24, p. 41-67, jun. 2005.

_____. SOARES, M. M. Redes federativas no Brasil: Cooperação intermunicipal no Grande ABC. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, Série Pesquisas, 2001, n. 24.

BRANDÃO, C.A. Descentralização enquanto modo de ordenamento espacial do poder e de reescalonamento territorial do Estado: trajetória e desafios para o Brasil. In: DALLABRIDA, V. R. (ed.). Governança territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais. Rio de Janeiro: Garamond, 2011, p. 115-153.

BRANDÃO Jr., E. Consórcio intermunicipal Grande ABC e ações frente ao coronavírus. 12ª Carta de Conjuntura USCS, abril 2020, p. 208-209.

DANIEL, C. Autonomia municipal e as relações com os estados e a União. In: HOFMEISTER, W.; CARNEIRO, J. M. B. (org.). Federalismo na Alemanha e no Brasil. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001, p. 203-213.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria de Desenvolvimento Regional. Parcerias Municipais: iniciativas para enfrentamento da Pandemia causada pelo COVID-19. São Paulo, 2020.

GRIN, E. J. Federalismo, governança e cooperação intermunicipal no Brasil: um balanço da literatura. In: CARNEIRO, J.M.B.; BRITO, E.S. (org.). Consórcios Intermunicipais e Políticas Públicas Regionais. 1. Ed. São Paulo: Oficina Municipal, 2019, p. 37-54.

KLINK, J.J. A cidade-região: regionalismo e reestruturação no grande ABC paulista. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. Novas governanças para áreas metropolitanas: o panorama internacional e as perspectivas para o caso brasileiro. Cadernos Metrôpole, São Paulo, v.11, n. 22, p. 415-433, jul/dez 2009.

_____. O novo regionalismo à maneira do ABC: em busca de uma economia regional de aprendizagem. CEBRAP: Cadernos de Pesquisa, n. 8, março 2003.

_____. Regionalismo e reestruturação urbana: uma perspectiva brasileira de governança metropolitana. Revista eletrônica da PUCRS, Educação, Porto Alegre, v.32, n.2, p.217-226, maio/agosto 2009.

PASSARELLI, S.H. O enfrentamento da COVID-19 no ABC Paulista. Diálogos Socioambientais na Macrometrôpole Paulista n.5 – Dossiê COVID-19, maio/2020, p. 15-16.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Ministério da Saúde. Painel Coronavírus. Acesso em 16/05/2020. Disponível pelo endereço: <https://COVID.saude.gov.br/>

ROCHA, C.V.; FARIA, C.A.P. Cooperação intermunicipal, reterritorialização da gestão pública e provisão de bens e serviços no Brasil contemporâneo: a experiência dos Consórcios de Saúde de Minas Gerais. Cadernos Metrôpole, n. 11, p. 73-105, 1º sem. 2004.

ROLNIK, R.; SOMEKH, N. Governar as Metrôpoles: dilemas da recentralização. São Paulo Perspec. São Paulo, v. 14, n. 4, outubro de 2000.

Nota Técnica

16. CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC E AS AÇÕES FRENTE À CRISE DO CORONAVIRUS

Edgard Brandão Jr

Resumo executivo

A nota técnica atualiza as ações do Consórcio Intermunicipal Grande ABC frente à crise do Coronavírus. O sistema de trabalho em home office; o enquadramento do Grande ABC na reabertura das atividades econômicas; a compra de EPIs Equipamentos de Proteção Individual para os servidores do Sistema de Saúde Pública dos sete municípios, para enfrentamento do COVID-19; O lançamento de uma plataforma de aplicativo denominada COVIData, em parceria com a Universidade Federal do ABC são algumas dessas ações.

Palavras-chave: Consórcio Intermunicipal Grande ABC; Crise do Covid-19; políticas públicas.

O Consórcio Intermunicipal Grande ABC, aprovou, em Reunião de Diretoria, no dia 16 de Março, passar a trabalhar no sistema de “home office” durante a quarentena. Tratava-se então do primeiro órgão público do País a adotar essa medida. O objetivo é atender as sugestões do GT Saúde do Consórcio Intermunicipal, formado pelos Secretários de Saúde das cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Essa medida foi referendada, por unanimidade, por todos os Prefeitos, na Assembleia Geral Ordinária de 18 de Março de 2020, liderada pelo Presidente Prefeito de Rio Grande da Serra Gabriel Maranhão.

Sistema home office x videoconferência

Nos 107 dias dessa prática, realizamos 176 videoconferências. Entre as quais: com os Prefeitos em Assembléias Extraordinárias (20); Secretários de Saúde; Secretários de Ação Social; Secretários de Finanças; Secretários de Educação; Secretários de Meio Ambiente; Secretários de Segurança; PROCON-SP; integrantes da Frente Nacional dos Prefeitos com a participação de integrantes de todo o País.

Foram diversas videoconferências com os Diretores, Coordenadores de Programas e Assessores das áreas Jurídica, Administrativa e da Secretaria Executiva.

Realizamos varias reuniões com Secretários de Estado e com Secretários de Ministérios, em especial para as questões da Pandemia e da retomada da Economia.

A medida mais significativa foi a sugestão de tratarmos a relação da Região Metropolitana com o Sistema SUS, por meio das RRAS, que são as Diretorias de Saúde, sistema em uso desde 2010. Isso possibilitou a melhora no Sistema de Saúde com destinação de leitos para tratamento do COVID 19 e disponibilidade de UTIs e Leitos de Enfermarias. Permitiu também a inclusão da região na Fase 3 Amarela, o que foi anunciado pelo governador em 26 de junho, situação muito esperada para o início da retomada econômica na Região com uma maior flexibilização de atividades.

Veja-se a seguir a nota oficial emitida pelo Consórcio Intermunicipal Grande ABC a respeito:

“O Grande ABC avança para fase 3 do Plano São Paulo

O Governo do Estado de São Paulo reclassificou, nesta sexta-feira (26/06), o Grande ABC no Plano São Paulo, que trata da reabertura gradual da economia.

O Consórcio Intermunicipal Grande ABC recebe com satisfação o avanço da região, fruto do trabalho conjunto realizado pelas prefeituras de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra para ampliar o número de leitos reservados ao novo coronavírus (Covid-19) e de testes, assim como a compra de aproximadamente 14 milhões de equipamentos de proteção individual (EPIs) e de limpeza para as equipes de saúde dos sete municípios.

Com a reclassificação, o Grande ABC passa da fase 2 (faixa laranja, de controle), que permite eventuais liberações, para a fase 3 (amarela, de flexibilização), com maior liberação de atividades, a partir de 06 de Julho de 2020.

Os prefeitos das sete cidades reconhecem que o avanço reflete a efetividade das ações conjuntas na região, mas apontam a necessidade de se manter a cautela e de acompanhar os números nos próximos dias para não haver nenhum retrocesso.

Desde o início da pandemia, o entendimento das sete prefeituras é que a região deve seguir as mesmas diretrizes da cidade de São Paulo, devido à proximidade da região com a metrópole. Desta forma, assim como a capital, os sete municípios iniciarão estudos de protocolos para essas novas flexibilizações e farão uma avaliação na próxima sexta-feira (03/07).

As prefeituras do Grande ABC reiteram que a população deve continuar colaborando com o isolamento social e protocolos de higiene, saindo de casa somente se for estritamente necessário, para mitigar os danos da contaminação pelo novo coronavírus”.

Os Prefeitos de forma uníssona promulgaram decretos de normatização de atividades uniformizando ações comuns nos sete municípios, adaptando os decretos com base na legislação federal e estadual.

Outra decisão importante, já se antecipando ao Governo Federal, foi aprovar a compra pelo CIGABC de 14 milhões de EPIs Equipamentos de Proteção Individual para os servidores do Sistema de Saúde Pública dos sete municípios, para enfrentamento do COVID-19.

A aprovação pelos Prefeitos do documento elaborado pela Secretaria Executiva encaminhando ao Ministério da Saúde e à Secretaria de Saúde Estadual resultou na normalização do abastecimento dos sete Municípios das Vacinas tipo H1N. Isto para, de forma prioritária, realizar a vacinação de 420 mil idosos e cerca de 30 mil servidores das áreas de saúde da Região do Grande ABC

Parceria do Consórcio Intermunicipal Grande ABC com universidades e empresas

O lançamento de uma plataforma de aplicativo denominada COVIData, em parceria com a Universidade Federal ABC, permite que as pessoas com simples acesso em qualquer rede social consiga saber se tem suspeita de ter contraído o COVID 19 e, se,

confirmada a suspeita, já tem a orientação para procurar uma Unidade de Saúde mais próxima de onde foi o acesso à plataforma.

O desenvolvimento de AMBUZADORES (respiradores mecânicos) em parceria com a Mercedes Benz, Instituto de Tecnologia da Mauá em fase final de aprovação na ANVISA, foi outra parceria com o Consórcio.

A fabricação de 400 mil máscaras com doação de materiais pela BRASKEM e fabricação pela General Motors também merece destaque. A parceria contou com a intermediação do Consórcio.

Outra decisão foi a implantação em sistema Drive Thru para recebimento de doações de alimentos e produtos de limpeza. O sistema já ultrapassou 11 toneladas desde a implantação, com a destinação de cestas básicas contendo alimentos e materiais de higiene e limpeza, para enfrentamento da pandemia causada pelo CORONAVÍRUS. Já foram identificados na Região do Grande ABC cerca de 80 mil pessoas em situação vulnerável, número esse que deve aumentar nos próximos meses pelas questões econômicas que resultaram pela pandemia em todo o País, com a integração na Faixa de Vulnerabilidade de pessoas não inscritas no Cad-Único, como motoristas de táxi e de outras operadoras, ambulantes, artesões, prestadores de serviços, de profissionais liberais, moradores de rua, catadores de lixo individual ou cooperados, comerciantes de uma forma geral, em especial os de bairros na periferia das cidades, domésticas que deixaram seus empregos para cuidar de seus filhos e até de pais que se encontram da faixa de risco pela idade e por ser portador de comorbidade.

Empresas da região e escolas particulares (iniciativa dos alunos) estão colaborando na doação de alimentos e materiais de higiene e limpeza, ou mesmo insumos que serão entregues nos diversos postos de arrecadação de cada cidade. A distribuição do recebido em doação é definida pelos Secretários de Assistência Social dos sete municípios.

Registre-se por fim que os sete prefeitos do Grande ABC estão muito unidos por conta da Pandemia e se preparam para deixar a Região do Grande ABC como um dos melhores sistemas de saúde do Estado.

Edgard Brandão Jr. Secretário Executivo do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.

Nota Técnica

17. CIDADES PÓS-COVID: RECOMENDAÇÕES PARA O GRANDE ABC

Enio Moro Junior

Resumo Executivo

A partir de um evento universitário de pequenas palestras proferidas por especialistas nas áreas de arquitetura, arte, comunidade, urbanismo e sustentabilidade, com o objetivo de construir um painel sobre cenários possíveis pós-pandemia, identificamos que, apesar dos inúmeros desafios, há inúmeras oportunidades de aprendermos e avançarmos sobre essas questões no Grande ABC.

Palavras-chave: urbanismo, arquitetura, cidade, crise do coronavírus

O curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) promoveu, entre os dias 11 e 15 de maio de 2020, das 18h45 às 19h15, um ciclo de pequenas palestras com transmissão remota e aberto à comunidade. Nestas palestras, convidamos cinco especialistas nas áreas de Arquitetura, Arte, Comunidade, Urbanismo e Sustentabilidade para discutirem o tema “1/2 Hora Para Um Mundo Inteiro - Cidades Pós-Covid”.

Neste momento, estávamos a cerca de 60 dias do início do arremedo das políticas de isolamento social propostas, com várias vozes destoantes em distintos níveis de governo e uma série de ações para desacreditar essa quase unanimidade clínica: o necessário confinamento para a redução dos índices de contágio do novo coronavírus. A Universidade, cumprindo seu papel, trouxe-nos a partir deste evento, um importante painel para a discussão dos cenários possíveis para o retorno pós-pandemia, com a participação do Arq. Marcos Gavião (Arquitetura), Artista e Professor Vitor Mizael (Arte), Arquiteto e Professor Celso Sampaio (Comunidade), Urbanista e Professor João Whitaker (Urbanismo) e Bióloga e Professora Marta Marcondes (Sustentabilidade).

CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO USCS

1/2 Hora Para Um Mundo Inteiro Cidades Pós Covid

SEGUNDA - MARCOS GAVIÃO, ARQUITETO

TERÇA - VITOR MIZAEI, ARTISTA E PROFESSOR

QUARTA - CELSO SAMPAIO, ARQUITETO E PROFESSOR

QUINTA - JOÃO WHITAKER, ARQUITETO E PROFESSOR

SEXTA - MARTA MARCONDES, BIOLOGA E PROFESSORA

DE 11 A 15 DE MAIO
DAS 18H45 ÀS 19H15

Acesse o link no seu Gmail/USCS



Arte: Acadêmica Najlla Abdel Latif.

A palestra inicial sobre o tema “Arquitetura” foi proferida pelo Arq. Marcos Gavião, um dos expoentes contemporâneos da arquitetura paulista. Em seu discurso ele nos apresentou algumas de suas propostas inovadoras e já executadas na área de edifícios na área central de São Paulo, que poderiam se adequar à situações muito semelhantes no Grande ABC.

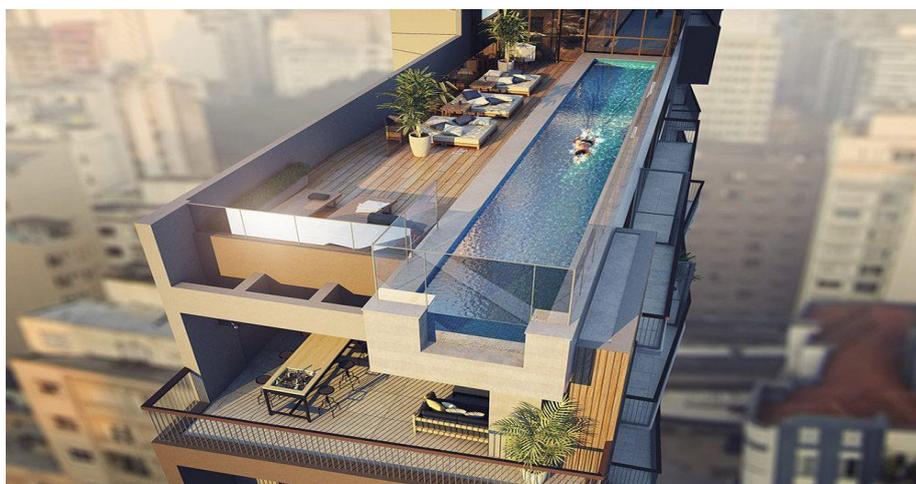
As regiões centrais das grandes metrópoles são áreas com especial atenção ao enfrentamento do contágio do novo coronavírus, pois a maneira que as cidades da nossa região metropolitana se estruturam, com centros vigorosos que articulam comércio, mobilidade, e serviços, o foco para disseminação da pandemia é extremamente favorável: concentração de pessoas, ônibus lotados e praticamente nenhum distanciamento social; ou seja, aglomeração e circulação de pessoas são potencialmente poderosas para amplificar a pandemia.

Ele nos apresentou alguns projetos que certamente deveriam ser estudados como modelos arquitetônicos para minimização do contágio, pois organizou as questões de circulação e trabalho, de modo que as pessoas possam desenvolver suas atividades em seus próprios locais de moradia. Enfim, ampliou o conceito de “home office”.

O palestrante possui plena consciência que a solução apresentada não é universalista, pois boa parte do trabalho humano não pode ser realizada em casa, mas para aqueles que se adequem, sua solução de espaços integrados é uma das mais eficazes já vistas.

Em seus projetos ele permite que pequenos apartamentos tenham duas entradas independentes, de modo que exista um pequeno escritório ou espaço laboral em uma das entradas. Esta proposta se contrapõe ao que conhecíamos até então: duas entradas independentes sintetizadas em uma entrada principal e uma entrada de serviço. Este ranço escravocrata, que inebria nossa elite e classe média como modelo de projeto de apartamento, teve a ordem subvertida por Marcos Gavião, que propõe a redução da área de serviço dos apartamentos com sua devida adequação em um pequeno escritório; em tempo, boa parte das casas operárias inglesas nunca teve área de serviço. Nos projetos populares contemporâneos, a lavadora/secadora fica no próprio banheiro ou em espaços compartilhados no próprio conjunto.

Outra inovação que trouxe é que seus edifícios são multifuncionais, ou seja, agregam residência, comércio e serviços, possibilitando aos seus moradores uma significativa diminuição de deslocamentos; soluções simples, mas muito eficazes que confirmam que a Arquitetura pode e deve se modificar em um cenário pós-pandêmico. Como exemplo, localizado no Largo do Arouche, em São Paulo, o Edifício BK 30 mescla atividades de lazer, moradia, trabalho, espaços coletivos, lavanderia coletiva, entre outros.

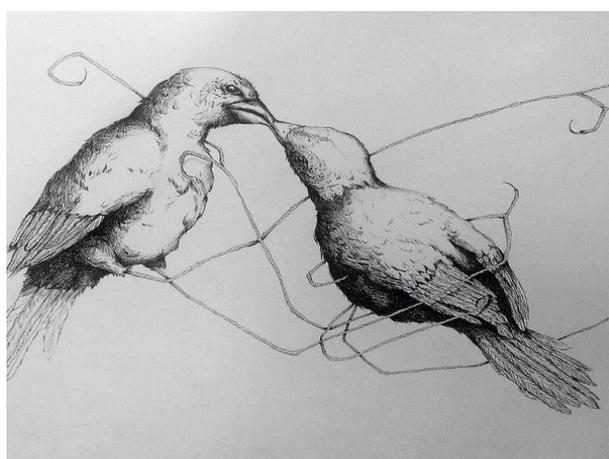


Edifício BK 30; Fonte: <http://marcosgaviao.com.br/bk30-largo-do-arouche/> , visitado em 03/07/20.

A palestra do dia seguinte, com o tema “Arte” foi proferida pelo artista e professor Vitor Mizael, um dos expoentes da nova geração de artistas da região, com exposições no

Brasil e no exterior. Em sua apresentação, Vitor Mizael discutiu o tema das Artes Visuais e suas derivações em um contexto da produção artística e suas formas de elaboração de exposições. Seu processo de criação e pesquisa de materiais comprova que a Arte é uma poderosa forma de nos mostrar caminhos para uma redescoberta pessoal em cenários de isolamento.

Ele nos mostrou inúmeras obras, sua expertise na montagem de exposições e trechos de seu atelier artístico. A produção do artista já é inúmeras vezes um ato solitário e para tal o ambiente deve oportunizar seus espaços de criação. A partir de algumas exposições que criou, uma delas no Centro Cultural São Paulo, ele apresentou seus processos de elaboração e síntese comprovando que a criatividade não é um lampejo divino e sim o resultado de um árduo trabalho no qual o artista se encontra e se redescobre. O confinamento, muitas vezes, já é pré-condição para a criação artística.



Obra na Exposição “Terra em Chamas”, Rio de Janeiro, Vitor Mizael; Fonte: <https://pt.foursquare.com/v/exposi%C3%A7%C3%A3o-v%C3%ADtor-mizael-terra-em-chamas/5b01d5a916fa04003911576d>, visitado em 02/07/20;

O Arquiteto e Professor Celso Sampaio, nosso terceiro convidado, proferiu sua palestra sobre o tema “Comunidade”. Além da atividade docente na Universidade Presbiteriana Mackenzie, nosso palestrante trabalha na área do Urbanismo Social sendo uma das referências na elaboração coletiva de projetos para cortiços e áreas favelizadas, seja por meio de sua atuação em entidades sociais ou ainda em órgãos públicos. Em seu trabalho foi mostrado o grau de organização que muitas comunidades apresentaram para o enfrentamento do novo coronavírus, com especial atenção ao senso de organização de muitas comunidades pois o poder público, além de um minguado olhar assistencialista, não chega a essas áreas com posturas efetivamente transformadoras.

O exemplo mais relevante é o da Favela de Paraisópolis, que diferentemente de outras áreas favelizadas, atingiu um grau de autonomia do poder público no qual a grande maioria das ações foi realizada sem nenhum tipo de apoio público. Grupos se organizaram para a realização de compras de víveres para a comunidade, reorganizam o comércio local, promoveram ações de asseio e acompanhamento das famílias e de idosos solitários, sendo essas algumas das ações realizadas sem qualquer tipo de apoio dos poderes públicos.

Em sua mensagem o professor alertou a todos que a falta de políticas de inclusão da sociedade consolida cidadãos incompletos, invisíveis ao olhar das classes dominantes e ainda que, iniciativas como esta, apesar de somente remediarem questões de

complexidade maior, mostram que a organização da sociedade pode ser importante instrumento para avanços sociais.



Terceiro Setor em ações de sanitização em favelas; <https://www.terra.com.br/noticias/coronavirus/voluntarios-viram-caca-coronavirus-em-favela-no-rio,40f7aa228524cbd9ba5b17e7730abf26ypseuyq0.html>; acesso em 04/07/20;

O Professor, Arquiteto e Economista João Whitaker, também ex-Secretário de Habitação de São Paulo e docente efetivo na Universidade de São Paulo e na Universidade Presbiteriana Mackenzie, foi o nosso convidado para a quinta noite de palestras. Ele discorreu sobre o tema “Urbanismo”.

João iniciou sua palestra sensibilizando a todos que as questões estruturais e conjunturais devem ser revistas caso realmente desejemos que o Brasil seja um país mais justo para todos seus cidadãos. Como questões estruturais, discorreu sobre a necessidade de uma revisão da forma que as relações capitalistas ocorrem em nosso país, que precariza os trabalhadores com baixos salários e oferece uma frágil estrutura de proteção social, algo incompatível com a riqueza do país; nesta senda, a concentração de renda deve ser enfrentada efetivamente. Como questões conjunturais, elencou uma série de medidas regressivas, como os impedimentos para regularização de imóveis para as pessoas economicamente marginalizadas.

A integração de territórios e pessoas na Região Metropolitana, ação que transforme em cidade, com toda a infraestrutura necessária, tanto áreas favelizadas como também moradias coletivas (cortiços) e o devido enfrentamento digno para a questão dos moradores de rua deveriam ser prioridades em qualquer agenda pública.

A ausência do Estado nessas áreas é reflexo do não interesse na implantação de políticas efetivas em várias esferas de governo para a devida resolução dessas questões. O caso do COVID 19 é paradigmático, pois o controle do espraiamento do vírus foi muito mais efetivo nas áreas das cidades melhor dotadas de infraestrutura, áreas essas mais ricas. Em áreas carentes, praticamente nenhuma ação efetiva do Estado.

As políticas de transferência de renda são fundamentais para a diminuição das profundas diferenças sociais que temos no Brasil. Com esse tipo de política implementada, as populações favelizadas poderiam se deslocar bem menos para conseguir seu sustento e, nesse menor deslocamento, diminuir as possibilidades de transmissão do vírus. A preocupação com o perverso sistema de reprodução das relações capitalistas no Brasil, que efetivamente nunca foi enfrentado, perpetua a pobreza e as profundas diferenças socioeconômicas da população. A própria questão do Saneamento Básico (fornecimento de água potável e captação do esgoto) não ser ainda universalizado é uma das comprovações que o bem comum não é prioridade para o Estado.

A falta de ações de saneamento é um dos principais agravantes da proliferação do novo coronavírus em São Paulo e no Grande ABC. Como falar em asseio básico se boa parte da metrópole ainda não possui acesso à água potável e esgoto? Como pedir para a população trabalhar em casa se a maioria das casas nas áreas favelizadas é pequena e que, inúmeras vezes, são habitadas por famílias numerosas ou ainda coabitadas por várias famílias? Como diminuir o número de moradores de rua, situação que será agravada com o encolhimento da atividade econômica?



Relações entre ocupação do território e distribuição de riquezas no Brasil. <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2019/12/05/para-moradores-de-paraisopolis-vida-media-e-10-anos-mais-curta-que-no-vizinho-morumbi.htm> ; acesso em 04/07/20;

A última palestra da semana foi ministrada pela professora, bióloga e pesquisadora Marta Marcondes, uma das referências no movimento ambiental no Grande ABC. A professora nos alertou sobre a importância de agregarmos imediatamente uma agenda sustentável em nossos modos de vida, com a diminuição dos nossos desperdícios e com práticas de um consumo mais responsável. Além disso, nos alertou sobre a importância cada vez maior do cuidado com as águas na nossa região e nossos mananciais, tão castigados.

A Represa Billings apresenta a possibilidade de ser um dos maiores parques urbanos do mundo caso as águas fossem devidamente preservadas e trechos de mata atlântica tivessem acesso restrito. Bom lembrar que, além dos esgotos de casas de classe média e ocupações ao seu entorno, constantemente recebe também as águas poluídas da Represa Guarapiranga. O novo coronavírus nos mostrou ainda que é possível maneiras de viver e atitudes comportamentais menos agressivas à natureza.



Erros consolidados na gestão das águas urbanas; <https://apublica.org/2015/07/projeto-tiete/> acesso em 04/07/20;

Enfim, as principais recomendações que os especialistas nos deixaram, em suas visões, para a construção de novas relações para um cenário pós-covid são:

- Repensar as formas de moradia e trabalho tanto para as categorias profissionais que consigam se adaptar como também para aumentar paulatinamente para todos os demais setores da atividade econômica;
- Reduzir os deslocamentos, valorizar o comércio local e incorporar formas remotas de desenvolvimento das atividades cotidianas;
- Aprender com o processo criativo dos artistas que a concentração e a inquietude para o desenvolvimento das atividades podem também trazer excelentes resultados;
- Incluir populações menos favorecidas em programas de distribuição de renda, moradia e universalização do saneamento básico deve ser a prioridade de qualquer forma ou nível de governo, rompendo com processos de perpetuação da pobreza e subemprego que observamos no Brasil;
- Aprender com as restrições que enfrentamos nos arremedos de isolamento social e incluir efetivamente uma agenda ambiental responsável, urbana e sustentável em nossas práticas e ações;

Enio Moro Jr. Gestor do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS; pesquisador CNPq dos grupos "Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura - CONJUSCS" - USCS e "Habitat e Apropriações na Cidade Contemporânea" - Centro Universitário Belas Artes de São Paulo; Secretário Municipal de Obras e Habitação de São Caetano do Sul (2017/2018); Professor Doutor do Mestrado Profissional da Belas Artes; <http://lattes.cnpq.br/6472413938802779>

Referências Bibliográficas

Edifício BK 30; <http://marcosgaviao.com.br/bk30-largo-do-arouche/>, visitado em 03/07/20;

Obra na Exposição "Terra em Chamas", Rio de Janeiro, Vitor Mizael; <https://pt.foursquare.com/v/exposi%C3%A7%C3%A3o-v%C3%ADtor-mizael-terra-em-chamas/5b01d5a916fa04003911576d>, visitado em 02/07/20;

Erros consolidados na gestão das águas urbanas; <https://apublica.org/2015/07/projeto-tiete/> acesso em 04/07/20;

Relações entre ocupação do território e distribuição de riquezas no Brasil. <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2019/12/05/para-moradores-de-paraisopolis-vida-media-e-10-anos-mais-curta-que-no-vizinho-morumbi.htm> ; acesso em 04/07/20;

Terceiro Setor em ações de sanitização em favelas; <https://www.terra.com.br/noticias/coronavirus/voluntarios-viram-caca-coronavirus-em-favela-no-rio,40f7aa228524cbd9ba5b17e7730abf26ypseyuq0.html>; acesso em 04/07/20;

Nota Técnica

18. ÁREAS INDUSTRIAIS OCIOSAS E PROCESSOS DE INTERVENÇÃO URBANA: O CASO DA REGIÃO DO GRANDE ABC NOS ÚLTIMOS TRINTA ANOS, 1989-2019^[1]

Gisele Yamauchi
Andréa de Oliveira Tourinho

Resumo Executivo

Esta nota técnica objetiva abordar a problemática referente às áreas industriais ociosas, causadas pelo processo de reestruturação industrial nas últimas décadas, provocando a saída de empresas da Região do Grande ABC na Região Metropolitana de São Paulo. O problema ainda é um dos grandes desafios a serem enfrentados pelos atores locais da Região na busca de soluções de intervenção urbana. As instituições criadas durante a década de 1990, voltadas para as discussões regionais, como, por exemplo, a Câmara Regional, o Consórcio Intermunicipal e a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, participaram do debate desse desafio. Em comum, essas instituições buscavam promover o crescimento econômico, social e sustentável da região. São abordadas algumas das experiências e respostas da região, que, desde a década de 1990, vêm promovendo ações de intervenção urbana nas áreas industriais ociosas buscando uma nova centralidade regional. No entanto, os conflitos motivados pelos distintos interesses entre os atores da Região colaboraram com o enfraquecimento do debate regional, levando ao hiato nas discussões acerca da problemática das áreas industriais ociosas entre 2001 e 2019. Essa interrupção não permite que os atores observem a real situação do problema, não permitindo maior conhecimento, de forma que sejam concebidas soluções diferentes do modelo neoliberal que, ao longo dos anos, vem sendo apresentadas.

Palavras-chave: *desindustrialização; reestruturação industrial; área industrial ociosa; friches industrielles; Região do Grande ABC.*

Introdução

Ascher (2010) relata que desde 1970 muitas cidades e regiões ao redor do mundo sofrem os efeitos da transição de uma sociedade industrial para a sociedade da informação e do conhecimento. Esta nota técnica relata o problema das áreas industriais ociosas ocasionadas pelo processo de globalização econômica e produtiva, levando à saída e fechamento de empresas na Região do Grande ABC. Conceição (2016), Tourinho e Yamauchi (2018; 2019) relatam que o problema é um dos grandes desafios a serem enfrentados por diversas partes no mundo, como é o caso de Detroit, da Região da Grande Milão, da Região do Vale do Ruhr^[2], entre outras. Para as autoras, a Região do Grande ABC se insere neste contexto, esforçando-se em promover ações nas áreas industriais ociosas buscando uma nova centralidade regional (TOURINHO; YAMAUCHI, 2018).

O conceito de intervenção urbana pode ser definido “como um processo de um novo uso a uma área ociosa a partir de nova construção, podendo abranger vários procedimentos” (TOURINHO; YAMAUCHI, 2018, p. 3). Ademais, tanto para Moura et al. (2006) quanto para Tourinho e Yamauchi (2018, p. 3) as renovações de espaços numa sociedade em transição são consequências de várias ações realizadas no espaço e no tempo. Posto isso, as políticas públicas que surgem objetivam dar um

novo uso a estes espaços antigamente industriais como é o caso da criação de novas áreas para o comércio, serviços, equipamentos turísticos ou de lazer (CONCEIÇÃO, 2016, TOURINHO; YAMAUCHI, 2018).

Uma contextualização da industrialização e desindustrialização

As regiões tradicionalmente industriais, desde o surgimento da indústria fordista, viveram o seu apogeu, mas, principalmente, nas últimas décadas do século XX até as duas primeiras décadas do século XXI, experimentam diversas mudanças devido à saída de indústrias dessas regiões: o fechamento das fábricas levou à formação de áreas industriais ociosas, também conhecidas como *friches industrielles*, na literatura urbana francesa. Algumas dessas áreas são objeto de projetos, por meio de parcerias públicas e privadas, cujas intervenções nem sempre têm uma preocupação com relação ao patrimônio histórico industrial e nestas acabam sendo concebidas novas formas de atividades dentro das cidades: novos espaços para o comércio, serviços, cultura e lazer (CONCEIÇÃO, 2016).

Nesse contexto, Tourinho e Yamauchi (2018) mencionam que a Região do Grande ABC participou desse apogeu, nucleando investimentos do início da indústria fordista no Brasil durante as décadas de 1950 e 1970, recebendo os investimentos de montadoras de automóveis, eletroeletrônicos, indústrias químicas, autopeças, entre outras. Num primeiro momento, essas empresas encontravam-se distribuídas ao longo do eixo ferroviário da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí e, no segundo momento (a partir de 1950), essas empresas localizavam-se no eixo rodoviário pelas Vias Anchieta e Imigrantes (LANGENBUCH, 1971; DANIEL; SOMEKH, 1999). Símbolos da modernidade, as fábricas situadas na Região do Grande ABC contribuíram diretamente com o chamado período do milagre econômico brasileiro. Entre 1968 e 1973, a região produziu altas taxas de crescimento, significativas mudanças no modo de vida dos consumidores, que antes não tinham acesso a esses bens, como eletroeletrônicos, eletrodomésticos e automóvel. Nesse sentido, Maricato (2000) expõe que houve uma mudança radical do modo de vida, dos valores, da cultura e do conjunto do ambiente construído.

Entretanto, essa modernidade passou a ser colocada em xeque. A partir de 1970, houve mudanças profundas que levaram à instabilidade para os países provocando o aumento da inflação pelo superaquecimento da economia mundial e pela explosão salarial; os déficits na balança comercial americana e os excessivos gastos em guerras levaram ao término de uma era de pactuação construída pelo Welfare State – a Era Dourada (HOBSBAWN, 2015; TOURINHO; YAMAUCHI, 2018). As ações e transformações feitas nas décadas de 1980 e 1990 são consequências dessas mudanças: as ideias neoliberais (que criticavam a forte presença do Estado) ganharam maior espaço nos governos, num clima de globalização econômica, financeira e produtiva. Com isso, as empresas fordistas em xeque, tiveram que se adaptar a essa nova realidade, levando à reestruturação produtiva (CONCEIÇÃO; LEPORE; YAMAUCHI, 2018). Isso levou a crise para várias cidades no globo, principalmente em países periféricos, produzindo uma diminuição nas estruturas das empresas e o encerramento das atividades das plantas em que eram possíveis produzir em outro lugar com o custo menor, perfazendo-se o fenômeno que vários autores denominaram de desindustrialização (NASSIF, 2008).

Mesmo que, entre o período entre 2003 a 2008, a região tenha recebido novos investimentos das empresas com a retomada da economia nacional e internacional, com o aumento do comércio internacional e dos investimentos internacionais e nacionais, a partir de 2014, com a crise econômica brasileira, novamente a região

começa a apresentar uma queda no número de estabelecimentos industriais, principalmente nas indústrias fordistas, empregadoras de grande contingente de trabalhadores (principalmente a partir de 250 empregados), conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Total de Estabelecimentos Industriais no Grande ABC por tamanho. Período: entre 1989 e 2018

Tamanho do estabelecimento por nº de empregados	Total de estabelecimentos industriais na Região do Grande ABC, por tamanho, no período 1989 - 2018						
	1989	1994	1999	2008	2014	2016	2018
de 50 a 99 empregados	385	286	262	424	366	303	296
de 100 a 249 empregados	329	288	177	243	235	183	169
de 250 a 499 empregados	144	99	76	99	86	71	62
de 500 a 999 empregados	70	52	30	45	35	31	34
1000 ou mais empregados	50	34	14	28	25	19	17

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de informações diretamente extraídas da RAIS-CAGED (Relação Anual de Informações Sociais-Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Tourinho e Yamauchi (2018) expressam que desde 1990 até 2019, todos os municípios que compõem a Região do Grande ABC (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra) apresentaram ainda o problema das áreas industriais ociosas, persistindo ainda o desafio a ser transpassado pela região: desde a discussão da manutenção da decisão da empresa em ficar na região, em manter a atividade industrial neste local que fora ocupado por esta empresa que decidiu sair da região ou na concepção de obras de intervenção industrial, convertendo esses locais em novos espaços para comércio ou residenciais, sujeitos à pressão imobiliária ou espaços voltados para a cultura, lazer e turismo. Para se ter uma ideia, as autoras relatam que o número de trabalhadores no setor industrial da região em 1989 era de 363.333 e, com a saída das fábricas e reestruturação econômica, em 1999, aquele número caiu para 187.759 trabalhadores na indústria da região. Embora a Região tenha registrado um período de retomada econômica em 2008, aumentando o número de empregos para 255.452 trabalhadores na indústria, com a crise econômica iniciada em 2014, houve novamente uma queda no número de empregos no setor da indústria para 186.378 trabalhadores em 2017 – transformando-se na pior crise na indústria que a região já passou (TOURINHO; YAMAUCHI, 2018). Evidentemente que isso expôs mais ainda a Região aos problemas, levando ao surgimento de novas áreas industriais ociosas no Grande ABC, conforme as figuras 1 e 2:

Figuras 1 e 2 – Imagens de áreas industriais ociosas no Grande ABC Paulista, em Ribeirão Pires e Mauá, 2006 e 2016



Fonte: CONCEIÇÃO, 2006, p. 322. Fotografia: Fernando Dantas.

Fonte: Diário do Grande ABC, 2016, Setecidades, p. 01. Fotografia: Anderson

As discussões sobre as áreas industriais ociosas na região do Grande ABC

O primeiro registro de articulação regional entre os municípios da Região do Grande ABC ocorreu com a criação do Consórcio Intermunicipal das Bacias do Alto Tamanduateí e Billings em dezembro de 1990 (hoje [2020] conhecido como Consórcio Intermunicipal Grande ABC), pelas prefeituras da região. Inicialmente, o Consórcio cuidaria de assuntos desde gestão ambiental até o desenvolvimento econômico local.

Segundo Tourinho e Yamauchi (2018), diante da gravidade dos fatos ocorridos em comum a serem enfrentados pelos municípios da região, entre os anos de 1990 e 1996, foram realizados vários eventos, como a instauração do Fórum Permanente de Discussões de Santo André, que discutiu os efeitos nos municípios da Região devido às transformações econômicas então em curso (KLINK, 2001). Embora tenha ocorrido um enfraquecimento das discussões por mudanças de prioridades das prefeituras entre os anos de 1993 e 1996, houve um fortalecimento dos demais atores sociais, que criaram duas campanhas: “Vote no Grande ABC” e “Manifesto do Grande ABC”, assim dialogando com os atores sociais de forma regional (TOURINHO; YAMAUCHI, 2018). A partir dos resultados eleitorais, o que reativou o Consórcio, houve a retomada das ações com os representantes dos setores econômicos, ambientalistas, sindicalistas, trabalhadores e o comando do Fórum da Cidadania, que delinearam o

estatuto da Câmara Regional do Grande ABC (LÉPORE; KLINK; BRESCIANI, 2006; BRESCIANI, 2011).

Criada em 1997, Tourinho e Yamauchi (2018, p. 8) relatam que a Câmara Regional do Grande ABC foi um marco no “esforço conjunto entre o poder público e a sociedade civil, sob o propósito de desenvolver, sustentar, conduzir e aferir as ações voltadas ao desenvolvimento sustentável da região”. Esse esforço elevou a outro patamar as discussões visando as soluções dos problemas, as negociação de conflitos dentro da região, que passou a ser mais dinâmica e tolerante às diferenças, assim permitindo uma construção mais sólida nas discussões acerca dos problemas gerados na Região, incorporando o pensamento no planejamento regional na Região do Grande ABC Paulista (ROLNIK; SOMEKH, 2000; KLINK, 2001; LÉPORE; KLINK; BRESCIANI, 2006; TOURINHO; YAMAUCHI, 2018). Esse novo momento criou estrategicamente um clima de confiança na Câmara Regional do ABC, que resultou na realização do Seminário Internacional de Desenvolvimento Econômico e Social, em maio de 1997. O evento reuniu vários especialistas internacionais, entre eles destacam-se:

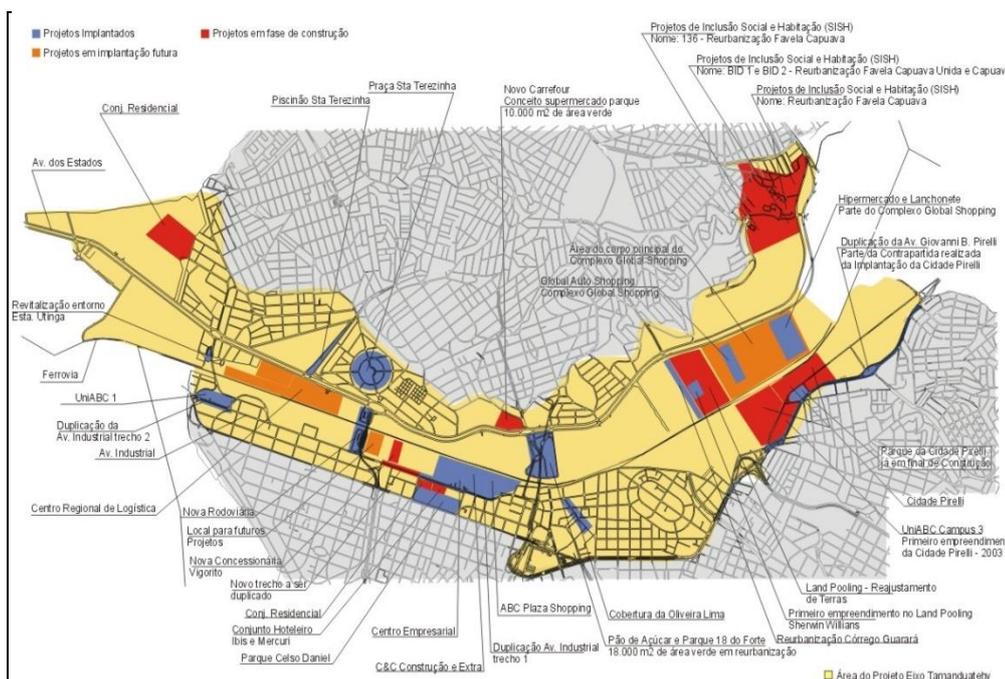
(...) a presença de Heather Ann Thompson, da Universidade da Carolina do Norte e Michigan, que destacou as afinidades e diferenças entre a região do ABC e Detroit, localizada nos EUA. As afinidades, segundo a especialista, estariam na concentração industrial em áreas de denso povoamento e, a diferença, seria que a Região do Grande ABC não atingiu o mesmo estágio de degradação industrial e saída de empresas e pessoas como a cidade de Detroit e arredores durante as décadas entre 1970 e 1980. O Prefeito da cidade alemã de Leipzig, Hinrich Lehmann-Grube, apontou a importância da parceria entre o público e o privado aspirando a transferência de conhecimentos dos centros de pesquisa para as empresas, tanto pequenas quanto e médias, de modo que contribua com medidas de saída para a desindustrialização. O consultor responsável pelo projeto de revitalização do porto holandês de Roterdã, Peter Nientied, ressaltou a relevância da concepção de um governo regional responsável pelas políticas públicas de infraestrutura, sendo que as prefeituras municipais cuidariam de políticas de educação, cultura e bem-estar social. André Rodriguez-Pose, da *London School of Economics* relatou a experiência da região da Galícia, na Espanha que, também, passou por um processo de saída das empresas. A tática adotada na região da Galícia foi a de ações conjuntas dos agentes econômicos e sociais de um lado e os programas oficiais de governos locais, regionais e federais de outro. Postas estas contribuições, no entanto, as experiências vividas na gestão regionalizada de revitalização das cidades pela região de Sesto San Giovanni, localizada no norte de Milão, foram as que serviram como referência para formular as políticas mais recentes da Região do Grande ABC Paulista (YAMAUCHI, 2018, p. 8)

Um ano depois, no ano de 1998, Tourinho e Yamauchi (2018) relatam que a Região recebeu a visita do sociólogo catalão Jordi Borja, que proferiu uma palestra sobre a experiência espanhola, expondo o lado positivo da saída das empresas. Com base nisso, apresentou um projeto abarcando a potencialidade de aproveitamento da implantação de instrumentos públicos visando à melhoria de qualidade de vida da população. Ao mesmo tempo, houve um projeto envolvendo um conjunto de alternativas econômicas nas áreas de saúde, turismo, cultura e inovações tecnológicas de forma que possibilite novas formas de atração de investimentos (SCOTT, 1998; BORJA apud SANTO ANDRÉ, 1999a, p. 7; SAKATA, 2009).

Essas experiências relatadas durante o Seminário, bem como os apontamentos de Borja e Scott, permitiu com que as gestões buscassem soluções para o problema por meio do diálogo regional discutindo um plano de revitalização. Tendo isso em vista, o projeto de requalificação urbana “Eixo Tamanduatehy” foi concebido e implementado sob a forma de investimento do poder público, em parceria com o poder privado, em 1998, durante a gestão do prefeito Celso Daniel de 1997-2000. O projeto abrange uma área de 12,8 km² e 10,5 km de extensão, levando o nome do Rio Tamanduateí que passa pela região (desaguando no Rio Tietê). Ainda, paralelamente ao rio, passa a Avenida dos Estados (via de ligação entre a Região do Grande ABC e a cidade de São Paulo), sendo uma das principais vias que algumas empresas fordistas se instalaram. A ferrovia exerceu um papel impulsionador estratégico para que as empresas se instalassem na região, principalmente entre as décadas de 1890 a 1940 (KLINK, 2001; SAKATA, 2009; TEIXEIRA, 2010).

Após a intensificação da reestruturação das empresas na região, que elevou o número do desemprego e de empregados terceirizados, a saída de empresas resultou no surgimento de áreas industriais ociosas. A Figura 3 mostra o mapa das ações realizadas pelas políticas públicas que buscou atrair investimentos visando à renovação de antigas áreas industriais ociosas, que se traduziu no esforço da busca de novas centralidades urbanas.

Figura 3 – “Eixo Tamanduatehy”: mapa de Intervenções, operações urbanas e parcerias realizadas até o ano 2000



Fonte: MOUSSA, 2005.

O projeto foi dividido em três fases:

- a) 1997-2000, criação e implantação, sob a gestão do gabinete do prefeito Celso Daniel; b) 2001-2002, reformulações, em que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Santo André é inserida na gestão, bem como a inclusão da participação da população por meio do orçamento participativo; c) 2003-2004, sua última fase, que consiste na reformulação do Plano Diretor, alternando a condução principal do projeto entre o prefeito e a referida Secretaria. Teixeira

(2010) explana que a visão adotada neste projeto pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Santo André era a de um negócio imobiliário, que deveria acompanhar as tendências de mercado da época. Sob esse ponto de vista, optou-se pela apreciação estética paisagística e orientação urbana para o mercado, de implantação do espaço privado de uso público. Ao mesmo tempo, o objetivo deste projeto era desassociar a cidade de Santo André do retrato de cidade industrial fordista com precário quadro urbano (TOURINHO; YAMAUCHI, 2018, p. 10).

A partir da figura 3, pode-se observar que nos prédios anteriormente ocupados pela atividade produtiva houve a implantação de novas atividades direcionadas para o comércio e serviços (por exemplo: shoppings centers, mercados, hotéis, universidade privada, concessionária, centro empresarial, etc). Ademais, verificou-se a concessão de incentivos para a concretização do projeto, como, por exemplo, doações, trocas e contrapartidas de serviços de compensação viária. Teixeira (2010) aponta que há uma ausência de projetos voltados para o âmbito público. Além disso, quanto à participação da sociedade civil, houve somente durante a segunda fase do projeto, nas demais não houve (TOURINHO; YAMAUCHI, 2019).

Em relação às discussões regionais sobre as antigas áreas industriais ociosas nas cidades da região, no período entre setembro de 2006 a setembro de 2017, houve discussão sobre os problemas regionais na Região do Grande ABC. Entretanto, houve uma interrupção no debate ou nas discussões específicas acerca da problemática das áreas industriais ociosas que estão há muito tempo sem soluções. Ao mesmo tempo, notou-se, também, que houve nos grandes projetos urbanos uma aplicação do modelo neoliberal voltado ao mercado, havendo, assim, a predominância de projetos calcados no setor imobiliário e de consumo nas áreas onde era possível apresentar projetos, pois em algumas dessas áreas não havia problemas jurídicos, fiscais, ambientais e trabalhistas ou, se tinham, eram mais fáceis de solucionar (TEIXEIRA, 2010; CONCEIÇÃO, 2016).

Somente no ano de 2017, quando ocorreu o evento “Multilevel Governance”^[3], que discutiu vários temas, houve uma breve discussão sobre a problemática das áreas industriais ociosas. O objetivo do evento foi de constituir parceria para desenvolver estudos, intercâmbios e ações visando o desenvolvimento socioeconômico e sustentável das Regiões do Vale do Ruhr e da Região do Grande ABC. Durante o Seminário “Arquitetura e Cidade: desenvolvimento sustentável e qualidade do espaço público no Grande ABC” em 2018, houve um painel em que o assunto das áreas industriais ociosas foi apresentado, com o tema “Planejamento Urbano e Governança Regional no Grande ABC” ministrada pelo pesquisador Roberto Vital Anau (Professor da Escola de Negócios da USCS) e pelo Professor Kazuo Nakano (Professor do Instituto das Cidades da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP)(TOURINHO; YAMAUCHI, 2019).

Cabe dizer que, durante os anos de 2001 e 2019, não houve uma discussão específica sobre a realidade, as dimensões do problema e as soluções da problemática das áreas industriais ociosas. Além disso, a não abordagem específica sobre as realidades que envolvem as áreas industriais ociosas mostra que o protagonismo exercido pelos atores sociais durante a década de 1990 desapareceu. Há uma urgência de retomada da discussão do problema no âmbito regional em várias esferas da sociedade civil. Faz-se necessário conhecer as novas realidades do problema: novas áreas industriais ociosas e aquelas que estão há muito tempo sem solução. Pela complexidade do problema, é importante aumentar a amplitude da

discussão, tendo em vista que a problemática dessas áreas ultrapassa os limites da esfera da gestão pública urbana.

As experiências recentes de intervenção urbana nas áreas industriais ociosas na região do Grande ABC

O projeto Eixo Tamanduatehy acabou se tornando o modelo de projeto de intervenção urbana na Região do Grande ABC, levando à aplicação de sua lógica aos demais municípios da cidade, como foi o caso de outros projetos urbanos localizados nas cidades de São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá e Ribeirão Pires, conforme figuras abaixo:

Figuras 4 e 5 – Antiga área fabril da Tecelagem Tognato, em São Bernardo do Campo, no ano de 1962, e o Condomínio Domo, em 2019



Fonte: Mé dici (1962).
Fotografia de Ademir Mé dici

Foto aérea do Condomínio Domo SBC em 2019.
Fonte: Google Earth (2019).

Figuras 6 e 7 – Antiga área fabril da Brastemp, em São Bernardo do Campo, no ano de 1986, e SBC Plaza Shopping, inaugurado em 2012

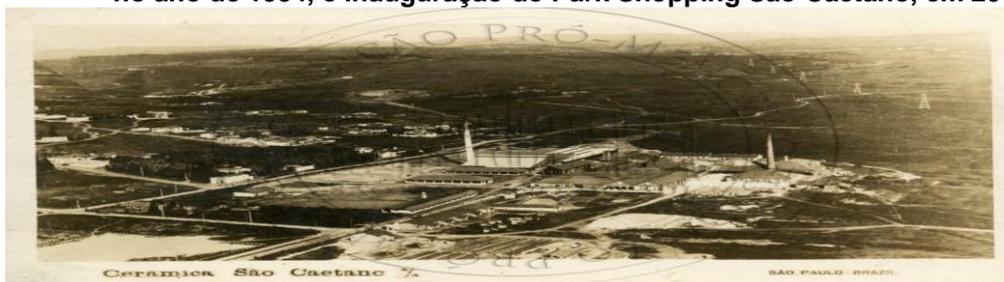


Fonte: SMSBC (1986).
Foto de Januário Fernandes da Silva.



Foto aérea do Shopping em 2019.
Fonte: Google Maps (2019).

Figuras 8 e 9 – Antiga área fabril da Cerâmica São Caetano, em São Caetano do Sul, no ano de 1934, e inauguração do Park Shopping São Caetano, em 2011



Fonte: Acervo da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul (1934).



Foto aérea do Shopping em 2019.
Fonte: Google Maps (2019).

Figuras 10 a13 – Antiga área fabril da Porcelana Schmidt em Mauá, no ano de 2015, e inauguração do Atacadista Roldão, em 2019, área industrial ainda à venda (28.000 m²) e WestPark Estacionamento para caminhões



Foto aérea da antiga Porcelana Schmidt em 2015.
Fonte: Google, 2015.

Foto da entrada da antiga Porcelana Schmidt
Fonte: Google, 2019.



Foto da entrada do Atacadista Roldão em 2019
Fonte: Google, 2019.



Foto interna do WestPark Estacionamento
Fonte: Acervo da autora, 2020.

Figuras 14 e 15 – Antiga área fabril da Ugimag em Ribeirão Pires e a construção do Atacadista Atacadão em 2019



Foto da demolição da Empresa Ugimag em 2019
Fonte: Acervo da autora, 2019.



Foto do início de construção do Atacadão em 2019
Fonte: Grupo Pensar Ribeirão Pires, 2019.

As obras de intervenção urbana já executadas deram espaços a novas atividades de comércio e serviço, gerando empregos e arrecadações de tributos. No entanto, verifica-se que há uma limitação no tipo de aplicação de novas atividades nestes espaços, como é o caso de poucos espaços voltados para a sociedade: lazer, cultura, entretenimento e turismo. Ademais, inexistem estudos ou discussões no âmbito regional que ofereçam alternativas de reconversão industriais, assim permitindo a manutenção da indústria na área industrial ociosa e de intervenção urbana, mas que fuja dos padrões já executados na Região do Grande ABC.

Considerações finais no cenário pós-pandemia e com maior presença do Estado

Diante dos fatos observados e considerando o cenário pós-pandemia, no qual a presença do Estado na economia será maior, este presente estudo técnico apresenta as considerações a seguir. De um lado, notou-se que houve um esforço na criação e execução de alguns projetos de renovação urbana das áreas industriais ociosas da região, em diferentes direções: a) na substituição de fins industriais para comerciais; b) na manutenção da indústria, porém em menor medida; c) na conversão por meio de novas alternativas que visassem ampliar a diversidade industrial e tecnológica – sendo estrategicamente importantes para manter a competitividade regional.

Por outro lado, houve conflitos e desgastes entre os atores, levando ao desaparecimento da Câmara Regional e do Fórum da Cidadania. Houve, também, um esvaziamento da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC e no Consórcio Intermunicipal, com a saída do Município de Diadema. Esses problemas acabaram comprometendo a continuidade do diálogo, planejamento e arquitetura de ações para que a problemática das áreas industriais ociosas e seus problemas ligados à temática fossem discutidos e solucionados. A saída de instituições empresariais também prejudicou a discussão e o compromisso de contribuir com soluções para o crescimento e desenvolvimento regional.

No mundo pós-pandemia, em que uma das opções para a Região é a manutenção da indústria, é necessário que a Região do Grande ABC tenha um planejamento estratégico voltado para o curto, médio e longo prazo, de forma que demonstre quais serão as estratégias na busca da manutenção, reconversão industrial e atração de novas indústrias voltadas para a Indústria 4.0. No caso da opção de intervenção urbana em áreas industriais ociosas, considerando-se a maior presença do Estado na economia, é necessário que os investimentos públicos estejam voltados também para o lazer, a cultura, o entretenimento e o turismo. Para que isso ocorra de forma mais efetiva, que seja percebida aos olhos da sociedade dos sete municípios da Região do Grande ABC, é necessária maior articulação e planejamento entre os atores sociais da Região. Essas interações devem ir além do ciclo eleitoral, com a inclusão da sociedade civil dos debates regionais, de forma que as ações planejadas sejam chegadas e concretizadas.

Por fim, é fundamental que os atores (governo, sociedade civil, universidades, empresariado, trabalhadores e sindicatos) estejam dispostos a ouvir todos os lados da sociedade, fazer e executar planejamento, concentrando esforços conjuntos na realização e manutenção das ações. A interação entre o governo, empresas e universidades, colocada pelo modelo tríplice hélice, busca enriquecer e aprofundar as discussões no meio público e privado. Com isso, poderia haver a contribuição de pesquisas conjuntas- qualitativas e quantitativas - nos debates referentes a cada problemática que a região enfrenta ou poderá enfrentar no futuro.

Notas

[1] Nota técnica baseada no artigo publicado em 2018 por TOURINHO, Andréa de Oliveira; YAMAUCHI, Gisele. Áreas industriais degradadas e processos de requalificação: a experiência do Grande ABC na busca de uma nova centralidade regional. In: **Anais XV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Rio de Janeiro, UFRJ, 2018. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/xvshcu/83014-areas-industriais-degradadas-e-processos-de-requalificacao--a-experiencia-do-grande-abc-na-busca-de-uma-nova-centr>>. Acesso em: 07.out.2018.

[2] O Vale do Ruhr também passou pela experiência na reestruturação de área metropolitana, citam-se aqui alguns exemplos: em 1988, o modelo institucional IBA Emscher Park, cujo modelo parte da escala do Estado, no entendo gerenciada de forma descentralizada. Dez anos depois, foi criada a Ruhr Regional Association (RVR), que tem como objetivo executar ações de planejamento no arranjo da Metrôpole Ruhr. Tendo como base a legitimidade para elegibilidade das ações, necessitando de votos dos representantes do arranjo, as fontes de financiamento provêm das municipalidades e ações cooperadas com o governo federal. Um exemplo de ação do RVR, é a constituição de Parque Tecnológico (KLINK, 2013). A Alemanha é uma das pioneiras em desenvolvimento e pesquisas na Indústria 4.0 (TOURINHO; YAMAUCHI, 2018, p. 13-14)

[3] O evento contou com a apresentação de vários painéis. Tourinho & Yamauchi (2018) mencionam que foram debatidos os seguintes temas: “Os estados e municípios em sistemas políticos federais: Brasil e Alemanha em perspectiva comparada”, “Promoção do desenvolvimento econômico regional: experiências brasileiras e alemãs”, “Política e governança ambiental para um desenvolvimento urbano sustentável no sistema federativo” e “Mudanças climáticas como desafio para as cidades e regiões”. O único painel que abordou o debate das áreas industriais foi o quarto painel com o tema “Governança local e democracia - desafios para as regiões”, que contou com a participação de Stephan Hollensteiner (UA Ruhr), Prof. Dr. Jefferson José da Conceição (USCS), José Mário Brasiliense Carneiro (Oficina Municipal de São Paulo) e Profa. Dra. Vera Schattan Coelho (UFABC). Durante as discussões apresentadas pelos especialistas neste painel, Jefferson José da Conceição apresentou a história da Região do Grande ABC, lembrando o esforço regional realizado entre os atores sociais (o poder público, empresas, sindicatos e órgãos criados da Região), que buscaram soluções para os problemas advindos da reestruturação produtiva – as áreas industriais ociosas. Mencionou-se na conclusão deste painel pelos especialistas que a Região do Grande ABC Paulista e a Região do Vale do Ruhr poderiam aprender uma com a outra a partir de suas experiências vividas em prol da disseminação e descoberta de novas boas práticas visando alternativas para áreas industriais ociosas (TOURINHO; YAMAUCHI, 2019, p.12-13).

Gisele Yamauchi. Economista formada pela USCS. Turismóloga pela Universidade São Judas Tadeu. MBA Empresarial e Industrial pela USCS. Mestra em Arquitetura e Urbanismo pela USJT e Mestranda em Economia Política Mundial pela UFABC. Foi bolsista pelo Governo Japonês em Programa de Extensão da Japan International Cooperation Agency (JICA), no curso de Kaizen e 5S's. Pesquisadora do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Currículo lattes <http://lattes.cnpq.br/4460896561663794>.

Andréa de Oliveira Tourinho. Professora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu e do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu. Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo; mestrado em Estética e Teoria das Artes pela Universidad Autónoma de Madrid; Arquitecta e Urbanista pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Coordena o grupo de pesquisa “Patrimônio cultural e urbanismo: discursos e práticas”. Currículo lattes <http://lattes.cnpq.br/7503630580967960>

Referências Bibliográficas

ARCHER, François. **Os novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

BRESCIANI, Luís Paulo. **Tradição e transição: o caso do Consórcio Intermunicipal Grande ABC**. Municípios e Estados: experiências com arranjos cooperativos. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, v. 4, p. 161-178, 2011. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Luis_Bresciani2/publication/267707853_Tradiacao_e_transicao_o_caso_do_Consorcio_Intermunicipal_Grande_ABC/links/556451a008ae86c06b69955c.pdf>. Acesso em: 10.mar.2018.

CONCEIÇÃO, Jefferson José da. **Quando o apito da fábrica silencia: atores sociais diante da reestruturação do parque industrial da Região do ABC**. Tese (Doutoramento em Sociologia). Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2006. 338 p. Disponível em: <<http://blogjeffdac.blogspot.com.br/search/label/TESE%20DE%20DOUTORAMENTO>>. Acesso em 26.fev.2018.

_____. **O som do apito e a revitalização de áreas industriais ociosas**. São Bernardo do Campo, jul., 2016. Disponível em: <<http://blogjeffdac.blogspot.com.br/search?q=o+som+do+apito+e+a+revitaliza%C3%A7%C3%A3o+de+%C3%A1reas>>. Acesso em 01.mar.2018.

_____. **Código de conduta para o fechamento e transferências de fábricas**. São Bernardo do Campo, jun, 2016. Disponível em: <<http://blogjeffdac.blogspot.com.br/search?q=C%C3%93DIGO+DE+CONDUTA+PARA+O+FECHEAMENTO>>. Acesso em 28.fev.2018.

_____; LÉPORE, Wendell C.; YAMAUCHI, Gisele. **Região do ABC Paulista, Brasil: histórico fordista, crise, novas formas de governance e esforço de revitalização**. In: CARNEIRO, José Mario Brasileiro; FREY, Klaus. Governança multinível e desenvolvimento regional sustentável. Experiências do Brasil e da Alemanha. São Paulo: Oficina Municipal, 2018.

DANIEL, Celso; SOMEKH, Nadia. Novas estratégias de ação regional: a experiência recente da Câmara do Grande ABC. **Encontro nacional da ANPUR**, v. 8, 1999. Disponível em: <<http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/>>. Acesso em: 27.fev.2018.

HOBBSAWM, Eric. A era dos extremos. São Paulo: Companhia das Letras, p. 97-118, 1995.

KLINK, Jeroen Johannes. **A cidade-região: regionalismo e reestruturação no grande ABC paulista**. DP&A Editora, 2001.225 p.

_____. Por que as regiões metropolitanas continuam tão ingovernáveis? Problematizando a reestruturação e o reescalamento do estado social-desenvolvimentista em espaços metropolitanos. **Território metropolitano, políticas municipais**, p. 83, 2013. Disponível em: <<http://conteudo.imguol.com.br/blogs/52/files/2013/08/Territorio-Metropolitano-e-e-poli%CC%81ticas-municipais.pdf#page=85>>. Acesso em: 07.mar.2018.

LANGENBUCH, Juergen R. **A estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana**. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia, Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, 1971.

LÉPORE, Wendell Cristiano; KLINK, Jeroen Johannes; BRESCIANI, Luís Paulo. Câmara Regional do Grande ABC—produção e reprodução do capital social na Região do Grande ABC Paulista. **Revista Economia & Gestão**, v. 6, n. 13, 2008. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/viewFile/29/124>>. Acesso em: 02.mar.2018

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo Perspectiva**. São Paulo, v. 14, n. 4, p. 21-33, out. 2000. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-8839200000400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28.fev.2018.

MOURA, Dulce et al. A revitalização urbana: contributos para a definição de um conceito operativo. **Cidades, Comunidades e Territórios**, n. 12-13, 2006. Disponível em: <<http://revistas.rcaap.pt/cct/article/view/9228>>. Acesso em: 28.fev.2018.

MOUSSA, Amer N. **O Rio Tamanduateí e o desenho urbano**. Monografia. Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2005. Disponível em: <http://citrus.uspnet.usp.br/fau/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0272/6t-alun/2005/m4-moussa/index.html>. Acesso em: 10 mar. 2018.

NASSIF, André. Há evidências de desindustrialização no Brasil? São Paulo: **Revista de Economia Política**, v.28, n.1, p.72-96, mar. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572008000100004&script=sci_arttext>. Acesso em 23.fev.2018.

ROLNIK, Raquel; SOMEKH, Nadia. Governar as metrópoles: dilemas da recentralização. **São Paulo em perspectiva**, v. 14, n. 4, p. 83-90, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-8839200000400009&script=sci_arttext&lng=pt>. Acesso em: 02.mar.2018.

SAKATA, Margarida Nobue. **Novos instrumentos de gestão urbana e regional: Santo André e o caso do projeto eixo Tamanduateí**. Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, n. 25, p. 186-199, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/posfau/article/view/43615/47237>>. Acesso em: 13.mar.2018.

SANTO ANDRÉ (cidade). Eixo Tamanduateí: O futuro já chegou. Santo André: PMSA, 1999a.

SCOTT, Allen J. **Revitalização industrial nos municípios do ABC: análise diagnóstica e recomendações estratégicas para uma nova economia e um novo regionalismo**. Relatório de consultoria apresentado para a Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, Santo André, nov. 1999.

TEIXEIRA, Aparecida Netto. A produção do espaço público no projeto urbano Eixo Tamanduatehy (Santo André, SP). In: **vitruvius arquitextos**, 122.04, ano 11, jul., 2010. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.122/3483>>. Acesso em 23.fev.2018.

TOURINHO, Andréa de Oliveira; YAMAUCHI, Gisele. Áreas industriais degradadas e processos de requalificação: a experiência do Grande ABC na busca de uma nova centralidade regional. In: **Anais XV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Rio de Janeiro, UFRJ, 2018. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/xvshcu/83014-areas-industriais-degradadas-e-processos-de-requalificacao--a-experiencia-do-grande-abc-na-busca-de-uma-nova-centr>>. Acesso em: 07.out.2018.

TOURINHO, Andréa de Oliveira; YAMAUCHI, Gisele. Áreas industriais degradadas na Região do Grande ABC Paulista – Velhos problemas, novas ideias. In: **Anais XVIII ENANPUR 2019**. Natal, UFRN, 2019. Disponível em: <<http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=833>>. Acesso em: 30.set.2019.

Nota Técnica

19. “DESTRUIÇÃO CRIATIVA” PARA O COMUM: POR UMA REDE DE VEGETAÇÃO (INFRAESTRUTURA VERDE) EM ÁREAS URBANAS NA REGIONAL DO GRANDE ABC

Luis Felipe Xavier
Robson da Silva Moreno

Resumo Executivo

A nota trata de conceitos que emergem como possíveis respostas aos desafios e ameaças em um contexto de pandemia causada pelo Coronavírus – COVID-19; a crise do modelo de desenvolvimento econômico capitalista hegemônico desde o final do século XX, mudanças climáticas em um mundo cada vez mais urbano. Ressalta-se que tais impactos têm efeitos maiores em países do Sul Global, dada a fragilidade dessas sociedades que se inseriram na divisão internacional do trabalho, em apoio à industrialização nos países do Norte Global. Assim, essa nota explora alguns conceitos de planejamento urbano e ambiental que incorporam, por meio da adoção de processos naturais em áreas urbanas, além dos benefícios à saúde ambiental já conhecidos, o apoio à segurança alimentar por meio de dois tipos: a infraestrutura verde comestível e a ecologia cívica ou comunitária. A primeira faz uso de componentes já conhecidos como as hortas comunitárias e também do trabalho com outros tipos como jardins de chuva, tetos e paredes verdes, adotando total ou parcialmente a vegetação comestível. Para o Grande ABC, a nota defende a discussão de uma rede de infraestrutura verde, iniciada em nichos por meio de comunidades e grupos organizados em rede.

Palavras-chave: planejamento urbano e ambiental; segurança alimentar; infraestrutura verde; ecologia cívica e comunitária.

Temos observado uma intensificação nos freios da história dos processos sociais – de produção e reprodução social - desde o início de 2020 no mundo, e em meados de março no Brasil, quando o país (parcialmente, através de alguns estados e municípios) adotou medidas de reclusão para tentar conter o avanço da pandemia do Coronavírus (COVID-19), agravando e evidenciando as contradições do sistema capitalista, na fase de intensificação da aplicação de medidas neoliberais, demonstrando sinais de esgotamento e do quanto falhamos enquanto sociedade – marcada pelas distopias sócio territoriais.

O desafio atual que se coloca à sociedade global do século XXI, que se urbaniza de forma desigual e combinada em uma velocidade cada vez maior, em um cenário marcado pelas mudanças climáticas (IPCC, 2018) em um sistema capitalista em crise (DOWBOR, 2017), cujo processo tem levado a um cenário de incertezas e disparidades, como desigualdades sociais e ameaças crescentes à saúde humana, bem-estar e segurança alimentar.

Esta inversão na qualidade de vida (ou inflexão) é tratada como intensificação dos processos de precarização social por nós, pois já era possível observar no mundo agravamento das condições de vida de muitas pessoas do Sul Global, através da piora de vários indicadores de desenvolvimento humano (IDHM - medida para avaliar a efetividade do conjunto de políticas públicas da ONU), desde meados da década de 1970, momento em que houve uma inflexão na economia pela saída do capital da esfera produtiva para a esfera financeira.

Vislumbramos uma mudança no Brasil, com a construção do pacto federativo da Constituição de 1988, que abordava a noção de equidade de direitos e de acesso

pleno a bens e serviços públicos (como direito humano). Em 1989, porém, veio o tombo – as medidas de austeridade impostas pelo Consenso de Washington aos países latino-americanos, como condição de tomada de empréstimos. Medidas que foram “compradas” por nossas classes dominantes e propagandeadas pelos meios de comunicação nos países do Sul Global como a “tábua rasa” de salvação para a solução (SIC) de nossos problemas criados na fase histórica anterior – de endividamento público.

Entramos na década de 1990 “capotando” com a promessa de futuro e com esfacelamento do pouco que fôra socialmente construído no país a partir da década de 1930 e de nosso “parco” parque industrial - pela abertura comercial (sem restrição) de produtos importados desenvolvidos sob uma base material e tecnológica maior. A “bola da vez” era “soltar as amarras” para deixar a modernidade entrar (SIC) em uma troca material completamente desigual – de produtos primários internos por produtos importados de valor agregado e adicionado maiores, com diferenças também no trabalho incorporado – que tornou ainda mais frágil nossa balança comercial.

Observamos os países do Sul Global agonizarem em momentos distintos em um curto período, após a adoção da tomada destas medidas neoliberais na década de 1990¹, no início dos anos 2000² e na quebra da “farra dos bancos” em 2008.

Em todos estes fatos esteve presente a “salvação” do sistema falho e imprudente, que prioriza a esfera financeira ante à produtiva, com a “socialização dos prejuízos e privatização dos benefícios”. Esta falência na forma (e conteúdo) como se dá a distribuição da riqueza, que é gerada a partir da pobreza, tem tomado o Estado de assalto e tem aprofundado as desigualdades de uma forma cada vez mais rápida, ocasionando movimentos, rupturas e diásporas.

Esta “tendência histórica”, de entrega de soberania (de empresas públicas, de recursos minerais, etc.), para a tomada de empréstimos, acabou funcionando (e ainda funciona) como um regalo dado pelos colonos “salvadores da barbárie e portadores da modernidade” (SIC) aos nossos povos originários para saque, pilhagem e expatriação de todos os nossos recursos, bem como da tomada das garantias (e de futuro) de autonomia (como um espelho na troca pela madeira) no início do genocídio e do apagamento histórico³ vivenciado por nós a partir do século XVI. Afinal o que estes “povos bárbaros” (SIC) saberiam fazer com tanta riqueza. Cabe a pergunta?... **“O que mudou nesta retórica de convencimento de cunho MORAL?”**

Esta condição de troca desigual (e de entrega) é aceita pela maior da população, por não saberem a forma como são colocadas de forma coercitiva (impositiva) as bases da entrega dos nossos recursos e soberania - principalmente por ser apropriada por pequenas frações de classe internas - parceiras da colheita e dos frutos. A consequência só poderia ser o aprofundamento das contradições do sistema que se materializam através da ampliação das desigualdades socio-territoriais, que podem ser percebidas por vários aspectos em diferentes matizes: pelo aumento de privação das famílias⁴; pelo aumento das horas trabalhadas; pela precarização do trabalho⁵; pela discrepância de mobilidade pendular entre as classes; pelo enclausuramento territorial e pelo aumento das formas de superexploração do trabalho⁶ - especificidade intrínseca do “modus operandi” dos países latino-americanos para poder competir no mercado mundial.

Há vários sinais deste esgotamento de discurso de austeridade no mundo (ainda que pungente no Brasil) na medida em que a consequência da aplicação das medidas que estrangulam o Estado e sua capacidade de ação, para garantia de pagamento do sistema da dívida⁷, acarretam o estrangulamento de empresas e das famílias que passam a patinar na ciranda financeira sem fim, como uma bola de neve que cresce sem freios ladeira abaixo. Ao mesmo tempo em que se propagandeia, a partir de uma justificativa moral, como podemos observar em Batista Jr.(1994),

Começou a se pôr em dúvida se teria o Estado competência até para administrar responsabilmente recursos naturais em seu território, sempre que, como no caso da Amazônia, viessem a ser considerados em nome do equilíbrio ecológico mundial, um “patrimônio da Humanidade”. Caso em que esses recursos naturais estariam sujeitos, em princípio, a no mínimo um regime de co-gestão com participação de organismos multilaterais e de organizações não-governamentais dos países desenvolvidos. (Batista Jr, 1994. P.121)

que nossos recursos e bens públicos têm que ser privatizados para “facilitar o acesso” (SIC) a todos que almejam igualdade de acesso a bens e serviços vemos um estrangulamento deste bens apenas às pessoas que são enquadradas como rentáveis (pois dão retorno), como o que acabamos de ver na situação da discussão e aprovação (no dia 24/06/2020) do “novo” (SIC) marco regulatório do saneamento, da privatização da água⁸ – um direito humano imensurável que não pode ficar na mão de transnacionais, por uma questão de acesso universal a um bem que deveria ser enquadrado como DIREITO HUMANO (a todos, sem restrição) e de soberania nacional.

Parece-nos que tudo não passa de um jogo dos “*players*” globais⁹ e de seus parceiros nacionais, como em um grande ensaio... “*Vamos ver até onde é possível apertar a corda*”, como parte de uma “razão sacrificial”¹⁰ colonial que não cansa em nos visitar - em humilhar, violar, torturar - para que poucos (os escolhidos) possam usufruir de um “gozo” pleno, movidos pelo ódio de classe e de raça, que se materializa pelo aumento das formas de expropriação do trabalho, de expatriação do lucro, de extração dos tempos de vida, de captura do que sobra da renda. Todo dispositivo criado para manutenção das taxas de acumulação de riqueza por poucos e para encapsulamento dos trabalhadores em uma situação de insana vertigem, que aprofunda um processo de desumanização constante, e que não se restringe mais aos antigos escravos (povos originários latino-americanos ou imigrantes negros da diáspora africana), no período da “assim chamada acumulação primitiva de capital”¹¹, mas a todos que lutam para sobreviver nesta modernidade limitada que respira um “darwinismo social” – de todos contra todos.

É notório como se impõe estas formas de violência nos países do Sul Global, como o Brasil, em um processo contínuo de desumanização a que estamos submetidos pelo controle total do tempo de vida útil das pessoas neste processo. Tantos são os fetiches criados bem como os cenários de espetáculo que nos afastam da compreensão das distopias que vivenciamos no tempo presente, de nosso passado colonial e de outros momentos nefastos, em que fomos apartados de nossa condição histórica, através de um processo contínuo de apagamento histórico, para que não tenhamos consciência de si e da forma como nossas subjetividades foram e são constituídas. O instinto de sobrevivência do cotidiano que prevalece no tempo presente neste sistema obtuso, acaba impondo uma condição de alienação - que nos oprime e nos aparta da realidade. Um processo que é diariamente alimentado pelo sofrimento, sob a ótica da psicanálise, e que não poderia desencadear outra coisa, a não ser o fechamento do futuro - da expectativa ou da noção de futuro.

Agora que os países se voltam para dentro, através do fechamento de fronteiras para conter a propagação do vírus do Covid-19, que limita a troca comercial internacional, o tamanho do Estado e sua capacidade de gestão se mostram extremamente relevantes para agir de forma rápida na ativação das redes que fortaleçam o desenvolvimento interno através do envolvimento das pessoas em rede: na articulação entre os entes federativos; com medidas de controle, contenção e de reorientação das cadeias produtivas que visem o bem comum, na fabricação e distribuição, por exemplo, de itens de primeira necessidade para contenção das formas de contágio (como máscaras, respiradores, álcool, etc.); no fomento de subsídios pelos bancos públicos

às pessoas físicas e jurídicas a taxas factíveis, diferentes das taxas abusivas e extorsivas praticadas pelo sistema financeiro¹²; na adoção de uma renda básica universal que dê fôlego às famílias que tiveram seus recursos extintos ou reduzidos; de botar na mesa de discussão a taxa de renda, lucros e dividendos; em políticas de segurança alimentar, dada a situação famigerada de muitas pessoas que se agudizou pela ausência de uma proteção social, etc.

Se podemos tirar lições aprendidas desta sobreposição de crises que observamos neste momento de “destruição criativa”, de crise de oferta e de demanda, que se intensificou nesta pandemia, é a rede de solidariedade que tem aparecido em novas formas de gestão¹³, a partir de novas formas de diálogo e de escuta¹⁴, como observado no relato abaixo,

Quando achamos uma ação que nos ajuda isso dá mais força para ajudarmos também vizinhos e familiares que estão mais necessitados. (Cícera Maria Santos Filha, em relato ao ABCDOABC, 30/06/2020).

– principalmente as formas que nasceram e se constituíram em espaços não institucionalizados¹⁵, alimentando e desativando dialeticamente os dispositivos de Estado que foram construídos de forma hegemônica – e que, historicamente, não tem promovido a partilha da riqueza e a equidade tão propagandeada diariamente a todos nós, na medida em que "apaziguar a concorrência e acabar gerando igualdade no acesso aos produtos"¹⁶ colocaria em xeque a estrutura de poder, monopólio e privilégios que regulam nossas relações sociais e que perpetuam a manutenção das taxas de acumulação de capital a alguns bem como as taxas de exploração a muitos.

E é exatamente aqui nestas instâncias disruptivas que pretendemos discorrer, para tratar neste breve ensaio, sem esgotar o debate e a reflexão de outras alternativas (de resposta à crise de oferta e de demanda), de uma das formas de reação que podemos fortalecer outras frequências de escuta, para agirmos de forma rápida e articulada, atacando concomitantemente algumas frentes urgentes a resolver neste “pandemônio” que estamos vivenciando de pandemia - a geração de trabalho e renda e a segurança alimentar, através da implantação em rede da infraestrutura verde e soluções baseadas na natureza em áreas urbanas.

No território das cidades observamos muitos espaços públicos (canteiros, calçadas, praças e parques), mal aproveitados, sem uso ou com uso inadequado – seja forma tradicional como estes espaços foram pensados, constituídos, construídos e/ou apropriados (ou não). Ao mesmo tempo em que, várias cidades no mundo se deparam com os desafios colocados pelo processo de crise gerada pela reestruturação do capitalismo¹⁷ que se urbaniza em uma velocidade cada vez maior, em um cenário marcado pelas mudanças climáticas¹⁸, cujo processo tem levado a um cenário de incertezas e disparidades, como desigualdades sociais e ameaças crescentes à saúde humana, bem-estar e segurança alimentar¹⁹.

Infraestrutura Verde

Os conceitos emergentes em planejamento urbano e ambiental que tem sido desenvolvido a partir da década de 1960, especialmente nos países do norte global, tem nos mostrado a necessidade ímpar de se introduzir intensamente vegetação em áreas urbanas. No entanto, os desafios de se adequar as cidades do Sul Global em um cenário caótico, tornam-se ainda maiores, pois temos há a necessidade de se atender a um percentual de moradores dessas cidades que estão fora dos processos formais de planejamento e gestão urbanas²⁰ e são eles os mais susceptíveis aos riscos propiciados aos eventos extremos, além de não terem segurança alimentar. Como segurança alimentar urbana, Gatzweiler et al. (2018, p.121-122; tradução nossa) afirma que o conceito restringe-se ao “acesso, disponibilidade e uso de

alimentos, o que inclui produção, distribuição, segurança e qualidade dos alimentos, mas muitas vezes ignora o valor nutricional das dietas e escolhas individuais”.

Nesse sentido, dentro dos conceitos emergentes de planejamento urbano e ambiental, como infraestrutura verde e soluções baseadas na natureza, entre outros; há também os que dão conta da produção alimentar em áreas urbanas, alargando ainda mais uma de suas principais características: a multifuncionalidade²¹. Antes de adentrarmos aos conceitos vinculados à segurança alimentar, é importante enfatizar o que é infraestrutura verde, termo que surgiu em 1990: Tzoulas et al. (2007, p. 169; tradução nossa) a define como: “todas as redes naturais, semi naturais e artificiais de sistemas ecológicos multifuncionais dentro, em torno e entre áreas urbanas, em todas as escalas espaciais”.

Para esta parte do trabalho, adotamos dois conceitos que estão fortemente relacionados à infraestrutura verde e que tem a produção de alimentos em seus respectivos escopos: a Ecologia Cívica ou Comunitária²² e a Infraestrutura Verde Comestível²³. Quanto ao primeiro, trata-se da gestão ambiental com base em comunidades em porções do território urbano que vão desde lotes vagos, que são utilizados para implantação de hortas comunitárias a recuperação ambiental de áreas maiores como lixões ocupados por assentamentos precários, em várias localidades do norte e do sul global. Quanto ao segundo, trata-se da “uma rede planejada sustentável de componentes e estruturas alimentares no ecossistema urbano, que são gerenciadas e projetadas para fornecer provisionamento principalmente”²⁴. Para esse fim, a infraestrutura verde comestível, pode incluir hortas e componentes da infraestrutura verde que venham a utilizar espécies comestíveis, como tetos e paredes verdes, jardins de chuva²⁵, paisagismo com espécies comestíveis e florestas urbanas²⁶.

No entanto, boa parte dos solos urbanos costuma ter níveis elevados de elementos potencialmente tóxicos e muitas dessas áreas outrora foram utilizadas como locais de disposição irregular de resíduos sólidos e até antigas plantas industriais. Dentro do amplo escopo de componentes e sistemas que compõem²⁷ a infraestrutura verde, está a remoção de contaminantes do solo por meio dos processos naturais realizados pela vegetação, conhecidos como fitorremediação²⁸ ou no modo da Agricultura Sintrópica²⁹.

O processo de fitorremediação remete a vinculação estratégica que colocamos aqui em dois aspectos: primeiro, a base da sociedade, especialmente aquela que vislumbra por meio de suas necessidades materiais que a cidade industrial do século XX não a supre. Daí o vínculo estreito com as comunidades organizadas, associações de moradores, agricultores urbanos, em suma, uma série de organizações que propiciem uma base para se avançar, por meio do processo “*bottom up*”, a transição para uma cidade que seja de fato “sustentável”. Deve-se salientar que tem crescido a quantidade de coletivos urbanos que, entre outros, questionam o padrão de cidade que nos foi legado³⁰. Nesse aspecto, os estudos realizados por Krasny et al. (2014) e Russo et al. (2017) mostram que articulação comunitária para realizar tal transição, por meio da implantação gradual de uma infraestrutura verde (comestível) é de fundamental importância.

O segundo aspecto é a articulação entre os diferentes tipos de coletivos urbanos (como o MDDF e o PermaPerifa) existentes e as diferentes ações que levem a um sistema urbano sustentável, dentro uma rede que contemple todo o Grande ABC. A abordagem por nichos ou sementes é um processo defendido por Pereira et al. (2018), entendido como uma ferramenta que pode nos ajudar a entender como as transformações urbanas ocorrem e como empurrá-las para trajetórias mais sustentáveis. A partir destes nichos, ou sementes, parte-se para uma abordagem em escala da cidade integrando os diferentes tipos (desde florestas urbanas a hortas comunitárias, sistemas de alagados construídos, entre outros) na construção coletiva

de um zoneamento, de uma rede regional de infraestrutura verde do Grande ABC – ações que, se articuladas em rede, regionalmente, podem agir na linha de frente no combate à fome na garantia da segurança alimentar.

Citamos, por exemplo, uma comunidade de um assentamento precário, que implanta um sistema de compostagem da fração orgânica dos resíduos sólidos, vinculada a uma horta comunitária. O sucesso dessa horta não permite a sua expansão, pelo fato da alta densidade populacional que caracteriza boa parte dos núcleos, assim como, várias cidades da região. Daí, essa horta poderia se expandir para o os tetos (e paredes) das residências dessa comunidade.

Caso consideremos um plantio de cerca de 50% da área dos espaços públicos – praças, parques, rotatórias e calçadas (como parte do sistema viário) -, do Grande ABC em sistemas SAF (Sistemas Agroflorestais ou Sintrópicos) -, com plantio de vegetação endêmica concomitante com alimentos de maior valor agregado, utilizando os princípios e dinâmicas da sucessão natural e da estratificação na disposição do plantio de frutas, castanhas, PANCs, cereais, tubérculos, hortaliças e madeira, podemos ter uma produção de cultura anual mais perene de 62.608 Kg/ha por ano, junto com 37.584 Kg/ha por ano, o que totaliza cerca de 100.192 Kg/ha por ano. Os autores consideraram uma perda de 20%, o que totaliza cerca de 80 Toneladas de comida/ha por ano, conforme podemos observar no Sistema Filho - Caderno nº 34 produzido pela Embrapa³¹.

Ainda que possamos ter uma discrepância de produção por hectare face às adequações no modelo do Sistema Filho, dada as alterações do sítio, condições de solo, concomitância de outros usos (áreas de esportes e de lazer), das variações de contextos no meio urbano o ganho socioambiental é imenso na medida em que possamos cruzar programas de segurança alimentar, geração de trabalho e renda, educação ambiental e um trabalho de regeneração de solo que contribui com a regeneração da flora e recuperação da fauna, auxiliando na intensificação dos fluxos gênicos da infraestrutura verde, aliada a um programa intensivo de combate à FOME - nossa maior distopia social.

Conclusão

Nesta nota técnica, procuramos explorar a necessidade de se ampliar radicalmente as áreas verdes urbanas, como imperativo de enfrentamento às mudanças climáticas e do bem-estar propiciado, fazendo uso de elementos que complementam tal necessidade. Dessa forma, ao inserir na discussão conceitos como a Ecologia Cívica ou Comunitária e a Infraestrutura Verde Comestível, procuramos explorar aspectos da participação e organização comunitária em nichos distribuídos a longo do tecido urbano que permitam avançar para uma transição a uma sociedade sustentável e a adoção, total ou parcial, de espécies vegetais comestíveis nos componentes já consagrados da infraestrutura verde, como tetos verdes, jardins de chuva, entre outros. A ampliação do número de coletivos urbanos é notória, inclusive em relação às ações de solidariedade frente ao grave quadro de crise sanitária e econômica que estamos atravessando, o que nos mostra a potencialidade de se identificar e efetivar as mudanças que se fazem necessárias, com base nesses coletivos, como defende a Ecologia Cívica.

Também essa nota esbarra em uma deficiência de dados e elementos que pretendemos aprofundar em um próximo estudo. Como as potenciais áreas verdes, de lotes vagos a áreas residuais de loteamentos, assim como os assentamentos precários de todos os sete municípios do Grande ABC. Esse desdobramento, passa por articular um levantamento físico que nos dê elementos de análise das possibilidades de implantação dessa rede de áreas verdes/infraestrutura verde, com o aproveitamento máximo de áreas potenciais e seus correspondentes tipos de

infraestrutura verde comestível, visando o combate à fome, que pode ser implantada ao mesmo tempo em que indique inicialmente coletivos, em outros processos de escuta, que indiquem nichos potenciais que possam ser desenvolvidos e articulados em rede, apoiando as nossas cidades rumo a uma transição ecológica, que gere alimento em abundância para contrapor a “abundância da escassez” deste modo de produção que ficou agravada na situação de crise de oferta e demanda que vivenciamos nesta pandemia do Covid-19, com ações que vislumbrem um outro mundo possível – o do comum!

Notas

¹ BATISTA Jr (1994) faz menção à mudança na forma de co-gestão implementada nos países latino-americanos no início na década de 1990, que tem impactado profundamente no estrangulamento do Estado.

² ARANTES (2004) ilustra bem as consequências da adoção das políticas neoliberais em matizes distintas, de acordo com as especificidades de cada país (Argentina, Brasil e México).

³ DUSSEL (1993), coloca em xeque os mitos da modernidade europeia, que se deu através da pilhagem de recursos, saque e genocídio dos povos originários, servindo de base material para o desenvolvimento europeu

⁴ MARQUES (2014) Traz uma contribuição sensível sobre os indicadores de privação, que tendem a concentrar a população mais “frágil” no curto e longo prazos - renda média mais baixa e índice de escolaridade inferior, maior proporção de famílias muito pobres, maior número médio de habitantes por domicílio, proporção mais alta de mulheres com baixa escolaridade chefes de família e proporção maior de adolescentes. A dimensão de privação, pois, pode aparecer correlacionando renda, escolaridade, tamanho das famílias e famílias chefiadas por mulheres.

⁵ LUCE (2013) aborda um recorte histórico, onde é evidenciada a “A superexploração da força de trabalho no Brasil” e do quanto isto limita as nossas formas de produção e reprodução social.

⁶ MARINI (1973) aborda, com precisão como as condições de trocas desiguais se apresentam através de um processo de superexploração do trabalho na produção de mercadorias produzidas em bases materiais distintas, entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento condicionando o capital à espremer ainda mais a composição orgânica do capital – salário.

⁷ ÁVILA (2019), escancara os mitos, mentiras e verdades do Sistema da Dívida

⁸ Projeto de Lei (PL) 4.162/2019, que trata do “novo” (SIC) marco regulatório.

⁹ DOWBOR (2000) p. 160.

¹⁰ MBEMBE (2014), P. 184. Mbembe retoma a Fanon e Cesaire para tratar da parte maldita da colônia, no processo de desumanização do outro – colonizado

¹¹ MARX (2014), no Capítulo 24, do Livro I, aborda o processo de expropriação constante dos meios de produção dos trabalhadores e a conversão dos meios de vida em capital, que acarretam a subordinação do trabalhador ao capital e, pois, agudizam sua reprodução social.

¹² DOWBOR (2017) p.192. Os bancos nacionais, aqui no Brasil, mostram as taxas mensais para “maquiar” um dado que, se fosse mostrado na forma anual, escancalaria o que são: extorsivas e abusivas.

¹³ O Movimento Sem Terra, em 20/06/2020, chegou à marca de 228 toneladas de alimentos saudáveis doados desde o início da pandemia.

¹⁴ O Movimento de Defesa dos Favelados (MDDF), que historicamente busca alternativas para ajudar famílias de comunidades e núcleos habitacionais, foi uma das oito instituições selecionadas pelo SESC Santo André para produzir máscaras nesta pandemia.

¹⁵ MIRAFTAB (2009) trata da importância da constituição dos espaços de representação “insurgentes”, como formas disruptivas de romper com os discursos e narrativas constituídos em espaços hegemônicos institucionalizados.

- ¹⁶ RODRIGUEZ (2020), citando Schumpeter.
- ¹⁷ DOWBOR (2017).
- ¹⁸ NAGENDRA et al. (2018) trata das questões específicas das cidades do Sul Global, que mais crescem, frente ao cenário de mudanças climáticas.
- ¹⁹ NAUMAN et al. (2018; tradução nossa) trabalha com conceitos de segurança alimentar e desenvolvimento urbano contemporâneo.
- ²⁰ MIRAFTAB (2009) trabalha com o planejamento urbano no Sul Global, tendo a África Sul como foco. Já Pirez (2013) trata do processo da urbanização especificamente na América Latina.
- ²¹ TZOULAS et al.(2007) trata da relação da infraestrutura verde urbana com a melhora da saúde ambiental urbana.
- ²² Civicecology de Krasny et al.(2014; tradução nossa).
- ²³ Ediblegreeninfrastructure de Russo et al. (2017; tradução nossa).
- ²⁴ RUSSO et al.(2017, p. 54; tradução nossa).
- ²⁵ RICHARDS et al. (2017) analisa a utilização de plantas comestíveis em jardins de chuva.
- ²⁶ RUSSO et al. (2017) trabalha a revisão bibliográfica da infraestrutura verde comestível e, PEREIRA et al.(2018) o conceito de “sementes” ou nichos para a transição urbana sustentável, fazendo uso, entre outros, de agricultura urbana e florestas urbanas.
- ²⁷ RUSSO et al.(2017; MORINAGA, (2017). este trabalha a questão da infraestrutura verde para a recuperação de áreas urbanas contaminadas.
- ²⁸ KIRPICHCHIKOVA, (2009) analisa a descontaminação de áreas com metais pesados por meio da fitorremediação e; BARROS (2017) trabalha a questão do tratamento de antigos locais de disposição final de resíduos sólidos.
- ²⁹ Agricultura Sintrópica é o termo utilizado por Ernst Götsch de uma agricultura que concilia produção agrícola e recuperação de áreas degradadas, baseada em processos que mimetizam a regeneração natural e os processos sintrópicos da vida.
- ³⁰ HORI (2019), trata dos coletivos na cidade de São Paulo, especialmente o “Ocupe e Abrece” que atua na Praça da Nascente no bairro da Vila Pompeia.
- ³¹ Sistema Filho: sistema elaborado por GUIMARÃES e MADEIRA (2017), conforme modelo desenvolvido por Ernst Götsch em Brasília, no Sítio Semente.

Luis Felipe Xavier. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Paulista (1996). Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela USP (2009). Professor dos Cursos de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da USCS, e da Graduação e Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo. É Sócio-Diretor da LFX-OBRA. Currículo Lattes <http://lattes.cnpq.br/9765522247252729>

Robson da Silva Moreno. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1990), mestre em Estruturas Ambientais Urbanas pela FAU-USP (2004), doutorando em Planejamento e Gestão do Território pela UFABC. Trabalha do Departamento de Resíduos Sólidos do SEMASA e é Professor do Curso de Pós Graduação em Arquitetura, Cidade e Sustentabilidade do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo. Currículo Lattes <http://lattes.cnpq.br/4690516172393093>

Referências Bibliográficas

ABCDOABC. Campanha Tecido Solidário gera renda para costureiras com produção de máscaras. 30/06/2020. Disponível em <<https://www.abcdoabc.com.br/abc/noticia/campanha-tecido-solidario-gera-renda-costureiras-producao-mascaras-103747?fbclid=IwAR1BOKUO-4YbDc5JzVS2eWTacMdqfsL0-kjgdG99xgU05ytlf3yPm15ci3w>> (Acesso em 30 de junho de 2020).

ACSELRAD, Henri (Org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ: Coleção Território, ambiente e conflitos sociais, 2013.

ARANTES, Paulo F. **O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades latino-americanas**. 2004. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

AVILA, Rodrigo. **Mentiras e verdades sobre a dívida pública – parte 3**. Texto atualizado em abril de 2018. Disponível em <<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/mentiras-e-verdades-sobre-a-divida-publica-parte-3/>> (Acesso em 27 de junho de 2020).

BARROS, Luzia H.S. **A paisagem requalificada: dos lixões aos parques urbanos**. In: PELLEGRINO, P.; MOURA, N.B. [org.] Estratégias para a infraestrutura verde. Barueri, SP: Manole, 2017, p. 183-212.

BATISTA Jr, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. p.115-161. 1994. in Batista Júnior, Paulo Nogueira. Paulo Nogueira Batista : pensando o Brasil : ensaios e palestras / Paulo Nogueira Batista Jr, organizador. - Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. 336 p.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil** : texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

Câmara dos Deputados. Presidência da República. **Projeto de Lei nº 4162**, de 2019

DOWBOR, Ladislau, 1941- **A era do capital improdutivo: Por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo?** / Ladislau Dowbor. - São Paulo: Autonomia Literária, 2017. 320 p.

DOWBOR, Ladislau. **Gestão social e transformação da sociedade**. in KON, A.; BANKO, C.; MELCHER, D.; CACCIAMALI, M. C. Costossociales de las reformas neoliberales en América Latina. São Paulo: PUC; Núcleo de Pesquisas EITT; FAPESP; USP/PROLAM; Venezuela: Universidad Central de Venezuela. 2000. p. 159-175

DUNKER, Christian Ingo Lenz **Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros** / Christian Ingo LenzDunker. - 1. ed. - São Paulo :Boitempo, 2015. (Estado de Sítio) recurso digital.

DUSSEL, Enrique. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1993.

GATZWEILER, Franz W. et al. **Harness Urban Complexity for Health and Well-Being**. In: Elmqvist, T., Bai, X., Frantzeskaki, N., Griffith, C., Maddox, D., McPhearson, T., Parnell, S., Romero-Lankao, P., Simon, D., & Watkins, M. (Eds.). .Urban Planet. Cambridge University Press, 2018. <https://doi.org/10.1017/9781316647554>

GUIMARÃES, Tadeu Graciolli; MADEIRA, Nuno Rodrigo. **Sistema Filho: fruticultura integrada com lavouras e hortaliças**. In Circular Técnica nº 34 da Embrapa. Planaltina, DF. Maio, 2017.

HORI, Paula. **Os Coletivos Urbanos da cidade de São Paulo: ações e reações**. In: Anais da XVII ENANPUR. São Paulo, maio de 2017. Disponível em: <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/2229>. Acesso realizado em 18/08/2019

KINUPP, V.F. 2007. **Plantas Alimentícias Não-Convencionais da Região Metropolitana de Porto Alegre**. 2007. 562 p. Tese de Doutorado em Fitotecnia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/12870>> . (Acesso em 20 julho de 2020).

KIRPICHCHIKOVA, Tatiana. **Phytoremédiation par Jardins Filtrants d'un sol pollué par des métaux lourds: Approche de laphytoremédiation dans des casiers végétalisés par des plantes de milieux humides et étude des mécanismes de remobilisation/immobilisation du zinc et du cuivre**. Géochimie. Université Joseph-Fourier - Grenoble I, 2009.

KRASNY, Marianne et al. **Civic ecology practices: Participatory approaches to generating and measuring ecosystem services in cities**. *Ecosystem Services*, 7, 177 –186, 2014. <https://doi.org/10.1016/j.ecoser.2013.11.002>

LUCE, Mathias Seibel. **“A superexploração da força de trabalho no Brasil: evidências da história recente”** in: IPEA. Desenvolvimento e dependência : cátedra Ruy Mauro Marini / Organizador: Niemeyer Almeida Filho. – Brasília : Ipea, 2013. 233 p.

MACHARG, Ian L. **Design with nature**. Nova York: John Wiley & Sons Inc., 1969. p-39-41.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. 1973. In: TRASPADINI, R.; STÉDILE, J. P. (Orgs.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005a.

MARQUES, Eduardo. **Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo**. São Paulo: EdUnesp, 2014.

MARX, Karl. **“A assim chamada acumulação primitiva”**. In: MARX, Karl. O capital. São Paulo: Boitempo, 2017a. v. I. p. 785-833.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. 1. Ed., Lisboa: Antígona, 2014. Tradução de Marta Lança.

MIRAFTAB, F. **Insurgent planning: Situating Radical Planning in the Global South**. *Planning Theory*, v. 8(1): 32-50, 2009.

MORINAGUA, Claudio.M. **Gestão de paisagens na recuperação de áreas contaminadas**. In: PELLEGRINO, P.; MOURA, N.B. [org.] Estratégias para a infraestrutura verde. Barueri, SP: Manole, 2017, p. 183-212.

NAUMAN, Sandra et al. **Utilizing Urban Living Laboratories for Social Innovation** In: Elmqvist, T., Bai, X., Frantzeskaki, N., Griffith, C., Maddox, D., McPhearson, T., Parnell, S., Romero-Lankao, P., Simon, D., & Watkins, M. (Eds.). *Urban Planet*. Cambridge University Press, 2018. <https://doi.org/10.1017/9781316647554>

PELLEGRINO, Paulo. **Paisagem como infraestrutura hídrica**. In: PELLEGRINO, Paulo; MOURA, Newton B. [org.] Estratégias para a infraestrutura verde. Barueri, SP: Manole, 2017.

PEREIRA, Laura M. et al. **Seeds of the Future in the Present: Exploring Pathways for Navigating Towards “Good” Anthropocenes**. In: Elmqvist, Thomas et al. (Eds.). *Urban Planet*. Cambridge University Press, 2018. <https://doi.org/10.1017/9781316647554>.

QUIJANO, Aníbal. **“Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina”** em Anuario Mariáteguiano (Lima: Amauta) Vol. IX, Nº 9. 1997.

Redação Bem Paraná com assessoria. **MST distribui 44 toneladas de alimentos a famílias da periferia de Londrina, no Paraná**. 20/06/2020. Disponível em <<https://www.bemparana.com.br/noticia/mst-distribui-44-toneladas-de-alimentos-a-familias-da-periferia-de-londrina-no-parana#.Xv6i5ihKjDc>> (Acesso em 28 de junho de 2020).

RICHARDS, Paul. J. et al. **Can raingardens produce food and retain stormwater? Effects of substrates and stormwater application method on plant water use, stormwater retention and yield**. *Ecological Engineering*, 100, 165–174, 2017. <https://doi.org/10.1016/j.ecoleng.2016.12.013>

RODRIGUEZ, Margarita. **O homem que previu o fim do capitalismo e que ajuda a entender a economia de hoje**. 28/06/2020. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-53215341>> (Acesso em 28 de junho de 2020).

RUSSO, Alessio et al. **Edible green infrastructure: An approach and review of provisioning ecosystem services and disservices in urban environments.** In *Agriculture, Ecosystems and Environment* (Vol. 242, pp. 53–66). Elsevier B.V, 2017. <https://doi.org/10.1016/j.agee.2017.03.026>.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia.** (Editado por George Allen e Unwin Ltd., traduzido por Ruy Jungmann). — Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

TURINO, C. **Ponto de cultura: o Brasil de baixo para cima.** 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

TZOULAS, Constantin et al. **Promoting ecosystem and human health in urban areas using Green Infrastructure: A literature review.** *Landscape Urban Plann.* 81(3), 167–178. <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2007.02.001>

20. CRISE AGROALIMENTAR E COVID-19: É POSSÍVEL ESTABELEECER RELAÇÃO?

Carolina Gouveia

Resumo Executivo

Diante da crise Covid-19, encontrou-se, a partir de pesquisas científicas, uma possível correlação entre a criação extensiva de animais para consumo e a difusão da doença. Esta que, por sua vez, conseguiu ser compatível com os humanos e, portanto, fez com que fosse, e ainda seja possível, a contaminação de humanos com a doença. O artigo revisa algumas das pesquisas feitas e estabelece relação com dados já apresentados pela FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e trabalhos focados no impacto que a produção animal de grande escala tem no meio ambiente. Finalizo com propostas para que seja possível a transição para um sistema alimentar mais sustentável e durável a longo prazo.

Palavras-chave: agronegócios, produção animal de grande escala, sistema alimentar sustentável

A partir da perspectiva de intensa exploração ambiental vivida globalmente, é possível relacionar a crise do Covid-19 com a alta demanda do ser humano por um padrão de vida não sustentável. O grande poder do agronegócio é parte crucial para analisar a crise alimentar e ecológica atual, visto que, apesar de ter influência na alta produção de soja e milho, deve-se ter em mente que aproximadamente 79% da soja mundial produzida, por exemplo, é destinada apenas para a alimentação de gados (WWF). Mesmo com tanto alimento disponível ainda há 820 milhões de pessoas no mundo que passam fome (FAO 2019).

O agronegócio esmaga a renda dos agricultores familiares, desgasta a saúde de quem trabalha nas plantações - devido aos inúmeros agrotóxicos utilizados -, acaba com a biodiversidade, desmata, polui o ar, a terra, a água, assim como precariza a saúde de quem consome os produtos, já que foram plantados e desenvolvidos com veneno, desde a Revolução Verde. Esse programa, criado em Washington no ano de 1940, visava aumentar a produtividade das plantações, utilizando-se de sementes modificadas (transgênicas) que resistem à pragas e doenças, de adubos e fertilizantes químicos, de agrotóxicos e uso de máquinas no campo, baseando-se num discurso de erradicação da fome, devido ao aumento da produção. O direcionamento da adoção desse programa era principalmente países em desenvolvimento, como Brasil, Índia e México; países já especializados em produção agrícola ao invés de bens de consumo duráveis, que requerem maior industrialização e investimento em desenvolvimento e tecnologia.

A produção aumentou de fato. No entanto, diversos pequenos agricultores não conseguiam mais competir com as grandes extensões de terra utilizadas para plantar sementes transgênicas, e também acabavam se endividando por não conseguir produzir o suficiente de forma a competir com as grandes multinacionais que detinham o poder das sementes e das “inovações” químicas (Monsanto, Dupont e Dow (Estados Unidos), Syngenta (Suíça), Basf e Bayer (Alemanha)). Essas produções, em vez de serem direcionadas à população, principalmente aos povos que passam fome, foram destinadas, em sua maioria, aos países já desenvolvidos - tanto que é alto o índice de exportação de grãos de países em desenvolvimento, e não apenas para a alimentação de humanos, mas sim para sustentar a produção intensiva de gados.

Tomemos como exemplo um quilo de carne de boi, que requer três quilos de grãos e quinze mil litros de água. Um quilo de carne alimenta uma quantidade bem menor de pessoas do que três quilos de grãos, estes que além de serem ricos em proteína, carboidrato complexo, fibras, vitaminas e sais minerais (só a soja já é rica em cálcio, magnésio, e ainda com certo teor de vitamina C, B6 e A, que se combinada com outros grãos, verduras, legumes e frutas, atinge-se facilmente as necessidades diárias recomendadas de vitaminas e minerais) enquanto a carne disponibiliza proteína, gordura saturada extremamente prejudicial à saúde e ferro. Tendo em vista a criação extensiva de animais, principalmente no Brasil, China e Índia, o uso de terras para plantar alimentos que virarão ração tendeu a aumentar desde a Revolução Verde e hoje, 93% da área de soja cultivada apenas no Brasil é transgênica, colocando-nos em segundo lugar no ranking de maiores produtores de alimentos transgênicos (prejudiciais à saúde do produtor, à terra, ao meio ambiente e à população ao redor dos campos transgênicos), estando atrás apenas dos Estados Unidos. “Enquanto a União Europeia limita a quantidade máxima que pode ser encontrada do herbicida glifosato na água potável em 0,1 miligramas por litro, o Brasil permite até 500 vezes mais” (Bombardi, 2017). Isso é resultado da indústria agropecuária que transformou alimentos em *commodities*, que é alimentado pelos próprios consumidores que compram carnes e derivados de origem animal, e por um sistema que patenteia sementes, de forma a excluir a diversidade alimentar e precarizar os antigos pequenos produtores que utilizavam adubos e fertilizantes orgânicos, e faziam rotação de culturas.

A organização já afirmou que 70% das novas doenças que surgiram e afetaram os humanos são de origem animal. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (2018), só no Brasil há aproximadamente 213 milhões de bovinos, 41 milhões de suínos e pouco mais de 1,4 bilhões de galinhas, ou seja, temos mais cabeça de gado que de habitantes no país; sem contar cabras e ovelhas. A criação de gado é insustentável no sentido ambiental, visto que além de ocupar grandes extensões de terra que foram - e ainda são - desmatadas para que a criação fosse possível, também produz gases que contribuem para o efeito estufa (Bustamante *et al.* 2012), toneladas de esterco que poluem a água (M.C. Ramos, *et al* 2006), intenso uso da água para a produção de toneladas de carne (FAO 2006). Somando apenas o que os Estados Unidos utilizam para alimentação de gado (soja e milho majoritariamente), seria possível alimentar todas as pessoas que passam fome no mundo caso todos os grãos utilizados fossem direcionados ao consumo dos que não têm o que comer, segundo David Pimentel, professor da Cornell University.

Migrando para a causa da pandemia à luz de pesquisas feitas, não há evidências claras de que o Covid-19 provém dos mercados úmidos chineses, incluso nesse sistema de alto consumo e produção de animais, em Wuhan que comercializa animais domésticos e selvagens. Um caso clínico dirigido por cientistas chineses (Chaolin Huang, MD *et al.*) mostrou que nos primeiros 41 casos de pacientes hospitalizados, houve um total de 13 casos de pacientes que não tiveram contato algum com o mercado em Wuhan, fato este considerado estatisticamente relevante. Um cenário possível pensado por cientistas do instituto de pesquisas Scripps é de que o vírus SARS-CoV-2 tenha evoluído a partir do morcego para um animal hospedeiro intermediário, chegando na sua forma atual, e aí sim transmitido para os humanos (Kristian G. Andersen *et al.*). Pesquisadores do mesmo instituto afirmam que a genética do vírus mostra que o hospedeiro tenha sido algum animal com grande população, a fim de que a seleção natural ocorra de forma eficiente, além de ter uma

ACE2⁵⁹ parecida com a de seres humanos, permitindo a fácil ligação do vírus com as nossas células.

Dito isto, os porcos são os animais que mais se aproximam de serem o hospedeiro intermediário por terem sistema imunológico muito semelhante com o dos humanos. Coincidentemente (ou não), a província Hubei que tem Wuhan como uma das cidades, é um dos cinco maiores produtores de suínos da China (GRAIN 2020), a partir da criação de milhares de porcos em galpões, confinados. Ambiente altamente propício para a reprodução do vírus.

A China consome, por ano, aproximadamente 30 quilos *per capita* de suínos (OCDE, 2019) e em 2009, por exemplo, era a primeira nação no ranking de maiores produtores mundiais de porcos, resultando em 46.205 toneladas produzidas no período. Em 2012, foi identificado o PDCoV - deltacoronavírus porcino - em Hong Kong, e dois anos depois, nos EUA, do qual até hoje não se sabe a origem. O vírus causa diarreia e lesões no intestino dos suínos e apesar de não ser um vírus tão fatal quanto a PEDV (diarreia epidêmica dos suínos), é capaz de infectar diversas células do corpo não apenas de porcos, mas também de aves e humanos. Em 2018, os porcos da China foram infectados pela Peste Suína Africana, afetando 40% da indústria de comercialização desses animais. Além dessas, também houve um surto de aves domésticas com H5N1 HPAI, a avian influenza H7N9, a gripe suína H1N1, a febre Q que passou de cabras para humanos, e diversos outros mencionados no relatório da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) de 2013.

Passamos de uma produção mundial de 70 milhões de toneladas em 1960 para 330 milhões de toneladas em 2017 (BBC News). No entanto, levando em consideração o aumento proporcional de habitantes no planeta Terra, percebe-se que foi de 3,03 bilhões, em 1960, para 7,51 bilhões (Banco Mundial). Isso quer dizer que com uma população 2,47 vezes maior, o consumo de animais deveria ser proporcional; entretanto, o aumento desse consumo foi de 4,71 vezes - lembremos, mais uma vez, que mesmo com esse aumento muitos ainda passam fome. O planeta não se renova tão rapidamente como tão rápido ele é destruído pelo sistema agroalimentar esmagador vigente. Além disso, as tantas epidemias e pandemias já vividas ao longo dos anos provam o quão insustentável é esse modelo de produção - e reprodução - do agronegócio no qual nos inserimos atualmente, que se baseia no confinamento em massa, tornando o ambiente absolutamente propício para a propagação de doenças; antibiótico; agrotóxico; poluição.

Devemos buscar a saída em práticas sustentáveis e ecológicas, com criação e implementação de políticas públicas que fomentem a segurança alimentar, que incentive os pequenos produtores a fazerem manejo de terra, a produzirem diversidade de alimentos regionais. Devem-se incentivar paralelamente programas governamentais de circuitos curtos, isto é, circuitos de comércio que não possuem intermediários entre produtor e consumidor, e que, quando há, restringe-se a no máximo um (como uma cooperativa ou uma rede que transporta os alimentos diretamente ao consumidor, ou um mercado que recebe os produtos da região), mercados locais, feiras livres orgânicas com os produtores da região. A proibição de comerciais de ultraprocessados na televisão também seria uma medida ideal, visto que muitos destes têm como matéria prima ingredientes proveniente do milho e soja, como xarope de milho, maltodextrina, goma xantana, lecitina de soja; que por sua vez, além de em sua forma de alimento integral serem usados como ração para gado,

⁵⁹ ACE2 é a enzima conversora da angiotensina 2, que facilita a entrada de alguns coronavírus, como HCoV-NL63, o SARS-CoV e também o novo SARS-CoV-2.

desgastam o solo, já que não há rotação de cultura; com intenso uso de fertilizantes químicos, adubos químicos, que diminuirão cada vez a capacidade de produção do solo, deixando-o infértil. Ademais, são ricos em calorias, gorduras, açúcar e sal e que não favorecem um estilo de vida saudável, baseado em alimentos integrais.

A prioridade deve ser a produção de alimentos para humanos e não para gado; deve-se implementar a policultura; incentivar a agricultura familiar a partir de fácil disponibilidade de crédito às famílias e compra dos excedentes de alimentos por parte do Estado, de forma a assegurar que os produtores terão renda necessária para de sustentar caso não consigam vender ao mercado tudo o que almejavam; deve-se ter mais políticas públicas de decretos que delimitem o espaço máximo de terra para as fazendas industriais, pois esta apesar de comercializar produtos de menor custo, deixam ao longo do processo dívidas sociais e ambientais muito grandes, como: a poluição de águas subterrâneas - devido ao uso intensivo de produtos do "Pacote Químico" (agrotóxicos, fertilizantes químicos, adubo químico, pesticidas) que acabam encarecendo a água das populações -, a já mencionada degradação e queda imensa da fertilidade do solo, as mudanças climáticas devido aos gases produzidos pela criação de gado, ao uso dos fertilizantes, do maquinário de produção e transporte, sem contar o tanto de terra que essas grandes empresas concentram, favorecidas pela ideologia neoliberal de competição, produtividade, baixo custo empresarial e de produção para a maximização dos lucros, já que atingem bilhões nestes (toma-se aqui como exemplo a JBS, que teve *lucro líquido* de mais de R\$6 bilhões em 2019), tendo poder no mercado e no sistema agropecuário, e gerando, evidentemente, danos imensos ao meio ambiente e às populações ao redor de suas terras e frigoríficos. A própria JBS já violou diversos direitos trabalhistas (demissões irregulares, descumprimento de normas do âmbito da saúde e segurança, não aceitação de afastamentos por motivos médicos), comprou gado provindo de terras desmatadas irregularmente, e que, mesmo recentemente tendo um surto de Covid-19 em uma das unidades de frigorífico no município de Ipumirim (Santa Catarina), manteve seus trabalhadores ativos; a unidade foi interditada apenas após a ida do Ministério do Trabalho na unidade, que verificou 86 casos confirmados. Outra unidade também foi interditada em Caxias do Sul (Rio Grande do Sul) pelo mesmo motivo⁶⁰.

Comer é um ato político. A partir da conscientização por meio de incentivos às práticas para formação de agroflorestas, redes cooperativas, cursos especializantes sobre desenvolvimento sustentável e agroecologia para os pequenos produtores, junto com o auxílio de um Estado proativo e eficiente para realização de campanhas e facilitação do acesso da população mais vulnerável aos cursos, com as Organizações Não-Governamentais para o recrutamento de voluntários, quiçá faremos parte da transição para um sistema mais justo para o planeta e para nós: o agroecológico.

Carolina Gouveia. *Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do ABC. Estudou de francês na Université Grenoble Alpes em setembro de 2019. cursou um semestre de Economia pela Universidade Federal de São João Del Rei (2017). Realizou intercâmbio de um semestre no Colégio Chippewa (Canadá). É membro da Organização Não-Governamental ROTARACT, desenvolvendo diversas ações sociais. Atuou como atriz no projeto "Ciência em Cena", realizado pela UFABC. É membro do grupo Coral da mesma Universidade.*

⁶⁰ Ação civil pública, de número 0020513-04.2020.5.04.0405.

Referências Bibliográficas

FAO. <http://www.fao.org/hunger/en/>. Acesso em: 17 mar 2020

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. Laboratório de Geografia Agrária. FFLCH - USP, São Paulo, 2017

WWF (WideFund For Nature)

https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/reducao_de_impactos2/agricultura/agr_soja/.

Acesso em: 17 mar 2020

Prof Chaolin Huang, MD, Yeming Wang, MD, Prof Xingwang Li, MD Prof LiliRen, PhD Prof Jianping Zhao, MD Yi Hu, MD et al. **Clinical features of patients infected with 2019 novel coronavirus in Wuhan, China**. January 24, 2020. Disponível em:

[https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30183-5](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30183-5). Acesso em: 17 mar 2020

GRAIN. **Novas pesquisas sugerem que a criação industrial de animais, e não os mercados úmidos, pode ser a origem do Covid-19**. 30 mar 2020. Disponível em:

<https://grain.org/pt/article/6439-novas-pesquisas-sugerem-que-a-criacao-industrial-de-animais-e-nao-os-mercados-umidos-pode-ser-a-origem-do-covid-19#sdfootnote6sym>. Acesso em 17 abr 2020.

Kristian G. Andersen, Andrew Rambaut, W. Ian Lipkin, Edward C. Holmes & Robert F. Garry, "The proximal origin of SARS-CoV-2", *Nature Medicine*. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41591-020-0820-9>. Acesso em: 17 abr 2020

FAO. **World Livestock 2013: Changing Disease Landscapes**. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/019/i3440e/i3440e.pdf>. Acesso em 11 mai 2020.

IBGE. 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939#resultado>. Acesso em 11 mai 2020.

OECD Data. Disponível em: <https://data.oecd.org/agroutput/meat-consumption.htm>. Acesso em 22 mai 2020

Boley PA, Alhamo MA, Lossie G, Yadav K, Vasquez-Lee M, Saif LJ, et al. **Porcine Deltacoronavirus Infection and Transmission in Poultry, United States**. *Emerg Infect Dis*. 2020;26(2):255-265. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.3201/eid2602.190346>. Acesso em: 22 mai 2020

Verdecchia P, Cavallini C, Spanevello A, Angeli F. **The pivotal link between ACE2 deficiency and SARS-CoV-2 infection** [published online ahead of print, 2020 Apr 20]. *Eur J Intern Med*. 2020;S0953-6205(20)30151-5. doi:10.1016/j.ejim.2020.04.037. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7167588/>. Acesso em: 24 mai 2020.

IBGE Notícias. Desemprego cai em 16 estados em 2019 mas 20 tem informalidade recorde. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26913-desemprego-cai-em-16-estados-em-2019-mas-20-tem-informalidade-recorde>. Acesso em: 24 mai 2020.

Agência de Notícias IBGE. Desemprego aumenta em 12 estados no primeiro trimestre. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27708-desemprego-aumenta-em-12-estados-no-primeiro-trimestre>. Acesso em: 24 mai 2020

JusBrasil. **12 pontos em que o trabalhador foi prejudicado pela reforma trabalhista**. Disponível em:

<https://direito24hs.jusbrasil.com.br/artigos/490163939/12-pontos-em-que-o-trabalhador-foi-prejudicado-pela-reforma-trabalhista>. Acesso em: 24 mai 2020

FAO. **World Livestock 2013 Changingdiseaselandscapes**. Disponível em: <http://www.fao.org/3/i3440e/i3440e.pdf>. Acesso em: 25 mai 2020

Bustamante, M.M.C., Nobre, C.A., Smeraldi, R. et al. **Estimatinggreenhousegasemissionsfromcattleraising in Brazil**. *ClimaticChange* 115, 559–577 (2012). Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10584-012-0443-3>. Acesso em: 25 mai 2020

FAO. **Livestock's Long Shadow: Environmental issues and options**. Rome, 2006. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a0701e/a0701e00.htm>. Acesso em 25 mai 2020

Cornell University. **U.S. could feed 800 million people with grain that livestock eat, Cornell ecologist advises animal scientists**. 1997. Disponível em: <https://news.cornell.edu/stories/1997/08/us-could-feed-800-million-people-grain-livestock-eat> Acesso em: 25 mai 2020

Banco Mundial. **Total population data**. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL>. Acesso em: 12 jun 2020

BBC News. **Carne na alimentação: quais países lideram o ranking?**. 9 fev 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-47125834#:~:text=O%20consumo%20de%20carne%20no%20mundo%20aumentou%20rapidamente%20nos%20%C3%BAltimos,de%20330%20milh%C3%B5es%20em%202017>. Acesso em: 12 jun 2020.

Nota Técnica

21. EVOLUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE UM BANCO DIGITAL: ANALISANDO AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS DO BANCO INTER

Vinicius Oliveira Silva
Beatriz Larissa Viana de Melo
Heloise Oliveira da Silva
Rodrigo Fumio Otagaki
Weverton Felipe Berro

Resumo executivo

Esta nota técnica é fruto de um Trabalho de Conclusão de Curso de Tecnólogo em Gestão Financeira, da Escola de Gestão e Negócios. As demonstrações contábeis são uma ferramenta de suma importância na avaliação de uma empresa. Através delas, a sociedade pode identificar os resultados das decisões tomadas no passado, erros e acertos, planejar o futuro e entender as estratégias de uma empresa. Este trabalho visa obter uma perspectiva da situação financeira do Banco Inter e uma visão geral dos prospectos futuros utilizando seus demonstrativos financeiros. Através da pesquisa bibliográfica buscou-se expor os fundamentos por trás dos índices utilizados e, por meio da coleta de dados divulgados pela empresa, realizar a análise da instituição na prática. Os resultados encontrados demonstraram que a empresa tenta inserir-se no concorrido mercado bancário por meio de uma política que visa o crescimento ao adicionar valor ao cliente e adquirir sua confiança, mas que reduz a capacidade da organização de gerar lucro e a deixa vulnerável às variações do mercado. Concluiu-se que, apesar dos lucros modestos e do prejuízo obtidos no 1º trimestre de 2020, a estratégia tem gerado bons resultados e o banco tem um crescimento exponencial.

Palavras-chave: demonstrações contábeis e financeiras; gestão financeira; mercado bancário.

Introdução

A economia global está em constante mudança. Seja no mercado, na economia, na política, na cultura, na tecnologia e no micro e macro ambiente, estas mudanças trazem consigo um risco que afeta diversos grupos de interesse. Em um mercado tão competitivo é imprescindível que o processo de tomada de decisão seja embasado por informações precisas.

A análise das demonstrações contábeis é uma ferramenta de grande utilidade para o conhecimento da situação econômico-financeira das empresas. Para os gestores elas servem como uma autoavaliação de desempenho sobre as quais eles poderão identificar os resultados atingidos a partir das decisões passadas e auxiliar no processo decisório. Para os acionistas ela permite identificar a rentabilidade de seu investimento e a perspectiva de crescimento. Para outros *stakeholders* como o governo, os sindicatos, os investidores e funcionários, ela fornece informações específicas aos interesses de cada grupo.

Com o objetivo de evidenciar a efetividade desta ferramenta, este trabalho se propôs a realizar tal análise tendo como objeto de estudo o Banco Inter, no período do 1º trimestre de 2017 até o 1º trimestre de 2020. O banco Inter é uma *fintech*, ou seja, uma empresa que se utiliza de tecnologia para aperfeiçoar serviços no sistema financeiro. Ele se destaca por ser o primeiro banco 100% digital do Brasil, sem

nenhuma agência e com todos os serviços sendo prestados online, e por não possuir taxas sobre serviços básicos.

Outro fator de interesse é analisar como as mudanças no ambiente afetaram a evolução e as decisões da empresa durante o período citado. Entre elas podemos citar a greve dos caminhoneiros, as eleições, a reforma da previdência e o surto de coronavírus.

Desenvolvimento

Este trabalho iniciou-se a partir da pesquisa bibliográfica de indicadores de desempenho que fossem apropriados para a análise de um banco. Estes compõem sistemas que possuem um papel importante ao apontar se as decisões tomadas pela organização levaram-na a direção correta (Assaf, 2015).

Dentre os sistemas de indicadores elencados estão os de Solvência e Liquidez, responsáveis por determinar a capacidade que a empresa tem para cumprir com os seus compromissos e perpetuar suas atividades, os de Capital e Risco, que contabilizam o montante de capital próprio que uma instituição financeira possui e o risco assumido em seus negócios, e os de Rentabilidade e Lucratividade, que avaliam o retorno dos investidores e a capacidade da organização de gerar receitas.

Avaliou-se que seria necessário aplicar uma análise horizontal e vertical dos índices encontrados e dos valores divulgados pela empresa. Esta necessidade ocorre pelo fato destes valores não terem a capacidade de transmitir informações relevantes *per se*. Somente através da comparação dos resultados entre si e com os de períodos anteriores pode-se identificar a real evolução da empresa.

O passo seguinte foi a coleta das demonstrações contábeis relativas ao período estudado. Estes dados foram divulgados pelo Banco Inter, prática comum entre empresas de capital aberto, como é o caso.

Iniciou-se então a parte prática do estudo. Os índices de desempenho foram calculados trimestralmente, tais quais os dados disponibilizados pela empresa, e subsequentemente comparados através da análise horizontal e vertical.

Resultados Obtidos

Todos os resultados obtidos com o estudo e explicados abaixo estão expostos na Tabela 1.

Indicadores de Solvência e Liquidez

O índice de encaixe voluntário nos mostrou que, no 1º trimestre de 2018, o banco tinha muitas disponibilidades. No 2º trimestre de 2018, houve, porém, uma redução drástica por conta de o banco começar a utilizar o seu capital em aplicações (empréstimos, investimentos, etc.) que irão gerar receitas.

No que tange à liquidez imediata, observou-se que, mesmo com a baixa das quedas das disponibilidades, o banco conseguiu manter a sua liquidez através das aplicações interfinanceiras – desta forma, conseguindo cumprir com os seus compromissos de curto prazo, sabendo-se que o seu conceito é: quanto maior ele for, melhor será para a empresa.

Assim a participação de empréstimos teve uma evolução considerável de 42% para 149% a partir do 3º trimestre de 2017 devido ao início das operações de crédito de longo prazo, quanto menor for a liquidez maior rentabilidade.

Portanto essas informações nos mostram o quanto o Banco Inter mudou um pouco de sua estratégia na utilização do seu capital para gerar receitas, utilizar mais aplicações

interfinanceiras para manter os seus recursos disponíveis para cobrir completamente os depósitos à vista e depósitos a prazo e o aumento das operações de crédito.

Através destes **indicadores de Solvência e Liquidez** descobriu-se que o banco consegue manter um alto nível de liquidez, com as aplicações interfinanceiras de liquidez, mesmo com baixos níveis de disponibilidades. Esse fator traz credibilidade e confiança ao banco ao mesmo tempo que mantém a maior parte do capital aplicado em ativos rentáveis.

Índices de Capital e Risco

Com estes índices identificou-se que o banco é extremamente alavancado, pois manteve sua independência financeira entre 10% e 11% até o 1º trimestre de 2018, após isso ocorreram duas elevações expressivas neste percentual. A primeira no 2º trimestre de 2018 ocasionada IPO (*Initial Public Offering*), que é a abertura de capital de uma empresa, através da abertura da negociação de suas ações na Bolsa de Valores e, a segunda no 3º trimestre de 2019 devido ao *Follow-on*, que é uma oferta subsequente de ações, ou seja, é quando uma empresa que já tem seu capital aberto resolve emitir mais ações para serem negociadas no mercado, no Caso do Banco Inter chegou a aproximadamente 20% e 25% respectivamente.

Na imobilização do capital próprio constatou-se que o índice é baixo e isso se deve ao fato do banco ser 100% digital, o que diminui o ativo imobilizado da empresa. Nos primeiros trimestres analisados o indicador não apresentou grandes variações até o 2º trimestre de 2018, em que seus ativos permanentes representavam menos de 3%, houve dois aumentos graduais após esse trimestre, que ocorreram pelo crescimento do ativo intangível que chegaram a cerca de 8% no 2º trimestre 2019, o mesmo é influenciado basicamente pela marca que a cada dia adquire mais reconhecimento no mercado.

A taxa de reinvestimento do lucro demonstrou grande oscilação e se manteve abaixo dos 6% durante todo o período analisado, fato que denota a estratégia do banco em abdicar do lucro no curto prazo para alcançar crescimento. O ponto a ser destacado é o 1º trimestre de 2020 em que o mesmo não obteve lucro devido a pandemia, auferindo assim prejuízo a instituição.

Dos **índices de Capital e Risco** averiguou-se que a empresa é altamente alavancada e com baixo nível de reinvestimento através dos lucros. O fato de ser um banco digital reduz seus custos com ativos permanentes o que permite que a maior parte do Patrimônio Líquido sirva de lastro para o investimento de giro.

Índices De Rentabilidade, Lucratividade E Spread

Nestes índices, o Banco Inter apresenta lucros extremamente baixos frente a seu ativo total, sua margem financeira gira entre 0,85% e 2,07%. Isto faz com que o banco se preocupe ainda mais em diminuir seu custo médio de captação, o que vem conseguindo ao longo do período analisado, no qual o custo médio de captação caiu de 7,45% no 1T17 (primeiro trimestre de 2017), para 2,82% no 1T20.

O banco reduziu seu *spread* como estratégia para captar novos clientes, no 2T17 o banco tinha seu *spread* na casa de 17,55% e reduziu para 4,73% no 3T17, diminuindo assim seus lucros frente a seus ativos que crescem exponencialmente.

Com o crescimento do passivo total o banco conseguiu diluir suas despesas, que são representadas no indicador de juros passivos, apresentando uma redução neste índice de 2,49% no 1T17 para 0,67% no 1T20.

Para consolidar os dados mencionados acima, o índice de eficiência operacional vai nos mostrar quanto que as despesas operacionais representam sobre as receitas de intermediação financeira. Em média este índice gira em torno de 90%, o que corrobora

com os dados anteriores mostrando baixo lucro do banco, o que irá afetar o ROE (*Return on Equity*), que significa Retorno sobre o Patrimônio. Este apresentou uma variação entre 1,13% e 5,72%, retorno baixo comparado a taxa Selic que teve um retorno médio de cerca de 7% no mesmo período.

Através dos **indicadores de Rentabilidade e Lucratividade** apurou-se que as receitas estão diretamente relacionadas à intermediação financeira. Portanto, são suscetíveis as necessidades da sociedade e as variações dos juros no mercado. O fato de não possuir outras fontes e possuir taxas de *spread* tão pequenas, resulta na redução dos lucros do banco. Este, apesar de ter baixos custos, apresenta uma produtividade baixa, prejudicando o retorno dos acionistas e o reinvestimento através do lucro.

Análise Horizontal e Vertical

Ao realizar esta análise constatou-se que o Ativo Total da empresa apresentou um crescimento contínuo. O valor no 1º trimestre de 2017 era de aproximadamente R\$3 bilhões e no 1º trimestre de 2020, de R\$10,5 bilhões. Isto demonstra que, no curto período de três anos, o crescimento foi de 250%. Apesar de apresentarem particularidades na maneira como evoluíram, o Ativo Circulante, o Ativo não Circulante, o Passivo Circulante e o Passivo Não Circulante também cresceram durante o período de maneira equiparável a do Ativo Total.

O Patrimônio Líquido, entretanto, apresentou uma discrepância em comparação aos outros índices: aumento no 2º trimestre de 2018 e 3º trimestre de 2019 devido à abertura de capital social e da oferta secundária de ações, mas não apresentou crescimento substancial fora desses períodos. Concluiu-se que a empresa não consegue aumentar o Capital Próprio através dos lucros auferidos.

O lucro do banco no período oscilou bastante e não acompanha a escalada verificada no gráfico do Ativo Total. Isso porque a receita provém de empréstimos e investimentos, ativos sensíveis à variação do mercado. Nota-se também que o lucro é baixo. O maior lucro auferido foi de R\$32 milhões no 2º trimestre 2019. O Banco Itaú, por exemplo, apresentou um lucro de R\$3,5 bilhões no 1º trimestre de 2020. Outro fato digno de nota foi que os efeitos do coronavírus na economia fizeram com que o banco Inter tivesse um prejuízo de R\$8 milhões em 1º trimestre de 2020.

Pela **Análise Horizontal e Vertical** apresentou-se um crescimento contínuo dos ativos do banco, apesar do patrimônio líquido e dos lucros não apresentarem a mesma ascensão. Isto significa que as decisões tomadas têm conseguido atrair mais clientes e estão impulsionando o crescimento do banco, embora reduzam a capacidade de gerar lucro.

Juntando-se todos os dados recolhidos obteve-se um amplo panorama da empresa no período estudado. O Banco Inter tenta conquistar espaço em um mercado onde existe um oligopólio. Para se inserir em um mercado tão competitivo, ele adotou uma estratégia diferenciada.

O banco utiliza-se de tecnologia para atrair, através da praticidade de operação, baratear o custo de aquisição de clientes. Possui uma mentalidade onde o crescimento é mais importante que o lucro no curto prazo e uma política que visa agregar valor ao cliente através da isenção de taxas e empréstimos a juros baixos.

Esta estratégia tem demonstrado bons resultados, e o banco cresceu exponencialmente durante o período. O prejuízo auferido no 1º trimestre de 2020, causado pela pandemia coronavírus, não parece ter denegrido a imagem da empresa perante a sociedade e o mercado, pois o banco continua a atrair clientes e as ações continuam a crescer.

Nota: Esta nota técnica é fruto de um Trabalho de Conclusão de Curso de Tecnólogo em Gestão Financeira, da Escola de Gestão e Negócios

Vinicius Oliveira Silva. Prof. USCS, Mestre em Economia e Especialista da Fundação Procon-SP.

Beatriz Larissa Viana de Melo. Aluna do 4º sem. do Curso de Gestão Financeira da USCS

Heloise Oliveira da Silva. Aluna do 4º sem. do Curso de Gestão Financeira da USCS

Rodrigo Fumio Otagaki. Aluno do 4º sem. do Curso de Gestão Financeira da USCS

Weverton Felipe Berro. Aluno do 4º sem. do Curso de Gestão Financeira da USCS

Referências Bibliográficas

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão Financeira: uma abordagem introdutória.** 3º edição - Barueri, SP: Manole, 2014.

ASSAF, Alexandre Neto. **Livro estrutura e análise de balanços:um enfoque econômico-financeiro.** 11ª. Ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015.

BANCO INTER. <https://www.bancointer.com.br>

Tabela 1– Indicadores de Desempenho do Banco Inter:

Indicadores	1T17	2T17	3T17	4T17	1T18	2T18	3T18	4T18	1T19	2T19	3T19	4T19	1T20
Encaixe Voluntário	0,75%	4,26%	5,17%	8,82%	13,06%	1,13%	0,81%	0,87%	1,04%	0,60%	1,00%	3,44%	4,10%
Liquidez Imediata	1,45	1,45	1,11	0,89	0,84	1,40	1,29	1,39	1,19	1,18	1,83	1,22	0,87
Índice empréstimo/Depósitos	0,42	0,40	1,49	1,55	1,47	1,44	1,38	1,22	1,21	1,06	0,87	0,77	0,75
Capital de giro próprio	84503	82041	-1595581	-1768895	-1758548	-1323927	-1374562	-1504090	-1705947	-1944251	-1006650	-1415772	-1889401
Participação dos empréstimos	19,39%	19,21%	65,95%	67,46%	65,30%	56,57%	55,04%	51,61%	51,90%	49,07%	39,06%	38,28%	38,49%
Independência financeira	10,34%	10,29%	10,56%	10,71%	10,20%	19,81%	18,73%	16,82%	15,94%	14,40%	23,71%	21,91%	20,53%
Leverage (Alavancagem)	9,67	9,72	9,47	9,34	9,81	5,05	5,34	5,95	6,27	6,94	4,22	4,56	4,87
Relação Capital/Depositos	22,43%	21,62%	23,92%	24,61%	22,95%	50,47%	46,87%	39,69%	37,29%	31,11%	53,06%	43,98%	40,20%
Imobilização do Capital Próprio	1,79%	1,60%	2,60%	1,98%	2,11%	1,77%	3,26%	4,36%	6,12%	7,66%	3,88%	4,68%	7,28%
Taxa de Reinvestimento do Lucro	2,41%	3,78%	2,89%	5,53%	2,88%	1,96%	2,04%	2,35%	1,27%	3,39%	0,54%	1,13%	-0,39%
Retorno sobre o patrimônio líquido	2,41%	3,78%	2,89%	5,53%	2,88%	1,96%	2,04%	2,35%	1,27%	3,39%	0,54%	1,13%	-0,39%
Retorno sobre investimento total	0,47%	0,71%	0,31%	0,59%	0,29%	0,39%	0,38%	0,40%	0,21%	0,49%	0,13%	0,25%	-0,08%
Margem líquida	5,79%	9,66%	8,43%	16,08%	8,20%	11,77%	10,75%	12,40%	7,03%	16,13%	5,44%	9,60%	-4,02%
Margem Financeira	1,36%	1,54%	1,59%	1,79%	1,66%	1,81%	2,07%	1,85%	1,60%	1,60%	1,27%	1,44%	0,85%
Custo médio de captação	-7,45%	-5,97%	-6,32%	-5,73%	-5,24%	-5,20%	-5,99%	-4,61%	-4,71%	-4,24%	-3,05%	-3,06%	-2,82%
Retorno médio das operações de crédito	17,55%	16,03%	4,37%	4,91%	4,95%	5,01%	5,54%	5,23%	4,48%	5,15%	4,64%	4,37%	4,73%
Lucratividade dos ativos	4,30%	4,02%	3,62%	3,68%	3,58%	3,30%	3,55%	3,19%	2,89%	3,03%	2,35%	2,57%	2,01%
Juros passivos	-2,49%	-2,06%	-1,84%	-1,52%	-1,50%	-1,21%	-1,26%	-1,03%	-0,91%	-0,97%	-0,72%	-0,69%	-0,67%
Índice de eficiência (IE)	93,16%	89,46%	87,15%	78,02%	84,75%	81,34%	82,12%	82,47%	96,06%	97,15%	94,11%	89,93%	115,31%
Índice de sensibilidade dos juros	1,00	0,98	2,02	2,03	1,95	2,18	2,13	2,01	1,92	1,74	1,80	1,59	1,44

Elaborada pelos autores, para a análise utilizou-se as informações disponíveis nas Informações Contábeis divulgadas pelo Banco Inter (2020).

Nota Técnica

22. A GESTÃO FINANCEIRA DAS EMPRESAS FRENTE AO COVID-19: QUAIS ALTERNATIVAS DE AJUDA SÃO OFERECIDAS NO CURTO PRAZO?

Vinicius Oliveira Silva
Ana Paula Araujo Alves
Leonardo de Souza Leonel
Lucas Rocha de Almeida
Rebeca Diniz Lima
Thamires Caroline da Rocha

Resumo Executivo

Esta nota técnica é fruto de um Trabalho de Conclusão de Curso de Tecnólogo em Gestão Financeira, da Escola de Gestão e Negócios. A nota busca elucidar a relação do vírus COVID-19 com a economia, destacando as principais medidas criadas e que geram impacto ao Micro e Pequeno Empreendedor, realçando as medidas que pretendem causar algum alívio no caixa destas empresas. Estas medidas são: renda emergencial, obrigações trabalhistas, obrigações fiscais, redução da burocracia e no mercado de crédito. Devido a infecção inicial em uma província chinesa no final de 2019, o coronavírus (COVID-19) vem se espalhando para o mundo todo, sendo então decretado pela OMS (Organização Mundial da Saúde) o estado de pandemia. A doença, que afeta gravemente o sistema respiratório, pode ser transmitida facilmente. Para sua contenção, é recomendado o isolamento social, o que causou a paralisação de atividades em diversos setores. Com o isolamento social, muitas empresas sofreram com a redução de seu faturamento e, conseqüentemente, a falta de fôlego no fluxo de caixa. Com esse agravante, estão ocorrendo demissões em massa e aumento na procura de créditos no mercado financeiro, principalmente a curto prazo.

Palavras-chave: gestão financeira; crise; Covid-19; micro e pequena empresa.

Efeitos da Covid-19 sobre a Economia e as empresas

Desde dezembro de 2019, quando a China anunciou o primeiro caso confirmado de coronavírus, o clima de instabilidade se instaurou mundialmente. Não havia conhecimento prévio do vírus. Portanto, se enfrentaria um desconhecido invisível, que tem sintomas extremamente semelhantes a uma gripe comum, e, para o qual não se dominava o tratamento e a vacina. Ainda hoje, em junho de 2020, se busca o melhor tratamento. Esta situação gerou o fechamento das fábricas e fronteiras da China, que é atualmente um dos principais exportadores mundiais. Isto tem impacto direto no Brasil, uma vez que a China se consolidou como um dos principais parceiros do nosso comércio exterior do país. Esses fatores, somados ao espalhamento do vírus covid-19, atingiu o mercado financeiro com uma recessão mundial sem precedentes. Este receio levou investidores a comprarem mais da moeda referência, ou seja, o dólar norte-americano. Com a aceleração da aquisição de dólares, a escassez de oferta fez o preço do dólar subir, atingindo patamares históricos no período. Esse é um dos motivos que impactam as importações mundiais, e também as negociações de *commodities* - preço de alimentos, combustível e também frete.

Histórico Valor do Dólar Pandemia COVID-19



Fonte: <https://br.investing.com/currencies/usd-brl-historical-data> em 26/05 as 22:43

Todo esse cenário de movimentações afeta o consumo. Faz o cliente deixar de adquirir determinados tipos de produtos, considerados supérfluos, como itens de moda, beleza e eletrônicos, substituindo pelo consumo primordial de alimentos, produtos sanitários e de higiene e softwares (em razão do teletrabalho). Para o micro e o pequeno empreendedor, essas mudanças são vivenciadas em uma escala muito mais intensa. Estes adquirem produtos a medida em que vendem. Realizam compras em menor escala. Qualquer oscilação no valor do dólar gera impactos no preço de produtos que utilizam, tais como insumos importados. Há também as questões da falta de estoques, falta de recursos em “caixa” suficientes para situações de crise prolongada como essa. Muitos negócios têm instalações alugadas. Isto faz com que a primeira preocupação do micro e pequeno empreendedor seja pagar o aluguel do seu estabelecimento, o pessoal (salários), os fornecedores e os empréstimos.

Medidas de Enfrentamento

Medida de renda ao cidadão

Auxílio Emergencial: A Lei 13.982/2020 determina que “durante o período de 3 (três) meses, a contar da publicação desta Lei, será concedido auxílio emergencial no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais ao trabalhador”.

No caso do auxílio emergencial de R\$ 600,00, só têm direito os empreendedores que são MEI (Microempreendedor Individual) e faturaram até R\$ 28 mil no ano passado. O auxílio contribui com os empreendedores MEI, que não possuem acesso a diversidade das linhas de créditos. Esse valor, ainda que seja pouco, colabora com os empreendedores. Estes podem contar com um valor fixo durante três meses de pandemia. Podem analisar e priorizar seus gastos necessários, que, na maioria das vezes, são gastos pessoais como alimentação. Uma sugestão é que este auxílio seja pago de maneira mais fácil, por exemplo, podendo ser transferido para uma conta digital, evitando assim aglomerações nas lotéricas e agências da Caixa Econômica Federal (CEF).

Medidas Trabalhistas

Teletrabalho (ou home office): pode ser determinado pelo empregador, desde que alerte o funcionário com ao menos 48 horas de antecedência, ficando o empregador livre da obrigação de aditivo contratual; Antecipação das férias: também determinada pelo empregador, respeitando-se o prazo de 48 horas, podem ser concedidas antes do

funcionário concluir 1 ano de trabalho e o pagamento das verbas pode ser feito até o 5º dia do próximo mês e o 1/3 das férias pode ser pago adiado até o pagamento do 13º salário; Antecipação dos feriados religiosos; Banco de horas: antes pagos em até 6 meses, podem agora ser antecipados; Segurança e Saúde do Trabalho: suspensão a obrigatoriedade de realização de exame médico periódico, exceto o demissional; Suspensão de contrato de trabalho e Redução da Jornada de Trabalho: A suspensão pode ser prorrogada até 60 dias, dividido em duas partes de 30 dias, já a redução de jornada de trabalho vai até 90 dias, é prevista uma ajuda de custo de 30% do salário mais uma ajuda compensatória do Governo proporcional ao seguro desemprego; FGTS: fica suspenso o recolhimento de FGTS referente a março, abril, maio e junho de 2020.

Com o isolamento social, muitas empresas tiveram que adaptar-se ao home-office e aos custos dessa modalidade de trabalho; outras, não tinham essa opção de manter as atividades, mas continuaram com despesas de salários e encargos. Mesmo com as medidas disponíveis, tais como a antecipação de férias e feriados, as suspensões de contratos, muitas empresas foram obrigadas a reduzir o quadro de funcionários, visto que o giro de caixa disponível estava completamente comprometido e insuficiente, o período de isolamento está sendo maior do que se esperava.

Medidas do Mercado de Crédito

Apoio ao crédito pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BCB): Anúncio de três resoluções para promoção de liquidez no sistema financeiro visando facilitar a renegociação de dívidas, redução de capital acumulado dos bancos para maior folga financeira e direcionamento de recursos a micro e pequenas empresas; Linha de crédito PRONAMPE: O Programa de apoio fornece crédito de até 30% da receita bruta anual de 2019 ou, para empresas com menos de 1 ano de funcionamento, até 50% do capital social ou, até 30% da média do faturamento mensal apurado desde o início de suas atividades, o que for mais vantajoso; sob taxa de juros máxima igual a SELIC + 1,25% ao ano sobre o valor concedido e um prazo de reembolso de 36 meses; SEBRAE-Recursos ao FAMPE: fundo disponibilizado pelo SEBRAE concede aval financeiro complementar aos pequenos negócios. Quando um empreendimento não tem todas as garantias necessárias para conseguir um financiamento, o FAMPE complementa até 80% da operação; Programa emergencial de suporte a empregos- MP 944: destinado à realização de operações de crédito com taxa de juros de 3,75% a.a. e prazo de pagamento em até 36 meses, com a finalidade de pagamento de folha salarial de empregados por dois meses, limitada ao valor equivalente de até duas vezes o salário-mínimo por empregado. Pode ser contratado em qualquer banco conveniado (exceto em *Fintechs*) e o recurso é pago diretamente ao funcionário em conta salário. 15% do financiamento será com recursos do banco e 85% com recursos da União, por meio de repasses do BNDES; Linhas de crédito do BNDES em condições especiais: Programa Emergencial de Acesso ao Crédito: aqui o objetivo é facilitar o acesso de pequenas e médias empresas a novos empréstimos, através da concessão de garantias para agentes financeiros, reduzindo a percepção de risco para quem empresta e, por consequência, facilitando a obtenção de crédito por parte das empresas, possibilidade de concessão da suspensão temporária por prazo de até seis meses de amortizações de empréstimos contratados junto ao BNDES, nas modalidades direta e indireta às empresas afetadas pela crise; Carência de até 90 dias para novas contratações de crédito junto a CEF: que liberou o acesso a linhas de crédito comercial com até 90 dias de carência para começar a pagar, a CEF disponibilizou R\$40 bilhões para capital de giro com carência de 60 dias. Medidas do Banco do Brasil para beneficiar o fluxo de caixa das empresas; Suspensão de processos de cobrança da dívida da união somado a novas condições de

parcelamento para PJ. Medidas Santander: lançou a oferta de prorrogar parcelas de contrato de Empréstimos e Acordos (Renegociação), disponibilizou linhas de crédito de até 60 mil com taxas a partir de 2,99% ao mês, permite o parcelamento da fatura do cartão de crédito em até 24 vezes com 50% de desconto nos juros e até 2 meses para começar a pagar, oferece crédito com garantia de imóvel para pequenos negócios, com prazo de 20 anos para pagar e com 1% de juros por mês. Medidas Bradesco: aderiu também a prorrogação das dívidas de Empréstimos e Financiamentos, oferece para as empresas clientes o parcelamento da fatura de cartão de crédito em até 30 meses com parcelas fixas e o pagamento das contas de consumo através do cartão de crédito, disponibilizou a contratação de Capital de Giro com até 90 dias para pagamento da primeira parcela para fôlego ao fluxo de caixa. Medidas Itaú: anunciou que a prorrogação de dívidas de Empréstimos e Financiamentos é possível com a assinatura do Itaú Crédito Sob Medida, que permite a alteração da data original, com a redução da taxa SELIC para 3%, o banco anunciou que iria reduzir suas taxas de juros para clientes pessoa física e jurídica, repassando o corte de 0,75 ponto percentual da taxa básica de juros para as suas linhas de crédito.

Destacamos que mesmo com as medidas e facilidades apresentadas, muitas empresas não obtiveram o sucesso na solicitação do acesso ao crédito necessitado. As medidas que aparentam ser vantajosas acabam prejudicando os empresários por conta de suas taxas a longo prazo. Apesar de o SEBRAE ter disponibilizado o FAMPE, não são todos os bancos que possuem convênios com esse tipo de garantia, o que dificulta o acesso ao crédito para as micros e pequenas empresas. Além disso, os bancos ficam receosos com o risco de inadimplência por conta da crise e acabam aumentando os critérios, com exigências de garantias, o que dificulta a liberação do crédito de forma rápida. A medida disponibilizada sobre crédito para folha de pagamento de funcionários, oferecido a empresas que faturam a partir de R\$ 360 mil por ano, contempla uma parte das empresas. Não foi criado nenhum tipo de apoio, até o momento, às micro e pequenas empresas que estão no patamar intermediário, com faturamento acima de R\$ 29 mil e abaixo de R\$ 360 mil.

Medidas fiscais

Adiamento do pagamento do PIS, Pasep, Cofins e contribuição para a previdência por empresas; adiamento de pagamento dos impostos nacionais; adiamento no recolhimento do FGTS pelas empresas; dedução pela empresa do repasse das contribuições à Previdência Social referentes aos 15 primeiros dias de afastamento do empregado contaminado pela Covid-19.

Essas medidas ajudam a curto prazo pois não geram multas e juros, e dando um tempo para que a empresa obtenha recursos para os pagamentos. Com a pandemia, as incertezas de se gerar receitas são grandes, o que faz com que o orçamento fique prejudicado tanto a curto como longo prazo. As prorrogações de imediato são ótimas medidas, mas a longo prazo pode acumular com os demais tributos dos períodos e assim aumentando as despesas.

Medidas de desburocratização

Prorrogação do prazo de validade das Certidões Negativas de Débitos (CND) relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida da União e Certidões Positivas com Efeitos de Negativa de Créditos Tributários Federais e à Dívida da União (CPEND); aceitação de documentos digitais e novos procedimentos para o Atendimento remoto pela Receita Federal; prorrogação do prazo para realização de assembleias gerais; reduz exigências a empresas que operam em Zona de Processamento de Exportação (ZPE),

adiamento do prazo para apresentação da DEFIS e DSAN-SIMEI referentes a 2019; certidões eletrônicas de juntas comerciais com mais agilidade; prorrogado para 30 de junho o prazo para entrega da Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais e da Declaração Anual Simplificada para o MEI.

As medidas de desburocratização facilitam o empreendedor a administrar os negócios, modernizando as regras de segurança, reduzindo exigências e prorrogando suas obrigações assessorias. Porém, o que governo nomeia como Desburocratização, é apenas uma pausa na exigência de certidões, mas a burocracia que realmente faria a diferença, como no atendimento à população e o acesso ao crédito, não teve grande melhora.

Sobre o assunto COVID-19 e suas consequências para a economia, tudo é novidade e incerto. Pouco se sabe sobre o vírus e todas as consequências que ele ainda poderá causar na vida cotidiana das pessoas, no mercado financeiro, na economia, das micro e pequenas empresas e alguns falam em um “novo mundo” pós pandemia.

Acreditamos que nesse momento, o Estado deveria agir de forma muito mais efetiva para manter a economia minimamente funcionando, trabalhando mais na manutenção da renda, assessorando melhor as micro e pequenas empresas, liberando o acesso ao crédito com menos exigências e garantias. Infelizmente vemos uma sequência de medidas atrasadas, limitadas e insuficientes.

COLETÂNEA DAS PRINCIPAIS LINHAS DE CRÉDITO ANUNCIADAS PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS									
FINALIDADE	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	NOME DA LINHA DE CRÉDITO	PÚBLICO ALVO	LIMITE DE FATURAMENTO ANUAL	TAXAS	CARÊNCIA	PRAZO REEMBOLSO	LIMITE DE OPERAÇÃO	
CAPITAL DE GIRO	BRADESCO	Capital de Giro Simples	MEI, MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	Igual ou inferior a 3,6 milhões	1,46% a.m.	3 meses		até 200 mil	
		Giro Fácil	TODAS AS EMPRESAS	-	-				
	BANCO DO BRASIL	Giro Emergencial	TODAS AS EMPRESAS		-	A partir de 0,85%	Até 30 dias	Até 12 meses	-
		BB Giro Empresa	MICRO E PEQUENAS EMPRESAS		Igual ou superior a 1 milhão	A partir de 0,84%	90 dias	36 meses	Variável
		BB Giro Digital	MEI, MICRO E PEQUENAS EMPRESAS		Igual ou inferior a 1 milhão	-	3 meses	24 meses	Variável
	CEF	Especial Capital de Giro – Parceria Sebrae/Fampe		MEI	até R\$ 81 mil	1,59% a.m.	9 meses	24 meses (após o período de carência)	12,5 mil
				MICRO	até R\$ 360 mil	1,39% a.m.	12 meses	30 meses (após o período de carência)	75 mil
				PEQUENAS EMPRESAS	R\$ 360 mil até R\$ 4,8 milhões	1,19% a.m.	12 meses	36 meses	125 mil
		Giro Caixa Fácil	PESSOA JURÍDICA		-	-	60 dias	60 meses	2 milhões
		Giro Caixa				-	partir de 0,83% a.m.	-	24 ou 60 meses
ITAÚ	Capital de Giro	MICRO E PEQUENAS EMPRESAS		-	-	3 meses	-	-	
BNDES	BNDES Crédito Pequenas Empresas	MICRO E PEQUENAS EMPRESAS		De 90 mil a 300 milhões	TPL OU SELIC + 1,25% a.a. + SPREAD DO BANCO	12 meses		até 70 milhões	
FOLHA DE PAGAMENTO	BRADESCO	Fundo Emergencial de Crédito - Folha de pagamento	MICRO E PEQUENAS EMPRESAS		3,75% a.a.	6 meses			
	SANTANDER								
	BANCO DO BRASIL								
	CEF								
	ITAÚ								
BNDES									
CRÉDITO COM GARANTIA DE IMÓVEL	SANTANDER	Use casa	TODAS AS EMPRESAS PROPRIETÁRIAS DE IMÓVEL		0,94% a.m.	-	-	-	
PRONAMPE	BANCO DO BRASIL, CEF, BANCO DO NORDESTE, BANCO DA AMAZÔNIA		MEI, MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	30% da receita bruta anual 2019	SELIC + 1,25% a.a.	-	36 meses	30% da receita bruta anual 2019	

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Nota: Esta nota técnica é fruto de um Trabalho de Conclusão de Curso de Tecnólogo em Gestão Financeira, da Escola de Gestão e Negócios.

Vinicius Oliveira Silva. Professor da USCS, Mestre em Economia e Especialista da Fundação Procon-SP.

Ana Paula Araujo Alves. Aluna do 4º sem. do Curso de Gestão Financeira da USCS

Leonardo de Souza Leonel. Aluno do 4º sem. do Curso de Gestão Financeira da USCS

Lucas Rocha de Almeida. Aluno do 4º sem. do Curso de Gestão Financeira da USCS

Rebeca Diniz Lima. Aluna do 4º sem. do Curso de Gestão Financeira da USCS

Thamires Caroline da Rocha. Aluna do 4º sem. do Curso de Gestão Financeira da USCS

Referências Bibliográficas

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Circular n 3.998. 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Circularnumero=3998>. Acesso em: 15 maio 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Resolução n 4.782. 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o numero=4782>. Acesso em: 15 maio 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Resolução n 4.783. 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o numero=4783>. Acesso em: 15 maio 2020.

BNDES. BNDES contra os efeitos do coronavírus. 2020. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/bndes-contra-coronavirus>. Acesso em: 15 maio 2020.

BRADESCO. CRÉDITO PARA FOLHA DE PAGAMENTO DA SUA EMPRESA. Disponível em: <https://banco.bradesco/coronavirus/credito-para-folha-de-pagamento.shtm>. Acesso em: 30 maio 2020.

BRADESCO. Você pode prorrogar, em até 120 dias* o pagamento de parcelas dos empréstimos e financiamentos. Disponível em: <https://banco.bradesco/coronavirus/prorrogacao-de-emprestimos.shtm>. Acesso em: 30 maio 2020.

BRASIL. Lei no 13.999, de 18 de maio de 2020. Institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios. 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.999-de-18-de-maio-de-2020257394467>. Acesso em: 20 maio 2020.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. FAMPE - Parceria CAIXA e SEBRAE. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/caixacomsuaempresa/caixa-e-sebrae/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 15 maio 2020.

CASA CIVIL. Enfrentamento ao coronavírus: os serviços essenciais que não podem parar durante a pandemia. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2020/abril/enfrentamento-ao-coronavirus-os-servicos-essenciais-que-nao-podem-parar-durante-a-pandemia>. Acesso em: 16 maio 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sobre a doença. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em: 15 maio 2020.

SANTANDER. Linha de crédito para financiar até 2 meses de salário dos seus funcionários, com juros menores e pagamento em até 3 anos. Disponível em: https://www.santander.com.br/campanhas/fopag-pj?_ga=2.97055903.1637259313.1590867825-2014816502.1590867825. Acesso em: 30 maio 2020.

SEBRAE. MEDIDAS OFICIAIS PARA O ENFRENTAMENTO DO COVID-19. 2020. Disponível em: <https://respostas.sebrae.com.br/wp-content/uploads/2020/05/Medidas-do-governo-atualizado-em-20-de-maio-de-2019.pdf>. Acesso em: 20 maio 2020.

TI INSIDE. Pesquisa mostra o impacto da pandemia nos hábitos de consumo. 2020. Disponível em: <https://www.assespropr.org.br/pesquisa-mostra-o-impacto-da-pandemia-nos-habitos-de-consumo/>. Acesso em: 21 maio 2020.

23. BALANÇO SOCIAL USCS: ESTUDO AFERE COMPROMISSO DA INSTITUIÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Daniel Vaz
Marcos Sidnei Bassi

A nota técnica apresenta os resultados principais e a metodologia utilizada para a realização do Balanço Social USCS referente ao ano de 2019, levantamento coordenado pelo Núcleo Brasil do CRECES (Centro Regional para a Cooperação em Educação Superior)

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; ensino superior; balanço social.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são a principal agenda global sobre medidas a serem tomadas até 2030 para a melhoria na condição de vida das pessoas, a proteção dos recursos naturais e o clima do Planeta. Os 17 ODS se concentram em temas centrais para a evolução da sociedade global, como erradicação da pobreza, segurança alimentar, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura e industrialização.

A coordenação do processo de alcance dos 17 ODS e de suas 169 metas temáticas está sob responsabilidade da ONU (Organização das Nações Unidas) e suas agências multilaterais, como a UNESCO-IESALC (Instituto para a Educação Superior da América Latina e Caribe). Esta agência firmou acordo com a Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) em agosto de 2018, para a instalação, em suas dependências, do Núcleo Brasil do CRECES (Centro Regional para a Cooperação em Educação Superior), órgão que tem como objetivo estabelecer, a partir da cooperação universitária, espaços de debate e realização de iniciativas geradoras de conhecimentos que apoiem a superação das problemáticas expressas nos ODS, com ênfase na educação, particularmente a de nível superior.

O CRECES foi a instituição responsável pela elaboração do Balanço Social, que reúne as ações desenvolvidas pela USCS em 2019 e que possuem relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O levantamento foi construído a partir de informações recebidas das gestões dos cursos e áreas administrativas da Universidade, complementadas por dados recolhidos de relatórios internos setoriais, reunindo 718 iniciativas no total.

Foram estabelecidos três parâmetros de orientação para organizarmos as informações referentes às iniciativas componentes dessa edição do Balanço Social:

- 1) Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, entendendo o ODS 4 (Educação de Qualidade) como um eixo transversal a todas as ações desenvolvidas pela USCS;
- 2) Os 5 Princípios do Desenvolvimento Sustentável (5P's) – Pessoas, Prosperidade, Paz, Parcerias e Planeta, que foram utilizados para um alinhamento das ações desenvolvidas com essas linhas estratégicas apontadas pelos ODS;

- 3) Seis categorias instituídas para a organização das iniciativas realizadas: ações institucionais, atendimentos à população, estudos avançados, ações internas, observatórios e projetos especiais e eventos abertos à comunidade.

A maioria das ações e projetos realizados possuem relação com mais de um item dos parâmetros 1 e 2, nesses casos foram indicados aqueles com maior afinidade, sem desconhecer a possível aderência com outros. A organização entre as seis categorias de projeto seguiu uma definição objetiva de acordo com o perfil de cada uma das ações realizadas.

Além do grande número de ações realizadas em 2019 (718), vale destacar outros números importantes levantados pelo Balanço Social, como o número de pessoas atendidas (16.524) e procedimentos efetuados pelos diversos serviços oferecidos pela USCS (165.692), além dos participantes das atividades desenvolvidas (102.827), sendo sua grande maioria de público externo à Universidade.

Outra característica importante aferida é que algumas das iniciativas estão estabelecidas há muitos anos, como o Instituto de Pesquisas da USCS (INPES), criado em 1982; a Farmácia-Escola, em funcionamento desde 2003; e o Projeto Universidade Aberta, que já realizou 12 edições.

Essas e outras informações contidas no Balanço Social USCS afirmam a vinculação da instituição com o desenvolvimento local e regional, confirmado também pelo Plano Estratégico 2030, lançado recentemente. Essa postura está de acordo com o papel conferido às Instituições de Educação Superior pela estratégia de implantação dos ODS, de guiar e liderar a resposta local, nacional e internacional, através de diálogos intersetoriais, criação de alianças além da realização de suas próprias ações, que refletem nos territórios em que atuam e também na formação de pessoas e profissionais comprometidos com a materialização da agenda do desenvolvimento sustentável em suas vidas e áreas de atuação escolhidas.

Daniel Vaz. *Publicitário e Mestre em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero. Coordenador no Brasil do CRECES - Centro Regional para Cooperação em Educação Superior. Membro do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Currículo Lattes <http://lattes.cnpq.br/6072505124436159>*

Marcos Sidnei Bassi. *Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Mestre em Administração pela Fundação Getúlio Vargas (FGV); Bacharel em Ciências Sociais e em Direito, e Pós-graduado em Administração, ambos pela Universidade de São Caetano do Sul (USCS); Foi Reitor da USCS e Presidente da AIMES (Associação das Instituições Municipais de Ensino Superior do Estado de São Paulo. Currículo Lattes <http://lattes.cnpq.br/8196440224501785>*

Quadro 1 – Iniciativas da USCS relacionadas aos ODS realizadas em 2019, por categoria

Tipo de iniciativa	Número de ações desenvolvidas
Ações Institucionais	8
Atendimentos à População	19
Estudos Avançados	24
Ações Internas	388
Observatórios e Projetos Especiais	13
Eventos abertos à comunidade	266
TOTAL GERAL	718

**Quadro 2 -Número de participantes em atividades realizadas (2019) –
exceto áreas de Saúde e Direito**

	PARTICIPANTES
Atividades diversas	8.980
Eventos internos	10.815
Eventos externos	9.855
Desafio de Redação USCS/DGABC	102.827

**Quadro 3 -Número de atendimentos à população e procedimentos realizados (2019) -
áreas de Saúde e Direito**

Nome do Projeto	Pessoas Atendidas	Procedimentos Realizados
Núcleo de Justiça Restaurativa	176	
Núcleo de Assistência Jurídica	2.527	6.586
Farmácia-Escola	3.185	102.270
LAC USCS	968	7.210
Assistência fisioterapêutica à população	3.414	16.934
Clínica Docente Assistencial de Nutrição		586
CEJUSCS - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania	5.551	2.927
Academia-Escola	703	29.179
TOTAL	16.524	165.692

Referências Bibliográficas

Plano Estratégico de Desenvolvimento USCS - <https://www.uscs.edu.br/ped2030>

Balanço Social - https://issuu.com/uscs.edu.br/docs/balan_o_social_uscs_2019

<http://www.estrategiaods.org.br/>

Como Começar com os ODS nas Universidades - http://ap-unsdsn.org/wp-content/uploads/Como-comecar-com-os-ODS-nas-Universidades_18-11-18.pdf

24. COVID-19 OBRIGA MUDANÇAS PROFUNDAS NO ENSINO SUPERIOR

Daniel Vaz

Resumo Executivo

A partir dos efeitos decorrentes da pandemia do coronavírus, a nota técnica apresenta o cenário atual e as perspectivas de funcionamento do ensino superior no Brasil para o próximo período.

Palavras-chave: educação, ensino superior, covid-19, UNESCO-IESALC.

Após quase cento e vinte dias de adoção das primeiras medidas de isolamento social no estado de São Paulo, escolas de todos os níveis, faculdades e universidades, ainda convivem com um cenário de grande incerteza sobre a retomada de atividades presenciais, que estão previstas para retornar gradualmente no dia 8 de setembro.

As indefinições sobre a reabertura das instituições educacionais é uma questão global a ser solucionada, apresentando uma série de dificuldades operativas para o retorno de seu funcionamento. Por melhores que sejam as ferramentas e possibilidades de ensino e aprendizagem utilizadas para a realização de aulas e outras atividades virtuais, ainda é impossível transferir toda a experiência de formação no ensino superior para a tela de um celular ou computador.

A crise sanitária do covid-19 vem se consolidando como fato histórico, em um ponto capital deste século, determinando um “antes e depois” dessa enfermidade em nível global. Transformações que ocorriam em um ritmo mais suave em grande parte das instituições, como a virtualização dos processos de aprendizagem, se transformaram em questões de prioridade máxima, a ponto da consultoria Educa Insights projetar, em estudo divulgado pela Associação Brasileira das Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), que o volume de alunos em cursos on-line deve superar os matriculados no modelo presencial já em 2022, processo acelerado pelo momento que estamos vivendo.

A adoção de ferramentas disponíveis entre as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) no ambiente educacional foi a tentativa mais comum no sentido de remediar as consequências do isolamento social que ainda estamos submetidos. No entanto, em um país como o Brasil, onde ainda persistem inúmeras desigualdades, essa solução atendeu apenas uma parte do público que frequenta as faculdades e universidades do país.

Os questionários socioeconômicos, respondidos no ato de inscrição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) nos últimos cinco anos, apontam que um em cada três estudantes não tem acesso à internet e dispositivos que possibilitem participar de programas de educação à distância. A análise realizada pela plataforma interativa Quero Bolsa aponta a dificuldade de universalização desse modelo educativo, gerada por dificuldades socioeconômicas e pela precariedade da infraestrutura de telecomunicações em algumas partes do Brasil.

As faculdades e universidades privadas passam por problemas consideráveis que põem em risco a sua sobrevivência pós-pandemia, principalmente as pequenas e

médias instituições. A consultoria Atmã Educar indicou a diminuição de 17% no total de novos alunos previstos para 2020 (de 2,5 milhões para 2,06 milhões). As matrículas devem diminuir em 70%. Somente cento e oitenta mil, das seiscentas e vinte cinco mil matrículas esperadas, devem ser efetivadas.

As instituições de educação superior privadas já vinham sofrendo grande diminuição de recursos provenientes do Programa de Financiamento Estudantil do Governo Federal (FIES), que, de 2014 para 2019, foi diminuído em quase nove vezes. Uma situação de falta de recursos acomete também as três universidades públicas paulistas (USP, UNESP e UNICAMP), que terão a diminuição nos recursos de funcionamento, grande parte vinculada a um percentual da arrecadação do ICMS do estado, de pelo menos R\$ 1,2 bilhão.

Esse cenário de tantas incertezas e dificuldades do ensino superior, tanto no Brasil como em toda a América Latina, foi a base do documento *COVID-19 y Educación Superior: de los efectos inmediatos al día después*, elaborado pelo Instituto para a Educação Superior na América Latina e Caribe (UNESCO-IESALC), que apresenta um plano composto por três fases, destinado ao enfrentamento das consequências da pandemia e de medidas de retomada de atividades dentro do que se está convencendo chamar de “novo normal”: continuidade pedagógica através do ensino a distância, retomada das atividades pedagógicas presenciais de acordo com as indicações das autoridades de saúde e a estruturação de um modelo de ensino híbrido, que inclua presencial e virtual.

O Instituto também apela aos países e instituições para que tratem prioritariamente da falta de equipamentos e conectividade, e ofereçam serviços e aplicativos para telefones celulares, garantindo que alunos e professores tenham linhas de suporte constantes, por telefone ou online. Além disso, antecipa um declínio de curto prazo na demanda por ensino superior, devido à crise da saúde e suas consequências financeiras, incentivando que seja considerado o papel do ensino superior nos planos de recuperação econômica e social, promovendo a cooperação internacional sobre esses temas.

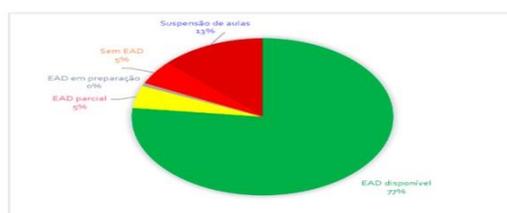
A UNESCO-IESALC defende também a implementação de medidas compensatórias para apoiar o aprendizado de alunos desfavorecidos e a transferência de conteúdo curricular para formatos digitais, incluindo tutoria individualizada, formação de pequenos grupos de aprendizagem para nivelamento e escolas de verão (ou inverno) que ofereçam atividades compensatórias.

Muitas dúvidas persistirão por um bom tempo no setor do ensino universitário. O funcionamento dessas instituições de maneira plena só virá com a descoberta de uma vacina ou medicamento que permita a retomada de suas atividades com o maior grau de normalidade possível. No entanto, é necessário que se aproveite esse momento para refletir sobre medidas que adaptem as faculdades e universidades para o que ainda está por vir. Muitas delas vêm atuando de maneira destacada no enfrentamento às consequências do covid-19, e poderão seguir com tal destaque caso consigam acompanhar as transformações que irão se consolidar a partir do próximo capítulo da história da humanidade, que passaremos a viver depois de superarmos essa enorme crise global.

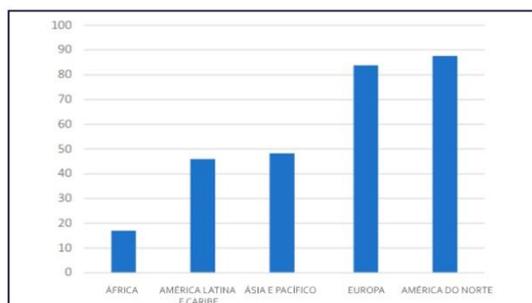
Daniel Vaz. Publicitário e Mestre em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero. Coordenador no Brasil do CRECES - Centro Regional para Cooperação em Educação Superior. Membro do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Currículo Lattes <http://lattes.cnpq.br/6072505124436159>

Referências Bibliográficas

IESALC - COVID-19 y educación superior: De los efectos inmediatos al día después: <http://www.iesalc.unesco.org/wp-content/uploads/2020/05/COVID-19-ES-130520.pdf>
https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/06/futuro-do-ensino-universitario-sera-um-hibrido-de-presencial-e-virtual.shtml?utm_source=mail&utm_medium=social&utm_campaign=comphomemail&fbclid=IwAR066ir1CcJUSNmeatwmhuNcUKwR0HcUo5CCFehGcW-ItuyVbNfbey7Zzh0
<https://abmes.org.br/noticias/detalhe/3806/em-2022-curso-on-line-vai-superar-presencial#:~:text=A%20base%20total%20de%20alunos,referente%20ao%20ano%20de%202018.>
<https://elpais.com/educacion/2020-06-11/lo-que-hacen-las-universidades-no-se-puede-llamar-educacion-online.html>
<https://govtech.blogosfera.uol.com.br/2020/06/13/edtechs-transformando-a-forma-de-ensinar-e-aprender/>
<https://www.forbes.com.mx/brand-voice/universidades-deben-estar-listas-para-enfrentar-el-escenario-post-covid-19/>
<https://www.terra.com.br/noticias/educacao/pandemia-usp-unesp-e-unicamp-perdem-ao-menos-r-12-bilhao,9c3bdb2ed347d2828b87d232cca6db36vz xu2c0d.html>
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-04/um-terco-dos-candidatos-universidades-nao-tem-acesso-ead>
<https://exame.com/revista-exame/a-hora-do-plano-b/>



Percentual de estudantes do ensino superior no Brasil com base no fornecimento de Educação a Distância
Fonte: amostragem realizada por UNESCO Brasil (2020)



Percentual de lares com conexão de internet por regiões (2018)
Fonte: Base de dados da União Internacional de Telecomunicações (2020) - divulgado por UNESCO-IESALC

Nota Técnica

25. O QUE É PD&I SOB A ÓPTICA DOS MANUAIS DE FRASCATI E OSLO E O SISTEMA BRASILEIRO DE INOVAÇÃO

Hugo Nascimento
Wagner Xavier
Wendell Cristiano Lepore

Resumo Executivo

A proposta desta nota técnica é trazer uma definição sobre o que é PD&I segundo os manuais de Frascati e de Oslo, e apresentar o sistema brasileiro de inovação.

Palavras-chave: sistema brasileiro de Inovação, P&D, Manual de Frascati, Manual de Oslo

INTRODUÇÃO

Esta nota técnica tem como objetivo trazer algumas definições de PD&I, que constam nos manuais de Frascati e de Oslo. Estes documentos foram produzidos por especialistas sob o patrocínio da OCDE (Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento), entidade que conta com 37 países membros que abrangem o mundo, da América do Norte e do Sul à Europa e Ásia-Pacífico.

O manual de Frascati é fruto de uma iniciativa da OCDE, em 1963, que reuniu especialistas de vários países na cidade de Frascati (Itália). A partir deste encontro, originou-se a primeira versão do Manual de Frascati, com o objetivo de estabelecer um método padrão para a pesquisa e o desenvolvimento experimental. Atualmente, esta obra se encontra na sétima edição, buscando, ao longo do transcorrer destes anos, estimular a P&D no mundo todo.

Já a terceira edição do manual de Oslo foi feita por meio do patrocínio da OCDE e da Comissão Europeia (Eurostat), por meio de um processo de colaboração através do Grupo de Trabalho de Especialistas Nacionais da OCDE em Indicadores de Ciência e Tecnologia (OECD Working Party of National Experts on Science and Technology Indicators – NESTI) e o Grupo de Trabalho do Eurostat em Estatísticas de Ciência e Tecnologia (Eurostat Working Party on Science, Technology and Innovation Statistics – WPSTI) contando com o apoio de vários outros especialistas externos. Por fim, a presente nota se encerra apresentando o ecossistema brasileiro de inovação.

1. O QUE É P&D?

De acordo com o manual de Frascati, “incluem o trabalho criativo desenvolvido de forma sistemática, aumentando o campo dos conhecimentos, incluindo o conhecimento do homem, da cultura e da sociedade e a utilização desses conhecimentos com o intuito de criar novas aplicações” (OCDE).

As atividades de P&D, ainda que realizadas por setores distintos, apresentam algumas características comuns, que são:

- a) Estas atividades podem ser dirigidas para objetivos gerais, tanto como objetivos específicos;

- b) Elas são sempre orientadas a novas descobertas, que podem ser fundamentadas em conceitos ou hipóteses originais;
- c) Estas atividades apresentam uma incerteza quanto ao resultado final (existe uma dúvida a ser respondida);
- d) Para a realização destas atividades, é necessário o planejamento prévio destas, bem como a definição de quais modalidades de financiamento são necessárias para a sua execução;
- e) Os resultados destas atividades são “supostos a serem livremente transferidos ou negociados em um mercado”;
- f) Para ser apontada como uma atividade de P&D, esta deve ser: inovativa, criativa, incerta, sistemática, transferível e/ou reprodutível.

Ainda de acordo com o manual de Frascati, a expressão P&D compreende três atividades: pesquisa fundamental (básica), pesquisa aplicada e desenvolvimento experimental:

- Pesquisa fundamental (básica) compreende os trabalhos teóricos ou experimentais inicialmente desenvolvidos para a obtenção de novos conhecimentos sobre os fundamentos tácitos de fenômenos e fatos perceptíveis, não tendo como objetivo qualquer tipo de aplicação ou uso.
- Pesquisa aplicada também é um trabalho original cujo objetivo é a aquisição de um novo conhecimento, porém este trabalho diferentemente da pesquisa fundamental, tem como objetivo uma aplicação ou fim específico.
- Desenvolvimento experimental é um trabalho sistemático fundamentado nos conhecimentos existentes adquiridos pela pesquisa e/ou experiência prática, o qual é orientado para a produção de novos materiais, produtos ou dispositivos, para instituir novos processos, sistemas e serviços, ou para melhorar essencialmente aqueles já gerados ou inseridos.

Segundo o manual de Oslo, todas as atividades de P&D que são desenvolvidas e financiadas pelas empresas podem ser consideradas como atividades de inovação.

2. INOVAÇÃO

De acordo com o manual de Oslo, *“uma inovação é a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas”*.

As atividades de inovação têm como objetivo orientar a implementação de inovações por meio de etapas científicas, tecnológicas, organizacionais, financeiras e comerciais. Um elemento comum de uma inovação, não importando se ela ocorra em um produto, serviço ou processo, é que esta tenha sido realizada. A implementação de um produto ou serviço ocorre quando este é inserido no mercado, já um processo é implementado quando este é incorporado nas atividades de uma determinada empresa.

Segundo ainda o manual de Oslo, a inovação diferencia-se em quatro tipos:

- a) Inovação de produto – para caracterizar este tipo, é necessária a inclusão de um bem ou serviço novo ou substancialmente aperfeiçoado, no que cabe aos seus atributos ou ao seu emprego previsto. A inovação de produto pode se basear em novos conhecimentos/tecnologias ou se basear em novas formas de utilização ou combinações de conhecimentos/tecnologias já existentes. Entende-se por produto, tanto o bem como o serviço;
- b) Inovação de processo – é caracterizada pela execução de um processo de produção ou distribuição novo ou consideravelmente melhorado. Este tipo de inovação tem por objetivo a redução de custos de produção ou distribuição, a melhoria da qualidade, ou até a produção ou distribuição de produtos novos ou consideravelmente melhorados. Por processo de produção entendem-se as técnicas, equipamentos e softwares utilizados para se fazer bens e serviços; já os modos de distribuição se relacionam a logística da empresa e os equipamentos, softwares e técnicas utilizadas para o fornecimento de insumos, alocação de suprimentos ou a entrega de produtos finais;
- c) Inovação de marketing – consiste na adoção de um método novo de marketing com alterações substanciais na construção de um produto ou na sua forma, no seu posicionamento, na sua promoção ou na definição de preços. Para a realização desta atividade é necessário o planejamento prévio desta, bem como a definição das modalidades de financiamento necessárias para a sua execução;
- d) Inovação organizacional – consiste na adoção de um processo organizacional novo nas rotinas de negócios da empresa, na organização do local de trabalho ou na maneira desta empresa se relacionar com outras empresas, instituições públicas, fornecedores.

É importante salientar que as seguintes práticas não são consideradas inovações:

- a) Interrupção de uma atividade (processo, método de marketing ou organizacional, comercialização de um produto);
- b) Extensão de capital ou simples reposição;
- c) Mudanças que são resultados unicamente de alteração de preços;
- d) Personalização;
- e) Não se considera uma inovação de produto para o atacadista, varejista ou empresas de transporte e de armazenamento, de maneira geral, a comercialização de produtos novos ou aperfeiçoados;
- f) Mudanças sazonais frequentes ou outras mudanças cíclicas.

3. SISTEMA NACIONAL DE INOVAÇÃO

O século XX representou a consolidação e a decadência do modelo mecanicista, nascido durante a revolução industrial no século XXVIII, entranhado nas práticas do fordismo, simbolizado pelo modelo de gestão comando e controle, trabalho operacional largamente caracterizado pelo esforço físico, com ausência de reivindicações por parte dos trabalhadores.

O final do século XX é caracterizado pelo surgimento de uma nova economia, que se consolida neste século XXI, como uma economia baseada no conhecimento. Para Drucker (1993), trata-se de uma nova economia, onde conhecimento não é apenas mais um recurso, ao lado dos tradicionais fatores de produção – capital, trabalho e terra – mas sim o único recurso significativo atualmente. Esta nova economia baseada no conhecimento está alicerçada na obtenção, transformação e propagação das informações.

Para Castells (1999)⁶¹, a sociedade atual é uma sociedade de fluxos de informações. A informação transformada em conhecimento, que é o principal combustível para criação de vantagem competitiva organizacional, por meio da inovação. Esta sociedade de fluxos testemunha, nas últimas décadas, o aumento da velocidade das inovações, principalmente as tecnológicas, que, por sua vez, apresentam novos modelos de crescimento econômico, liderados aqui pelo Vale do Silício, nos Estados Unidos, simbolizados por grandes potenciais, tais como Google, Apple, Facebook, Microsoft, dentre outras.

É interessante que este novo modelo de desenvolvimento econômico, testemunhado no Vale do Silício é, em suma, financiado em grande parte pelo Setor Público e não pelo setor privado como muitos economistas acreditam.

Inovações como a internet, o GPS, a tela sensível ao toque, a Siri, entre outros, foram financiados pela CIA, pelos Militares e pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, contribuindo não somente para o ajuste de falas, mas para a criação de mercados (Mazzucato, 2013)⁶².

A possibilidade dos governos nacionais, regionais e locais serem os grandes financiadores dos riscos da pesquisa & desenvolvimento é algo que pode até soar heterodoxo para aqueles que apenas usufruem dos benefícios oriundos dos produtos e serviços advindos das inovações. Pelo contrário, para o senso comum, os governos – principalmente os do cone sul – podem representar entraves burocráticos que minam as iniciativas privadas na busca de vantagem competitiva por meio da inovação.

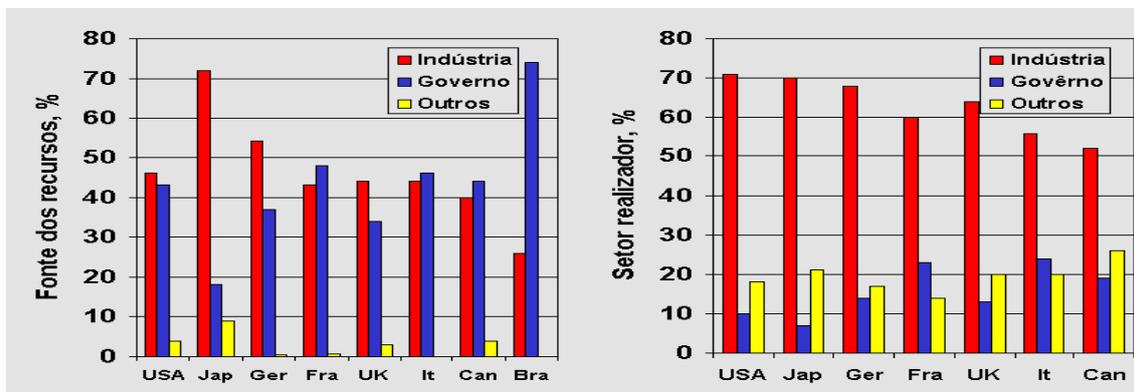
Na contramão deste senso comum, muitos pesquisadores e cientistas, das mais diversas áreas do conhecimento, inclusive no Brasil, reconhecem e recorrem ao uso de recursos públicos para o financiamento. O objetivo desta reflexão não é entrar no mérito destes projetos ou a quais finalidades se destinam atender.

O Brasil possui um SNI ainda jovem, que não produz resultados tão robustos quando comparado aos sistemas de inovação de países desenvolvidos. Estamos falando que a combinação de esforços entre o setor público e o setor produtivo é baixa, somando-se ao fato de que o Brasil caracteriza-se por ser um país cuja industrialização e criação das instituições de pesquisa e universidades ocorreram em caráter tardio.

⁶¹ "CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e" 30 jan.. 2000, <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/337>. Acessado em 1 jul.. 2020.

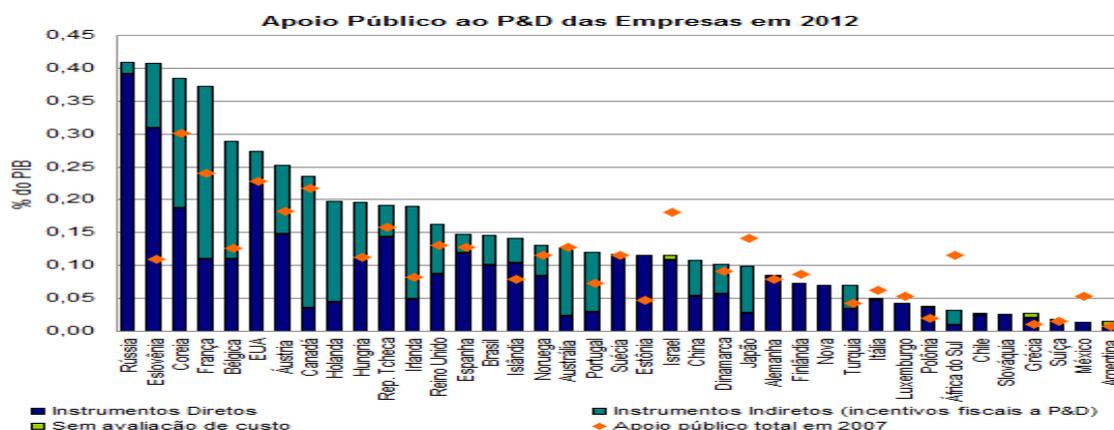
⁶² "Mariana mazzucato pt.pdf." <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2957/1/01%20-%20Mariana%20mazzucato%20pt.pdf>. Acessado em 1 jul.. 2020.

Figura 1 - Quem paga e quem realiza atividade de ciência e tecnologia nos Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Inglaterra e Canadá



Fonte: Unesco "Science and Technology in the World, 1996" e para o Brasil: "Indicadores Nacionais de C&T do MCT, 1990-1994"

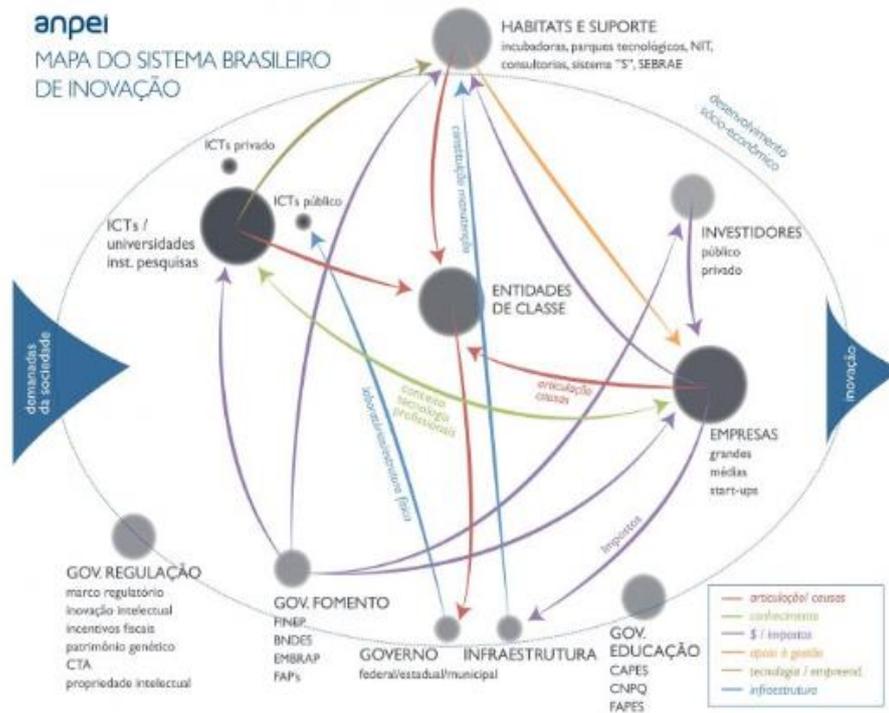
Ainda longe de representar substanciais investimentos em pesquisa & desenvolvimento – que se equiparem a países como Suécia, Coreia do Sul, Japão, Estados Unidos, dentre outros -, o Brasil tem elevado nas últimas décadas o aporte de recursos estatais para este fim. O aumento no aporte orçamentário de Organizações Estatais que estimulam a inovação, como BNDES, FINEP, CNPq, bem como a criação ou fortalecimento de Agências de Fomento, tais como ABDI, FAPESP, FAPERJ, FAPERGS, dentre outros, representam a primeira face deste debate.



Fonte: www.iedi.org.br

A interação articulada de um conjunto de atores públicos e privados compõe um Sistema de Inovação. O progresso e avanços econômicos estão intimamente ligados a amplitude e a integração deste sistema. Sistema Nacional de Inovação (SNI) é um grupo articulado de instituições dos setores público e privado (agências de fomento e financiamento, instituições financeiras, empresas públicas e privadas, instituições de ensino e pesquisa, etc.) cujas atividades e interações geram, adotam, importam,

modificam e difundem novas tecnologias, sendo a inovação e o aprendizado seus aspectos cruciais⁶³.



A eficiência do Sistema Nacional de Inovação pressupõe a participação ativa e cooperação sistêmica de um conjunto estruturado de atores, visando a produção e difusão de novas tecnologias. Trata-se dos seguintes atores:

- ICTs Organizações públicas ou privadas, dedicadas às atividades de pesquisa de caráter científico ou tecnológico.
- INVESTIDORES quem oferece recursos financeiros.
- EMPRESAS Organizações que tem como objetivo prover produtos e serviços inovadores.
- GOVERNO é responsável pela criação do ambiente, sua regulamentação, fomento e articulação entre os atores.
- ENTIDADES Organizações sem fins lucrativos que tem como papel a representação e articulação de atores internos e externos, contribuindo no fortalecimento destas relações e na proposição de políticas públicas.

⁶³ "Sistema Nacional de Inovação (SNI) | CODEMEC." <https://codemec.org.br/informe-se/sistema-nacional-de-inovacao-sni/>. Acessado em 30 jun.. 2020.

Ainda é muito incipiente para falarmos em sucesso ou fracasso do SNI Brasileiro, ainda jovem e imaturo, distante de uma cultura inovadora robusta e consolidada. Mas passos importantes têm sido dados para fortalecer esse Sistema, como, por exemplo, a Lei no. 10.973/2004, chamada Lei de Inovação, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo.

É bem verdade que, em períodos de crise, quando é necessária a realização de cortes orçamentários, por mais diversos motivos – queda na arrecadação, aumento da dívida pública, recessão econômica, entre outros – há uma tendência à manutenção dos recursos para as despesas tidas como essenciais, tais como saúde, educação, saneamento básico, dentre outros. A predileção destes cortes, muitas vezes, ocorre em verbas destinadas às ações de fomento.

Hugo Nascimento. Possui graduação em Administração de Empresas pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP (2005). Mestrando em Gestão do Conhecimento pela Uninove. Pós-Graduação em Controladoria pela Uninove (2019). É CEO na Universitas, pesquisador responsável em um projeto desta empresa com apoio da FAPESP – Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas (PIPE).

Wagner Xavier. Gestor Educacional e Mestrando em Educação (Gestão e Políticas Institucionais), Pós-Graduação em Gestão Estratégica de Pessoas para Negócios. Pós-Graduação em Consultoria Empresarial, Graduação em Processos Gerenciais e Sistema de Informação. Professor universitário. Atua na área de educação, tecnologia, parcerias institucionais e direito marcário. Foi Diretor Geral na Escola Paulista de Direito – EPD, Coordenador Administrativo/Acadêmico de Cursos de Graduação e Pós-Graduação na Unifal, Senai, FABAD, entre outras. Sócio-fundador da ED6, assessorando temas de parcerias institucionais e projetos de inovação. Agente da Propriedade Industrial, atuando na orientação, monitoramento e assessoria de pessoas físicas e jurídicas nos procedimentos e processos de propriedade industrial e intelectual.

Wendell Cristiano Lepore. Graduação em Administração de Empresas pela Universidade São Judas Tadeu (2000). Mestrado em Administração pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (2006). Pós-Graduação em Formação de Docentes para o Ensino Superior pelo Centro Universitário Assunção (2006). É Professor na Universidade São Judas Tadeu, lecionando aulas nas disciplinas da Administração. Especialista na elaboração de Planos de Negócios e Projetos de PD&I para captação de recursos pela FAPESP – Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas (PIPE) e Desenvolve SP.

Referências Bibliográficas

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e 30 jan.. 2000, <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/337>. Acessado em 1 jul.. 2020.

Mariana mazzucato pt.pdf." <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2957/1/01%20-%20Mariana%20mazzucato%20pt.pdf>. Acessado em 1 jul.. 2020.

OCDE. Manual de Oslo: diretrizes para a coleta e interpretação de dados sobre inovação tecnológica. Publicado pela FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), 3ª edição, 2006.

Sistema Nacional de Inovação (SNI) | CODEMEC. <https://codemec.org.br/informe-se/sistema-nacional-de-inovacao-sni/>. Acessado em 30 jun.. 2020.

Nota Técnica

26. A INFLUÊNCIA DA PANDEMIA DA COVID-19 SOBRE O COMPORTAMENTO SOCIAL, INDIVIDUAL E NAS RELAÇÕES DE TRABALHO DOS JOVENS UNIVERSITÁRIOS

Antonio Aparecido de Carvalho
Reginaldo Braga Lucas
Leonardo Birche de Carvalho

Resumo Executivo

A pesquisa buscou identificar os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o comportamento dos jovens universitários do ABC. A pesquisa foi quantitativa e fez uso de um questionário eletrônico, inserido nas redes sociais, cujas questões abordaram as consequências na sociedade, nos sentimentos individuais, na vida profissional, nas futuras relações de trabalho no período pós pandemia e na percepção da efetividade das ações governamentais no combate ao contágio. Foram recepcionados 628 questionários. Os dados demonstram que a pandemia influenciou negativamente na perda de postos de trabalho, no sentimento de pânico e depressão, apesar de emergir o sentimento de solidariedade e valorização dos relacionamentos e religiosidade. Haverá influência nas relações de trabalho, sobretudo com a expansão do home office, a pandemia não atingiu o ápice e as autoridades devem implementar ações mais efetivas no combate ao contágio.

Palavras chave: Comportamento; Pandemia da Covid-19; Universitários; Mudanças.

As mudanças trazidas pela pandemia da Covid-19

As experiências de vida do ano de 2020 ficarão perpetuadas em nossas memórias, mudamos todo o nosso jeito de agir, nosso pensar, deixamos no passado um mundo que julgávamos ser normal e entramos num mundo de ficção científica, estranho, impensável, sem contato físico, convivendo com o medo do vírus e com a incerteza do amanhã, driblando o cansaço físico e mental, sem abraço, sem ombro amigo, porém com muita vontade de seguir em frente, de colaborar, de partilhar de chorar e rir juntos (mesmo distantes).

Quando já achávamos que tínhamos aprendido tudo, fomos obrigados a reaprender, a buscar a reinvenção e quebrar nossos ranços.

Organizações do mundo todo de todos os segmentos suspenderam suas atividades, empregados passaram a fazer uso do teletrabalho, outros tiveram seus contratos suspensos, infelizmente outros foram demitidos.

Os alunos de todos os níveis tiveram seus estudos migrados para aulas remotas, mesmo que muitos sem acesso às tecnologias de comunicação e informação. Enfim, foi a estratégia possível para dar prosseguimento ao calendário letivo. Contudo, como é possível conciliar os estudos em meio a uma pandemia com um vírus ainda desconhecido, como conviver com a incerteza se o emprego estará garantido na próxima semana, como pagar as contas e a mensalidade das escolas se a renda foi reduzida ou acabou totalmente, como acessar as aulas sem internet, sem um pacote de dados, sem dinheiro para carregar o celular, ou com um único computador na família, como conviver com as dissonantes ações governamentais?

Tais questões suscitaram que os autores pesquisassem junto aos alunos do curso de Administração do 1º. ao último ano de uma instituição de ensino superior privada da cidade de São Bernardo do Campo, cujo objetivo foi identificar como a pandemia tem afetado o comportamento desses jovens universitários.

Neste sentido, foi elaborado um questionário eletrônico com perguntas fechadas, a coleta de dados fez uso das redes sociais (Facebook, WhatsApp e e-mail). A pesquisa foi aplicada no período de 23 de abril de 2020 a 9 de maio de 2020.

Além das questões de caracterização do respondente, foram elaboradas seis questões acerca das consequências da pandemia sobre a vida social, a vida profissional, os sentimentos individuais e a percepção da atuação dos governos federal, estadual e municipal ante o controle da pandemia. Após a coleta os dados, foram exportados para o *software* SPSS para os cálculos estatísticos.

A pesquisa

Foram recepcionados 628 questionários válidos dos discentes do curso de Administração, dos quais 69,4% são do gênero feminino, 30,3% do gênero masculino e 0,3% outros, idade predominante de 18 a 25 anos (78,5%), 87,3% solteiros e 12,3% casados, 86% residentes na cidade de São Bernardo do Campo, 78,4% moram com os pais, 73% exercem atividade remunerada e 27% não estão exercendo atividade remunerada no momento. Em relação ao segmento de atuação, 48,5% em serviços, 34,8% estão na indústria e 16,7% no comércio, 39,1% exercem o cargo de assistente administrativo, 26,3% são estagiários os demais atuam como autônomos, operadores de máquinas e microempreendedores individuais.

Questão 1: Considerando as possíveis consequências sociais que a pandemia possa ter gerado você diria que:

Tabela 1: Consequências Sociais causadas pela pandemia

Opções	Número	Percentual
Foi gerado um pânico social na maioria da população.	145	23,1%
Intensificou-se o valor do relacionamento social em razão do distanciamento.	151	24,0%
Há uma probabilidade grande de comportamentos depressivos para aqueles que estão sozinhos.	155	24,7%
Valores como respeito, solidariedade e religiosidade foram intensificados pela população.	177	28,2%
Total	628	100,0%

Fonte: Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir de Pesquisa de Campo (2020).

Percebe-se que todas as possibilidades foram consideradas e, segundo a percepção da amostra, a pandemia trouxe consequências para a sociedade positivamente, quando faz emergir os valores de respeito, solidariedade e religiosidade, a valorização do relacionamento social que o distanciamento aflorou nas pessoas, contudo a pandemia trouxe o pânico e características depressivas.

Questão 2: Fazendo uma autoavaliação sobre o seu estado de espírito, você considera que:

Tabela 2: Sentimentos individuais causados pela pandemia

Opções	Número	Percentual
Se sente fortalecido em suas relações, com o uso de mídias sociais, em razão da ampliação de contatos.	94	15,0%
Tem medo de ser atingido pela pandemia, por isso, observa todas as recomendações estabelecidas.	273	43,5%
Sente-se inseguro em relação às suas atividades profissionais quando da retomada da normalidade.	257	40,9%
Acredita que tudo que está sendo divulgado é exagero, e nada irá atingi-lo.	4	0,6%
Total	628	100,0%

Fonte: Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir de Pesquisa de Campo (2020).

Os resultados evidenciam que 43,5% dos respondentes estão temerosos por serem atingidos pelo vírus e tomam as medidas preventivas, 40,9% estão inseguros profissionalmente quando da retomada das atividades das empresas nas quais trabalham. Apenas 0,6% acredita que existe exagero da mídia em relação as notícias.

Questão 3: Avaliando os impactos da pandemia na vida profissional, você:

Tabela 3: Impactos da pandemia na vida profissional

Opção	Número	Percentual
Está trabalhando home office, sem alteração na remuneração.	167	26,6%
Está trabalhando home office com alteração da remuneração.	84	13,4%
Teve o seu contrato de trabalho encerrado.	130	20,7%
Continua trabalhando normalmente, observando os cuidados para prevenção.	96	15,3%
Continua trabalhando com redução na jornada de trabalho e na remuneração.	56	8,9%
Continua trabalhando com redução na jornada de trabalho, sem alteração na remuneração.	35	5,5%
Continua trabalhando, mas se sente inseguro em relação ao seu futuro no trabalho.	60	9,6%
Total	628	100%

Fonte: Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir da Pesquisa de Campo (2020).

Apesar de 26,6% exercerem suas atividades em home office sem alteração na renda, 20,7% perderam seus postos de trabalho, 13,4% estão trabalhando home office, porém com redução salarial, fato que robustece a insegurança ante o futuro no período pós pandemia.

Questão 4: Avaliando a experiência vivenciada no período da pandemia, com novos modelos de relações das empresas com seus colaboradores, você considera que:

Tabela 4: Impactos futuros da pandemia sobre as relações trabalhistas

Opção	Número	Percentual
Se consolidará o home office, para determinadas funções, com alterações substanciais nas relações de emprego (vínculo/remuneração).	139	22,1%
Se consolidará o home office, para determinadas funções, mantendo-se o modelo de relações de emprego (vínculo/remuneração).	134	21,3%
Tudo voltará à normalidade, com enxugamento das estruturas organizacionais.	307	48,9%
Tudo voltará à normalidade, sem enxugamento das estruturas organizacionais.	48	7,6%
Total	628	100,0%

Fonte: Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir da Pesquisa de Campo (2020).

Aproximadamente 48,9% dos respondentes consideram que haverá mudança nas estruturas organizacionais quando do retorno à normalidade, 22,1% acreditam que o home office se consolidará para determinadas funções com alterações nas relações de emprego e 21,3% a avaliam que o home office se consolidará para determinadas funções sem alteração dos vínculos das relações de emprego. É evidente que mudanças estão ocorrendo e que farão parte do nosso cotidiano no futuro.

Questão 5: Considerando a evolução da pandemia da Covid-19, você diria que:

Tabela 5: Percepção sobre a evolução da pandemia

Opção	Número	Percentual
Já chegou ao ápice da evolução e a tendência é diminuir gradativamente, mas não dá para prever seu término.	115	18,3%
Apesar do crescimento constante não dá para afirmar quando chegaremos ao ápice da pandemia.	391	62,3%
Estamos longe de atingir o ápice da pandemia.	23	3,7%
Deverá crescer a preocupação por mais dois meses, pelo menos.	99	15,8%
Total	628	100

Fonte: Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir da Pesquisa de Campo (2020).

Os números mostram que 62,3% da amostra considera que, apesar do crescimento dos casos, ainda não é possível prever quando ocorrerá o ápice da pandemia, contudo 18,3% acreditam que a pandemia já atingiu o ápice. Dados recentes demonstram que o Brasil infelizmente ocupa lugar de destaque negativo no número de infectados e de óbitos, sendo o estado de São Paulo considerado o epicentro da epidemia.

Questão 6: Avaliando as ações de contenção da pandemia adotadas pelos órgãos governamentais (federal, estadual e municipal), você considera que:

Tabela 6: Ações governamentais sobre o controle do contágio

Opção	Número	Percentual
As ações têm sido adequadas para reduzir a velocidade da contaminação.	167	26,6%
Deveriam ser mais rígidas, intensificando a fiscalização.	331	52,7%
Deveriam adotar penalizações monetárias àqueles que não adotam as ações de contenção.	106	16,9%
As ações têm sido exageradas e não trazem resultados efetivos.	24	3,8%
Total	628	100,0%

Fonte: Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir da Pesquisa de Campo (2020).

Apenas 3,8% consideram que as ações são exageradas e não surtem efeitos, já 52,7% avaliam que as ações deveriam ser mais rígidas e que a fiscalização carece de intensificação, contudo as informações acerca das ações de prevenção e combate proferidas pelas autoridades são conflitantes, gerando dúvidas na sociedade.

Conclusão

A pesquisa com os jovens universitário demonstra que a epidemia trouxe incertezas individuais, sociais, nas relações de trabalho, no atendimento às diretrizes governamentais, contudo a pandemia influenciou no pensar social, na valorização dos contatos interpessoais, no fortalecimento da religiosidade, no respeito e solidariedade apesar de trazer sentimentos de pânico e depressão.

Os danos trazidos na perda de postos de trabalhos trarão consequências desastrosas para a sociedade, neste sentido há urgência da implementação de políticas públicas para mitigar o problema.

O futuro das relações de trabalho também será alterado, sendo que o *home office* tenderá a ser um modelo ainda mais praticado devido às facilidades trazidas pelas tecnologias digitais.

Os respondentes não acreditam que a pandemia esteja perto do fim, evidenciam que as autoridades precisam robustecer as ações preventivas e buscar esforços para que a comunicação dirigida para a sociedade seja única, desta forma não existirão dúvidas, contribuindo para a queda do contágio.

Antonio Aparecido de Carvalho. *Doutorando em Administração -USCS; Mestre em Administração, Comunicação e Educação – USM; MBA em Marketing- USP; MBA em Gestão e Inovação do Ensino a Distância - USP; PósGraduado em Administração Financeira – UMESP. Graduado em Ciências Econômicas – IMES e Administração – IMES. Docente e Coordenador do Curso de Administração – FASB. Trabalhou na Caixa Econômica Federal. Parecerista do Guia do Estudante.*
<http://lattes.cnpq.br/3790964579387924>

Reginaldo Braga Lucas. *Mestre em Administração pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Graduação em Administração de Empresas pelo Centro Universitário Sant'Anna (1977). Atualmente é professor da Faculdade de São Bernardo do Campo (FASB) e consultor da Flemming Associados. Focaliza suas pesquisas no campo do comportamento do consumidor, aplicação das estratégias de marketing e desempenho de empresas de médio e pequeno porte.*
<http://lattes.cnpq.br/0455951582946551>

Leonardo Birche de Carvalho. *Mestrando em Educação pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul, com pesquisa em Formação de arte-educadores de teatro. Especialista em Direção Teatral (2013) e Interpretação (2017) pela Escola Superior de Artes Célia Helena, instituição em que também se formou ator no curso técnico profissionalizante 2012). Bacharel em Comunicação Social, em habilitação em Publicidade e Propaganda (201) pela ESPM-SP.*
<http://lattes.cnpq.br/1400674826888420>

Nota Técnica

27. A TRILHA DO UNICÓRNIO NA PANDEMIA, UMA CRÔNICA DE 3 ASPIRANTES À CIÊNCIA DE DADOS: O FARMACÊUTICO, O ANALISTA DE SISTEMAS E A ESTATÍSTICA

Alfredo Rodrigues Neto
Olímpio Ribeiro da Fonseca Neto
Regina Albanese Pose

Resumo Executivo

Unicórnio, um dócil cavalo branco com um chifre em espiral (de onde se origina seu nome), e que vive dentro de páginas da mitologia¹. Aquele iluminado capaz de ter conhecimentos e habilidades em gestão de negócios, estatística, engenharia de dados, ciência da computação e processo de tomada de decisão². O que é necessário para se tornar um cientista de dados? Na verdade um Unicórnio? Qual curso entrega para a sociedade um Unicórnio? Existe o Unicórnio? Não! Rapidamente as empresas entenderam que não devem perder tempo tentando encontrar um Unicórnio, uma lenda, como profissional. Não! Elas devem contratar colaboradores com habilidades especializadas e complementares, necessárias para trabalhar em equipe, de forma compartilhada^{3,4}. E, em meio a tantas e tantas controvérsias sobre o quê, para quê, para quem, como, e tantos outros questionamentos, entra em cena, ele, o COVID-19. É chegado o ano de 2020, uma promessa para um (equivocado) início de nova década (na verdade é o final da década de 10, deste novo século), que começa sombrio. Os rojões de 31 de dezembro soam forte, mas com um eco de preocupação, sob um ruído que vem lá do Oriente, e, que não se tinha ideia, mas que poderia ser o marco de um novo calendário para um mundo pós moderno, AC/DC, talvez nunca fosse tão atual. Antes de COVID-19/Depois de COVID-19. E a promessa se fez realidade, COVID-19 na atmosfera brasileira, de forma calada e destruidora, gerando uma crise quase medieval (vivemos hoje os tempos da peste, da gripe espanhola)... Contudo, como em toda crise, sempre existe um grande desenvolvimento em determinadas áreas. Nunca antes, tanto se falou em Ciência de Dados, Saúde, Desenvolvimento de Sistemas, Estatística. Esta nota, pretende apresentar a semente plantada num encontro virtual desprezioso entre 3 profissionais com a mesma aspiração à Ciência de Dados.

Palavras-chave: *Ciência de Dados; Saúde; Desenvolvimento de Sistemas; Estatística.*

E, é chegado o momento de se reinventar para sobreviver e trabalhar com pesquisa dentro da pandemia. O que fazer? Como fazer? Por onde começar? E o medo da doença? Da morte? Da vida interrompida? Quantos dias em casa? E a resolução foi estudar e estudar. Estudar o COVID-19. Assistir a muitas e muitas atividades oferecidas de forma gratuita pela internet, de Universidades, de Conselhos de Classe, e, onde ser acolhido? Como conversar? Como discutir Ciência? E então entram em cena as comunidades!!! “A comunidade é o motor que faz a ciência aberta andar e os pacotes dos softwares livres e abertos serem criados. Ninguém é dono da comunidade – e nunca será. A única forma de tirar proveito dela é contribuindo, pois ao contribuir, atraímos a atenção dos trabalhos das outras pessoas que seguem em diferentes direções. Contribuir com a comunidade tem algumas vantagens indiretas, tais como: economizar tempo, pois as informações são sempre compartilhadas, estabelecer “networking” com pessoas com interesses afins. Para contribuir de forma efetiva com a

comunidade, precisamos trabalhar e estar em acordo com as convenções dela, de forma gentil e inclusiva”⁵.

Uma comunidade ou mesmo um grupo com intenções voltadas para a ciência aberta, em tempos de pandemia, com isolamento social, é fértil o suficiente para a divulgação e discussão dos muitos “pré-prints” (um estudo científico, que disponibiliza os dados utilizados em um servidor público, para a avaliação por pares) e artigos aprovados. As discussões devem ser fundamentadas e, sempre ter um propósito que é o tema da comunidade ou do grupo, e assim todos aprendem e discutem. O *Evidence Based Beer (EBB)* é um grupo que tem por objetivo reunir pesquisadores, estudantes, profissionais da saúde e interessados em Ciência e Saúde Baseada em Evidências dentro de um ambiente descontraído (isto antes da Pandemia, durante a mesma, as discussões são feitas pelo aplicativo de celular)^{6,7}. Por intermédio do EBB, os três personagens desta crônica puderam se conhecer. É lançada a ideia para o desenvolvimento de um *dashboard* feito com a linguagem R no ambiente R-Studio, utilizando o pacote Shiny⁸. Este pacote cria um aplicativo de web responsivo e interativo, com aplicações estatísticas no ambiente R-Studio.

Para auxiliar os primeiros passos, foi necessário recorrer a outra comunidade, a R Brasil, de desenvolvedores em R⁹. A meta era desenvolver um aplicativo com os dados de casos e mortes por COVID-19 das sete cidades do ABC (Projeto Shiny COVID-19 ABC), para oferecer de forma autônoma, informação em *real time*, aos municípios das sete cidades, até o final de junho. Ou seja, tínhamos menos de um mês para desenvolver o aplicativo e colocá-lo *online*, estudando e desenvolvendo os scripts necessários e suficientes para que pudesse ser colocado em uso imediato, mesmo que de forma reduzida e simples. Muitas universidades criaram aplicativos com modelos estatísticos preditivos, essas equipes de trabalho contam com epidemiologistas e médicos além de estatísticos na equipe. Nosso grupo tem um farmacêutico, uma estatística e um analista de sistemas, decidimos assim, fazer um aplicativo com dados do momento real, e num segundo momento, para o segundo semestre de 2020, complementar com tabelas de análise descritiva, e assim se deu início de nossa trilha no mundo da Ciência de Dados.

A ciência de dados pode ser compreendida como um campo interdisciplinar que envolve processos, teorias, conceitos, ferramentas e tecnologias que permitem a revisão, análise e a extração de conhecimento e informação de valor a partir de dados estruturados e não estruturados (dados não tratados, como, por exemplo, imagens)¹⁰. É uma área de atuação reconhecida e que está em pleno crescimento no Brasil e no mundo. Os grandes centros de Saúde no País e do mundo estão consumindo conhecimento, métodos e técnicas de *e-Science*, promovendo inovação tecnológica e aprendizagem colaborativa. Um universo em que as diversas áreas do conhecimento, máquinas e humanos convivem de forma compartilhada no desenvolvimento dos sistemas de gerência de workflows de experimentos científicos da área da Saúde¹⁰.

A nossa contribuição, nesta área, neste momento, é o nosso aplicativo, cujo link é https://alfredojoseneto.shinyapps.io/R_Shiny_Covid_ABC/ e que pode ser consultado todos os dias, que será atualizado pelo site <https://brasil.io/home/>, que foi o escolhido por nossa equipe, para “alimentar” o sistema, por ser também desenvolvido em software aberto e livre, e promover o fornecimento dos dados com atualizações diárias direto das Secretarias de Saúde Municipais. As possíveis telas até agora deste aplicativo são, a tela sem qualquer seleção de cidades, com a seleção de apenas uma delas, ou, a combinação de duas ou mais cidades para que se faça um comparativo entre as curvas acumuladas de casos e mortes por COVID-19.

Deve-se ter muita atenção nas escalas dos eixos verticais (eixo y), porque eles apresentam conteúdos diferentes, ou seja, nos gráficos superiores as quantidades de casos e nos gráficos inferiores, as quantidades de mortes, veja que a grandeza dos dois são quase 20 vezes menor/maior uma que outra.

Consideramos necessária essa divisão em dois gráficos para que seja possível fazer uma análise ponto a ponto. E para que se possa compreender que os dois fenômenos são muito distintos, ainda que pese todas as dificuldades com as subnotificações e com os registros de mortes com algum viés, como por exemplo, efeito de confusão com a morte por SARS registrada como COVID-19. Note a marcação para o início da Pandemia que não coincide com o início de todas as cidades.

É possível observar ainda, que as cidades apresentam uma mesma ordem nos dois gráficos, ou seja, São Bernardo do Campo lidera nas duas situações (casos e mortes), e, Rio Grande da Serra, apresenta os menores valores nas duas situações.

O grid atrás do gráfico facilita as interpretações, veja, por exemplo, o período de 12 a 27 de maio (15 dias), em São Bernardo do Campo, o número de casos dobra e o número de mortes também dobra, depois, de 12 de maio até 02 de junho (20 dias) o número de casos nesse Município triplica, e, no mesmo período, o número de mortes permanece na mesma grandeza (dobro), isto é, a velocidade de crescimento de casos aumenta, e a velocidade de mortes começa a diminuir depois de um período, isto é resultado da evolução no manejo dos pacientes, nas ações do poder público, no aprendizado tanto da população quanto da equipe médica nos hábitos adotados e na percepção e condução do início dos tratamentos.

E, para quem é da área DevOps, pode fazer um “fork” lá na página do Github do Alfredo, https://github.com/alfredojoseneto/R_Shiny_Covid_ABC.

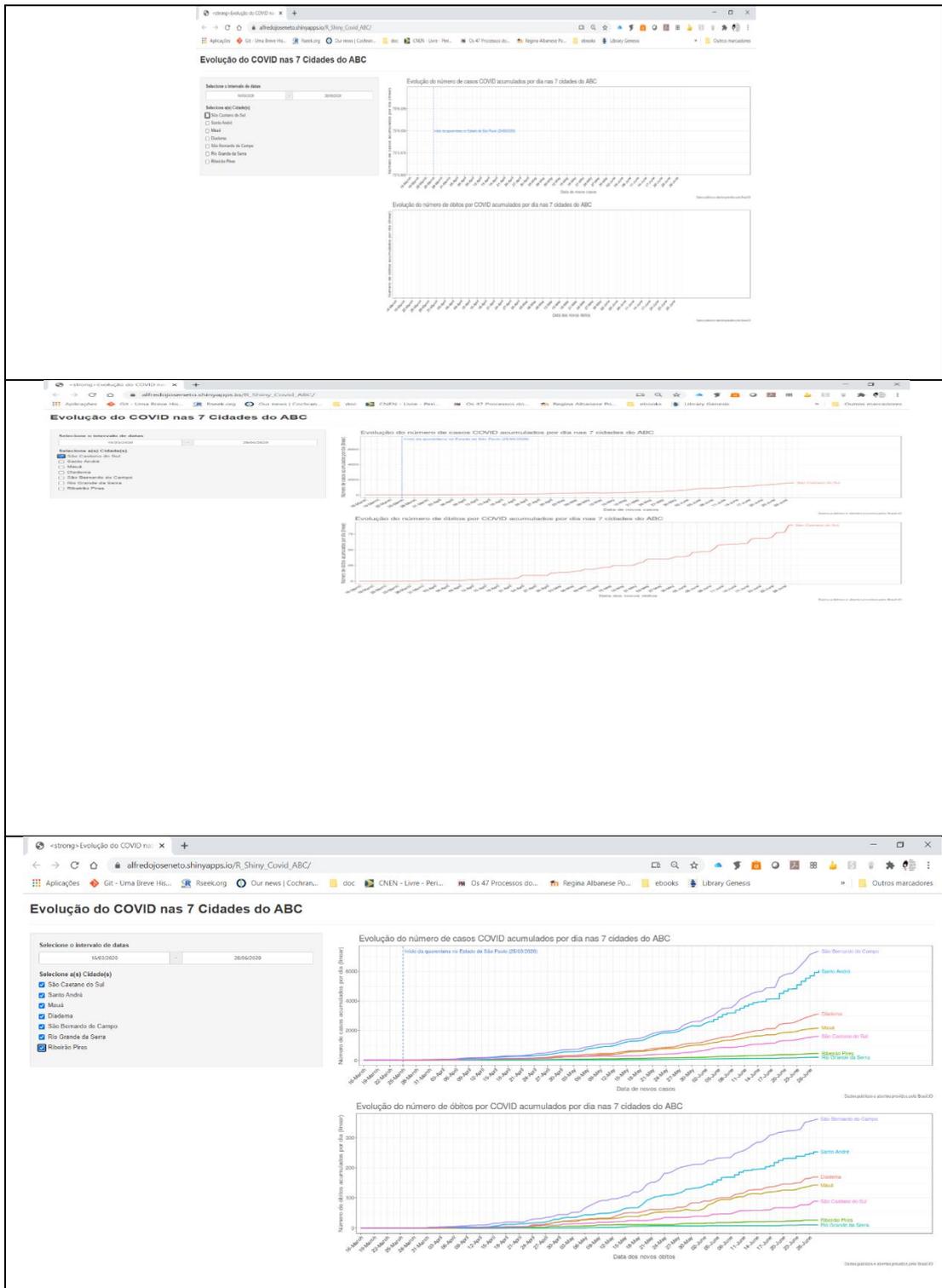


Figura 1 – Telas do aplicativo desenvolvidas pelos autores.

1. Alfredo Rodrigues Neto. Farmacêutico graduado pela Universidade Federal da Bahia - Farmacêutico Clínico, interessado em análise de dados. Curriculum lattes <http://lattes.cnpq.br/0808877552696289>

2. Olímpio Ribeiro da Fonseca Neto. Analista de Sistemas graduado pela FATEC-SP-Ipiranga. Técnico sênior de laboratório de baixas temperaturas e altos campos magnéticos IF/USP, interessado em análise de sistemas. Curriculum lattes <http://lattes.cnpq.br/3125618480334226>

3. Regina Albanese Pose. Docente da Universidade São Caetano do Sul. - Conselheira no Conselho Regional de Estatística - CONRE 3. Membro da comunidade R-Ladies SP. Interessada em análise de dados com softwares livres e de códigos abertos. Curriculum lattes <http://lattes.cnpq.br/1832375183593136>

Referências Bibliográficas

1. Unicórnio – wikipedia. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Unic%C3%B3rnio>
2. Existem unicórnios em Data Science? - Luiz Paulo Fávero - <https://itforum365.com.br/colunas/existem-unicornios-em-data-science/#:~:text=Porque%20unic%C3%B3rnios%20s%C3%A3o%20profissionais%20rar%C3%ADssimos,de%20decis%C3%A3o%20em%20Data%20Science.>
3. CIO, pare de procurar o cientista de dados 'unicórnio' - Vivian Zhang, InfoWorld (EUA) <https://cio.com.br/cio-pare-de-procurar-o-cientista-de-dados-unicornio/>
4. Ciência de Dados é explorar Big Data para fazer perguntas para prever o futuro - Alfred ReinoldBaudisch - <https://medium.com/@AlfredBaudisch/o-que-%C3%A9-ci%C3%Aancia-de-dados-data-science-7af5bdac101a#:~:text=Ci%C3%Aancia%20de%20Dados%20significa%20fazer,e%20aplicar%20em%20situa%C3%A7%C3%B5es%20reais>
5. Programando com a Comunidade - William Amorim. - <https://www.curso-r.com/blog/2019-07-15-comunidade/>
6. Evidence-based beer - @evidencebasedbeer Medicina e saúde <https://www.facebook.com/evidencebasedbeer/>
7. Evidence-based beer - @evidencebasedbeer Medicina e saúde <https://osf.io/d94rn/wiki/Evidence-based%20beer/>
8. Package 'shiny' - June 23, 2020 - <https://cran.r-project.org/web/packages/shiny/shiny.pdf>
9. R Brasil - <https://t.me/rbrasiloficial>
10. Provost, F.; Fawcett, T. Data Science pra negócios. Rio de Janeiro. Alta Books, 2016

Nota Técnica

28. A “CONS-CIÊNCIA” DE DADOS ANTES E DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19: UMA APLICAÇÃO E UMA REFLEXÃO PARA O ENSINO SUPERIOR

Regina Albanese Pose
Antonio Fernando Gomes Alves
Universitários da Gestão Tecnológica

Resumo Executivo

E o ano de 2020 começa sob um movimento dinâmico marcando a história mundial, a COVID-19. Rapidamente, o ano foi nascendo, sob o medo e ao mesmo tempo a não credibilidade de que um dia o visitante aparecesse em terras brasileiras. Mas não tardou e ele chegou, como em todos os lugares, rápido e silencioso. Um inimigo avassalador! E, para os educadores e universitários, como conviver esse momento? Cada qual em sua experiência pode ter os seus medos, suas reflexões, suas experiências e suas projeções, mas não podem predizer o futuro. Contudo, o certo, é que ainda não está legitimado cientificamente na literatura, porque o tempo tornou-se o ‘algoz’ das nossas convicções, indutivas e dedutivas. Sabemos “lidar” com tantas mudanças em tão pouco tempo? Estamos confinados há quase 90 dias e delineamos a gênese dessa nota há alguns meses, e o tempo paradoxal por excelência, longo e curto. E então, entender dados científicos online, os cálculos dos microdados, o tempo para os universitários desenvolverem o raciocínio numa superação inevitável. E nas outras áreas? Na verdade, temos ainda muitas dúvidas, anseios e questões, e, estamos aqui, nesta carta, para apresentar uma experiência vivenciada no ensino superior diante das inúmeras alternativas pedagógicas em um curso superior. Realizar uma experiência aplicativa e de aprendizagem significativa mediante o uso de um software estatístico durante um semestre letivo. E, nunca fomos tão realistas em nossas projeções! Seguem algumas narrativas das nossas experiências do ‘locus’ didático: a sala de aula.

Palavras-chave: estatística, ciência de dados, ensino superior, Covi-19.

O componente curricular do curso de Gestão Tecnológica da Escola de Gestão e Negócios, especificamente a Estatística, seguiu um projeto pautado pela ideia: “Para trabalhar em Ciência de Dados é necessário explorar dados (na vida como ela é, trabalharão com conceito de *Big Data*), saber fazer perguntas que levem a um raciocínio preditivo”. A mensagem para os estudantes, diariamente foi sempre que, o sucesso para um profissional na área de gestão tecnológica, seja qual for a especialidade deve estar pautada em análise de dados, exigência profissional, a “capacidade de pensar sobre como esses conceitos fundamentais se aplicam a determinados problemas dos negócios”⁶⁴. Isto é, o profissional deve pensar analiticamente, portanto, as aulas de estatística devem exercitar o pensar analítico e descritivo. “Os dados devem ser pensados como um ativo imaterial para os negócios”⁶⁵ e, ao exercitar esse tipo de pensamento, também se inicia o exercício de reflexão de que modo deve ser feito esse movimento. A compreensão de conceitos

⁶⁴<https://medium.com/@AlfredBaudisch/o-que-%C3%A9-ci%C3%A9ncia-de-dados-data-science-7af5bdac101a#:~:text=Ci%C3%A9ncia%20de%20Dados%20significa%20fazer,e%20aplicar%20em%20sua%20%27%27%20reais>

⁶⁵<https://medium.com/@AlfredBaudisch/o-que-%C3%A9-ci%C3%A9ncia-de-dados-data-science-7af5bdac101a#:~:text=Ci%C3%A9ncia%20de%20Dados%20significa%20fazer,e%20aplicar%20em%20sua%20%27%27%20reais>

fundamentais de dados na área de negócios, basicamente trilha um mesmo percurso, as vezes maior ou menor, mas, em geral⁶⁶, passando por algumas etapas⁶⁷, quais sejam

- i. Fazer uma pergunta interessante para a regra do negócio
 - ii. Obter os dados
 - iii. Explorar os dados
 - iv. Modelar os dados
 - v. Visualizar e divulgar as informações.
-
- i. A aplicação foi desenvolvida integrada às demais disciplinas do módulo. Foi proposto aos universitários a criação de uma empresa, a partir da regra do negócio que trabalhavam ou que pretendiam executar. A partir de então foi sugerido que criassem um banco de dados com os microdados para captar clientes e/ou funcionários.
 - ii. Estudaram os instrumentos e resultados da última Pesquisa de Orçamento Familiar (POF - 2017), e, foi possível elaborar tabelas e gráficos dinâmicos a partir das tabelas SIDRA, pelo site do IBGE. E assim construíram um “rascunho” dos itens constantes da POF que desejavam ter em seu instrumento, e, de forma integrada, já que a ferramenta *googledrive*, proporciona exatamente um trabalho articulado, fizeram um único instrumento, dos diversos grupos da sala, descrito no aplicativo *google docs*. Utilizando a descrição dos itens no *googledocs* e o aplicativo *googleforms*, ambos parte integrante do ambiente *google drive*, desenvolveram o instrumento final, e, responderam o mesmo, inclusive, enviaram aos colegas das outras turmas para que pudessem responder também. Aprenderam assim, a construir as planilhas eletrônicas pelo aplicativo *googlesheet*, uma pílula digital. Começaram a construir a documentação dos dados (dicionário das variáveis, analisando as mesmas).
 - iii. Com o objetivo de entender o problema proposto, captação de funcionários ou clientes, cada grupo escolheu, no instrumento final, os itens necessários ao seu desafio. Com o auxílio do software SAS, aprenderam a analisar variáveis categóricas e numéricas, por meio do cálculo de medidas resumo, construção de tabelas e gráficos específicos como *box plote histograma* (sabendo o conceito e qual a medida resumo e gráficos adequados para cada uma das variáveis). Após as análises multivariadas das variáveis, foram feitas as devidas e necessárias transformações de algumas variáveis, para que a análise final pudesse ser mais precisa. Aindanessa fase de exploração descritiva, foi possível, excluir variáveis não significativas, ou porque o item do instrumento, não foi bem construído, ou porque haviam muitos *missing* na variável.
 - iv. O passo de modelar dados não foi desenvolvido, pois o currículo básico desse curso versa sobre a análise descritiva de dados, sem atingir a modelagem.
 - v. Na redação do relatório foi possível desenvolver e aplicar as técnicas de compreensão estatística e interpretação do cenário (negócio) a partir

⁶⁶vide2

⁶⁷vide 2

dos elementos descritos na fase de exploração dos dados. Cada grupo pôde pensar na resolução inicial do seu problema, de forma a elaborar uma tomada inicial de decisão, fundamentada em informações a partir dos dados e colaborando com a assertividade do negócio.

A ideia, em que pesem todas as dificuldades dos universitários foi compreender a inovação. Foi também entender a cultura da ciência de dados pudesse ser despertada em cada um deles, por meio de um desenvolvimento em habilidades de “obter, entender, processar, extrair valor, visualizar e se comunicar com dados”. Essas habilidades, segundo *Hal Varian* da google, “serão extremamente importantes nas próximas décadas, não só em nível profissional, mas também educacional, desde o ensino básico, até o ensino superior”.

A matriz curricular é pautada numa cultura *data driven*, promove atividades organizadas a processos e estratégias com dados; de tal sorte que, permitam desenvolver maior rapidez e eficiência na tomada de decisões dos universitários, para que sejam colocados no mercado, profissionais capazes de realizar previsões assertivas. Esse movimento permite o aumento da satisfação desses universitários, uma vez que a sala de aula se torna um laboratório de habilidades profissionais que apontam para a ciência de dados e, promovem uma escalada certificada na carreira dos mesmos. Um curso de gestão tecnológica deve oferecer aos universitários produtos e serviços adequados ao perfil dos prováveis/atuais profissionais de uma realidade cada vez mais disruptiva.

E, neste cenário, é importante, situar que, há quase 90 dias, todos os brasileiros e as brasileiras ouvem e devem compreender que com a chegada e dominação do inimigo COVID-19, o objetivo das políticas de saúde pública, em escala nacional ou global, é de achatar a curva, espalhando as infecções ao longo do tempo. Mesmo que usando estratégias e entendimentos diferentes. Mas todos, sem exceção, ouviram e falaram: “É necessário achatar a curva”. Escrevemos uma nota técnica na XII Carta tentando ilustrar o efeito de “achatamento da curva”, mas vamos retomar a ideia principal, novamente, pois é uma ideia da estatística. “Achatar a curva traz dois benefícios principais, quais sejam, a possibilidade de os sistemas de saúde lidarem com a doença e fazer todos os protocolos de manejo necessários para uma recuperação que pode durar de 14 a 60 dias, em internação e/ou UTI; evitando um maior número de mortes, e, contabilizar um menor número total de infecções ao longo da epidemia. Para “achatar” a curva, é necessário diminuir a propagação da doença, dado que, este vírus tem um poder absurdo de contaminação, além de muitas vezes, não se ter o diagnóstico logo verificado no início da doença. Todas essas informações na verdade, já fazem parte do cotidiano de todos nós.

Ou seja, conforme foi trabalhado em sala de aula, e compreendido por nossos universitários, o desvio padrão é o conceito de “afastamento”, ou seja, quanto cada contato está afastado do próximo contato. Essas curvas todas que estão sendo divulgadas pelas universidades, por epidemiologistas, economistas, médicos, estatísticos, cientistas de dados, são feitas considerando o número de incidência, isto é, do número de contaminados com COVID-19, e a velocidade de contaminação (número de contaminados por um doente). Se a curva “achata” a velocidade de contaminação, ou seja, o número de contaminados por um doente diminui, porque a distância entre os elementos da população aumenta, e, o desvio padrão aumenta. Por isso, fazer o confinamento, definição estatística.

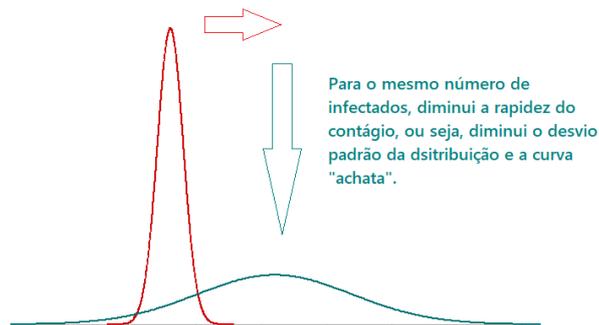


Figura 1: “Achatamento” da Curva de infectados por COVID-19 - Simulação estatística teórica de curva Normal (Gaussiana) feita pelos autores

Compreender todo o processo de uma pandemia, é algo assustador, envolve várias dimensões da vida de cada um de nós. Como será que nossos estudantes receberam todas as notícias? Como todos nós, enfrentamos a adversidade diante da pandemia? O que poderíamos deixar de mensagem aos nossos estudantes? Afinal, estamos professores e mentores, unicamente dentro das suas vivências, aliando a estatística aos nossos estudantes, que, já em sala de aula me falavam, “*professora eu estava vendo essa matéria no jornal e compreendi o gráfico identificando alguns elementos que vimos na aula*” certamente compreenderiam muito bem, que a curva de tendência de mortes segue o mesmo padrão que a curva de tendência de novos contaminados (**Gráficos 1A, 1B, 2A, 2B**).

E assim, uma aula de estatística contextualizada pelos dados provenientes da Pandemia COVID-19, para o final do semestre, certamente, teria que fazer a observação da modificação da escala para esses gráficos (1A,1B,2A,2B), quais sejam, de casos confirmados acumulados e de mortes confirmadas acumuladas, compreendendo que, quando estão juntos, a mortalidade aparece linearizada pelo efeito da escala muito maior do que o número de casos.

Ainda, ao observar as medidas descritivas (não destacadas pela média) (**Tabelas 1A e 1B**), pode-se compreender que, o número médio de casos aumentou 32 vezes em 91 dias em Ribeirão Pires e 28 vezes em 78 dias, em Rio Grande da Serra; já o número de mortes, nesse mesmo período, aumentou, respectivamente, 35 e 33 vezes.

GRÁFICO 1A Novos casos e mortes confirmados acumulados de COVID-19 em Ribeirão Pires



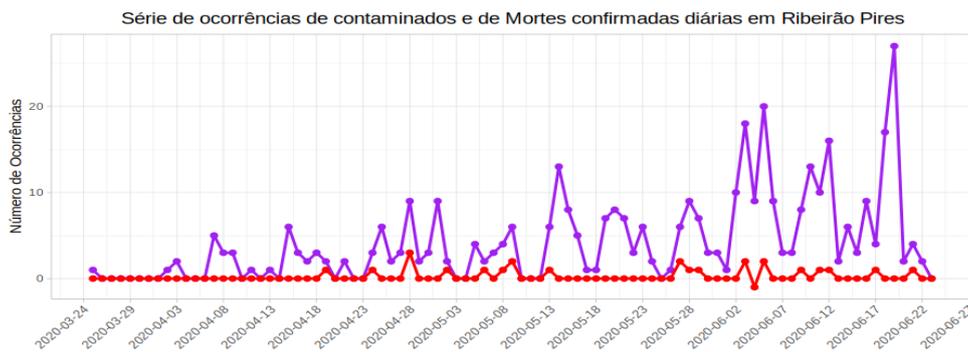
Fonte: Adaptado de <https://brasil.io/dataset/covid19/>, atualizado em 23 de junho de 2020 por Regina A. Pose, Alfredo Neto* e Olímpio Neto*

GRÁFICO 1B Novas mortes confirmadas acumulados de COVID-19 em Ribeirão Pires



Fonte: Adaptado de <https://brasil.io/dataset/covid19/>, atualizado em 23 de junho de 2020 por Regina A. Pose, Alfredo Neto* e Olímpio Neto*

GRÁFICO 1C Novos casos e mortes confirmadas de COVID-19 em Ribeirão Pires



Fonte: Adaptado de <https://brasil.io/dataset/covid19/>, atualizado em 23 de junho de 2020 por Regina A. Pose, Alfredo Neto* e Olímpio Neto

GRÁFICO 2A Novos casos e mortes confirmados acumulados de COVID-19 em Rio Grande da Serra



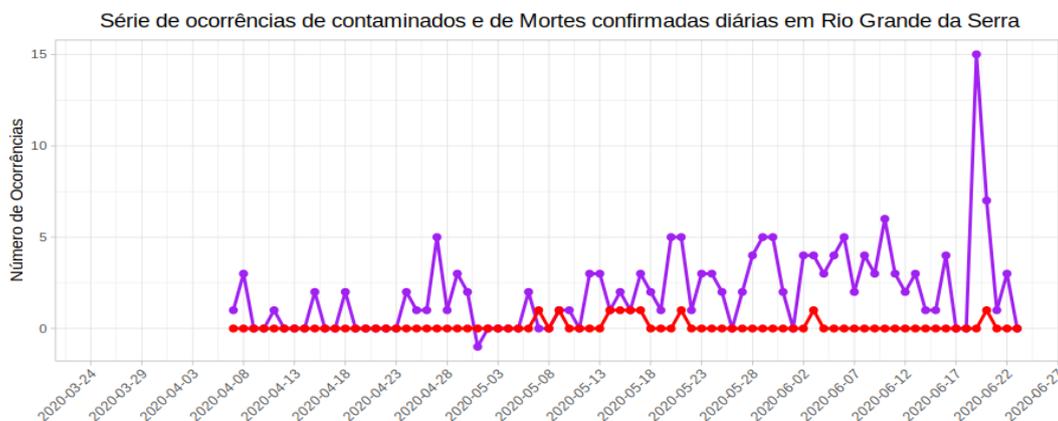
Fonte: Adaptado de <https://brasil.io/dataset/covid19/>, atualizado em 23 de junho de 2020 por Regina A. Pose, Alfredo Neto* e Olímpio Neto*

GRÁFICO 2B Novas mortes confirmadas acumulados de COVID-19 em Rio Grande da Serra



Fonte: Adaptado de <https://brasil.io/dataset/covid19/>, atualizado em 23 de junho de 2020 por Regina A. Pose, Alfredo Neto* e Olímpio Neto

GRÁFICO 2C Novos casos e mortes confirmadas de COVID-19 em Rio Grande da Serra



Fonte: Adaptado de <https://brasil.io/dataset/covid19/>, atualizado em 23 de junho de 2020 por Regina A. Pose, Alfredo Neto* e Olímpio Neto*

TABELA 1A Novos casos e mortes confirmados acumulados de COVID-19 em Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra

Variável	Cidade	Dias desde o primeiro caso	Dados omissos	Média	Desvio Padrão da Média	Coefficiente de Variação	Correlação de Pearson*
Casos acumulados	Ribeirão Pires	91	0	126,20	117,300	93%	
Mortes acumuladas	Ribeirão Pires	91	0	8,79	7,937	90%	
Casos acumulados	Rio Grande da Serra	78	0	54,81	46,950	86%	
Mortes acumuladas	Rio Grande da Serra	78	0	3,99	3,648	92%	
Casos novos*	Ribeirão Pires	91	0	4,23	5,033	119%	0,355 (0,001)
Mortes novas*	Ribeirão Pires	91	0	0,25	0,607	240%	
Casos novos*	Rio Grande da Serra	78	0	1,99	2,333	117%	0,106 (0,000)
Mortes novas*	Rio Grande da Serra	78	0	0,12	0,322	279%	

Fonte: Adaptado de <https://brasil.io/dataset/covid19/>, atualizado em 23 de junho de 2020 por Regina A. Pose, Alfredo Neto* e Olímpio Neto*

TABELA 1B Novos casos e mortes confirmados acumulados de COVID-19 em Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra

Variável	Cidade	Menor registro por dia	1° Quartil	Mediana	3° Quartil	Maior registro por dia	Intervalo interquartil	Moda	Repetições da moda
Casos acumulados	Ribeirão Pires	1	26	93	190	385	164	1	8
Mortes acumuladas	Ribeirão Pires	0	0	10	15	23	15	0	25
Casos acumulados	Rio Grande da Serra	1	13	37	92	155	79	9	6
Mortes acumuladas	Rio Grande da Serra	0	0	5	8	9	8	0	30
Casos novos*	Ribeirão Pires	0	0	3	6	27	6	0	23
Mortes novas*	Ribeirão Pires	-1	0	0	0	3	0	0	72
Casos novos*	Rio Grande da Serra	-1	0	2	3	15	3	0	24
Mortes novas*	Rio Grande da Serra	0	0	0	0	1	0	0	69

Fonte: Adaptado de <https://brasil.io/dataset/covid19/>, atualizado em 23 de junho de 2020 por Regina A. Pose, Alfredo Neto* e Olímpio Neto*

Embora o vírus seja violentamente ligeiro, quando se estuda a correlação entre o número de casos novos diários e o número de mortes novas diárias (observe para isso os gráficos 1C e 2C, e as Tabelas 1A e 1B), pode-se notar que, embora estatisticamente significativa a correlação positiva (número de casos e número de mortes seguem no mesmo sentido, ou seja, crescem), não apresentam uma alta correlação, indicando que, a massiva quantidade de doentes se recupera. Outro valor interessante para se estudar em uma distribuição de Pandemia, é o coeficiente de variação, que indica a variabilidade entre os dados da distribuição, note que existem variabilidades que ultrapassam 100%. Ou seja, muitos valores diferentes aparecem em um curto espaço de tempo na distribuição. Para estes dois municípios, mais interessante ainda, é observar quantas vezes os valores mais frequentes (moda) foram registrados, e, esses valores são baixos. Assim, fica bem fácil compreender a velocidade da subida da curva, quando acumulada, embora, nos gráficos com tabulações diárias, apareçam muitas vezes os valores zero e um.

E, o que um professor almeja? Atemporal pelo conhecimento pois nada mais impulsiona um educador do que o compartilhamento dos saberes. Trabalhamos como o coronavírus, em exponencial! E foi assim que organizamos nosso aprendizado em estatística. Durante o segundo semestre de 2019 os universitários da USCS desenvolveram um projeto para aprenderem a analisar os microdados e transformar essa análise em informação significativa para a sua área profissional (deveriam então conhecer a conduta para o negócio). Nessa narrativa, os universitários envolvidos souberam avaliar que

Com base no projeto desenvolvido, consideramos que o curso de estatística nos ajudou a analisar e compreender gráficos estatísticos, que são mais do que barras e linhas, são uma base de dados que oferecem informações relevantes, desde que analisados corretamente, oferecendo possibilidade para a tomada de decisão para que nossa empresa tenha sucesso no mercado de trabalho.

Consideramos que o curso de estatística nos ajudou a analisar e compreender gráficos estatísticos, o que são variáveis e como as construímos, compreender uma base de dados, saber que essa base de dados nos oferece informações necessárias para que nossa empresa possa tomar as decisões acertadas.

Ou mesmo ao relatarem a utilização do software,

Com esse curso, estamos preparados para utilizar uma nova ferramenta na estatística, o SAS, aprendendo a utilizar o programa da melhor forma para ser um diferencial no mercado de trabalho. Em relação a vida profissional do grupo, foi mais adequado para duas integrantes que trabalham em banco, onde a visão se expandiu para novos olhares sobre estatística e todo benefício de manobrar esse conteúdo.

Tivemos a oportunidade de aprender um pouco do pacote estatístico SAS, que será um amplo diferencial em nossas vidas profissionais e também sendo um desempate curricular. Nós nos sentimos gratos pela colaboração da professora que nos levou em uma caminhada dinâmica e aplicada no mundo da estatística.

Olhar para a aplicação da ferramenta numa articulação significativa, remete “usufruir e aprender um pouco do pacote estatístico, o SAS.”

A experiência vivenciada oportunizou uma aprendizagem significativa, quando souberam verificar as competências e habilidades que a macrodinâmica na utilização dos microdados permitiu inserir no perfil curricular desses sujeitos, e

Após o fim desse semestre, nosso grupo concluiu que o curso de Estatística beneficiou e irá beneficiar muito em nossa área profissional. Tivemos a oportunidade de aprofundar nossos conhecimentos em análise de gráficos e também aprendemos a utilizar algumas ferramentas, do pacote estatístico SAS e da empresa Google, (documentos, planilhas, e construção de questionário de forma compartilhada), que serão de extrema importância em nossa área.

Cabe salientar que, a performance deles foi característica singular na motivação de todos, preparando para novos desafios na carreira ou oportunizando novos espaços do mercado de trabalho alimentando sonhos.

Aprendemos que com esse curso de estatística e estamos muito motivados para continuar a aprender sobre novas ferramentas e até recursos do pacote estatístico SAS, sabemos que essa nossa performance é um diferencial em nossa carreira. Estamos hoje com uma nova visão sobre o mercado de trabalho.

É um curso que me prepara para os reais desafios do mercado de trabalho, pois, pudemos conhecer técnicas de armazenamento de dados, pesquisas de mercado e usar tudo isso ao favor da empresa fictícia que construímos nesse semestre. Entendemos, que profissionalmente, essas habilidades podem impactar nosso currículo, pois o curso atingiu diversas áreas que nos fez ter maior autonomia no desenvolvimento de tarefas vinculadas a pesquisa de mercado.

O curso de estatística é **algo incrível e essencial** na vida de um profissional, dificilmente alguém sem o conhecimento do curso vai conseguir ter uma tomada de decisão precisa. Um profissional que aprende estatística tem mais independência para atuar, independente do produto ou atividade que for desempenhar. Desenvolver o raciocínio analítico e saber transformar dados em informações é essencial para que seja possível ser reconhecido em uma empresa dos sonhos.

base **curso estatística** ajudou analisar compreender gráficos estatísticos dados
informações tomada decisão empresa **mercado** trabalho utilizar nova **SAS** forma diferencial
vida profissional grupo visão sobre construímos saber precisa oportunidade aprender pouco pacote
estatístico semestre área ferramentas pois "essencial"

Sabemos que, as habilidades articuladas como seleção, compreensão, análise, interpretação e aplicação corroboram também, com a proposta da taxonomia de

Bloom⁶⁸ como processo da aprendizagem em sala de aula, uma vez que, metodologias ativas são requisitos necessários para a formação superior desse novo século. Lançamos ao desafio, que nos remete a errar menos numa outra oportunidade e acertar mais na formação superior dos nossos egressos dos cursos de Gestão em Tecnologia da Escola de Gestão e Negócios.

Regina Albanese Pose. Docente do Curso de Medicina da USCS. - Conselheira no Conselho Regional de Estatística - CONRE 3. Membro da comunidade R-Ladies SP. Curriculum lattes: <http://lattes.cnpq.br/1832375183593136>

Antonio Fernando Gomes Alves. Docente da Escola de Gestão e Negócios e Gestor dos Cursos Superiores de Gestão Tecnológica da USCS. Curriculum lattes: <http://lattes.cnpq.br/0987636720758008>

Universitários da Escola de Gestão e Negócios (Tecnológica) da USCS

Brenda Nieri Torres Beato Cardoso
Gabrielle Amorim Flores
Lohane Caroline Charutti Pinheiro
Viviane Aires Da Silva Castanho
Alex Milano
Inara Paixão
Lucas Rafael
Manuela Froes
Nataly Da Silva
Cleber Angel De Souza Junior
Gabrielle Bottieri Ferreira
Guilherme Hideo Carmello
Igor De Olivera Marciano
Murilo Gabriel Dos Santos Oliveira
Fabio Lozano
Felipe Fernandes
Jailton De Jesus
Luan Menezes
Matheus Ferreira
Rafaela Da Silva
Caio Henrique
Geovane Rocha
Maria Theresa Cassimiro
Raphael Willians
Wagner De Souza
Angra Mendes Antunes Da Silva
Helena De La Fuente Crevilare
Jaqueline Nunes Costa
Thamiris Alves Zafani

Agradecimento especial a:

*Alfredo José A. R. Neto - Farmacêutico Clínico - Análise de Dados em Saúde

*Olímpio Ribeiro F. Neto – Analista de Sistemas – Análise de Dados

Na composição das análises estatísticas no software R-Studio V.1.2.5033© 2009-2019.

⁶⁸Instrumentos desenvolvidos por Benjamin Bloom e pesquisadores americanos nas últimas décadas para verificação do desenvolvimento cognitivo dos estudantes em processo de aprendizagem.

Referências Bibliográficas

BAUDISCH, Alfred Reinold. CIÊNCIA DE DADOS É EXPLORAR BIG DATA PARA FAZER PERGUNTAS PARA PREVEDR O FUTURO. Medium.com. Disponível em <https://medium.com/@AlfredBaudisch/o-que-%C3%A9-ci%C3%Aancia-de-dados-data-science-7af5bdac101a#:~:text=Ci%C3%Aancia%20de%20Dados%20significa%20fazer,e%20aplicar%20em%20situa%C3%A7%C3%B5es%20reais>. Acesso em 12 de junho de 2020.

PROVOST, F.; Fawcett, T. DATA SCIENCE PRA NEGÓCIOS. Rio de Janeiro. Alta Books, 2016.

VARIAN, Hal. Mckinsey.com, 2020. Disponível em <https://www.mckinsey.com/industries/technology-media-and-telecommunications/our-insights/hal-varian-on-how-the-web-challenges-managers>. Acesso em 12 de junho de 2020.

RODRIGUES, Cristiane. 9 PASSOS PARA UMA MODELAGEM PREDITIVA EFICAZ. Blogs.sas.com, 2020. Disponível em <https://blogs.sas.com/content/sasla/2020/04/23/9-passos-para-uma-modelagem-preditiva-eficaz/>. Acesso em 12 de junho de 2020.

BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO COVID-19. SAUDE.SP.GOV.BR, 2020. Disponível em http://www.saude.sp.gov.br/resources/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica/areas-de-vigilancia/doencas-de-transmissao-respiratoria/boletim/boletim01_covid19_020420.pdf. Acesso em 12 de junho de 2020.

CORONAVIRUS DISEASE 2019 (COVID-19) SituationReport– 79. Who.int, 2020. Disponível em https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200408-sitrep-79-covid-19.pdf?sfvrsn=4796b143_4. Acesso em 12 de junho de 2020.

ROSER, Max; RITCHIE, Hannah; ORTIZ-OSPINA, Esteban; HASELL, Joe. CORONAVIRUS PANDEMIC (COVID-19). Ourworldindata.org, 2020. Disponível em <https://ourworldindata.org/coronavirus#cases-of-covid-19>. Acesso em 12 de junho de 2020.

Nota Técnica

29. CONSUMO ALIMENTAR E QUALIDADE DE VIDA DE GESTANTES DE ALTO RISCO ATENDIDAS NO CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER (CAISM): EVIDÊNCIAS DE ANTES DA PANDEMIA PARA SE PENSAR O FUTURO

Fernanda Guilhermino Magalhães
Ariane de Almeida Pitta
Geisa Felix da Silva Santos
Giuliana Ferreira Clauson
Sara Santos
Veronica Zanzim dos Santos
Regina Albanese Pose
Evelin Rodrigues Siqueira
Mauricy Chinaglia Bonaparte

Resumo Executivo

O reconhecimento precoce do risco nutricional de gestantes possibilita intervenções que resultem em impacto positivo no momento do nascimento e diminuição nas taxas de mortalidade perinatal e neonatal. Objetivou-se avaliar o perfil, consumo alimentar e qualidade de vida de gestantes de alto risco. Foi realizado estudo transversal com 112 gestantes de alto risco, adolescentes e adultas, selecionadas por conveniência, atendidas no Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher, em São Caetano do Sul/SP. Após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa, as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e responderam três questionários, por meio de entrevista, sobre perfil pessoal, consumo alimentar (“Marcadores de Consumo Alimentar” - Ministério da Saúde) e Qualidade de Vida (World Health Organization Quality of Life Questionnaire- WHOQOL-bref). Os dados organizados e tabulados no Microsoft Excel for Windows®, foram analisados de forma descritiva exploratória em gráficos e tabelas. A maioria encontrava-se entre 30 e 39 anos (51%), no 3º trimestre gestacional (39,3%) e com excesso de peso (61,6%). Dentre os fatores de risco, 66,1% apresentaram distúrbios do estado nutricional, 43,8% idade materna acima de 35 anos e 27,7% aborto. A maioria consumia alimentos “marcadores saudáveis” (feijão, verduras/legumes e frutas), bem como doces e bebidas adoçadas (“marcadores não saudáveis”); 75% realizavam três refeições principais. Para qualidade de vida, embora não tenha uma normativa, serão destacados valores muito abaixo de 50%, encontrados nos grupos de escolaridade básica e com renda maior que dois salários mínimos no ensino superior; e, quanto ao período gestacional, nos três trimestres, sendo maior no último. Esses resultados permitem que os profissionais de saúde conheçam a realidade das gestantes de alto risco do município antes da pandemia, para que seja possível planejar e oferecer os cuidados direcionados diante de uma nova realidade. Se já há um consumo alimentar com presença de “marcadores não saudáveis” e um baixo score de qualidade de vida, o que se esperar após a pandemia de COVID-19?

Palavras-chave: *Gestação; Alimentação; Estilo de vida; Atenção Básica.*

Introdução

A gestação é um fenômeno fisiológico, que deve ser visto como um período de adaptações físicas, sociais, emocionais e comportamentais na vida da mulher e de sua

família¹. Seu progresso se dá na maior parte dos casos sem alterações atípicas. Entretanto, uma parcela reduzida de gestantes, denominadas “gestantes de alto risco”, sofrem algum agravo ou desenvolvem problemas que podem apresentar maiores possibilidades de evoluções prejudiciais².

No decorrer da gestação, é de grande relevância conservar o bom estado nutricional da gestante, com a finalidade de assegurar um aporte de nutrientes adequado ao feto, a qual possibilita um desenvolvimento intrauterino adequado. Com o passar dos anos tem-se estudado a gestação e o estado nutricional das mães com o propósito de melhor compreender as complicações e os riscos nutricionais que surgem nesse período³. É necessária uma frequência maior de consultas ou ações educativas dirigidas aos problemas específicos detectados na gravidez¹.

O reconhecimento precoce do risco nutricional de gestantes possibilita intervenções que resultem em impacto positivo no momento do nascimento e diminuição nas taxas de mortalidade perinatal e neonatal³.

Durante o período gestacional, diversas modificações estão presentes na vida da mulher, sendo fundamental que os profissionais de saúde observem esses fatores desconfortantes de forma a amenizar os aspectos que possam influenciar negativamente na gestação e na qualidade de vida das mulheres⁴. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, citado por Chachamovich, Trentini e Fleck⁵, qualidade de vida é “a percepção do indivíduo de sua inserção na vida, no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”. Envolve o bem-estar espiritual, físico, mental, psicológico e emocional, além de relacionamentos sociais, como família e amigos e, também, saúde, educação, habitação, saneamento básico e outras circunstâncias da vida⁶.

Diante da influência que os fatores de risco gestacionais trazem para a saúde das mães e o desenvolvimento fetal, faz-se necessária uma investigação do consumo alimentar das gestantes durante a assistência pré-natal, visando a análise e verificação dos dados coletados⁶, bem como da avaliação da percepção de qualidade de vida.

Método

Um estudo transversal realizado com 112 gestantes de alto risco, adolescentes e adultas, selecionadas por conveniência, no CAISM, em São Caetano do Sul, SP, entre julho e agosto de 2019 foi realizado, utilizando-se entrevista presencial, de tal sorte que, cada participante respondeu a três questionários contendo informações sobre o seu perfil pessoal, consumo alimentar e qualidade de vida.

O questionário inicial abrangeu informações do perfil pessoal, tais como: identificação da gestante, condições da gestação (incluindo a presença de fatores de risco), peso pré-gestacional e atual, estatura, tempo de gestação, número de gestações e partos anteriores e abortos. As condições socioeconômicas / demográficas incluíram o tempo de escolaridade, profissão/ocupação e renda mensal familiar. Antecedentes mórbidos e pessoais englobaram questões como internação na gestação atual, presença de cirurgia bariátrica e uso de medicamentos/suplementos e/ou vitaminas.

O segundo questionário incluiu as questões sobre o consumo alimentar proveniente do documento do Ministério da Saúde “Marcadores de Consumo Alimentar” proposto pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN)⁷. Os “Marcadores de Consumo Alimentar” verificam a ingestão de alimentos básicos (feijão, frutas, verduras e

legumes), considerados como marcadores saudáveis, e de alimentos processados e ultraprocessados (macarrão instantâneo, embutidos, bebidas adoçadas, biscoitos e doces), considerados como marcadores não-saudáveis, no dia anterior à entrevista, além da quantidade habitual de refeições realizada ao longo do dia e o costume de se alimentar assistindo televisão ou utilizando o celular.

Para a avaliação da percepção da Qualidade de Vida, foi empregado o instrumento *World Health Organization Quality of Life Questionnaire (WHOQOL-bref)*, desenvolvido pela Organização Mundial da Saúde, composto por 26 questões, divididas em 4 domínios: físico, psicológico, relações sociais e meio ambiente. Dentre as 26 perguntas, duas compõem o domínio geral, sendo uma relacionada à qualidade de vida global (Autopercepção 1) e a outra à percepção de saúde geral (Autopercepção 2).

O projeto fez parte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Nutrição da USCS, e, foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Municipal de São Caetano do Sul sob o parecer número 3.324.982. Todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido após sanar possíveis dúvidas.

Resultados

A Tabela 1, que consolida os dados sociodemográficos das gestantes, mostra que, das 112 gestantes que participaram da pesquisa, quase a metade tinham entre 30 a 39 anos (45,5%), mais da metade cursaram Ensino Médio (56,3%) e apenas 7,1% cursaram até o Ensino Fundamental. A maioria das entrevistadas dispunha de ocupação profissional (77,7%) e 42,0% referiram renda familiar de dois a quatro salários mínimos. A maior parte das gestantes estava no terceiro trimestre de gestação (39,3%). Acerca do estado nutricional, 33,9% estavam eutróficas e 61,6% apresentavam excesso de peso corporal (sobrepeso e obesidade), sendo que a obesidade isoladamente foi identificada em 30,3% delas.

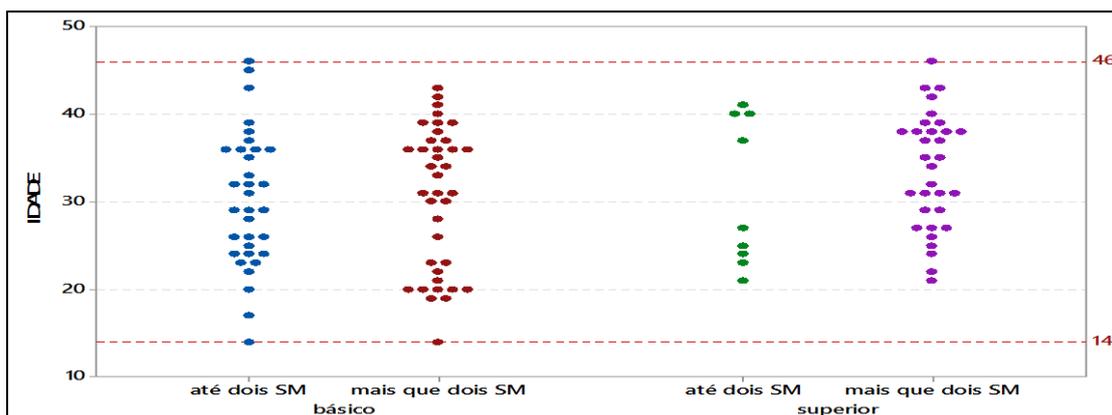
Tabela 1. Distribuição das gestantes segundo características sócio demográficas e estado nutricional. São Caetano do Sul (SP), 2019-2020

Variáveis	n = 112	%
Faixa etária		
< 20	5	4,5
20 a 29	41	36,6
30 a 39	51	45,5
≥40	15	13,4
Estado Nutricional		
Baixo peso	5	4,5
Adequado	38	33,9
Sobrepeso	35	31,3
Obesidade	34	30,3
Escolaridade		
Ensino Fundamental	8	7,1
Ensino Médio	63	56,3
Ensino Superior	41	36,6
Ocupação profissional		
Sim	87	77,7
Não	25	22,3
Renda Familiar mensal		
< 1 salário mínimo	6	5,4
1-2 salários mínimos	36	32,1
> 2-4 salários mínimos	47	42,0
> 4 salários mínimos	23	20,5
Idade gestacional		
1º trimestre	25	22,3
2º trimestre	43	38,4
3º trimestre	44	39,3

Elaboração: CAISM – Departamento de Nutrição da USCS.

É possível observar que as gestantes mais jovens têm apenas escolaridade básica, inclusive as duas mais jovens, de 14 anos, encontram-se nesse grupo. O menor número de gestantes encontra-se no grupo com ensino superior (completo ou não), mas com renda familiar de até dois salários mínimos, e o maior número delas encontra-se no grupo de educação básica com renda até dois salários mínimos (Gráfico 1).

Gráfico 1. Distribuição da idade das gestantes segundo a escolaridade e a renda familiar mensal. São Caetano do Sul (SP), 2019-2020



Elaboração: CAISM – Departamento de Nutrição da USCS.

Ainda, as gestantes mais jovens apresentam estado nutricional adequado, ou obesidade, quase em igual proporção; e, as com idade mais superior apresentam obesidade ou sobrepeso. O menor número de gestantes encontra-se no grupo de baixo peso (Gráfico 2).

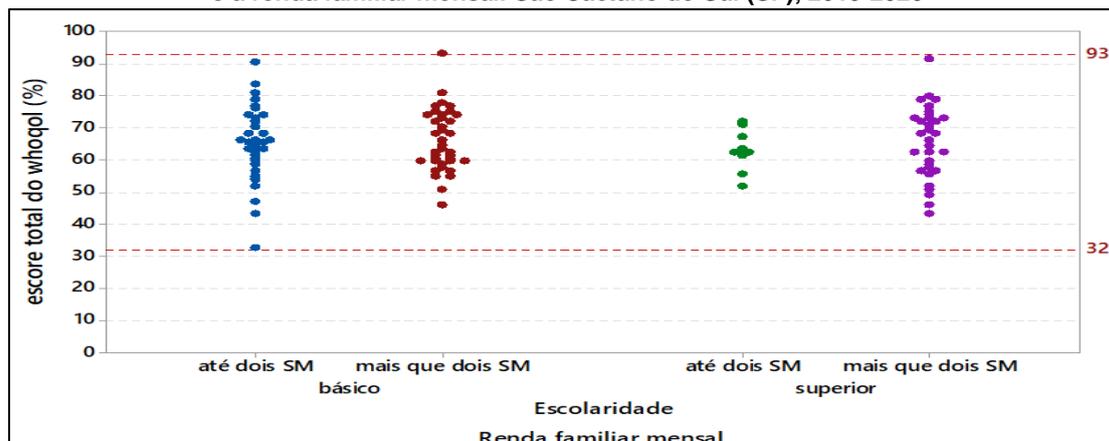
Gráfico 2. Distribuição da idade das gestantes segundo os distúrbios do estado nutricional. São Caetano do Sul (SP), 2019-2020



Elaboração: CAISM – Departamento de Nutrição da USCS.

Com relação ao escore na escala *WHOQOL-bref*, embora não tenha uma normativa, serão destacados valores muito abaixo de 50%; conforme pode ser visto nos grupos de escolaridade básica e com renda maior que dois salários mínimos no ensino superior (interessante notar, que também esses 3 grupos apresentam valores máximos semelhantes) (Gráfico 3).

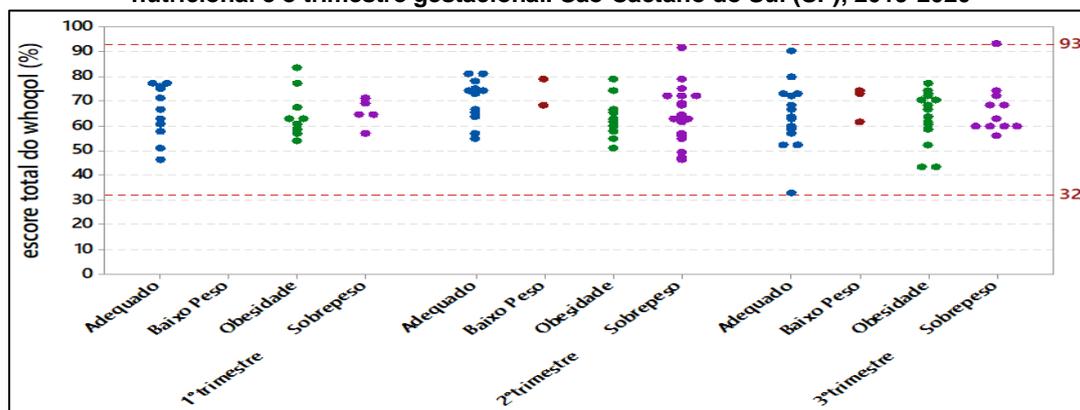
Gráfico 3. Distribuição do escore total do WHOQOL-bref (%) das gestantes segundo a escolaridade e a renda familiar mensal. São Caetano do Sul (SP), 2019-2020



Elaboração: CAISM – Departamento de Nutrição da USCS.

Nota-se que o Gráfico 4 não apresenta um padrão, sendo observado nos três trimestres gestacionais valores menores do que 50% de qualidade de vida, mas é maior no último (talvez esperado, devido aos efeitos do final da gravidez de risco). Contudo, no primeiro trimestre, quem aparece com notas menores apresenta estado nutricional (EN) adequado; no segundo e terceiro trimestres quem apresenta excesso de peso está com menores notas. Em contrapartida, as maiores notas também são no segundo e terceiro trimestres, em todas as classificações de EN.

Gráfico 4. Distribuição do escore total do WHOQOL-bref (%) das gestantes segundo o estado nutricional e o trimestre gestacional. São Caetano do Sul (SP), 2019-2020



Elaboração: CAISM – Departamento de Nutrição da USCS.

De acordo com o Manual Técnico de Gestação de Alto Risco do Ministério da Saúde¹⁰, observa-se na Tabela 2, o perfil de risco reprodutivo das gestantes estudadas. Os distúrbios do estado nutricional (baixo peso, sobrepeso e obesidade) aparecem como variáveis predominantes em 66,1% das gestantes, seguidos pela idade materna acima de 35 anos (43,8%) e aborto espontâneo (27,7%). Outros fatores geradores de riscos gestacionais que também tiveram destaque foram: diabetes gestacional (19,6%), hipertensão arterial (16,1%), tireoidopatias (12,5%) e ginecopatias (11,6%). A anemia e o trabalho de parto prematuro foram reportados por 7,1% e 6,3% das gestantes estudadas. Antecedentes de diabetes pré-gestacional, pré-eclâmpsia, trombofilia, gemelaridade, colestas e gestacional, cirurgia bariátrica, asma, depressão e síndrome do pânico representaram menos de 5% do total da amostra. A renda mensal (<1 salário mínimo) e a baixa escolaridade apareceram em 5,4% dos casos. Do total de gestantes, poucas mantiveram o tabagismo (3,6%) e o etilismo (2,7%) na gestação. Ressalta-se que as gestantes estudadas apresentaram um ou mais fatores de risco.

Foram agrupados na categoria “Outros” que, por sua vez, representou 14,3% do total, condições e/ou intercorrências clínicas que apresentaram frequência inferior a dois, como AIDS/HIV, sífilis, neoplasia, hérnia, cardiopatia, cisto na entrada do canal vaginal, descolamento do óvulo, hérnia, mioma, litíase biliar, Infecção do Trato Urinário (ITU), púrpura, Artéria Umbilical Única (AUU), Golf Ball – alteração no ecofetal e risco cardíaco do feto.

Tabela 2. Distribuição das gestantes segundo fatores de risco para identificação de alto risco gestacional. São Caetano do Sul (SP), 2019-2020

Fator de risco	n = 112	%
Idade materna	49	43,8
Distúrbios do estado nutricional	74	66,1
Escolaridade	6	5,4
Renda mensal <1 salário mínimo	6	5,4
Saúde		
Aborto	31	27,7
Diabetes gestacional	22	19,6
Hipertensão Arterial	18	16,1
Tireoidopatias	14	12,5
Ginecopatias	13	11,6
Anemia	8	7,1
Trabalho de parto prematuro	7	6,3
Pré-eclâmpsia	5	4,5
Asma	5	4,5
Trombofilia	4	3,6
Tabagismo	4	3,6
Gemelaridade	4	3,6
Depressão	4	3,6
Varizes	3	2,7
Etilismo	3	2,7
Cirurgia Bariátrica	3	2,7
Diabetes pré-gestacional	2	1,8
Colestase gestacional	2	1,8
Síndrome do pânico	2	1,8
Outros	16	14,3

Elaboração: CAISM – Departamento de Nutrição da USCS.

De acordo com os marcadores de consumo alimentar, 75,0% das gestantes consumiam as três principais refeições (café da manhã, almoço e jantar) e 65,2% realizavam as refeições em frente à TV, computador ou celular. Considerando os alimentos básicos, marcadores saudáveis, 66,1% relataram consumo de feijão, 67,0% de verduras e/ou legumes e 72,3% de frutas frescas. Em relação aos alimentos considerados como marcadores não-saudáveis, destaca-se que 66,1% das gestantes ingeriram bebidas adoçadas e 51,8% biscoito recheado, doces ou guloseimas, enquanto que, 66,1% e 74,1% negaram o consumo de hambúrguer e/ou embutidos e macarrão instantâneo, salgadinhos e biscoitos salgados, respectivamente. O que demonstra uma preferência pelo consumo de alimentos com alto teor de açúcar pelas gestantes estudadas.

A avaliação dos marcadores do consumo alimentar atribuídos à renda familiar mensal mostrou que, o hábito de realizar as três refeições principais eleva-se à medida que há incrementos na renda (82,6%). Em contrapartida, o hábito de realizar as refeições em frente à TV, computador ou celular, eleva-se (76,2%) à medida que há um declínio na renda.

Em relação ao consumo de alimentos marcadores de alimentação saudável, observa-se que, gestantes com até 4 salários mínimos apresentaram predomínio no

consumo de feijão, enquanto as gestantes a partir de 2 salários mínimos apresentaram maior consumo de frutas frescas e de legumes e/ou verduras. Os marcadores de alimentação não saudável, por sua vez, mostraram maior consumo de macarrão instantâneo, salgadinhos e biscoitos salgados, de bebidas adoçadas e de biscoito recheado, doces ou guloseimas, por parte das gestantes com renda até 4 salários mínimos; já o consumo de hambúrguer e/ou embutidos apresenta-se com distribuição semelhante entre as gestantes das três faixas de renda (Tabela 3).

Tabela 3. Relação da renda familiar mensal com os marcadores do consumo alimentar. São Caetano do Sul (SP), 2019-2020

Renda familiar		Até 2 salários mínimos		> 2 – 4 salários mínimos		> 4 salários mínimos	
		n = 42	%	n = 47	%	n = 23	%
Três Refeições Principais	sim	28	66,7	37	78,7	19	82,6
	não	14	33,3	10	21,3	4	17,4
Refeições em frente à TV, computador ou celular	sim	32	76,2	29	61,7	12	52,2
	não	10	23,8	18	38,3	11	47,8
Feijão	sim	28	66,7	35	74,5	11	47,8
	não	14	33,3	12	25,5	12	52,2
Verduras e/ou Legumes	sim	25	59,5	34	72,3	16	69,6
	não	17	40,5	13	27,7	7	30,4
Frutas Frescas	sim	26	61,9	38	80,9	17	73,9
	não	16	38,1	9	19,1	6	26,1
Hambúrguer e/ou embutidos	sim	13	31,0	15	31,9	10	43,5
	não	29	69,0	32	68,1	13	56,5
Bebidas Adoçadas	sim	32	76,2	30	63,8	12	52,2
	não	10	23,8	17	36,2	11	47,8
Macarrão instantâneo, salgadinhos e biscoitos salgados	sim	12	28,6	13	27,7	4	17,4
	não	30	71,4	34	72,3	19	82,6
Biscoito recheado, doces ou guloseimas	sim	22	52,4	25	53,2	13	56,5
	não	20	47,6	22	46,8	10	43,5

Elaboração: CAISM – Departamento de Nutrição da USCS.

Considerações finais

O presente estudo avaliou o perfil, consumo alimentar e qualidade de vida das gestantes de alto risco atendidas no CAISM e, a partir dos resultados, os fatores de risco mais frequentes foram: distúrbios do estado nutricional, idade materna acima de 35 anos e aborto espontâneo.

Sobre o consumo alimentar, de forma geral, verificou-se que a maioria das gestantes realizava as três refeições principais, consumiam alimentos “marcadores saudáveis” (feijão, verduras/legumes e frutas), além de doces, guloseimas e bebidas adoçadas (“marcadores não saudáveis”). Ao relacionar o consumo alimentar com a renda, observou-se que a maior renda aumentou a frequência de realizar três refeições principais diariamente e de consumir verduras, legumes e frutas. Já a menor renda, foi relacionada com a realização das refeições em frente à TV, computador ou celular e com o consumo de feijão, bebidas adoçadas, doces ou guloseimas.

Quanto à qualidade de vida, foram encontrados valores muito abaixo de 50% nos grupos de escolaridade básica e com renda maior que dois salários mínimos no ensino superior; e, nos três trimestres gestacionais, sendo maior no último.

Até o momento, não são encontrados estudos sobre gestantes de alto risco em São Caetano do Sul – SP. Portanto, os resultados desta pesquisa, que apontam para um consumo alimentar com presença “marcadores não saudáveis” na dieta das gestantes e um baixo *score* de qualidade de vida, são de extrema relevância para o CAISM, visto que permitem que os profissionais de saúde, além de conhecer a realidade das

gestantes de alto risco do município antes da pandemia, possam planejar ações estratégicas futuras para um atendimento que foque nas necessidades desse público quanto à melhora do consumo alimentar e da qualidade de vida, considerando os possíveis impactos causados pela pandemia de COVID-19.

No cenário atual, destaca-se que alguns grupos populacionais estão mais vulneráveis a infecção pela COVID-19, dentre eles os idosos, pessoas com doenças crônicas ou imunossuprimidas, os profissionais da saúde, gestantes e recém-nascidos¹¹. No entanto, não há, até ao momento, evidência de que as grávidas sejam mais afetadas ou tenham mais complicações¹².

A falta de evidências científicas sobre COVID-19 e os possíveis efeitos da infecção na gravidez durante os estágios iniciais, formas de contágio, fisiologia e patogênese do vírus, incluindo transmissão vertical e amamentação, reforça a atenção especial a ser dada a esse grupo^{11,13}, independentemente da intensidade dos sintomas, sendo eles sugestivos ou não de COVID-19¹⁴.

De acordo com Estrela et al.¹⁵, gestantes com infecção por SARS-CoV-2 e que evoluem para um quadro grave associado a uma comorbidade têm maior probabilidade de parto cesariano de emergência ou parto prematuro e risco aumentado de morte materna e neonatal.

Mais pesquisas são necessárias para entender a fisiologia e patogênese da SARS-CoV-2 durante a gravidez, incluindo tempo de infecção materna, idade gestacional, efeitos de fatores de comorbidade e frequência de resultados adversos¹³, bem como as implicações em gestantes que se recuperam da doença¹².

É importante considerar o estresse e ansiedade destas mulheres, tendo em vista o atual cenário e seus receios dos problemas que possam ocorrer durante o período da gestação e parto, como a transmissão vertical do vírus, interrupção precoce da gravidez por cesariana eletiva e complicações pós-parto, especialmente, durante a amamentação^{13,15}.

Esses achados recentes apontam para um maior cuidado com as gestantes, considerando que, além das alterações inerentes ao período gestacional e pós-parto, ainda há maior estresse psicológico decorrente das incertezas sobre o comprometimento que a COVID-19 pode acarretar para o binômio mãe-filho. Certamente, isso está e continuará tendo impacto no atendimento pré e pós-natal, e se faz necessário conhecer o perfil das gestantes, incluindo seus hábitos alimentares e qualidade de vida, para que se seja possível planejar e oferecer os cuidados direcionados à essa população a partir de uma nova realidade.

O impacto após a pandemia é inevitável. Na alimentação, poderá afetar negativamente o consumo, visto que o estresse altera o comportamento alimentar, redirecionando as escolhas alimentares para alimentos com maior palatabilidade e valor energético, principalmente aqueles ricos em açúcar e gordura, em especial no sexo feminino. De maneira relevante, destaca-se que, segundo a pesquisa “Os brasileiros e o consumo no pós-pandemia” da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a perda total ou em parte da renda mensal já atingiu 40% dos brasileiros¹⁶, o que possivelmente impactará no acesso aos alimentos, podendo afetar os grupos com maior vulnerabilidade, incluindo gestantes e crianças na primeira infância.

Cabe mencionar que a Nutrição, no contexto do atendimento nutricional, também foi impactada pelo isolamento social exigido como medida preventiva ao coronavírus e como uma forma de atender a necessidade da continuidade da prestação da assistência nutricional pelos nutricionistas, o Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) resolveu, em caráter excepcional, suspender até o dia 31 de agosto de 2020 o

disposto no artigo 36 da Resolução CFN nº 599, de 25 de fevereiro de 2018, que aprova o Código de Ética e de Conduta dos Nutricionistas. Desta forma, ficou facultado aos profissionais a assistência nutricional por meio não presencial até a data supracitada¹⁷.

Fernanda Guilhermino Magalhães. Nutricionista. Mestre em Ciências do Envelhecimento. Docente do Curso de Nutrição na USCS. Coordenadora do Estudona USCS. Curriculum lattes <http://lattes.cnpq.br/8766982868860710>

Ariane de Almeida Pitta. Nutricionista pela USCS.

Geisa Felix da Silva Santos. Graduanda em Nutrição pela USCS.

Giuliana Ferreira Clauson. Nutricionista pela USCS.

Sara Santos. Nutricionista pela USCS.

Veronica Zanzim Dos Santos. Nutricionista pela USCS.

Regina Albanese Pose. Docente do Curso de Medicina da USCS. Conselheira no Conselho Regional de Estatística - CONRE 3. Membro da comunidade R-Ladies SP. Estatística Responsável. Curriculum lattes <http://lattes.cnpq.br/1832375183593136>

Evelin Rodrigues Siqueira. Nutricionista do NASF de São Caetano do Sul. Especialista em Fisiologia do Exercício Aplicada à Área Clínica. Mestre em Ciências do Envelhecimento. Coordenadora do Estudo no CAISM. Curriculum lattes <http://lattes.cnpq.br/6061821466465843>

Mauricy Chinaglia Bonaparte. Médico Ginecologista e Obstetra. Diretor do Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher (CAISM) de São Caetano do Sul.

Referências Bibliográficas

Silva, MG; Holanda, VR; Lima, LSV; Melo, GP. Estado Nutricional e Hábitos Alimentares de Gestantes Atendidas na Atenção Primária de Saúde. *Revista Brasileira de Ciências da Saúde*, Pernambuco, v. 24, n. 4, p.349-356, jun. 2018.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Gestão de Alto Risco: Manual Técnico*. 5. ed., Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

Gomes, RNS; Gomes, VTS; Caldas, DRC; Lago, EC; Campos, FKL; Gomes, MS. Avaliação do estado nutricional de gestantes atendidas em unidades básicas de saúde de Caxias/MA. *Revista Interdisciplinar*, Maranhão, v. 7, n. 4, p.81-90, dez. 2014. Disponível em: <https://revistainterdisciplinar.uninovafapi.edu.br/index.php/revinter/article/view/474/pdf_161>. Acesso em: 08 mar. 2019.

Rezende, CL; Souza, JC. Qualidade de vida das gestantes de alto risco de um centro de atendimento à mulher. *Psicol inf.*, São Paulo, v. 16, n. 16, p. 45-69, dez. 2012.
Chachamovich, E; Trentini, C; Fleck, MPA. Qualidade de vida em idosos: conceituação e investigação. In: Neri, AL. *Qualidade de vida na velhice: enfoque multidisciplinar*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011. cap. 2.

Brasil.Ministério da Saúde (Org.). *Dicas de Saúde: Qualidade de vida em 5 passos*. 2013. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/dicas/260_qualidade_de_vida.html>. Acesso em: 01 abr. 2019.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Orientações para avaliação de marcadores de consumo alimentar na atenção básica* [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: < http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/marcadores_consumo_alimentar_atencao_basica >. Acesso em: 22. mar. 2019.

Chachamovich, E; Fleck, MPA. Desenvolvimento do WHOQOL-bref. In: Fleck, MPA. *A avaliação de qualidade de vida: guia para profissionais da saúde*. Porto Alegre, RS: Artmed. 2008. cap. 6.

Power, M. Desenvolvimento do WHOQOL-bref. In: Fleck, MPA. *A avaliação de qualidade de vida: guia para profissionais da saúde*. Porto Alegre, RS: Artmed. 2008. cap. 4.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Gestação de alto risco: manual técnico*. 5. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2012. 302 p.

Rondelli, G P H. et al. Assistência às gestantes e recém-nascidos no contexto da infecção covid-19: uma revisão sistemática. *Revista Desafios*. v.7, n.(Supl.3), p. 48-74, 2020. Disponível em:< <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/view/8943>>. Acesso em: 13 maio de 2020.

Ramalho, C. COVID-19 na gravidez, o que sabemos. *Acta ObstetGinecol Port*. v.14, n.1, p.6-7, 2020. Disponível em:<<https://www.febrasgo.org.br/en/covid19/item/1027-covid-19-em-obstetricia-o-que-e-preciso-saber>>. Acesso em: 12 maio de 2020.

Monteleone, P AA. et al. A review of initial data on pregnancy during the COVID-19 outbreak: implications for assisted reproductive treatments. *JBRA Assist. Reprod*. v.24, n.2, p.219-225, 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/341036031_A_review_of_initial_data_on_pregnancy_during_the_COVID-19_outbreak_implications_for_assisted_reproductive_treatments>. Acesso em: 13 de maio de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária a Saúde. *Nota Técnica nº 9 - Recomendações para o trabalho de parto, parto e puerpério durante a pandemia da Covid-19*. Ministério da Saúde: Brasília, 2020. Disponível em:<<https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/atencao-mulher/covid-19-atencao-as-gestantes/>>. Acesso em: 13 de maio de 2020.

Estrela, F M. et al. Gestantes no contexto da pandemia. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. v. 30, n.2, p.1-5, 2020. Disponível em:<https://www.ims.uerj.br/wp-content/uploads/2020/05/physis30_2_a15.pdf>. Acesso em: 16 maio de 2020.

Manfrini, S. *40% dos brasileiros já tiveram perda total ou parcial da renda durante pandemia, aponta CNI*. 2020. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,40-dos-brasileiros-ja-tiveram-perda-total-ou-parcial-da-renda-durante-pandemia-aponta-cni,70003295078>>. Acesso em: 21 de maio de 2020.

BRASIL. Conselho Federal de Nutricionistas. *Resolução CFN nº 646, de 18 de março de 2020*. Disponível em: <<https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Resol-CFN-646.pdf>>. Acesso em: 21 de maio de 2020.

30. ASPECTOS BÁSICOS DE PSICOMETRIA APLICADOS À INVESTIGAÇÃO SOBRE A DEMANDA DE CAPACITAÇÃO NO SUPORTE BÁSICO DE VIDA NA SAÚDE DA FAMÍLIA DE SÃO CAETANO DO SUL

Regina Albanese Pose
'Carolina Felipe Soares Brandão
Gabriela Furst Vaccarezza
Letícia Oliveira Dell Orti
Andressa Ferreira Sarak
João Carlos da Silva Bizário

Resumo Executivo

Qual será a janela de salvação que se abrirá em meio a uma pandemia que “abafou” o planeta desde o final de 2019 e sem prazo de validade em todo o planeta? Será necessário utilizar técnicas de avaliação, monitoramento e métricas pautadas em estatística e psicometria para estas atividades. A psicometria é a ciência que tem como propósito desenvolver ações de mensuração e avaliação de determinados constructos (traços latentes, que não sejam medidos de forma direta e objetiva), por meio de testes (escalas, provas, questionários)¹. Esta nota pretende deixar uma reflexão sobre ideias e conceitos da psicometria aplicadas a uma métrica de Avaliação e Monitoramento possível e necessária na dimensão da capacitação do suporte básico de vida na saúde da família.

Palavras-chave: *psicometria; estatística; ciência de dados; saúde.*

Avaliação e Monitoramento é uma área que cresce em tamanho e aplicabilidade como conteúdo programático nas áreas da Ciência de Dados² e da Saúde³⁻⁴. Desenvolve, como um campo de práticas, um conjunto de princípios e valores ético-políticos, que, de forma difusa e com um largo espectro de conceitos, delimitam o que e como devem ser entendidos tais conceitos em saúde⁴⁻⁵.

O cenário e os elementos destacados nesta nota técnica serão os conceitos simples e introdutórios de análise estatística e psicometria utilizados em um projeto de iniciação científica realizado no curso de Medicina da USCS. O objetivo deste projeto ainda não foi finalizado completamente, mas se tratada verificação sobre a capacitação dos profissionais de saúde de São Caetano do Sul da Estratégia de Saúde da Família (ESF) em suporte básico de vida nos últimos 12 meses, com potencial intervenção pedagógica se necessário.

A criação e implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) representaram reformas sociais importantes no Brasil, as quais universalizaram o acesso gratuito à saúde, ampliando a atenção básica, com ações voltadas para a promoção da saúde, a prevenção de agravos, o tratamento e a reabilitação⁵. Esta iniciação científica tem sido executada dentro da ESF, que engloba os profissionais médicos, enfermeiros, técnicos ou auxiliares de enfermagem e agentes comunitários.

O Suporte Básico de Vida (SBV) é um “conjunto de providências em sequência realizados por uma pessoa leiga no local, um leigo treinado, profissionais da saúde e/ou resgate, que visam dar o primeiro atendimento com suporte básico de vida à

vítima até a chegada do suporte avançado de vida⁶". Estes atendimentos seguem protocolos, atualizações, recomendações e diretrizes mundiais que são baseados em revisões de literatura sobre ressuscitação cardiopulmonar que garantem um atendimento padronizado mundialmente com maiores taxas de sobrevivência nos pacientes⁶.

É essencial que toda a sociedade tenha conhecimentos gerais sobre esta temática e é de fundamental importância aos membros da ESF, pois o reconhecimento e manejo precoce da emergência salvam vidas até a chegada do atendimento especializado.

A Sociedade Brasileira de Cardiologia expõe como um grande desafio, principalmente no Brasil, a ampliação ao acesso de ensino do SBV, e estabelecer processos contínuos com objetivo de melhorar a qualidade do atendimento prestado⁶.

Existem inúmeras estratégias educacionais a serem incluídas na educação permanente de profissionais de saúde, tais como problematização, simulação, aprendizagem baseada em problemas, gamificação entre outros, que são escolhidos conforme o público alvo, demanda e realidade de cada instituição.

Realizado um estudo transversal descritivo, onde todos os agentes comunitários de saúde de São Caetano foram convidados a participar, e aos que se mostraram de acordo com o mesmo assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) sem que houvesse qualquer tipo de obrigatoriedade na participação. Posteriormente, foi aplicado um instrumento construído com três dimensões; uma referente a informações pessoais, outra, referente a informações profissionais, e a última, com traços latentes que pretendiam estimar a proficiência em habilidades de dois programas voltados para as ações referentes à atenção básica; o Programa de Saúde da Família (PSF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). O instrumento pretendeu avaliar o desenvolvimento e a capacitação desses profissionais, uma vez que os mesmos desempenham simultaneamente o papel de agente e sujeito das ações em saúde e possuem menores possibilidades de capacitação técnica específica nesta temática se comparado aos demais profissionais.

Ações coordenadas de análise de dados e práticas como esta, que utilizam instrumentos, pretendem colaborar com a qualidade e a utilidade das informações extraídas dos dados, agregadas a valores relacionados à Avaliação e Monitoramento, podendo servir de base a elaboração de Termos de Referência (TR) que possam dar suporte a núcleos de avaliação de desempenho do setor da saúde³⁻⁴. A avaliação, como técnica, é como um mapa, revela um recorte da realidade; que deve ser significativo a ponto de estimar indicadores suficientes e necessários no processo de tomada de decisão, e então, conferir credibilidade aos resultados do processo de monitoramento e avaliação³⁻⁴.

Doze unidades básicas de saúde participaram do estudo, contando com 133 agentes de saúde, dos quais 2 não terminaram de responder o instrumento como um todo e, foram excluídos do estudo. O número de participantes em cada unidade foi diferente, pois é representativo de cada uma delas. Em relação à função dos respondentes, é possível observar que aceitaram participar deste estudo, agentes comunitários, técnicos de enfermagem, enfermeiros e médicos (Tabela 1).

Tabela 1: Atuação dos respondentes por unidade

ATUAÇÃO	Respondentes	
	n	% (de 135)
Agente comunitário	71	52,59
Técnico de enfermagem	30	22,22
Enfermeiro	20	14,81
Médico	11	8,15
Outros	3	2,22
Total	135	

Elaboração própria dos autores.

Considerando que, cerca de 83% destes são do sexo feminino e cerca de 17% do sexo masculino, o que também representa a realidade de cada Unidade (Tabela 2).

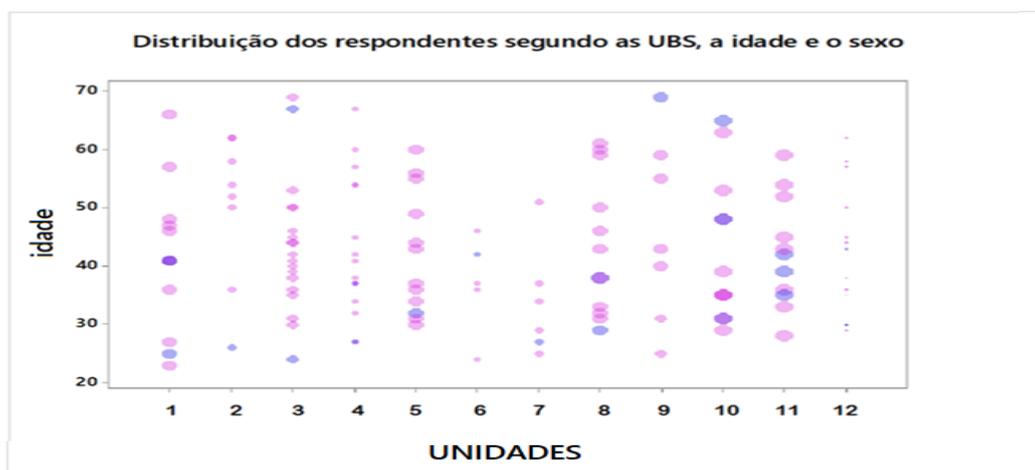
Tabela 2: Respondentes por unidade e sexo

UBS	Respondentes			
	Feminino		Masculino	
	n	% (de 132)	n	% (de 132)
UNIDADE 1	9	8,2%	3	13,6%
UNIDADE 2	7	6,4%	1	4,5%
UNIDADE 3	17	15,5%	2	9,1%
UNIDADE 4	14	12,7%	2	9,1%
UNIDADE 5	11	10,0%	1	4,5%
UNIDADE 6	4	3,6%	1	4,5%
UNIDADE 7	5	4,5%	1	4,5%
UNIDADE 8	10	9,1%	2	9,1%
UNIDADE 9	6	5,5%	1	4,5%
UNIDADE 10	9	8,2%	3	13,6%
UNIDADE 11	8	7,3%	3	13,6%
UNIDADE 12	10	9,1%	2	9,1%
Total		110		22

Elaboração própria dos autores.

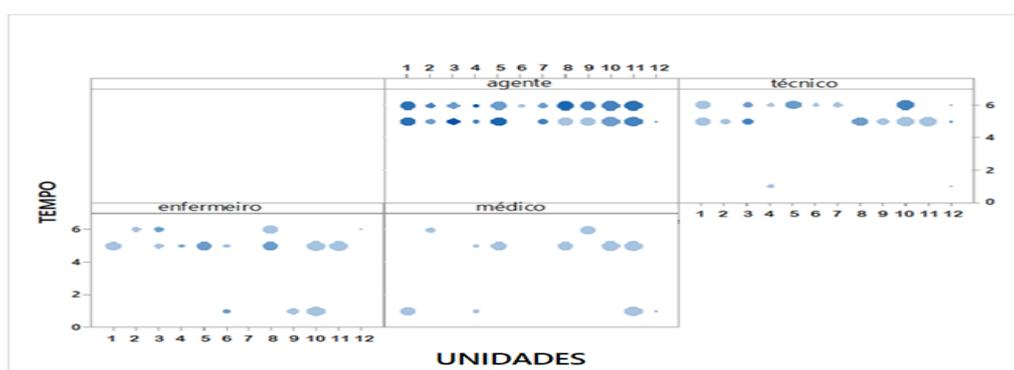
Com relação à idade, é possível observar grande variabilidade, desde 20 anos até cerca de 70 anos (Gráfico 1), e ainda, em relação à atuação e tempo na unidade, podem ser observados funcionários recém contratados, bem como outros com cerca de 6 anos de atuação em suas unidades (Gráfico 2).

Gráfico 1: Idade dos respondentes segundo idade, unidade e sexo*



Elaboração própria dos autores. *(lavanda para feminino e índigo para masculino, o tamanho de cada símbolo corresponde à porcentagem de pessoas em cada categoria).

Gráfico 2: Atuação e tempo* na unidade de Saúde



Elaboração própria dos autores. *(o tamanho de cada símbolo corresponde à porcentagem de pessoas em cada categoria).

Com relação ao teste, a análise psicométrica das habilidades estimadas, pode-se observar que, de 134 respostas válidas, o índice de confiabilidade (alfa de Cronbach) calculado foi de 0,6 (valor mediano para um teste), o que pode indicar que, os padrões de resposta não estejam de acordo com uma variabilidade esperada dentre elas. Ou seja, talvez, a população não tenha respondido de forma esperada o teste (é possível observar isso nas tabelas supracitadas).

Contudo, quando se faz a análise de confiabilidade dos itens, pode-se observar, que todos os itens têm importância no teste, e não está indicada a retirada de qualquer um deles, além disso, 1 item foi considerado difícil; 2, médios e 2, fáceis (Tabela 5). Itens difíceis devem ser analisados em vários aspectos, como por exemplo, o grau de dificuldade (expresso por um número muito baixo de acertos), estão adequados? Estão construídos conforme os manuais de construção de itens? Caso a resposta seja positiva, devem ser analisados outros aspectos, como por exemplo, porque essa população não acertou? A mesma discussão deve ser feita para os fáceis, e mais, era esperado e desejado que tais itens fossem tão fáceis? Acerca da discriminação, esse

índice deve indicar uma cisão mesmo, por exemplo, quem acertou o item está em um grupo diferente de quem errou, necessariamente.

Tabela 5: Psicometria do Teste pela Teoria Clássica do Teste

Itens	Índice de Dificuldade	Índice de Discriminação
Se houver a chegada de um paciente a sua unidade (ou em sua visita domiciliar) inconsciente quais as primeiras medidas a serem realizadas?	0,22 Fácil	0,33 Boa
Qual o local para checagem de pulso em paciente de 5 meses com suspeita de parada cardiorrespiratória?	0,25 Fácil	0,27 Boa
Qual o melhor momento para a instalação do Desfibrilador Externo Automático em uma UBS?	0,42 Médio	0,45 Muito Boa
O número de massagens e ventilações em parada cardiorrespiratória em paciente adulto deve ser?	0,54 Médio	0,36 Boa
Quando a manobra de Heimlich deve ser realizada?	0,78 Difícil	0,37 Boa

Elaboração própria dos autores.

O erro padrão do teste foi de cerca de 0,88, e, a alta variabilidade do padrão de respostas, sugerido no Alfa de Cronbach pode ser observado quando da análise de uma normatização para os itens, com um intervalo de confiança de 95% (Tabela 6). É possível observar que para 0 acerto ou 1 acerto, não apresenta um intervalo de confiança significativo, o que pode indicar que essas pessoas que ficaram com essas notas podem ser outliers (valores aberrantes ou atípicos), e, talvez devam receber uma atenção diferenciada para compreender o que ocorreu nessa prova. Todos os outros intervalos de confiança para os acertos 2,3,4,5, são grandes iguais, embora significativos (intervalos de confiança grandes podem indicar baixa precisão, que pode ser explicado pela variabilidade e diferença no tempo de trabalho e formação da população, dentre outros fatores).

Tabela 6: Intervalo de confiança para os acertos na prova

Acertos	Intervalo de confiança
0	-1,7382 1,7382
1	-0,7382 2,7382
2	0,2618 3,7382
3	1,2618 4,7382
4	2,2618 5,7382
5	3,2618 6,7382

Elaboração própria dos autores.

Constatou se que muitos dos profissionais das UBS, em especial os agentes comunitários em saúde, serão beneficiados por uma reciclagem e capacitação em suporte básico de vida com conseqüente benefício à comunidade para um desfecho positivo em caso de uma emergência extra hospitalar.

Durante o processo desta iniciação científica, e a decisão de qual estratégia educacional utilizar para intervenção pedagógica; a pandemia do COVID-19 foi instalada no País, e maiores reflexões em como agir diante destes dados foram discutidas. Neste contexto, foram elaboradas intervenções através de um folder explicativo e um jogo interativo ao reconhecimento e manejo precoce a parada cardiorrespiratória que pode ser instalado através de um QRcode que serão disponibilizados neste próximo mês de julho.

É esperado, portanto, que seja possível fazer uma reflexão e análise da proficiência desses profissionais, mesmo vivendo sob este novo cenário da pandemia da COVID-19. Tais reflexões, devem trazer informações para a tomada de decisão das gestões envolvidas, com respeito à como deve ser desenvolvido e organizado o processo de monitoramento e avaliação do currículo médico⁷.

Sugere-se iniciar uma cultura de avaliação, fundamentada em estatística e psicometria, e que tal ação seja fundamental, para a construção de índices que poderão integrar todo o processo de Avaliação e Monitoramento do sistema como um todo. É imprescindível, portanto, que os instrumentos estejam adequados aos objetivos dos gestores e do processo (de Monitoramento e Avaliação), que sejam averiguados os devidos critérios de validade e de confiabilidade, ou seja, o teste deve efetivamente testar o que propõe, cada item deve estimar uma habilidade específica⁸, para poder se compreender a proficiência de cada examinando.

Ora, como pode ser possível determinar que houve desenvolvimento da proficiência? Os profissionais foram impactados por um teste, receberão uma capacitação, e serão submetidos a uma nova experiência de testagem. Então, estatisticamente será possível fazer algumas análises descritas dos resultados dessa “prova”, como geralmente é feito, com a soma dos pontos computados, e ainda, será possível fazer um teste de diferenças e verificar qual a diferença de cada um deles? Mas, é possível afirmar que efetivamente houve aprendizagem? Para isso, é necessário fazer uma análise psicométrica, pois, a proficiência é um traço latente, e não tem como ser medido de forma direta⁸. É possível, fazer uma análise da prova, de cada item, comparar as dificuldades gerais de todos que foram submetidos à testagem, analisar cada um dos itens. É possível, compreender cada erro e cada acerto, em cada item, que estima uma habilidade⁸.

Este estudo utiliza a Teoria Clássica dos Testes, dado que tem como foco a qualidade dos instrumentos de medida, buscando garantir que o teste realizado é válido e confiável para estimar as habilidades relacionadas ao suporte básico de vida na saúde da família. Apesar de ter poucos itens, e poucos examinandos, serão analisados e comparados, os parâmetros do teste, de dificuldades e de discriminação, da primeira e da última testagem¹.

A Teoria Clássica dos Testes relaciona os itens do teste como um todo, conforme supracitado, desta forma, este estudo pretende levantar hipóteses para a criação de indicadores de monitoramento e avaliação, vinculados as habilidades populacionais medianas, ou seja, para uma amostra representativa da população¹. Importante notar que, embora um número não muito grande de examinandos tenha realizado a prova, é uma amostra que pode ser considerada representativa, conforme todas a descrição registrada em seções anteriores (dada a sua variabilidade).

Para finalizar, cabe resgatar a importância que a integração entre os pilares do ensino, da pesquisa e da extensão promovem sobre um conceito de qualidade do desempenho acadêmico, além do significado de responsabilidade social que uma pesquisa como esta proporciona entre a universidade e a comunidade. Portanto realizar projetos coletivos inseridos na comunidade e com integração dos diferentes saberes profissionais para a apreensão dos problemas de forma ampla, efetiva e resolutiva é benéfica a todos os envolvidos em nosso município⁹.

Regina Albanese Pose. Docente do Curso de Medicina da USCS. - Conselheira no Conselho Regional de Estatística - CONRE 3. Membro da comunidade R-Ladies SP. Curriculum lattes <http://lattes.cnpq.br/1832375183593136>

Carolina Felipe Soares Brandão. Docente no Laboratório de Simulação do Curso de Medicina da USCS e Coordenadora do Hospital Simulado do Curso de Medicina da UNICID. Doutora e Mestre em Ciências – UNIFESP. <http://lattes.cnpq.br/1254765181501253>

Gabriela FurstVaccarezza. Docente do Curso de Medicina da USCS. Mestre em Saúde Coletiva – USP. Doutoranda em Saúde Coletiva – Santa Casa de SP. <http://lattes.cnpq.br/9803007454807164>

Letícia Oliveira Dell Ortie. Discente do Curso de Medicina da USCS.

Andressa Ferreira Sarak. Discente do Curso de Medicina da USCS.

João Carlos da Silva Bizário. Gestor do Curso de Medicina da USCS. <http://lattes.cnpq.br/1774611300713146>

Referências Bibliográficas

CUNHA, C. M.; ALMEIDA NETO, O. P.; STACKFLETH, R. Principais métodos de avaliação psicométrica da confiabilidade de instrumentos de medida. Rev. Aten. Saúde, SãoCaetano do Sul, v. 14, n. 49, p. 98-103, jul./set., 2016.

RODRIGUES, Cristiane. 9 PASSOS PARA UMA MODELAGEM PREDITIVA EFICAZ. Blogs.sas.com, 2020. Disponível em <https://blogs.sas.com/content/sasla/2020/04/23/9-passos-para-uma-modelagem-preditiva-eficaz/>. Acesso em 12 de junho de 2020.

SILVA LMV. Conceitos, abordagens e estratégias para a avaliação em saúde. In: Hartz, ZMA, Silva LMV, organizadoras. Avaliação em saúde: dos modelos teóricos à prática na avaliação de programas e sistemas de saúde. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: Fiocruz; 2005. p. 15-39.

FIGUEIRÓ AC, FRIAS PG, NAVARRO LM. Avaliação em saúde: conceitos básicos para prática nas instituições. In: Samico I, Felisberto E, Figueiró AC, et al., organizadores. Avaliação em saúde: bases conceituais e operacionais. Rio de Janeiro: MedBook; 2010. p. 1-13.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Protocolos de Intervenção para o SAMU 192 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

Sociedade Brasileira de Cardiologia. I Diretriz de Ressuscitação Cardiopulmonar e Cuidados Cardiovasculares de Emergência da Sociedade Brasileira de Cardiologia. Arq Bras Cardiol [Internet]. 2013 Ago ;101(2):Supl 3. Available from: http://publicacoes.cardiol.br/consenso/2013/ Diretriz_Emergencia.pdf

MENIN, S. The future of medical education. In K.A. Bin Abdulrahman, S. Menin, R.M. Hrden, & C. Kennedy (Eds.), *Routledge International Handbook of Medical Education*. London: Routledge, 2016: p.355-360.

CURADO, Maria Alice Santos; TELES, Júlia; MAROCO, João. Analysis of variables that are not directly observable: influence on decision-making during the research process. *Rev. esc. enferm. USP*, São Paulo , v. 48, n. 1, p. 146-152, Feb. 2014 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342014000100146&lng=en&nrm=iso>. access on 28 June 2020. <https://doi.org/10.1590/S0080-623420140000100019>.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem feita: reformar a reforma reforça o pensamento*. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

Nota Técnica

31. PSICOMETRIA E ESTATÍSTICA NA CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE PROFICIÊNCIA DA APRENDIZAGEM: COMO AVALIAR?

Daniel Patrício Szelbracikowski
Gabriel Moreira Fonseca
Alexandra Waltrick Russi
Regina Albanese Pose

Resumo Executivo

Esta carta pretende convidar o leitor para uma breve reflexão introdutória sobre aspectos estatísticos e psicométricos aplicados à avaliação educacional. Como parte integrante do corpo discente universitário, buscamos aumentar nossa compreensão sobre uma realidade em nossas vidas, os processos avaliativos. Nesse processo, deparamo-nos com a psicometria, que procura explicar o sentido que têm as respostas dadas pelos examinandos a uma série de tarefas, tipicamente chamadas de itens¹. Ficamos motivados com a possibilidade de desenvolver competências que vão além da compreensão do tema avaliação do ensino, pois, o conhecimento agregado engloba análise estatística e psicometria, ferramentas primordiais para os estudantes de medicina. Para o início de nossa vida de primeiro semestre de estudantes, nos inscrevemos em um projeto de Iniciação Científica, e, além de escrever o projeto, fizemos a tradução comentada de um capítulo de livro sobre a diferença entre a Teoria Clássica dos Testes (TCT) e a Teoria de Resposta ao Item (TRI), e estamos nesta carta apresentando nossas primeiras impressões, dada a grande modificação que aguardamos na avaliação devido à pandemia.

Palavras-chave: psicometria, estatística, indicadores

A curiosidade para trabalhar com a avaliação caminhou no sentido de poder atuar com a estatística e com software livre e aberto. Com o advento da pandemia, cada vez mais ficamos curiosos e interessados com o tema. Como poderão ser realizadas todas as avaliações neste ano de 2020? Será que em 2021 já estará tudo “normal”? E até lá? Como será o caminho intermediário? Foi então que percebemos a importância de ferramentas como a estatística e a psicometria aplicadas à construção de métricas para a tomada de decisão dos gestores. Os temas referentes à avaliação, bem como de retorno às aulas, realizar o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, são retratados na mídia cotidianamente. Colocamos nesta nota dois gráficos que sintetizam as diferenças mais básicas entre Teoria Clássica dos Testes (TCT) e Teoria de Resposta ao Item (TRI), por nossos olhos.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, está preocupado com o ENEM, e está fazendo uma enquete para poder discutir e talvez tomar a decisão de fazer uma prova eletrônica. E então as dificuldades com a análise podem ser maiores, ou não? Em 2018, esse questionamento foi estudado, ou seja, foi feita uma comparação entre a aplicação de um teste de avaliação educacional (em larga escala) impresso e outro informatizado, por meio da análise do Funcionamento Diferencial do Item (DIF), pautado na TRI². Para o estudo, foi analisada base de dados secundária, referente à aplicação em Brasília (DF) no ano de 2016, dos cadernos de prova cinza e branco do Enem em 2011, nas modalidades impressa e informatizada. Foram avaliados os resultados de 136 escolas públicas e 50 particulares, completando 20.399 estudantes da área de Humanas (CHT), 20.259 da área de Natureza (CNT), 16.708 da área de Linguagens (LCT) e 16.913 da área de Matemática (MTT); Dos 185 itens analisados nas quatro áreas do conhecimento, apenas o item 55 CNT,

apresentou DIF (diferença máxima de 0,18694). Portanto, tal resultado pode ser compreendido como uma base que aponta similaridade dos desempenhos dos itens em provas impressas e informatizadas, desde que sejam empregadas as mesmas condições de aplicação, por exemplo características das imagens (ambas em escala de cinza), itens em mesma ordem de apresentação, possibilidade de avanço e retrocesso dos itens, o que favorece a revisão e edição das respostas marcadas antes da finalização do teste³. Esse pode ser um resultado que favoreça à elaboração de avaliações em modalidade mista, sendo parte informatizada e parte impressas. Dadas as grandes diferenças no Brasil, considerando a provável impossibilidade de todos realizarem a prova informatizada, seja por restrição do número de aparelhos necessários ou mesmo pela falta de infraestrutura tecnológica em determinadas regiões do país. A métrica utilizada para a compreensão e interpretação dos resultados pode ser através da Psicometria e Estatística.

Etimologicamente, psicometria representa a teoria e a técnica de medida dos processos mentais, especialmente aplicada na área da Psicologia e da Educação. Ela se fundamenta na teoria da medida, ou seja, do método quantitativo que tem, como principal característica e vantagem, o fato de representar o conhecimento da natureza com maior precisão do que a utilização da linguagem comum para descrever a observação dos fenômenos naturais. São consideradas como áreas de estudo da Psicometria, a TCT e a TRI². Cabe ressaltar, nesse íterim, que a evolução da psicometria nos últimos trinta anos priorizou modelos de cálculo para a TRI em detrimento da TCT⁴.

A TCT de uma prova está pautada nos seguintes parâmetros, índice de dificuldade (proporção de participantes que responderam ao item corretamente); índice de discriminação, que mede a capacidade do item de diferenciar os participantes de maior habilidade (respondentes com pontuações mais altas) daqueles de menor habilidade (respondentes com pontuações mais baixas) – que pode ser calculado pela diferença entre a proporção de acertos do primeiro grupo e a proporção de acertos do segundo grupo^{4,5}.

Foi realizada uma análise com os microdados do teste de matemática do ENEM, aplicado em 2017, e disponibilizados de forma universal e gratuitamente pelo INEP em seu sítio. Para a análise foram usados como critérios de inclusão, todos os estudantes que concluíram ou iriam concluir o Ensino Médio em 2017, e, que atingiram pontuação igual ou superior a 450 (este valor é a meta de corte considerada mínima para a antiga certificação no ensino médio); todos os examinandos que receberam a prova azul no 2º dia de prova, e o caderno 7, azul, na 1ª aplicação; e que atingiram pelo menos 50% das respostas válidas nessa prova. Como critério de exclusão, foram considerados os estudantes treineiros, não formados, e todos aqueles que fizeram a prova sem ajuda externa, para que não fossem considerados como viés na metodologia estatística⁶.

Assim sendo, resultaram 670.267 respondentes, que foram analisados com o *software* aberto e livre R no ambiente R-Studio, *Version* 1.2.5033 para a TCT, e, para a TRI foi utilizado o *software* Bilog-MG, para ter equalização com as análises do INEP. As análises da TRI foram feitas com o ajuste do modelo ML3, exatamente como utilizado nas avaliações do ENEM pelo INEP. Foram excluídos 2 dos 45 itens do teste, quais sejam, o item 8 na fase 1 (por padrão de resposta inadequado) e o item 4 na fase 2 (por problemas na calibração)⁶.

A análise que pode resumir a TCT, para essa carta está pautada pelas frequências de registro no gabarito (a resposta certa) e nos distratores (todas as alternativas que são diferentes do gabarito), ou seja, pautada na contagem matemática de registros (Figura 1). E a análise que pode resumir a TRI para essa carta está pautada pelas curvas características do item, pelas distribuições probabilísticas de cada item.

A TRI é uma teoria descrita por um conjunto de modelos matemáticos, cujo objetivo é avaliar a proficiência dos avaliados em um determinado teste. O ML3, é composto por três parâmetros, quais sejam, discriminação, dificuldade e acerto casual do item. A probabilidade de acerto a um item é uma função dos 3 parâmetros em cada item, e, da proficiência do examinando. Com isso, é possível interpretar que, quanto maior a proficiência do examinando, maior a probabilidade de o respondente acertar o item¹ (Figura 2), ou seja, não é uma análise simples matemática como a supracitada (TCT)⁷.

A TRI faz os cálculos das estimativas dos parâmetros dos itens e das proficiências, a partir das respostas dos examinandos e do modelo proposto ML3. As estimativas dos parâmetros dos itens e das proficiências são posicionadas em uma escala psicométrica, para que seja possível fazer a interpretação pedagógica da escala e a validação da matriz de referência adotada. A TRI tem muitas vantagens comparada à TCT, importantes para o avanço da qualidade psicométrica de nossos instrumentos. Os modelos da TRI são baseados em teoria, permitem o teste de hipóteses específicas e utilizam ferramentas psicométricas avançadas. Ainda assim, a TRI não é uma resolução única para todos os problemas psicométricos, a TCT ainda tem uma importância e utilização, ou seja, cada técnica deve estar vinculada a objetivos, propósitos e valores agregados dos gestores responsáveis⁸.

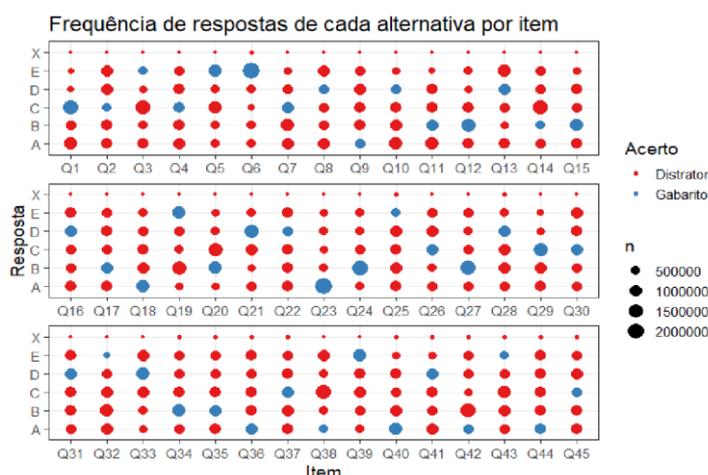


Figura 1 – Frequência de resposta de cada alternativa, por item, dos participantes do ENEM de 2017, referente a prova de matemática – elaboração própria.

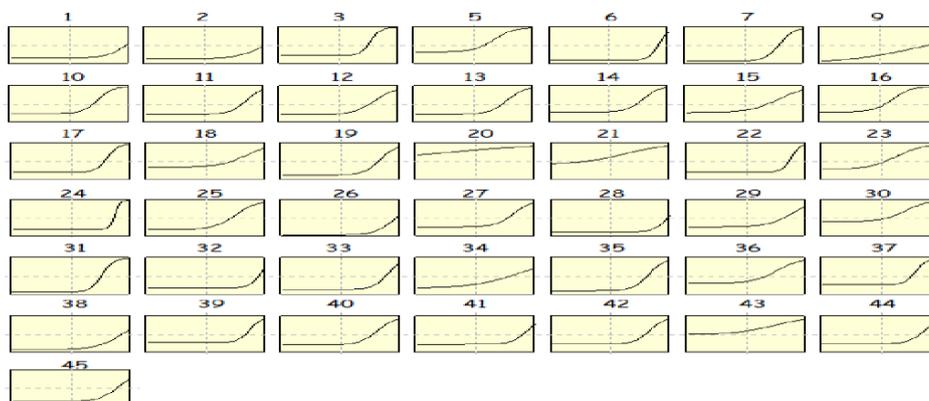


Figura 1 – Curvas Características do Itens (CCIs) da prova de Matemática e Suas Tecnologias do ENEM 2017 – elaboração própria.

Daniel Patrício Szelbracikowski. *Discente do Curso de Medicina da USCS Curriculum lattes*<http://lattes.cnpq.br/8543797411958889>

Gabriel Moreira Fonseca. *Discente do Curso de Medicina da USCS Curriculum lattes*<http://lattes.cnpq.br/6529608313218468>

Alexandra Waltrick Russi. Bacharela em Estatística pela UFPR. Mestra em Gestão e Avaliação Educacional pelo PPGMGA da UFSC. Curriculum lattes:<http://lattes.cnpq.br/0819988618880293>

Regina Albanese Pose. *Docente do Curso de Medicina da USCS. - Conselheira no Conselho Regional de Estatística - CONRE 3. Membro da comunidade R-Ladies SP. Curriculum lattes*<http://lattes.cnpq.br/1832375183593136>

Referências Bibliográficas

1. POSE, R. A.; RUSSI, A. W.; FERNANDES, L. B.; A compreensão estatística e a interpretação pedagógica em avaliações de larga escala: conexões entre a praticadocente e a pesquisa em avaliação educacional. Capítulo 3, p. 18 – 31., 2019. In GONÇALVES, FAMF. Educação matemática e suas tecnologias. 2019. Disponível em: DOI: 10.22533/at.ed.477192405
2. Brasil, Ministério da Educação, INEP. Participe da enquete sobre as datas das provas <https://enem.inep.gov.br/antes#conheca-o-enem>
3. RUSSI, A.W. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Métodos e Gestão em Avaliação, Florianópolis, 2018. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/206241>
4. PASQUALI, L. Psicometria. Rev. Esc. Enferm. Usp [online]. 2009, vol.43, n.spe <https://doi.org/10.1590/S0080-62342009000500002>
5. BORGATTO, A.; ANDRADE, D. Análise Clássica de Testes com diferentes graus de dificuldade. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, 23 (52), 146-156, 2012.
6. RUSSI, A. W.; POSE, R. A., FERNANDES, L. B.; FELIX, B.V., Conexões entre a prática docente e a pesquisa em avaliação educacional em Larga escala: a compreensão estatística da teoria da resposta ao item e a interpretação pedagógica. Capítulo 10, p. 89 - 102 – In GONÇALVES, FAMF. Universo dos Segmentos envolvidos com a Educação Matemática. 2019. Disponível em: DOI: 10.22533/at.ed.034190309
7. ANDRADE, D.F.; TAVARES, H.R.; VALLE, R.C. Teoria da Resposta ao Item: Conceitos e Aplicações. São Paulo: SINAPE, 2000.
8. ZICKAR, M., & BROADFOOT, A. The partial revival of a dead horse? Comparing classical test theory and item response theory. In C. E. Lance & R. J. Vandenberg (Eds.), Statistical and methodological myths and urban legends: Doctrine, verity and fable in the organizational and social sciences (pp. 37–59). New York, NY: Routledge, 2019.

32. MUNDO PÓS-PANDEMIA COVID-19 - MANUAL DE SOBREVIVÊNCIA

Aristogiton Moura
Silvia Guz

Resumo Executivo

Há uma clara perturbação e um questionamento permanente na sociedade quando se trata de avaliar os impactos de diferentes naturezas, decorrentes da Pandemia. Há certo consenso mundial e poucos divergem da dimensão e conseqüências que a pandemia trará para a humanidade. No entanto há uma questão subjacente, e não menos crítica, que afeta o ser humano enquanto inserido num coletivo humano, que vai além de simples análises de impactos em sistemas. Surge, então, uma questão inquietante relacionada com a psicologia: quais são os caminhos para tratar o luto e o trauma decorrentes da Covid-19, quando nos encontramos numa pandemia que paralisou o mundo e afetou a humanidade naquilo que era a sua maior fortaleza, a capacidade de agir como grupo e cooperar em larga escala? Capacidade essa que segundo Yuval Harari⁶⁹ foi a estratégia evolutiva que nos diferenciou das demais espécies. Precisamente nesses pontos fomos afetados pela Covid-19. Por conta dela, estamos nos distanciando fisicamente e nos aproximando digitalmente, pela primeira vez na história estamos nos relacionando virtualmente sem noção das conseqüências que esta situação trará para o modelo de sociedade que surgirá nos pós pandemia. Esse é um ponto de mutação histórico na maneira que nos relacionamos como homo sapiens. Estamos vivendo uma transição do mundo físico para o mundo digital, com importantes impactos na forma como nos organizamos socialmente. Saímos das cavernas e chegamos às cidades, sempre em aglomerações que potencializavam nossa forma de agir como grupo e cooperar. A pandemia está quebrando esse padrão. O digital vem como uma válvula de escape que, no entanto, não satisfaz a necessidade do contato humano e nem refaz o “número⁷⁰ de Dunbar”. Essa realidade já transformou o mundo humano e o remeteu a uma situação traumática, com implicações globais e efeitos multifatoriais, o que nos obriga a nos reinventarmos como espécie. Esse novo momento nos obriga a pensar a humanidade, não mais como um constructo social⁷¹, mas sim como um organismo vivo, um organismo humano, pois tudo o que construímos como sociedade está doente ou adoecerá, nosso mundo conhecido está morrendo. Para tratar a doença social temos que enfrentar um luto e um trauma que vai do indivíduo ao coletivo. Nesta nota, me ocupo da questão de como tratar o humano na Terra, afetado pela pandemia, e da tarefa de apontar ferramentas e técnicas que podem ser aplicadas nesse tratamento.

Palavras-chave: Jogo Social, EMDR, Jogos do Poder, Pandemia, Covid-19, luto, trauma, Yuval Harari, Robin Dunbar, Carlos Matus.

⁶⁹Harari, Yuval - Sapiens: Uma Breve História da Humanidade.

⁷⁰Criador do “número de Dunbar”, o antropólogo e psicólogo evolucionista inglês Robin Dunbar explica por que, apesar das redes sociais, os amigos de verdade se restringem a um grupo de, em média, 150 indivíduos por pessoa.

⁷¹ O construcionismo social é uma teoria do conhecimento na sociologia e na teoria da comunicação que examina o desenvolvimento de entendimentos construídos em conjunto sobre o mundo que formam a base para suposições compartilhadas sobre a realidade.

1. Introdução:

A crise e o impacto no Grande Jogo Social

Na última edição das Cartas de Conjuntura da USCS (12^a) foi tratado pelo autor o tema O Poder em Tempos de Pandemia. O artigo, procura demonstrar, apoiado na Teoria do Jogo Social, de Carlos Matus, que a sociedade pode ser entendida como um complexo sistema social estruturado em jogos estabelecidos pela lógica humana. Situação que dá sentido e explica a sociedade em que vivemos. Esses jogos, em seu conjunto, fazem parte do grande jogo social, que se caracteriza por ser demasiadamente complexo, nebuloso, e de final aberto. O grande jogo social pode ser decomposto em vários jogos individuais, indivisivelmente entrelaçados. São simultâneos e coexistem no mesmo tempo e no mesmo espaço.

Como referido no artigo, são nove os jogos: Político, Econômico, da Vida Cotidiana, Pessoal, Comunicação, Macroorganizacional, Valores, Ciência e da Natureza. Cada jogo tem dinâmica própria e particularidades especiais, mas reproduz em seu interior todos os outros jogos de forma subordinada. Para Matus, “O jogo social não se divide em compartimentos mutuamente excludentes, com fronteiras temáticas, legais, organizacionais ou espaciais nítidas, e sim em lógicas de jogo superpostas, com uma intersecção dominante”.

A Pandemia da Covid-19 mostrou-se uma grande jogada do jogo da natureza, obrigando a humanidade literalmente parar, de uma maneira impactante e imediata, com reflexos no modo de vida hiperconsumista que vínhamos mantendo e que está desconstruindo o mundo como existiu até o começo de 2020. O Jogo da Natureza mostra com isso que ela não é apenas um jogador que opera o poder da natureza como poder cego e pré-programado, agindo pelo coronavírus SARS-CoV-2, mas dá claras mostras que ela é um jogador ciente e como tal atua com a estratégia de pressão e resposta, intervindo, através dos seus efeitos, no impacto do equilíbrio com os demais jogos. Hoje, pela incapacidade dos demais jogos de enfrentar o vírus, a natureza joga só.

O Jogo da Natureza, que era uma análise teórica formulada por Matus, hoje se desvela o mundo com todas as suas cores e formas. O vírus atravessa e impacta, de forma transversal, tudo o que está relacionado com a vida humana na Terra, pois muda dramaticamente a maneira como milhões e milhões de pessoas em todo o mundo vivem, com efeitos de curto, médio e longo prazo na economia, na política, na vida social, na saúde individual e na coletiva, na segurança, nas relações internacionais, no mercado, nas relações pessoais e afetivas, nas diferenças sociais e num sem-número de coisas mais.

Praticamente nada na Terra, no que tange à humanidade, ficou incólume. E nem mesmo o conhecimento, o desenvolvimento, a filosofia e a ciência e a tecnologia que nos decifrou o DNA e nos colocou na Lua, parecem ainda ser capazes de dar respostas de como enfrentar e ultrapassar a tormenta da Covid-19. Um século e pouco depois da gripe espanhola, estamos enfrentando a atual pandemia com recursos utilizados em 1918: álcool, máscaras e distanciamento social. Hoje, remédios efetivos ou vacinas viáveis contra o novo coronavírus são promessas de solução que não têm ainda respostas, a despeito da esperança e da corrida pela cura por parte da ciência, em seu jogo.

O que vem pela frente, “o novo normal” — um clichê usado à exaustão — impõe um rearranjo em escala global, na economia, na política e na vida em sociedade. Mas quais seriam os caminhos para atingir esse objetivo? Necessariamente, tem de partir da unidade afetada pela Covid-19, o ser humano. Este, na crise, perdeu as vantagens evolucionárias que o levaram a ser a espécie animal mais bem-sucedida no planeta Terra — o agir em grupo e cooperar em larga escala. Felizmente restou o poder da

linguagem que nos tornou seres capazes de construir um futuro e nele criar o novo mundo humano pela tecnologia.

No entanto, o mundo no qual vamos desembarcar depois da pandemia não será mais o mesmo do qual saímos. Assim sendo, será preciso trilhar, pela tecnologia, os caminhos abertos pela linguagem para reordenarmos o mundo humano e a nova humanidade. A cooperação e o agir em grupo é uma característica intrínseca do mundo humano que é construído a partir de jogos de linguagem, como definido por Wittgenstein⁷². Segundo ele, a linguagem é a ferramenta que conduz a arquitetura que se dá na relação homem-mundo. Construimos nossos mundos a partir da interação com os outros, pela linguagem. Assim, toda construção humana (na qual se encontram as cidades, estados e nações) é produto da interação entre humanos. Com esta referência em mente, apresentamos os conceitos para se entender o que é o mundo humano, na perspectiva dos jogos de linguagem, que o mantem vivo e perene.

A linguagem é a unidade básica do Jogo da Comunicação e transversal a todos os demais. É o meio e o espaço no qual se estruturam os demais jogos. Isso se dá no plano do entendimento e da comunicação entre os jogadores e onde se estabelece a disputa pela transparência, opacidade e controle da interação humana. A linguagem, como poder de comunicação, é geradora de vocabulários que construimos para dar sentido e essência ao mundo humano. Esse é o jogo que vai enfrentar os impactos e as consequências do jogo da natureza por meio da comunicação digital –ferramenta que está remodelando a forma como nos relacionamos com o mundo e com os outros – e que permitirá que sigamos como grupo e cooperando em larga escala, mesmo que fisicamente distantes. O que era uma promessa com a internet é hoje uma realidade com o vírus.

Mas, se a tecnologia resolve, em parte, a questão de cooperação e colaboração humana, transferindo para o digital o que era presencial, resta ainda o desafio de acelerar a implantação desse novo mundo na prática. Temos avançado muito no processo de entrelaçar esses espaços, as *smartcities* são um exemplo de caso. Mas, devido ao vírus, para construir esse novo mundo será preciso primeiro tratar o ser humano no espanto e na dor que o afetou, afeta e afetará, com reflexos significativos em suas estruturas e arranjos sociais. São dois os caminhos que podem orientar o nosso ajuste nesse pós-pandemia. Tratar o ser humano no luto e no trauma, que estão sendo e serão as consequências mais impactantes da Covid-19.

2. O luto na Covid-19

Os dois maiores impactos psicológicos resultantes de uma realidade devastadora trazida pela pandemia são o luto pela perda do que era conhecido, familiar e unificador e o impacto psicológico que impede a retomada da luta por construir o novo, o trauma. O luto, tecnicamente, é um conjunto de reações a uma perda significativa, ocasionada pela morte de outro ser. A psicóloga Maria Helena Franco^{73xvii} amplia essa definição. Luto, para ela, é uma reação natural e esperada quando se rompe um vínculo ou ligação com pessoas, papel social, relacionamento social ou relações profissionais. É uma quebra ou um rompimento com aquilo que tínhamos como certo, seguro ou afetivo. As perdas pessoais que estamos sofrendo, em termos globais, nos remetem a uma situação de luto mundial. O ser humano, como um todo, sofreu, sofre e vai sofrer perdas significativas. A maior delas é o modelo de relacionamento que trazemos das cavernas: proximidade, intimidade, cooperação.

⁷²Para Ludwig Joseph Johann Wittgenstein, filósofo austríaco, o mundo humano é uma construção linguística, na qual a linguagem é a expressão sígnica da atividade humana, manifesta na sua máxima: os limites da minha linguagem são os limites do meu mundo, ou seja, o mundo do homem é do tamanho do seu vocabulário.

⁷³<https://www.youtube.com/watch?v=3TqCipWc5u8>

Segundo a psiquiatra suíço-americana Elisabeth Kübler-Ross⁷⁴, pioneira em estudos de proximidade da morte com pacientes terminais, o luto passa por 5 estágios: Negação. Momento marcado pela dificuldade em acreditar que o fato realmente aconteceu. A dor é intensa e existe uma grande dificuldade para lidar com a perspectiva de um futuro diferente do normal. Raiva, sentimento que aparece ao se perceber que o fato realmente aconteceu e não existe nada que possa ser feito a respeito, é comum sentir uma revolta muito grande. Nesse período, se percebe que não é possível reverter a situação; a tendência é que a dificuldade em se conformar seja canalizada em raiva. Negociação. Nesta fase passa-se a tentar aliviar a dor e começar a fazer algumas ponderações, imaginando possíveis soluções e fazendo “acordos” internos. Essa negociação acontece internamente e, muitas vezes, é voltada para questões religiosas e transcendentais. Depressão. É a fase mais longa do processo, e é caracterizada por um sofrimento intenso. É marcada por uma sensação de impotência, melancolia, culpa e desesperança, sendo comum um período de isolamento e uma grande necessidade de introspecção. Aceitação. É a fase em que se consegue ter uma visão mais realista e passar a aceitar o fato. O desespero em relação à perda dá lugar para uma maior serenidade, e se começa a enfrentar a perda com mais consciência.

Trazemos à baila essa abordagem, o luto, para explicar o problema de como estamos enfrentando e como sairemos da pandemia, pois ainda não se tem noção da grandiosidade dos impactos na vida e na perspectiva das pessoas. São centenas de milhares de vítimas que sofreram e estão sofrendo perdas reais de familiares, amigos, conhecidos, desconhecidos, laborais, negócios, e outras tantas que são comparáveis à morte. Em certa medida, o mundo que conhecíamos e nos era familiar, morreu. Estamos vivenciando o luto em várias fases superpostas nesse momento, pois é um luto global e um luto humano. O que podemos ver com mais clareza é que há muito de negação – a espera da volta ao “normal”; de raiva, indo às ruas protestar, em vários lugares do mundo, em flagrante desafio às normas sanitárias de distanciamento; negociação, negociando consigo e com o meio ao reestruturar a vida em confinamento (home offices, delivery e vida em grupos); depressão, que já era a doença do século pela aceleração do mundo pela digitalização da vida e o hiperconsumismo; continua a doença do século pela perda deste mesmo mundo.

A aceitação, final do processo e início do novo normal, ainda não mostra todas as suas facetas. As experiências de controle da pandemia acontecem em lugares distantes e diferentes da nossa realidade e, com certeza, não serão iguais para todos. Tememos porque o conhecido no momento se mostra de duas formas: onde a pandemia parece ceder, a realidade hora tem tons *orwellianos* de um 1984 maquiado; hora se apresenta em tons amarelos da estrada de Oz, como na Nova Zelândia. Assim, a “aceitação” só será possível se pudermos contar com técnicas especializadas em psicologia para tratar, coletivamente, a sociedade traumatizada.

3. O Trauma na Covid-19

A maior herança da pandemia da Covid-19 será, pela magnitude e impacto mundial, o trauma, tanto o individual e, principalmente, o coletivo. A pandemia trouxe à baila novos e graves problemas para a saúde pública e para os profissionais que nela atuam decorrentes de traumas e estresse psicológico. A atual estrutura pública de atenção à saúde mental somente está preparada para atender as emergências pontuais e casos clínicos, mas não tem estrutura, método e nem capacidade para atender a consequência invisível que é o estresse pós-traumático derivado da pandemia.

Para a presente situação ainda não existem referências, em larga escala, para dimensionar as consequências psicológicas da pandemia. Sobre esse assunto, o

⁷⁴<https://www.vittude.com/blog/cinco-estagios-do-luto/>

jornal El País⁷⁵publicou uma matéria que se refere a estudos feitos sobre o principal precedente da Covid-19, a epidemia de SARS, que em 2003 matou quase 800 pessoas em todo o mundo. Nessas pesquisas, foram encontrados problemas persistentes de depressão, ansiedade ou estresse pós-traumático entre os pacientes que sobreviveram e entre os médicos que os trataram. Uma revisão de 24 estudos sobre psicologia das quarentenas, realizada por pesquisadores do King's College e publicada na revista The Lancet, constata que mesmo três anos depois do isolamento foram reportados episódios de estresse pós-traumático. Se uma epidemia, com menos mortos no total do que os diários ocorridos no Brasil, causou este impacto, é permitido supor que haverá também uma pandemia de efeitos psicológicos oriundos da Covid-19.

Nesta mesma matéria do El Pais, Liu Xianlang (pseudônimo), psicóloga veterana em Wuhan, China, afirma: *“Estamos nos preparando para algum tipo de estresse pós-traumático coletivo. Muitas organizações e empresas estão procurando psicólogos e ministrando cursos de treinamento para consultores que possam oferecer algum tipo de assistência básica... Não temos gente suficiente. Vai haver muito trabalho. Todo mundo em Wuhan sofre de algum tipo de trauma. E mais especialmente, pessoas que perderam entes queridos.”* Multiplique isso pela população chinesa e depois pela mundial...

O trauma age em ondas. O evento traumático acontece com um impacto sobre um indivíduo e vai criando ondas de expansão. Como diz o pesquisador mexicano Ignacio Jarero, é como jogar uma pedra em um lago. Há o impacto da pedra e a mesma cria ondas “traumáticas” que podem reverberar em vários âmbitos, como no seu círculo familiar e no coletivo ampliado. O que estamos vivendo nesta pandemia, em escala, seria como a queda de um meteoro gigantesco no oceano, criando tsunamis que atingem toda a humanidade. Não estamos mais falando da vivência individual do luto ou do trauma. Estamos falando de uma sequela traumática para a humanidade.

a. A psicologia do Trauma

O diagnóstico de TEPT – Transtorno de Estresse Pós-traumático, segundo o DSM-IV⁷⁶, surge quando um evento traumático satisfaz inicialmente duas condições do critério “A”: 1. Quando se vivencia, se testemunha ou se é confrontado com um ou mais eventos que envolveram ameaça de morte ou de grave ferimento físico, ou ameaça à sua integridade física ou à de outros; 2. A reação envolveu intenso medo, impotência ou horror.

No DSM-III, o “evento traumático” era visto como um acontecimento catastrófico, raro e externo que diferia qualitativamente “das experiências comuns, como o luto, doença crônica, perdas comerciais ou conflitos matrimoniais”. Os eventos catastróficos definidos pelo DSM-III incluíam tortura, estupro, agressão física, combate militar, aprisionamento em campo de extermínio, desastres naturais ou industriais, epidemias, pandemias, acidentes de carro ou exposição à violência de guerra, violência civil e violência doméstica. Pesquisas subsequentes demonstraram que os “eventos traumáticos” não eram raros, nem preponderantemente externos. O fato dos eventos traumáticos não serem raros foi amplamente documentado por estudos epidemiológicos que revelaram elevadas taxas, em alguns casos, de 40% a 90% na população americana. Pode-se supor que países como o Brasil, cuja taxa de

⁷⁵ <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-04-10/todo-mundo-em-wuhan-padece-de-um-trauma.html>

⁷⁶ Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - é um manual para profissionais da área da saúde mental que lista diferentes categorias de transtornos mentais e critérios para diagnosticá-los, de acordo com a Associação Americana de Psiquiatria (American Psychiatric Association - APA). É usado ao redor do mundo por clínicos e pesquisadores bem como por companhias de seguro, indústria farmacêutica e parlamentos políticos. https://pt.wikipedia.org/wiki/Diagnostic_and_Statistical_Manual_of_Mental_Disorders

mortalidade por arma de fogo é uma das maiores do mundo e é líder em acidentes, provavelmente tem uma prevalência bem mais elevada de eventos traumáticos do que os EUA⁷⁷.

Ademais, de acordo com estudos epidemiológicos desenvolvidos em diferentes países, vítimas de situações traumáticas, desenvolvem quadros de ansiedade intensa e persistente. Podem levar a Transtorno de Ansiedade Generalizada, Transtorno de Pânico ou abuso de substâncias. Além disso, várias comorbidades podem ocorrer quando o trauma psicológico não é tratado. As vítimas desenvolvem em um curto espaço de tempo, transtornos somatoformes⁷⁸, conhecidos como doenças psicossomáticas. As pesquisas indicam que o estresse agudo ou prolongado aumenta a produção de cortisol, o hormônio do estresse. Estes, em elevações persistentes, atacam o sistema imunológico provocando doenças autoimunes, doenças gastrointestinais, hipertensão arterial e doenças cardíacas.

Essa pandemia invisível atinge a população de forma geral assim como os profissionais que atuam neste campo da saúde. Isto ocorre, na maioria das vezes, quando são chamados para prestar assistência num desastre de grandes proporções como a pandemia Covid-19. O próprio trabalho lhes causa dor e sofrimento emocional, diante da impotência em situações que não podem ser resolvidas, seja pela complexidade, seja pelo volume. Situação que está acontecendo agora com os serviços de saúde ligados à Covid-19. Nessas, além de terem de lidar com o trauma e doenças dos pacientes, também sofrem com o sofrimento deles, desenvolvendo o chamado trauma vicariante, quando o trauma do outro nos traumatiza.

b. A psicologia do Trauma no mundo

A Organização Mundial da Saúde⁷⁹ reconheceu que a carga global dos transtornos mentais é enorme e continua crescendo. Que os serviços de saúde ao redor do mundo não responderam adequadamente e, como consequência, a lacuna entre a necessidade de tratamento e sua atenção é ampla em nível mundial. Para fazer frente a esta problemática, a OMS lançou, em 2008, o Programa de Ação Mundial para Superar as Lacunas em Saúde Mental (mhGAP, em inglês). Entre elas está o Programa Primeiros Cuidados Psicológicos que, com a pandemia, adquirem mais importância e relevância.

Os Primeiros Cuidados Psicológicos têm sido recomendados por muitos grupos de especialistas nacionais e internacionais, incluindo o Comitê de Interagências (IASC) e o Projeto Sphere, sendo uma alternativa à entrevista psicológica que é feita com as pessoas afetadas logo após a ocorrência de evento traumático, chamada de “*de briefing psicológico*”. Em 2009, o grupo de desenvolvimento das diretrizes do Programa de Ação Global para Superação das Lacunas em Saúde Mental da OMS (mhGAP) avaliou evidências presentes nos primeiros cuidados psicológicos e no “*de briefing psicológico*” e concluiu que os PCP deveriam ser oferecidos a pessoas em

⁷⁷ Ivan Figueira e Mauro Mendlowicz - Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental. Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental, Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, Brasil).

⁷⁸ Transtorno somatoforme é a classificação médica para doenças que persistem apesar dos transtornos físicos presentes não explicarem nem a natureza e extensão dos sintomas, nem o sofrimento e as preocupações do sujeito. Está associado à busca persistente de assistência médica e de familiares e amigos. https://pt.wikipedia.org/wiki/Transtorno_somatoforme.

⁷⁹ <https://www.who.int/> - OMS/WHO, 2010

estresse agudo logo após terem sido expostas a um evento traumático, em substituição ao “*de briefing psicológico*”.

Diferentes tipos de situações que causam sofrimento acontecem no mundo, tais como guerras, desastres naturais, acidentes, incêndios e violência pessoal (por exemplo, violência sexual). Indivíduos, famílias e comunidades inteiras podem ser afetados. As pessoas podem perder suas casas ou entes queridos, serem separadas da família ou da comunidade ou podem testemunhar violência, destruição ou morte.

Apesar de cada pessoa ser afetada de alguma forma por esses eventos, existe uma grande variedade de reações e sentimentos que cada pessoa pode sentir. Muitas delas podem se sentir sobrecarregadas, confusas ou muito desorientadas sobre o que está acontecendo. Elas podem se sentir amedrontadas, ansiosas, anestesiadas ou insensíveis. Algumas podem ter reações leves, enquanto outras podem ter reações mais severas. O modo como as pessoas reagem depende de muitos fatores, incluindo:

- Natureza e severidade do(s) evento(s) ao(s) qual (ais) foi(foram) exposta(s);
- Vivência anterior de situações de crise;
- Apoio que elas recebem de outras pessoas durante a vida;
- Estado de saúde física;
- Histórico pessoal e familiar de problemas de saúde mental;
- Cultura e tradições pessoais;
- Idade (por exemplo, crianças em diferentes faixas etárias reagem de modo distinto).

Nas novas pesquisas no campo da neurobiologia do trauma, descobriu-se que as lembranças traumáticas não processadas de forma adequada levam a condutas inadequadas. Um cérebro limitado na sua capacidade neuronal de entender e processar traumas impede comportamentos altruístas, adequados e ajustados. Tratar o trauma implica a possibilidade de reprocessar essas lembranças em nível neuronal e devolver ao indivíduo e à sociedade, a possibilidade de viver e decidir sua vida de forma ajustada e livre.

O transtorno de estresse pós-traumático já era um dos principais problemas de saúde pública antes da pandemia. Os desafios para as políticas públicas são amplos: garantir um acompanhamento efetivo e eficaz para as vítimas de TEPT; orientar, treinar e capacitar os profissionais da área de saúde mental e das diversas outras áreas da saúde; operacionalizar os atendimentos necessários nos CAPS e nas Unidades Básicas de Saúde, nos Programas de Saúde da Família, nos hospitais e nas urgências e emergências.

Para tanto, é necessário desenvolver estratégias para minimizar os efeitos do trauma, dando mais suporte, capacitação e estrutura aos locais que recebem os pacientes. O diagnóstico diferencial e as formas de tratamento do TEPT precisam ser difundidos no Sistema Público de Saúde de modo a se ampliar o alcance da possibilidade de tratamento.

c. O trauma e os profissionais de saúde

É preciso sensibilizar profissionais de todas as áreas, especialmente os da saúde e os gestores públicos para se mostrar, com evidências, a extensão e a magnitude das sequelas do TEPT. A qualificação dos profissionais para o primeiro atendimento às vítimas e os atendimentos continuados são cruciais e estratégicos, para minimizar a magnitude do sofrimento humano aqui implicado.

Outro aspecto fundamental é a necessidade urgente de se estabelecerem parâmetros e estratégias de cuidado para as equipes de saúde tanto do pré-hospitalar, quanto da urgência e emergência, para que possam ser devidamente acolhidos e apoiados dentro da proposta conhecida como “Cuidando dos Cuidadores”.

A questão em foco não é a discussão da estrutura de atenção à saúde mental, mas sim como tratar o trauma e o estresse pós-traumático com abordagens eficazes, rápidas e acessíveis. As situações traumáticas são classificadas por diferentes agências e diversos estudos como situações agudas ou crônicas.

No caso, temos eventos impactantes e pontuais que atingem os indivíduos sem que haja antecedentes em sua história e para os quais geralmente não há preparo anterior. A Pandemia Covid-19, os desastres naturais (tsunamis, vulcões, deslizamentos) são situações de crise deflagradoras de traumas coletivos agudos.

d. A Terapia EMDR

Numa situação de crise como a da Covid-19 há que se buscar terapias que tenham respostas rápidas, efetivas e possam ser aplicadas a coletivos. Uma das mais modernas e importantes é o EMDR (Eye Movement Desensitization and Reprocessing ou Dessensibilização e Reprocessamento por Movimentos Oculares). Esta é uma abordagem psicoterapêutica com base científica utilizada em casos de TEPT - Transtorno de Estresse Pós-traumático, transtornos de ansiedade, quadros depressivos e algumas reações de caráter psicossomático. Sua eficácia tem sido comprovada por meio de estudos científicos em todo o mundo.

Atualmente, o EMDR possui o mais elevado reconhecimento científico nas suas práticas baseadas em evidências com a certificação norte-americana no NREPP – National Registry of Evidence-based Psychotherapy and Practice⁸⁰. Há mais de 200 pesquisas publicadas em revistas indexadas internacionalmente e já há notícias de brasileiros que apresentaram teses de doutorado sobre essa abordagem.

Novos trabalhos nesta área começam a obter resultados promissores em: aprimoramento de desempenho futuro; ansiedade generalizada; fobia, síndrome do pânico; manejo de dor crônica; luto; dependência química; adições de forma geral; depressões e doenças psicossomáticas. O EMDR é aceito como um tratamento de escolha por vários departamentos de saúde mental nos EUA, Europa, Oriente Médio e América Latina.

EMDR tem uma base ampla de casos publicados em pesquisa, como um tratamento empiricamente validado de trauma e outras experiências dolorosas. O Departamento de Defesa-Departamento de Assuntos de Veteranos de Diretrizes Práticas dos EUA coloca o EMDR na categoria mais elevada de abordagem terapêutica para os seus atendimentos e o recomenda para população civil com traumas. Além disso, a Sociedade Internacional de Estudos de Estresse Pós-Traumático, em suas Diretrizes Atuais de Tratamento, definiu o EMDR como um tratamento eficaz para o TEPT. Assim como os Departamentos de Saúde da Irlanda do Norte e Israel que têm indicado o EMDR para ser um dos três tratamentos de escolha para vítimas de trauma.

A Associação Psiquiátrica Americana recomenda o EMDR como tratamento de primeira linha de trauma. A Organização Mundial da Saúde afirmou que a Terapia Cognitivo Comportamental focada no trauma e o EMDR são recomendados para crianças, adolescentes e adultos com TEPT.

⁸⁰ <http://nrepp.samhsa.gov/ViewIntervention.aspx?id=199>

e. Aplicações da Terapia EMDR

A abordagem psicoterapêutica EMDR foi originalmente desenvolvida para tratar distúrbios do tipo TEPT - Traumas de Estresse Pós-traumático, como aqueles resultantes de abusos sexuais ou estupros, assaltos, violência, seqüela de guerra e de desastres naturais, mortes traumáticas, fobias e distúrbio de pânico. São diagnósticos que estão associados a vivências traumáticas ("sensação de perigo") congelados em redes neuronais.

Mas é no luto e na depressão, focos da presente nota, que ele mostra sua força e potência. O luto é um processo normal e natural, mas no caso em questão, a Pandemia Covid-19, os aspectos da perda individual e/ou coletiva que podem levar a depressões mais severas são potencialmente elevados. O EMDR ajuda a sanar muitos aspectos dolorosos de perdas e mortes, e pode prevenir o desenvolvimento de quadros patológicos de lutos complicados, oriundos da pandemia. O luto na morte não institucional, como definido por Maria Helena Franco. O luto da morte que não tem dono, do morto sobre o qual ninguém se sente responsável, sobre o qual ninguém tem o que responder.

Numa situação de trauma global, oriundo da pandemia, não é de se esperar que haja profissionais de saúde mental para atendimento de quase toda a população. Há outros recursos para ampliar a capacidade de atendimento aos afetados pelo trauma. É o caso dos protocolos e formações específicas para habilitar paraprofissionais no trabalho com o estresse traumático. Esta possibilidade amplia enormemente o alcance do alívio do trauma e favorece uma população muito maior. Esta proposta já estava em desenvolvimento e sendo testada em vários países, em linha de frente de conflitos e guerras. Agora, com a pandemia, torna-se ainda mais urgente e fundamental.

Nessa estratégia, os paraprofissionais fariam o trabalho grupal em larga escala, o que eliminaria grande parte da carga traumática da população, através da intervenção precoce e em grupo, para então encaminhar para atendimento profissional, apenas os indivíduos que não puderam beneficiar-se deste primeiro momento ou que necessitam de atendimento por profissionais de saúde mental em Terapia EMDR, em função de histórico pessoal e/ou comorbidades.

Além disso, o formato de atendimento em grupo realizado por profissionais formados em Terapia EMDR pode ser direcionado a grupos que passaram pelo mesmo incidente traumático, ou por grupos que estão em isolamento e assim por diante. A configuração e a composição do grupo podem variar dependendo da proposta e da necessidade.

4. Consequências e seqüências da Pandemia Covid-19 – O luto e o trauma

Bolívar Lamounier, sociólogo e cientista político brasileiro, em preciosa nota publicada no jornal Estadão⁸¹, intitulada "O peixe não vê a água – Uma crise grave produz dramático estreitamento do campo de visão das elites dirigentes - pontificou: *"Tomo como verdadeira a afirmação que faço no título deste artigo, reproduzindo um velho ditado espanhol. Quem o inventou certamente queria dizer algo sobre o comportamento das sociedades e de suas elites dirigentes em tempos de crise. Sugeriu, com efeito, que as instituições públicas e os agentes diretos do drama político*

⁸¹<https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,o-peixe-nao-ve-a-agua,10000096697> - matéria publicada na edição de 27/11/2016.

perdem a capacidade de apreender com os problemas com que se defrontam e seus possíveis desdobramentos numa perspectiva de conjunto e no longo prazo”.

Uma analogia que se aplica a atual situação brasileira, dentro do espectro da pandemia, é o caso das elites. Tanto a política, a econômica quanto a social, das quais se esperava que conduzissem o Brasil de forma segura no enfrentamento da tormenta da Covid-19. Tal qual os peixes de Lamounier perderam a capacidade de reagir de forma organizada e apreender com os problemas com os quais se defrontaram e seus possíveis desdobramentos, numa perspectiva de conjunto, e no longo prazo. Muitas vezes negacionistas e parecendo não ver além do próprio umbigo, as lideranças estão perdidas buscando um bote salva-vidas para atravessar a tormenta da pandemia. O mercado, como conhecíamos, afundou ou está à deriva. O governo ou está metido numa crise política dentro de uma crise sanitária ou está tocado por peixes de Lamounier, que só enxergam a crise.

Esta nota com um nome pretensioso: “MUNDO PÓS-PANDEMIA COVID-19 – MANUAL DE SOBREVIVÊNCIA” é, dentre outras publicadas nas Cartas de Conjuntura da USCS, uma tentativa de mostrar o quão necessários são os líderes disruptivos e teorias e métodos singulares, para uma situação inédita que impactou a vida de todos de diferentes maneiras.

Nelas estão temas relevantes relacionados ao novo político, à nova política e às novas organizações necessárias para governar no “novo normal”. A presente nota se foca no conjunto de teorias, métodos e práticas psicológicas necessárias e suficientes para o resgate do humano que está passando pelo transe da pandemia. Para, mesmo com toda a dor e sofrimento, ter equilíbrio e saúde mental para enfrentar o trauma do luto dela decorrente. É certo que não haverá psicólogos em número suficiente para todos os traumatizados, inclusive para eles mesmos. Trata-se de apresentar uma nova abordagem terapêutica efetiva para o momento, com técnicas e métodos para atuar no luto e no trauma coletivo.

Para tanto é preciso enxergar a água, como ensina Lamounier, assim como enxergar, com suas características tanto políticas quanto sanitárias, a pandemia que atinge a nação brasileira. Nossos dirigentes estão perdidos em crises, que vão de comunicação de risco a batalhas na micropolítica. Ninguém foi eleito para ser gestor na pandemia, mas estava implícito na diplomação. A ciência e a tecnologia têm pouco a oferecer no momento. Até que chegue a vacina ou o medicamento apropriado, muitos serão infectados, muitos morrerão e uma infinidade será afetada pelo medo, luto, dor e pelo trauma resultante.

O vírus é cúmplice da baixa capacidade de governo e da incapacidade institucional de se antecipar à pandemia. Na política e no governo não existem surpresas, existem surpreendidos. O governo tinha informações antecipadas sobre o novo coronavírus, desde suas principais vias de transmissão, como ele infectava e quais as medidas que estavam sendo tomadas para os primeiros afetados, ainda assim foi pego de surpresa, não havia nada preparado para enfrentar a pandemia. Um governo despreparado mata. Este é um desafio que se lança à academia, aos pesquisadores, aos políticos e a todo aquele que pode atuar no processo de decisão dos dirigentes (o suporte tecnocrático puro não basta). É necessário colocar a tecnopolítica como espinha dorsal do processo de governo e gestão estratégica.

No conjunto de notas publicadas está um mapa que abrange, desde a formação tecnopolítica, passando por Centros de Inteligência Estratégica, e chegando a técnicas para tratar o trauma e o luto. Esperamos que se cumpra a parábola do Semeador: “*O semeador saiu a semear. Enquanto lançava a semente, parte dela caiu à beira do caminho; foi pisada, e as aves do céu a comeram. Parte dela caiu sobre pedras e, quando germinou, as plantas secaram, porque não havia umidade. Outra parte caiu entre espinhos, que cresceram com ela e sufocaram as plantas. Outra ainda caiu em*

boa terra. Cresceu e deu boa colheita, a cem por um". Que essas palavras caiam em boa terra.

Aristogiton Moura. Professor convidado da USCS, membro da coordenação e orientador metodológico do Plano Estratégico de Desenvolvimento USCS - 2030; Professor e Consultor da FIA – Fundação Instituto de Administração da USP; Consultor e Assessor Internacional em Ciências e Técnicas de Governo. Formado em Ciências e Técnicas de Governo por Carlos Matus na Fundação Altadir, com quem trabalhou entre 1992 e 1998. Professor. Consultor e palestrante internacional na América Latina e Espanha. Atualmente é representante exclusivo da Fundação Altadir no Brasil; Presidente do Instituto Carlos Matus de Ciências e Técnicas de Governo; Diretor-presidente da Estratégia Consultores; Consultor Sênior da Autoritas Consulting Brasil – Consultoria em Inteligência Estratégica e membro do board da Autoritas Internacional.

Silvia Guz. Psicóloga pela PUC-SP, especialista em trauma e estresse pós-traumático, Full Trainer, Trainer of Trainers pelo EMDR Institute – EUA e EMDR Ibero-América, Terapeuta Certificada e Supervisora em EMDR. Trainer em Brainspotting, Presidente da Associação Ibero-americana de Psicotrauma – AIBAPT.

Referências Bibliográficas

Bauman, Z. - Tempos Líquidos – Brasil - Zahar – 2007

Dunbar, R. – 2010 - How Many Friends Does One Person Need? – Dunbar’s Number and Other Evolutionary Quirks – Faber & Faber – USA.

Guz, S. – EMDR – Elementos para implantar EMDR em um Sistema de Saúde Pública – 2016 – SP, Brasil - [S.l.: s.n.]

Harari, Y. - Sapiens: Uma Breve História da Humanidade. L&M Editores, Brasil – 2018.

Jarero, I. - Revista Iberoamericana de Psicopatología y Disociación (REVIBA) <http://revibapst.com>

Kubler-Ross E. Sobre a morte e o morrer. Rio de Janeiro: Editora Martins Fontes;1985.

Matus, C. - Teoria do Jogo Social – Brasil - Fundap -1996

Shapiro, F. – EMDR – Teoria de Dessensibilização e Reprocessamento por Meio de Movimentos Oculares – Brasil – Amanuense – 2020

Wittgenstein, L. Investigações Filosóficas. 9. ed. São Paulo: Vozes, 1979.

Nota Técnica

33. RELIGIÃO E COVID-19: REFLEXÕES SOBRE A “SOCIEDADE” PÓS PANDEMIA

Claudio Pereira Noronha

Resumo Executivo

O objetivo dessa nota técnica é analisar como as religiões, no Brasil, se “defrontaram” com a crise sanitária advinda da disseminação do novo coronavírus, e como pensam a sociedade pós pandemia. Para contribuir com essa reflexão, busca-se: 1) identificar como as instituições religiosas estão, no contexto de isolamento social, orientando seus seguidores a tratar da espiritualidade, visto que as cerimônias são normalmente coletivas, e 2) que reflexões os grupos religiosos fazem sobre o momento, para além das angústias e incertezas espirituais, dos problemas socioeconômicos que a pandemia trouxe.

Palavras-chave: *Religião, desigualdades sociais, sociedade pós pandemia*

Qual o papel da religião em meio a uma pandemia, com a dimensão da COVID-19, situação em que a sociedade global foi colocada diante de uma ameaça, de origem “natural” (e não de ordem sociopolítica), em que o ser humano se vê como principal meio (involuntário) de transmissão e disseminação do elemento (vírus) que a coloca em risco? De que forma a religião, um sistema de crenças e práticas (DURKHEIM, 1989), ordena, ou reordena, as “certezas abaladas”, que não estão somente em âmbito social (econômico ou político), mas também, e sobretudo, na dimensão da própria existência humana?

Situação semelhante – gripe espanhola⁸² – foi vivenciada há cerca de cem anos. Sendo assim, a pandemia, ocasionada pelo novo coronavírus, coloca a inteligência humana diante do desafio de descobrir como enfrentá-la. Mas, essa descoberta não se restringe ao “campo técnico científico” (esse responsável pela circunstância epidemiológica). Há, por suposto, os desafios socioculturais, o que admite uma reflexão sobre como as religiões estão aprendendo a lidar com a “nova” situação (durante e depois da pandêmica).

Embora a morte (e suas interpretações religiosas) não esteja sobre o controle de ninguém, até meses atrás tínhamos alguma capacidade de organizar nossa vida a ponto de possibilitar certo nível de “prevenção”. Com particularidades, devido às desigualdades socioeconômicas do país, uma boa alimentação, exercícios físicos, e uma visita regular ao médico, isso associado a comportamentos cuidadosos, como guiar com prudência, poderia indicar (não garantir) uma vida saudável e com algum grau de longevidade. A expectativa de vida vem aumentando nas últimas décadas.

⁸² A “gripe espanhola” teve início (1918, Primeira Guerra Mundial) possivelmente, nos EUA ou Grã-Bretanha. Foi citada e informada regularmente na imprensa da Espanha (país não beligerante). Os países engajados no conflito evitavam mencioná-la, para não provocar pânico nos soldados. Calcula-se que até um terço da população mundial tenha sido infectada (50 milhões de mortos). Governos de vários países tomaram medidas para minimizar os efeitos da transmissão da doença e de lidar com suas consequências sociais e econômicas (Grassl e Anau, 2020).

Quem nascia em 1970, vivia em média 57,6 anos; quem nasceu em 2018, viverá em média 76,3 anos (IBGE).⁸³

As instituições religiosas se encontraram desafiadas num momento como esse. Boa parte depende da presença de pessoas (fiéis ou simpatizantes) para as suas cerimônias. Como, então, a experiência com o “sagrado” – que não pode ser explicada racionalmente – pode se realizar em um contexto em que se faz necessário o isolamento social como forma de mitigar a disseminação da COVID-19? Como conciliar interditos (proibição de velórios, por exemplo) com “crenças” tão arraigadas, como é o caso do sepultamento, que fazem parte de uma “explicação religiosa” da vida e da morte, ou mesmo da vida após a morte?

Para além dessas questões, de ordem “espiritual” – de significativa importância para grande parte das pessoas –, que reflexões as religiões podem produzir acerca dos problemas sociais que a pandemia descortinou? Que tipo de sociedade, pós pandemia, poderemos ou queremos ter? As religiões estão refletindo sobre isso?

A seguir trataremos dessas questões. Antes, porém, faremos uma breve discussão sobre como, em meio à pandemia (e necessidade de isolamento social), assuntos no campo político-ideológico interferiram nos elementos que aqui nos interessam.

Religião e política no contexto da pandemia da COVID-19

Foi necessária a constituição de orientações jurídicas para evitar que aglomerações acontecessem em atividades religiosas (SIENA, 2020). Esse foi um problema mundial. Exemplos estão tanto no Irã como na Itália. Dois países com forte presença religiosa e que modificaram seu cotidiano, como as cerimônias de sepultamento, devido à pandemia. Isso ocorreu no Brasil, contudo, não sem alguma polêmica. Logo que se confirmou a presença do vírus, por aqui, e foi necessário iniciar a prática do isolamento social, deu-se nas “redes sociais virtuais”, motivado por lideranças e seguidores de determinados grupos religiosos, debate sobre a prerrogativa da “cura” da COVID-19.

Mesmo em uma sociedade “secularizada”, o que pressupõe relativa autonomia, de seus diversos “campos”⁸⁴, ao pensamento religioso, e cuja medicina oficial se baseia no pensamento racional-científico, há quem tenha defendido que a cura viria do “poder divino”, esse atuando por intermédio de lideranças religiosas. A crença no “carisma” pessoal de pastores (WEBER, 2012), sobretudo nas igrejas pentecostais, como capazes de curar da COVID-19, levou à defesa da abertura de templos, mesmo com a informação de que a aglomeração poderia contribuir com a rápida disseminação do vírus.

Tal situação se deu a partir de uma motivação que vai além do próprio “campo religioso”. Está no interior de uma disputa política (anterior à pandemia) que inseriu

⁸³Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26104-em-2018-expectativa-de-vida-era-de-76-3-anos>. Acesso em 14/06/2020.

⁸⁴ Utilizamos aqui o termo “campo”, formulado por Bourdieu (2007 e 2013), como sendo um microcosmo, relativamente autônomo, da realidade social. Exemplos, “campo econômico”, “campo religioso”. Cada campo possui investimentos próprios, objetos e interesses específicos. É responsável pela produção de um determinado capital (um capital econômico, um capital religioso) e possui agentes sociais (indivíduos ou grupos) que, chamados de especialistas, e pertencentes a cada um dos campos, deve gerenciar esse capital.

parte do “campo religioso cristão” (com maior presença de evangélicos, mas não só) na campanha do atual presidente da República. Com a participação da “bancada evangélica”, a disputa se estendeu durante a pandemia numa controvérsia entre as orientações científicas de isolamento social (pela OMS) que contrariaram o desejo do presidente da República de garantir a abertura de setores econômicos (e satisfazer empresários) que não foram considerados “essenciais”. Houve, inclusive, pressão da “bancada” para que as Igrejas tivessem essa classificação de “essencialidade”. Nesse contexto lideranças promoveram (por WhatsApp) uma Campanha em favor do Presidente e pela exterminação do vírus. “O exército de Cristo [convoca] para a maior campanha de jejum e oração já vista na história do Brasil”⁸⁵.

Essa situação específica nos conduziu a uma disputa entre o campo religioso e o campo científico, ou mais propriamente revelou uma conduta anticientífica de parcela do “campo religioso” que se associou a uma ideologia (também) anticientífica no interior de um “campo político” de extrema-direita⁸⁶. Dizemos que se trata de uma situação específica pois esses grupos religiosos não representam o pensamento geral (lideranças e leigos) das religiões no Brasil, tampouco do conjunto do campo evangélico. Diversos grupos (o que inclui Igrejas Evangélicas) se posicionaram, logo de início, de maneira cautelosa diante da pandemia assumindo que o papel por controlar a disseminação do vírus seria da Ciência.

Outro fator poderia ser incluído no rol de situações que levaram uma parcela de lideranças religiosas a travar a luta pela abertura de Templos (questionando o “isolamento social” como um todo) que é a questão financeira, que passa pela cobrança de dízimos. Esse universo religioso, pelo menos aqueles que possuem lideranças com certa expressão no país, possuem estruturas consideráveis, como suntuosos templos ou Empresas de televisão, que dependem em grande medida da circulação de fieis e simpatizantes nas Igrejas. Pastores reclamavam que as “contas” não paravam de chegar.⁸⁷ Embora a disputa, no campo midiático, e redes sociais, tenha ocorrido com relativa agressividade, a morte (por COVID-19) de pastores e fieis, forçou a mudança de tom (mais cauteloso) ao longo dos dias.

Que sociedade teremos pós pandemia do Coronavírus?

Arriscamos a dizer, pela situação acima descrita, que uma parte do “campo religioso” brasileiro não terá possibilidade de refletir sobre a sociedade pós pandemia. Isso porque esse segmento está travando uma disputa político-ideológica, com aparência de uma disputa “teológica”, que não lhe permite transpor a realidade presente, e suas “querelas”, e dessa forma ponderar sobre o porvir. Contudo, há parcela de religiosos que está em busca de compreender como o conjunto dos “bens simbólicos”, geridos

⁸⁵ Conforme publicação na Revista Opera Mundi (08/04/2020). Disponível em <https://operamundi.uol.com.br/coronavirus/64032/covid-19-bolsonaro-briga-para-manter-templos-abertos-por-demanda-da-bancada-evangelica>. Acesso em 01/06/2020.

⁸⁶ Os referidos grupos questionam (cada um a seu modo) a legitimidade de organizações, por exemplo a Organização Mundial da Saúde (OMS), em orientar, diante da pandemia, medidas de contenção da disseminação (isolamento social) do vírus, ou mesmo condutas sobre a proibição de medicamentos. Utilizam-se de argumentos “ideológicos” (a OMS estaria servindo a interesses políticos) e “teológicos” (repousam sobre a pessoa do presidente da República um “carisma” (do tipo profético) como receptor (divino) da informação sobre a cura através do uso de medicamentos à base de “cloroquina”).

⁸⁷ Revista Opera Mundi (08/04/2020).

por suas instituições ou tradições, pode trazer alento imediato aos fiéis, como também propor uma perspectiva (de sociedade) para um futuro breve.

Um “passeio” pelos canais televisivos, ou redes sociais, mostram que grupos religiosos ou espiritualistas – grupos místico-filosóficos ou terapêuticos (yôga, por exemplo) – têm propiciado “virtualmente” ambientes simbólico-rituais (como correntes de oração), ou práticas meditativas, como forma de manter as pessoas em conexão com elementos sagrados. Com objetivos “religiosos” ou “psicológicos” buscam diminuir as angústias e incertezas trazidas pelo momento, e manter algum equilíbrio emocional. Vale lembrar que, além da morte como uma possibilidade, temos a proibição do velório e sepultamento dos entes queridos. As mensagens procuram levar “consolo” nesse momento de aparente “caos”.

Também circulam “mensagens espiritualistas” (através de áudios e vídeos) que tentam explicar a atual situação de “crise”. Grupos espíritas, de muitos matizes, que acreditam na interferência do “plano espiritual” no mundo da matéria, têm buscado apresentar uma elucidação (inspirada em “seres desencarnados”) para tantas mortes ou sofrimento. Em geral, anunciam que a pandemia significa a “purificação” do planeta. A ideia (contida nas mensagens) é que, ao fim de tudo isso, teremos uma humanidade melhor.

Mas, que reflexões as religiões estão fazendo sobre os aspectos sociais que a pandemia revelou? Que sociedade poderemos construir quando a pandemia cessar?

No dia 15 de maio de 2020, foi realizada, via *internet*,⁸⁸ uma “roda de conversa” com integrantes de diferentes religiões. O tema do debate foi “Espiritualidade *versus* pandemia: um olhar religioso para a COVID-19”. Três questões nortearam a reflexão: 1) a visão dos grupos religiosos sobre desafios e aprendizados, individuais e coletivos, que a pandemia trouxe; 2) como estão orientando seus fiéis a viver a experiência do Sagrado numa condição de isolamento social e 3) qual a visão do grupo religioso sobre (como deve ser) a sociedade pós pandemia. Participaram do debate representantes das Comunidades tradicionais de terreiro, do catolicismo, do Islã, dos evangélicos e do judaísmo.

Seguem nossas considerações acerca das questões enumeradas, com base nas falas dos participantes do debate. Embora seja uma atividade específica, consideramos que representam o pensamento de parcela dos seguidores de cada grupo religioso.

Com relação aos desafios e aprendizados, individuais e coletivos, a pandemia “obrigou” as pessoas a ficarem em casa – uma parcela não pôde ficar pela questão da essencialidade dos serviços –, o que trouxe o imperativo de um reaprendizado da convivência com familiares; por outro lado, nos colocou o desafio da empatia (perceber o “outro”), e pensar no cuidado de outras famílias; a urgência por reorganizarmos a forma viver em sociedade é, segundo visão dos participantes, resultado do processo exacerbado de individualismo pela qual a humanidade vinha passando. Nesse sentido, a pandemia trouxe a necessidade de uma profunda reflexão sobre a vida em comunidade, o que passa por pensar na fé, na relação com as pessoas, mas também nas injustiças sociais.

⁸⁸ A “transmissão ao vivo” foi organizada pelo Sindicato dos Bancários do ABC e pela Editora Coopacesso. Disponível em: <https://www.facebook.com/bancariosABC/videos/239925917426078/>. Acesso em 07/06/2020.

O distanciamento, que fechou temporariamente comércios e serviços, revelou as inúmeras desigualdades como também, em termos de direitos ou políticas públicas, a precariedade na inclusão social. Do ponto de vista da pobreza, os negros e moradores das periferias são os que mais padecem na pandemia. As mulheres, por sua vez, sofrem com a violência doméstica. Aumentaram as agressões e os estupros. A pandemia, de forma geral, colocou em evidência o descaso com negros, mulheres, indígenas e quilombolas. Esse conjunto de situações é a expressão do atual sistema econômico, em que vivemos, que se importa mais com o lucro do que com as pessoas.

Com relação à forma com as religiões estão orientando seus fiéis a viver a experiência do Sagrado, numa condição de isolamento social, os participantes reforçaram a importância de todos ficarem em casa para proteger a si, suas famílias, e possibilitar a proteção de outras pessoas. Em geral, as cerimônias estimulam o contato físico, o que colocaria em risco a vida dos participantes. Por essa razão, as instituições seguiram à risca as orientações relativas ao fechamento de terreiros, templos, mesquitas ou sinagogas durante a pandemia. As polêmicas, nesse sentido, foram apresentadas no item “religião e política”.

Durante o isolamento, as instituições estabeleceram novos arranjos para as atividades cerimoniais. Os grupos que normalmente organizam orações coletivas têm orientado para fazê-las em casa, além das atividades (especialmente as celebrações) pelas redes sociais. Também têm ocorrido celebrações, cultos ou rezas com os templos ou casas fechadas, com a participação somente de lideranças religiosas.

Os participantes indicam fundamentações religiosas, em divindades ou livros sagrados, para realizar o isolamento social. Passagens bíblicas, trechos de mensagens deixadas pelos profetas, inspirações divinas ou mesmo orientações de caráter médico-científico deixados por figuras proeminentes, em cada tradição religiosa, ressaltam a importância de valorizar a vida, a saúde e o dever de servir seus semelhantes.

Com relação às reflexões sobre que sociedade queremos pós pandemia, seguem os elementos “comuns” presentes nas diversas falas:

- a) Nesse momento de “crise sanitária”, os seres humanos são “chamados” a reaprender a viver. Essa deve ser a grande lição: “olhar” outros humanos, e demais seres vivos, com respeito. O Sagrado está na convivência e na empatia. “Amar ao próximo como a si mesmo”. Faz-se urgente deixarmos o individualismo para viver uma sociedade coletiva, deixar para trás o “eu” e construir o “nós”. A Educação (humanizada) deve ser voltada para a colaboração e não para a competição. A “diversidade” em todas as suas dimensões (raça, gênero, sexualidade), inclusive a diversidade religiosa, com o direito (e respeito) ao culto, deve ser a base das relações sociais. A justiça e a equidade devem ser a tônica nessa “nova” sociedade.
- b) O ser humano precisa aprender a viver a simplicidade; o capitalismo nos estimula a querer ter muito, mas, precisamos aprender a viver com aquilo que realmente é necessário ou essencial. Também é desafiador aprender a observar as pequenas coisas da vida, os pequenos “milagres”. Devemos desenvolver valores éticos e morais diante das relações econômicas. Vivemos em uma sociedade com base na acumulação econômica. Isso precisa ser repensado!

- c) É urgente a necessidade de cuidarmos de nosso planeta e não permitir o desmatamento, a poluição, a utilização de agrotóxicos; aprender a dominar a natureza não é, simplesmente, impor nossa vontade. É necessário um posicionamento político, ético e ecológico responsável.
- d) É fundamental a valorização da Ciência, contudo, os avanços nessa área não podem ter como prioridade atender aos interesses econômicos, mas, sim a produção do conhecimento a favor da vida e da preservação do planeta.
- e) Para uma nova relação entre os seres humanos, e com o planeta, é necessária a mudança do atual sistema econômico; o capitalismo se preocupa mais com o lucro do que com as pessoas⁸⁹. O sistema mostrou-se ineficaz na proteção (durante a pandemia) da sociedade, por falta de relações de trabalho dignas ou estruturas públicas de saúde adequadas. Nesse caso, devemos mudar o comportamento (em sociedade) condescendente com as desigualdades. O Papa Francisco, como alguém que está propondo (Economia de Francisco) debate sobre um novo modelo econômico, é um exemplo a ser seguido.
- f) Precisamos de políticas públicas adequadas, e efetivas, para a população; o fortalecimento de políticas de Educação (que rompam com o modelo competitivo) e Saúde (o SUS, por exemplo) precisam atender a toda a sociedade que deve ter a dignidade humana como seu mais importante paradigma.

Considerações finais

A pandemia, do coronavírus, evidenciou os problemas sociais brasileiros. Nos mostrou sua dimensão e a urgência de enfrentá-los. O modelo econômico “neoliberal”, vigente em nosso país, que trata o enxugamento do Estado (privatizações, desmonte de projetos sociais) e a retirada de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras como fatores de “modernização”, não deu conta de atender aos problemas trazidos pela necessidade de uma parcela das pessoas ficar em casa para se proteger. Isso agravou a pobreza! O Estado, num país de altíssima concentração de renda, como o caso brasileiro, não pode negar políticas públicas que conduzam para “equilibrar” fatores de desigualdades. No caso de uma crise sanitária, como a COVID-19, os problemas se multiplicam e o Estado precisaria agir com mais rapidez, não ficando preso a questões burocráticas. O que não aconteceu.

A sociedade atual, conforme ponderado pelos religiosos, precisa repensar os “valores” que orientam as decisões pessoais e coletivas – sobretudo as “decisões políticas”. Não devem ter como premissa, como hoje acontece, atender tão somente aos interesses econômicos do “mercado”. O que propõem é uma profunda reflexão sobre uma “nova sociedade” com valores humanos, voltados para a colaboração, para uma cultura de paz, em que prevaleça o respeito e a diversidade. Utopia talvez! São elas que fazem as sociedades caminhar.

⁸⁹ Durante a pandemia houve quem defendesse (mesmo que implicitamente) a morte dos idosos para resolver problemas econômicos; também presenciamos burocracia para o pagamento emergencial, às pessoas em situação de vulnerabilidade social, além da exposição de trabalhadores por falta dos cuidados necessários (como os EPIs) para a proteção.

Claudio Pereira Noronha. *Graduação em Administração de Empresas (Centro Universitário Fundação Santo André); Pós-graduação (Lato sensu) em Globalização e Cultura (Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo); mestrado e doutorado em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de SP; assessor do Sindicato dos Bancários do ABC.*

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 8.ed. Campinas, SP: Editora. Papyrus, 2007.

_____. *A Distinção: crítica social do julgamento*, 2. ed. rev. 1ª reimp. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2013.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico da Austrália*, São Paulo: Ed. Paulinas, 1989.

GRASSL, Madalena Marques Dias e ANAU, Roberto Vital. Pandemias: O que aprender com a História? *Carta de Conjuntura da USCS (Especial Coronavírus)*. Observatório de políticas públicas, empreendedorismo e conjuntura da Universidade de São Caetano. São Caetano do Sul, n.12, p. 08-16, abril/2020.

SIENA, David Pimentel Barbosa de. Sobre os cuidados post mortem das vítimas dacovid-19: uma breve análise jurídica. *Carta de Conjuntura da USCS (Especial Coronavírus)*. Observatório de políticas públicas, empreendedorismo e conjuntura da Universidade de São Caetano. São Caetano do Sul, n.12, p. 66-69, abril/2020.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 4ª ed./3ª reimpressão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

Nota Técnica

34. AFROEMPREENDEDORISMO EM MEIO A COVID-19: UMA RELAÇÃO DE TENSÃO ECONÔMICO-HISTÓRICA

Alessandra Santos Rosa
Sérgio Ricardo Gaspar

Resumo Executivo

Esta nota técnica pretende retomar e enfatizar a discussão sobre afroempreendedorismo apresentada por este observatório, na 8ª carta de conjuntura, com o adicional da pandemia COVID-19, aumentando a complexidade e provocando uma crise econômica em escala mundial. E, levando-se em consideração o processo de exclusão sócio histórica e estruturante em diferentes dimensões sobre a população negra, pretende-se então discutir e apontar os elementos centrais que nortearão os debates, os posicionamentos e as soluções que afetarão também os afroempreendedores, dentre essas a formação de redes de cooperação formadas por afroempreendedores e atores estatais. Lembrando que, na Região do Grande ABC, os negros representam 28,2% da população empreendedora e apesar do número significativo e em especial os que trabalham por conta própria, na grande maioria dos municípios e estados, inexistem legislações específicas de incentivo ao afroempreendedorismo, situação essa também verificável no ABC paulista a exceção do município de Diadema.

Palavras-chave: afroempreendedorismo; agenda pública; coronavírus; financiamento; racialização.

A relação econômico-histórica na geração de renda pelos negros no Brasil

Uma das consequências pós-escravatura negra no Brasil foi a manutenção de uma cultura racista entre brancos apoiado na política de imigração europeia com vistas ao fortalecimento de um mercado de trabalho “livre” e um sistema educacional racialmente dividido, constituindo um dos primeiros complicadores à ascensão social dos negros a base do conceito de “mercado de trabalho cindido” proposto por Edna Bonacich em *A theory of ethnic antagonism: The split labor Market* (MONSMA, 2016). De tal modo, os descendentes de africanos escravizados em sua maioria ficaram restritos a setores subordinados e mal remunerados do mercado de trabalho formando a base do mercado cindido.

Portanto, o mercado cindido operou para que os negros se mantivessem numa estrutura social em que às camadas inferiores tivessem baixíssima mobilidade social intergeracional, o que garantiu aos brancos inserção e consolidação na classe média e na elite da classe trabalhadora, além claro de reduzir a chance de mobilidade social descendente, o que em termos sociológicos ampliava a divisão racial do mercado de trabalho e consolidava um processo de estratificação social. Impondo aos negros a pobreza como condição e os excluindo da alta educação e das profissões da elite, essa foi transposta na divisão no mundo do trabalho entre o setor formal tipicamente branco e o informal massivamente negro. Mesmo em meio a estas evidências os Estados tanto na figura de Getúlio Vargas quanto no regime militar restringiram e deslegitimaram os movimentos sociais e de lutas antirracistas os estigmatizando como agentes da discórdia e da ideologia da democracia racial (MONSMA, 2016).

Dada as condicionantes sócio históricas postas e que afetaram negativamente a população negra, um primeiro indicador torna-se fundamental para análise destas

desigualdades o recorte raça/cor que constam no documento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Neste aponta-se para atividades econômicas de menores rendimentos médios (de forma proporcional) o recorte de negros e pessoas do sexo feminino, assim como em 2018, os brancos ganhavam em média 73,9% mais do que os negros (IBGE, 2019), dados atuais e que são fruto do processo do mercado cindido propostos por Monsma (2019).

Desta forma, considerando tanto a história do negro no mundo do trabalho e desses com a geração de renda, compreende a necessidade da criação de um marcador político que qualifica produtos e serviços oferecidos pelos afroempreendedores ligados aos Movimentos Sociais Negros (ou não). Portanto, a ressignificação dos elementos simbólicos da cultura africana e afro-brasileira sugerida vai além da comercialização, e exige-se uma postura de oposição as ideologias históricas do branqueamento, da democracia racial e do racismo cordial colocando como caminho possível um imaginário social positivo do “ser” negro no Brasil (ALMEIDA, 2013).

Diante desse novo caminho as relações mercantis como forma de discurso e de metalinguagem associadas aos produtos e serviços no campo do afroempreendedor fortalecem a construção e a afirmação da identidade afrodescentrada e se põe como: possibilidade de atuação política utilizando a produção e o consumo como estratégia de reversão de estereótipos vivenciados pela população negra; reforço de afirmações identitárias e projeções de si; e facilitam a identificação positiva de referências de sucesso na população negra (ALMEIDA, 2013; SIQUEIRA, NUNES e MORAIS, 2018).

Os afroempreendedores partem da atenção às especificidades e as necessidades de consumo da população negra em geral da própria experiência em não encontrar produtos e serviços que abranjam características físicas e culturais, fato decorrente de um mercado racializado e centrado na população branca. Portanto, o embate inicial no afroempreendedorismo é de ordem simbólica no consumo, e foi efeito da pressão de uma pequena parte da população negra melhorará o nível de formação, inseriu-se na atividade econômica produtiva e conseguiu mobilidade social ascendente o que a impulsionou ao consumo de bens e serviços mais sofisticados. Mas, esses últimos não foram ajustados e/ou criados para as demandas e tão menos comunicavam o negro como sinônimo do belo, do sucesso e da prosperidade dos negros e a mais importante, não se mostravam como portadores de narrativas antirracistas (ALMEIDA, 2013).

A presença do negro no mundo do trabalho

Mesmo antes da discussão sobre afroempreendedorismo, o empreendedorismo é uma realidade premente para a população negra brasileira como estratégia de enfrentamento da situação de exclusão e de pobreza considerando os dados do IBGE (2019). Concomitantemente o Brasil ocupa a 15ª posição do Ranking do Empreendedorismo por Oportunidades e a 4ª posição no Ranking do Empreendedorismo por Necessidades (GLOBAL ENTREPRENEUSHIP MONITOR, 2017). Pode-se pensar também sobre esses dados quanto à exclusão social, no ano de 2018 o total de desempregados foi de 12,2 milhões (IBGE, 2019) e a maioria desses eram negros. Fato que contrasta com o período compreendido entre os anos de 2015 e 2024 ser declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como a Década Internacional dos Afrodescendentes.

A importância econômica da população negra no Brasil é constatável por pesquisa de 2018, realizada pelo Instituto Locomotiva, na qual os negros (soma de pretos e pardos) são 54% da população e movimentam em torno de R\$ 1,7 trilhão na economia nacional, e que 29% dos negros ou em termos absolutos 14 milhões de negros, possuem o seu negócio próprio e movimentam em torno de R\$ 359 bilhões em renda própria por ano. E que os afroempreendedores são mais frequentemente encontrados

na Bahia, no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Maranhão fomentando o afroconsumo como estratégia de enfrentamento à vulnerabilidade econômica e social (NASCIMENTO, 2018; SEBRAE, 2016).

Quando se trata de população negra e dos afroempreendedores brasileiros, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2016 aponta que 54% da população se autodenomina negra (preta ou parda). Entretanto, ainda sob este enfoque, em 2018, pessoas de cor ou raça preta ou parda obtiveram rendimento médio domiciliar *per capita* de R\$ 934, frente ao rendimento médio de R\$ 1846 das pessoas de cor ou raça branca, ainda que entre 2012 e 2018 houvesse pequena redução dessa diferença em função do aumento de 9,5% no rendimento médio de pretos ou pardos, ante um aumento de 8,2% do rendimento médio dos brancos e mesmo assim esta foi incapaz de superar a histórica desigualdade de rendimentos e o rendimento domiciliar *per capita* médio de pretos ou pardos de cerca da metade do recebido pelos brancos (IBGE, 2019).

Pelos dados, constata-se que no Brasil o ativismo negro orientado para o mundo empresarial é relevante e impulsiona a organização de ações coletivas como as aceleradoras do Vale do Dendê, a BlackRocks e o Afrolab, a formação de fundos de investimento que buscam dar suporte ao crescimento e a estruturação dos negócios a exemplo do Fundo Baobá. A estratégia atual posta em marcha é a formação de redes de apoio para ampliar a visibilidade e a legitimidade a temática, garantir empregabilidade entre empreendedores negros e pautando a sociedade civil, mercado e a agenda pública dos governos.

Tem-se, então, que o prefixo “afro” não se limita a um valor semântico muito caro aos empreendedores negros. Este tensiona e significa a inserção da população negra no mercado produtor de serviços e produtos, e inclui um dever social e ético do enfrentamento ao racismo e a valorização da identidade negra. Ainda que o afroempreendedorismo tenha ganhado espaço midiático mais recentemente, é bom lembrar que este é uma estratégia já aplicada pelos Movimentos Negros no Brasil e em outros países para diminuir as disparidades entre pessoas brancas e pessoas negras em um cenário que prevalecia a condição de homem branco da conformação e ao acesso, a produção e ao consumo de bens e serviços (NASCIMENTO, 2018; SIQUEIRA, NUNES e MORAIS, 2018)

Afroempreendedorismo no Brasil

O ativismo negro no Brasil que é orientado para o mundo empresarial é relevante e impulsiona a organização de ações coletivas descritas anteriormente. Ou seja, a estratégia atual posta em marcha é a formação de redes de apoio para ampliar a visibilidade e a legitimidade a temática, garantir empregabilidade entre empreendedores negros e pautar a sociedade civil, o mercado e a agenda pública dos governos.

Antes de enfatizar e descrever os dados de afroempreendedorismo obtido por fontes secundárias como IBGE, PNAD e DATA SEBRAE, é importante entender algumas classificações, relativo ao IBGE em que o recorte para empresários é descrito da seguinte forma:

Conta Própria: “pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com ajuda de trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar;”

Empregador: “pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, tendo pelo menos um empregado e contando, ou não, com ajuda de trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar” (IBGE, 2016).

Desta forma entende-se como empreendedores, e como denomina o SEBRAE, os “donos do negócio”, os indivíduos registrados nestas categorias. E em pesquisa anterior (8ª Carta de Conjuntura), baseada no Censo de 2010, foi possível observar que a População Economicamente Ativa (PEA) no Grande ABC é formada por 36,6% de negros e 61,8% de brancos. Quando destrinchamos os mesmos dados na perspectiva empreendedora, temos: no Brasil 43,80%, em São Paulo 26,80% e no ABC 21,25% (negros), conforme dados da Tabela 2.

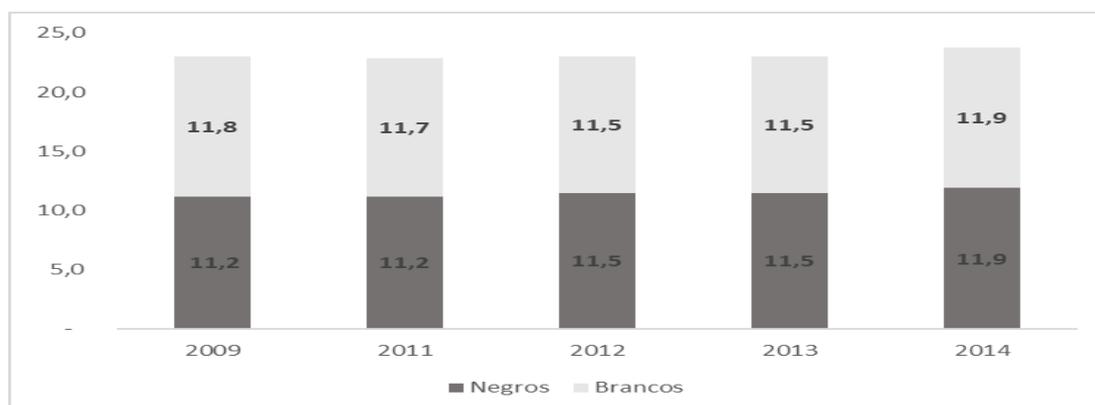
Tabela 1: Empreendedores raça/cor – Brasil / São Paulo e Grande ABC

Brasil / Estado/ Município	Posição na ocupação principal do trabalho	BRANCA	NEGROS	OUTROS	Total
Brasil	Empregado	27.767.620	28.028.249	729.384	56.525.253
	Empregador	1.292.369	369.605	41.156	1.703.130
	Conta Própria	9.730.492	8.490.276	308.222	18.528.990
São Paulo	Empregado	9.177.713	5.525.664	184.991	14.888.368
	Empregador	388.278	47.444	21.238	456.960
	Conta Própria	2.513.193	1.054.788	88.526	3.656.507
TOTAL ABC	Empregado	36.986.294	33.559.113	917.299	71.462.706
	Empregador	1.917.299	513.673	73205	2.504.177
	Conta Própria	136.380	62.132	6.035	204.547

Elaborado pelos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do CENSO 2010.

Já em estudo apresentado pelo SEBRAE, baseados na série de dados de 2010 a 2014 da PNAD, a porcentagem de negros empreendedores avança na série de dados. O gráfico 01 apresenta esta evolução dos negros que iniciam a série com 11,2% e chegam a 11,9%, já a de brancos se mantém igual.

Gráfico 1: Porcentagem de Negros e Brancos Empreendedores no Brasil: 2009 a 2014



Elaborado pelos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do SEBRAE, 2016.

Deve-se frisar que o estudo do SEBRAE indica para o aumento na autodeclaração de negros nas pesquisas da PNAD, o que pode ser entendido como empoderamento e autoconfiança com os avanços na discussão histórica dos movimentos negros no país. Analisando, porém, a PNAD na perspectiva de números absolutos, conforme observado na Tabela 2, é possível verificar a distribuição percentual dos tipos de empreendedores (conta própria e empregador de forma absoluta)

Tabela 2: Empreendedores raça/cor – Brasil

RAÇA/COR	CONTA PRÓPRIA		EMPREGADOR		TOTAL EM NÚMEROS
	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%	
NEGROS	11.627.076	91	1.157.619	9	12.784.695
BRANCOS	9.346.720	79	2.509.973	21	11.856.693
OUTROS	197.677	76	61.253	24	258.930
TOTAL	21.171.473	85	3.728.845	15	24.900.318

Elaborado pelos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do SEBRAE (2016) e PNAD (2014).

Como observável na Tabela 2, os classificados como conta própria negros representam 91%, contudo esses, no geral, são os que detêm os empreendimentos de menor porte e possuem mais vulnerabilidades financeiras, visto que necessitam de mais acesso ao crédito e a capacitação para evolução do seu negócio, esse último ainda efeito do processo desigual de oportunidades ao mercado e as ações públicas de apoio a população negra apontado por Monsma (2016).

Situação de saúde da população negra em meio a pandemia da COVID-19

Referentemente a Abrasco (2020), “as doenças não são entidades democráticas”, tanto que as incidências são associadas a renda, idade, gênero e raça, significando que há segmentos sociais mais expostos aos efeitos das patologias. E, não por acaso, a população negra e em sua diversidade é atingida fortemente pela Covid-19 na dimensão biológica, posto que essa população detém altas prevalências de comorbidades como hipertensão, diabetes e anemia falciforme (ABRASCO, 2020). Como fator complicador têm-se que a dimensão social das patologias é diretamente associada as questões econômicas, históricas, políticas e sociais e agravada pela racialização que no caso do Brasil atinge negativamente populações negras e indígenas (ALMEIDA JR, 2012).

Ao se considerar os efeitos da dimensão social do racismo exposto por Almeida Jr. (2012) deve-se também levar em consideração a distribuição territorial de brancos e de negros de acordo com Monsma (2016), formando um panorama crítico do quanto a periferia é atingida pela pandemia ainda que essa esteja na América Latina e no Caribe apenas nos estágios iniciais. Dessa condição da localização da população majoritariamente negra nas periferias e do processo de racismo estrutural é o que explica o porquê do risco de morte de negros é 62% maior do que de brancos na cidade de São Paulo, de que a taxa de mortalidade por idade é de 9,6 para brancos, de 15,6 para negros e de 11,88 para pardos para 100 mil habitantes computados até a data de 24 de abril de 2020 (SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 2020).

Outro dado epidemiológico relevante é a diferença dos pacientes que vieram à óbito, sendo o índice de mortalidade entre negros de 54,78%, enquanto dos brancos de 37,93%, com o agravante dessa tendência de disparidade se processar em todas as faixas etárias e em todos os níveis de escolaridade (SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 2020). Dados estes que concordam com Batista, Antunes, Faveret *et al.* (2020) quando apontam que a proporção é de 4 vezes maior de falecimento entre a população negra sem escolaridade do que a população branca com nível superior.

Afora que, em média, os óbitos de pessoas negras é 37% maior do que pessoas brancas na mesma faixa de escolaridade e de 50% quando analisado entre os

detentores de nível superior, ainda que em município de Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) elevado (Batista, Antunes, Favaret *et al.* (2020). A pandemia de Covid19 demonstra assim que a tensão atual é resultado da negação histórica de direitos, das desigualdades de oportunidades no mundo trabalho, educação e do racismo estrutural experiência da cotidianamente pela maioria da população negra no Brasil, implicando nas piores condições de enfrentamento da patologia (ABRASCO, 2020).

No âmbito nacional, os índices apresentados nos boletins epidemiológicos do Ministério da Saúde demonstram que a porcentagem de negros (pretos e pardos) aumentaram 22 p.p. (pontos percentuais) no período analisado, enquanto a população branca caiu na mesma proporção. O mesmo ocorre com os números de internações por Síndrome Respiratória Aguda (SRAG), que apresentam aumento de 25,2 p.p da população negra e queda de 24 pp. Da população branca.

Tabela 3: Mortalidade de Covid-19 e Hospitalização por SRAG por raça/cor

Boletins Epidemiológicos	BRANCA		NEGRA	
	Morte por covid-19	Hospitalização por SRAG	Morte por covid-19	Hospitalização por SRAG
11/abr	62,90%	73%	34,30%	23,90%
16/abr	59,50%	67,30%	37,30%	30,00%
17/abr	59,10%	66,60%	37,80%	30,70%
20/abr	65,10%	56,60%	32,30%	40,40%
26/abr	60,30%	52,30%	37,40%	45,20%
08/mai	47,70%	54,70%	50,10%	43,40%
18/mai	43,10%	51,40%	54,80%	46,70%
23/mai	41,00%	49,00%	57,00%	49,10%

Elaborado pelos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do Ministério da Saúde

Estes dados corroboram para a reflexão e evidenciação das vulnerabilidades apresentadas junto a população negra e servem como base para as análises também no campo da empregabilidade e do empreendedorismo.

Racialização e situação de gestão: a construção de soluções para o afroempreendedorismo no Brasil para a pós-Covid19

Para Jaime (2016), a racialização é “o processo que envolve a utilização da ideia de raça para fazer referência às populações em questão” e que mais atualmente passou a ser utilizada em sentido mais amplo, ou seja, inclui qualquer processo ou situação em que a ideia de raça define e qualifica uma população destacando suas características e ações de modo a não hierarquizar explicita ou implicitamente indivíduos e/ou grupos para dominar, explorar, excluir ou combater. Ainda de acordo com Jaime (2016), a racialização é a problematização pela ótica da sociologia da questão racial de modo a trazê-la à tona como um fenômeno uniforme e unívoco, mas, que se manifesta variável e em função dos momentos, contextos e grupos aos quais esta se refere.

Tendo em vista o conceito de racialização esse é facilmente associável a duas esferas a princípio independentes: a saúde pública e o empreendedorismo, a exemplo do texto de Monsma (2016), que trata a formação do mercado de trabalho no Brasil; a 15ª posição do Brasil no ranking do empreendedorismo por oportunidades da Global Entrepreneurship Monitor (2017), a construção da percepção do afroempreendedorismo como atividade econômica defendida por Siqueira, Nunes e Morais (2018) e os dados da Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira do IBGE de 2019 indicando a dimensão

racializada do mercado. Todavia, quando a dimensão racial recai sobre a saúde pública sob o recorte da população negra verifica-se a maior incidência e mortalidade por Covid-19 no que concerne a ABRASCO (2020), Batista, Antunes, Faveret *et al.* (2020) e Secretaria Municipal da Saúde do Município de São Paulo, 2020).

Apenas com essas duas dimensões pode-se identificar como a racialização é um fator relevante quando aplicado a situação atual dos negros e a relação direta com a tensão econômico-histórica estruturada pela escravização dos povos africanos no Brasil. Então, a se considerar os riscos, a gravidade, a duração e a eficácia das medidas de contenção tanto em nível global quanto no Brasil da Covid-19 há uma tendência desta atingir mais fortemente a população negra e por consequência os afroempreendedores. Da conjuntura que se avoluma no horizonte próximo, a ação do Estado é posta como necessária para responder à crise, seja para mitigar os efeitos sobre a pobreza, a desigualdade ou transferência de renda (RAMA E ARAÚJO, 2020).

Com o receio de uma nova recessão e colapso financeiro, momentos como esses exigem liderança resiliente e forte na área da saúde, negócios, governo e sociedade em geral. Medidas imediatas de alívio precisam ser implementadas e ajustadas para aquelas que possam cair nas fendas. É necessário um planejamento de médio e longo prazo para o reequilíbrio e a reenergização da economia após essa crise. Um amplo plano de desenvolvimento socioeconômico, incluindo planos setor a setor, e um ecossistema que incentive o empreendedorismo, para que aqueles com modelos de negócios robustos e sustentáveis possam prosperar (NICOLA, ALSADIB, SOHRABIC, *et al.* 2020).

Assim, o curso atual de quais próximos passos a serem tomados pelas redes de afroempreendedores e Estado serão pautados pela experiência a ser construída e pela imprevisibilidade posta pela Covid19, correspondendo a uma sequência de contingências que em dada estrutura temporal e sob o determinante local, constitui passo a passo um curso de ação e uma “consciência local” que ordenará a conduta (DEWEY, 1993; QUERE, 1997). E, a busca pelo equilíbrio entre alívio eficaz e sustentabilidade fiscal, deverá abarcar as pequenas e médias empresas que correm um risco maior e exigirão mais apoio governamental dada a relevância e o fato que em número os empreendimentos negros serem mais numerosos que os empreendimentos da população branca, desta maneira se extrapola a dimensão econômica e se inclui a dimensão racial (RAMA e ARAÚJO, 2020; SIQUEIRA, NUNES e MORAIS, 2018).

O contexto complexo que se coloca no plano macroeconômico em meio a pandemia de Covid-19 é associável ao conceito de situações de gestão proposta primeiramente por Girin (1990) que a define como “uma situação de gestão ocorre quando os participantes se reúnem e devem completar dentro de um prazo especificado uma ação coletiva, levando os resultados a um julgamento externo”. Ou seja, uma situação de gestão envolve participantes; uma dimensão temporal com início, desenvolvimento, fim e eventualmente uma periodicidade; e uma dimensão espacial (GIRIN, 1996; GIRIN, 1990).

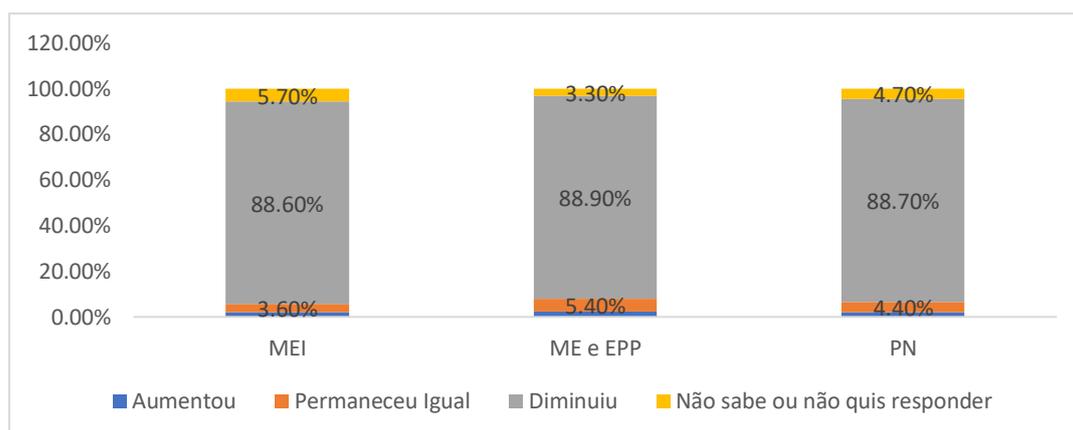
Portanto, a pandemia de Covid-19 introduz um novo elemento ao já problemático incentivo ao afroempreendedorismo, configurando uma situação de gestão que deverá ser conduzida para uma solução em rede e multicêntrica para a grande combinação de choque de oferta, choque de demanda e choque financeiro e choque de oferta como nunca antes vista. Afora que a dimensão temporal de incertezas para uma recuperação de curto prazo da economia mostra-se improvável e medidas de contenção, como férias remuneradas, corte salarial, suspensão contratual ou diminuição de recolhimento de impostos, são ações paliativas e temporárias para um

contexto de mudanças estruturais (RAMA e ARAÚJO, 2020).

Nos parágrafos a seguir foram comparados dados de recente pesquisa do SEBRAE em parceria com a FGV sobre os impactos da crise nos empreendedores e dados do estudo sobre empreendedores negros também do SEBRAE.

Dado esse panorama delicado e o colocando sobre os afroempreendedores a situação é agravada com grandes chances de insolvência, pois continuarão a ter de arcar com seus custos fixos durante a pandemia que já afetam na atualidade. E, piorarão os efeitos sobre as receitas visto que estes conseguem menos financiamentos, no geral não possuem capital de giro e mesmo o capital humano ainda não está consolidado. Pontos esses que podem ser avaliados pela queda no faturamento das empresas de todos os portes entrevistadas pelo SEBRAE e evidenciado pela seguinte pergunta associada a COVID-19 a empreendedores “Como o seu negócio está sendo afetado, até este momento, pelo CORONAVÍRUS em termos de faturamento mensal?” no que concerne a SEBRAE (2020) e apresentado no Gráfico 02, destacando-se que os efeitos espalham-se sobre os empreendimentos indiferentemente do porte.

Gráfico 2 – Impacto no faturamento dos Empreendimentos provocado pela pandemia



Elaborado pelos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do SEBRAE, 2016.

A pesquisa SEBRAE (2016) indicava que os empreendedores negros possuem 23% dos seus negócios no setor de comércio e 21% na área de serviços, isto é, as áreas mais afetadas pela pandemia da Covid19. No estudo por SEBRAE (2020) relacionado à crise, 52,2% dos microempreendedores declararam não conseguir funcionar durante a pandemia, pois, seu atendimento é apenas presencial, 34,2% dos pequenos e médios empreendedores deram a mesma declaração, panorama esse que enquadra e atinge diretamente os empreendedores negros.

Outro dado importante nesta análise é que, ao serem questionados os empreendedores sobre quais medidas seriam adotadas para continuarem funcionando durante a quarentena provocada pela pandemia, a resposta foi de que 25,8% de MEIs começaram a vender pelas redes sociais, já os pequenos e médios representam 32% no uso destes canais; apenas 4,6% dos MEIs passaram a utilizar um site e 6,5% dos pequenos e médios.

Como evidenciado a dificuldade apresentada no uso de ferramentas pelos pequenos empreendedores é possível afirmar que este fato se acentua nos afroempreendedores. Isto porque o estudo do SEBRAE (2016) já apontava que somente 86% dos negros possuíam telefone fixo ou celular, enquanto os declarados brancos este número era de 94% e no uso da internet esta diferença também aparece entre os grupos.

No grupo dos donos de negócios brancos, 59% possuem micro no domicílio, 52% têm internet no domicílio, 49% acessaram a internet nos últimos três meses “em algum local” e 41% não possuem micro em casa. No grupo dos donos de negócios pretos e pardos, apenas 34% possuem micro no domicílio, 28% têm internet no domicílio, 28% acessaram a internet nos últimos três meses “em algum local” e 66% não possuem micro em casa. (SEBRAE, 2016).

Assim os dados apontam que os afroempreendedores terão ainda mais dificuldades de gerenciar seus negócios na crise econômica que se avoluma e que as suas empresas serão afetadas mais acentuadamente pela queda no faturamento, destacando-se a relação direta entre o acesso ao crédito e o nível de capital de giro. Situação está que no estudo do Sebrae (2020) indica que somente 29,3% dos microempreendedores tentaram empréstimos na crise e entre os pequenos e médios foi de 48,3% sendo que na amostra dos entrevistados dentre os que solicitaram, apenas 14,2% obtiveram uma resposta positiva.

No campo do afroempreendedorismo, um estudo do BID demonstrou que 75% de empreendedores negros nunca pediram crédito e quando solicitado o valor é concedido as cifras para negros é bem menor do que as dos brancos, indicando uma maior dificuldade de os empreendedores negros tomarem crédito na crise e fora dela.

Quando buscam as instituições financeiras, os microempreendedores pretos solicitam valores muito menores que brancos e pardos. O valor médio solicitado por brancos (R\$ 10,7 mil) é 94,5% mais alto que por pardos (R\$ 5,5 mil) e 78,3% mais alto que por pretos (R\$ 6 mil). A proporção do valor solicitado que é concedida, também é mais alta para brancos (90,6% do total solicitado), em comparação com pardos (85,3%) e pretos (64,9%). (PAIXÃO, 2017).

A construção de uma agenda para o afroempreendedorismo

A construção dos projetos de afroempreendedorismo descritos nas legislações e indiferentemente da esfera pública em sua maioria ainda trata apenas da temática no campo conceitual, mas quando procura-se a programação, planejamento ou dotação orçamentária mostra-se falha a exemplo da Lei Estadual de São Paulo.

Artigo 1º - Fica instituída no Estado de São Paulo, a Política Estadual de Fomento ao Afroempreendedorismo, com a finalidade de criar condições para aumentar a inclusão, a produtividade e o desenvolvimento sustentável de empreendimentos liderados por negras e negros, na geração de trabalho, emprego e renda, por meio de processo socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente sustentável, que oportunize as pessoas e suas famílias vida digna pelo seu próprio trabalho, como alternativa real ao modo tradicional de organização da produção e distribuição dos frutos do trabalho.

Assim como o Quadro 1 apresenta estados e municípios no país onde há legislação implementada ou mesmo projetos de lei que tratam do afroempreendedorismo, com

destaque a quantidade de municípios paulistas que abordam o tema. E, ao fato de no quadro estão o Estado da Bahia onde pretos e pardos (negros) representam 81,1% da população de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2018 e o município do Rio de Janeiro ser a segunda cidade com maior quantidade pessoas que se declaram negras e pardas do Brasil com relação ao Censo 2010.

Quadro 1: Legislação referente ao políticas de incentivo ao afroempreendedorismo no Brasil em diferentes esferas públicas.

Município ou Estado	Ação	Legislação	Discussão em comum
ESTADO DE SÃO PAULO	Institui o "Programa Estadual de Fomento ao afroempreendedorismo no Estado de SP	Projeto de Lei no 791, de junho de 2019	Art.5º VI - criar a Rede Estadual de Micro e Pequenos Afroempreendedores, a fim de possibilitar a troca de experiências, intercâmbios, desenvolvimento de negócios solidários para o fortalecimento econômico deste segmento; IX - facilitar as condições de acesso ao crédito para negras e negros empreendedores;
MUNICÍPIO DE DIADEMA/SP	Institui o Programa Municipal Diadema Afroempreendedor, e dá outras providências	Lei Nº 3.596 de 02 de maio de 2016	Art. 1º V - Criar a Rede Municipal de Micro e Pequenos Afroempreendedores, a fim de possibilitar a troca de experiências, intercâmbios, desenvolvimento de negócios solidários para o fortalecimento econômico deste segmento; Art 4º O Poder Executivo criará linha especial de crédito e disponibilizará espaços públicos para fomento, apoio e incentivo para os afroempreendedores.
MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA /SP	Institui o Programa Municipal Afroempreendedor de Hortolândia, e dá outras providências	Lei Nº3.702 de 19 de novembro de 2019	Art.1º VI - criar a Rede Municipal de Micros e Pequenos Afroempreendedores, a fim de possibilitar a troca de experiências, intercâmbios, desenvolvimento de negócios solidários para o fortalecimento econômico deste segmento;
MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ/SP	Dispondo sobre a criação do Programa Municipal Santo André Afroempreendedor e dá outras providências.	Projeto de Lei Nº 80/2017	VETADO
MUNICÍPIO DE SANTOS/SP	Institui o Programa de Empreendedorismo Negro	Lei Nº 3.621 de 10 de outubro de 2019	Art 1º VI – criar a rede municipal de micro e pequenos empreendedores, empresas de pequeno porte e associações, com e sem fins lucrativos, de empreendedores negros e afroempreendedores, a fim de possibilitar a troca de experiências, intercâmbios, desenvolvimento de negócios solidários para o fortalecimento econômico desta categoria
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO/SP	Institui o Programa Municipal São Paulo Afroempreendedor, e dá outras providências.	Lei Nº 16.335 de 30 de Dezembro de 2015 e Decreto Nº 57.259 de 26 de agosto de 2016 (regulamentação)	Art.1º V - criar a Rede Municipal de Micro e Pequenos Afroempreendedores, a fim de possibilitar a troca de experiências, intercâmbios, desenvolvimento de negócios solidários para o fortalecimento econômico deste segmento;

ESTADO DA BAHIA	Institui a Política Estadual de Fomento ao Empreendedorismo de Negros e Mulheres - PENM.	Lei Nº13.208, de 29/12 de 2014.	Art. 6º. VI - facilitar as condições de acesso ao crédito para negros e mulheres empreendedores;
ESTADO DE GOIÁS	Institui a Política Estadual de Incentivo ao Afroempreendedorismo	Lei no 19.392, de 11 de julho de 2016	Art.2º - V – incentivar a criação de rede em Goiás de micro e pequenos afroempreendedores que visem a igualdade de participação no mercado de trabalho;
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL	Institui o Programa Afroempreendedor e dá outras providências	Lei Nº5.447, de 15 de janeiro de 2015	Art.1º V - criar a Rede do Distrito Federal de Micro e Pequenos Afroempreendedores, a fim de possibilitar a troca de experiências, os intercâmbios e o desenvolvimento de negócios solidários para o fortalecimento econômico deste segmento;
MUNICÍPIO DE LAGUNA/SC	Institui o Programa Municipal Afroempreendedor	Projeto de Lei Nº0100/2015	Art.1ºV – Criar a Rede Municipal de Micro e Pequenos Afroempreendedores, a fim de possibilitar a troca de experiência intercâmbios de negócios solidários para o fortalecimento econômico deste segmento.
MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO/RJ	Institui o Programa Municipal Rio de Janeiro Afroempreendedor	Projeto de Lei Nº 1972/2016	V - criar a Rede Municipal de Micro e Pequenos Afroempreendedores, a fim de possibilitar a troca de experiências, intercâmbios, desenvolvimento de negócios solidários para o fortalecimento econômico deste segmento;

Elaborado pelos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados de leis municipais e estaduais

Destacando-se também na legislação disposta no Quadro 01 nos diferentes entes federados a ênfase em políticas de criação de redes e/ou acesso ao crédito aos afroempreendimentos. Na especificidade das políticas municipais e suas limitações conforme nos alerta Conceição (2019):

Em ambas as partes (“metades) da economia, os instrumentos ao alcance do Poder Público Municipal são limitados (...). E não há muita margem para políticas de incentivo tributário, tendo em vista a necessidade de se ter recursos para a realização de gastos em serviços públicos vitais a população. (CONCEIÇÃO,2019).

Desta forma cabe ao poder público como mencionado, organizar e fomentar estas redes como instrumento de fortalecimento e desenvolvimento.

(...) a gestão pública tem o papel de articular redes de cooperação envolvendo poder público, setor privado, instituições de ensino e pesquisa, agências de crédito e sindicatos de trabalhadores. (CONCEIÇÃO,2019)

Conclusão

Sob as condições que já são desfavoráveis ao grupo dos afroempreendedores, identificáveis nos estudos de SEBRAE (2016), SEBRAE (2020) e Rama e Araújo (2020), somada a Covid19, o papel do Estado mostra-se importante. Mas não único,

visto que as soluções passam pela tensão econômico-histórica dos negros no campo do trabalho e mais recentemente como geradores de valor, ainda que em um contexto tão cheio de dúvidas como o atual. Desse contexto é que se deduz que as soluções passarão obrigatoriamente pela formação de redes entre empreendedores e governo, que atuarão na *design* de ações públicas nas áreas de financiamento, incentivo ao uso de tecnologias de comunicação, política tributária progressiva, edição de medidas regulatórias que acomodem as novas modalidades de trabalho em especial o trabalho remoto e ampliação de acesso a serviços bancários de base digital.

Desta maneira as soluções a serem apresentadas serão negociadas, reavaliadas e contextualizadas a depender das condições macroeconômicas, regionais e agora com recorte racial para que se amplie a efetividade das ações públicas, o justo equilíbrio entre alívio eficaz e sustentabilidade fiscal, e o aprendizado propiciado pela situação de gestão. Com vistas a manutenção das micro, pequenas e médias empresas que são as mais numerosas e que mais empregam no Brasil, e por conseguinte onde se encontram a maior quantidade de afroempreendimentos e que assim diminuir a tensão econômico-histórica imposta a população negra durante os séculos XIX, XX e nesse início de XXI sob a condição da pressão da pandemia de Covid-19.

Alessandra Santos Rosa. *Mestra em Administração. Graduada em Economia (USCS). Atuou como Professora auxiliar na USCS e Professora na Universidade Anhanguera (Administração, Engenharia e Cursos tecnológicos). Foi assessora econômica na Secretaria de Desenvolvimento Econômico de São Bernardo do Campo; Coordenadora de Desenvolvimento Econômico da Cidade de São Paulo. É Diretora de Inovação em Hortolândia na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Turismo e Inovação e coordenadora do APL de Pão de Queijo. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4077500398552186>.*

Sérgio Ricardo Gaspar. *Doutorando em Administração pela FEI na linha de capacidades organizacionais. Mestre em Administração pela USCS. Especialista em Gestão Pública pela Unifesp, Contas Públicas pela USCS e Docência do Ensino Superior para PUC/RS. Graduado em Gestão Pública pela FGV e em Administração Pública pela UFOP. Ex-pesquisador-associado da ESAF. Servidor público da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Curriculum lattes: <http://lattes.cnpq.br/9699399539953064>*

Referências Bibliográficas

ABRASCO. **População negra e Covid-19:** desigualdades sociais e raciais ainda mais expostas. 2020. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/sistemas-de-saude/populacao-negra-e-covid-19-desigualdades-sociais-e-raciais-ainda-mais-expostas/46338/>>. Acesso em 12 jun. 2020.

ALMEIDA, Alex. "Consumo e identidade: a produção para o consumo a partir dos insights dos empresários negros". In. **Desenvolvimento e empreendedorismo afro-brasileiro.** Organizador: equipe do projeto Brasil Afroempreendedor. Editora Atilênde. Florianópolis/SC. P. 199-222

ALMEIDA JR., Ademário de Jesus. **Administração e Racismo:** ampliando as formas de análise do desenvolvimento sustentável São Paulo: Hucitec, 2012.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Projeto de Lei N° 791/2019. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000271768> Acesso em : 12 jun. 2020

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS. Lei Estadual Nº19.392 /2016. Secretaria Estadual da Casa Civil. Disponível em: http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_leis.php?id=21246. Acesso em: 02 jun. 2020

BATISTA, Amanda; ANTUNES, Bianca Antunes; FAVERET, Guilherme; *et al.* **Análise Socioeconômica da Taxa de Letalidade da COVID-19 no Brasil - Nota Técnica 11**. Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde. 25 mar. 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. **Projeto de Lei Nº 80/2017**. Acesso: <https://consulta.siscam.com.br/camarasantoandre/Documentos/Documento/44105>

CÂMARA MUNICIPAL DE DIADEMA. **Lei Municipal 3.596/2016**. Disponível em: http://www.cmdiadema.sp.gov.br/legislacao/leis_integra.php?chave=359616

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGUNA. **Projeto de Lei Nº0100/2015**. Disponível em: <https://www.camaradelaguna.sc.gov.br/camara/proposicao/Projeto-de-Lei/2015/1/55/4263>. Acesso em: 04 jun. 2020

CONCEIÇÃO, Jefferson José. **Entre a mão invisível e o Leviatã**. Contribuições heterodoxas à economia brasileira. Editora DIDAKT. USCS. São Caetano do Sul, 2019.

DEWEY, John. **Logique**. Théorie de l'emquête, Paris, PUF, 1993

DIÁRIO OFICIAL DE SANTOS. Lei Nº3.621/2019. Disponível em: <https://diariooficial.santos.sp.gov.br/edicoes/inicio/download/2019-11-05>

FOUCAULT, Michel, **Nascimento da Biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). trad. Eduardo Brandão- São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GIRIN, J. L'analyse empirique de situations de gestion: éléments de théorie et de méthode. *In*: MARTINET, Dans et al. Épistémologies et sciences de gestion. **Economica**, Paris, p. 141-182, 1990.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. **Empreendedorismo no Brasil**: relatório executivo 2017, 2017. Disponível em: https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relat%C3%B3rio%20Executivo%20BRASIL_web.pdf. Acesso em: 12 jun. 2020.

GIRIN, J. A Linguagem nas organizações: Signos e símbolos. *In*: CHANLAT, J.-F. (Coord.). **O indivíduo na organização**. Dimensões esquecidas, v. 3. São Paulo: Atlas, 1996.

GIRIN, J. Empirical Analysis of Management Situations: Elements of Theory and Method. **European Management Review**, v. 8, p. 197-212, 2011.

GRUPO DE TRABALHO DA ONU PARA AFRODESCENDENTES. **Relatório da Missão Brasil**, 2014. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/grupo-de-especialistas-da-onu-sobre-afrodescendentes-chega-ao-brasil-em-sua-primeira-missao-ao-pais>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

JAIME, Pedro de Coelho Junior. **Executivos Negros**: racismo e diversidade no mundo empresarial. Edusp, 2016.

LEGIS.WEB. **Lei Estadual Nº13208/2014**. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=279552>. Acesso em: 05 jun. 2020

_____ Câmara do Distrito Federal. **Lei Nº 5.447/2015**. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=280147>. Acesso em: 07 jun. 2020.

LEIS MUNICIPAIS. Legislação Municipal de Hortolândia. Lei 3.702/2019. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/sp/h/hortolandia/lei-ordinaria/2019/371/3702/lei-ordinaria-n-3702-2019-institui-o-programa-municipal-afroempreendedor-de-hortolandia-e-da-outras-providencias?r=c>. Acesso em: 12 jun. 2020.

MONSMA, Karl. Relações raciais: desigualdades, identidades e políticas públicas. Como o racismo aumenta a desigualdade social no Brasil: uma análise histórica. **40º Encontro Anual da Anpocs**. 24 a 28 de outubro de 2016, Caxambu-MG.

MOVIMENTO BLACK MONEY. **Nossa História.** Disponível em: <https://movimentoblackmoney.com.br/quemsomos/>. Acesso em: 13 jun.2020.

NASCIMENTO, Eliane. Afroempreendedorismo como estratégia de inclusão socioeconômica. **III Seminário de Ciências Sociais - PGCS UFES.** 12 -14 nov. 2018, UFES, Vitória-ES

NICOLA, Maria, ALSADIB, Zaid, SOHRABIC, Catrin, *et al.* The socio-economic implications of the coronavirus pandemic (COVID-19): a review. **International Journal of Surgery**, v. 78, jun. 2020, p. 185-193.

PAIXÃO, Marcelo. **Acesso ao crédito Produtivo pelos microempreendedores afrodescendentes:** Desafios pra a inclusão financeira no Brasil. Banco Internacional de Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Acesso-ao-cr%C3%A9dito-produtivo-pelos-microempreendedores-afrodescendentes-Desafios-para-a-inclus%C3%A3o-financeira-no-Brasil-Sum%C3%A1rio-executivo.pdf>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2020.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Casa Civil do Gabinete do Prefeito. Legislação Municipal. Lei Nº 16.335/2015. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16335-de-30-de-dezembro-de-2015/>

QUÉRÉ, Louis. La situation toujours négligée ? *In: Réseaux*, v.15, n.85, p.163-192, 1997.

QUÉRÉ, L. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. Trajectos: **Revista de Comunicação, Cultura e Educação**, Lisboa, n. 6, p. 59-74, 2005.

RAMA, Martin. ARAÚJO, Jorge. BIRD - Relatório semestral sobre região da América Latina e Caribe. **A Economia nos Tempos de Covid-19.** 12 abr. 2020.

RAULET-CROSET. La dimension territoriale des situations de gestion, **Revue française de gestion**, n. 184, p. 137-150, 2008.

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Covid-19 – Boletim Quinzenal** 3. 30 abr. 2020 Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/PMSP_SMS_COVID19_Boletim%20Quinzenal_20200430.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2020.

SEBRAE. Núcleo de Estudos e Pesquisas. **Os donos de negócio no Brasil:** análise por raça/cor (2001-2014). / Marco Aurélio Bedê (Coord.) – Brasília: Sebrae, 2016.

_____. **Unidade de Gestão Estratégica. O impacto da Pandemia de Coronavírus nos pequenos negócios. Pesquisa Online de 30/04 a 05/05/2020.** 3 ed., 2020.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira; NUNES, Danilo Henrique; MORAIS, Fausto Santos de. Identidade, Reconhecimento E Personalidade: Empreendedorismo Da Mulher Negra. **Economic Analysis of Law Review**, v.9, n. 3, p. 229-242, set.-dez., 2018.

Nota Técnica

35. RACISMO E MANIFESTAÇÕES NOS EUA E BRASIL: ENTREVISTA COM A ATIVISTA E PESQUISADORA NORTE-AMERICANA ALISON MOSES

Vânia Viana

Resumo Executivo

A nota consiste em entrevista realizada em julho de 2020 com a ativista e pesquisadora norte-americana Alison Moses. Negra, Moses tem larga experiência em projetos sociais e econômicos internacionais, com destaque para EUA, Caribe e do Brasil. Na entrevista, ela fala sobre racismo, após as várias manifestações ocorridas nos EUA pelo assassinato brutal de George Floyd, asfixiado brutalmente por policial branco. Ela tece também comentários sobre o racismo no Brasil.

Palavras-chave: *racismo, desigualdade racial, afroamericano, afrodescendente, violência*

A violência policial sistêmica consagrada com o assassinato de negros é uma realidade nos Estados Unidos e no Brasil. Tenebrosas tradições seculares de opressão incorporadas pelo racismo na sociedade e também no âmbito institucional do Estado, governados atualmente por lideranças brancas ligadas ao pensamento conservador.

Nos dois países, as soluções apresentadas para o enfrentamento ao racismo se consolidam insuficientes. Coexistem enormes desigualdades entre as populações negras e brancas, tanto no Brasil quanto nos EUA. No entanto, essa desigualdade é ainda mais acentuada e expressiva no Brasil, país com 54% de população negra, se comparada aos 14% de negros norte-americanos.

A história de injustiça civil cometida contra as comunidades marca os dois países, caracterizados por rotinas de violência que chocam e impressionam pela covardia e ódio racial. Os casos mais famosos recentes são os de George Perry Floyd Jr., afro-americano que, em 25 de maio de 2020, foi assassinado por um policial branco que, já tendo o controle da situação, se ajoelhou em seu pescoço, asfixiando-o, em uma abordagem na qual Floyd, supostamente, teria se utilizado de nota falsa de dinheiro em um supermercado de Minneapolis. No Brasil, o caso do assassinato da vereadora negra Marielle Franco, em 14 de março de 2018. Socióloga, feminista, defensora dos direitos humanos, lésbica, favelada e crítica à intervenção federal e ao abuso de autoridade por parte da Polícia Militar, Marielle recebeu vários tiros de fuzil, junto com seu motorista, quando circulava em região central do Rio de Janeiro.

Os EUA foram o berço de manifestações e ataques realizados por grupos organizados em células fascistas, a exemplo da Klu Klux Klan. No Brasil (e também em outras partes do mundo) esses grupos ganham força e adeptos que se multiplicam nas redes sociais.

Em ambos os países, a subida de tom dos manifestantes, as mobilizações, indignação e tomada das ruas se intensificaram a partir das históricas manifestações americanas. No entanto, nos Estados Unidos outros casos de homicídios contra negros se sucederam, apesar de tudo. No Brasil, há poucos dias crianças foram assassinadas pelas costas. Outra criança foi irresponsavelmente abandonada em um elevador, o que a levou à morte. Mulheres são pisoteadas no pescoço e espancadas por policiais.

Para conversarmos sobre o racismo e as manifestações populares em protesto a ele nesses dois países, convidamos Alison Moses. Ela é economista Social e administradora, Consultora e perita com mais de 25 anos de experiência em desenvolvimento internacional e comunicação. Possui mestrado pela Harvard University Kennedy School of Government, em Administração Pública; primeiro grau de Mestrado em Desenvolvimento Econômico e Modernização do Estado da Johns Hopkins University School for Advanced International Studies (SAIS); um grau de Pós-Graduação em Interpretação de Conferências e Tradução da Universidade de Georgetown, e é bacharel pela Georgetown University da Faculdade de Línguas e Lingüística.

Com Bolsa de Estudos Fulbright, estudou na Pontifícia Universidade Católica, do Rio de Janeiro. Realizou estudos universitários também no México, na França e na Suíça.

Como economista, com experiência em concepção e execução de projetos baseados em resultados, participou de monitoramento e avaliação de projetos e programas de desenvolvimento na América Latina, no Caribe e na África. Realizou avaliações em países como Uruguai com o Banco Interamericano de Desenvolvimento; República Dominicana, Antígua e Barbuda com a Organização de Estados Americanos e outra Avaliação de Resultados de Desenvolvimento do PNUD em 6 dos países OECS (Organização de Estados do Caribe Oriental), além de outra avaliação do desempenho da sociedade civil são tomense em São Tomé e Príncipe, África Ocidental também com o PNUD. Trabalhou também gerenciando projetos de educação em Curaçao, Sri Lanka, Guyana, Jamaica, e Zimbábue.

Sua carreira internacional inclui trabalho como Intérprete de Conferência (Interpretação Simultânea) por mais de 30 anos, com quatro línguas que domina e fala correntemente –português, espanhol, francês e inglês - para instâncias da família das Nações Unidas, bem como a União Europeia, onde trabalhou por 12 anos, em Bruxelas. Prestou serviços na qualidade de intérprete durante 10 anos na FAO, em Roma.

Durante mais de 10 anos no Brasil, como jovem estudante e profissional, morou em São Paulo e no Rio de Janeiro, cidade onde levou a cabo pesquisa sobre o Afro descendente no mercado de trabalho no Brasil. Sua pesquisa, *“Brazil and its Diasporas”*, foi publicada e divulgada internacionalmente pelo Banco Mundial, em 2012.

Alison Moses atualmente é Diretora Executiva e fundadora de RICA DIASPORA, LLC (2012), cujo foco é performance: eficiência e assertividade no desempenho. A missão é formação de habilidades – cognitivas e não cognitivas - e fortalecimento de saberes e conhecimentos do século XXI para afrodescendentes nas Américas. O objetivo é desenvolver as competências e habilidades dos profissionais, implementar melhorias nos processos e, assim, alcançar os objetivos organizacionais e/ou pessoais das pessoas.

Alison ganhou reputação por sua abordagem baseada no direito à educação e à inclusão social. Muito antes da Rica Diaspora, LLC estabeleceu "Moses Marches" em Bruxelas (1994-1997), uma ONG voltada para projetos de educação para mulheres e crianças nos países em desenvolvimento: Sri Lanka, Guyana, Jamaica e Curaçao. Enquanto trabalhava de professora na Universidade de Howard dando aulas de português, espanhol e economia política estabeleceu FAMILIAMIGAWORLD (2007-2012), um Programa para aprender a língua e cultura brasileira, do qual ela era fundadora e presidente.

Seu trabalho tem priorizado a capacitação linguística e cultural junto com desenvolvimento sócio-econômico para fortalecer a possibilidade de empoderamento

económico abrangente para Afrodescendentes e outros grupos alvos de discriminação e marginalização, especialmente mulheres.

Entrevistadora: Você foi funcionária da Howard University, uma universidade privada, historicamente para alunas e alunos negros, fundada em 1867. Como foi a experiência de trabalhar nesse espaço acadêmico por 7 anos? Como foi ser parte dessa construção por "atacado" de formandos negros? Qual é o diferencial desta Universidade em termos de educação e formação humanística?

Alison Moses: A minha experiência começou pela viagem de minha casa na época à Howard University, localizada num bairro de renda baixa. Para chegar a Howard de carro, passava por ruas pipocadas de vestígios do passado violento de lutas civis dos Estados Unidos. Via ao longo do caminho as janelas quebradas em cacos de vidro ou portas barradas de madeira. Esse cartão postal não o conhecia na minha experiência. Sofri uma espécie de "choque de cultura".

Eu, filha de pais caribenhos, completei minha instrução universitária em Universidades privadas tanto nos EUA como no Brasil, no México, na França e na Suíça cujas maiorias eram sempre internacionais e não todas exclusivamente negras. Esperava com prazer a oportunidade de dar aula de português e economia política do Brasil numa universidade negra de destaque. A Howard University é uma das HBCUs dos Estados Unidos. HBCUs é uma sigla que significa "Historically Black Colleges and Universities". Ou, em tradução livre, "universidades e faculdades historicamente negras". De acordo com o ThoughtCo, essas instituições, via de regra, foram fundadas no intuito de dar mais oportunidades de ensino superior a estudantes afro-americanos.

Por causa do segregacionismo, muitas universidades dos EUA não aceitavam alunos negros até muito tempo depois da abolição da escravidão. Muitas delas foram fundadas pouco depois da Guerra Civil dos EUA (ou Guerra de Secessão, que durou de 1861 a 1865 e que teve a abolição da escravidão nos EUA como um de seus motivadores). No entanto, como ainda hoje a população negra dos EUA é afetada de maneira desproporcional por problemas sociais, a missão das HBCUs continua relevante. É relevante porque muitos alunos negros do mundo inteiro querem uma experiência que foca não somente no acadêmico, mas também na negritude.

Embora essas universidades e faculdades tenham uma história fortemente ligada a populações negras, atualmente elas recebem estudantes de todas as etnias. Ainda segundo a Pew, em 2015, cerca de 17% dos estudantes dessas instituições eram brancos, hispânicos, asiáticos ou indígenas. O número de estudantes hispânicos foi o que mais cresceu, indo de 1,6% na década de 1980 para 4,6% em 2015. Há cidadãos do Caribe e do continente africano também.

A Howard University tipicamente é avaliada entre as melhores universidades historicamente negras, e ela certamente tem os padrões mais elevados de admissão, uma das maiores taxas de formação, e a maior verba. Como eu havia estudado em vários países, achei muito interessante ver as várias culturas negras da Howard. Ainda mais interessante foi a diferença de atitude para com o rigor e a aplicação aos estudos dos diferentes grupos do corpo estudantil. Achei interessante a noção da oportunidade de estudar dos estrangeiros versus a atitude de tomar como certa a possibilidade geralmente garantida de estudar dos afro-americanos.

Segundo a minha percepção o grupo de negros no cômputo geral que considero mais cresce é aquele composto por imigrantes da África e do Caribe e de outros lugares, sendo que muitos tiveram todas oportunidades de acumular credenciais educacionais necessárias antes de ir aos EUA e cujo progresso na vida não tem sido significativamente impedido pela sua raça.

No entanto, durante meus sete anos na Howard, percebi que a Howard faz um bom trabalho educando e formando alunos que nem sempre estão bem preparados para a faculdade quando entram. Posso dizer sem nenhuma dúvida que os professores na Faculdade de Letras, no Departamento de Línguas do Mundo, eram excelentes e sempre tiveram bons resultados pelo seu próprio rigor na sala de aula.

Entrevistadora: Você também traz em seu currículo a formação de professora na prestigiada Harvard University. Conte-nos como você vê a transformação da universidade até os dias de hoje e o que Harvard aprendeu que pode ser contribuição para uma educação antiracista nos EUA e no Brasil.

Alison Moses: Fundada em 1636, na cidade de Cambridge, Harvard é a mais antiga e conhecida universidade dos Estados Unidos. A história, influência e pujança da Harvard fez dela uma das mais prestigiosas universidades do mundo. Eu me candidatei a Harvard para desafiar a Universidade. Não tomei muito a sério o fato dessa Universidade me rejeitar por um programa de Administrative Fellowship, uma espécie de programa avançado de pesquisa. Ao não aceitar essa "rejeição", me candidatei no intuito de entrar ao Administrative Fellowship por outro caminho, aquele de fazer mais um mestrado esta vez na Harvard e passar depois pelo programa de pesquisa. Duas faculdades me aceitaram e me formei em 1998, sem ser cotista, com poucos outros negros na minha turma. Éramos menos de uma dúzia de um total de aproximadamente 200 alunos.

Em 2014, Harvard foi acusada de práticas racistas. Foi acusada de discriminar candidatos de origem asiática. Segundo os autores do processo, Harvard estaria manipulando certos aspectos do sistema de admissão para limitar o número de calouros de origem asiática aceitos a cada ano, e assim manter inalterado o percentual de cada raça em seu corpo de estudantes. A história pode ser pesquisada com todos seus pormenores na Internet mas acho que talvez possa ter impacto profundo não apenas na instituição, mas na maneira como universidades em todo o país consideram a raça dos alunos como um dos fatores em seus sistemas de admissão.

Por um lado, o uso de ações afirmativas - em que as escolas consideram a raça dos candidatos como um entre vários critérios de seleção - é essencial para garantir diversidade nessas instituições. Mas críticos das medidas defendem que a admissão deveria ser baseada apenas em fatores objetivos, como notas, sem qualquer menção a raça.

A universidade nega que sua política de admissão seja discriminatória e diz que a raça dos candidatos é apenas um entre vários fatores de uma abordagem "holística", e nunca é considerada de maneira negativa. Considerando o histórico lamentável de Harvard e a dificuldade de concluir até que ponto ações afirmativas beneficiam pessoas para quem elas são criadas para ajudar, talvez seja hora de mudar o foco e julgar os candidatos a essa instituição de acordo com critérios da academia e de aumentar sua diversidade com foco na nova demografia do país e do mundo.

Num país racista onde todas as instituições sejam acadêmicas, políticas, etc têm seu viés implícito, é difícil não querer mais justiça até nas universidades de ensino superior.

Entrevistadora: Como intérprete você também trabalhou na Organização das Nações Unidas e União Europeia. Há alguma perspectiva "no forno", algum olhar para a questão racial que possa trazer luz a esta árdua e histórica caminhada anti racista?

Alison Moses: Conforme disse recentemente o diretor-executivo da Nike, o John Donahue, "O racismo sistêmico e os eventos que ocorreram nos Estados Unidos nas últimas semanas servem como um lembrete urgente da mudança contínua necessária em nossa sociedade". É uma mensagem para o mundo inteiro não só os EUA.

As organizações internacionais ou supra-regionais como as duas acima citadas são muito importantes, mas seria difícil "apontar o dedo" contra elas já que por sua natureza e missão são apartidárias e representantes de agendas que abrangem mais do que apenas racismo e discriminação racial. Sendo organizações de grande valia e voz, acho que o papel deles é de velar pela ratificação e adesão às convenções e tratados voltados para direitos humanos e a eliminação de "toda distinção, exclusão ou preferência fundada em raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional, ou origem social, que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidade ou tratamento em matéria de emprego ou profissão" nos seus recintos. Elas são instrumentos para colaborarem com o debate e ação pontual acerca do regime internacional e/ou europeu de combate ao racismo e à discriminação.

A abrangência dos seus campos de ação não cabe aqui abordar mas além das condições laborais específicas, representam, destarte, um marco para discutir cada vez mais formas e maneiras de acabar com a discriminação no seus países membros de modo a sistematizar a necessidade de lidar com esse flagelo no âmbito internacional e europeu.

Entrevistadora: A Década Internacional dos Afrodescendentes da ONU trouxe uma esperança de que efetivamente a questão racial ganharia a agenda internacional - assim como se deu com a questão ambiental. No entanto, o que se vê são iniciativas muito aquém das necessárias em uma questão tão urgente e complexa. Como trazer esse debate para o centro da pauta nas grandes nações e como atrair os olhares do mundo para as desigualdades raciais em África, EUA e Brasil?

Alison Moses: A década de 1960 pode ser considerada como um marco para o combate ao racismo, uma vez que os principais instrumentos jurídicos que formam a base desse Regime Internacional foram aprovados nesse período. As manifestações racistas e de discriminação racial que ocorriam em diversas partes do mundo impulsionaram a Resolução nº 1.904 da ONU, que aprovou a Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (ONU, 1963).

Em junho de 2006 foi o governo brasileiro que se congratulou com a Organização dos Estados Americanos (OEA) pela aprovação em Antígua (Guatemala), da Convenção Interamericana Contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância e da Convenção Interamericana Contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância. Eu estive lá na minha qualidade de intérprete. Eu ouvi e interpretei estas negociações e debates. Quanta honra! Quanta esperança!

Eis os sinais de esperança, sim. Por conta da minha experiência sinto-me na obrigação de compartilhar as seguintes observações pessoais.

Esses debates devem ser mais circulados nas escolas de ensino primário e secundário, fazendo vídeos instrutivos para crianças sobre temas difíceis como "todas as formas de discriminação racial" no mundo e principalmente em África, EUA e Brasil, dentre outros países do mundo. A juventude tem de saber cada vez mais a dimensão

“conhecimento” ligada aos conceitos de informação delicada: “saber o quê”, “saber o porquê” e “fazer o quê”. Na juventude há muita esperança para um futuro melhor.

As façanhas assinadas nas augustas salas de debate e os atos subsequentes que “rolam no asfalto” devem ser monitorados e quando for necessário, sancionados (punidos) rigorosamente em todos os países membros, com o aval de todos os membros. Que os “observatórios” façam seu trabalho honestamente!

No mundo de hoje os meios de comunicação vivem um senso de responsabilidade social embasados por uma ética que norteia praticamente todas as suas ações, seja na mídia ou em outras organizações, dando muita importância comum à sociedade. Devem ser utilizados com todo seu poder para informar aos povos do mundo sem medo de represálias por falar certas verdades. Mundo esperançoso!

Entrevistadora: Casos simbólicos como Rosa Parks e sua recusa histórica em se levantar para dar lugar a um branco, em 1955, o assassinato do líder Malcolm X em 1964, o surgimento do movimento "Os Panteras Negras" em 1966, o assassinato de Martin Luther King e as manifestações que se seguiram após sua morte em 1968. A violência cometida contra os negros nos EUA (e George Floyd é o mais recente símbolo disso) não mudou ao longo de mais de 60 anos? O que nesse país ainda não se entendeu sobre isto?

Alison Moses: Não acredito que seja questão de “entender” ou “não entender” por parte da sociedade americana. Entender é questão cognitiva e todo o mundo nos Estados Unidos “entende” o que acontece diariamente no país. Constatando esse “entendimento” mais profundo na sociedade americana é o fato de poder ver sequência atrás sequência de vídeos mostrando homicídios e violência brutal cometida por policiais nos Estados Unidos.

A questão em primeiro lugar tem a ver com o racismo estrutural, um fenômeno embutido como “normal” na violenta sociedade americana no sentido de viver tantos anos com essa realidade que sua ilegítima legitimidade dificilmente se pergunta. Sendo a violência legitimada pelo Estado e sendo o Estado como perpetrador dela, o povo talvez não se sinta na obrigação de enfrentar seu flagelo de maneira aberta, escancarando suas verdades mais feias.

Por mais que o debate e o combate tenham evoluído, tanto na criação de novas leis e políticas públicas quanto com a conscientização sobre a natureza do racismo e onde ele se integra na sociedade americana, o americano branco detentor do poder, nunca vai querer “entender”, no cômputo geral. Seja aqui ou acolá, o racismo é algo maior do que apenas discriminação ou preconceito. Diz respeito a formas nem sempre conscientes e também coletivas de desfavorecer negros e privilegiar os brancos com poder e aqueles brancos, embora pobres que nada tem a ver com negritude.

Entrevistadora: Conte-nos um pouco sobre as manifestações nos Estados Unidos, em decorrência da comoção internacional criada pela reincidente covardia do assassinato de George Floyd. Como foi estar diante desse fervoroso movimento pelo direito à vida, pelo direito de ir e vir, o que mudou nessa manifestação em relação às outras marchas e movimentos por direitos humanos?

Alison Moses: O Black Lives Matter, BLM, alega inspiração no movimento dos direitos civis, no movimento Black Power, no movimento feminista negro dos anos 80, no pan-africanismo, no movimento anti-apartheid, no hip hop, nos movimentos sociais LGBT e no Occupy Wall Street. Várias organizações de mídia se referiram ao BLM como "um novo movimento de direitos civis".

Alguns dos manifestantes, no entanto, se distinguem ativamente da geração mais antiga de liderança negra, como Al Sharpton, por sua aversão às tradições da classe média, como envolvimento da igreja, lealdade ao Partido Democrata e política de respeitabilidade. Uma diferença de importância é esse "modelo de liderança centrado no grupo"; é distinto do modelo de liderança carismático mais antigo que caracterizou organizações de direitos civis como a Rainbow PUSH Coalition de Jesse Jackson e a National Action Network de Al Sharpton.

Entrevistadora: Sobre os dias e dias de manifestações populares, esse basta à violência policial, os incêndios em delegacias e viaturas, as reações populares com uma participação intensa e excepcional de pessoas brancas, além da participação de artistas, celebridades, as contribuições financeiras e preocupação em liberar os presos durante as manifestações. Isso tudo representa um acerto de trilhos na reação e consciência das lutas por direitos civis ou seria uma mudança de ponto de vista da sociedade sobre essa questão? Especialmente em tempos de pandemia?

Alison Moses: Certamente diria que em parte é uma mudança de ponto de vista da sociedade porque o silêncio está começando a desvanecer. Porém é importante levar em mente que as manifestações de hoje em dia vão além de simplesmente incorporar brancos que acreditam na "causa". A consciência da sociedade é mais multiétnica, com gerações que nasceram em um mundo cuja demografia é multidimensional e multi racial. Esse novo ponto de vista é interseccional e interseccional. Até o site da organização BLM, por exemplo, afirma que o Black Lives Matter é "uma contribuição única que vai além dos assassinatos extrajudiciais de negros por policiais e vigilantes" e, adota a interseccionalidade, que o "Black Lives Matter afirma a vida dos negros queer e trans, pessoas com deficiência, negros sem documentos, pessoas com registros, mulheres e todas as negras vivem no espectro de gênero".

A pandemia ficou no escanteio dada a dimensão do assassinato de George Floyd que serviu de estopim nesta nova tsunami de manifestações.

Entrevistadora: Algo que parece ter cessado nos Estados Unidos foram os assassinatos de lideranças pelos direitos civis. Existe uma ausência de lideranças negras que ameacem o status quo ou a geração pré e pós Obama já assimilou a possibilidade de lideranças negras ocuparem novamente a Casa Branca?

Alison Moses: Duvido que não haja outro afro-american@ na Presidência dos Estados Unidos. A família Obama representava o melhor dos negros americanos, o fino da raça, incomparável na postura e na elegância. Nós vimos em Obama um político habilidoso, um ser humano de profundos valores morais e um dos maiores presidentes da história americana. Ele era fenomenal – o maior intérprete, e o mais ágil representante da diferença de cor que eu já conheci. Tinha a capacidade de acionar uma conexão profunda e sincera com o coração dos negros, sem jamais duvidar do coração dos brancos. Isso tudo é questão de personalidade e caráter. Ele era um líder. Por que não outr@ líder negro feito Obama na Casa Branca?

Quando o ex-presidente Obama estava no cargo, costumava citar a constituição americana apontando o desejo da nação "para ser uma nação mais perfeita". Essa suposta "nação mais perfeita" está florescendo cada vez mais, embora seja de maneira paulatina e dolorosa. Vemos com o assassinato hediondo do George Floyd, dentre outros antes e até poucos dias depois, que as pessoas brancas estão refletindo mais, identificando e reconhecendo cada vez mais seus privilégios pelo simples fato de ser brancos. Em uma sociedade racista não é uma tarefa fácil.

Esse começo talvez seja mais um sinal do branco aceitar a realidade de negros competentes e muito bem instruídos como o ex-presidente Obama para a ascensão à Presidência no futuro. À luz da história e experiência americana, um ou uma presidente negr@ sempre haveria de ser uma contradição para um governo que, ao longo da maior parte de sua história, sempre foi marcado pela opressão aos negros. No entanto, um homem negro ou uma mulher negra na Casa Branca não é fora de cogitação no século XXI já que o americano viveu o primeiro capítulo intitulado “Grande Obama”.

Entrevistadora: E sobre os assassinatos cometidos em nome do Estado, o fato de serem uma minoria negra (14%) - embora expressiva - poderia ser um fator que justificasse as iniciativas de luta por igualdade não avançarem ano após ano e as comunidades negras seguirem enterrando seus irmãos? Como relacionar essa realidade norte americana com um país como o Brasil, cuja população negra atinge 54% e os assassinatos são diários e incluem até mesmo crianças?

Alison Moses: Além de o Brasil ser o último país das Américas a aderir à libertação das pessoas escravizadas, a população negra que vivia aqui se viu livre, porém sem opções de emprego ou educação. O Brasil negro sempre foi objeto de lavagem cerebral, acreditando na mentira da “democracia racial”. Só depois da última constituição de 1988 o negro brasileiro começou aos poucos a se definir e ter orgulho de sua negritude. Historicamente não tinha voz na sociedade brasileira porque nem sabia quem era de verdade no que diz respeito ao seu ser afrodescendente. Acarretou uma maioria sem voz.

Nos Estados Unidos o negro seja miscigenado ou não era negro na sua alma, pois a lei segregacionista e o olhar branco o definiram como tal. Ele não se confundia na definição de si, por assim dizer, porque o branco o definia categoricamente. Até certo ponto essa atitude, com todas suas mazelas da sociedade branca, ironicamente o deu uma força e uma voz para lutar contra a “Casa Grande e Senzala”, sacudindo o jogo com uma voz mais contundente ao longo dos anos.

Entrevistadora: Como você vê a questão racial no Brasil, e a sua relação com os direitos humanos e a conscientização dos próprios negros?

A conscientização de “negritude” de descendência africana se manifestou de formas diferentes no mundo. Foi no contexto de profunda inferiorização do mundo não branco que, em Paris, por volta de 1934, nasceu o Movimento de Negritude. Nos Estados Unidos, a luta pelos direitos civis dos negros tornou-se expressiva a partir da segunda metade dos anos 1950 e atingiu seu auge nos anos 1960, com líderes como Martin Luther King.

Em todos os países onde havia o padrão econômico de escravidão sempre houve rebeliões. De igual maneira, no Brasil, o verdadeiro movimento negro começou a surgir durante o período da escravidão. Para defender-se das violências e injustiças praticadas pelos senhores, os negros escravizados se uniram para buscar formas de resistência. Ao longo dos anos, o movimento negro se fortaleceu e foi responsável por diversas conquistas desta comunidade, que por séculos foi injustiçada e cujos reflexos das políticas escravocratas ainda são visíveis na sociedade atual.

Mesmo com todas as conquistas dos negros na sociedade brasileira, são formados, nas décadas de 1970 e 1980, vários grupos com o intuito de unir os jovens negros e denunciar o preconceito. Protestos e atos públicos das mais diversas formas passam a ser realizados, chamando a atenção da população e governo para o problema social, como a manifestação no Teatro Municipal de São Paulo, que resultaria na formação do Movimento Negro Unificado; a Marcha Zumbi, realizada em Brasília em 1995; o decreto do presidente Fernando Henrique Cardoso instituindo o Grupo de Trabalho

Interministerial para a Valorização da População Negra; a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR); a “Lei Caó”, de 1989, tipificando o crime de racismo no Brasil; a Lei 12.990/14, determinando 20% das vagas oferecidas nos concursos são destinadas aos negros. Ao negro brasileiro ainda falta um pilar fundamental para se unir: liderança com um único objetivo de conseguir direitos civis e humanos para o povo afrodescendente e para todos. É interessante notar que, nos Estados Unidos, apesar da voz forte em prol de direitos civis para negros, a partir da década de 1950 muitos movimentos pelos direitos civis começaram a aparecer não apenas vinculados à situação dos negros, mas também relacionados com a sexualidade e com o comportamento cultural. Esses movimentos tornaram-se amplamente expressivos a partir de 1960. Foi o caso do movimento hippie e do movimento gay.

Nas suas principais áreas o negro brasileiro teria que em primeiro lugar educar a maioria negra do país. Apesar das lutas incessantes pela escolarização da população negra no Brasil, a história da educação e escolarização dos negros e negras no Brasil foi marcada por uma caminhada de desigualdades que se verifica até os dias atuais. A taxa de analfabetismo entre as pessoas pretas ou pardas (negros) é mais do que o dobro do que entre as pessoas brancas.

Sem citar estatísticas, o analfabetismo está intimamente ligado à pobreza do negro no Brasil: negros são 75% entre os mais pobres; brancos, 70% entre os mais ricos em um país cuja maioria é negra.

Tudo aponta um potencial não realizado de uma população negra cuja liderança entre a classe média negra não tem uma voz só e cuja maioria em números sequer tem a força para falar por falta de educação e condições econômicas para se manifestar.

Vânia Viana. Graduada em Ciências do Trabalho pela Escola Dieese. Assessora da CUT Brasil, nas secretarias de Mulheres, Meio Ambiente, Combate ao Racismo e Vice-Presidência de 2007 a 2018. Extensão universitária em Política e Sindicalismo Internacional CESIT – UNICAMP. Pesquisadora convidada nas temáticas de raça, gênero e ambientais no Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). É também Sommelière formada pela ABS São Paulo. Trabalha como Facilitadora de Consciência e Ferramentas de Acess Consciouness.

*Contatos com Alison Moses: soualison282@gmail.com;
[linkedin/in/alison-claire-moses-bsc-ma-mpa-8743011](https://www.linkedin.com/in/alison-claire-moses-bsc-ma-mpa-8743011)
[facebook.com/AlisonMoses282n8](https://www.facebook.com/AlisonMoses282n8)*

Nota Técnica

36. ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020 E O COVID – 19

Mauricio Mindrisz

A nota técnica discute o impacto da COVID-19 nas eleições municipais de novembro de 2020. Com a postura de minimizar a pandemia por parte do governo federal no processo do combate à corona vírus, os atuais prefeitos assumiram uma posição de destaque e, como consequência, uma grande vantagem na disputa municipal que se avizinha. Resta saber se eles serão capazes de manter essa vantagem nesses quatro meses que nos separam do pleito. O texto é encerrado com uma breve discussão dos desafios das novas gestões, frente a crise.

Palavras-chave: eleições municipais; COVID-19; pesquisas eleitorais.

As observações desta nota técnica são em grande parte oriundas de pesquisas quantitativas publicadas este ano na imprensa, sobretudo de pesquisas realizadas pelo ABC Dados Pesquisa e Planejamento.

O processo eleitoral brasileiro

Com a retomada do processo democrático, desde 1988 o Brasil vem realizando eleições a cada dois anos, separando nesse processo eleições de alcance municipais (prefeitos e vereadores) e eleições estaduais e federais (presidente, governador, senador, deputado estadual e federal). Manter esse calendário é fundamental, já que o eleitor tem pensamentos e comportamentos diferentes em cada um desses processos. Importantes essas considerações, pois existe entre os políticos a ideia, a nosso ver equivocada, de coincidência das eleições, isto é realizar eleições gerais (de âmbito geral, estadual e municipal) a cada quatro anos. Entre os argumentos utilizados na defesa dessa coincidência das eleições, alguns setores chegam a levantar absurdos como a facilitação do processo e o “barateamento das campanhas”.

Nas eleições estaduais e federais, o eleitor, sem dúvida, tem suas preocupações muito mais voltadas às políticas gerais, de mudança ou manutenção da economia, do processo político. Já, nas eleições municipais, a preocupação do eleitor está voltada ao seu local de moradia: a cidade. Sua avaliação sobre a limpeza da cidade, o asfalto, a iluminação pública, todo o processo de zeladoria, o trânsito, o transporte público, o lazer e a cultura, os parques e praças, o atendimento na saúde e na educação, o fornecimento de água e coleta de esgoto, a coleta de lixo, o combate às enchentes, a segurança pública, o combate à violência urbana. Enfim, seu dia a dia. Sem dúvida, a questão central num processo eleitoral é a avaliação de governo.

Outra observação importante é que, em geral, cada eleição (estadual e federal ou municipal) é marcada por processos e eventos característicos do momento. Pensando apenas nas duas últimas eleições, observamos, por exemplo, que as eleições em 2016 tiveram como marcas centrais a consolidação da utilização da Internet no processo eleitoral, mas também um processo de disputa marcado por uma intolerância nunca vista em processos eleitorais mais recentes. Houve relatos, por exemplo, na discussão de grupos focais de pesquisa qualitativa, em que as discussões entre os participantes por pouco chegaram às vias de fato, exigindo uma ação pronta do moderador. Já as eleições de 2018 foram marcadas pela ascensão da extrema direita no processo político eleitoral, bem como o enorme crescimento das “fake news”.

Mesmo a quatro meses do processo eleitoral, esta nota técnica pretende apresentar o clima político neste momento de pré-campanha e a sua possível evolução até as eleições em novembro deste ano.

A Avaliação dos governos municipais

Antes de entrar diretamente no assunto da nota técnica, as eleições municipais de 2020, detalhamos aqui a discussão geral do processo eleitoral e da avaliação de governo.

Ao avaliar pesquisas eleitorais, publicadas na imprensa ou contratadas, os políticos em geral e candidatos têm seus olhos voltados basicamente à intenção de votos, medida de forma espontânea e estimulada. A intenção espontânea é aquela em que o entrevistado na pesquisa responde diretamente a uma pergunta do tipo: *“Teremos eleições este ano para prefeito. Se as eleições fossem hoje, em quem o (a) senhor (a) votaria?”*. A intenção estimulada ocorre quando, com ajuda de um disco circular com os nomes dos candidatos, o entrevistador faz uma questão semelhante: *“caso os candidatos fossem esses (aqueles contidos no cartão), em quem o (a) senhor(a) votaria?”*.

Sobretudo na intenção espontânea, quanto mais distante da data da eleição, maior o número de indecisos. Neste momento, em condições normais, a quatro meses das eleições, a pauta eleitoral já estaria começando a entrar no dia a dia das conversas dos habitantes das cidades e, em consequência, esses índices de indecisão estariam diminuindo. Porém, como veremos mais a frente, isto não vem ocorrendo neste ano de 2020.

Nesse período pré-eleitoral, muito mais importante que se avaliar a intenção de votos, é verificar, analisar e se aprofundar na avaliação da administração. Em eleições locais, o eleitor move-se, na hora do voto, pela sua satisfação ou insatisfação com a gestão. Isto é, trata-se da chamada avaliação da administração. Esta é medida nas pesquisas por meio de uma pergunta do tipo: *“Em sua opinião, o prefeito de sua cidade, que é o fulano “x”, está fazendo um governo ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo?”* Essa pergunta é tabulada. Para a análise, considera-se como avaliação positiva a soma das porcentagens de quem considerou o governo ótimo ou bom. E negativa, a soma de

ruim ou péssimo. É, sem dúvida, a evolução desse quadro que mais interessa e que deve ser de fato analisado com cuidado.

Segundo estudos empíricos feitos por alguns institutos de pesquisa, a partir de observações de um grande número de trabalhos feitos por estes institutos, em eleições em que o prefeito é candidato à reeleição, cerca de 85% de quem avalia um governante positivamente tende a votar nesse candidato, assim como 35% de quem o avalia como regular.

Assim, considere-se, hipoteticamente, um prefeito que tenha uma avaliação como a exposta no quadro abaixo.

Cenário hipotético

Avaliação	Percentual
Positivo (Ótimo + Bom)	25%
Regular	45%
Negativo (Ruim + Péssimo)	30%

Elaboração do autor.

Usando-se os parâmetros acima, o hipotético prefeito teria em sua reeleição um potencial de votos de 37%, o que o colocaria numa posição bem razoável na disputa. Nos casos em que não se trata de reeleição não há estudos mais específicos, pois

depende do perfil do candidato a ser apoiado. Mas pode se considerar esse valor acima como um legado do atual prefeito ao seu candidato à sucessão. Legado esse que, dependendo do candidato, pode se confirmar ou não.

2020, o ano do coronavírus

O ano de 2020 - ano de eleições municipais marcadas para o dia 4 de outubro - começou com notícias vindas da China sobre uma estranha doença. Esta foi identificada pela primeira vez em Wuhan, na província de Hubei, República Popular da China, em 1º de dezembro de 2019. Mas o primeiro caso foi reportado em 31 de dezembro do mesmo ano. Os primeiros casos confirmados tinham principalmente ligações com o mercado atacadista de frutos do mar de Huanan, que também vendia animais vivos. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto como pandemia. Até 17 de julho de 2020, quase 14 milhões de casos da doença foram confirmados em pelo menos 188 países e territórios, com grandes surtos nos Estados Unidos (mais de 3,5 milhões de casos), Brasil (mais de 2 milhões), Índia (mais de 1 milhão de casos), Rússia (mais de 750 mil casos). A situação também é grave em países como o Peru, África do Sul, Chile, México, Reino Unido, Irã e Espanha. Quase 600 mil pessoas já morreram em todo o mundo, sendo que 40% desse total nos Estados Unidos e no Brasil. Outros países com grande número de mortes até agora são o Reino Unido, o México, a Itália, a França e a Espanha.

Se a pandemia se espalhou por todo o mundo, mesmo que em proporções diferentes, os governantes de quase todos os países a enfrentaram com todas as suas armas possíveis. Isto, mesmo quando inicialmente duvidavam da gravidade do problema, como foi, por exemplo, o caso do governador da Lombardia, que chegou a pedir desculpas pelo número de mortos observados na região e do primeiro ministro do Reino Unido, Boris Johnson.

O coronavírus no Brasil

O quadro observado aqui no Brasil foi muito diferente dos outros países. Desde o início da pandemia do novo coronavírus, o governo federal, de certa forma, minimizou a gravidade da COVID-19 e passou à população mensagens que contradizem as orientações das autoridades de saúde. No dia 7 de julho, o presidente declarou que estava com a doença.

O Presidente da República disse a jornalistas que está se tratando com hidroxiquina, substância considerada controversa e de pouca eficácia para esse fim, já que não há comprovação científica de sua eficácia no caso de COVID-19 e pode causar efeitos colaterais graves, particularmente arritmia cardíaca.

Desde o início, as declarações e as ações do presidente tem ajudado a criar na população brasileira uma grande confusão, tornando problemática a política de combate ao vírus no Brasil. O fato é que o governo federal abriu mão de seu papel constitucional de coordenação e condução do esforço nacional de combate à COVID-19, com evidentes prejuízos à capacidade do país em reduzir os impactos da doença.

Os governos estaduais e municipais no combate ao coronavírus

Com a postura do governo federal de minimizar a pandemia, e com a decisão do STF de dar autonomia a Estados e Municípios para as ações de enfrentamento à pandemia, coube às demais esferas de governo (estaduais e municipais) a responsabilidade pelo combate à praga. E foi o que a grande maioria dos governadores e prefeitos passou a fazer. Fecharam o comércio e outras atividades econômicas, escolas, atividades de cultura e lazer; exigiram a utilização de máscaras,

garantindo ao menos um menor avanço do coronavírus nos seus estados e municípios. Essa postura de governadores e de prefeitos contou sem dúvida com o apoio da enorme maioria da população brasileira, conscientes da gravidade do COVID-19, mesmo reconhecendo o impacto econômico das medidas tomadas.

Neste contexto, todas as pesquisas realizadas pelos principais institutos de pesquisa pelo país apresentam um resultado bastante semelhante ao se avaliar a atuação de prefeitos, governadores e do presidente em relação ao COVID-19: prefeitos em geral melhor avaliados que os governadores; prefeitos e governadores muito melhor avaliados que a ação do governo federal. Isto, mesmo entre aqueles que avaliam no geral positivamente a gestão do presidente (o que tem se mantido no patamar de 30% pelo país).

O adiamento das eleições municipais

Não se deve esquecer que inicialmente a primeira tentativa de algumas forças políticas foi o de buscar estender o mandato dos atuais prefeitos por dois anos. O ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta sugeriu que as eleições municipais marcadas para outubro de 2020 fossem adiadas. A medida seria para combater o contágio do novo coronavírus no país. A afirmação foi feita durante a reunião por videoconferência com prefeitos: *“Faço aqui até uma sugestão. Está na hora de o Congresso falar: adia, faz um mandato desses vereadores e prefeitos. Eleição no meio do ano... uma tragédia, porque vai todo mundo querer fazer ação política”, afirmou.*

Para surpresa de muitos, essa posição aparentemente não encontrou maior eco entre os prefeitos, ficando restrita a alguns deputados que defendiam a coincidência das eleições com vários argumentos. Incluindo o de “barateamento dos gastos de campanhas eleitorais”.

Lideranças do chamado Centrão buscaram apoio para adiar as eleições municipais para 2022. A iniciativa contrariava o calendário negociado entre a cúpula do Congresso e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

No final do mês de junho, o Ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luís Roberto Barroso, anunciou o resultado da votação, em dois turnos. Ao anunciar, durante a sessão plenária de julgamentos, a aprovação, pelo Senado Federal, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que permite o adiamento das Eleições Municipais de 2020 em virtude da pandemia de COVID-19, o presidente do TSE destacou que a alteração nas datas é um entendimento unânime de especialistas ouvidos por aquele Tribunal.

O texto aprovado transfere as datas do primeiro turno por quarenta e dois dias, para o dia 15 de novembro deste ano. O segundo turno, onde houver, será realizado dia 29 de novembro, apenas duas semanas após o primeiro turno.

O Presidente do TSE ressaltou que o adiamento das eleições é uma pauta que se impôs à Justiça Eleitoral tendo em vista a crise sanitária que vive o Brasil nos últimos meses. *“O adiamento não era uma vontade política do TSE, mas o encaminhamento do entendimento uníssono de todos os médicos e cientistas que nós pudemos ouvir”, disse.*

Nos últimos meses foram ouvidos médicos infectologistas, epidemiologistas, biólogos e físicos para orientar o posicionamento do TSE quanto às datas em que se realizarão as eleições deste ano e o seu possível adiamento. O Presidente do TSE informou que, segundo esses especialistas, a partir de setembro, a pandemia no Brasil já estará na

sua curva descendente, o que permitirá a realização da votação em novembro com segurança para os eleitores e os servidores da Justiça Eleitoral.

O impacto da pandemia no quadro das eleições municipais

Chegamos finalmente ao tema central desse artigo. O impacto do COVID-19 nas eleições municipais. Temos observado em praticamente todos os municípios em que o ABC Dados vem realizando pesquisas, bem como no que tange às outras pesquisas publicadas na imprensa, uma importante reversão na intenção de votos nas eleições municipais, com um grande avanço da maioria dos atuais prefeitos na corrida eleitoral.

Esse quadro, por exemplo, pode ser observado em pesquisas do DATAFOLHA, do Ibope e de outros institutos de pesquisa na cidade de São Paulo. O atual prefeito da Cidade de São Paulo amargava uma posição secundária na corrida eleitoral meses atrás, com membros do seu partido considerando inclusive a substituição de seu nome, ou mesmo o apoio a um candidato de algum partido aliado. Podemos lembrar, entre outros nomes que foram considerados como alternativas ao nome de Covas, o apoio ao deputado federal Celso Russomano (Republicanos), ligado ao Centrão, e o da deputada Joice Hasselmann, que representa o espectro mais conservador. A partir de março-abril, com a publicação de pesquisas que mostravam a liderança de Bruno Covas na intenção de votos, motivado pela avaliação de gestão, seu nome se consolidou como candidato.

Essa mudança se explica, sem dúvida, pelo avanço da avaliação das gestões municipais, em função de suas atuações no combate ao coronavírus. Gestões municipais mal avaliadas têm conseguido avaliações regulares. Governos municipais com avaliações regulares têm alcançado avaliações positivas e aqueles com avaliação positiva atingem níveis ótimos.

Por exemplo, duas gestões municipais que foram objeto de pesquisa do ABC Dados, e que meses atrás tinham avaliações de pouco mais de 50% de ótimo e bom, atingiram níveis de 80% de avaliações positivas (ótimo + bom) e menos de 10% de avaliações negativas de gestão (ruim + péssimo), com as consequências já citadas na corrida eleitoral.

Mesmo, sem conhecimento de todo o universo de pesquisas realizadas, arriscamos dizer que, neste momento (lembrando que a pesquisa é o retrato do momento), a quatro meses das eleições, em municípios em que prefeitos tenham tido uma atuação consciente no combate à corona vírus, ao menos 80% dos candidatos à reeleição encontram-se em situação superior aos seus adversários na corrida eleitoral.

A dúvida que fica sobre se esse quadro é se isto se manterá nos próximos quatro meses, fazendo com que os atuais prefeitos se apresentem como os grandes favoritos da próxima corrida eleitoral. A inercia do processo sem dúvida favorece os atuais prefeitos. Para a reversão desse quadro, as forças de oposição às atuais gestões, se quiserem ganhar as eleições, necessitam com urgência mudar a pauta das discussões, colocando as questões da crise no centro do debate, sem que isto seja associado ao protagonismo dos atuais prefeitos.

Reforçando essa ideia, recorremos ao artigo publicado na Folha de São Paulo de 15 de julho, da empreendedora cívica Lona Szabo de Carvalho: “As cidades do pós-pandemia. Aprendizados da crise do COVID-19 ficarão claros nas eleições municipais”. Além de sugerir a leitura do artigo, destacamos alguns de seus trechos:

No mundo inteiro, o coronavírus está exigindo a busca por novas soluções urbanísticas. Aqui, o desafio será múltiplo. O lamentável destaque do Brasil no número de casos e de óbitos mostra até aos mais desatentos que desigualdade e inabilidade política são questões de vida ou morte. Lidar com o aprofundamento dos nossos abismos é tarefa para ontem.

Os participantes da corrida eleitoral terão que lidar com as questões de saúde, educação, trabalho, moradia e transporte que foram agravadas. As cenas de familiares em busca de leitos, ônibus lotados e moradores de casa aglomeradas impedidos de praticar isolamento não podem ser esquecidas. Tampouco os relatos de crianças sem acesso à internet, ou mesmo à comida, com a suspensão de aulas. A plataforma daqueles que pretendem ocupar cargos nas câmaras municipais precisa trazer respostas para esses desafios urgentes.

Está claro que a centralidade das lideranças das cidades ganhou nova dimensão. Os próximos anos serão de testes sucessivos do nível de preparo dos governos locais. Eleitores, prefeitos e vereadores com o presente e com o futuro, precisam mostrar que são capazes de dar respostas melhores do que as que demos até aqui. Mudar nossas cidades tem o poder de prevenir novas doenças, melhorar a qualidade de vida para todos e abrir espaços para o exercício de uma cidadania muito mais ativa e responsável.

Concluindo, neste momento, o quadro é muito favorável a imensa maioria dos atuais prefeitos. Claro que os atuais prefeitos podem (e devem) sair de suas posições mais confortáveis e buscar também essas novas respostas.

Mauricio Mindrisz. 66 anos, engenheiro químico pós-graduação pela FGV em Métodos Quantitativos e Informática. Atuação no serviço público de 1989 a 2016, ocupando posições de coordenação em secretarias de planejamento e governo. Superintendente do SEMASA (Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André (de 1997 a 2001). Vice-presidente e presidente da Fundação do ABC de 2009 a 2016. Desde janeiro de 2019 é Diretor proprietário, junto com o sociólogo Marcos Soares do ABC Dados Pesquisa e Planejamento.

As Cartas de Conjuntura anteriores e as respectivas notas técnicas podem ser obtidas acessando o link

www.uscs.edu.br/noticias/cartasconjuscs

